



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2023

Sexta-feira - 24 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Guaramirim.....	164	Porto Belo.....	499
Anchieta.....	8	Herval d'Oeste.....	166	Porto União.....	500
Antônio Carlos.....	10	Ibiam.....	167	Princesa.....	510
Arabutã.....	11	Ilhota.....	169	Rio das Antas.....	513
Arroio Trinta.....	12	Imarui.....	171	Rio dos Cedros.....	518
Atalanta.....	18	Imbituba.....	172	Rio do Sul.....	514
Balneário Piçarras.....	22	Indaial.....	174	Rio Fortuna.....	546
Balneário Rincão.....	23	Iomerê.....	184	Romelândia.....	549
Barra Bonita.....	24	Ipumirim.....	185	Santa Terezinha do Progresso.....	550
Barra Velha.....	26	Irineópolis.....	187	São Bento do Sul.....	551
Bela Vista do Toldo.....	29	Itá.....	188	São Carlos.....	554
Benedito Novo.....	30	Itapema.....	189	São Domingos.....	556
Biguaçu.....	33	Itapoá.....	190	São João do Sul.....	557
Blumenau.....	38	Ituporanga.....	194	São Joaquim.....	558
Bom Retiro.....	55	Jaraguá do Sul.....	197	São José.....	560
Botuvera.....	56	Joaçaba.....	295	São José do Cedro.....	576
Braço do Trombudo.....	57	Lages.....	387	São Lourenço do Oeste.....	577
Brusque.....	67	Laguna.....	388	São Miguel do Oeste.....	581
Caçador.....	72	Lajeado Grande.....	389	São Pedro de Alcântara.....	584
Camboriú.....	85	Lebon Regis.....	396	Schroeder.....	594
Campo Alegre.....	89	Leoberto Leal.....	397	Seara.....	597
Campo Erê.....	93	Lindóia do Sul.....	417	Serra Alta.....	599
Campos Novos.....	94	Lontras.....	419	Siderópolis.....	600
Canelinha.....	102	Luzerna.....	420	Sombrio.....	603
Canoinhas.....	103	Mafra.....	421	Sul Brasil.....	611
Capinzal.....	105	Maravilha.....	423	Tigrinhos.....	614
Catanduvas.....	109	Massaranduba.....	426	Timbé do Sul.....	615
Celso Ramos.....	111	Meleiro.....	427	Timbó.....	616
Chapadão do Lageado.....	112	Modelo.....	428	Três Barras.....	631
Chapecó.....	127	Morro da Fumaça.....	433	Treze Tílias.....	633
Cocal do Sul.....	132	Navegantes.....	434	Trombudo Central.....	635
Concórdia.....	133	Nova Trento.....	441	Tunápolis.....	636
Cordilheira Alta.....	134	Novo Horizonte.....	443	União do Oeste.....	663
Curitibanos.....	135	Orleans.....	444	Urussanga.....	665
Dionísio Cerqueira.....	138	Ouro.....	449	Vargem Bonita.....	666
Ermo.....	139	Palhoça.....	450	Vidal Ramos.....	667
Flor do Sertão.....	140	Papanduva.....	468	Videira.....	668
Forquilha.....	141	Paulo Lopes.....	481	Xanxerê.....	671
Fraiburgo.....	145	Penha.....	484	Xavantina.....	673
Garopaba.....	152	Petrolândia.....	487	Xaxim.....	674
Garuva.....	153	Pinheiro Preto.....	488		
Gaspar.....	158	Planalto Alegre.....	490		
Governador Celso Ramos.....	161	Pomerode.....	494		
Guaraciaba.....	162	Ponte Serrada.....	498		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2023

Sexta-feira - 24 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

AGIR	675
ARIS	676
CIGA	677
CIM-AMAVI	679
CIMCATARINA	679
CIS Nordeste	680
CPIMMOC	681
CIRSURES	681

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 58/2016

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 58/2016 de 15/06/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n.160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FORMULA TOPOGRAFIA LTDA ME estabelecida na Rua Pedro Henrique da Silva - 468, CNPJ n. 23.155.389/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor VERISSÍMO PEDRO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, portador do CPF n. 023.112.079-62 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para execução de obras diversas no município de Água Doce, em decorrência do Processo Licitatório n. 32/2016 na Modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n. 1/2016 do tipo menor preço por lote, em regime de empreitada por preço unitário, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para execução de obras diversas com pavimentação em paralelepípedos, C.A.U.Q e construção de galeria de águas pluviais, no município de Água Doce – com recursos do FUNDAM, conforme descrito abaixo:

LOTE 1

Item 1 – Execução de pavimentação de via pública em paralelepípedos e passeios públicos em blocos de concreto intertravado, na Rua Cruzeiro, Bairro São José, conforme projetos técnicos de engenharia.

Item 2 – Execução de pavimentação de via pública em paralelepípedos e passeios públicos em blocos de concreto intertravados, na Rua da Liberdade, Bairro São José, conforme projetos técnicos de engenharia.

Item 3 – Execução de pavimentação de via pública em paralelepípedos e passeios públicos em blocos de concreto intertravados, na Rua Irmã Cristina, Bairro São José, conforme projetos técnicos de engenharia.

LOTE 2

Item 4 – Execução de pavimentação de via pública em C.A.U.Q, pavimentação de passeios públicos em blocos de concreto intertravados e drenagem pluvial, na Rua Tiradentes, Centro, conforme projetos técnicos de engenharia.

LOTE 3

Item 5 – Execução de galeria de águas pluviais, recapeamento em asfalto C.A.U.Q e pavimentação em paralelepípedos, na Avenida Independência e Rua Marechal Floriano Peixoto, Centro, conforme projetos técnicos de engenharia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Água Doce, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 10 (dez) meses contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) .

2.2 – Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n. 1/2016 e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 – Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura Municipal de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 1.421.815,45, sendo com custos e despesas R\$704.225,19 custo com pessoal de R\$ 340.809,16 e margem de lucro bruto de R\$ 376.781,09.

3.2 – Cada pagamento corresponderá:

- a) medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de medição de obras vigentes;
- b) as medições serão feitas a cada 60 (sessenta) dias;

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia

desta Municipalidade, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

- a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.
- b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do "de acordo" da fiscalização desta Municipalidade.
- c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.
- d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.
- e) A quantidade/etapa de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de sessenta dias corridos; ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 5 (cinco) períodos de 60 dias, ou seja: 10 meses.
- f) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.
- g) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.
- h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, em três parcelas mensais, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV, do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

- 4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993,

atualizada, que dispõe:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

- d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- (...)."

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município e de Convênio FUNDAM (proposta 12698).

5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.3 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta dos recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/131 – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/132 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

§ Advertência;

§ Multa de 10% sobre o valor da proposta;

§ Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

§ Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

§ Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento

de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub empreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de sub contratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Água Doce, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na sub contratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a sub empreiteira interessada nele fosse.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5.1 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 – Na execução dos serviços a contratada deverá observar os

requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 – Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.11.4 – Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.11.5 – Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.11.6 – A Contratada se obriga a fornecer as “ARTs” complementares.

8.11.7 – Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.11.8 – Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.11.9 – Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.11.10 – Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.11.11 – Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.11.12 – Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.

8.11.13 – Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”).

8.11.15 – Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.11.16 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.11.17 – A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.11.18 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará municipal da obra, junto a Secretaria de Administração, e apresentar à Municipalidade, sempre que solicitado.

8.11.19 – Encaminhar Relatório/ Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, n.322, Centro, Água Doce- SC, a cada 30 (trinta) dias.

8.11.20 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Água Doce por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Água Doce;

e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE
9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de Obras.

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão

justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 – A fiscalização da obra será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.2 – A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 – A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 – Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 – Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n. 1/2016, Processo Licitatório n. 32/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce – SC, 15 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA	VERISSIMO PEDRO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal	Formula Topografia LTDA ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
Scheila Mara Corso Giordani
OAB 27419

DECRETO Nº 071/2016

DECRETO Nº 071/2016 – DE 16 DE JUNHO DE 2016
“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.3.0110.0/45 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2015 verificado na rubrica 03.0110 Recursos do Tesouro Exercícios Anteriores.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de junho de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 072/2016

DECRETO Nº 072/2016 – DE 21 DE JUNHO DE 2016
“NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC DE ÁGUA DOCE-SC.”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 72, VIII, Lei Municipal nº 1004 de 07 de outubro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrarem o Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC as pessoas abaixo nominadas:

PRESIDENTE: CILES PAULO DE MORAES JUNIOR
SECRETÁRIO: LUCIANI CRISTINA ALVES

CONSELHO TÉCNICO:

VALTER VALENTIN RAMPAZZO – Secretário de Transportes e Infraestrutura Rural
ROSANE PUTTON FERREIRA HARTCOPF – Secretária de Educação, Cultura e Esporte
NATALINO VIEIRA – Secretário de Agricultura
ROSEMARY HEBERLE - Secretária de Saúde e Promoção Social
ELIAS VIECELI – Secretário de Indústria, Comércio e Urbanismo

CONSELHO COMUNITÁRIO:

FERNANDA BISSANI – Representante da Câmara de Vereadores
JOCIEL DA ROSA SURDI – Representante da EPAGRI
MICHELLE TIRITAN – Representante do CEDUP – Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva
JOSÉ VARGAS – Representante do Centro Educacional Municipal Frei Silvano
PAULO MEIRA SAGAZ – Representante da Igreja Evangélica Assembleia de Deus
FELIPE COMPIANI – Representante da Igreja Católica
JULIANO BARP – Representante do Corpo de Bombeiros
GIOVANI BARP – Representante da Polícia Militar
JAMES F. BEAL – Representante do SINSEADRE
NILVETE SOARES DE LIMA – Representante Igreja Quadrangular
ELISETE AGUIAR VIEIRA BALESTRIN – Representante da Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon

Art. 2º. O mandato será de 2 (dois) anos podendo ser reconduzidos, nos termos do art. 22 da Lei Municipal 1004/1997.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 016/2014, de 01 de abril de 2014.

Prefeitura Municipal de Água Doce–SC, 21 de junho de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº. 106/2016, de 21 de junho de 2016.

DECRETO Nº. 106/2016, de 21 de junho de 2016.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO PARTE DAS CHÁCARAS N.º 57 E 58 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto de desmembramento parte das chácaras n.º 57 e 58 da matrícula nº 5.876, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramentos em lotes destinados à edificação de parte das chácaras n.º 57 e 58 da matrícula nº 5.876, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta/SC, com a área total de 10.644,51 m² (dez mil seiscentos e cinquenta e quatro metros quadrados e cinquenta e um centímetros quadrados), situado na Rua Buenos Aires, atual Rua Neri Pagliosa, perímetro urbano, sem benfeitorias, averbadas, município de Anchieta – SC, com aproveitamento do sistema viário existente, não implicando na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

SITUAÇÃO ATUAL: Parte das chácaras n.º 57 e 58 da matrícula nº 5.876, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta/SC, com a área total de 10.644,51 m² (dez mil seiscentos e cinquenta e quatro metros quadrados e cinquenta e um centímetros quadrados), situado na Rua Buenos Aires, atual Rua Neri Pagliosa, perímetro urbano, sem benfeitorias averbadas, município de Anchieta – SC, de propriedade da Senhora Marzeli Pauletti, CPF: 045.119.399-77, RG: 4.676.794-SSP/SC, brasileira, solteira, nascida aos 21/03/1984, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com a sanga Mandorin;

NORDESTE: Com parte da chacara nº57, de Valdemar Gugel e Clair Salete Gugel, na extensão de 103.16 metros;

SUDOESTE: Com o Lote Urbano nº 09, matrícula 347, na extensão de 83.503 metros;

SUDESTE: Com a Rua Neri Pagliosa, na extensão de 92,42 metros.

SITUAÇÃO PROPOSTA PARA O PARCELAMENTO: A área será parcelada em 07 (sete) frações, que serão denominadas de lotes urbanos, com aproveitamento do sistema viário existente, não implicando na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes. O imóvel já dispõem de energia elétrica fornecida pela companhia Celesc, e abastecimento de água fornecido pela companhia Cellesc. O imóvel possui a dispensa ambiental nº 422000/2016, para o parcelamento proposto. Os lotes urbanos desmembrados terão as seguintes áreas e confrontações:

Lote Urbano 01: Área superficial de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, sito na Rua Neri Pagliosa, com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com a área remanescente de parte das chácaras nº57 e 58, de Marzeli Pauletti na extensão de 16,39 metros;

Nordeste: Com parte da chacara nº57, na extensão de 32,31 metros;

Sudoeste: Com o lote urbano nº 02, na extensão de 31,90 metros;
Sudeste: Com a Rua Neri Pagliosa, na extensão de 12,00 metros.

Lote Urbano 02: Área superficial de 419,00 m² (quatrocentos e dezenove metros quadrados), sem benfeitorias, sito na Rua Neri Pagliosa, com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com a área remanescente de parte das chácaras nº57 e 58, de Marzeli Pauletti na extensão de 15,68 metros;

Nordeste: Com o lote urbano nº 01, na extensão de 31,90 metros;

Sudoeste: Com o lote urbano nº 03, na extensão de 29,84 metros;

Sudeste: Com a Rua Neri Pagliosa, na extensão de 12,00 metros.

Lote Urbano 03: Área superficial de 386,00 m² (trezentos e oitenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, sito na Rua Neri Pagliosa, com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com a área remanescente de parte das chácaras nº57 e 58, de Marzeli Pauletti na extensão de 14,10 metros;

Nordeste: Com o lote urbano nº 02, na extensão de 29,84 metros;

Sudoeste: Com o lote urbano nº 04, na extensão de 29,64 metros;

Sudeste: Com a Rua Neri Pagliosa, na extensão de 12,00 metros.

Lote Urbano 04: Área superficial de 377,00 m² (trezentos e setenta e sete metros quadrados), sem benfeitorias, sito na Rua Neri Pagliosa, com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com a área remanescente de parte das chácaras nº57 e 58, de Marzeli Pauletti na extensão de 13,28 metros;

Nordeste: Com o lote urbano nº 03, na extensão de 29,64 metros;

Sudoeste: Com o lote urbano nº 05, na extensão de 30,09 metros;

Sudeste: Com a Rua Neri Pagliosa, na extensão de 12,00 metros.

Lote Urbano 05: Área superficial de 365,00 m² (trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, sito na Rua Neri Pagliosa, com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com a área remanescente de parte das chácaras nº57 e 58, de Marzeli Pauletti na extensão de 12,80 metros;

Nordeste: Com o lote urbano nº 04, na extensão de 30,09 metros;

Sudoeste: Com o lote urbano nº 06, na extensão de 29,42 metros;

Sudeste: Com a Rua Neri Pagliosa, na extensão de 12,00 metros.

Lote Urbano 06: Área superficial de 370,00 m² (trezentos e setenta metros quadrados), sem benfeitorias, sito na Rua Neri Pagliosa, com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com a área remanescente de parte das chácaras nº57 e 58, de Marzeli Pauletti na extensão de 13,43 metros;

Nordeste: Com o lote urbano nº 05, na extensão de 29,42 metros;

Sudoeste: Com o lote urbano nº 07, na extensão de 29,05 metros;

Sudeste: Com a Rua Neri Pagliosa, na extensão de 12,00 metros.

Lote Urbano 07: Área superficial de 389,00 m² (trezentos e oitenta e nove metros quadrados), sem benfeitorias, sito na Rua Neri Pagliosa, com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com a área remanescente de parte das chácaras nº57 e 58, de Marzeli Pauletti na extensão de 14,60 metros;

Nordeste: Com o lote urbano nº 06, na extensão de 29,05 metros;

Sudoeste: Com a área remanescente de parte das chácaras nº57 e 58, de Marzeli Pauletti na extensão de 27,02 metros;

Sudeste: Com a Rua Neri Pagliosa, na extensão de 13,42 metros.

ÁREA REMANESCENTE: Parte das Chácaras nº 57 e 58, com área superficial de 7.888,51 m² (sete mil oitocentos e oitenta e oito metros quadrados e cinquenta e um centímetros quadrados), sem benfeitorias, sito na Rua Neri Pagliosa, com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com a sanga Mandorin;

Nordeste: Com parte da chácara nº57 na extensão de 70,85 metros e, com o lote urbano nº 07, na extensão de 27,02 metros;

Sudoeste: Com o Lote Urbano nº 09, matrícula 347, na extensão de 83.503 metros;

Sudeste: Com a Rua Neri Pagliosa, na extensão de 7,00 metros; com o lote urbano nº 01 na extensão de 16,39 metros; com o lote urbano nº 02 na extensão de 15,68 metros; com o lote urbano nº 03 na extensão de 14,10 metros; com o lote urbano nº 04 na extensão de 13,28 metros; com o lote urbano nº 05 na extensão de 12,80 metros; com o lote urbano nº 06 na extensão de 13,43 metros e com o lote urbano nº 07 na extensão de 14,60 metros;

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 21 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 21 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 048/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 033/2016 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços parcelada de recapagem de pneus dos veículos e máquinas de uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 06 de julho 2016 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 23 de junho de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2016

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 04/2016

Contratação Temporária de Professor Licenciatura Plena (Pedagogia 20 Horas)

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional: (1) Professor Licenciatura Plena (Pedagogia 20 Horas). Os interessados deverão se apresentar à Secretária de Educação e Cultura, desta municipalidade, sito a Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente na data de 29/06/2016 (quinta-feira), das 07:30h às 17:00h, aos cuidados da Secretária Municipal Idinéia Carla Bioeu, munidos dos seguintes documentos: carteira de identidade; carteira de trabalho e documentos exigidos para critério de seleção.

Cargos	Vagas	Formação/Exigência	Período de Trabalho	Carga Horária	Local de Trabalho	Remuneração	Prazo	Vínculo
Professor Licenciatura Plena (Pedagogia 20 Horas)	02	Cursando Graduação em Pedagogia a partir da 5ª Fase ou Graduado em Pedagogia.	Diurno	20h	A disposição da Secretaria de Educação	R\$ 1.281,38	Máximo até 16/12/2016	Contrato temporário

CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

Função Professor Licenciatura Plena (Pedagogia 20 Horas):

· 1) Títulos; Critério para apuração dos pontos:

a) Doutorado – 4 Pontos

b) Mestrado – 3 Pontos

c) Pós-Graduação – 2 Pontos

d) Conclusão Curso Superior – 1 Ponto

· 2) Maior tempo de experiência comprovada de atuação na área;

· 3) Idade;

· 4) Sorteio.

· Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

Antônio Carlos, 23 de junho de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO Nº.1904/2016

DECRETO Nº 1904, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Nomeia os Membros do Fórum Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos do art. 4º do Decreto nº 1330, de 10 de maio de 2013 e alterações, que institui o Fórum Municipal de Educação de Arabutã;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado os seguintes Membros do Fórum Municipal de Educação:

a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura

- Titular – Andreia Berenice Scheifler Adamy

- Suplente – Adriane Dall'Agnol Müller

b) Câmara Municipal de Vereadores

- Titular – Rosane Dall'Agnol Arend

- Suplente – Evelácio Valério Leidoww

c) Conselho Municipal de Educação

- Titular – Marlene Weimer Wiltgen

- Suplente – Silvia Salgadinho da Rocha

d) Associação de Pais e Professores – APPs

- Titular – Marcelo Heinrichs

- Suplente – Carlos Eduardo Mores Lima

e) Conselho do FUNDEB

- Titular - Daniela Lamb

- Suplente – Marlise Nelsi Blos Rockenbach

f) Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente

- Titular – Sabrina Mores

- Suplente – Caroline Kussler

g) Conselho Tutelar

- Titular – Elizete Scheifler

- Suplente – Rosali Schimmelpfennig

h) Profissionais da Educação Infantil

- Titular – Marta Helena Suzin Ferri

- Suplente – Darli Cristiane Dinnebier

i) Profissionais do Ensino Fundamental, anos iniciais

- Titular – Cléia Luciane Schatz de Castro

- Suplente – Edenice Carina Rauschkolb Patzlaff

j) Profissionais do Ensino Fundamental, anos finais

- Titular – Gilvânia Balsan Scortegagna

- Suplente – Marlise Kaster

k) Profissionais do Ensino Médio

- Titular – Gisela Ingrid Wallmann

- Suplente – Grace Kelly Zanella

§ 1º O exercício das funções dos Membros do Fórum Municipal de Educação não será remunerado, a qualquer título, sendo considerado serviço de relevância social para o Município.

§ 2º A Secretaria Executiva será exercida pelo Presidente e por um Secretário Executivo, eleito entre os membros do Fórum Municipal.

§ 3º O Presidente será eleito na primeira reunião ordinária do Fórum Municipal, por maioria de votos de seus integrantes para um período de dois anos, juntamente com o Vice-Presidente permitindo-se a recondução por igual período.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de junho 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 24 de junho de 2016.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1756

DECRETO Nº 1756, de 24 de junho de 2016.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo Ide Paulo Boza, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e no artigo 35 da Lei Municipal nº 793/99, à dependente presumida Gema Maria Tasca Boza, com efeitos a partir de 17/06/2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e em face do preenchimento das condições indicadas na Lei Municipal nº 793/99 e suas alterações posteriores e nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte, nos termos do art. 35 da Lei Municipal nº 793/99 e suas alterações posteriores e nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/2003, em virtude do falecimento do servidor inativo Ide Paulo Boza, à dependente Gema Maria Tasca Boza (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 2.509,99 (dois mil quinhentos e nove reais e noventa e nove centavos) que serão pagos mensalmente pelo IPREARROIO.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de junho de 2016 (data do óbito).

Art. 4º Revogar as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 24 de junho de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2016 - DL

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2016 - MAT

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, que está contratando por DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS as Empresas: 405 - CASA BIANEMA LTDA - EPP inscrito no CNPJ: 82.826.363/0001-45, estabelecida à Rua Orlando Zardo, nº13, Centro de Arroio Trinta – SC, CEP: 89.590-000. 2432 - SUPERMERCADO SPRÍCIGO LTDA - EPP inscrito no CNPJ: 86.550.449/0001-49 estabelecida à Rua do Comércio, nº20, Centro de Arroio Trinta – SC, CEP: 89.590-000 de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Incisos IV e VII e em consonância com o parecer exarado pelo Jurídico desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

01 - DO OBJETO

. O presente Edital tem por AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS - ITENS NÃO HOMOLOGADOS NA LICITAÇÃO PR 0013/2016

00.1 Especificações conforme Anexo I, página 03, deste Edital.

02 - DAS INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL

02.2 - As informações e esclarecimentos relativos a este Edital poderão ser obtidos junto setor de Licitações desta Prefeitura, sito à Rua XV de Novembro, 26, a partir da data de publicação, no horário das 8:30h às 11:30h, e das 13:30h às 17:30h, ou através do telefone (0xx49) 3535-6000.

03 - DA HABILITAÇÃO

03.1 – A empresa acima especificada apresentou os seguintes documentos para sua habilitação:

03.1.1 – Cartão CNPJ da Empresa;

03.1.2 - Certidão Negativa com a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União;

03.1.3 - Certidão Negativa com a Fazenda Estadual;

03.1.4 - Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede da proponente;

03.1.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

03.1.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

03.1.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br).

03.1.8 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

04 - DO PRAZO DA PROPOSTA E DA EXECUÇÃO

04.1 – O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 dias.

04.2 – O prazo para a execução do Objeto do presente Edital será de até 15 dias após a emissão do documento de pré empenho.

04.3 – O local para entrega do objeto é nas escolas da rede municipal de ensino, Arroio Trinta, SC

05 - DOS PAGAMENTOS

05.1 - As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016, conforme segue:

17 - 1 . 2009 . 10 . 306 . 10 . 2.25 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

04.2 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 05 dias após a realização dos serviços, mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria da prefeitura.

05.3 – Os trabalhos previstos na proposta estão orçados em de R\$ 17.714,01 (dezesete mil, setecentos e quatorze reais e um centavo)

05.4 – As despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas são por conta da proponente contratada.

05 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

6.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.3 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

07 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - É inteira responsabilidade do vencedor da presente Licitação, a entrega do objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na realização dos serviços.

7.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

7.3 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

08 - DO FORO

8.1 - Todas as controvérsias ou reclamações relativos ao presente Edital, serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da cidade de Videira que é Comarca deste Município.

09 – DA PUBLICAÇÃO

09.1 – A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no Mural Público Municipal, no Dom -Diário Oficial dos Municípios e no Site do Município, aba "Transparência"

Arroio Trinta (SC), 03 de Junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal de Arroio Trinta

ANEXO I**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2016 – MAT**

Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS - ITENS NÃO HOMOLOGADOS NA LICITAÇÃO PR 0013/2016

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	23324 - Acolatado em Pó Solúvel Instantâneo. Ingredientes Básicos: açúcar e cacau em pó. Deverá conter cerca de 30% de cacau em pó, rico em vitaminas. A embalagem deve conter aproximadamente 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de Validade: mínimo de 5 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias.	KG	30	6,49	194,70
2	23325 - Açúcar Cristal Especial. Características técnicas: de primeira qualidade, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, sólido com cristais bem definidos, cor branca. Embalagem: intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	Un	35	13,75	481,25

3	23328 - Açúcar Refinado. Característica técnicas: produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração e misturas e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, em polietileno leitoso ou transparente, atóxica, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	Un	15	13,70	205,50
4	23331 - Amido de Milho. Produto amiláceo, extraído do milho. Não poderá apresentar umidade, fermentação ou ranço. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: deve estar intacta, vedada, acondicionada em sacos plásticos reforçados ou caixas, com peso líquido de até 1 kg contendo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade: mínimo de 6 meses.	KG	18	4,80	86,40
5	23333 - Arroz Parboilizado Tipo I. Características técnicas: grupo beneficiado, subgrupo parboilizado polido, classe: longo fino, Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes, percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos), cheiro forte, intenso e não característico. Com rendimentos após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem de 5 kg de polietileno transparente resistente e intacto, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 6 meses.	Un	60	11,40	684,00
6	23335 - Banana Caturra. Características: tamanho médio, apresentando-se mesclado (maduro e de vez) e de primeira qualidade.	KG	850	2,24	1.904,00
7	23340 - Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Laminado de Maisena. Não podendo apresentar biscoitos quebradiços em excesso. Sem lactose. Embalagem de 700g a 800 g, de polietileno, impermeáveis e lacrados, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses.	Un	90	6,50	585,00
8	23341 - Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Rosquinha de Chocolate. Características: o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Embalagem com aproximadamente 650g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses.	Un	110	6,69	735,90
9	23342 - Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Rosquinha de Leite. Características: o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Sem lactose. Embalagem com 700g a 800g devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses.	Un	90	7,20	648,00
10	23343 - Biscoito Salgado Tipo Água e Sal. Textura crocante, deverá estar em perfeito estado de conservação, inteiros. Embalagem de aproximadamente 700g a 800 g, de polietileno transparente, impermeáveis e lacrados devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Validade de 12 meses a partir da data de entrega do produto.	Un	80	6,59	527,20
11	23344 - Brócolis Fresco. Características: boa qualidade, cor verde-escura, isenta de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente.	KG	35	4,50	157,50
12	23345 - Café Solúvel Granulado. Intensidade do sabor: forte. Embalagem de vidro contendo 200g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	35	9,63	337,05
13	23352 - Carne Bovina em Cubos, Músculo picado. Características: a carne deve ser músculo, apresentar-se com aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas, congelado a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante, conforme legislação sanitária e Ministério de Agricultura, contendo na embalagem o carimbo de inspeção estadual ou federal, nome e composição do produto, lote, data de fabricação e validade, número de registro no órgão oficial, e quantidade (peso). Sua apresentação deve ser em cubos de aproximadamente 3X3 cm, em embalagem intacta, acondicionada em sacos de polipropileno de 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	KG	120	16,90	2.028,00
14	23354 - Carne de frango, Coxa e Sobre Coxa com Osso. Características técnicas: congelado a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante, com pesagem média de 250g por peça. A carne deve ser firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, pele aderente e odor característico. Não poderá conter excesso de gelo. Embalagem: deve estar intacta. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais.	KG	150	6,00	900,00
15	23357 - Carne Suína, Bisteca. Características técnicas: congelada a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante. A espessura de cada bisteca deve ser de aproximadamente de 1,7cm peso de 150g a 250g cada. A carne deve ser firme e sem manchas esverdeadas, peça lisa e odor característico. Com pouca gordura, saborosa e macia. Embalagem: deve estar lacrada e intacta, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais, conforme legislação.	KG	50	10,90	545,00

16	23358 - Carne Suína, Costela Picada. Características técnicas: deve ser firme e sem manchas esverdeadas, peça lisa e odor característico, possuir os ossos costais e músculos intercostais e pouca gordura. Congelada a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante. Embalagem: deve estar lacrada e intacta, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais, conforme legislação.	KG	25	9,90	247,50
17	23359 - Carne Suína, Íscas em Cubos. Características técnicas: cortada em cubos, deve ser firme e sem manchas esverdeadas, cor e odor característicos, com pouca gordura, saborosa e macia. Congelada a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante. Embalagem: deve estar lacrada e intacta, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais, conforme legislação.	KG	60	9,90	594,00
18	23361 - Cenoura. Características: in natura, de tamanho médio, sãs, de primeira qualidade, coloração uniforme, isentas de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	75	4,50	337,50
19	23362 - Cereal Matinal de Milho com Açúcar. Características: cereal de milho em flocos com açúcar, rico em vitaminas e sais minerais. Embalagem em caixa de 300g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	35	4,12	144,20
20	23363 - Chá Mate de Saquinho. Acondicionados em caixas de 40 g, contendo 25 saquinhos cada, devidamente rotuladas conforme órgão fiscalizador. Sabores: laranja, limão e doce de leite.	Un	15	3,86	57,90
21	23367 - Couve Flor. Características: boa qualidade, fresco, de primeira. Tendo tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Isento de aroma e sabor estranhos, sem rachaduras, corte, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar a sua qualidade. Acondicionados em sacos plásticos.	KG	25	4,90	122,50
22	23371 - Doce de Leite em Pasta. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas e em perfeito estado de conservação. Não deve conter glúten. Deve apresentar selo do SIF. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Consistência cremosa ou pastosa, sem cristais perceptíveis sensorialmente, cor castanho caramelado, sabor e odor doce característico. Embalagem: potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Peso líquido de 900g. Data de fabricação: máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 08 meses a partir da data da entrega.	KG	35	8,39	293,65
23	23372 - Ervilha Verde Congelada. Características: sabor, aroma e textura próprios, 100% natural. Congelado a -18°C. Embalagem de polietileno contendo 350g e as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	35	4,80	168,00
24	23373 - Extrato de Tomate Concentrado. Características técnicas: deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sementes, massa mole, vermelha, cheiro e sabor próprios. O produto deve estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso. Ingredientes: tomate, sal e açúcar. Embalagem: deve estar intacta, em sachês ou latas de 350g em perfeito estado. Prazo de validade: mínimo de 12 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	250	1,89	472,50
25	23374 - Farinha de Mandioca Torrada. De primeira qualidade, fina, sem glúten. Embalagem de 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	KG	5	3,20	16,00
26	23377 - Farinha de Trigo Especial Tradicional. Farinha de trigo tipo 1, de cor branca, enriquecida com ferro e ácido fólico. Cada 100g deve fornecer, no mínimo, 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 Kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Deve apresentar rotulagem com registro no Ministério da Saúde. Prazo de fabricação: máximo 30 dias.	Un	13	10,32	134,16
27	23382 - Filé de Tilápia. Características: filé de tilápia in natura, congelado a -18°C ou menos e sem espinhos. Embalagem em polietileno de 1 kg, a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade de 1 ano.	KG	15	27,50	412,50
28	23383 - Geleia de frutas. Sabores: uva, maçã, pêra, pêssego contendo polpa de fruta, consistência gelatinosa, em vidro de aproximadamente 600 gramas. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data da entrega.	Un	35	11,20	392,00
29	23390 - Lingüiça Toscana. Características: preparada com carne suína de altíssima qualidade, pouca gordura e temperos equilibrados. Embalagem de 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Contendo prazo de fabricação e validade.	KG	75	9,80	735,00

30	23391 - Macarrão Cabelinho de Anjo. Características técnicas: macarrão tipo cabelinho de anjo, com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas, fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagem de polietileno bem vedado, de 500g. Pós-coção a massa não poderá apresentar textura ou consistência de empapamento. Prazo de Validade: mínimo de 5 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	110	3,90	429,00
31	23396 - Mamão Formosa. Fruto com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, de vez (por amadurecer), limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	80	5,20	416,00
32	23402 - Milho Verde Congelado. Características: sabor, aroma e textura próprios, 100% natural. Congelado a -18°C. Embalagem de polietileno contendo 350 g e as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	30	6,45	193,50
33	23403 - Mingau de Arroz Instantâneo. Cereal infantil a base de arroz adicionado de probióticos, vitaminas e minerais. Características técnicas: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas e aromatizante vanilina. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias. Embalagem em sachê de 230g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	10	5,20	52,00
34	23404 - Mingau de Multicereais Instantâneo. Cereal infantil a base de trigo, milho e arroz adicionado de probióticos, vitaminas e minerais. Características técnicas: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de arroz, sais minerais, vitaminas e aromatizante vanilina. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias. Embalagem em sachê de 230g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	10	5,49	54,90
35	23415 - Presunto Cozido. Presunto cozido, sem capa de gordura, fatiado, elaborado com carne de pernil suíno. Com textura homogênea e macia e cor rosada. Em embalagem de 500g contendo no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	15	16,00	240,00
36	23418 - Sagu. Grupo tapioca, tipo 1, classe pérola, tipo I. Produto amiláceo derivado da raiz de mandioca sob forma de grânulos esféricos. Características sensoriais (organolépticas): cor branca, aspecto, odor e sabor próprios. Embalagem: pacotes de polietileno contendo 500 g do produto, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	70	2,73	191,10
37	23420 - Salsicha Tipo Hot-dog. À base de carnes íntegras de aves, suíno e bovino, sal e água, conservado em salmoura, contendo data de fabricação, validade e ingredientes. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, respeitando as recomendações do fabricante.	KG	60	8,46	507,60
38	23421 - Suco Natural Concentrado. Sabor 100% natural da fruta, sem corantes e conservantes. Sabores: pêssego, maracujá, abacaxi e manga, em embalagem de 500 ml e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Com armazenamento à temperatura ambiente. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	170	7,89	1.341,30
39	23426 - Vinagre Branco. Vinagre de álcool em embalagem plástica de 900ml, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	10	1,39	13,90
40	23427 - Vinagre Tinto. Características técnicas: Fermentado acético de álcool, acidez 4%. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 2 L. Prazo de Validade: mínimo de 8 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	18	7,10	127,80
Total Geral					17.714,01

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2016 - DL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Art. 24, Incisos IV e VII, tendo como Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS - ITENS NÃO HOMOLOGADOS NA LICITAÇÃO PR 0013/2016 nestes termos.

Processo Licitatório: Nº 0037/2016 - DL
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 0015/2016 - DL

Fornecedor
405 - CASA BIANEMA LTDA - EPP (82.826.363/0001-45)
2432 - SUPERMERCADO SPRÍCIGO LTDA - EPP (86.550.449/0001-49)
Valor Total: R\$ R\$ 17.714,01

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Data da Publicação no Mural da Prefeitura: 06/06/2016
Data da Publicação no Diário Oficial dos Municípios: 07/06/2016
Data da Retirada do Mural: 07/06/2016
Data de Publicação no Site do Município: 06/06/2016

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 03/06/2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 0008/2016 - IMPRESSOS GRÁFICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0008/2016 - TP

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: SERVIÇOS DE IMPRESSOS GRÁFICOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 13/07/2016.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 13/07/2016.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br; licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 23 de junho de 2016.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1473/2016

LEI Nº 1473/2016

“Dispõe sobre a Regulamentação da Concessão de Benefícios Eventuais em Virtude de Nascimento, Morte, Situações de Vulnerabilidade Temporária e de Calamidade Pública, no Âmbito da Política Municipal de Assistência Social e dá Outras Providências.”

TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM

Prefeito Municipal em Exercício de Atalanta – SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, artigo 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011.

Art. 2º - Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º - O benefício eventual deve integrar à rede de serviços sócio assistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 2º - O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º - Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

Art. 3º - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Parágrafo Único - Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo social e/ou parecer, elaborado por Assistente Social, que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais – CRAS e CREAS – e/ou Assistente Social de referência, vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, responsável pela concessão.

Art. 4º - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido conforme parágrafo único do artigo 3º desta lei, salvo os casos aqui prescritos.

§ 1º - Nos casos das famílias não se enquadrarem nos critérios do artigo 4º o/a Assistente Social, responsável pelo atendimento/acompanhamento da família, poderá conceder o benefício mediante estudo social e constatação da situação de vulnerabilidade e risco social da família.

§ 2º - Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 5º - São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Art. 6º - O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I - Necessidades do recém-nascido;

II- Apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido e será por meio do auxílio funeral, conforme artigo 7º;

III- Apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º - São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I – Se o benefício for solicitado antes do nascimento o/a responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II – Se o benefício for após o nascimento o/a responsável deverá apresentar a certidão original de nascimento;

III – Comprovante de residência;

IV – Comprovante de renda de todos os membros familiares e na falta deles uma declaração devidamente assinada da sua renda ou de que não possui renda, em conformidade com o Modelo constante no Anexo I da presente lei;

V – Carteira de Identidade ou Cadastro de Pessoa Física - CPF ou cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do CadÚnico de todos os membros da família;

VI - Comprovante de participação nos cursos de gestante com frequência mínima de 75%, quando houver oferta pelo município em tempo hábil que possibilite a frequência durante a gestação;

VII - Estar em acompanhamento pelo PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;

VIII - Comprovação da realização de no mínimo seis consultas de pré-natal;

IX – Demais documentos que a Assistente Social julgar serem pertinentes.

§ 2º - Na impossibilidade de cumprir o disposto no inciso VI do § 1º, a gestante deverá comunicar previamente a impossibilidade de participar do curso de gestantes ou, em

caso fortuito ou força maior, em até 05 (cinco) dias úteis após o curso, deverá juntar o comprovante da eventualidade que a impossibilitou de participar do evento.

§ 3º - O auxílio natalidade pode ser solicitado a partir do 8º mês de gestação até o 30º (trigésimo) dia após o nascimento da criança e após este prazo decai o direito do benefício.

§ 4º - O valor conferido ao auxílio natalidade será de um salário mínimo vigente, em pecúnia e/ou enxoval – bens materiais.

§ 5º - O auxílio natalidade será entregue preferencialmente à mãe e deverá ser utilizado para as necessidades do nascituro.

Art. 7º - O auxílio funeral atenderá:

I – As despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II – As necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

III – O ressarcimento, em caráter retroativo, das despesas definidas no inciso I do presente artigo, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário, até 30 (trinta) dias do pagamento, com a comprovação das notas fiscais das referidas despesas.

§ 1º - São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – Atestado de óbito;

II – Comprovante de residência;

III – Comprovante de renda de todos os membros familiares na falta deles uma declaração devidamente assinada da sua renda ou de que não possui renda;

IV – Carteira de Identidade ou Cadastro de Pessoa Física - CPF ou

cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do CadÚnico de todos os membros da família;

V – Demais documentos que a Assistente Social julgar serem pertinentes.

§ 2º - O auxílio funeral será concedido até 30 (trinta) dias após o óbito e após este prazo decai o direito do benefício.

§ 3º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral no prazo fixado no § 2º do presente artigo.

§ 4º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º - O valor conferido ao auxílio funeral será de um salário mínimo vigente.

§ 6º - Nos casos previstos nos § 3º e § 4º o valor do auxílio poderá ser integral, mediante parecer social do Assistente Social responsável.

§ 7º - As pessoas que possuírem planos ou programas funerários particulares não terão direito ao auxílio funeral, devendo firmar declaração, nos moldes do anexo II da presente Lei.

Art. 8º - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I- Riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II- Perdas: privação de bens e de segurança material;

III- Danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo Único - Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - Da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação.

c) domicílio;

II- Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III- Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV- De desastres e de calamidade pública;

V- De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 1º - São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I- Comprovante de residência;

II – Comprovante de renda de todos os membros familiares na falta deles uma declaração devidamente assinada da sua renda ou de que não possui renda;

III – Carteira de Identidade ou Cadastro de Pessoa Física - CPF ou cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do CadÚnico de todos os membros da família;

IV – Demais documentos que a Assistente Social julgar serem pertinentes.

§ 2º - O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado.

§ 3º - O auxílio concedido em situações de vulnerabilidade temporária será definido a partir da realização do estudo social, cujo qual

pode compreender:

I – Alimentação;

II – Produtos de higiene e limpeza;

III – Custeio de gastos para expedição de documentação pessoal, como fotografia e fotocópia, desde que não disponibilizados por sistemas oficiais facilitadores de documentação;

IV – Aquisição de materiais para alojamento, moradias provisórias, prestações para aluguel temporário;

V – Vestuário em caso de frio extremo, colchões e cobertores;

VI – Aquisição de materiais de limpeza e desinfecção na ocorrência de emergências e calamidades; ou a superação de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência;

VII – Outras provisões que a Assistente Social do Município considere como risco de vulnerabilidade temporária, mediante prévia Justificativa.

§ 4º - A prestação do aluguel disposto na alínea IV não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente.

§ 5º - A Assistente Social do município analisará cada caso de situação de vulnerabilidade, proferindo parecer social que deverá constar, obrigatoriamente, o prazo de pagamento do aluguel, podendo este sofrer alterações, conforme necessidade do munícipe.

Art. 9º - Para atendimento de vítimas de calamidade pública, fica criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do artigo 22 da Lei 8.742, de 1993.

Art. 10 - Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

§ 1º - São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública:

I – Comprovante de residência;

II – Comprovante de renda de todos os membros familiares na falta deles uma declaração devidamente assinada da sua renda ou de que não possui renda;

III – Carteira de Identidade ou Cadastro de Pessoa Física - CPF ou cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do CadÚnico de todos os membros da família;

IV – Demais documentos que a Assistente Social julgar serem pertinentes.

§ 2º - O auxílio em situação de calamidade pública será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social ou parecer realizado pelo Assistente Social responsável.

§ 3º - O auxílio concedido em situações de calamidade pública será definido a partir da realização do estudo social ou parecer social elaborado pelo Assistente Social responsável.

Art. 11 - Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - A realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 12 - Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social, em consonância com a presente Lei.

Art. 13 - Fica definido que não são provisões da política de

assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajuda técnica, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 14 - As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados à saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15/04/2009.

Atalanta, 22 de junho de 2016.
TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil), (profissão), residente e domiciliado (endereço completo), (ponto de referência), município de Atalanta-SC, declaro para os devidos fins e, em especial para receber os benefícios da Lei Municipal n.º _____/2016, possuo renda mensal de _____ e uma renda familiar estimada em _____.

Por fim, declaro estar ciente das penalidades previstas no artigo 229 do Código Penal, me responsabilizando inteiramente pela veracidade das informações constantes neste documento de caráter público.

E por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Atalanta, ____ de ____ de 20 ____.

DECLARANTE

ANEXO II

DECLARAÇÃO de inexistência de contemplação plano e/ou programa de auxílio funeral

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil), (profissão), residente e domiciliado (endereço completo), (ponto de referência), município de Atalanta-SC, declaro para os devidos fins e, em especial para receber os benefícios da Lei Municipal n.º _____/2016, não possuo plano ou programa de auxílio funeral, bem como não recebi (gratuitamente) qualquer ajuda financeira para custeio do funeral de meu familiar _____.

Por fim, declaro estar ciente das penalidades previstas no artigo 229 do Código Penal, me responsabilizando inteiramente pela veracidade das informações constantes neste documento de caráter público.

E por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Atalanta, ____ de ____ de 20 ____.

DECLARANTE

,

LEI Nº 1474/2016

LEI Nº 1474/2016

"Fixa Subsídio dos Vereadores sem Alteração dos Valores para a Legislatura 2017/2020 e Estabelece Outras Providências".

TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM, Prefeito Municipal em Exercício de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2017/2020 será de R\$ 2.324,41 (dois mil trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos).

Art. 2º. O subsídio do Presidente da Câmara Municipal para a legislatura 2017/2020 será de R\$ 3.486,63 (três mil quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos).

Parágrafo Único. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento da verba de caráter indenizatório do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º. A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias realizadas no mês.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º. Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 5º. A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Art. 6º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 22 de junho de 2016.
TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1475/2016

LEI Nº 1475/2016

"Fixa Subsídio sem Alteração dos Valores do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais para a Legislatura 2017/2020 e Estabelece Outras Providências."

TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM, Prefeito Municipal em Exercício de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º. Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2017/2020, ficam fixados, sem alteração dos valores em:

I – Prefeito: R\$ 12.954,99 (doze mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos).

II – Vice-Prefeito: R\$ 6.477,50 (seis mil quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

III – Secretário Municipal: R\$ 4.484,43 (quatro mil quatrocentos e

oitenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

Art. 2º. A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Art. 3º. O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 22 de junho de 2016.
TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM
Prefeito Municipal em Exercício

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 163/2016

PORTARIA N.º 163/2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e por estar em conformidade com o Art. 40, § 4º, III da CF - Súmula Vinculante STF Nº 33 de 09/04/2014, considerando o que consta no Processo nº 1055/2016.

RESOLVE:

Art. 1 Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a Senhora SONIA MARIA WINCKLER ZOCKE, matrícula nº 66, ocupante do cargo em provimento efetivo de Fonoaudióloga, Nível G 1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais sem paridade de acordo com a Legislação e Súmula Vinculante STF Nº 33 de 09/04/2014, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 06 de junho de 2016

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2016 - PMBP TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 008/2016-PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 037/2016 - PMBP

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2016-PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para execução de obras e serviços de Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica e Sinalização da Rua Abílio Manoel de Borba. Data/horário recebimento envelopes: 13/07/2016 às 09:00hs. Data/horário abertura envelopes: 13/07/2016 às 09h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanoel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras/SC, 23 de junho de 2016.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS Nº. 077 E 078/PMBR/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 077/PMBR/2016; CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para construção de uma Academia ao Ar Livre no Bairro Pedreiras - (Lote 01) de acordo com Convenio Nº. 2016TR001370, firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 042/PMBR/2016. Valor global de R\$48.666,90. VIGENCIA: 30/11/2016; ASSINATURA: 23/06/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Nilton Guidi – Sócio Administrador.

CONTRATO Nº. 078/PMBR/2016; RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para construção de uma Academia ao Ar Livre no Bairro Barra Velha e uma Academia ao Ar Livre no Bairro Zona Sul (Lote 02) de acordo com Convenio Nº. 2016TR001368, firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 042/PMBR/2016. Valor global de R\$ 59.101,78. VIGENCIA: 30/11/2016; ASSINATURA: 23/06/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon – Titular Gerente.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

ATA PREGÃO 015/SAMAE/2016

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/SAMAE/2016

Findada a etapa de lances, a Pregoeira e sua equipe de apoio passaram a analisar as documentações da empresa vencedora do certame. Em análise ao edital, verificou-se que a empresa não apresentou as documentações exigidas no ato convocatório, em que pese ser micro-empresa a mesma não apresentou a certidão da junta Comercial, não podendo assim exercer os direitos de microempresa. Desse toar, fica o presente certame FRACASSADO, determina-se a publicação do presente termo. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente sessão.

Balneário Rincão 21 de junho de 2016.

Barra Bonita

PREFEITURA

LEI Nº 768/2016. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETIVAR A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ATÉ A IMPORTÂNCIA DE R\$. 97.500,00 (NOVENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BARRA BONITA, PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE REPA

LEI Nº 768/2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETIVAR A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ATÉ A IMPORTÂNCIA DE R\$. 97.500,00 (NOVENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BARRA BONITA, PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE REPASE CONFORME PROPOSTA SICONV Nº. 010749/2016 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Darci João Frizon, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina:

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Contrato de Repasse com o Governo Federal através da Caixa Econômica Federal conforme Proposta Siconv Nº.010749/2016.

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º - Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 749/2015, mais precisamente no que tange ao Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$. 97.500,00 (Noventa e Sete Mil e Quinhentos Reais), nas dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

UNID/ORÇ: 11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJ/ATIV: 020.602.0026.2202– Manut. Coord. das Ativ. de Prod. Animal e Vegetal

CAT.ECON.: 4490000000000 – Aplicações Diversas - Investimentos

FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 97.500,00

Total R\$ 97.500,00

Art. 3º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$. 97.500,00 (Noventa e Sete Mil e Quinhentos Reais), na receita abaixo especificada:

RECEITA: 240000000000000 – Transferências de Capital

247000000000000 – Transferências de Convênios

247100000000000 - Transferências Convênios da União e Suas Entidades

247199000000000 - Outras Transferências de Convênios da União

247199000100000 - Outras Transferências de Convênios da União

FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 97.500,00

Total R\$. 97.500,00

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º - Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 742/2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas na presente Lei.

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º - Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 675/2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 23 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º181, DE 21 DE JUNHO DE 2016. "PRORROGA LICENÇA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N.º181, de 21 de junho de 2016.

"Prorroga licença de servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogada a Portaria nº150/2016, que concede licença para tratamento de saúde a servidora, Luana Friederichs, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº421601, do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período a ser definido pela Previdência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01.06.2016.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 31 de maio de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

**PORTARIA N.º182, DE 22 DE JUNHO DE 2016.
"PRORROGA LICENÇA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA N.º182, de 22 de junho de 2016.

"Prorroga licença de servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogada a Portaria nº167/2016 que concede licença para tratamento de saúde a servidora, Andreia Elisa Daltoé Catto, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº160701, do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 22 de junho a 21 de julho 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 22 de junho de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 180, DE 20 DE JUNHO DE 2016.
"CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 180, de 20 de junho de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,5 (uma e meia) diárias ao Senhor Luiz Antonio Zaccaron, Matrícula nº 15402, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 181,50 (cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Passo Fundo/RS, conforme Memorando Nº034/2016 e Roteiro de Viagem nº14/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Passo Fundo/RS, conforme Memorando nº033/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 20 de junho de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 183, DE 23 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 183, de 23 de junho de 2016.

Concede Licença-Prêmio ao servidor e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Art.º108, da Lei Complementar Nº037, de 07 de novembro de 2011.

Resolve,

Art. 1º - Conceder pecúnia de 50% da Licença-Prêmio ao servidor Dirceu Bernardi, matrícula nº11903, ocupante do Cargo de Tesoureiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, indenizando o mês de junho, usufruindo no período de 01 de julho a 30 de julho de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2016.

Darci Joao Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97.

**PORTARIA Nº 184, DE 23 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 184, de 23 de junho de 2016.

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento a Sra. Aline Felipi matrícula nº422001, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$1000,00 (Um mil reais), conforme Memorando nº35/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 23 de junho de 2016.

Darci Joao Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

Barra Velha

PREFEITURA

10º EDITAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 002//2015 JULGAMENTO DE RECURSO

10º EDITAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 002//2015
Julgamento de Recurso

O MUNICIPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna publico, para conhecimento dos interessados, após análise pela comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretária de Administração e Finanças conforme 1ª convocação através do edital 01/2016, o seguinte:

1. DOS RECURSOS:

1.1 Os Candidatos RICARDO ANDRE FEYH e INGRID NATALIE COLMAN BERTOL, apresentaram recursos dentro do prazo previsto no item 8.3 do 1º Edital de Convocação do Concurso.

2. DO RESULTADO DO RECURSO:

2.1 Dos recursos apresentados foram considerados INDEFERIDOS, pelo motivo da documentação apresentada estar incompleta para o Cargo de Professor de Tecnologia Educacional e Informática, pois não comprovaram a Licenciatura Plena exigida no Edital nº 002/2015.

2.2 Com o INDEFERIMENTO do recurso tiveram os candidatos a perda automática do direito a investidura do cargo.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 21 de junho de 2016
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

9º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

9º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, conforme 3ª convocação através do Edital nº 08/2016, e itens 17.6, 17.7 e 17.8, do Edital nº. 002/2015, o seguinte:

1. DA MANIFESTAÇÃO EM INTERESSE NA VAGA, CONFORME ÍTEM 17.6 DO EDITAL 002/2015, PARA APRESENTAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga e solicitar até 30 (trinta) dias para a comprovação de requisitos e exames médicos, conforme 3ª Convocação do Concurso Público 002/2015, os seguintes candidatos:

PREFEITURA
Nível Superior na Área de Saúde
Farmacêutico Sanitarista
3º Juliana Cristina Marcon (Conf. Protocolo nº 6215/2016)

Médico Ultrassonografista
3º Marli Koefender (Conf. Protocolo nº 6087/2016)

Fisioterapeuta
2º Karlos Eduardo Duarte (Conf. Protocolo nº 6114/2016)

Nível Médio
Técnico em Enfermagem
21º Heloiza Da Silva Rhenius Da Silva (Conf. Protocolo nº 6036/2016)
22º Juliana Da Silva De Miranda (Conf. Protocolo nº 6057/2016)
23º Rosana Maria Da Silva (Conf. Protocolo nº 6030/2016)
24º Marcos Paiva Dos Santos (Conf. Protocolo nº 6104/2016)
25º Bernardete Demarchi (Conf. Protocolo nº 6109/2016)
26º Cleusa Cordeiro Gois Mauricio (Conf. Protocolo nº 6056/2016)
27º Noeli Antunes Duarte (Conf. Protocolo nº 6035/2016)
28º Diego Vestena Cavaleiro (Conf. Protocolo nº 6169/2016)
29º Jessica Sthefany Santos (Conf. Protocolo nº 6075/2016)
30º Elisabeth Pinheiro (Conf. Protocolo nº 6034/2016)

Nível Fundamental Completo
Mecânico de Máquinas Pesadas
2º Salie Idelmar Da Cunha (Conf. Protocolo nº 6080/2016)

Nível Fundamental Incompleto
Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino)
22º Marcia Regina Testoni (Conf. Protocolo nº 6071/2016)
24º Amelia Bunhak Da Silva (Conf. Protocolo nº 6177/2016)
27º Ivoniilde Oliveira Silva (Conf. Protocolo nº 6086/2016)
28º Donsilia Rosa Ramos Da Silva (Conf. Protocolo nº 6068/2016)
29º Roselene Dos Santos Gomes De Souza (Conf. Protocolo nº 6126/2016)

EDUCAÇÃO
Nível Superior
Professor Anos Iniciais
9º Iolanda Benthien Riegel (Conf. Protocolo nº 6040/2016)

Professor de Educação Infantil
29º Catiane Nunes (Conf. Protocolo nº 6038/2016)
30º Silvana Delmonego (Conf. Protocolo nº 6096/2016)
31º Andressa Cristina Mauricio (Conf. Protocolo nº 6043/2016)
33º Cristina Urias Bento (Conf. Protocolo nº 6037/2016)
34º Carolina Dambrowscki Carvalho (Conf. Protocolo nº 6059/2016)

Professor de Artes
23º Ivonete Vieira Da Silva (Conf. Protocolo nº 6085/2016)
24º Kamila Ramos Hess (Conf. Protocolo nº 6033/2016)

Professor de Ciências
3º Franciele Martins (Conf. Protocolo nº 6110/2016)

Professor de Língua Portuguesa
3º Claudio Roterme Junior (Conf. Protocolo nº 6117/2016)

Nível Fundamental Completo
Equipe Setorial Técnica Administrativa
Monitor de ônibus
21º Inei Daluz Tiburski (Conf. Protocolo nº 6139/2016)
22º Moriel Leopoldina Belli (Conf. Protocolo nº 6042/2016)
23º Pamela Cristina Vieira (Conf. Protocolo nº 6060/2016)

Motorista de Automóvel
3º Osvaldo Manoel Moraes (Conf. Protocolo nº 6049/2016)

Motorista de Ônibus
16º Marcelo Cristiano Pardo (Conf. Protocolo nº 6064/2016)
17º Ademir Trevisani (Conf. Protocolo nº 6112/2016)
18º Samaritano Uller (Conf. Protocolo nº 6105/2016)

Cozinheiro
21º Rosilene Lima Barros (Conf. Protocolo nº 6152/2016)
22º Salezio Joaquim Dirksen (Conf. Protocolo nº 6100/2016)
23º Daiana Andreia Schmitt (Conf. Protocolo nº 6054/2016)
24º Tania Aparecida De Quadro Batista (Conf. Protocolo nº 6179/2016)
25º Jessica Domingues Da Silva (Conf. Protocolo nº 6063/2016)
27º Greiciane Cristine Americo Cezar (Conf. Protocolo nº 6198/2016)

Segurança Escolar
3º Karini Claudete Zimmermann De Sousa (Conf. Protocolo nº 6084/2016)
4º Ester Reis De Franca (Conf. Protocolo nº 6094/2016)

2. DA SOLICITAÇÃO PARA RECLASSIFICAÇÃO, CONFORME ITEM Nº 17.7 DO EDITAL Nº 002/2015.

2.1 COMPARECERAM para solicitar a reclassificação para o último lugar dos classificados, conforme 3ª Convocação, os seguintes candidatos:

EDUCAÇÃO
Nível Superior
Professor de Educação Infantil
32º Luciana Natiara Rosa (Conf. Protocolo nº 6072/2016)

Professor de Matemática
2º Andrea Kuzma Coelho (Conf. Protocolo nº 6089/2016)

Professor de Tecnologia e Informática
5º Marcos Bertemes (Conf. Protocolo nº 6107/2016)
8º Douglas Hames (Conf. Protocolo nº 6108/2016)
11º Tiago Mühlbauer (Conf. Protocolo nº 6140/2016)

Nível Fundamental Completo
Equipe Setorial Técnica Administrativa
Cozinheiro
26º Faustina Fatima De Quadros (Conf. Protocolo nº 6106/2016)

3. DA SOLICITAÇÃO DE DESISTÊNCIA DA VAGA, CONFORME ITEM Nº 17.6 DO EDITAL Nº 002/2015.

3.1 NÃO HOUVE COMPARECIMENTO para solicitar a desistência da vaga, conforme 3ª Convocação.

4. DA DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO, CONFORME ITEM 17.6 E 17.8 DO EDITAL Nº 002/2015

4.1 NÃO COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga, conforme 3ª Convocação, os seguintes candidatos:

PREFEITURA
Nível Superior na Área de Saúde
Médico Cardiologista
2º Edson Barbosa Rezende

Nível Fundamental Incompleto
Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino)
21º Rosangela Lessak
23º Edcleia Moraes Borborema
25º Maria Margarete Borges

EDUCAÇÃO
Nível Superior
Professor de Ensino Religioso
5º Andre Rosa Da Costa Correa Marimon
6º Clemerson Luis De Britto

Professor de Tecnologia e Informática
2º Cassiano Kummer

Nível Fundamental Completo
Equipe Setorial Técnica Administrativa
Monitor de ônibus
24º Elisia Das Dores De Lima
25º Elizabeth Aparecida Da Silva

Motorista de Ônibus
19º Ricardo Ande Werle

Segurança Escolar
5º Claudir Luis Pereira De Oliveira

4.2 Os candidatos inseridos no item 4.1 do presente Edital perderam automaticamente o direito a investidura, conforme item 17.6 e 17.8, do Edital de Concurso nº 002/2015.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A Administração Municipal, se reserva ao direito de exigir documentos complementares aos já apresentados, a reentrega destes ou a renovação quando vencidos, mesmo que apresentados, conforme Edital de convocação, e item 17.6 do Edital do Concurso Público 002/2015.

5.2 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 002/2015, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

5.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

5.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 20 de junho de 2.016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 983, DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 983, DE 25 DE MAIO DE 2016
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Secretaria de Saúde"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, e Lei Complementar 196, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 1091, de 21 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata ROSA ILIETE FAGUNDES para o cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, Nível 6, Letra

"A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de maio de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 044/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 056/2016 - Pregão Presencial nº 044/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para prestação de serviços de instalação com fornecimento de material para execução de melhorias/ampliação de rede de energia elétrica, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 15/07/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 15/07/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 23 de junho de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 358

DECRETO N.º 358/2016, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 171, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014 que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB.

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e VII do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 2º do Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004.

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

CONSIDERANDO a necessidade de apontar orientações para que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente Estadual, Distrital e Municipal elaborem os seus respectivos planos decenais;

CONSIDERANDO que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

CONSIDERANDO as deliberações do Conanda em sua 220ª Assembleia Ordinária, realizada nos dias 15 (quinze) e 16 (dezesesseis) de agosto de 2013.

CONSIDERANDO que o Plano é uma construção coletiva, e exige a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública e posteriormente a aprovação do CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal, conforme segue:

I - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
Maria Tereza Schiessl Alves Santos

II – REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:
Edenise Cordeiro Vieira

III – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Adriana Maria de Souza

IV – REPRESENTANTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
Mariane Michele Leandro Gonçalves da Silveira

V – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Adriana Milchevski

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 3º. Compete à Comissão Intersetorial e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente, as atribuições elencadas na Resolução 171 do CONANDA.

Art. 4º. O Plano Municipal será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 29 de novembro de 2016.

Parágrafo Único: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 16 de junho de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 16/06/2016

Benedito Novo

PREFEITURA

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 8/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº. 21/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO,

EMPRESA FORNECEDORA: PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 25, 38, 42, 53 e 55, totalizando a quantia de R\$ 853,40 (OITOCENTOS E CINQUENTA E TRES Reais E QUARENTA Centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 2, 3, 18, 20, 21, 22, 24, 28, 30, 36, 44, 45, 47, 49, 56, 57 e 61, totalizando a quantia de R\$ 1.866,00 (MIL E OITOCENTOS E SESENTA E SEIS Reais)

EMPRESA FORNECEDORA: DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 23 e 31. Totalizando a quantia de R\$ 473,10 (QUATROCIENTOS E SETENTA E TRES Reais E DEZ Centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 43, 46, 48, 50, 51, 52, 54, 58, 59 e 60, totalizando a quantia de R\$ R\$ 15.012,90 (QUINZE MIL E DOZE Reais E NOVENTA Centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 21/03/2016 a 21/03/2017

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 21/03/2016

Jean Michel Grundmann

Prefeito

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO CV 49/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2016.

MODALIDADE: Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia - 49/2016.

DATA: 23/06/2016 - HORA DE INÍCIO: 15:05 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de

reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia - 49/2016, com a presença dos membros da Comissão de Licitações JOÃO ULLER, MAURICIO STEFFEN e SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, nomeados pela Portaria nº 002/2016. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram os envelopes no setor de protocolo da Prefeitura somente as empresas RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP e TERRAPLENAGEM POFFO LTDA. As demais empresas convidadas LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA e CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA não compareceram, nem justificaram sua ausência. A Administração Pública publicou o Aviso da Licitação no Mural Público da Prefeitura, no DOM/SC edição de nº 2015 pg. 14, no Diário Oficial do Estado de SC edição nº 20.317 pg. 24, no Site Oficial do Município e também no Portal da Transparência. Se fez presente na sessão apenas a representante da licitante TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, Senhora Christa Gebien Poffo, portadora da carteira de identidade nº 612.990-0, que apresentou seus documentos de credenciamento, que se encontram juntados aos autos. A licitante também apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. O representante da licitante RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP não se fez presente na sessão. Diante do comparecimento de apenas dois licitantes no certame, decide a Comissão Permanente de Licitações suspender a sessão e solicitar a Assessoria Jurídica do Município parecer a respeito da legalidade da continuidade do certame com apenas dois licitantes participantes. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços foram lacrados e ficam retidos no Setor de Licitações até posterior decisão. Em seguida lavrou-se a presente ata. A representante da licitante TERRAPLENAGEM POFFO LTDA preferiu não aguardar a lavratura da ata, deixando de assinar a mesma. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada pela Comissão Permanente de Licitações. Benedito Novo, 23 de junho de 2016, às 15:35m.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Membro

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 47/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 23/06/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09h05m

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 47/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, EM JORNAL DE FORMATO TABLOIDE COM CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 47/2016, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio MAURÍCIO STEFFEN e SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, nomeados pela Portaria nº. 003/2016.

Aberta a sessão pelo Pregoeiro, verificou-se que não houveram licitantes que protocolassem seus envelopes para participar do certame. O Pregoeiro declara o certame DESERTO e, portanto, PREJUDICADO.

Desta forma, sugere-se a autoridade superior a repetição do certame sem a aplicação dos dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações no que se refere a participação exclusiva de MEI, ME e EPP por entender que esta condição restringe a participação do maior número possível de licitantes.

Em seguida lavrou-se a presente Ata. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes.

Remete-se os autos à Autoridade Superior para as providências de estilo. Benedito Novo, 23 de junho de 2016, às 09h25m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOÃO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 52/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2016 – SRP - REPETIÇÃO

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9:00h do dia 07 de julho de 2016. ABERTURA: às 9:05h do dia 07 de julho de 2016. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 24 de junho de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 53/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2016 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM PARA ABASTECER OS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9:00h do dia 08 de julho de 2016. ABERTURA: às 9:05h do dia 08 de julho de 2016. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 24 de junho de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2016

HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

O Senhor Jean Michel Grundmann, Prefeito de Benedito Novo, no uso de suas atribuições legais, torna público conforme segue:

1. A homologação da Classificação Final dos candidatos do Edital de Processo Seletivo 002/2016, já considerando os critérios de desempate consta divulgada no Anexo I deste ato.

Benedito Novo, 23 de junho de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

ANEXO I**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

Auxiliar de Desenvolvimento de Educação Infantil – Ensino Médio

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Acer-tos	Nota Par-cial	Tempo Servi-ço	Horas Curso	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota						
1	015	31/12/1966	Noeli Cas-tilho	1	0,30	5	1,50	10	2,00	4	2,00	20	5,80	2,75	0,25	8,80	Classificado
2	008	15/08/1983	Tatiana Kloehn	5	1,50	4	1,20	6	1,20	6	3,00	21	6,90	0,50	0,25	7,65	Classificado
3	004	16/08/1986	Silvana Erdmann	5	1,50	5	1,50	4	0,80	6	3,00	20	6,80	0,00	0,00	6,80	Classificado
4	011	14/03/1991	Talita Fausti-no	5	1,50	3	0,90	7	1,40	6	3,00	21	6,80	0,00	0,00	6,80	Classificado
5	019	06/01/1984	Cristiane Klein	3	0,90	4	1,20	8	1,60	4	2,00	19	5,70	0,00	0,75	6,45	Classificado
6	002	19/02/1979	Wanessa Frainer	2	0,60	4	1,20	9	1,80	5	2,50	20	6,10	0,00	0,00	6,10	Classificado
7	014	23/07/1990	Angela Borchardt	2	0,60	5	1,50	5	1,00	4	2,00	16	5,10	0,00	0,75	5,85	Classificado
8	017	27/10/1983	Alessandra Petri	3	0,90	5	1,50	6	1,20	4	2,00	18	5,60	0,00	0,00	5,60	Classificado
-	006	20/12/1979	Rosangela Wolter	2	0,60	4	1,20	5	1,00	4	2,00	15	4,80	3,00	0,75	8,55	Desclassificado
-	010	01/12/1974	Marcia Metzger	3	0,90	1	0,30	6	1,20	3	1,50	13	3,90	3,00	0,00	6,90	Desclassificado
-	013	25/04/1984	Janaina Carvalho	4	1,20	4	1,20	6	1,20	2	1,00	16	4,60	0,00	1,00	5,60	Desclassificado
-	012	09/03/1995	Matheus Schmidt	4	1,20	5	1,50	6	1,20	2	1,00	17	4,90	0,00	0,00	4,90	Desclassificado
-	005	13/11/1995	Tainara Klitzke	1	0,30	2	0,60	7	1,40	5	2,50	15	4,80	0,00	0,00	4,80	Desclassificado
-	016	10/02/1974	Simone dos Santos	2	0,60	3	0,90	6	1,20	4	2,00	15	4,70	0,00	0,00	4,70	Desclassificado
-	020	10/05/1992	Gesiele dos Santos	1	0,30	3	0,90	8	1,60	3	1,50	15	4,30	0,00	0,00	4,30	Desclassificado
-	009	01/01/1974	Rosana Girardi	3	0,90	0	0,00	2	0,40	5	2,50	10	3,80	0,00	0,00	3,80	Desclassificado

Servente – Ensino Fundamental

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota			
1	001	20/07/1973	Roberto Carlos Tilch	5	1,50	5	1,50	9	1,80	9	4,50	28	9,30	Classificado
2	003	19/02/1976	Valdinei Fiamoncini	4	1,20	5	1,50	9	1,80	9	4,50	27	9,00	Classificado
3	007	04/04/1990	Aline Eliza Itner	3	0,90	4	1,20	10	2,00	9	4,50	26	8,60	Classificado

Técnico em Saúde Bucal ESF – Ensino Médio

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	018	11/07/1977	Ana Paula Rita Amaral	5	1,50	2	0,60	6	1,20	6	3,00	19	6,30	Classificado



Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 096/2016

DECRETO Nº 096/2016 DE 21 DE JUNHO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	5.894,62
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.158,36
		3.736,26
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	5.894,62

1101.08.243.0006.2058	Manutenção do Conselho Tutelar	2.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.000,00
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.000,00

1101.08.244.0006.2061	Gestão da política de Assistência Social	6.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.3.35.337070	Outras Despesas Correntes	6.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.3.35.337070	Investimentos	6.000,00

1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	50.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.3.35.337066	Outras Despesas Correntes	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.3.35.337066	Investimentos	50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 097/2016

DECRETO Nº 097/2016 DE 22 DE JUNHO DE 2016.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo ABEL JOSÉ NAU, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente presumida MATILDES MARIA NAU, com efeitos a partir de 04/06/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo ABEL JOSÉ NAU, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 438.261.139-34, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente presumida MATILDES MARIA NAU (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.120,52 (um mil cento e vinte reais e cinquenta e dois centavos) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 04/06/2016 – data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 22 de junho de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 098/2016

DECRETO Nº 098/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 138.020,90 (Cento e trinta e oito mil, vinte reais e noventa centavos) por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.1.64.0.171191, 0.1.64.0.171219 e 0.1.64.0.171220 . As dotações abaixo relacionadas:

08. SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0801.15.451.0009.1045	Pavimentação de Ruas	38.020,90

4.4.90.00/0.1.64.0.171191	Investimentos	38.020,90
---------------------------	---------------	-----------

15. SECRETARIA DE AGRICULTURA DESV. RURAL E AQUICULTURA

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1501.26.782.0007.2077	Conservação de estradas Vicinais	100.000,00
4.4.90.00/0.1.64.0.171219	Investimentos	50.000,0
4.4.90.00/0.1.64.0.171220	Investimentos	50.000,0

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de junho de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EXTRATO ATA - PP 246-2015-PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016 DO PP 246/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU.
EMPRESA: BEE2B INFORMÁTICA LTDA ME.
VALOR TOTAL: R\$ 51.864,45
EMPRESA: JEFERSON DA SILVEIRA ME
VALOR TOTAL: R\$ 22.364,70
EMPRESA: MARCELO WEINRICH ME
VALOR TOTAL: R\$ 30.152,48
VIGÊNCIA: 11/04/2016 A 11/04/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.atende.net
Biguaçu, 23 de junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 DO PP 234/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL, DIESEL E ÓLEO DIESEL S-10 PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.
EMPRESA: AMA – COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 849.101,00.
VIGÊNCIA: 01/01/2016 A 31/12/2016.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 23 de junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

01/2016 DO PP 240/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABILITAÇÃO.

EMPRESA: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.

VALOR TOTAL: R\$ 132.040,00.

VIGÊNCIA: 21/01/2016 A 21/01/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 23 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016 DO PP 253/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS, ÓLEOS E ADITIVOS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

EMPRESA: TRATOR PEÇAS- COM. PEÇAS P/ TRATOR LTDA. - VALOR TOTAL: R\$ 50.016,00.

EMPRESA: JULIO SILVESTRI FILHO ME- VALOR TOTAL: 2.874,00

VIGÊNCIA: 20/01/2016 A 20/01/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 23 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016 DO PP 275/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT DE IDOSOS, PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE CADASTRADOS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EMPRESA: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.

VALOR TOTAL: R\$ 38.000,00.

VIGÊNCIA: 21/01/2016 A 21/01/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 23 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3661/2016

LEI Nº 3661/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) à "SOCIEDADE AMIGOS PROERDIANOS – Comarca de Biguaçu", CNPJ n. 10.234.734/0001-99, em parcela única, destinados a atender despesas de manutenção da referida entidade, constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual de 2016 com a seguinte classificação:: 1101.08.244.0006.2059 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela recebida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, na forma estabelecida nas normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de Junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3661 /2016, de 23/06/2016
Sancionada em 23/06/2016
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 1689/2016

PORTARIA nº 1689 de 21 de junho de 2016
Prorroga, a Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) servidor (a) Maira Ribeiro Melo, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 11128.

Art. 2º O período de prorrogação da licença para tratar de interesses particulares é de 01/06/2016 a 01/06/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2016.

Biguaçu, 21 de junho de 2016.
Thaysa Nunes Johanson
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1690/2016

PORTARIA nº 1690 de 23 de junho de 2016
Torna sem efeito a Portaria nº 2113/2015, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2113 de 17 de agosto de 2015, que concedeu a disposição para a Secretaria do Estado da Saúde ao servidor Diogo Demarchi Silva, a partir de 04/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/04/2016.

Biguaçu, 23 de junho de 2016.
Thaysa Nunes Johanson
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1691/2016

PORTARIA nº 1691 de 23 de junho de 2016
Torna sem efeito a Portaria nº 1655/2016, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1655 de 20 de junho de 2016, que exonerou a servidora Genivalda Ronconi de Amorim do cargo de Superintendente de Relações Institucionais, a partir de 20/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/06/2016.

Biguaçu, 23 de junho de 2016.
Thaysa Nunes Johanson
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1692/2016

PORTARIA Nº. 1692 de 23 de junho de 2016
Designa a comissão para que seja realizada Sindicância, nos termos do art. 204 da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, Leandro de Souza e Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Alexsandro Otávio Martins, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que sob a presidência do primeiro, comporem a comissão de abertura de Sindicância e apuração das denúncias de falsificação de atestados médicos e declarações entregues por servidores à Casa Legislativa Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU**ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 32/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Considerando os valores discordantes em alguns itens do edital de licitação, altera-se o edital:

Onde se lê no Aviso de Licitação e Preâmbulo do Edital (Pregão Presencial nº. 32/2016 – FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A UPA 24 HORAS, CEO, POLICLINICA, VIGILÂNCIAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/06/2016, às 13h59min do dia 28/06/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 28/06/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (28/06/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (28/06/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto (...)

Leia-se lê no Aviso de Licitação e Preâmbulo do Edital – (Pregão Presencial nº. 32/2016 – FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A UPA 24 HORAS, CEO, POLICLINICA, VIGILÂNCIAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/06/2016, às 13h59min do dia 08/07/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 08/07/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (08/07/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (08/07/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto (...)

Onde se lê no Preâmbulo do Edital – Anexo II (Pregão Presencial nº. 32/2016 – FMS)

23	50,00	PCT	35,00	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO O RESPECTIVO REGISTRO NA ANVISA, BEM COMO LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA. PACOTE COM 50 UNIDADES.
24	70,00	PCT	68,45	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 50 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO O RESPECTIVO REGISTRO NA ANVISA, BEM COMO LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA. PACOTE COM 50 UNIDADES.
25	50,00	PCT	22,46	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 100 LITROS, MEDINDO 75CM X 105CM, (VARIAÇÃO DE MAIS OU MENOS 1CM), COM NO MÍNIMO 0,10MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES, O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO OS ENSAIOS TÉCNICOS, ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA, PREVISTOS NA NBR 9191:2008.

26	50,00	PCT	55,00	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 50 LITROS, MEDINDO 63CM X 80CM, COM NO MÍNIMO 0,08MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; PACOTES COM 100 UNIDADES. O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO OS ENSAIOS TÉCNICOS, ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA, PREVISTOS NA NBR 9191:2008.
----	-------	-----	-------	---

Leia-se lê no Preâmbulo do Edital – Anexo II (Pregão Presencial nº. 32/2016 – FMS)

23	50,00	PCT	55,00	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO O RESPECTIVO REGISTRO NA ANVISA, BEM COMO LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA. PACOTE COM 50 UNIDADES.
24	70,00	PCT	22,46	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 50 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO O RESPECTIVO REGISTRO NA ANVISA, BEM COMO LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA. PACOTE COM 50 UNIDADES.
25	50,00	PCT	68,45	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 100 LITROS, MEDINDO 75CM X 105CM, (VARIAÇÃO DE MAIS OU MENOS 1CM), COM NO MÍNIMO 0,10MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES, O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO OS ENSAIOS TÉCNICOS, ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA, PREVISTOS NA NBR 9191:2008.
26	50,00	PCT	35,00	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 50 LITROS, MEDINDO 63CM X 80CM, COM NO MÍNIMO 0,08MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; PACOTES COM 100 UNIDADES. O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO OS ENSAIOS TÉCNICOS, ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA, PREVISTOS NA NBR 9191:2008.

As demais informações constantes no Aviso de Licitação e Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 23 de junho de 2016.
Gabriel Arthur Loeff
Secretário Municipal de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.296/2016

LEI Nº 8.296, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS RUAS PAULO ZINGEL, PAULO ZINGEL FILHO E TRANSVERSAIS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação de Moradores das ruas Paulo Zingel, Paulo Zingel Filho e Transversais, CNPJ nº 15.086.821/0001-60, com sede e foro jurídico no município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.297/2016

LEI Nº 8.297, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DE COMBATE AO PRECONCEITO ÀS PESSOAS COM NANISMO", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal de Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo, a ser realizado, anualmente, no dia 25 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.298/2016

LEI 8.298, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF PARA PAGAMENTO DE CONTRAPARTIDA DEVIDA PELO MUNICÍPIO PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS INSCRITOS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC 2 – PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS – ETAPA 3.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento

junto à Caixa Econômica Federal – CEF, por meio do Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento – CPAC, no valor de até

R\$ 1.265.279,03 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e três centavos), visando ao pagamento de contrapartida devida pelo Município para execução de projetos inscritos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 – Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - Etapa 3.

Parágrafo único. O financiamento descrito no caput deste artigo será contratado em obediência às disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, normas da Caixa Econômica Federal – CEF e demais condições específicas.

Art. 2º O financiamento autorizado por esta Lei será contraído observadas as seguintes condições:

I – amortização em até 96 (noventa e seis) meses;

II – prazo de carência e de desembolso de até 24 (vinte e quatro) meses, conforme o dia e o mês da contratação, com data final fixa a ser informada pelo agente financeiro;

III – encargos financeiros constituídos da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescidos de 3,4% (três vírgula quatro por cento) ao ano, sendo destes, 1,1% (um vírgula um cento) ao ano a título de remuneração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e 2,3% (dois vírgula três por cento) ao ano a título de remuneração do agente financeiro, incidentes mensalmente no saldo devedor do contrato de financiamento.

Art. 3º Para a garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento a ser contratado pelo Município, observadas as finalidades indicadas no art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a ceder e ou vincular, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro-solvendo, as receitas e parcelas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e ou do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação vigente.

§1º O disposto no caput deste artigo obedece aos ditames contidos nos incisos I e II do art. 159, da Constituição Federal, e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à Caixa Econômica Federal – CEF os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exeqüíveis no caso de inadimplemento;

§2º Para a efetivação da cessão e ou da vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a transferir os recursos cedidos e ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica Federal – CEF, nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§3º Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal – CEF na hipótese de o Município não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações

assumidas no contrato de empréstimo, financiamento ou na operação de crédito celebrado com a CEF.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do art. 32, §1º, inciso II, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º O Poder Executivo consignará nos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e nos orçamentos anuais do Município, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o financiamento, dotações suficientes ao pagamento das parcelas de amortização e encargos financeiros decorrentes da operação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.299/2016

LEI Nº 8.299, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU, no valor de R\$ 121.018.000,00 (cento e vinte e um milhões e dezoito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

22 – INST. MUN. DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BNU - ISSBLU

2201 – Inst. Mun. de Seguridade Social de Blumenau - ISSBLU
Atividade 22.01.09.272.0014.2125 – Man. Conc. de Benefícios Previdenciários
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas R\$ 121.018.000,00
Fonte de Recursos 0203.00000

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo 1º desta Lei correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

22 – INST. MUN. DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BNU - ISSBLU

2201 – Inst. Mun. de Seguridade Social de Blumenau - ISSBLU
Atividade 22.01.09.272.0014.2125 – Manut. Concessão Benef. Previdenciários
Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 121.018.000,00
Fonte de Recursos 0203.00000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.300/2016

LEI 8.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DENOMINA DE “AGNELO PAULO LANSER” PRAÇA PÚBLICA LOCALIZADA NA RUA HERMANN TRIBESS, NO BAIRRO TRIBESS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de “AGNELO PAULO LANSER” a praça pública localizada na Rua Hermann Tribess, em área lateral ao Parque Residencial Tribess, no Bairro Tribess.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.059/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.059, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 154 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 660, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 154 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores do Município, suas Autarquias e Fundações e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 154. Ao servidor que pretende concorrer a cargo eletivo será concedida licença para atividade política a partir dos três meses que antecedem a data da eleição até o décimo quinto dia seguinte ao pleito, assegurada a percepção dos vencimentos integrais.

§1º O requerimento de solicitação da licença deverá estar instruído com a prova de filiação partidária do servidor pelo tempo mínimo exigido na legislação eleitoral, bem como de declaração emitida por partido político atestando a sua condição de pré-candidato às eleições.

§2º A continuidade do afastamento fica condicionada ao deferimento do registro da candidatura do servidor perante a Justiça Eleitoral.

§3º Não havendo o registro da candidatura, ou sendo este indeferido, a licença será revogada, devendo o servidor retornar ao exercício do seu respectivo cargo ou função.

§4º Na hipótese do §3º, será instaurado procedimento administrativo para apurar as causas determinantes da ausência do registro ou do seu indeferimento, sendo que, concluindo pela culpa ou simulação do servidor, será promovida a recuperação do valor correspondente aos vencimentos pagos durante o período de afastamento.

§5º A licença de que trata este artigo não se aplica aos ocupantes de cargos de provimento em comissão.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.061/2016

LEI COMPLEMENTAR 1.061, DE 23 DE JUNHO DE 2016.
DENOMINA "CALÇADÃO BRUECKHEIMER" O TRECHO DA RUA CAPITÃO EUCLIDES DE CASTRO QUE SE ESTENDE DA RUA XV DE NOVEMBRO ATÉ A RUA CURT HERING, NO CENTRO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É denominado "Calçadão Brueckheimer" o trecho da Rua Capitão Euclides de Castro que se estende da Rua XV de Novembro até a Rua Curt Hering, no Centro.

§1º No trecho descrito no caput deste artigo fica proibida a circulação de veículos automotores;

§2º Os veículos automotores de propriedade de usuários da garagem localizada no trecho descrito no caput deste artigo serão credenciados e terão permissão de acesso emitida pela Diretoria de Trânsito do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB;

§3º Compete ao Poder Executivo, por meio das Secretarias de Planejamento Urbano – SEPLAN e Serviços Urbanos – SESUR e do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, adotar as medidas de sinalização e fiscalização de trânsito no trecho descrito no caput deste artigo.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.989/2016

DECRETO N. 10.989, DE 17 DE JUNHO DE 2016.
INSTITUI O PROGRAMA PEDAGOGIA HOSPITALAR "AMANDA CAROLINA KUODREK".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "f" e "l", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela titular da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, objeto do Memorando n. 246/2016-GABINETE SEMED, manifestando seu juízo positivo de conveniência e oportunidade acerca da adoção da medida,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Pedagogia Hospitalar "Amanda Carolina Kuodrek", consubstanciado no atendimento pedagógico dispensado à criança e ao adolescente hospitalizado nas dependências da Fundação Hospitalar de Blumenau durante o internamento.

Art. 2º Aos alunos do ensino fundamental incapacitados de presença às aulas devido à internação hospitalar e que mantenham condições físicas, intelectuais e emocionais para realizar aprendizagem, aplicar-se-á atendimento pedagógico, em caráter complementar.

§ 1º O atendimento pedagógico ministrado possui equivalência às classes comuns do ensino regular.

§ 2º Enquanto sujeito ao atendimento pedagógico hospitalar, o aluno é considerado com frequência efetiva às aulas.

§ 3º A criança em idade de educação infantil, a partir dos 4 anos de idade, hospitalizada e com condições físicas, intelectuais e emocionais para realizar atividades de aprendizagem, aplicar-se-á atendimento pedagógico de apoio ao desenvolvimento das ações pedagógicas, lúdicas e de escolarização.

Art. 3º Compete a Secretaria de Educação – SEMED:

I – prover suporte de apoio ao desenvolvimento das ações pedagógicas, lúdicas e de escolarização;

II – acompanhar e avaliar o desenvolvimento das crianças e adolescentes hospitalizados.

Art. 4º Os servidores em classe hospitalar terão seu registro de ponto vinculado à escola indicada pela Secretaria Municipal de Educação a atender a instituição hospitalar.

Art. 5º Aos servidores designados para atendimento pedagógico hospitalar, em efetivo exercício da função, ficam assegurados todos os direitos e garantias atinentes ao profissional que desempenha suas atividades em classe tradicional.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.990/2016

DECRETO N. 10.990, DE 20 DE JUNHO DE 2016.
ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NO DECRETO N. 10.968, DE 13 DE MAIO DE 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "f" e "o", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 24 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n. 10.968, de 13 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais no dia 12 de julho de 2016 será antecipadamente encerrado às 16h (dezoito horas).".

Art. 2º O art. 2º do Decreto n. 10.968, de 13 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica ao expediente:

I – das unidades da rede pública municipal de saúde do Município, que funcionarão em horário normal;

II – dos Centros de Educação Infantil da rede pública de ensino do Município, que funcionarão em regime de plantão.".

Art. 3º O Decreto n. 10.968, de 13 de maio de 2016, passa a vigorar acrescido dos artigos 2ºA e 2ºB, com as seguintes redações:

“Art. 2ºA Os servidores públicos municipais selecionados para atuar como voluntários durante a realização do evento denominado revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016 no Município serão dispensados de suas atividades durante o período determinado pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Art. 2ºB O Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, a Fundação Municipal de Desportos – FMD e as Secretarias Municipais de Saúde – SEMUS, Planejamento Urbano – SEPLAN e Defesa do Cidadão – SEDECI manterão equipes à disposição do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para auxiliar na realização do revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016 no Município.”.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.991/2016

DECRETO N. 10.991, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, “g”, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 28 da Lei Complementar n. 1.014, de 11 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a aprovação pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS do seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, na forma da Lei Complementar n. 1.014, de 11 de dezembro de 2015, que com este baixa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.991/2016 - ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

CAPÍTULO I DA NATUREZA DO CMHIS

Art. 1º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS é órgão de caráter permanente, de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e normativa, integrante da estrutura administrativa municipal e será composto por representantes de entidades governamentais e não governamentais, bem como de segmentos da sociedade civil organizada, observado o princípio democrático de escolha na proporção de, pelo menos, um quarto das vagas aos representantes de movimentos populares.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIONAMENTO DO CMHIS

Seção I Dos Membros do Conselho

Art. 2º O CMHIS, sob a presidência do Titular do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, tem sua composição definida na Lei Complementar nº 1014, de 11 de dezembro de 2015, e seus membros nomeados por ato do Prefeito.

Parágrafo único. Cada membro titular do CMHIS terá um suplente, indicado pelo mesmo segmento a que o titular represente, que assumirá, automaticamente, nas ausências e impedimentos do titular.

Seção II Do Mandato do Conselheiro

Art. 3º O mandato dos Conselheiros, considerado de relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de quatro anos, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 4º É dever do Conselheiro o comparecimento às sessões, tanto ordinárias como extraordinárias, cabendo o voto ao titular, devendo este justificar, previamente ou na reunião seguinte, por escrito, a impossibilidade de comparecimento à reunião.

Parágrafo único. Quando o titular estiver impedido ou impossibilitado de comparecer deverá comunicar o fato ao respectivo suplente, em tempo, para que ocorra a substituição.

Art. 5º Perderá o mandato o Conselheiro que faltar, sem justificativa, a três sessões ordinárias consecutivas ou cinco alternadas, devendo assumir, imediatamente, seu suplente.

Parágrafo único. Se ocorrerem faltas nos limites previstos neste artigo, também do suplente, a entidade representada será demandada para que indique novos representantes, titular e suplente, para completarem o mandato.

Seção III Das Reuniões do Conselho

Art. 6º As reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS serão bimensais, segundo o cronograma fixado pelo plenário no início de cada exercício e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou ainda, pela maioria de seus membros, sendo exigido, nesta hipótese, justificativa por escrito ao Presidente do Conselho.

§1º As reuniões do Conselho Municipal Habitação de Interesse Social – CMHIS serão iniciadas com presença mínima de 50% mais um de seus membros, em primeira chamada; não havendo quorum, meia hora após, com um terço de seus membros e as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

§2º A primeira reunião de cada gestão do CMHIS ocorrerá no prazo máximo de trinta dias contados a partir da publicação do ato de designação de seus membros.

Art. 7º – As reuniões do CMHIS serão lavradas em ata de forma sucinta e a lista de presença fará parte integrante desta.

Art. 8º - As reuniões terão duração máxima de três horas, prorrogáveis por, no máximo, trinta minutos, a critério dos Conselheiros, sendo desenvolvida na seguinte ordem:

I – expediente;

II – deliberação;

III – palavra livre;

IV – encerramento.

§1º O expediente compreenderá:

a) apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;

b) apresentação, dos avisos, comunicações, correspondências e documentos de interesse do Conselho;

c) leitura da pauta.

§2º A deliberação compreende a discussão e votação dos assuntos da pauta, que serão aprovados se obtiverem os votos da maioria dos conselheiros presentes.

§3º O Presidente do Conselho, em função da extensão da pauta, definirá, a qualquer momento, o tempo máximo para discussão de cada assunto e, por via de consequência, limitará o tempo de manifestação de cada conselheiro sobre aquele assunto.

§4º Anunciada a apreciação de um assunto, far-se-á a exposição da matéria, passando-se a discussão e a posterior votação.

§5º O conselheiro que desejar manifestar-se quanto ao tema em discussão deverá solicitar a palavra, que será concedida por ordem de inscrição.

§6º Ao proceder a votação o Presidente deverá solicitar a manifestação da plenária quanto aos votos favoráveis e contrários e às abstenções.

§7º Durante a votação só será admitido o uso da palavra para encaminhamento de votação, declaração de voto ou pedido de questão de ordem.

§8º Para os efeitos de registro em ata só serão consideradas declarações de voto se o conselheiro, expressamente, requerer.

§9º A decisão de matéria constante da pauta poderá ser adiada por deliberação do Conselho, a pedido de qualquer um de seus membros, desde que devidamente justificada.

§10. As deliberações do CMHIS serão objeto de Resoluções a serem expedidas pelo Presidente do Conselho.

Seção IV Das Competências do Conselho

Art. 9º – Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS:

I - cumprir e fazer cumprir a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como toda a legislação pertinente;

II - fixar critérios e definir diretrizes e estratégias para a implementação da PMHIS e do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PLMHIS, observada a legislação que rege as matérias;

III - aprovar os Planos Urbanísticos Específicos - PUE das Zonas de Especial de Interesse Social - ZEIS, acompanhando sua execução e recomendar ao Conselho Gestor do FMHIS a suspensão do desembolso de recursos, caso sejam constatadas irregularidades na aplicação dos mesmos;

IV - deliberar sobre a divulgação das formas e critérios de acesso à PMHIS, bem como as ações a serem realizadas;

V - promover e articular, quando necessário, reuniões com os demais Conselhos existentes no Município que tiverem relação com os temas pertinentes à habitação e à regularização fundiária;

VI - propor a realização de audiências públicas e seminários pertinentes à PMHIS;

VII - realizar estudos sobre a definição de convênios na área de habitação e ou regularização fundiária junto a organismos nacionais ou internacionais, públicos e ou privados;

VIII - propor programas, instrumentos e normas a bem dos interesses da PMHIS;

IX - acompanhar e avaliar a implementação da PMHIS, em especial os programas previstos no PLMHIS e recomendar as providências necessárias para o cumprimento de seus objetivos;

X - propor a edição de normas relativas à habitação ou regularização fundiária de interesse social, em sintonia com o Plano Diretor do Município.

XI - encaminhar manifestação sobre propostas de alteração da legislação municipal afeta à PMHIS;

XII - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social da PMHIS, visando fortalecer o desenvolvimento sustentável;

XIII - editar resoluções das deliberações tomadas em reuniões plenárias;

XIV - convocar e organizar, conjuntamente com o Órgão Gestor da Política Habitacional do Município, a Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social;

XV - propor e aprovar seu regimento interno;

XVI - constituir comissões temáticas, grupos de trabalho e comissões especiais;

XVII - promover a formação continuada dos Conselheiros sobre temas afins à PMHIS;

XVIII - propor a criação de mecanismos de informações para subsidiar a formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações no âmbito do SMHIS;

XIX - eleger um Vice-Presidente e um Secretário Geral que, juntamente com o Presidente, comporão a Mesa Diretora do CMHIS.

Parágrafo Único. A Vice-Presidência e a Secretaria Geral serão exercidas, a cada mandato, de forma alternada por representantes não governamentais e por representantes de movimento populares.

Seção V Das Competências do Presidente

Art. 10. Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

I – presidir as sessões, coordenando os trabalhos, resolvendo as questões de ordem, conduzindo os debates, apurando as votações e estabelecendo os procedimentos necessários para resolver situações de impasse;

II - representar o Conselho, superintender seus serviços e assegurar seu funcionamento;

III - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – o voto de desempate nas deliberações do Conselho;

V - organizar a pauta e o calendário das reuniões;

VI – assinar as correspondências do Conselho;

VII – comunicar, às entidades e/ou órgãos representado no Conselho, as ausências de seus representados que excedam às previstas por este Regimento Interno e solicitar sua substituição;

VIII – estabelecer, ouvido o Conselho Municipal de Habitação, as diretrizes, prioridades e estratégias para a implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e do Plano Habitacional de Interesse Social;

IX – expedir Resoluções, na forma aprovada pelo CMHIS;

X – subsidiar o CMHIS com estudos técnicos necessários ao exercício de suas atividades.

Seção VI Das Competências do Vice-Presidente

Art. 11. Compete ao Vice-Presidente do CMHIS assessorar o Presidente, bem como substituí-lo em seus impedimentos e/ou ausências.

Seção VII Das Competências do Secretário Geral

Art. 12. Compete ao Secretário Geral do CMHIS:

I – revisar as atas registradas pela assessoria técnica;

II – inscrever as pessoas presentes às reuniões que quiserem se manifestar;

III – substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos e/ou ausências.

Seção VIII Da assessoria técnica

Art. 13. A assessoria técnica será exercida por um servidor público municipal, designado pelo Presidente, competindo-lhe:

I – organizar, juntamente com o Presidente, a pauta dos trabalhos para cada sessão;

II – enviar o material aos conselheiros e suplentes;

III – redigir as atas das reuniões;

IV – inscrever as pessoas presentes à reunião que quiserem manifestar sua opinião sobre determinado assunto da pauta;

V - organizar espaços físicos e materiais das reuniões do Conselho;

VI - colher a assinatura dos conselheiros na lista de presença;

VII – digitar e expedir a correspondência a ser assinada pelo Presidente;

VIII – manter em arquivos os documentos expedidos e recebidos

pelo Conselho;

IX - manter atualizado o controle da frequência dos conselheiros;

X – comunicar, ao Presidente, quais os conselheiros que excederam as ausências previstas por este Regimento Interno;

§1º Os conselheiros deverão receber, com antecedência mínima de cinco dias da reunião ordinária, preferencialmente, via correio eletrônico:

a) a ata da reunião anterior;

b) a pauta da reunião;

c) em avulso, o material objeto da pauta.

§2º O membro do Conselho que tiver assunto a ser incluído na pauta deverá, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, encaminhá-la por escrito à assessoria técnica, que o submeterá ao Presidente.

§3º Quinze dias após a reunião, deverá ser encaminhado aos conselheiros, preferencialmente via correio eletrônico, a ata da reunião anterior e estes devolvê-la, devidamente analisada e com as alterações que julgarem necessárias, até dez dias antes da próxima reunião.

CAPÍTULO III DA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 14. A escolha dos Conselheiros não governamentais para o CMHIS dar-se-á mediante convocação do Presidente do CMHIS, através de Edital de Convocação, que será publicado em jornal de grande circulação e na página eletrônica do Município, mediante ampla divulgação.

Art. 15. O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral composta exclusivamente por três conselheiros municipais representantes da sociedade civil, observada, sempre que possível, a representatividade dos segmentos que compõem o Conselho.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho designar, por resolução, os membros que comporão a Comissão Eleitoral.

Art. 16. No Edital constarão as normas para inscrição de candidatos e credenciamento de delegados, que participarão do processo de escolha dos conselheiros não governamentais conforme normas previstas neste Regimento.

§1º Cada entidade ou movimento popular poderá inscrever, para o processo de escolha, somente um candidato titular com respectivo suplente e um delegado.

§2º A entidade ou movimento popular somente poderá indicar um delegado se indicar um candidato.

Art. 17. Poderão se habilitar como votantes no processo de escolha dos conselheiros não governamentais entidades ou movimentos populares habilitados a designarem candidatos, juntamente com a respectiva pessoa física designada.

Parágrafo único. As entidades ou movimentos populares deverão indicar o segmento a que pertencem, observado seu estatuto ou organização, obedecendo às legislações e normas que regulamentam cada segmento.

Art. 18. Cada representante do segmento habilitado pela Comissão Eleitoral para designar candidato votará tantas vezes quantas

forem o número de vagas por segmento.

Art. 19. Serão considerados eleitos como conselheiros titulares os representantes das entidades ou movimentos populares que obtiverem o maior número de votos, na ordem de classificação por segmento, e como suplentes os subsequentes, na ordem de classificação por segmento.

Art. 20. Na hipótese de afastamento ou substituição de entidade ou movimento popular, não havendo suplentes, a escolha das entidades ou movimentos substitutos, que completarão o mandato, será efetuada através de fórum próprio.

Art. 21. Visando garantir a participação popular, o Conselho deverá divulgar amplamente o processo de eleição, através dos meios de comunicação locais disponíveis.

Art. 22. O Ministério Público será informado do processo de eleição para, querendo, acompanhar seu desenvolvimento.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS reunir-se-á em local previamente definido na Convocação.

Art. 24. A reunião extraordinária obedecerá a forma deste Regimento e sua pauta limitar-se-á ao assunto que deu causa a convocação.

Art. 25. Poderão participar das reuniões a convite dos membros do Conselho ou de seu Presidente, com direito a voz, representantes de órgãos públicos e de entidades privadas, cuja área de competência se relacione com o assunto a ser discutido.

Art. 26. Todas as reuniões serão abertas à comunidade, que poderá manifestar-se, mediante inscrição prévia junto ao Secretário do Conselho, sobre o assunto em pauta que for de seu interesse, tendo, no máximo, três minutos para defender seu ponto de vista.

Art. 27. O Município expedirá documento de identificação aos membros do Conselho.

Art. 28. Quaisquer alterações deste Regimento serão propostas em sessão do Conselho, discutidas e votadas em sessões posteriores, e somente serão aprovadas se obtiverem o voto da maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 29. Os casos omissos serão decididos pelo plenário.

Art. 30. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Prefeitura Municipal de Blumenau, em 01 de fevereiro de 2016.

DECRETO Nº 10.992/2016

DECRETO N. 10.992, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "g", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 28 da Lei Complementar n. 1.014, de 11 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a aprovação pelo Conselho Gestor do Fundo

Municipal de Habitação de Interesse Social do seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, na forma da Lei Complementar n. 1.014, de 11 de dezembro de 2015, que com este baixa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2016.
NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.992/2016 - ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

CAPÍTULO I DA NATUREZA DO CGFMHIS

Art. 1º O Conselho Gestor DO Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS é órgão de caráter propositivo e deliberativo de análise de todas as operações financeiras e contábeis do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CGFMHIS

Seção I Dos Membros do Conselho

Art. 2º O CGFMHIS, sob a presidência do Titular do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária é composto de todos os membros indicados e/ou eleitos para atuarem no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, na forma de seu Regimento Interno.

Seção II Do Mandato do Conselheiro

Art. 3º O mandato dos Conselheiros, considerado de relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de quatro anos, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 4º É dever do Conselheiro o comparecimento às sessões, tanto ordinárias como extraordinárias, cabendo o voto ao titular, devendo este justificar, previamente ou na reunião seguinte, por escrito, a impossibilidade de comparecimento à reunião.

Parágrafo único. Quando o titular estiver impedido ou impossibilitado de comparecer deverá comunicar o fato ao respectivo suplente, em tempo, para que ocorra a substituição.

Art. 5º Perderá o mandato o Conselheiro que faltar, sem justificativa, a três sessões ordinárias consecutivas ou cinco alternadas, devendo assumir, imediatamente, seu suplente.

Parágrafo único. Se ocorrerem faltas nos limites previstos neste artigo, também do suplente, a entidade representada será demandada para que indique novos representantes, titular e suplente, para completarem o mandato.

Seção III Das Reuniões do Conselho

Art. 6º As reuniões ordinárias do CGFMHIS, caso haja matéria para apreciação, serão bimensais, segundo o cronograma fixado pelo plenário no início de cada exercício e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou ainda, pela maioria de seus membros, sendo exigido, nesta hipótese, justificativa por escrito ao Presidente do Conselho.

Parágrafo único. As reuniões do CGFMHIS serão iniciadas com presença mínima de 50% mais um de seus membros, em primeira chamada; não havendo quorum, meia hora após, com um terço de seus membros e as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Art. 7º – As reuniões do CGFMHIS serão lavradas em ata de forma sucinta e a lista de presença fará parte integrante desta.

Art. 8º - As reuniões terão duração máxima de uma hora, prorrogável por no máximo trinta minutos, a critério dos Conselheiros, sendo desenvolvida na seguinte ordem:

I – expediente;

II – deliberação;

III - palavra livre;

IV – encerramento.

§1º O expediente compreenderá:

a) leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

b) leitura da pauta.

§2º A deliberação compreende a discussão e votação dos assuntos da pauta, que serão aprovados se obtiverem os votos da maioria simples dos conselheiros presentes.

§3º O Presidente do Conselho, em função da extensão da pauta, definirá, no início da reunião, o tempo máximo para discussão de cada assunto e, por via de consequência, limitará o tempo de manifestação de cada conselheiro sobre aquele assunto.

§4º Anunciada a apreciação de um assunto, far-se-á a exposição da matéria, passando-se a discussão e a posterior votação.

§5º O conselheiro que desejar manifestar-se quanto ao tema em discussão deverá solicitar a palavra, que será concedida por ordem de inscrição.

§6º Ao proceder a votação o Presidente deverá solicitar a manifestação da plenária quanto aos votos favoráveis e contrários e às abstenções.

§7º Durante a votação só será admitido o uso da palavra para encaminhamento de votação, declaração de voto ou pedido de questão de ordem.

§8º Para os efeitos de registro em ata só serão consideradas declarações de voto se o conselheiro, expressamente, requerer.

§9º A decisão de matéria constante da pauta poderá ser adiada por deliberação do Conselho, a pedido de qualquer um de seus membros, desde que devidamente justificada.

§10. As deliberações do CGFMHIS serão objeto de Resoluções a serem expedidas pelo Presidente do Conselho.

Seção IV

Das Competências do Conselho

Art. 9º – Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação na alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais e de regularização fundiária, observado o disposto na Lei Complementar nº 1014, de 11 de dezembro de 2015, a PMHIS e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PLMHIS;

II - analisar e aprovar os orçamentos e planos de aplicação e as metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;

III - fixar critérios de inscrição e de acesso a benefícios sociais da área habitacional;

IV - deliberar e emitir pareceres sobre as contas do FMHIS;

V - dirimir dúvidas e deliberar quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;

VI - propor, aprovar e alterar seu regimento interno.

§1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

§2º O Conselho Gestor do FMHIS proverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas passíveis de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

Seção V

Das Competências do Presidente

Art. 10. Compete ao Presidente do CGFMHIS:

I – presidir as sessões, coordenando os trabalhos, resolvendo as questões de ordem, conduzindo os debates, apurando as votações e estabelecendo os procedimentos necessários para resolver situações de impasse;

II - representar o Conselho, superintender seus serviços e assegurar seu funcionamento;

III - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – o voto de desempate nas deliberações do Conselho;

V - organizar a pauta e o calendário das reuniões;

VI – assinar as correspondências do Conselho;

VII – comunicar, às entidades e/ou órgãos representado no Conselho, as ausências de seus representados que excedam às previstas por este Regimento Interno e solicitar sua substituição;

VIII – expedir Resoluções, na forma aprovada pelo CGFMHIS;

X – subsidiar o CGFMHIS com estudos técnicos necessários ao exercício de suas atividades.

Seção VI
Das Competências do Vice-Presidente

Art. 11. Compete ao Vice-Presidente do CGFMHIS assessorar o Presidente, bem como substituí-lo em seus impedimentos e/ou ausências.

Seção VII
Das Competências do Secretário Geral

Art. 12. Compete ao Secretário Geral do CGFMHIS:

- I – revisar as atas registradas pela assessoria técnica;
- II – inscrever as pessoas presentes às reuniões que quiserem se manifestar;
- III – substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos e/ou ausências.

Seção VIII
Da assessoria técnica

Art. 13. A assessoria técnica será exercida por um servidor público municipal, designado pelo Presidente, competindo-lhe:

- I – organizar, juntamente com o Presidente, a pauta dos trabalhos para cada sessão;
 - II – enviar o material aos conselheiros e suplentes;
 - III – redigir as atas das reuniões;
 - IV – inscrever as pessoas presentes à reunião que quiserem manifestar sua opinião sobre determinado assunto da pauta;
 - V - organizar espaços físicos e materiais das reuniões do Conselho;
 - VI - colher a assinatura dos conselheiros na lista de presença;
 - VII – digitar e expedir a correspondência a ser assinada pelo Presidente;
 - VIII – manter em arquivos os documentos expedidos e recebidos pelo Conselho;
 - IX - manter atualizado o controle da frequência dos conselheiros;
 - X – comunicar, ao Presidente, quais os conselheiros que excederam as ausências previstas por este Regimento Interno;
- §1º Os conselheiros deverão receber, com antecedência mínima de cinco dias da reunião ordinária, preferencialmente, via correio eletrônico:
- a) a ata da reunião anterior;
 - b) a pauta da reunião;
 - c) em avulso, o material objeto da pauta.

§2º O membro do Conselho que tiver assunto a ser incluído na pauta deverá, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, encaminhá-la por escrito à assessoria técnica, que o submeterá ao Presidente.

§3º Quinze dias após a reunião, deverá ser encaminhado aos conselheiros, preferencialmente via correio eletrônico, a ata da reunião anterior e estes devolvê-la, devidamente analisada e com as

alterações que julgarem necessárias, até dez dias antes da próxima reunião.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O CGFMHIS reunir-se-á em local previamente definido na Convocação.

Art. 15. A reunião extraordinária obedecerá a forma deste Regimento e sua pauta limitar-se-á ao assunto que deu causa a convocação.

Art. 16. Poderão participar das reuniões a convite dos membros do Conselho ou de seu Presidente, com direito a voz, representantes de órgãos públicos e de entidades privadas, cuja área de competência se relacione com o assunto a ser discutido.

Art. 17. Todas as reuniões serão abertas à comunidade, que poderá manifestar-se, mediante inscrição prévia junto ao Secretário do Conselho, sobre o assunto em pauta que for de seu interesse, tendo, no máximo, três minutos para defender seu ponto de vista.

Art. 18. Quaisquer alterações deste Regimento serão propostas em sessão do Conselho, discutidas e votadas em sessões posteriores, e somente serão aprovadas se obtiverem o voto da maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 19. Os casos omissos serão decididos pelo plenário.

Art. 20. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Prefeitura Municipal de Blumenau, em 01 de fevereiro de 2016.

DECRETO Nº 10.993/2016

DECRETO N. 10.993, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

RENUMERA DISPOSITIVO DO DECRETO N. 8.604, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2008.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "a", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica renumerado como alínea "d" do inciso III do art. 3º o parágrafo único do caput do mesmo artigo do Decreto n. 8.604, de 1º de fevereiro de 2008, acrescentado pelo Decreto n. 10.987, de 10 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.812/2016

PORTARIA Nº 19.812, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 010/2015, QUE TRAMITOU PERANTE A 3ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos do PAD nº 010/2015, resolve:

DETERMINAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.814/2016

PORTARIA Nº 19.814, DE 20 DE JUNHO DE 2016.
DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
JAN MICHAEL NASCIMENTO BAILER PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO CEI "MONTEIRO LOBATO".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 245/2016, de 13/06/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR,
a contar de 06 de junho de 2016, o servidor público municipal JAN MICHAEL NASCIMENTO BAILER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Monteiro Lobato", concedendo-lhe a gratificação de 30% (trinta por cento) de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.815/2016

PORTARIA Nº 19.815, DE 20 DE JUNHO DE 2016.
DECLARA VAGO O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, OCUPADO POR CRISTIANE REIF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO, a contar de 02 de maio de 2016, o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, ocupado pela servidora pública municipal CRISTIANE REIF, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, em virtude de sua posse no cargo de Analista de Políticas Públicas, com jornada de 30 horas semanais, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014, nomeada através da Portaria nº 19.636/2016, conforme o Processo Administrativo nº 2016/04/3947.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.816/2016

PORTARIA Nº 19.816, DE 20 DE JUNHO DE 2016.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS DIAS PARA CANDIDATAR-SE A MANDATO ELETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento nos arts. 21, 22, II e o § 2º do art. 154, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, resolve:

AUTORIZAR
o afastamento, a contar de 02 de julho de 2016, do servidor público municipal MARCOS DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para candidatar-se a mandato eletivo de Vereador, nas eleições previstas para o dia 02 de outubro de 2016, sem prejuízo do respectivo vencimento, de acordo com o Processo Administrativo nº 2016/06/5010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.817/2016

PORTARIA Nº 19.817, DE 20 DE JUNHO DE 2016.
DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARINETE DE MELO BARROSO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando n. 251, de 15/06/2016, subscrito pela Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR, a contar de 07 de junho de 2016, a servidora pública municipal MARINETE DE MELO BARROSO, matrícula nº 23086-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Secretária Escolar do CEI "Evalino Roth", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, equivalente a 20% (vinte por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.818/2016

PORTARIA Nº 19.818, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 93 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 02/2016 GC de 16/06/16, da Secretaria Municipal de Administração – Gerência de Capacitação, resolve:

CONCEDER Gratificação de Instrução de Programas de Treinamento e Capacitação correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, por hora aula ministrada, aos servidores públicos municipais abaixo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo:

Nome do(a) servidor(a)	Cargo	C/H	Faixa Venc	Padrão Venc	Horas aulas ministradas
Ana Priscila de Oliveira Benites	Psicólogo	20	I	A	80
Marcio Jose Weber	Administrador	30	I	C	40
Zuleica Maria Gadotti Melato	Psicólogo	40	II	L	56
Allan Cristian Buettgen	Psicólogo	40	2II	J	96
Amanda Fenilli Mendes	Fonoaudiólogo	30	I	A	14
José Reynaldo Menezes Graça	Técnico em Segurança do Trabalho	40	I	A	21

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.819/2016

PORTARIA Nº 19.819, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - CMT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o parágrafo único do art. 3º, da Lei Complementar nº 174, de 15 de junho de 1998, e atendendo ao Ofício SECTUR n. 129/2016, de 14/06/2016, resolve:

NOMEAR, a contar de 14 de junho 2016 e sem ônus para o Município, com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 174, de 15 de junho de 1998, e alterações posteriores, e no Decreto nº 6.343, de 18 de março de 1999, para comporem o Conselho Municipal de Turismo, juntamente com os demais:

ERIKA DE PAULA ALVES e ADRIANA DIAS PASCO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, em substituição a IVANA MARIA SCHMITT PEDREIRA e DILSON TOMIO, nomeados pela Portaria nº 17.003, de 24 de maio de 2013;

FABIO RICCI, representante suplente, do Serviço Nacional do Comércio - SENAC, em substituição a CAROLINE BURGHARDT, nomeada pela Portaria nº 17.003, de 24 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.820/2016

PORTARIA Nº 19.820, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA LUIZ CLAUDIO KOERICH PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o artigo 10 da Lei Complementar nº 833, de 13/12/2011, e de conformidade com o Ofício FCB/Presidência nº 046/2016, de 16/06/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, para o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 833, de 13/12/2011:

LUIZ CLAUDIO KOERICH, representante titular da Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, em substituição a IVONE LEMKE, nomeada pela Portaria nº 17.787, de 08/05/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.821/2016

PORTARIA Nº 19.821, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DOS PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE À ANTONIA MACHADO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fulcro na Lei Complementar nº 76, de 09 de novembro de 1994, resolve:

CONCEDER COMPLEMENTAÇÃO DOS
PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE

à ANTONIA MACHADO, viúva do ex-servidor público municipal NILTON MACHADO, matrícula nº 700495, no valor de R\$ 1.167,43 (Um mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos), equivalentes à diferença do valor da aposentadoria que o ex-servidor receberia se vivo estivesse e o valor do benefício pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, com efeitos retroativos a 24 de setembro de 2015, de conformidade com o Processo Administrativo nº 2016/03/5221.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.822/2016

PORTARIA Nº 19.822, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DOS PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE À MARIA FELICIO NUNES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fulcro na Lei Complementar nº 76, de 09 de novembro de 1994, resolve:

CONCEDER COMPLEMENTAÇÃO DOS
PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE

à MARIA FELICIO NUNES, viúva do ex-servidor público municipal VALMOR NUNES, matrícula nº 702617, no valor de R\$ 491,52 (Quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos), equivalentes à diferença do valor da aposentadoria que o ex-servidor receberia se vivo estivesse e o valor do benefício pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2016, de conformidade com o Processo Administrativo nº 2016/06/5479.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-002/16

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-002-16 - Contratação de empresas para execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária na Rua Franz Muller (Trecho 2: Rua Firmina Gonçalves até Rua Emil Wehmuth), Bairro: Velha Grande, localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais especificações constantes neste edital – BADESC/Cidades - SEMOB.

Contratada: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

CNPJ: 79.485.892/0001-18.

No valor de R\$ 1.364.215,14 (um milhão trezentos e sessenta e quatro mil duzentos e quinze reais e quatorze centavos).

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DISPENSA Nº 08-2214/16 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº. 08-2214/2016 SAMAE – Locação de terreno na Rua Progresso, bairro Progresso, onde está implantado um booster que faz a distribuição de água tratada para a localidade.

Proprietária: Alzira Rocha (806.266.889-49)

VALOR TOTAL: R\$ 3.280,92

BASE LEGAL: Artigo 24, X da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CÂMARA MUNICIPAL**RES 470**

RESOLUÇÃO Nº 470

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 54-A DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O caput do art. 45-A da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54-A. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em quantidade de 5 (cinco), a ser concedida aos servidores públicos efetivos da Câmara Municipal, designados por ato da Mesa Diretora, para auxiliar e assessorar todos os trabalhos internos e externos da CPI." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 23 DE JUNHO DE 2016.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

ANEXO I - DESPESAS COM PESSOAL - 1º QUADRIMESTRE 2016**Câmara Municipal de Blumenau**

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Maio/2015 a Abril/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.860.743,76	0,00
Pessoal ativo	14.891.626,42	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	1.538.317,57	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	430.799,77	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	16.860.743,76	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.066.812.062,99	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	16.860.743,76	1,58
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,00%	64.008.723,78	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	60.808.287,59	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	57.607.851,40	5,40

FONTE: Sistema e-Pública (1920-1788-049). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 23/06/2016 e hora de emissão: 13:12.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Mario HildebrandtPresidente
Ordenador da Despesa**Julio Cesar Pereira**

Diretor Financeiro

Jaison Joni PeregudaCoordenador de Contabilidade
CRC/SC 024879/0-7

ANEXO I - DESPESA COM PESSOAL - 3º QUADRIMESTRE 2015**Câmara Municipal de Blumenau**

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.547.573,75	0,00
Pessoal ativo	14.391.692,34	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	1.537.186,93	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	618.694,48	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	16.547.573,75	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.046.974.914,43	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	16.547.573,75	1,58
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,00%	62.818.494,87	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	59.677.570,13	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	56.536.645,38	5,40

FONTE: Sistema e-Pública (1531-4398-010). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 23/06/2016 e hora de emissão: 13:14.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Mário Hildebrandt

Presidente

Ordenador da Despesa

Júlio César Pereira

Diretor Financeiro

Jaison Joni Pereguda

Coordenador de Contabilidade

CRC/SC 024879/0-7

ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DE GESTÃO FISCAL 2015**Câmara Municipal de Blumenau**

PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Quadrimestre Setembro-Dezembro

LRF, art. 48 - ANEXO 06

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		1.046.974.914,43	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		16.547.573,75	1,58
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		62.818.494,87	6,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)		59.677.570,13	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-894.512,44	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	32,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDADA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	769.425,58

FONTE: Sistema e-Pública (1792-9228-092). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 25/02/2016 e hora de emissão: 15:59.

DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA 2015

Câmara Municipal de Blumenau
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	R\$ 1,00
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores						
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Demais Obrigações Financeiras (e)	(d)					
RECURSOS ORDINÁRIOS		894.512,44	0,00	92.264,12	0,00	32.822,74	769.425,58	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		894.512,44	0,00	92.264,12	0,00	32.822,74	769.425,58	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		894.512,44	0,00	92.264,12	0,00	32.822,74	769.425,58	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1116-5920-969). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 23/06/2016 e hora de emissão: 13:30.

 Nota: *A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Fonte: Sistema e-Pública (116-5920-969). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 23/06/2016 e hora de emissão: 13:30.
Nota: 1-A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA RESULTADO HABILITAÇÃO TP 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016

A Comissão de Julgamento de Processo Licitatório torna público no julgamento da documentação (envelope nº 1) relativa à Habilitação da Tomada de Preço 03/2016, cujo objeto é aquisição e implantação de torres de telecomunicações, com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação, decidiu:

a) **HABILITAR AS EMPRESAS:** Ismail Zouhair Haidar ME e Guaíba Telecom Sistemas e Informação Ltda.

Fica designado o dia 30/06/2016 às 14h30min para o comparecimento das empresas habilitadas na primeira fase do certame, para a segunda fase do mesmo, abertura da Proposta de Preço (envelope nº2).

Bom Retiro, 23 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****PL39/2016-TP04/2016-TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

O Prefeito, JOSÉ LUIZ COLOMBI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria nº 02/2016, de 01 de janeiro de 2016, resolve:

1 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos seguintes termos:

- a) Processo Administrativo: 39/2016
- b) Modalidade: TOMADA DE PREÇOS nº04/2016
- c) Forma de julgamento: Menor Preço Global
- d) Objeto do Processo: Pavimentação Asfáltica trecho 300mtrs da Rua Gabiroba, conforme projetos.
- e) Data da Adjudicação e Homologação: 23/06/2016

2 - Fornecedores e Itens Vencedores:

MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, CNPJ: 10.788.391/0001-04, sediada na Rua general Osório, 322, CEP-88350-480, bairro Guarani, Brusque/SC:

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde.	Valor R\$
1	Pavimentação asfáltica trecho de 300,00 metros da Rua Gabiroba no Município de Botuverá, conforme projetos.	1	165.753,46

3 - Indicação dos recursos de pagamento:

6000 -SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
6001-DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0026-TRANSPORTE
0782-TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0125-MELHORAMENTO E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA
02.35-MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS
4.9.0.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Botuverá, 23 de junho de 2016.
José Luiz Colombi
Prefeito

PL50/2016-TP09/2016-AMPLIAÇÃO DA CASA COLONIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº50/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº08/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto o Processo Licitatório para realização de obras e serviços de engenharia para AMPLIAÇÃO DA CASA COLONIAL, nos termos do edital e conforme projetos. Recebimento da documentação e julgamento das propostas: 12/07/2016 até as 14:00hrs. Local: na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital completo e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-3200/3359-1170. Site: www.botuvera.sc.gov.br, e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 23 de Junho de 2016.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS DO PROCESSO SELETIVO 001/2016

Divulga da Classificação PRELIMINAR dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Edital n.º 001/2016.

A Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, no uso de suas atribuições e atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital 001/2016, torna público para conhecimento dos interessados:

Art. 1º. A Classificação Preliminar dos candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2016, segue divulgada no anexo I desta resolução em ordem crescente de notas, já considerados os critérios de desempate.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Se ocorrer empate na nota final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) por idade, na forma do parágrafo único do art. 27, parágrafo único, da Lei 741/2003; (somente válido nos casos de presença do idoso);
- b) maior idade (nos demais casos);
- c) maior número de acertos nas questões de conhecimentos específico;
- d) maior número de dependentes;
- e) sorteio;

Art. 2º. Os recursos quanto à classificação preliminar, poderão ser impetrados dias 27/06/2016, de acordo com as regras do edital.

Braço do Trombudo, em 23 de junho de 2016.

Mauros Müller

Presidente da Comissão Municipal.

PROCESSO SELETIVO nº 001/2016.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

CARGO: Inseminador

Nº de Insc	Nome do (a) Candidato (a)	Port	CE	Nota final	Classificação Provisória
001	Pablo Alves de Andrade	4	15	9,50	1º
002	Fabício Jefferson Heidrich	4	7	5,5	2º

Mauros Müller

Presidente da Comissão Municipal

EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 09/2015 FMS

EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 09/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os veículos da Frota do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I e II do respectivo Edital.

Valor: R\$ 3.319,17 (Três mil, trezentos e dezenove reais e dezessete centavos).

Vigência até 29.08.2016.

Data da assinatura: 23.06.2016

Romildo Teske - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 44/2015

EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 44/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I e II do respectivo Edital.

Valor: R\$ 2.588,76 (dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos).

Vigência até 27.08.2016.

Data da assinatura: 23.06.2016

Romildo Teske - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47/2015

EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I e II do respectivo Edital.

Valor: R\$ 199,15 (cento e noventa e nove reais e quinze centavos).

Vigência até 27.08.2016.

Data da assinatura: 23.06.2016

Romildo Teske - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 50/2015

EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 50/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I e II do respectivo Edital.

Valor: R\$ 63,06 (sessenta e três reais e seis centavos).

Vigência até 27.08.2016.

Data da assinatura: 23.06.2016

Romildo Teske - Prefeito Municipal

GABARITO OFICIAL PROCESSO SELETIVO 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

PROCESSO SELETIVO Nº001/2016

Cargo: Inseminador

GABARITO OFICIAL

01	C
02	A
03	A

04	D
05	D
06	C
07	D
08	B
09	A
10	A
11	B
12	D
13	D
14	A
15	C
16	D
17	A
18	B
19	C
20	B

Braço do Trombudo, 23 de junho de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 17/2016- SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 17/2016- SRP

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 17/2016. Processo licitatório 27/2016. Objeto: Registro de Preços para eventual contratação, sob demanda, de fretamento para transporte rodoviário municipal, inter-municipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedor do certame:

EMPRESA	CNPJ	LOTE	R\$ VALOR
CLIONE TRANSPORTE DE PASSA-GEIROS LTDA	09.488.349/0001-99	1	117.500,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 23/06/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°28/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 28/2015

Número do Registro de Preços: 28/2015		Data do Registro: 24/09/2015		Válido até: 24/09/2016			
Objeto da Compra:		Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica no município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação serviço de escavadeira hidráulica com peso entre 13 e 15 toneladas (16759)	HORA	TERRAPLENAGEM RODRIGUES & SILVA LTDA - ME (9024)	JCB	0	140,0000	1
			TERRAPLENAGEM REICHERT LTDA. ME. (9436)	NEW HOLLAN	0	149,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 28/2015		Data do Registro: 24/09/2015		Válido até: 24/09/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Terraplanaagem Viana Ltda EPP (9435)	PC 160	0	200.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 28/2015		Data do Registro: 24/09/2015		Válido até: 24/09/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015

PROCESSO Nº 50/2015

- (9024) - TERRAPLENAGEM RODRIGUES & SILVA LTDA - ME
- (9435) - Terraplanagem Viana Ltda EPP
- (9436) - TERRAPLENAGEM REICHERT LTDA. ME.

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2015 PMBT

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2015

Número do Registro de Preços: 29/2015 Data do Registro: 25/09/2015 Válido até: 25/09/2016

Objeto da Compra: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	EIXO PILOTO (4065)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	0	495,0000	1
2	EIXO (3731)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	0	427,3300	1
3	Eixo entalhado (16480)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	0	795,0000	1
4	ARRUELA (1885)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	ROCHESTER	0	199,6700	1
5	Grupo sincronizador (16481)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	0	348,3300	1
6	Engrenagem ré (10070)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	EATON	0	227,3300	1
7	MATERIAL DE LIMPEZA CAIXA DIFERENCIAL (6869)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	VOSS&WEISS	0	73,3300	1
8	Óleo 80 (16482)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	LUBRAX	0	15,1700	1
9	Adesivo (16483)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	ORBI	0	37,6700	1
10	ROLAMENTO (2918)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	TIMKEM	0	190,0700	1
11	Coroa e pinhão (16484)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	MERTOR	0	1.765,0000	1
12	ROLAMENTO PINHÃO (9635)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	TIMKEM	0	356,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2015

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 29/2015 Data do Registro: 25/09/2015 Válido até: 25/09/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
13	CAIXA SATELITE (6288)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	MERITOR	0	4.023,3300	1		
14	PONTA EIXO (6424)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	MERITOR	0	1.108,6700	1		
15	Retentor Cubo (16485)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	SABO	0	81,0000	1		
16	Lona Freio (16486)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	LONAFLEX	0	186,3300	1		
17	Rolamento Cardan (16487)	UND	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	REI	0	228,3300	1		
18	Kit embreagem (6486)	KIT	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	SACHS	0	1.629,6700	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 29/2015		Data do Registro: 25/09/2015		Válido até: 25/09/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	MÃO DE OBRA (2726)	HR	OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME (8565)	VOSS & WEIS	0	80.0000	1

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2015

Número do Registro de Preços: 29/2015		Data do Registro: 25/09/2015		Válido até: 25/09/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2015
PROCESSO Nº 53/2015
(8565) - OFICINA MECANICA VOSS & WEISS LTDA - ME

Braço do Trombudo, 25 de Setembro de 2015.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1256/2016

PORTARIA Nº 1256/2016, de 17 de junho de 2016.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 501/2013 – referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 08/2013 e dá outras providências."

O Diretor de Recursos humanos, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o feriado ocorrido em 21 de maio de 2016 (Corpus Christi) ;

Considerando, as mudanças de Prefeitos e Autoridades Superiores;

Considerando, a ampla defesa e contraditório.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora OSVALDINA JERÔNIMO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente Gerais, para apurar os fatos constantes do mem. 001/2013, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de servidor em estágio Probatório e mem. nº 244/2013 do Diretor de RH datado de 14 de maio de 2013 em desacordo com as disposições do Decreto 6.287/10, em seu art. 13, letra "b".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de junho de 2016.

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 0012/2016 GABARITO PÓS RECURSO

Edital nº 0012/2016

GABARITO PÓS RECURSO- PROCESSO SELETIVO N. 0012/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O GABARITO PÓS RECURSO do Processo Seletivo para os cargos de MÉDICO ESPECIALISTA: Gastroenterologista, MÉDICO ESPECIALISTA: Pneumatologista, MÉDICO ESPECIALISTA: Ortopedista, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM e ASSISTENTE SOCIAL, conforme segue:

MÉDICO ESPECIALISTA: GASTROENTEROLOGISTA

QUESTÕES	A	B	C	D	E
1-		B			
2-				D	
3-			C		
4-		B			
5-	A				
6-				D	
7-		B			
8-	A				
9-					E
10-				D	
11-			C		
12-					E
13-				D	
14-				D	
15-				D	
16-	A				
17-	A	NU	LA	DA	
18-	A	NU	LA	DA	
19-	A	NU	LA	DA	
20-	A	NU	LA	DA	

MÉDICO ESPECIALISTA: ORTOPEDISTA

QUESTÕES	A	B	C	D	E
1-					E
2-				D	

3-	A				
4-	A				
5-			C		
6-			C		
7-			C		
8-				D	
9-	A				
10-		B			
11-	A				
12-		B			
13-	A				
14-		B			
15-			C		
16-	A				
17-	A	NU	LA	DA	
18-	A	NU	LA	DA	
19-	A	NU	LA	DA	
20-	A	NU	LA	DA	

MÉDICO ESPECIALISTA: PNEUMOLOGISTA

Não teve inscritos

NUTRICIONISTA

QUESTÕES	A	B	C	D	E
1-					E
2-		B			
3-			C		
4-	A				
5-					E
6-		B			
7-				D	
8-				D	
9-	A				
10-		B			
11-					E
12-					E
13-				D	
14-			C		
15-		B			
16-	A				
17-	A	NU	LA	DA	
18-	A	NU	LA	DA	
19-	A	NU	LA	DA	
20-	A	NU	LA	DA	

PSICOLOGO

QUESTÕES	A	B	C	D	E
1-	A				
2-	A	NU	LA	DA	
3-	A	NU	LA	DA	
4-	A	NU	LA	DA	
5-	A	NU	LA	DA	
6-				D	
7-	A				
8-	A	NU	LA	DA	
9-					E
10-		B			
11-	A				
12-				D	
13-			C		
14-	A	NU	LA	DA	
15-		B			
16-		B			
17-		B			

18-				D	
19-			C		
20-					E

ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÕES	A	B	C	D	E
1-	A				
2-	A	NU	LA	DA	
3-	A	NU	LA	DA	
4-	A	NU	LA	DA	
5-	A	NU	LA	DA	
6-				D	
7-			C		
8-		B			
9-					E
10-			C		
11-	A				
12-				D	
13-			C		
14-	A	NU	LA	DA	
15-		B			
16-		B			
17-		B			
18-				D	
19-			C		
20-					E

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÕES	A	B	C	D	E
1-	A				
2-					E
3-		B			
4-	A				
5-	A				
6-	A	NU	LA	DA	
7-				D	
8-				D	
9-					E
10-			C		
11-		B			
12-	A				
13-			C		
14-			C		
15-				D	
16-	A				
17-	A	NU	LA	DA	
18-	A	NU	LA	DA	
19-	A	NU	LA	DA	
20-	A	NU	LA	DA	

Brusque, 23 de junho de 2016.
 JOEL CESAR SCHWAMBERGER
 Diretor de Recursos Humanos

**EDITAL Nº 0012/2016 RESULTADO FINAL-
PROCESSO SELETIVO**

Edital nº 0012/2016

RESULTADO FINAL- PROCESSO SELETIVO N. 0012/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de MÉDICO ESPECIALISTA: Gastroenterologista, MÉDICO ESPECIALISTA: Pneumatologista, MÉDICO ESPECIALISTA: Ortopedista, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM e ASSISTENTE SOCIAL, conforme segue:

MÉDICO ESPECIALISTA: GASTROENTEROLOGISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	JOSIANE FISCHER	9,0

**MÉDICO ESPECIALISTA: PNEUMATOLOGISTA
NÃO TEVE INSCRITOS****MÉDICO ESPECIALISTA: ORTOPEDISTA**

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	ANDRÉ KARNIKOWSKI	6,5

ASSISTENTE SOCIAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	ROSÂNGELA SABADI ALBINELI	9,5
02	CATIANI MIRIAM CARDOSO	9,0
03	DEISE FARIAS	8,5
04	PATRICIA ANA BATTISTI	8,5
05	MORGANA SILVA DOS SANTOS	8,5
06	RUBIA CRISTINA K. FISCHER	8,0
07	ANDRÉA SOUSA SOARES DE OLIVEIRA	8,0
08	MAGLIANE CRISTINA SILVERIS	7,5
09	SYLMARA FERREIRA DUARTE HYARUP	7,5
10	IVETE MANFRIN	7,0
11	PATRICIA INÊS COLOMBI RISTOW	7,0
12	DANIEL CARVALHO DE OLIVEIRA	7,0
13	SABRINA WOSNIACK DE ARAUJO	7,0
14	SUELLEN MARY MACHADO	7,0
15	SILVANEIDE ALMEIDA DE O. MEDEIROS	6,5
16	MARÇAL GOMES DA COSTA NETO	6,5
17	CLEUNICE DE MATTOS	6,5
18	NADIA REGINA FIDELIS PEDRINI	6,5
19	SILVIA APARECIDA PATROCÍNIO	6,0
20	DIENNE KARLA DE SOUZA DE AVELAR	6,0
21	CARLA MARJORRY PAULA MESSIAS PRANGER	6,0
22	MARLI KUCHELER	5,5
23	MARCIA ROSA LOPES	5,5
24	AMANDA DA SILVA RIBEIRO	5,0
-	ROSANGELA PAULA DA ANUNCIAÇÃO	2,5
-	PAULA GABRIELA LAURENTINO	AUSENTE
-	SUELI ANTUNES DE OLIVEIRA	AUSENTE

PSICÓLOGO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	CARLA BEATRIZ DE CASTILHOS	9,0
02	GABRIELLI TOCHETTO RODRIGUES	9,0
03	LARISSA DA SILVA OLIVEIRA SANTOS	9,0
04	ELEINE SCHIVALLIER SPINELLI FREITAS	9,0
05	VIVIANE REIS ODEBRECHT	8,5
06	FABIANA SILVA SANTOS GASCOIN	8,5
07	MARCELA CARDOSO NEMITZ	8,5
08	ANA PAULA SANTOS	8,5
09	LOURENÇO LUCIANO CARNEIRO FILHO	8,5

10	KARINA MARTINS MORENO	8,5
11	LEILA PATRICIA CIPRIAN	8,5
12	KETELYN LUNELLI SCHUH	8,5
13	MARCIA BITENCOURT ANCINELO	8,0
14	MARCELI NEGREIROS DOMINGUES	8,0
15	CARLA LAVARDA CONCENTINO CAETANO	8,0
16	JAQUELINE DA SILVA GONÇALVES	8,0
17	CAROLINA QUEIROZ SILVA	8,0
18	PATRÍCIA WEISSHEIMER	8,0
19	VANESSA ROMANIO TAX	8,0
20	ALINE MARTENTHAL NOGUEIRA	8,0
21	FRANCIELI BASEGGIO LUFT	8,0
22	LARISSA FRANÇA	8,0
23	MÔNICA COLOMBI	8,0
24	DAIANE ANTUNES SOUZA	8,0
25	HELENA VANESSA DE SOUZA	8,0
26	MARCIA APARECIDA DA SILVA CREMINACIO	7,5
27	FERNANDA GRAÇA DE GASPER	7,5
28	GISELE REGINA DA CUNHA	7,5
29	NARJARA DOS SANTOS	7,5
30	ANDRESSA KARINE VERONA	7,5
31	MONIQUE STAHNKE	7,5
32	LUIZ FILIPI MARQUES	7,5
33	CRISLAINE ROZA	7,5
34	LUIZA CECHETTO BATISTA	7,5
35	BARBARA ESTEFANIA DE SOUZA	7,5
36	ROBERTO SILVA FONSECA	7,0
37	GLORIA LUCIA DE PAULA	7,0
38	LUZIA DE MIRANDA MEURER	7,0
39	MARTA RODRIGUES DE AGUIAR BISCOLI	7,0
40	MÔNICA ANGONESE	7,0
41	GABRIELA PAIM	7,0
42	GUSTAVO ARGELI	7,0
43	ELIZA RAQUEL CARUSO ANDRIN	6,5
44	SAIONARA MOCELIM TORRESANI	6,5
45	MARCIA REGINA CORREIA DE FREITAS	6,5
46	ANA CAROLINE BRECHER VEGA	6,5
47	HELENA KNISS	6,5
48	ANA PAULA CRISOSTOMO JUNQUEIRA	6,5
49	JULIANA CRISTINA DE O. E SOUZA	6,0
50	CAIRA SANTI GIACOMELLI	6,0
51	KÉCIA CRISTINE SCHWARZ	6,0
52	TAÍS PAULA CASAROLI	6,0
53	SANDRA REGINA DOS SANTOS SOUZA	5,5
54	CRISTINA ZANFRA SOARES	5,5
55	SAMARA ORLANDI	5,5
56	PAOLA CARVALHO FENNER	5,5
57	LUCIANA CURVELO DE MAIA	5,0
58	TAISA REGINA BUGMANN DOS SANTOS	5,0
59	MARAISA BROGNI GRIGNANI	5,0
60	CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS	5,0
61	NATIELE SILVA	5,0
62	MANOELLE CRISTINE CORRÊA UCHIKAWA	5,0
63	JUCIMARA SEIFERT	5,0
64	LUANA F. DE BELEM	5,0
-	DÉBORA CAROLINO DO SANTOS PINTO	4,5
-	LAURIANE DA ROCHA MOÇO	AUSENTE
-	LEILA MARA NEUMANN	AUSENTE

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	MÁRCIA DA LUZ	8,0
02	ITAMARA DE FATIMA ANERES	7,0
	JOSIANE CRISTINA SCHMITK	7,0

03	GRAZIELA TACHINI	7,0
04	MARTA FAGUNDES CORREA DA SILVA	6,5
05	LEILA FLORES	6,5
06	CLEONICE DE OLIVEIRA FARIA	6,5
07	PAULO ROBERTO FERREIRA DE BRITO	6,5
08	CAMILA RAYMUNDO	6,5
09	MARIA TEREZINHA BERTON	6,0
10	VILMA APARECIDA DE ALMEIDA LAUREANO	6,0
11	ADRIANA JACINTO DA SILVA RIBEIRO PINTO	6,0
12	VALDECIRA GARCIA DE SOUZA DO PRADO	6,0
13	FABIANO DE SOUZA NUNES	6,0
14	ANGELA MALISSESKI	6,0
15	DIEGO IOP BORTOLUZZI	6,0
16	ADRIANA ROSA MACHADO BAUMGARTE	6,0
17	IVANILDES ALCANTARA BISPO	6,0
18	LIDIANE DIAS	6,0
19	CRISTIANE BORBA DA SILVA	6,0
20	MARIA HELENA VOLTOLINI MELLO	5,5
21	ELISABETE DE LIMA RODRIGUES SOARES	5,5
22	CRISTIANE DA SILVA	5,5
23	SHARLENE APARECIDA LEAL	5,5
24	FERNANDA OLIVEIRA BARBOSA	5,5
25	LUCIA PEREIRA DE SOUZA GONÇALVES	5,0
26	FATIMA CASOLA BERNICH	5,0
27	JOBSON GUEDES DE OLIVEIRA	5,0
28	MICHELE MENDES DA SILVA	5,0
-	LEIDIANE SANTOS DAMASCENO PACHECO	4,5
-	MARIA GORETI LOPES	4,5
-	GILSILENE COSTA FARIAS PINHEIRO	4,5
-	JANAINA DA SILVA MUNIZ	4,0
-	MARISTELA BERTOLINI	4,0
-	ALICE APARECIDA PACHECO	AUSENTE
-	ANDREIA ROSANGELA COSTA M. DA SILVA	AUSENTE
-	DAIANE DANIELA CONSOLARO MIRANDA	AUSENTE
-	DANIELA MARTINEZ ALIANDRO	AUSENTE
-	FABIANA MESSIAS DOS SANTOS	AUSENTE
-	GILVANE ANDREA SPIER	AUSENTE
-	LUDMILLE MIEKO SHIMODA	AUSENTE
-	PRISCILA ARAUJO DOS SANTOS	AUSENTE
-	VALQUIRIA DE FATIMA OLIVEIRA	AUSENTE

NUTRICIONISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	DAYANE DOS SANTOS PRATES	7,0
02	SHEILA MEDEIROS MOTA	6,5
03	CARINE BAUMGARTEL	6,5
04	JAQUELINE LOSCHNER	6,0
05	MARINA BURGER BEUTING	6,0
06	LARISSA TACHINI	6,0
07	IZABELLA IMIANOWSKY	6,0
08	BARBARA STEPHANIE GALAN PRETO	5,5
09	FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS	5,0
10	KARINA YULI HAIDA SANDRIN	5,0
11	KASSIA WICKERT DE MATTOS REBELLATO	5,0
12	JOÃO PAULO LEONI	5,0
13	NAYARA MOMM	5,0
-	JÉSSICA ZIMERMANN	4,5
-	VANESSA IMIANOWSKY	4,5
-	RAFAELA CARMINATTI	4,0
-	RAISSA KARINE KEFER DA SILVA	4,0
-	MARCELO BAUER CARLIN	AUSENTE

Brusque, 23 de junho de 2016.
JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DO CONTRATO 084/2016 SAMAE**1. EXTRATO DO CONTRATO 084/2016**

ESPÉCIE: fornecimento de sacolões mensais para os servidores do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 031/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.339030070000.2000000; VIGÊNCIA: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 22/06/2016; VALOR: R\$ 116.331,00. CONTRATADA: Distribuidora Nova Esperança Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 21 de junho de 2016.
PUBLIQUE-SE
Juliano Pereira
Diretor Geral
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 1.296/2016 IBPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1.296/2016

Concede benefício de Pensão por morte a Clarice Lira

O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 6.308/10, e com fundamento no art. 1º, §2º, art. 33, II, "a)", e art. 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentado pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 299/2015, benefício de pensão por morte a CLARICE LIRA, CPF 380.033.419-49, dependente do servidor aposentado falecido EDMUNDO HODECKER, CPF: 291.953.069-00.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/09/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.820

DECRETO Nº 6.820, de 20 de junho de 2016.
Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere o Processo Licitatório nº 55/2016, Tomada de Preços nº 07/2016, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para execução de serviços de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização das Ruas Antônio Belenki e Santa Luzia:

- I – Emerson Schmidt;
- II – Ana Paula Cardoso de Lima;
- III – Julio Cesar Ferreira.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 30/06/2016 às 14h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de junho de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.821

DECRETO Nº 6.821, de 20 de junho de 2016.
Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere o Processo Licitatório nº 60/2016, Tomada de Preços nº 08/2016, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para substituição e reforma da cobertura da Escola Municipal Irmão Venâncio José:

- I – Carine Marcon;
- II – Antônio Carlos Castilho;
- III – Rômulo Machado de Souza.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 27/06/2016 às 16h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de junho de

2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.822

DECRETO Nº 6.822, de 22 de junho de 2016.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.214, de 31 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Caçador, o qual fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de junho de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

REGIMENTO INTERNO

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de CAÇADOR-SC.

Art. 2º - O Conselho funcionará em prédio e instalações fornecidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 3º - O Conselho realizará sessões plenárias mensais, conforme calendário a ser ajustado pelo próprio Conselho, por convocação da presidência ou por requerimento firmado pela maioria absoluta de seus membros.

Capítulo II

DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, é órgão deliberativo, fiscalizador e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – formular e coordenar a política municipal dos direitos da criança e do adolescente com garantias de promoção, defesa e orientação, visando proteção integral da criança e do adolescente;

II – deliberar prioridades para a consecução das ações, para a captação e aplicação de recursos da LDO;

III – cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da

Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a Lei do CMDCA e toda legislação atinente a direitos e interesses da criança e do adolescente;

IV – zelar pela execução da política dos Direitos da Criança e do Adolescente, atendidas suas particularidades, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou zona rural ou urbana em que se localizem;

V – solicitar do Município e das Entidades que executam o atendimento à criança e ao adolescente, o apoio técnico especializado de assessoramento ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar visando efetivar os princípios ou diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VI – elencar e sugerir as prioridades a serem incluídas no Planejamento Integrado e Orçamentário do Município, em tudo o que se refira ou possa afetar as condições de vida da criança e do adolescente;

VII – acompanhar e controlar a execução da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como dos programas e projetos das entidades que executam o atendimento à criança e ao adolescente;

VIII – estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

IX – estabelecer em ação conjunta com entidades que executam o atendimento à criança e ao adolescente a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X – estabelecer programas de aperfeiçoamento e atualização dos Servidores Públicos Municipais e outros que estejam diretamente ligados à execução das Políticas dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI – estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não-governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

XII – difundir as políticas sociais de proteção social básica e especial e de proteção integral;

XIII – registrar e inscrever as entidades governamentais e não-governamentais, programas, serviços e projetos que operam no município, fazendo cumprir as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA;

XIV – elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação de 2/3 (dois terços) do total dos seus membros, no mínimo;

XV – manter comunicação com os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado, da União e de outros Municípios, com Conselhos Tutelares, bem como, com organismos nacionais e internacionais que atuam na proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, propondo ao Município, convênio de mútua cooperação na forma da lei;

XVI – deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

XVII – regulamentar temas de sua competência, por resoluções aprovadas por, no mínimo 2/3 (dois terços) do total dos seus membros, inclusive sobre o Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

XVIII – manter cadastro de todas as atividades, ações, projetos, programas, serviços, planos, execuções, entidades, relatórios, pesquisas, estudos e outros que tenham relação direta ou indireta às suas competências e atribuições;

XIX – proporcionar integral apoio ao Conselho Tutelar do Município, propondo, incentivando e acompanhando programas, projetos e serviços de prevenção e atendimento bio-psicossocial às crianças e aos adolescentes para o perfeito cumprimento dos princípios e das diretrizes do Estatuto, bem como encaminhar devidamente as denúncias de violação dos direitos da Criança e do Adolescente;

XX – regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

XXI – propor modificações nas estruturas organizacionais das secretarias e órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e funcional, ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XXII - reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o regimento.

XIII- realizar a eleição dos Conselheiros Tutelares a cada 4 (quatro) anos no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros, sendo:

I – 05 (cinco) conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representando e indicados pelos órgãos e entidades governamentais do Município:

- a) 01 (um) representante da Secretaria de Educação;
- b) 02 (dois) representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação;
- c) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;
- d) 01 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes.

II – 05 (cinco) conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representantes de entidades não-governamentais, sediadas no Município.

§ 1º. Na hipótese de qualquer órgão ou entidade indicada nas alíneas do inciso I não aceitar nomeação, ou for extinta, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá sugerir ao Poder Executivo Municipal nome de outro órgão ou entidade governamental do Município.

§ 2º. Os Conselheiros titulares e suplentes não-governamentais serão escolhidos bianualmente em fórum próprio convocado pelo Prefeito Municipal, obedecendo aos princípios gerais de escolha que deverão incorporar o regimento a ser aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º. Incentivar a participação nas reuniões ordinárias do Conselho de crianças e adolescentes, usuários encaminhados pelos programas, projetos e serviços da rede de proteção à criança e ao adolescente.

§ 4º. São requisitos para exercer a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – reconhecida idoneidade moral;

II – idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III – residir no Município;

IV – experiência e/ou identificação no trato com a criança e o adolescente.

§ 5º. O mandato do Conselheiro não-governamental é de 2 (dois) anos, facultada a recondução ou reeleição e o do Conselheiro governamental está condicionado à manifestação expressa contida no ato designatório da autoridade competente.

§ 6º. O exercício da função de Conselheiro Titular e Suplente requer disponibilidade para o efetivo desempenho de suas funções, em razão do interesse público e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente.

§ 7º. O Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, devendo o seu afastamento ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do Conselho, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 8º. A autoridade competente deverá designar o novo Conselheiro governamental no prazo máximo da realização da Assembléia Ordinária subsequente ao afastamento.

§ 9º. Estão impedidos de compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - conselhos de políticas públicas;

II - representante de órgãos de outras esferas de governo;

III - conselheiros tutelares;

IV - autoridade judiciária;

V - autoridade legislativa;

VI - representante do Ministério Público;

VII - representante da Defensoria Pública com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente ou em exercício na Comarca e Foro Regional.

§ 10. Perderá o mandato o Conselheiro que, no exercício da titularidade:

I – incidir em faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas;

II – sofrer suspensão cautelar quando dirigente de entidade, em conformidade com o art. 191, parágrafo único da Lei nº 8.069/90 ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 desta mesma Lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento nos termos dos arts. 191 a 193 do mesmo diploma legal.

§ 11. A cassação do mandato do Conselheiro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do Conselho.

§ 12. Na perda de mandato de Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental e não-governamental, assumirá o seu suplente, na falta ou impedimento deste, quem for indicado pelo órgão ou entidade respectiva.

§ 13. Nas ausências justificadas e nos impedimentos dos Conselheiros, assumirão os seus respectivos suplentes.

Capítulo III

DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO MUNICIPAL

Art. 6º. - São órgãos do Conselho: a) o Plenário; b) a Diretoria; c) as Comissões.

Seção - I

DO PLENÁRIO E SESSÕES

Art. 7º. - O Plenário compõe-se dos conselheiros em exercício pleno de seus mandatos e é órgão soberano das deliberações do Conselho.

Art. 8º. - O Plenário só poderá funcionar com a presença da maioria absoluta dos conselheiros, e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos conselheiros presentes à sessão de no mínimo 2/3 do total de seus membros, respeitadas as disposições definidas na lei vigente.

Art. 9º. - As sessões plenárias serão: ordinárias, extraordinárias ou solenes.

Parágrafo único: As sessões terão início sempre com a leitura da ata da sessão anterior, que, uma vez aprovada, será assinada por todos os presentes. Em seguida, dar-se-á seqüência a reunião, seguindo a pauta que deverá ser encaminhada previamente aos conselheiros.

Art. 10. A pauta será organizada pelo Presidente, ouvindo os conselheiros e as matérias novas serão incluídas na palavra livre.

Parágrafo único. Os assuntos da pauta que dependem de votação deverão ser encaminhadas com antecedência para análise.

Art. 11. - De cada sessão plenária do Conselho será lavrada uma ata pelo secretário, assinada pelo presidente e demais conselheiros presentes, contendo em resumo os assuntos tratados e as deliberações que forem tomadas.

Art. 12. - As deliberações do Conselho serão proclamadas pelo presidente, com base nos votos da maioria, de no mínimo 2/3 do total de seus membros e terão a forma de resolução, de natureza decisória ou opinativa, se for o caso, e estas deverão ser homologadas pelo Prefeito Municipal e posteriormente publicadas, na sua íntegra, em órgão de imprensa oficial do Município, de acordo com a lei vigente.

Seção - II

DA DIRETORIA

Art. 13. - A Diretoria cuida do processo de administração do Conselho, é reguladora dos seus trabalhos e fiscal de sua rotina, tudo em conformidade com o presente Regimento. Os Conselheiros eleitos, indicados pelas entidades, juntamente com os representantes governamentais, serão empossados pelo Prefeito Municipal e na mesma data será realizada a eleição dentre seus membros, de uma diretoria composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro a ser indicado pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A Presidência será exercida pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Caçador-SC e, em sua ausência ou impedimento, pelo vice-presidente.

O presidente do Conselho será escolhido pelos seus pares e deverá haver rodízio no cargo de presidente, com alternância periódica de representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 2º. - Ocorrendo ausência do vice-presidente, a Presidência será exercida pelo secretário-geral.

§ 3º. - Nos casos de vacância do cargo de presidente, o vice-presidente completará o mandato.

§ 4º. - O mandato da Diretoria coincidirá com o mandato dos conselheiros.

Art. 14 - São atribuições do Presidente:

I - presidir as sessões plenárias, tomando parte nas discussões e votações, proferindo voto de desempate nas sessões plenárias;

II - decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações e solicitações em plenário;

III - convocar sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes;

IV - distribuir as matérias às comissões;
V - nomear membros das comissões e eventuais relatores substitutos;
VI - assinar as correspondências oficiais do Conselho;
VII - representar o Conselho nas solenidades e zelar pelo seu prestígio;
VIII - enviar ao Ministério Público competente nominata das candidatas eleitas no processo de eleição do Conselho Tutelar bem como ata da eleição.

Art. 15. - Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o presidente nas suas ausências ou impedimentos;
II - participar das discussões e votações nas sessões plenárias;
III - participar das comissões quando indicado pelo presidente.

Art. 16. - Ao Secretário-Geral compete:

I - secretariar as sessões do Conselho;
II - orientar, coordenar e fiscalizar os serviços da Secretaria;
Parágrafo único: Nas ausências ou impedimentos do secretário-geral, o presidente indicará um substituto para o exercício de suas funções.

Art. 17 - Compete à Secretaria Executiva:

Parágrafo único. A Secretaria do Conselho será coordenada pelo secretário-geral, com assessoria técnica e apoio administrativo da Prefeitura Municipal. A Secretaria Executiva manterá:

I- encaminhamento da pauta das reuniões com antecedência para conhecimento de todos os conselheiros;
II - registro de correspondência recebida e remetida com os nomes dos remetentes e destinatários e respectivas datas;
III - livro de ata das sessões plenárias;
IV - Ata de Posse dos Membros dos Conselhos Tutelares;
V - Registro/inscrição das entidades governamentais e não governamentais que prestam assistência e atendimento à criança e ao adolescente, contendo a denominação, localização, regime de atendimento, número de crianças e/ou adolescentes atendidos, diretoria, a relação dos nomes das pessoas, com número de suas cédulas de identidade, que constituem seu grupo de apoio, com direito a voto nas eleições dos Conselhos Tutelares, bem como respectivas alterações;

Seção - III DAS COMISSÕES

Art. 18. As comissões serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda.

Parágrafo único. Serão criadas tantas outras Comissões quantas forem necessárias.

Art. 19. - As Comissões serão compostas de no mínimo quatro membros de forma paritária.

§ 1º. Os componentes das Comissões serão nomeados pelo presidente do Conselho.

§ 2º. Os pareceres das Comissões serão apreciados, discutidos e votados em sessão plenária.

§ 3º. Os pareceres aprovados pelo Conselho poderão ser transformados em Resoluções.

Capítulo IV REGISTRO DE ENTIDADES E INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS

Art. 20. Todas as entidades não governamentais que executam trabalhos voltados para a área da Infância e da Juventude no município de Caçador deverão estar registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como seus programas, projetos e serviços devem ser inscritos, conforme resolução do processo de inscrição.

Art. 21. Será negado registro à entidade conforme artigo 91 da Lei 8069/1990.

Capítulo V DAS ALTERAÇÕES

Art. 22. - O presente Regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de dois terços (2/3) do total de seus membros, no

mínimo.

Art. 23. - Este Regimento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

Art. 24. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionadas em conjunto pelos membros do Conselho Deliberativo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Caçador, 21 de junho de 2016.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - FMAS

Estado de Santa Catarina

Município de Caçador/SC

Fundo Municipal de Assistência Social

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - FMAS

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº 02/2016 para AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, DESTINADAS AS FAMÍLIAS E SUJEITOS SOCIAIS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL ATENDIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC,- Empresa - PLANALTO TRANSPORTES LTDA – CNPJ – 95.592.077/0001-04, Com Sede no Município de Santa Maria RS, valor total R\$ 19.810,80 (dezenove mil oitocentos e dez reais e oitenta centavos) pelo período de 12 meses, de conformidade com o artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 22 de junho de 2016.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 27.000

PORTARIA Nº 27.000, de 17 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os Servidores Públicos Municipais, para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos Servidores lotados junto à Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome do servidor avaliado, cargo, local de lotação e membros da comissão, conforme segue:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local de lotação	Membros da Comissão
14143	Adenir dos Santos Camargo	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Airton Carlos Leite Maria Antônia Fabiani Padilha Valmor Arl
14161	Adriana Antunes da Silva	Professor Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Souza	Adelina Salete Kowalczyk Edilene Kutcher Silvana Alves Ribeiro Bardella
14170	Adriana Aparecida Zeni Bof	Professor Educação Infantil	EMEB Pierina Santin Perret	Eliane Terezinha Pellizzaro Juliana Velasques Ferreira Silvana Alves Ribeiro Bardella
14177	Adrielli Lara de Amorim	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Rosimar Borges Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14215	Alexandra Balbinot	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Padre José Chamot	Clemare Aparecida Coelho Mauro Rogério dos Reis Revanir Anciutti
14140	Aline Furlan	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Janaína Demin Schmitz Janete Aparecida Tarniowicz Maria Antônia Fabiani Padilha
14144	Aline Grasielle Gruchowski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa; EMEB Morada do Sol	Maria Antônia Fabiani Padilha Mauro Rogério dos Reis Valmor Arl
14135	Ana Carla Klaus	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza; EMEB Alto Bonito	Eliane Cavalheiro Helton Calixto Ieda Aparecida Bleichuvel Moschetta
14181	Ana Cláudia Viero	Professor Educação Infantil	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Francielle Marin Menzel Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14188	Ana Maria Proença Negretti	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza	Edilene Kutcher Mauro Rogério dos Reis Rute Alves Proença
14149	Ana Paula Spuldaro Peretto	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza	Airton Carlos Leite Edilene Kutcher Rute Alves Proença
14183	Andréia Teles Tesser	Professor de Educação Infantil	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Francielle Marin Menzel Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14163	Andreza de Oliveira Meireles da Silva	Professor Educação Infantil	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Dilma Bueno de Oliveira Gomes Maria Antônia Fabiani Padilha Silvana Alves Ribeiro Bardella
14207	Arielly de Kássia Durli Fonseca	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Henrique Júlio Berger	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Rosângela Aparecida Balchak Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14138	Augusto Leonel Ribeiro	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Cristina Lazarotti Eliane Cavalheiro Maria Antônia Fabiani Padilha
14185	Carla Capellari Nunes	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Rosimar Borges Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14157	Cici Josiane Bueno Nunes	Professor Educação Infantil	CMEI Santa Clara	Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella Vanessa Souza Gilioli
14150	Cidinei Alves Moraes	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Alto Bonito; EMEB Morada do Sol; EMEB Hilda Granemann de Souza	Airton Carlos Leite Edilene Kutcher Helton Calixto

14141	Cíntia Abreu	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Alto Bonito	Beatriz Aparecida Pereira Janaína Demin Schmitz Terezinha Rosicléia Kamienski
14195	Cláudia Aparecida Soares Bromer	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Henrique Júlio Berger	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Rosângela Aparecida Balchak Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14179	Clenir Aparecida Nurilles Rosário	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Rosimar Borges Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14518	Daiana Bibilio	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Profesora Maria Luiza Martins Barbosa; EMEB Hilda Granemann de Souza	Eliane Cavalheiro Fabiane Constantini Maria Antônia Fabiani Padilha
14165	Daniele Jociane Fortunato	Professor Educação Infantil	EMEB Morada do Sol	Agnese Aparecida Filipini Chaves Ceci Faganello Sandra Regina dos Santos
14213	Diego André Bridi	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Nossa Senhora da Salette	Adalberto Gomes Ribeiro Mauro Rogério dos Reis Soeli Aparecida da Silva
14205	Diego Braz de Camargo	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Esperança	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Nilce Fanta Fornari Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14217	Edevan Pérego	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Padre José Chamot; EMEB Castelhana	Clemare Aparecida Coelho Mauro Rogério dos Reis Revanir Anciutti
14155	Eduardo Langner Neri	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Alcides Tombini	Eliane Cavalheiro Fabiane Constantini Ilza Witte Rossa
14176	Eladir Maria Maciel	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Rosimar Borges Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14167	Eliana Aparecida Ramos Batista Padilha	Professor Educação Infantil	EMEB Padre José Chamot	Adriana Regina Faoro Clemare Aparecida Coelho Sandra Regina dos Santos
14159	Elisamara Gaspar da Silva	Professor Educação Infantil	EMEB Esperança	Dilma Bueno de Oliveira Gomes Nilce Fanta Fornari Sandra Regina dos Santos
14519	Elisângela Cristina Kviatkovski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Vereda dos Trevos	Beatriz Aparecida Pereira Janaína Demin Schmitz Terezinha Rosicléia Kamienski
14191	Eva Katlin Zarur	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Padre José Chamot	Clemare Aparecida Coelho Ione Maria Chiarello Mauro Rogério dos Reis
14219	Eveline Semke Moraes	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Esperança	Marcos Adelmo dos Reis Mauro Rogério dos Reis Nilce Fanta Fornari
14521	Evelyn Priscila Schulze Procópio	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Morada do Sol	Ceci Faganello Elisabete Aparecida Marini Bortolini Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14201	Fabiana Rodrigues Moschetta	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI Pierina Adami	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Silvana Alves Ribeiro Bardella Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14204	Fauri José Carneiro	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Castelhana	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Rozangela De Bastiani Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14190	Fernanda Pollo	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Irmão Venâncio José	Cleide Fátima Dariz Ione Maria Chiarello Mauro Rogério dos Reis
14520	Gabriela Nava Ramos	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	Eliane Cavalheiro Fabiane Constantini Terezinha Rosicléia Kamienski
14139	Heloísa Panisson Fagherazzi	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Tabajara	Janaina Demin Schmitz Janete Aparecida Tarniowicz Solange Margareth Campos
14526	Iodete Aparecida Antunes Nunes Querino de Almeida	Professor Educação Infantil	EMEB Rodolfo Nickel	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella

14147	Ione Maria Chiarello	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Alto Bonito	Ieda Aparecida Bleichuvel Moschetta Mauro Rogério dos Reis Rute Alves Proença
14162	Janaína Girardi Inácio Santos	Professor Educação Infantil	EMEB Irmão Venâncio José	Cleide Fátima Dariz Sandra Regina dos Santos Vanessa Souza Gilioli
14184	Jaqueline dos Santos Gonçalves Soares	Professor Educação Infantil	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Francielle Marin Menzel Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14137	Jeana Zago	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Hilda Granemann de Souza	Airton Carlos Leite Cristina Lazarotti Terezinha Rosicléia Kamienski
14528	Jocilene Lúcia Coldebella Corrêa	Professor Educação Infantil	EMEB Ulysses Guimarães	Mardiori Boscari Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14211	Jorge Luiz Gonçalves	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Pierina Santin Perret	Eliane Terezinha Pellizzaro Elisabete Aparecida Marini Bortolini Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14194	Josiane Carneiro	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Esperança	Mauro Rogério dos Reis Nilce Fanta Fornari Rute Alves Proença
14194	Josiane Pereira	Professor Educação Infantil	EMEB Pierina Santin Perret	Eliane Terezinha Pellizzaro Juliana Velasques Ferreira Silvana Alves Ribeiro Bardella
14173	Jucelaine Tosatti	Professor Educação Infantil	EMEB Ulysses Guimarães	Mardiori Boscari Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14180	Jucélia Aparecida Ferreira de Lima Palmeira	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Rosimar Borges Silvana Alves Ribeiro Bardella Sandra Regina dos Santos
14193	Jucélia Aparecida Siqueira de Oliveira	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Maria Antônia Fabiani Padilha Mauro Rogério dos Reis Rute Alves Proença
14174	Juliana Gonçalves	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Rosimar Borges Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14198	Juliana Tasca Olszewski	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI Santa Clara	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Silvana Alves Ribeiro Bardella Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14224	Kamila de Andrade Mroz	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Walsin Nunes Garcia	Marcos Adelmo dos Reis Mauro Rogério dos Reis Terezinha Rosicléia Kamienski
14152	Karin de Oliveira	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Padre José Chamot; EMEB Nossa Senhora da Salette; EMEB Irmão Venâncio José	Beatriz Aparecida Pereira Clemare Aparecida Coelho Mauro Rogério dos Reis
14200	Karina Gonçalves Berto	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI Sonho Encantado	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Sandra Regina dos Santos Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14225	Karla Mary Bechert	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Ulysses Guimarães	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera Terezinha Rosicléia Kamienski
14189	Lígia Maria Weingartner Godoi	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Pierina Santin Perret	Eliane Terezinha Pellizzaro Ione Maria Chiarello Mauro Rogério dos Reis
14212	Liliane de Andrade	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Vereda dos Trevos	Alzira Salette Padilha Elisabete Aparecida Marini Bortolini Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14178	Lindomar Linhares de Carmo	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Rosimar Borges Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14206	Lisete Granemann	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Henrique Júlio Berger	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Rosângela Aparecida Balchak Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14168	Luana Rodakievis	Professor Educação Infantil	EMEB Pierina Santin Perret	Eliane Terezinha Pellizzaro Juliana Velasques Ferreira Silvana Alves Ribeiro Bardella

14175	Luciana das Graças Teles de Souza	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Rosimar Borges Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14182	Maila Debora Insberger	Professor Educação Infantil	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Francielle Marin Menzel Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14164	Maria Célia Badlhuk	Professor Educação Infantil	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Dilma Bueno de Oliveira Gomes Maria Antônia Fabiani Padilha Silvana Alves Ribeiro Bardella
14148	Marianne Navroski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Maria Antônia Fabiani Padilha Mauro Rogério dos Reis Rute Alves Proença
14187	Mariceli Adriane Krokosz	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza	Edilene Kutcher Mauro Rogério dos Reis Rute Alves Proença
14158	Marines Granemann Spautz	Professor Educação Infantil	CMEI Santa Clara	Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella Vanessa Souza Gilioli
14172	Marinez do Amaral	Professor Educação Infantil	EMEB Ulysses Guimarães	Mardiori Boscari Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14223	Mário Luiz Cachinski Júnior	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Alto Bonito	Adalberto Gomes Ribeiro Ieda Aparecida Bleichuvel Moschetta Mauro Rogério dos Reis
14166	Marluci Dalpiaz	Professor Educação Infantil	EMEB Padre José Chamot	Adriana Regina Faoro Clemare Aparecida Coelho Sandra Regina dos Santos
14186	Marta Aparecida Goes Cachinski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Walsin Nunes Garcia; EMEB Nossa Senhora da Salete; CMEI Sonho Encantado	Ione Maria Chiarello Mauro Rogério dos Reis Orli Ribeiro Tibes
14216	Maurício Luiz Somensi	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Vereda dos Trevos	Adalberto Gomes Ribeiro Alzira Salette Padilha Mauro Rogério dos Reis
14146	Mauro Rodrigues	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	Airton Carlos Leite Terezinha Rosicleia Kamienski Valmor Arl
14214	Mauro Rogério dos Reis	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Nossa Senhora da Salete; EMEB Irmão Venâncio José	Cleide Fátima Dariz Elisabete Aparecida Marini Bortolini Revanir Anciutti
14202	Mayara Maria Ariotti	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Sandra Regina dos Santos Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14134	Maysa Aparecida Goronski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Hilda Granemann de Souza	Airton Carlos Leite Edilene Kutcher Helton Calixto
14522	Micheli Castelani	Professor Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Souza	Adelina Salette Kowalczyk Edilene Kutcher Silvana Alves Ribeiro Bardella
14210	Michelli Cristina Pereira	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Nossa Senhora da Salete	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Soeli Aparecida da Silva Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14203	Milene Santos Coelho de Souza	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Alcides Tombini	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Ilza Witte Rossa Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14222	Pâmela Cristina Fiorese Andrade	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	Marcos Adelmo dos Reis Mauro Rogério dos Reis Terezinha Rosicleia Kamienski
14133	Patrícia Caroline Duarte	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Alto Bonito	Ieda Aparecida Bleichuvel Moschetta Janaína Demin Schmitz Janete Aparecida Tarniowicz
14523	Paula Cristina Santore	Professor Educação Infantil	CMEI Sonho Encantado	Nelci Monteiro França Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella
14196	Paulo Maurício Cavalheiro França	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Hilda Granemann de Souza	Edilene Kutcher Elisabete Aparecida Marini Bortolini Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera

14197	Regeane Aparecida Machado do Prado	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Pierina Santin Perret	Eliane Terezinha Pellizzaro Elisabete Aparecida Marini Bortolini Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14118	Regiane Meira	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Tabajara; EMEB Castelhana	Ione Maria Chiarello Mauro Rogério dos Reis Solange Margareth Campos
14221	Ricardo Kinal	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Maria Antônia Fabiani Padilha Marcos Adelmo dos Reis Mauro Rogério dos Reis
14218	Rodolfo Machado de Souza Segundo	Professor Ensino Fundamental II	CMEI Santa Clara	Mauro Rogério dos Reis Revanir Anciutti Sandra Regina dos Santos
14524	Rosângela da Cunha	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Rodolfo Nickel	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Janete Aparecida Tarniowicz Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14208	Rosângela Schifeter	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Hilda Granemann de Souza	Edilene Kutcher Elisabete Aparecida Marini Bortolini Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14171	Roseli Correia	Professor Educação Infantil	EMEB Pierina Santin Perret	Eliane Terezinha Pellizzaro Juliana Velasques Ferreira Sandra Regina dos Santos
14151	Suellen Mabel Schwartz	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa; EMEB Esperança	Beatriz Aparecida Pereira Maria Antônia Fabiani Padilha Mauro Rogério dos Reis
14199	Suzana de Oliveira Damer	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI João Maria Fernandes	Elisabete Aparecida Marini Bortolini Sandra Regina dos Santos Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14226	Táisa Beatriz Basso	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Irmão Venâncio José	Cleide Fátima Dariz Elisabete Aparecida Marini Bortolini Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera
14525	Vanessa Brusco	Professor Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Souza	Adelina Salete Kowalczyk Edilene Kutcher Sandra Regina dos Santos
14142	Vanessa Lopes Xavier	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Hilda Granemann de Souza; EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Beatriz Aparecida Pereira Edilene Kutcher Janaína Demin Schmitz
14308	Vanessa Zotto Costa	Professor Educação Infantil	CMEI Santa Clara	Sandra Regina dos Santos Silvana Alves Ribeiro Bardella Vanessa Souza Gilioli
14153	Vânia Cristina Marcon da Rocha Lusa	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Pierina Santin Perret; EMEB Walsin Nunes Garcia	Beatriz Aparecida Pereira Eliane Terezinha Pellizzaro Mauro Rogério dos Reis
14192	Vanusa de Oliveira Correa	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	Mauro Rogério dos Reis Rute Alves Proença Terezinha Rosicleia Kamienski
14227	Veni Aparecida de Moura	Professor Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Souza	Adelina Salete Kowalczyk Edilene Kutcher Silvana Alves Ribeiro Bardella
14154	Vera Regina Kreling	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Tabajara; EMEB Irmão Venâncio José	Beatriz Aparecida Pereira Mauro Rogério dos Reis Solange Margareth Campos
14220	Wagner Severgnini	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Maria Antônia Fabiani Padilha Marcos Adelmo dos Reis Mauro Rogério dos Reis

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de junho de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 27.022

PORTARIA Nº 27.022, de 23 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, incisos I e VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da Servidora Pública Municipal SÉLIA FÁTIMA PANDINI, ocupante do cargo de Atendente de Enfermagem, matrícula 229, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, correspondente a 1.717 (mil, setecentos e dezessete dias), ou 04 (quatro) anos, 08 (oito) meses e 17 (dezessete) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00019/06-4, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 14 de junho de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.023

PORTARIA Nº 27.023, de 23 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo nominada, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Familiar	Total de dias	A contar de
4418	Janete de Fátima Pereira	Recepcionista	Mãe	45 dias	10/06/2016 a 24/07/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10-2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGENIO MEDICINAL E SEUS COMPONENTES PARA SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR – SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 11/07/2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 11/07/2016.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 22 de junho de 2016.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO

Secretaria de Saúde

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 38 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65 - 2016 – Pregão Presencial – 38 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (HERBICIDA, FUNGICIDAS, ADUBOS, TEC...) PARA MANUTENÇÃO DE VIVEIROS DE MUDAS FRUTÍFERAS(PARREIRAS) NO HORTO FLORESTAL. DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/07/2016 às 14h00min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/07/2016 às 14h10min.
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone,

Caçador, 09 de junho de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52 - 2016 – CONCORRÊNCIA – 03 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52 - 2016 – CONCORRÊNCIA – 03 - 2016 – PREFEITURA; OBJETO: OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL – EXPLORAÇÃO A TÍTULO ONEROSO DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE VISUAL ATRAVÉS DE

PAINEL ELETRÔNICO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/07/2016 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 28/07/2016 às 14h10min. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone, Caçador, 21 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 33 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57 - 2016 – Pregão Presencial – 33 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE CONserto COM APLICAÇÃO DE MATERIAL NO TELHADO DO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO TABAJARA DE CAÇADOR/SC.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/07/2016 às 14h00min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/07/2016 às 14h10min.
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone, Caçador, 23 de junho de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 21 DE JUNHO DE 2016.
Homologa Termo de Cessão de Uso nº 536/2015 de "bens móveis de caráter permanente" firmado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Município de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 20 de junho de 2016, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Cessão de Uso nº 536/2015, firmado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, com sede na Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, Florianópolis, inscrita sob o CNPJ nº 80.673.411/0001-87, e o Município de Caçador, objetivando a Cessão de Uso dos "Bens Móveis de Caráter Permanente", conforme Termo de Cessão que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2016.
Valmor de Paula,
Presidente.

Fernando Scolaro,
Vice-Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos,
1ª Secretária.

Adilberto Santos de Oliveira,
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 21 DE JUNHO DE 2016.
Homologa Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel nº 337/2015, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca/Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR e o Município de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 20 de junho de 2016, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel nº 337/2015, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca/Fundo

de Desenvolvimento Rural – FDR, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1486, Itacorubi, Florianópolis, inscrita sob o CNPJ nº 13.561.339/0001-09, e o Município de Caçador, objetivando a cessão de um trator para atendimentos emergenciais no interior do Estado, visando planejar e elaborar programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento agropecuário, pesqueiro e florestal, conforme Termo de Cessão de Uso que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2016.
Valmor de Paula,
Presidente.

Fernando Scolaro,
Vice-Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos,
1ª Secretária.

Adilberto Santos de Oliveira,
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 21 DE JUNHO DE 2016.
Homologa Termo de Cessão de Uso, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e o Município de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 20 de junho de 2016, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Cessão de Uso, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura, com sede na Rua Tenente Silveira, nº 162, Florianópolis, inscrita sob o CNPJ nº 82.951.344/0001-40, e o Município de Caçador, objetivando a cessão de uso um veículo de combate a incêndio, para uso no Aeroporto Carlos Alberto da Costa Neves, conforme Termo de Cessão de Uso que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2016.
Valmor de Paula,
Presidente.

Fernando Scolaro,
Vice-Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos,
1ª Secretária.

Adilberto Santos de Oliveira,
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 21 DE JUNHO DE 2016.
Homologa Termo de Convênio nº 021/2016, celebrado entre o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, da através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 20 de junho de 2016, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 021/2016, celebrado entre o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, da através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Florianópolis, inscrita sob o CNPJ nº 83.931.550/0001-51, objetivando a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, conforme Termo de Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2016.
Valmor de Paula,
Presidente.

Fernando Scolaro,
Vice-Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos,
1ª Secretária.

Adilberto Santos de Oliveira,
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274, DE 21 DE JUNHO DE 2016.
Homologa Termo de Convênio nº 022/2016, celebrado entre o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, da através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 20 de junho de 2016, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 022/2016, celebrado entre o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, da através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Florianópolis, inscrita sob o CNPJ nº 83.931.550/0001-51, objetivando a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar, conforme Termo de Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2016.
Valmor de Paula,
Presidente.

Fernando Scolaro,
Vice-Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos,
1ª Secretária.

Adilberto Santos de Oliveira,
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 21 DE JUNHO DE 2016.
Homologa Termo de Compromisso nº 001/2016, celebrado entre a 10ª Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador e Gerência de Educação GERED e a Prefeitura Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 20 de junho de 2016, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Compromisso nº 001/2016, celebrado entre a 10ª Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador e Gerência de Educação e a Prefeitura Municipal de Caçador, objetivando a cooperação técnica, pedagógica e material, entre a 10ª ADR/10ª GERED, por intermédio do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, conforme Termo de Compromisso que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2016.
Valmor de Paula,
Presidente.

Fernando Scolaro,
Vice-Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos,
1ª Secretária.

Adilberto Santos de Oliveira,
2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 21 DE JUNHO DE 2016.
Homologa Termo de Cooperação nº 509/2016, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e a Prefeitura Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 20 de junho de 2016, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Cooperação nº 509/2016, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, estabelecida na Rua Frei Caneca, nº 400, Bairro Agrônômica, Florianópolis, inscrita no CNPJ sob o nº 13.568.538/0001-71, com a interveniência do Departamento de Administração Prisional – DEAP, por meio da Penitenciária Agrícola de Chapecó - Fundo Rotativo da Penitenciária e a Prefeitura Municipal de Caçador, objetivando a ressocialização aos reeducandos do regime semiaberto do Presídio Regional de Caçador, conforme Termo de Compromisso que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2016.
Valmor de Paula,
Presidente.

Fernando Scolaro,
Vice-Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos,
1ª Secretária.

Adilberto Santos de Oliveira,
2º Secretário.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 064/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 046/2016 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REPARO DO PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 23/06/2017

1ª Publicação.

DECRETO N.º 3.102/2016

DECRETO N.º 3.102/2016

Disciplina procedimentos a serem adotados pelos Médicos e Odontólogos servidores públicos municipais na prescrição de medicamentos e na solicitação de exames e procedimentos de saúde e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam os Médicos e os Odontólogos servidores públicos municipais, sempre que estiverem no exercício de suas atribuições funcionais, orientados a prescrever medicamentos e solicitar exames e procedimentos de saúde, nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - PCDT's do Sistema Único de Saúde - SUS.

Parágrafo único. Para a prescrição de medicamentos, os Médicos e os Odontólogos deverão ainda:

I - adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira - DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional - DCI, constando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância;

II - emitir receita em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;

III - utilizar as listas padronizadas de medicamentos do SUS.

Art. 2º No caso de o Médico ou o Odontólogo necessitar prescrever medicamentos, materiais e/ou insumos ou solicitar procedimentos diversos dos disponíveis nas políticas públicas, nas listas padronizadas e nos PCDTs do SUS, deverá ser apresentada justificativa técnica que demonstre a inadequação, a ineficiência ou a insuficiência da prescrição de medicamento padronizado para o caso concreto.

Parágrafo único. A justificativa técnica de que trata o caput deste artigo não eximirá o servidor público da obrigação de informar a respeito da referência expressa do tratamento disponível no SUS

para a patologia diagnosticada.

Art. 3º O servidor público que descumprir as disposições deste Decreto responderá administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, bem como estará sujeito as penalidades disciplinares previstas no Estatuto do Servidor Público – Lei Complementar n.º 39/2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.104/2016

DECRETO N.º 3.104/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0006 – Gestão da Infra – Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.003 – Invest. em Pavimentação e Recup. de Ruas e Avenidas

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 00.5064 – Transferência de Convênio - Estado

Código Reduzido: 88

VALOR: R\$ 2.400.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação, convênio n.º 2016TR001130 com o Governo do Estado de Santa Catarina – ADR Itajaí, vigente no orçamento da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 15 de junho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.105/2016

DECRETO N.º 3.105/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 451 – Infra – Estrutura Urbana
Programa: 0006 – Gestão da Infra – Estrutura e Mobilidade Urbana
Atividade: 1.003 – Invest. em Pavimentação e Recup. De Ruas e Avenidas
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 00.5064 – Transferência de Convênio - Estado
Código Reduzido: 113
VALOR: R\$ 1.300.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação, convênio n.º 2016TR000477 com Governo do Estado de Santa Catarina – ADR Itajaí, vigente no orçamento da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 15 de junho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.106/2016

DECRETO N.º 3.106/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte dois mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 13 – Fundação Municipal da Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal da Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0004 – Gestão de Apoio a Cultura
Atividade: 2.055 – Manut. da Fundação Municipal da Cultura
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 7
VALOR: R\$ 22.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869 de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 13 – Fundação Municipal da Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal da Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0004 – Gestão de Apoio a Cultura
Atividade: 2.055 – Manut. da Fundação Municipal da Cultura
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 11
VALOR: R\$ 22.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 15 de junho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.107/2016

DECRETO N.º 3.107/2016

Dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o § 7º do artigo 13 da Lei Complementar Municipal n.º 07/2006 dispõe que os percentuais de contribuição deverão ser reavaliados anualmente e, quando necessário, atendendo às indicações do cálculo atuarial, serão alterados por Decreto quando se tratar da contribuição patronal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento em 360 (trezentos e sessenta) meses o valor do déficit atuarial, no montante de R\$ 65.792.512,11 (sessenta e cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, quinhentos e doze reais e onze centavos), identificado na avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência de Camboriú de 31/12/2015, conforme tabela prevista no anexo único deste Decreto, com a finalidade de promover o equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema Previdenciário Municipal, em atendimento a legislação federal aplicável.

§ 1º Em caso de atraso no pagamento, o valor devido será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, contados da data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

§ 2º A incidência de cada valor da tabela se dará do mês de junho do ano base de competência até o mês de maio do ano seguinte.

§ 3º A tabela de contribuições mensais referida no caput deste artigo poderá ser revista de acordo com o resultado das futuras avaliações atuariais.

§ 4º Na hipótese de alteração da tabela deverá ser respeitado o prazo remanescente de 28 (vinte e oito) anos referido no caput deste artigo, podendo ser fixada a nova tabela, mediante decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC, Em, 21 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

ANEXO

Tabela de Amortização do Déficit Atuarial			
31/12/2015			
n.º	Ano	Aporte Anual (R\$)	Aporte Mensal (R\$)
01	2016	392.305,08	32.692,09
02	2017	579.008,45	48.250,70
03	2018	842.722,65	70.226,89
04	2019	1.219.113,35	101.592,78
05	2020	1.777.250,83	148.104,24
06	2021	2.574.344,33	214.528,69
07	2022	3.730.243,93	310.853,66
08	2023	5.459.183,38	454.931,95
09	2024	7.672.336,21	639.361,35
10	2025	7.369.059,03	614.088,25
11	2026	7.657.977,25	638.164,77
12	2027	7.648.396,82	637.366,40
13	2028	7.687.248,43	640.604,04
14	2029	7.723.973,45	643.664,45
15	2030	7.602.515,37	633.542,95
16	2031	7.622.425,28	635.202,11
17	2032	7.571.199,76	630.933,31
18	2033	7.616.417,62	634.701,47
19	2034	7.508.773,08	625.731,09
20	2035	7.432.046,49	619.337,21
21	2036	7.275.393,31	606.282,78
22	2037	7.297.278,46	608.106,54
23	2038	7.370.833,91	614.236,16
24	2039	7.483.796,94	623.649,74
25	2040	7.433.687,70	619.473,98
26	2041	7.437.910,53	619.825,88
27	2042	7.416.662,08	618.055,17
28	2043	7.020.242,40	585.020,20

LEI N.º 2.923/2016

LEI N.º 2.923/2016

Institui a Feira Cultural de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Feira Cultural de Camboriú, que funcionará como “projeto-piloto” nos meses de abril a dezembro de 2016 e, posteriormente, de forma permanente, a qual tem a finalidade de desenvolver e fomentar as potencialidades culturais de Camboriú.

Art. 2º A Feira Cultural de Camboriú será realizada todos os segundos sábados do mês, preferencialmente no Calçadão da Praça das Figueiras, das 09h (nove horas) às 18h (dezoito horas), com a participação de expositores que terão direito a um espaço específico e de forma gratuita para comercialização de seus produtos.

Parágrafo único. Caberá a cada expositor arcar com os custos de infraestrutura e instalação de seu estande, de acordo com as regras previamente definidas pela Comissão Organizadora.

Art. 3º A instalação e coordenação da Feira de que trata a presente Lei é de responsabilidade da Fundação Cultural de Camboriú.

Art. 4º Não será permitida na Feira Cultural de Camboriú, sob qualquer pretexto:

I - a difusão de nomes, slogans, jingles, estandartes ou similares com conteúdo político-partidário ou eleitoral, seja em bandeiras, adesivos, faixas, camisetas, bonés, panfletos ou afins;

II - a utilização de qualquer tipo de som por parte dos expositores, em seus espaços previamente definidos, nas barracas ou em seus arredores;

III - a venda e/ou consumo de bebida alcoólica;

VI - a comercialização de qualquer produto que não esteja citado na ficha cadastro no ato da inscrição.

Parágrafo único. A infração ao caput deste artigo ensejará na pena de retirada imediata do expositor pela Comissão Organizadora do evento.

Art. 5º Será nomeada pela organização do evento uma Banca Examinadora com até 05 (cinco) profissionais das áreas de artesanato, artes plásticas, história ou literatura, os quais analisarão os produtos a serem comercializados na Feira.

Art. 6º Fica autorizada a comercialização dos produtos, antecipadamente cadastrados junto à gestão do Sistema Municipal de Cultura e autorizados pela Banca Examinadora.

Art. 7º Os expositores que participarem da Feira Cultural de Camboriú estarão isentos das seguintes taxas:

I - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento;

II - Taxa de Fiscalização para Funcionamento;

III - Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária.

Art. 8º Compete à Comissão Organizadora elaborar Regulamento, a fim de complementar as regras de funcionamento da Feira Cultural de Camboriú.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC, Em, 20 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.924/2016

LEI N.º 2.924/2016

Reconhece a filiação do Município de Camboriú junto à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida a filiação do Município de Camboriú, desde maio de 1973, junto à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.747.460/0001-42, com sede na Rua Luiz Gonzaga, n.º 1655, Bairro São Vicente, Itajaí/SC.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias constantes no orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC, Em, 23 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual locação de 01 máquina retroescavadeira 4x4, com operador, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MIGUEL GONÇALVES DE BORBA - ME, CNPJ: 79.767.851/0001-14, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 54/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário (R\$ por hora)	Valor Total
01	500	horas/ trabalhadas	LOCAÇÃO DE 01 MÁQUINA RETROESCAVADEIRA 4X4, COM OPERADOR. O ano de fabricação da máquina não poderá ser inferior a 2010.	130,00	65.000,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Pregoeira

MIGUEL GONÇALVES DE BORBA

MIGUEL GONÇALVES DE BORBA - ME

Representante legal

CONVOCAÇÃO Nº 099/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 099/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. RICARDO GOMES MARTINS, inscrito no CPF/MF sob nº 044.987.536-90, aprovado em 4º lugar no Processo Seletivo nº 003/2015-/PMCA, para o Cargo Público de MÉDICO II, na Função de MÉDICO II, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 26 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 23 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

PORTARIA Nº 13.106 DE 22 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.106 DE 23 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal SUÉLLEN REGINA STOMONSKY, Matrícula Funcional nº 000839, Registro no Sistema sob nº 955230, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de junho de 2016 a 22 de agosto de 2016.

Parágrafo único - A prorrogação da Licença de que trata o caput deste artigo, em atenção ao requerimento assinado pela Servidora Pública Municipal, e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 15 de março de 2016, sob nº 0925.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 24 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 23 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.107 DE 23 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.107 DE 23 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação ao Servidora Pública Municipal, ELISABETH SCHINDLER, Matrícula Funcional nº 000129, Registro no Sistema sob nº 297420, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de junho de 2016.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "C", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "D", no valor de R\$ 3.027,09 (três mil, vinte e sete reais, nove centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.108 DE 23 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.108 DE 23 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LEANDRO PAGANI, Matrícula Funcional nº 000705, Registro no Sistema sob nº 955149, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 06 de junho de 2016 á 15 de junho de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 23 de junho de 2016 sob nº 3277.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de junho de 2016.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.109 DE 23 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.109 DE 23 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Chefe de Gabinete, JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955159, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, lotado no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Chefe de Gabinete gozará as férias no período de 27 de maio de 2016 á 31 de maio de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 20 de maio de 2016 sob nº 2325.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de maio de 2016.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.110 DE 23 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.110 DE 23 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE PESSOAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ROSANI APARECIDA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000211, Registro no Sistema sob nº 112070, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Pessoal, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017.

Art.2º) A Chefe do Serviço de Pessoal gozará as férias no período de 04 de julho de 2016 á 08 de julho de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 01 de junho de 2016 sob o nº 2601.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.111 DE 23 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.111 DE 23 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DO NÚCLEO DE INFORMÁTICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, EVELTON MICHEL SCHULZE, Matrícula Funcional nº 000774, Registro no Sistema sob nº 955393, ocupante do Cargo Público Agente Operacional III, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço do Núcleo de Informática, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) O Chefe do Serviço de Informática gozará as férias no período de 18 de julho de 2016 á 27 de julho de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo em data de 01 de junho de 2016 sob o nº 2593.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

ATA 06-05-2016

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos 06 dias de maio de 2016, reuniram-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Campo Erê, os prefeitos e assessores dos municípios consorciados ao CRESIM. Onde iniciou-se a reunião o presidente do CRESIM, Sr. Rudimar Borcioni, cumprimento e agradeceu a presença de todos e iniciou tratando do assuntos do quadro de pessoal da Casa Lar, onde informou sobre o fim das obras de reforma e início das atividades da Casa Lar e também o chamamento do pessoal aprovado em concurso público. Também comentou-se sobre o convênio para divisão da despesas para finalização da obra de reforma da Casa Lar, onde os prefeitos e assessores apresentaram a necessidade de passar pela câmara de vereadores, para posterior firmarem convênio com Campo Erê, para posterior repasse do recurso. Tratou-se sobre o coordenador da Casa Lar, onde os prefeitos definiram que será entrado em conversa com a funcionária Kerlin para ser a coordenadora da Casa Lar. Tratou-se da inauguração da Casa Lar, onde os prefeitos sugeriram marcar a data para o dia 20/05/2016. Prefeito Rudimar, apresentou a possibilidade de o Município de Campo Erê, autorizar e gerar um ato de doação do patrimônio da Casa Lar, para o CRESIM. Iniciou-se o assunto para questões de definição da equipe de trabalho administrativa do CRESIM, o prefeito apresentou a possibilidade de cessão de servidor do município de Campo Erê, para atender a contabilidade do CRESIM, apresentado os trabalhos que estão sendo realizados, quanto a compras, contabilidade, folha, tribunal de contas. Prefeito Ivo, apresentou que irá renunciar ao cargo de prefeito do município de São Bernardino e também a renúncia ao cargo de Tesoureiro do CRESIM. Então Iniciou-se a tratativas para a posse do novo tesoureiro, onde definiu-se em concordância de todos os prefeitos que o Prefeito Luiz de Paris será o novo tesoureiro do CRESIM. Também tratou-se a solicitação do município de Romelândia para ingresso no consórcio, para o programa Casa Lar, onde definiu-se que todo município que se consorcie estipule-se o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) para ser aceito ao CRESIM, onde os prefeitos aprovaram o pedido de Romelândia.. Tratado também a questão de recolhimento de lixo nos municípios, onde apresentou-se uma proposta da empresa Tucano para recolhimento do lixo seco, molhado e hospitalar, sendo que os valores estão altos e inviabilizam para os municípios a contratação, onde levantou-se a possibilidade de cada prefeito tratar com catadores em seus municípios e posteriormente agendar nova reunião para tratar do assunto. Não havendo mais assuntos a serem tratados, encerra-se a presente ata.

TERMO DE RATIFICAÇÃO PL 1322/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1322/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1285/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE

DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICO o ato da Comissão de Licitações que dispensou a licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme segue:

- a) Fundamento: Art. 17, inciso I, alínea "b" da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, em combinação com o art. 84, § 1º da Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar n. 008/2001; Lei n. 1940/2016; e, Medida Cautelar concedida pelo STF na ADI 927-RS.
- b) Objeto: Doação dos lotes urbanos 01, 02 e 03, da quadra 57, com área superficial de 450,00 m2, 420,00 m2 e 420,00 m2, respectivamente, perfazendo em conjunto 1.290,00 m2, matriculados sob o n. 6.833, junto ao CRI de Campo Erê, com as benfeitorias nele existentes, sendo que os encargos fixados no Termo de Concessão de Direito Real de Uso foram cumpridos, conforme especificado na Lei 1.940/2016.
- c) Beneficiária: Velas Max Ltda ME.
- Publique-se.

Campo Erê - SC, 22 de Junho de 2016.

RUDIMAR BROCONI

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PP 28/2016 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04/07/2016 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h30min às 17h30min horas diariamente.

Campos Novos, 22 de maio de 2016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

DECRETO Nº. 7.546/16 DE 21/06/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.546/16 de 21/06/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$2.661.000,00(Dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTERS, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DPTO DE MANUTENÇÃO E APOIOOPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 – Pavimentação e asfaltamento de ruas

Elementos de despesa: 106 - 4.4.90.00.00.00.00.0001.0000.000000 -Aplicações Diretas ..R\$ 2.275.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTERS, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DPTO DE MANUTENÇÃO E APOIOOPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.059 – Construção de Praças, Jardins e Parques Infantiss

Elementos de despesa: 126 - 4.4.90.00.00.00.00.0001.0000.000000 -Aplicações Diretas ..R\$ 386.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.267/16 DE 22/06/2016 AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS A RECEBER PAGAMENTO DO SAMAE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.267/16 DE 22/06/2016

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS A RECEBER PAGAMENTO DO SAMAE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Campos Novos, autorizado a receber do SAMAE o montante de R\$ 1.113.994,63 (um milhão, cento e treze mil novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), em 5 (cinco) parcelas iguais, sucessivas e anuais, no dia 10 de fevereiro de cada ano, iniciando-se a primeira em 10 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. O valor mencionado no artigo anterior refere-se ao pagamento de precatórios do regime especial, pagos pelo Município, por determinação do próprio TJ/SC, através da transferência dos depósitos judiciais vinculados aos autos da execução fiscal nº 0000079-16.2008.8.24.0014, de que trata a LC nº 151/2015 e autorizado por meio do Processo Administrativo SPA nº 15726/2015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 22 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO PREÇOS PP 04/2016 FHJA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 1/7

Processo Nº.: 9/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2016

No dia 22 do mês de Junho do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR ADMINISTRATIVO, o Sr(a). LEONARDO FARIAS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 023.645.589-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2016, Processo Licitatório nº. 9/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS EM SACHE, PARA CONSUMO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7423	SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LTD	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS	17.874.119/0001-96	LEONEL PAULO PERES BRAZ	451.565.730-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS EM SACHE, PARA CONSUMO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7423 - SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SAL REFINADO IODADO EMBALAGEM SACHÊ 1G CX COM 2.000 UN.	CX		3,000	18,9000	56,70
2	VINAGRE DE ALCCOL SACHE 4ML CX COM 198 SACHES	CX		10,000	19,0000	190,00
3	ACUCAR SACHE 5G - CX COM 1000 SACHES	CX		21,000	35,0000	735,00
4	ADOÇANTE DIETÉTICO EM SACHÊ 800MG CX COM 1.000 UN.	CX		20,000	48,3800	967,60
5	GELÉIA EM TABLETE 15 G - SABORES DIVERSOS - CX C/ 144 UN.	CX		30,000	33,0000	990,00
6	GELÉIA DIET TABLETE 15G SABORES DIVERSOS - CX COM 144 UN.	CX		25,000	61,0000	1.525,00
7	MEL PURO, TRANSLUCIDO, DE AROMA CARACTERISTICO, LIVRE DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO NA FORMA DE BLISTERS CONTENDO 15 GRAMAS, CX COM 144 BLISTERS	CX		15,000	67,1000	1.006,50
8	MARGARINA CREMOSA COM SAL EM TABLETE 10 G - CX COM 192 UN.	CX		30,000	38,0000	1.140,00
9	MARGARINA CREMOSA SEM SAL EM TABLETE 10G - CX COM 192 UN.	CX		30,000	38,0000	1.140,00
10	AZEITE DE OLIVA SACHES DE 4ML; CX COM 182 UND	CX		10,000	49,0000	490,00
11	MANTEIGA EXTRA SEM SAL BLISTER 10G - CX COM 192 UND	CX		10,000	79,0500	790,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 2/7
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/7
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2016

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/7
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/7
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/7
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/7
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2016

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 22 de Junho de 2016.

LEONARDO FARIAS SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Empresas Participantes:

SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LT CNPJ: 17.874.119/0001-96 _____

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 060/2016

PORTARIA SAMAE CNO 060/2016, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR, o servidor MURILO CAMPAGNONI, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.B, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, no período de 16/06/2016 à 30/06/2016, substituindo Alexandre Kunen, no qual fará jus à percepção de diferença salarial.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 14/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 14/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 14/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de medicamentos destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Anexo II, para o exercício 2016, parte integrante do Pregão.

DATA DE ABERTURA: 08 de julho de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 23 de junho de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 48/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 48/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 33/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de 01 (uma) varredeira mecânica nova, para limpeza e manutenção das vias pavimentadas do Município de Canelinha, conforme item descrito no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 06 de julho de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 23 de junho de 2016. ANTONIO DA SILVA – Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS SEGURADOS NOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV

Edital de Convocação para Eleição dos Representantes dos Segurados nos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV

Pelo presente edital, ficam os servidores públicos efetivos, da Prefeitura do Município de Canoinhas, convocados para a eleição dos representantes dos segurados nos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV. Serão eleitos 10 (dez) servidores efetivos para compor o Conselho de Administração, sendo 5 (cinco) titulares e 5 (cinco) suplentes, e 8 (oito) servidores efetivos para compor o Conselho Fiscal, sendo 4 (quatro) titulares e 4 (quatro) suplentes, observados para fins de composição dos Conselhos, o disposto do art. 15, parágrafo 1º, alíneas "d" e "e", da Lei Complementar nº 54 de 29 de abril de 2016. As eleições realizar-se-ão no dia 22 de julho do corrente ano, das 9h00min às 15h30min, na sala de reuniões da Prefeitura do Município de Canoinhas, situada no 2º piso do Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Rua Sen. Felipe Schmidt, nº 10, centro. Ficam, ainda, pelo presente edital, cientificados que o registro das candidaturas ocorrerá entre os dias 11 a 15 de julho de 2016, das 8h00min às 15h30min, no setor de Departamento Pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, situado no piso térreo do Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Rua Sen. Felipe Schmidt, nº 10, centro. Poderão candidatar-se os servidores efetivos que atendam ao disposto do art. 11, incisos I e II, da Lei Complementar nº 54 de 29 de abril de 2016. Para a formalização do registro de candidatura, o interessado deverá apresentar cópia de documento de identificação com foto e cópia de diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, fornecida por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. Os candidatos interessados em compor qualquer um dos Conselhos poderão inscrever-se somente para um órgão, não sendo permitido exercer concomitantemente as funções de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. O modelo de requerimento de candidatura poderá ser obtido diretamente no setor de Departamento Pessoal, no ato de registro de candidatura. Após o término das eleições, terá início a apuração dos votos na sala de recepção do Gabinete do Prefeito.

Canoinhas-SC, 24 de junho de 2016.

Luís Gustavo Vieira de Britto
Comissão Eleitoral

Thiago Kuchler
Comissão Eleitoral

Zenilda Lemos de Souza
Comissão Eleitoral

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º 86/2016
Dispensa de Licitação n.º 07/2016

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, V, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e mão de obra para reparos mecânicos na motoniveladora New Holland RG 140B, n.º 107, ano 2007, de uso da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Contratado: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (CNPJ 06.224.121/0006-08)

Valor total: R\$ 10.765,00 (dez mil setecentos e sessenta e cinco reais)

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 10/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 111/2016
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 10/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/07/2016, às 09h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 27/07/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 88/2016 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 125/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 88/2016 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/07/2016, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS, TAIS COMO BATEDEIRA, TUNEL LUDICO EM POLIETILENO, CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBE, GANGORRA EM POLETILENO, ENTRE OUTROS, DESTINADOS AOS C.E.I.S MUNICIPAIS E 01 APARELHO DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS DESTINADO AO C.E.I RODOLFO LINZMEYER - TERMO DE COMPROMISSO PROINFÂNCIA PAR/FNDE 201300420/2013. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 08/07/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 89/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 126/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 89/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/07/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE RECARGA, RETESTE, PLACAS, SUPORTES E AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DESTINADAS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 07/07/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ERRATA DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 50/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 73/2016
EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 50/2016 (PRESENCIAL)
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, no dia 21 de junho de 2016, edição Nº 2020, página 113, referente a divulgação da Publicação da homologação do Edital de Pregão Nº PMC 50/2016, onde lia-se: CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA; VALOR DA DESPESA: R\$23.205,00 (vinte e três mil duzentos e cinco reais), leia-se, CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA; VALOR DA DESPESA: 00,00, onde lia-se CONTRATADO: DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA; VALOR DA DESPESA: R\$101.595,00 (cento e um mil quinhentos e noventa e cinco reais), leia-se CONTRATADO: DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA; VALOR DA DESPESA: R\$ 124.905,00 (cento e vinte e quatro mil novecentos e cinco reais), onde lia-se CONTRATADO: DOMPEL INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO; VALOR DA DESPESA: R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), leia-se CONTRATADO: DOMPEL INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO; VALOR DA DESPESA: R\$ 4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais) e onde lia-se CONTRATADO: RICHESSE MOVEIS LTDA EPP; VALOR DA DESPESA: R\$5.425,00 (cinco mil quatrocentos e vinte e cinco reais), leia-se CONTRATADO: RICHESSE MOVEIS LTDA EPP; VALOR DA DESPESA: R\$ 10.781,00 (dez mil setecentos e oitenta e um reais)

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ERRATA DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 50/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 73/2016
EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 50/2016 (PRESENCIAL)
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, no dia 25 de maio de 2016, edição Nº 2003, página 169, referente a divulgação da Publicação do Resultado Final do Edital de Pregão Nº PMC 50/2016, no item 02, onde lia-se, NOME DO FORNECEDOR: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA; SITUAÇÃO: VENCEU, leia-se, NOME DO FORNECEDOR: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA; SITUAÇÃO: DESCLASSIFICADO e onde lia-se, NOME DO FORNECEDOR: DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA; SITUAÇÃO: PERDEU, leia-se, NOME DO FORNECEDOR: DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA; SITUAÇÃO: VENCEU e no item 05 onde lia-se, NOME DO FORNECEDOR: DOMPEL INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO; SITUAÇÃO: VENCEU, leia-se, NOME DO FORNECEDOR: DOMPEL INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO; SITUAÇÃO: DESCLASSIFICADO e onde lia-se, NOME DO FORNECEDOR: RICHESSE MOVEIS LTDA EPP; SITUAÇÃO: PERDEU, leia-se, NOME DO FORNECEDOR: RICHESSE MOVEIS LTDA EPP; SITUAÇÃO: VENCEU

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 086/2016

DECRETO No 086, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.1068	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-045	Aplicações Diretas	1023	55	R\$	140.000,00
	Total			R\$	140.000,00

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0150.1068	AQUISIÇÃO DE AMBULANCIA	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-001	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	140.000,00
	Total			R\$	140.000,00

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 16 de junho de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

FMS CONTRATO 0046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
Contrato Nº.: 0046/2016		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada.: COMERCIO E TRANSPORTE CAPINZAL LTDA - ME		
Valor : 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais)		
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de Serviços de Transporte (socorro) de pacientes para Tratamento Fora Domicílio - TFD. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 23 de Junho de 2016		

PMC TERMO ADITIVO 001/2016 C05

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : TA 001/2016 C 5 - Contrato Nº: 0005/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	
Valor : 4.699,20 (quatro mil seiscentos e noventa e nove reais e vinte centavos)	
Vigência : Início: 22/06/2016 Término: 19/01/2017	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 85,2% (oitenta e cinco por cento), passando o valor unitário do item 56 (leite esterilizado integral UHT - 1000ml) de R\$ R\$ 2,09 (dois reais e nove centavos) para R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos).	
Capinzal, 23 de Junho de 2016	

PMC TERMO ADITIVO 001/2016 C159

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : TA 001-2016 C159 - Contrato Nº: 0159/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: PROART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	
Valor : 0,00 (zero)	
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 13/07/2016	
Licitação : Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia Nº.: 0019/2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 13/07/2016, conforme justificativa, parecer técnico, documentos e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 23 de Junho de 2016	

PORTARIA 546/2016

PORTARIA Nº 546, DE 23 DE MAIO DE 2016

Promove servidores do quadro efetivo de Servidores do Magistério Público Municipal

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei Complementar nº 045/2000 e no artigo 10 da Lei Complementar nº 168/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida promoção aos seguintes servidores do quando do Magistério Público Municipal:

Matrícula	Nome	Classe e referência	Classe e referência após promoção
304972/01	Adriana Surdi Martinelli	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
321281/01	Adriana Toaldo Leal dos Santos	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
326178/01	Alessandra Aparecida Teixeira	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
307157/01	Cássia Maris Wilbert Souza	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
327239/01	Christine Marly Kappes	Classe 8, referência B	Classe 8, referência C
307319/01	Cimara Moreira Baú	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
307700/01	Cristiane Dambróz	Classe 8, referência C	Classe 8, referência D
307785/01	Dalva Maria Helt Marques	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
308021/01	Delci Macagnan da Costa	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
309087/01	Eliane Maria Helt	Classe 8, referência D	Classe 8, referência E
309117/01	Eliane Rosa Garcia	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
309168/01	Elisângela Frizzo Clen	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
309320/01	Eloá Salete Toaldo Giumbelli	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
117480/03	Fabiane Zambão	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
322768/01	Fátima Faccin	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
310204/01	Geneci de Lima	Classe 8, referência B	Classe 8, referência C
310743/01	Iliane Aparecida dos Santos	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
311502/01	Izolete dos Santos Riqueti	Classe 9, referência D	Classe 9, referência E
312169/01	Joclei Aparecida Poggere	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
312240/01	Jonathan Savi	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
312533/01	Jovania Rech	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B

312770/01	Jussara Biazotto	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
313343/01	Lilian Aparecida Dorini Stirmer	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
323829/01	Lucélia Alves Dalposso	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
313700/01	Luciana Milesqui Wilbert	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
313734/01	Luciane Albina Viceli Thomazoni	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
314218/01	Mafalda Franke	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
314447/01	Márcia Manfredini	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
324116/01	Márcia Regina Melloto	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
141844/01	Márcio Antônio da Silva	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
314862/01	Maria de Fátima de Oliveira Ribeiro	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
314986/01	Maria Elianete de Camargo Masson	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
315745/01	Marli Dametto Morosini	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
315966/01	Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
316059/01	Merci Surdi	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
316199/01	Mirian Surdi Gubert	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
316229/01	Monica Salete Gotardo Rosseti	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
316709/01	Nilza Maria Marcon Muraro	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
316792/01	Noemi Frühauf Reck	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
317241/05	Otávia Maria Surdi	Classe 8, referência B	Classe 8, referência C
317608/01	Rafaela Daros Mergener	Classe 8, referência D	Classe 8, referência E
304310/05	Romi Vilarino Lira	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
317934/03	Rômulo Garcia	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
324990/01	Rosângela Vitória Rossete Scheurmann	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
318256/01	Rosemary Aparecida da Silva	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
318345/01	Rosilene de Souza Haus	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
318434/01	Saionara Cristina Masson	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
318558/01	Salete Savaris de Araújo	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
318620/01	Sandra Maria Demin	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
318701/01	Sayonara Pellizaro Cremonini	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
318949/01	Sérgio Rodrigues dos Santos	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
319341/01	Sirlei Marli Gerhardt da Rosa	Classe 8, referência C	Classe 8, referência E
319490/01	Sonia Aparecida Lamb	Classe 8, referência D	Classe 8, referência A
325325/01	Taise Maria Campioni Rostirola	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
319902/01	Terezinha Aparecida Toaldo Giumbelli	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
320340/01	Valquiria Maria da Silva Moresco	Classe 9, referência D	Classe 9, referência E
320510/01	Vera Alice Santos Gonçalves	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
320528/01	Vera Amália Bazzi	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
320870/01	Vivanda Tereza Bortoli	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
320897/01	Vivian Mafisa Golin	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
320951/01	Viviane Cristina Sitiniewski	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
325791/01	Wanessa Moraes Trzcinski	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de maio de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 547/2016

PORTARIA Nº 547 DE 23 DE MAIO DE 2016

Altera redação de portaria, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições, conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da portaria nº 311/2016, da servidora Arlete Terezinha Gralha, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 005/2016 e nos termos do contrato nº 311/2016, Arlete Terezinha Gralha, matrícula nº 306614/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de maio de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de maio de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

RESOLUÇÃO 005/2016 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 005/ 2016.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação 2016 para cofinanciamento do Governo Federal para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal – CMAS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 187/2015, tendo em vista a deliberação do Conselho, em Reunião Ordinária, realizada em 15 de junho de 2016; e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 2004, que dispõe sobre objetivos, diretrizes, princípios e usuários para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, por meio da execução dos serviços e programas no âmbito da Proteção Social;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do SUAS- NOB/ SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social, aprovada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que em seu art. 23 entende por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei;

CONSIDERANDO que o Plano de Ação é um instrumento utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDS para lançamento de dados e validação anual das informações relativas às transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo, do cofinanciamento federal da Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º. Deliberar pela aprovação do Plano de Ação para o

cofinanciamento do Governo Federal, para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, exercício de 2016;

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 16 de junho de 2016.

Daniela Bortoli

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO 006.2016 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 006/ 2016.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho do município de Capinzal, referente ao Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica, para o exercício de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal – CMAS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 187/2015, tendo em vista a deliberação do Conselho, em Reunião Ordinária, realizada em 15 de junho de 2016; e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 2004, que dispõe sobre objetivos, diretrizes, princípios e usuários para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, por meio da execução dos serviços e programas no âmbito da Proteção Social;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do SUAS- NOB/ SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social, aprovada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que em seu art. 23 entende por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei;

CONSIDERANDO a Resolução CEAS 05/2016 que aprova critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina-FEAS/SC, para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial, Benefícios Eventuais no exercício de 2016.

CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho trata do aceite ao Cofinanciamento, bem como define a aplicação do recurso e as responsabilidades a serem cumpridas pelo Gestor municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Deliberar pela aprovação do Plano de Trabalho do Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, exercício de 2016;

Art. 2º. O recurso advindo do Cofinanciamento Estadual será aplicado em sua totalidade (cem por cento) para despesas de custeio, no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 23 de junho de 2016.

Daniela Bortoli

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Catanduvas

PREFEITURA

ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0069/2016 - PREGÃO Nº 0047/2016

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0069/2016

PREGAO Nº 0047/2016

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a necessidade de excluir informação no item 02 da tabela de Estimativa de Contratação, parte integrante do ANEXO I, por interesse da Administração Municipal;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a seguinte alteração no edital de Pregão nº 0047/2016:

a) O item 02 da tabela passa a ter a seguinte redação:

BOMBA DE INFUSÃO ST 1000 CÓD FINAME 2073807 ST1000 Bomba de infusão volumétrica linear, de fabricação nacional, projetada para uso em infusão de soluções por via enteral ou parenteral, com controle eletrônico programável. Utiliza descartável micro e macrogotas destinados a serem utilizados em bombas de infusão e descartáveis gravitacionais desde que estes estejam de acordo com as seguintes características: tubo de PVC de 3,1 - 4,2 mm e dureza entre 65 a 70 Shore A. Sistema de propulsão peristáltico linear. Possui três tipos de programação de infusão. Taxa de KVO ajustável e bolus ajustável. Possui as seguintes funções durante a infusão: titulação, balanço hídrico, zerar volume, ajuste de KVO, ajuste de bolus, ajuste de oclusão, ajuste do volume do alarme e memória da última infusão. Display com apresentação constante da vazão, volume programado, volume infundido, tempo total e tempo restante da infusão ou apresenta a vazão, dose, volume infundido e tempo de infusão quando programado em peso x concentração x dose. Possui detector de ar ultra sônico e sensor de pressão regulável. Pré alarmes: fim da bateria e fim da infusão. Alarmes visuais e sonoros: alarme de espera, vazão livre, funcionamento em KVO, infusão interrompida, oclusão, ar na linha, porta aberta, frasco vazio, infusão completa, bateria baixa, bateria crítica e erro de programação. A bomba vem com bateria recarregável de níquel metal hidreto de longa vida com autonomia de 6 horas. Equipamento de pequeno porte, leve e de fácil manuseio. Opera em 110 a 230 V~ e frequência de alimentação de 50/60 Hz. Uso hospitalar, ambulatorial e laboratorial. Utilizada com equipamentos registrados para serem utilizados em bombas de infusão (registro ANVISA). b) Devido às alterações serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 19 de julho de 2016;
- Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 14 de julho de 2016;
- Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 19 de julho de 2016.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 22 de junho de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 6.928 DE 14 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA P/6928/16, de 14.06.2016

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/6640/16, que concedeu Função de Agente de Combate a Endemias, da Servidora DIRCEMA MATIAS GIUMBELI, retornando ao seu Cargo de Origem de Agente Comunitário de Saúde, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos até a presente data.

Catanduvas, 14 de junho de 2016

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior:P/6640/16.

PORTARIA Nº 6.929 DE 14 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA P/6929/16, de 14.06.2016

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/6640/16, que concedeu Função de Agente de Combate a Endemias, da Servidora SIMONE PAVIANI LUVISON, retornando ao seu Cargo de Origem de Agente Comunitário de Saúde, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos até a presente data.

Catanduvas, 14 de junho de 2016

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior:P/6916/16.

PORTARIA Nº 6.932 DE 14 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA P/6932/16, de 14.06.2016

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

DESIGNAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Marilize Maris dos Santos, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Técnica em Enfermagem, para exercer a função de Agente de Combate a Endemias, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data.

Catanduvas, 14 de junho de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 6.933 DE 14 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA P/6933/16, de 14.06.2016

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

DESIGNAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Teresinha Kremer, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnica em Enfermagem, para exercer a função de Agente de Combate a Endemias, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data.

Catanduvas, 14 de junho de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 6.935 DE 14 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA P/6935/16, de 14.06.2016

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

DESIGNAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Giovana Carl, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnica em Enfermagem, para exercer a função de Agente de Combate a Endemias, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data.

Catanduvas, 14 de junho de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

PORTARIA P/6932/16, de 14.06.2016

PORTARIA Nº 6.936 DE 20 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA P/6936/16 de 20.06.2016

"Admite temporariamente,
RODRIGO LEMOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE :

ADMITIR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, RODRIGO LEMOS, para as funções de Médico Nível CE-111A, com (20:00 horas semanais) em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 20 de junho a 17 de dezembro de 2016, ressaltando que em decorrência do caráter excepcional da situação, o contrato poderá ser rescindido antes do prazo final, a fim de satisfazer o interesse público.

Catanduvas, 20 de junho de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.937 DE 21 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA P/6937/16 de 21.06.2016

"Admite temporariamente,
LUIZ FERNANDO GEWEHR"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE :

ADMITIR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LUIZ FERNANDO GEWEHR, para as funções de Farmacêutico Nível CE-76A, com (20:00 horas semanais) em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 21 de junho a 18 de dezembro de 2016, ressaltando que em decorrência do caráter excepcional da situação, o contrato poderá ser rescindido antes do prazo final, a fim de satisfazer o interesse público.

Catanduvas, 21 de junho de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0002/2016 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0002/2016 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas – SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

CONTRATADO: LIMGER - Empresa de Limpeza Gerais e Serviços Ltda, CNPJ nº 84.590.900/0001-26.

OBJETO: Serviços de limpeza e conservação das dependências da Câmara Municipal de Vereadores.

VALOR MENSAL: R\$ 1.820,00 (Hum mil, oitocentos e vinte reais).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.460,00 (Cinco mil, quatrocentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 23.05.2016 a 23.08.2016.

DATA: 25.05.2016

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 57/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 39/2016

PROCESSO: 57/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 39/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA/FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA/JURÍDICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES EDITAIS.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 11/07/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 24 de junho de 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, vem por meio deste expediente, TORNAR PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital de Pregão Presencial n. 37/2016, decorrente de Impugnação, passando a vigorar com a seguinte redação:

		[...]					
4	409302	PNEU 185 R14 102/100 COM 08 LONAS RADIAL (P/ KOMBI)	Un	6		R\$ 410,67	R\$ 2.464,02
		[...]					
11	409315	PNEU 185X70 R14 RADIAL 88T	Un	24		R\$ 354,67	R\$ 8.512,08
12	409316	PNEU 175X70 R14 RADIAL 88T	Un	8		R\$ 312,00	R\$ 2.496,00
		[...]					
26	410882	PNEU 165 X 70 R13 RADIAL 79T	Un	40		R\$ 222,33	R\$ 8.893,20

Ante, a alteração acima realizada, o Município de Chapadão do Lageado informa que o presente certame dar-se-á através do Credenciamento a partir das 08h00min, sendo que às 08h30min do dia 06 de julho de 2016, será aberta a sessão pública, que se realizará na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, localizada no Paço Municipal, sito à Rua Allan Regis Inácio, nº 15, Centro, Chapadão do Lageado/SC.

Permanecem inalteradas as demais condições previstas no edital completo.

Chapadão do Lageado-SC, 23 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 052, DE 21.06.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 052, DE 21.06.2016

Homologa Resoluções nº 005/2016, 006/2016, 007/2016, 008/2016, do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado as Resoluções abaixo mencionadas, do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado/SC:

I – Resolução nº. 005/2016, de 24 de maio de 2016, que aprova o Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal, do Sistema Único de Assistência Social para o exercício de 2016.

II – Resolução nº 006/2016, de 24 de maio de 2016, que aprova a prestação de Contas do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS, do exercício de 2015.

III - Resolução nº 007/2016, de 24 de maio de 2016, que aprova a prestação de Contas do Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família - IGDBF, do exercício de 2015.

IV - Resolução nº 008/2016, de 24 de maio de 2016, que aprova a prestação de Contas dos Serviços/Programas do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social, do exercício de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 24.05.2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 21 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº005/2016

Dispõe sobre a apresentação e aprovação do Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social, para o ano de 2016, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 203/2013 de 29.05.2013, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº003/2016, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social para o ano de 2016 do Município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 24 de maio de 2016.

JOICI DEMÉTRIO CAOVILLA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº006/2016

Dispõe sobre a apresentação e aprovação da Prestação de Contas do Índice de Gestão Descentralizado do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS do exercício de 2015, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 203/2013 de 29.05.2013, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº003/2016, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS do exercício de 2015, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 24 de maio de 2016.

JOICI DEMÉTRIO CAOVILLA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº007/2016

Dispõe sobre a apresentação e aprovação da Prestação de Contas do Índice de Gestão Descentralizado do Programa Bolsa família –IGDBF do exercício de 2015, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 203/2013 de 29.05.2013, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº003/2016, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Índice de Gestão Descentralizado do Bolsa Família – IGDBF, do exercício de 2015 do Município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 24 de maio de 2016.

JOICI DEMÉTRIO CAOVILLA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº008/2016

Dispõe sobre a apresentação e aprovação da Prestação de Contas dos Serviços/Programas no Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social do exercício de 2015, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 203/2013 de 29.05.2013, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº003/2016, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar Prestação de Contas dos Serviços/Programas no Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social, do exercício de 2015, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 24 de maio de 2016.

JOICI DEMÉTRIO CAOVILLA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Portaria 254/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 254/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário LUCIANA ESPINDOLA BITTENCOURT, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma de 01 ano, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 23.06.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 23.06.2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 23 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 255/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 255/2016

- CONSIDERANDO, a Portaria 239 de 29.06.2016, que designa o Servidor Maicon de Souza para exercer suas funções junto a Divisão de Esportes.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário ALISSON BORGES DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Educação Física, Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 24.06.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 23 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 256/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 256/2016

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II alínea "g" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Pública, DILVA ROSA CORREIA PAUL, ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola, para exercer suas atividades junto ao Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, a partir de 27.06.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 23 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15, 16 E 17/2016

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 07/06/2016		Válido até: 07/06/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de tubos de concreto, tubos de caxambu e tubos de fossa e filtro a serem utilizados nas obras, fontes d'água e esgotamento sanitário do Município, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quanti							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TUBOS DE CONCRETO 30 CM (793)	un	ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLDME (82)		0	14,7000	1
			FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME (4383)		0	14,8000	2
			CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELIME (4210)		0	15,0000	3
2	TUBOS DE CONCRETO 40 CM (794)	un	CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELIME (4210)		0	20,3000	1
			ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLDME (82)		0	20,4000	2
			FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME (4383)		0	20,9000	3
3	TUBOS DE CONCRETO 50 CM (976)	un	ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLDME (82)		0	32,4000	1
			FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME (4383)		0	32,5000	2
			CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELIME (4210)		0	33,0000	3
4	TUBOS DE CONCRETO 60 CM (795)	un	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME (4383)		0	47,5000	1
			CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELIME (4210)		0	48,0000	2
			ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLDME (82)		0	49,0000	3
5	TUBOS DE CONCRETO 80 CM (887)	un	CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELIME (4210)		0	153,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 07/06/2016		Válido até: 07/06/2017			
Objeto da Compra:		A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de tubos de concreto, tubos de caxambu e tubos de fossa e filtro a serem utilizados nas obras, fontes d'água e esgotamento sanitário do Município, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quanti					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	TUBOS DE CONCRETO 1 METRO (797)	un	ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLD-ME (82)		0	154,0000	2
			ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLD-ME (82)		0	218,0000	1
7	TUBO DE CAXAMBU DE 20 CM (409295)	Un	CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME (4210)		0	218,5000	2
			FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME (4383)		0	27,0000	1
8	CONJUNTO DE FOSSA E FILTRO 1 MT COM 4 PÇS (409296)	Un	ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLD-ME (82)		0	27,1000	2
			CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME (4210)		0	28,0000	3
9	TUBO DE POÇO DE 1 METRO (410944)	Un	CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME (4210)		0	650,0000	1
			ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLD-ME (82)		0	749,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016	Data do Registro: 07/06/2016	Valido até: 07/06/2017
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de tubos de concreto, tubos de caxambu e tubos de fossa e filtro a serem utilizados nas obras, fontes d'água e esgotamento sanitário do Município, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades		

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 07/06/2016		Válido até: 07/06/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de tubos de concreto, tubos de caxambu e tubos de fossa e filtro a serem utilizados nas obras, fontes d'água e esgotamento sanitário do Município, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quant							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016
- PROCESSO Nº 48/2016
- (82) - ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLD-ME
 - (4210) - CONCRETOFORTE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME
 - (4383) - FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Chapadão do Lageado, 7 de Junho de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2016

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 16/2016		Data do Registro: 10/06/2016		Válido até: 10/06/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	LEITE INTEGRAL CAIXA UHT (4693)	Lt	SCHULMACHER E SCHULMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	2,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 16/2016		Data do Registro: 10/06/2016		Válido até: 10/06/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Polpa de fruta congelada, pacote 500g, contendo 10und. Rotulagem devidamente identificados com rótulo impresso ou etiqueta adesiva, de acordo com a legislação vigente, devendo ter certificação do fornecedor de inspeção municipal, estadual ou federal e procedência do suco (registro no sif ou sícaso), com temperatura de recebimento mínimo de -12°C (415486)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	6,6000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2016

Número do Registro de Preços: 16/2016		Data do Registro: 10/06/2016		Válido até: 10/06/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lageado							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016
PROCESSO Nº 49/2016
(4379) - SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Chapadão do Lageado, 10 de Junho de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 17/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lagedo/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lagedo, conforme especificações cont							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA MOTORES DIESEL DE ALTA POTÊNCIA, CLASSIFICAÇÃO API-CI 4, GRAU SAE 15W 40, BALDE DE 20 LITROS. (408647)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	202,0000	1
			LUBRILAGES COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTD (75)		0	202,8000	2
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	203,0000	3
2	FLUIDO DE FREIO DOT 4 FRASCO COM 500 ML (408661)	Fts	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	BOSCH	0	15,4500	1
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	18,0000	2
3	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMI-SINTETICO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES MOVIDOS A GASOLINA, ALCOOL OU BICOMBUSTIVEIS. CLASSIFICAÇÃO API SM. GRAU SAE 15W 40 - FRASCO DE 1 LITRO (408648)	Fts	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	21,3800	1
4	ÓLEO LUBRIFICANTE VERMELHO, TIPO ATF, QUE ATENDA O NÍVEL DE DESEMPENHO DEXRON III, PARA TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS E DIREÇÕES HIDRAULICAS CAIXA COM 24 UNIDADES (409266)	Cx	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	357,5000	1
5	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS HIPÓIDES, EIXOS TRASEIROS, CAIXAS DE MUDANÇAS DE MARCHAS E CAIXAS DE DIFERENCIAIS EM GERAL, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO API GL-5, GRAU SAE 90 - BALDE COM 20 LITROS. (408649)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	198,5000	1
6	ADITIVO DE RADIADOR SINTÉTICO PARA USO EM SISTEMAS DE ARREFECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO ANTICORRSIVO, ANTIESPUMANTE E ANTICONGELANTE FRASCO DE 1 LITRO (408652)	Fts	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	14,5000	1
7	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRAULICOS QUE OFEREM EM CONDIÇÕES SEVERAS DE PRESSÃO E TEMPERATURA, GRAU SAE ISO 68 QUE ATENDA CLASSIFICAÇÃO HLP BALDE COM 20 LITROS (408653)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	149,0000	1
			LUBRILAGES COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTD (75)		0	150,0000	2

Página: 2/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016

Número do Registro de Preços: 17/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lajeado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lajeado, conforme especificações cont							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	192,3000	3
8	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL PARA TRANSMISSÕES, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS A ÓLEO E COMANDOS FINAIS. GRAU SAE 20W 30 API GL-4 BALDE COM 20 LITROS. (408656)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	228,5000	1
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	229,0000	2
9	ÓLEO DE FREIO COMPATÍVEL COM ESPECIFICAÇÕES NEW HOLLAND NH610 A, FRASCO DE 1 LITRO. (408656)	Frs	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	69,0900	1
10	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS HIPÓIDES, EIXOS TRASEIROS, CAIXAS DE DIFERENCIAIS EM GERAL, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO API GL-5. GRAU SAE 85W/140 BALDE DE 20 LITROS. (408657)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	202,0000	1
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	244,1000	2
11	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS HIPÓIDES, EIXOS TRASEIROS, CAIXAS DE MUDANÇAS DE MARCHAS E CAIXAS DE DIFERENCIAIS EM GERAL, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO API GL-5, GRAU SAE 140 BALDE COM 20 LITROS (408658)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	226,0000	1
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	241,2000	2
12	Graxa para pino TH chassis, Tambor de 170 kg (411548)	TBR	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	INCOL	0	1,367,6500	1
13	Graxa para rolamento e cubo ALFA, Tambor de 170 kg (411549)	TBR	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	2,509,0500	1
14	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL PARA TRANSMISSÕES, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS A ÓLEO E COMANDOS FINAIS. GRAU SAE 10W 30, API GL-4 BALDE COM 20 LITROS (408654)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	250,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 17/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações cont									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
15	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 5W30 SINTÉTICO PARA MOTORES A DIESEL, BALDE COM 20 LITROS. (413780)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	698,0000	1		
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	699,0000	2		
			LUBRILAGES COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTD (75)		0	761,9900	3		
16	OLEO LUBRIFICANTE 80W/90 API GL 3 FRASCO COM 1 LITRO (413781)	Frs	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	EATON	0	23,0500	1		
17	OLEO LUBRIFICANTE API GL 5 SAE 85W/140 BALDE DE 20 LITROS (413782)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	202,9000	1		
18	OLEO DE TRANSMISSÃO E SISTEMA HIDRÁULICO API CF 10W (416712)	Un	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	162,0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 17/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações cont							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	196.5000	2

Página: 5/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016

Número do Registro de Preços: 17/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações cont							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016
PROCESSO Nº 50/2016
(75) - LUBRILAGES COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTD
(1542) - SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA
(2602) - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Chapadão do Lageado, 22 de Junho de 2016.

Chapecó

PREFEITURA

ATO 023/CP/ED/001/16

Ato 023/CP/ED/001/16

DIVULGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. O Resultado da Avaliação Psicológica do cargo de Agente Municipal de Trânsito, do Concurso Público Edital 001/2016, já considerando os pareceres dos laudos apresentados de cada candidato, consta divulgada no Anexo I deste ato.

2. Os recursos contra esta classificação podem ser interpostos nos dias 24 e 25 de junho de 2016 nos termos do Edital.

Chapecó (SC), 23 de junho de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

ANEXO I – RESULTADO AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Legenda:

NF = Nota Final (NPE x 30 + NPP x 70) / 100

TAF = Teste de Aptidão Física

Agente Municipal de Trânsito

Ordem de Classificação	Nº Insc.	Candidato	Data Nasc.	NF	TAF	AVALIAÇÃO PSI-COLÓGICA	Situação Final
1º	317790	Leonardo Tagliari	03/03/1986	76,25	APTO	Recomendado	Aprovado
2º	321738	Juliano Do Prado	10/06/1977	73,25	APTO	Recomendado	Aprovado
3º	335766	Fernando Mateus Rodrigues Cargnin	06/05/1989	71,75	APTO	Recomendado	Aprovado
4º	314943	Laercio Velasque	09/11/1988	68,00	APTO	Recomendado	Aprovado
5º	327349	Vitor Bueno Da Silva	13/10/1986	65,50	APTO	Recomendado	Aprovado
6º	328389	Fabricio Carlos Da Silva	13/12/1994	64,50	APTO	Recomendado	Aprovado
7º	319041	Paulo Roberto Hoss	16/09/1984	63,75	APTO	Recomendado	Aprovado
8º	330419	Rogério pivotto	18/10/1985	61,75	APTO	Recomendado	Aprovado
9º	332030	Diovane Dos Santos Ferreir	04/10/1993	61,75	APTO	Recomendado	Aprovado
10º	336663	Anderson Jose Figueira	12/09/1995	61,75	APTO	Recomendado	Aprovado
11º	318129	Kelson Cardoso Teles Leal	06/10/1979	61,25	APTO	Recomendado	Aprovado
12º	334233	Crystian Correia Da Silva	18/04/1992	61,25	APTO	Recomendado	Aprovado

DECRETO Nº. 32.751, DE 14 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.751, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Regulamenta os artigos 82 e 83 da Lei Complementar nº 130, de 5 de dezembro de 2001 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar nº 130, de 5 de dezembro de 2001,

DECRETA :

Art. 1º Este Decreto regulamenta os artigos 82 e 83 da Lei Complementar nº 130, de 5 de dezembro de 2001.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, poderá ser concedido Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior, ao servidor efetivo e que não esteja em estágio probatório, desde que expressamente autorizado pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara de Vereadores, podendo ser:

I – para Missão Oficial fora do País, fazendo jus a remuneração do cargo no período não excedente a 2 (dois) anos;

II - para Afastamento do servidor servir em organismo internacional, do qual o Brasil ou o Município participe ou com o qual coopere, dar-se-á com perda total da remuneração;

III – para Estudo, poderá o servidor público afastar-se para cursar pós-graduação, mestrado ou doutorado, mediante expressa autorização da autoridade competente, pelo período de até 3 (três) anos, sem direito a percepção da remuneração no período em que estiver afastado.

Art. 3º Ao servidor beneficiado pelo disposto no inciso I do artigo 2º, não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesses particulares antes de decorrido período igual ao do afastamento quando este for remunerado, ressalvada a hipótese de ressarcimento integral da despesa havida com seu afastamento.

Art. 4º Ao servidor beneficiado pelo disposto nos Incisos II e III do artigo 2º, não será exigida carência para concessão de exoneração, por não haver gerado despesas com seu afastamento, uma vez que o beneficiado continuará a recolher compulsoriamente as contribuições previdenciárias, ou seja, a sua contribuição e a do empregador.

Art. 5º O não recolhimento das contribuições acarretará no cancelamento da referida licença, imediatamente ao mês do não recolhimento.

§ 1º Os recolhimentos deverão ser efetuados através de boletos fornecidos pelo Município de Chapecó, constando no boleto o nome do servidor, a competência e o valor do recolhimento, devendo o mesmo ser quitado até o quinto dia útil do mês subsequente.

§ 2º O servidor público municipal requerente da Licença para Estudo ou Missão no Exterior, deverá necessariamente, encaminhar a Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão o comprovante da quitação do boleto até o décimo dia útil do mês.

§ 3º O servidor público municipal requerente da Licença para Estudo ou Missão no Exterior, responsabilizar-se-á em manter atualizado, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, endereço completo para contato.

Art. 6º A licença será suspensa, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou em caso de comprovado interesse público.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.752, DE 14 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.752, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a expedição de autorizações e alvarás provisórios para os serviços relativos à Moto Táxi, do Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O presente Decreto regulamenta a expedição de autorizações e alvarás provisórios a título precário, do serviço de utilidade pública consistente no transporte individual de passageiros e mercadorias em motocicletas dos permissionários já cadastrados perante a Secretaria de Defesa do Cidadão.

Art. 2º. O Serviço de Transporte de Passageiros por moto táxi será explorado em caráter temporário, somente podendo ser executado mediante prévia autorização da Administração Municipal, que será consubstanciada pela outorga de alvará provisório de autorização; Parágrafo único. Os dispositivos deste Decreto serão observados até a efetivação de procedimento licitatório exigido pela Lei Municipal nº 5.988/2011.

Art. 3º. As autorizações e os alvarás de que trata o art. 1º deste Decreto terão validade até o dia 31 de dezembro de cada ano, devendo ser renovados findo este prazo.

Art. 4º. A expedição da autorização será confeccionada pela Secretaria de Defesa do Cidadão, observando-se as seguintes exigências:

I – apresentação da CNH do permissionário, com categoria A;

II – recolhimento do ISS na forma estabelecida pelo Código Tributário do Município;

III – apresentação do certificado original de propriedade do veículo;

IV – certidões negativas de débitos perante as Receitas Federal, Estadual e Municipal, e o INSS;

V - comprovante de inscrição como Microempreendedor Individual. Parágrafo único. O alvará de autorização para o serviço de transporte em motocicleta será personalíssimo e intransferível, não se admitindo a substituição do autorizatário e nem possibilidade de transferência do serviço ou do uso a terceiros.

Art. 5º. Os veículos destinados à prestação do Serviço de Moto-táxi deverão satisfazer as seguintes condições:

I - encontrar-se em bom estado de conservação e funcionamento;

II - tempo de fabricação não excedente a 08 (oito) anos;

III - atender as especificações constantes nos artigos 1º, 2º e 7º da Resolução CONTRAN nº 356, de 02 de agosto de 2010, ou de outra norma que vier a substituí-la;

IV - submissão à inspeção anual para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

V - estar identificado externamente, de acordo com o que dispuser o regulamento da presente Lei.

Art. 6º. O Alvará de autorização será expedido pela Diretoria de Tributação da Secretaria de Fazenda do Município de Chapecó, após a expedição da autorização pela Secretaria de Defesa do Cidadão e conterá, entre outros, obrigatoriamente os seguintes dados:

I - nome do permissionário;

II - identificação do veículo;

III - categoria para a qual está autorizado;

IV - prazo de validade

Art. 7º. O alvará somente será concedido após o pagamento da Taxa de Licença para localização ou permanência expedida pela Diretoria de Tributação da Secretaria de Fazenda do Município de Chapecó.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.753, DE 14 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.753, DE 14 DE JUNHO DE 2016.
Dispõe sobre revogação de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o contido no Memorando DPU nº 050/2016, anexo,

DECRETA :

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº. 27.447, de 22 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.754, DE 14 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.754, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia a Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária – COPAMI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e ainda o que dispõe o Decreto nº. 22.686/10,

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária – COPAMI, conforme abaixo:

I – PRESIDENTE – Claudemir Mafessoni;

II – SECRETÁRIO GERAL: Fernando Cordeiro dos Santos;

III – JUNTA RELATORA:

a) Marcos Alberto Giovanoni - Coordenador;

b) Éder Luiz Werlang – Secretário;

c) Fábio Luiz Eckert - Membro;

d) Sérgio Mosele Gallina Bertaso – Membro;

e) Erivelto de Quadros Ortiz – Membro;

f) Leandro França - Membro.

Art. 2º. Os membros, ora nomeados, não serão remunerados pelo exercício de suas funções na Comissão e prestarão serviços considerados relevantes ao município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº. 27599/13; nº. 27727/2013; nº. 30597/2015; nº. 30717/2015 e nº. 31718/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.778, DE 14 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.778, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Altera dispositivos do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA :

Art. 1º. O item 2 da alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

I -

a):

2. Suplente: Eliane Santin."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

ERRATA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

SECRETARIA DE CULTURA

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES

ALUSIVAS AOS 100 ANOS DE CHAPECÓ

ERRATA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2016

A Prefeitura Municipal de Chapecó por meio da Secretaria de Cultura tornam público a retificação EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2016, PARA SELEÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS, AÇÕES E AFINS, QUE FARÃO PARTE DA PROGRAMAÇÃO OFICIAL ALUSIVA AOS 100 ANOS DE CHAPECÓ, nos termos do presente Edital.

O art.3º item 3.1, do edital passa a ter a seguinte redação:

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições são gratuitas e ficarão prorrogadas no período de 24/06/2016 a 31/07/2016.

Chapecó, 23 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Articulação Institucional

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 009/2016

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Universidade Paranaense – Unipar

OBJETO – O objeto do presente convênio consiste na concessão de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela instituição de Ensino, proporcionando a

oportunidade de realização de estágio em função afins ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio se dá a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2016, podendo ser renovado, mediante a lavratura de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 12 de Maio de 2016 – Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Nemésio Carlos da Silva, Secretário de Educação, Neiva Pavan Machado Garcia, Responsável Universidade Paranaense - Unipar.

LEI Nº. 6.869, DE 10 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº. 6.869, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Integrantes do Fórum Regional pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil da Região da AMOSC.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Integrantes do Fórum Regional pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil da Região da AMOSC, inscrita no CNPJ sob nº 20.198.232/0001-03, com sede e foro jurídico o Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 10 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.870, DE 14 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº. 6.870, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Declara de Utilidade Pública a Fundação Aury Luiz Bodanese

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Fundação Aury Luiz Bodanese, inscrita no CNPJ sob nº 01.453.262/0001-74, com sede e foro jurídico no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.871, DE 14 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº. 6.871, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Antão Costa, a atual Rua "J", situada entre as quadras 4945 e 4946, no Loteamento Por do Sol, Bairro Araras, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

RESUMO DE DECRETOS - 24/06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
32743	08/06/2016	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, ao servidor público municipal LUIZ ALBERTO BARCELLOS MARINHO
32744	14/06/2016	Revoga, a pedido, Afastamento para servir a outro órgão, junto a Câmara Municipal de Vereadores, da servidora pública municipal MAIARA CORÁ
32745	14/06/2016	Concede, Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade à servidora pública municipal MAIARA CORÁ
32746	14/06/2016	Concede Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade à servidora pública municipal PATRICIA FARIAS DE LIMA VOLTOLINI
32747	14/06/2016	Prorroga, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, ao servidor público municipal GERSON TEIXEIRA ZANUSSI
32748	14/06/2016	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, ao servidor público municipal GERSON TEIXEIRA ZANUSSI
32749	14/06/2016	Concede Licença Especial à servidora pública municipal LEOCADIA CEBULSKI DE CAMARGO
32750	14/06/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de ANA MARIA ZANCHET
32755	14/06/2016	Concede Aposentadoria voluntária por Idade, à servidora pública municipal JOCELIA MELANIA PUTTON
32756	14/06/2016	Concede Aposentadoria voluntária por Idade, à servidora pública municipal IRMA VITORIA DOS SANTOS
32757	14/06/2016	Concede Aposentadoria voluntária por Idade, ao servidor público municipal CELSO JACOB SIMON
32758	14/06/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal JOÃO MARIA ALVES OLIVEIRA
32759	14/06/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ANTONIO VELLOSO DE LINHARES

32760	14/06/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal CELSO LUIZ SCHNEIDER
32761	14/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal MARLI TERESA NEMIRSKI
32762	14/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal MARIA DA LUZ ANTONIOLLI
32763	14/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal MARIA REGINA FARAON
32764	14/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal ELIZABET FIGUEIREDO
32765	14/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao servidor público municipal ORIVALDO RIBEIRO GOSCH
32766	14/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal LIDIA ANGELA CARON
32767	14/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal LUCIENE BAUER DE MOURA MARCON
32768	14/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal MARINEZ BORSOI
32769	14/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal GILCEA DE FATIMA OLIVEIRA ALVES
32770	14/06/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de ZULMIRA MACHADO DA SILVA
32771	14/06/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de PATRICIA DA SILVA MENDES
32772	14/06/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de GUILHERME LUIZ RODRIGUES
32773	14/06/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de ARMISTRON RIBEIRO DA SILVA
32774	14/06/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de DIEGO FURLAN GRZYBOWSKI
32775	14/06/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de CLEITO CARVALHO DELAZZARI
32776	14/06/2016	Nomeação de JOEL JESUS FIUZA
32777	14/06/2016	Prorroga Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade, concedido à servidora pública municipal DEISE IMARA SCHILKE PALUDO
32779	14/06/2016	Nomeação de ALEXANDRA DE CARVALHO

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 321/16

DECRETO SAF/Nº. 321/16, de 22 de junho de 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- comprovação da idade mínima de 18 anos;
- prova de quitação das obrigações eleitorais;
- prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- declaração negativa de acumulação de cargo público;
- atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de junho de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	254427	Noeli Gonçalves Tonet

MOTORISTA DE ÔNIBUS

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	260107	Emerson Roger Fagundes

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de junho de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 50/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 50/2016

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo torna público que ratificou o ato do Senhor Jose Antonio Saretta, Diretor de Indústria e Comércio, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 22 de junho de 2016, referente à aquisição de bate bates para ornamentação das ruas no evento de REVEZAMENTO DA TOCHA OLÍMPICA em nosso Município, no dia 03 de julho de 2016. Previsto na Lei 4.824, de 16 de dezembro de 2015, que autoriza o poder executivo efetuar despesas para esse evento, a favor da empresa: SIRLENE CLARO ZANESCO INFLAVEIS - ME, no valor total de R\$ 2.400,00 (dois mil, quatrocentos reais).

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2016 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 22 de junho de 2016, para aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra para conserto de veículo Renault Master, placa MKX1346, sob chassi nº 93YADC1H6DJ274214, ano 2012/2013, lotada no SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Fundo Municipal de Saúde, a favor da empresa SONECA MOTORES LTDA ME, no valor de R\$ 8.440,00 (oito mil, quatrocentos e quarenta reais).

MARIA CRISTINA BERTA

Gestora do FMS

PORTARIA Nº 25/2016, DE 21 DE JUNHO DE 2016.- FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 25/2016, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

A Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 1º de julho de 2016, o inciso II da

Portaria nº 14/2013 de 28 de fevereiro de 2013, que concede gratificação pelo exercício da função de coordenação do Paradesporto da FMEC, do servidor DIOMAR JOSE PERIN, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 46531-00 e 46531-01.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Fundação Municipal de Esportes.

NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL

Superintendente da FMEC, em exercício

Publicada nos murais do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e da CÂMARA DE VEREADORES, em 21 de junho de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA

Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 26/2016, DE 23 DE JUNHO DE 2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 26/2016, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

A Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor GIL ARTIFON, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, licença para atividade política, sem prejuízo da remuneração, pelo período de 3 (três) meses, a partir de 1º de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL

Superintendente da FMEC, em exercício

Publicada nos murais do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e da CÂMARA DE VEREADORES, em 23 de junho de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA

Fundação Municipal de Esportes

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 377/2016

DECRETO Nº 377/2016

“PRORROGA LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001, § 2º,

DECRETA

Art. 1º Prorroga em 30 (trinta) dias a licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal, Sra . ARLETE DAL SANTO GROLLI , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 378/2016

DECRETO Nº 378/2016

“CONCEDE LICENÇA A CONSELHEIRA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Concede 03 (três) dias a licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Sra . DAIANE P. GABRIEL, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI N. 1.196/2016

LEI N. 1.196/2016

Fixa o subsídio dos agentes políticos municipais, e dá outras providências.

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos V e VI do artigo 29 da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais números 19/98 e 25/00 e demais disposições Constitucionais e legais pertinentes, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado, para a Legislatura que tem início em primeiro de janeiro de 2017, o subsídio mensal do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta em R\$ 14.304,68 (quatorze mil, trezentos e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Art. 2º Fica fixado em R\$ 4.533,01 (quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e um centavo) mensais o subsídio do Vice Prefeito Municipal.

Art. 3º Fica fixado o subsídio mensal do Secretário Municipal em R\$ 5.645,89 (cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), garantindo o direito a décimo terceiro subsídio e ao adicional de férias na ordem de um terço do valor do subsídio, vedados outros acréscimos.

Art. 4º Fica fixado em R\$ 3.026,55 (três mil e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mensais o subsídio dos Vereadores e em R\$ 4.539,81 (quatro mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos) mensais o subsídio do Presidente da Câmara.

§ 1º A cada falta injustificada do Vereador às reuniões ordinárias da Câmara será descontado 1/5 (um quinto) de seu subsídio.

§ 2º Considerar-se-á para efeito de desconto da falta do presidente às reuniões ordinárias da Câmara, o valor fixado a título de subsídio para o Vereador.

Art. 5º A revisão dos subsídios fixados por esta lei acontecerá sempre que houver revisão na remuneração dos servidores públicos municipais, na mesma data e com aplicação do mesmo índice.

Parágrafo único. A primeira revisão remuneratória de 2017 dos agentes políticos considerará as perdas salariais acontecidas a partir de primeiro de janeiro de 2017.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de primeiro de janeiro de 2017.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, 23 de junho de 2016.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 66/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 111/2016 - TP Processo Administrativo: 111/2016 Processo de Licitação: 111/2016 Data do Processo: 30/05/2016
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,94². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 66/2016 (Sequência: 3)

Ao(s) 23 de Junho de 2016, às 13:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 111/2016, Licitação nº. 111/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE OBRAS GARCIA LTDA ME; METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA - ME; FORPLAN ENGENHARIA LTDA; KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA; CONSTRUIR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA; DALVEMAR ENGENHARIA LTDA; REGER ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA; ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME; CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA; SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- CONFORME PARECER TÉCNICO EMITIDO PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E PARECER EMITIDO PELA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EM RESPOSTA AO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA FORPLAN ENGENHARIA LTDA, VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA GARCIA LTDA E ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME APRESENTARAM ACERVO TÉCNICO E CAT CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL, SENDO ASSIM MANTIDA A DECISÃO DA CPL EM HABILITAR AS REFERIDAS EMPRESAS, O RECURSO FOI ENCAMINHADO TAMBÉM À AUTORIDADE COMPETENTE PARA ANÁLISE E DECISÃO. FICA ASSIM AGENDADO O DIA 24/06/2016 ÀS 09:00 HORAS NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, SITO A RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860, CENTRO, PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA DE PREÇO DAS EMPRESAS HABILITADAS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 23 de Junho de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- - SECRETÁRIA
TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA	- - 1º MEMBRO
MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO	- - 2º MEMBRO
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	- - 3º MEMBRO

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 67/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 121/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 121/2016 Processo de Licitação: 121/2016 Data do Processo: 06/06/2016
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CAPITÃO POTIGUARA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA POSSIDÔNIO P. DE CAMARGO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 818933/2015 E 824660/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 67/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 23 de Junho de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 121/2016, Licitação nº. 121/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA; LZK CONSTRUTORA LTDA; FOCUS SERVIÇOS EIRELI - ME; SETEP CONSTRUÇÕES S.A.; CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- VERIFICOU-SE QUE TODAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO EM EDITAL. APÓS ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO VERIFICOU QUE A EMPRESA FOCUS SERVIÇOS EIRELI - ME NÃO APRESENTOU O ATESTADO DE DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 6.4 ALÍNEA C DO EDITAL, SENDO ASSIM CONSIDERADA INABILITADA. AS DEMAIS EMPRESAS PARTICIPANTES APRESENTARAM TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM CONSIDERADAS HABILITADAS. AS EMPRESAS PRESENTES SETEP CONSTRUÇÕES S.A. E CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA RENUNCIARAM RECURSO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 23 de Junho de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação
 CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETÁRIA
 TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA - - 1º MEMBRO
 MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO - - 2º MEMBRO
 DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - - 3º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

KLEYSON MACHADO - - Representante
 MARCIO JULIANO SUCHARA DO NASCIMENTO - - Representante

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 69/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 121/2016 - TP
	Processo Administrativo: 121/2016 Processo de Licitação: 121/2016 Data do Processo: 06/06/2016

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CAPITÃO POTIGUARA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA POSSIDÔNIO P. DE CAMARGO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 818933/2015 E 824660/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 69/2016 (Sequência: 3)

Ao(s) 23 de Junho de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 121/2016, Licitação nº. 121/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA; LZK CONSTRUTORA LTDA; FOCUS SERVIÇOS EIRELI - ME; SETEP CONSTRUÇÕES S.A.; CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- TENDO EM VISTA A HABILITAÇÃO DE TODAS AS EMPRESAS, FICA AGENDADA A DATA DE 24/06/2016 ÀS 14:00 HORAS PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 23 de Junho de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- - SECRETÁRIA
TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA	- - 1º MEMBRO
MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO	- - 2º MEMBRO
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	- - 3º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

KLEYSTON MACHADO - - Representante

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 074/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: Telefônica Brasil S/A

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) em telecomunicações e legalmente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - Anatel, com o fim de prestação de serviço em telefonia móvel pessoal - SMP, sistema digital pós-pago com o fornecimento de aparelhos em regime de comodato, para atender as necessidades da Administração Municipal de Dionísio Cerqueira, . Origem: : Processo Licitatório 086/2016 – Pregão 086/2016 PMDC Valor R\$ 60.372,24 - Vigência: 23/06/16 à 22/06/2017.

Dionísio Cerqueira -- 23/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CANCELAMENTO CONTRATO: 062/2013- 9º T.A

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: Telefônica Brasil S/A

Objeto: Prestação de serviços de telecomunicações móvel pessoal – smp, com tecnologia digital, na modalidade pós-pago, com habilitação e fornecimento, em regime de comodato, de aparelhos telefônicos celulares, serviço de tráfego de dados para acesso internet em determinados aparelho, . Origem: : Processo Licitatório 067/2013 – Pregão 067/2013 PMDC - Dionísio Cerqueira -- 23/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 075/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: SBA Abastecedora de Fretes Rodoviários Ltda.

Objeto: Aquisição de combustíveis para recuperação de estradas vicinais, . Origem: : Processo Licitatório 081/2016 – Pregão 081/2016 PMDC Valor R\$ 498.800,84 - Vigência: 23/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 23/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 086/2016 Pregão 086/2016 PMDC, Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) em telecomunicações e legalmente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - Anatel, com o fim de prestação de serviço em telefonia móvel pessoal - SMP, sistema digital pós-pago com o fornecimento de aparelhos em regime de comodato, para atender as necessidades da Administração Municipal de Dionísio Cerqueira. Vencedor: Telefônica Brasil S/A. - Valor R\$ 60.372,24. Vigência: 23/06/16 à 23/06/2017. Dionísio Cerqueira -- 23/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 081/2016 Pregão 081/2016 PMDC, Objeto: Aquisição de combustíveis para recuperação de estradas vicinais,. Vencedor: SBA Abastecedora de Fretes Rodoviários Ltda.. - Valor R\$ 498.800,84. Vigência: 23/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 23/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 041, DE 17 DE JUNHO DE 2016

DECRETO N.º 041, de 17 de Junho de 2016.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 408, de 14/06/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Ermo no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), a saber:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

06.01 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP E SERV.URBANOS

26.782.0033.2.021 – Manutenção da Sec. De Obras, Viação, Transp. E Serv Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de Junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2016-ADM- FNDE

EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2016-ADM- FNDE

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: MAQMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

OBJETO: aquisição de mobiliário escolar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição: 1 Conjunto Aluno / CJA-04; 2 Conjunto Professor / CJP-01; 3 Mesa Pessoa em Cadeira de Rodas/MA-02

VIGÊNCIA: 20/06/2016 à 19/06/2017

VALOR TOTAL: R\$ 30.424,60 (trinta mil quatrocentos e vinte quatro reais e sessenta centavos).

Flor do Sertão

PREFEITURA

LEI Nº 657/2016

LEI Nº 657/2016

FIXA SUBSÍDIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS VEREADORES DE FLOR DO SERTÃO PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º. O Presidente da Câmara Municipal receberá o subsídio mensal, no valor de R\$ 3.956,78 (três mil novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos).

Art. 2º. O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2017/2020 será de R\$ 2.637,85 (Dois mil seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

Parágrafo único. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do subsídio do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º. A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º. A partir de 01/01/2017, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal.

Art. 5º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, ao 23 dia do mês de Junho de 2016.

ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

LEI Nº 658/2016

LEI Nº 658/2016

FIXA SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO DE FLOR DO SERTÃO (SC) PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º. Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2017/2020 ficam fixados em:

I – Prefeito: R\$ 10.551,42 (Dez mil quinhentos e cinquenta e um real e quarenta e dois centavos).

II – Vice-Prefeito: R\$ 5.275,71 (Cinco mil duzentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Art. 2º. A partir de 01/01/2017, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal.

Art. 3º. O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, ao 23 dia do mês de Junho de 2016.

ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2016

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE ACOSTAMENTO E PASSEIO PÚBLICO DA RODOVIA ANTONIO VALMOR CANELA ENTRE AS RUAS OLÁVIO ZANETTE E ERNESTO MEZARI, BAIRRO SANTA ANA, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC. Às nove horas do dia vinte e três do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2016. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas VF TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA. ME., protocolou tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o engenheiro civil Sr. Luiz Renato Steiner e certificaram-se que a empresa licitante apresentou os Atestados e Certidões de capacidade técnica fornecido por pessoa física sem compatibilidade com o objeto da licitação, em desacordo com o disposto no item 3.1.8 letra A do edital de chamamento. Desta forma, decide a comissão de licitação declarar a empresa VF TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA. ME inabilitada para a próxima fase do processo. Assim, considerando que a única empresa participante da licitação foi inabilitada, a comissão de licitação argumentou sobre a reabertura do prazo para reapresentação da documentação conforme item 9.15 do edital (Art. 48, Parágrafo 3º da Lei 8.666/93). Porém o representante da empresa licitante informou que não tem interesse em reapresenta-la pois não há tempo hábil para adequação. Isto posto, decide a comissão de licitação por revogar o presente processo de licitação por não haver propostas válidas. O representante da empresa licitante renunciou o prazo de interposição de recurso previsto em lei, sofrendo a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 23 de junho de 2016.

VALDECIR TISCOSKI KEND

Presidente da Comissão de Licitação

BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI

Membro da Comissão

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

LUIZ RENATO STEINER

Engenheiro Civil

VF TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA. ME

Rogério Rodrigues

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 97/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 97/PMF/2016

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 97/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE DUAS ACADÊMIAS POPULARES COM PARQUES INFANTIS, NOS BAIRROS SANTA ISABEL E VILA LOURDES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às onze horas do dia vinte e três do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 97/PMF/2016. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas CONSTRUTORA NELGUI LTDA. e INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP. protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, verificou-se que todas as empresas participantes apresentaram a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial podendo valer-se da Lei nº. 123/06. A comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o engenheiro civil Sr. Leandro Arns Back e certificaram-se que as empresas licitantes apresentaram suas documentações em conformidade com o disposto do edital, portanto foram habilitadas para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, os preços apresentados para o Lote 01 foram: INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, R\$ 49.592,87 (quarenta e nove mil quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos); CONSTRUTORA NELGUI LTDA, R\$ 58.853,83 (cinquenta e oito mil oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos), os preços apresentados para o Lote 02 foram: INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, R\$ 49.592,87 (quarenta e nove mil quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos); CONSTRUTORA NELGUI LTDA, R\$ 58.853,83 (cinquenta e oito mil oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos). As propostas foram conferidas pela comissão a qual certificou-se que a empresa CONSTRUTORA NELGUI LTDA apresentou a proposta de preço (e todo o conteúdo do envelopes 02) sem assinatura, sendo então desclassificada do processo com base nos itens 4.2 e 4.6 do edital. A proposta de menor valor estava de acordo com as condições do edital. Assim, decidiu-se por declarar a empresa INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP como vencedora dos Lotes 01 e 02 deste processo licitatório. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 23 de junho de 2016.
VALDECIR TISCOSKI KEND
Presidente da Comissão de Licitação

BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI
Membro da Comissão

TAINARA SILVEIRA REDIVO
Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK
Engenheiro Civil

INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP
Barbara Arns Back

AVISO DE ERRATA – CONTRATO Nº 38/FMS/2016
AVISO DE ERRATA – CONTRATO Nº 38/FMS/2016

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o contrato e sua publicação realizada neste diário oficial em 14 de março de 2016, Edição nº. 1952, Página nº. 198.

A retificação se dá no valor do contrato, como se segue:
Segue a retificação do contrato:

Onde se lê:
R\$ 639.967,64 (seiscentos e trinta e nove mil novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Leia-se:
R\$ 634.893,83 (seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos).

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Gerente de Contratos e Convênios

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/PMF/2016.
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital de Pregão Presencial Nº. 106/PMF/2016.
OBJETIVO: Permissão pública para exploração de serviços funerários por 01 (uma) empresa no município de Forquilha/SC, condicionada a outorga onerosa, em conformidade com a Lei nº 8.987/95 e subsidiariamente pelas Leis nº 8.666/93 e nº. 10.520/02, e com a legislação municipal pertinente.
DATA DE ABERTURA: Dia 26 de julho de 2016 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha/SC, 23 de junho de 2016.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 43/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 43/2016
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 13/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP
DO OBJETO – Execução da adaptação e reforma de 751,89 m² da Escola de Educação Infantil Waldemar Casagrande, na Rua Francisco Ronchi, Bairro Ouro Negro, Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.
DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 7.586,59 (sete mil quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).
DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução do contrato 13/PMF/2016 de 24/06/2016 para 24/07/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 22/10/2016.
DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 10 de junho de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 FMA - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 02/2016 FMA - Ata do Sistema de Registro de Preços 01/2016 – FMA - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de aveia e azevem", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Forquilha/SC.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/03/2017
2ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 FMS - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 04/2016 FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 01/2016 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes, camisetas e afins junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/03/2017
2ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 26/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 14/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO de Lubrificantes, Graxas e afins para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/03/2017

2ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 15/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 28/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 15/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de aparelhos de ar condicionado, incluindo suporte e instalação, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 15/03/2017

2ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL N° 32/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 16/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 32/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 16/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços sonorização e iluminação para cobertura de eventos diversos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 16/03/2017

2ª Publicação

PUBLICAÇÃO NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE TERRENOS 002/2016**PUBLICAÇÃO NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE TERRENOS 002/2016**

A Secretária de Planejamento do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Lei Complementar Nº 019 de 11 de Agosto de 2011 no Art. 45 do Código de Posturas, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido, sobre seus imóveis em situação de abandono e com mato alto, para que mantenham seus imóveis em perfeitas condições de habitabilidade e em bom estado de conservação.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ENDEREÇO	VALOR	NUMERO DA NOTIFICAÇÃO
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.065.0015.001	Rua Celso Roque Forgiarini	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 555/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.064.0337.001.	Rua Nereu Belolli	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 556/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.064.0354.001	Rua Nereu Belolli	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 557/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.064.0030.001	Rua Nereu Belolli	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 558/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.063.0337.001	Rua Nereu Belolli	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 559/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.063.0354.001	Rua Nereu Belolli	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 560/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.063.0030.001	Rua Nereu Belolli	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 561/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.062.0388.001	Rua Nereu Belolli	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 562/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.062.0015.001	Rua Leosina de Souza Martins	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 563/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.061.0411.001	Rua Leosina de Souza Martins	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 564/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.061.0014.001	Rua Manoel Serafim Assunção	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 565/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.060.0415.001	Rua Manoel Serafim Assunção	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 566/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.060.0016.001	Rua 147	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 567/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.059.0409.001	Rua 147	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 568/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.059.0014.001	Rua Giacomo Tomazi	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 569/2016
CARBONIFERA CRICIÚMA S/A	01.05.056.0435.001	Rua Antonia Tomazi	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 570/2016
ELISANDRA GOULART LOPES	01.06.025.0153.001	Rua Inacio Martins Rocha	Multa 100 ufm + R\$ 0,073 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 571/2016

Ademir Brandielli Pedro
Secretario de Planejamento interino.

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16PMF74**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF74
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ANDREY HUDSON MOLIN - EIRELI – ME
Valor : 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos reais).
Vigência : Início: 14/06/2016 Término: 30/09/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 85/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO MARMITEX, PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES QUE TRABALHAM NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, DURANTE O PERÍODO DE JUNHO A SETEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF75**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF75
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FRAYGAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA – EPP.
Valor : 24.253,50 (vinte e quatro mil duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos). Vigência : Início: 15/06/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2016
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, CILINDRO DE GÁS P45 E BOTTIÃO VAZIO DE 13 KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FMS), DURANTE OS MESES DE JUNHO A OUTUBRO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF76**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF76
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A
Valor : 33.495,00 (trinta e três mil quatrocentos e noventa e cinco reais).
Vigência : Início: 15/06/2016 Término: 31/10/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, CILINDRO DE GÁS P45 E BOTTIÃO VAZIO DE 13 KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FMS), DURANTE OS MESES DE JUNHO A OUTUBRO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF77**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF77
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : 32.726,28 (trinta e dois mil setecentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos).
Vigência : Início: 16/06/2016 Término: 31/10/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA CONSUMO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DOS BOMBEIROS DO CORPO DE BOMBEIROS DE FRAIBURGO DURANTE OS MESES DE JULHO A OUTUBRO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DA REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0091A_2016-PMF RP 0054

Aviso da Republicação do Pregão Presencial nº 0091A/2016 – PMF
Registro de Preços Nº 0054/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de leite integral longa vida UHT, para distribuição gratuita as famílias em situação de vulnerabilidade, durante os meses de agosto a novembro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 07.07.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.
Fraiburgo (SC), 23 de junho de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito.

CT16PMF89**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF89
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: 18 GIGAS INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI M
Valor : 5.256,00 (cinco mil duzentos e cinquenta e seis reais).
Vigência : Início: 10/06/2016 Término: 30/06/2016
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 41/2016
Objeto : INEXIGIBILIDADE PARA CURSO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE 24HRS PARA USO DE LOUSAS DIGITAIS PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DIAS 28, 29 E 30 DE JUNHO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF90**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF90
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
 Contratada...: IRACI DE ANDRADE 67882102920 - ME Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
 Vigência : Início: 10/06/2016 Término: 30/06/2016
 Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 42/2016
 Objeto : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS INTEGRANTES DO CONSELHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHADORES DO SUAS (SISTEMA UNICO DE ASSIST. SOCIAL) SERVIDORES E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, A SER REALIZADO NO DIA 08 DE JULHO DE 2016, NO AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
 IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF91**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF91
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
 Contratada...: FUNDACAO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE.
 Valor : 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais).
 Vigência : Início: 15/06/2016 Término: 20/07/2016
 Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 44/2016
 Objeto : INEXIGIBILIDADE PARA AQUISIÇÃO DE 300 INGRESSOS PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL, PARA A "SEMANA PEDAGÓGICA PARA PROFESSORES DE FRAIBURGO" A REALIZAR-SE NA SEDE DA UNIARP EM FRAIBURGO/SC DIAS 14, 15, 18, 19 E 20 DE JULHO DE 2016 TOTALIZANDO 24HRS AULA.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
 IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF92**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF92
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
 Contratada...: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.
 Valor : 7.060,00 (sete mil e sessenta reais).
 Vigência.....: Início: 17/06/2016 Término: 30/07/2016
 Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 45/2016
 Objeto : CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGMR INDUSTRIAL - SENAI, PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO, SENDO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL; CURSO DE 1ºS SOCORROS P/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS -ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL E CAPACITAÇÃO ESPECIFICA PARA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NO PERÍOD E 18 A 21 DE JULHO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
 IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF93**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF93
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
 Contratada...: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
 Valor : 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais).
 Vigência : Início: 20/06/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 6/2016
 Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO, NOVO, ZERO KM, PARA USO NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
 IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF94**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF94
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
 Contratada...: MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI
 Valor : 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).
 Vigência.....: Início: 20/06/2016 Término: 19/08/2016
 Licitação... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 18/2016.
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO MIGUEL, LOCALIZADA NA QUADRA 434, LOTE 009 DO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTE CIDADE DE FRAIBURGO/SC, DE ACORDO COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS).

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
 IVO BIAZZOLO - Prefeito

DECRETO Nº 161-2016

DECRETO Nº 161, DE 23 DE JUNHO DE 2016.
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2332 de 24 de Fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2016 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 124.351,60 (cento e vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos), nas seguintes dotações:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0900 (14)	R\$	124.351,60
TOTAL	R\$	124.351,60

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 23 DE JUNHO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1503/2016

PORTARIA Nº 1503, DE 23 DE JUNHO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 042/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VALÉRIA LÜDCKE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 098.891.579-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1504/2016

PORTARIA Nº 1504, DE 23 DE JUNHO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 042/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSEANE APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.155.719-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1505/2016

PORTARIA Nº 1505, DE 23 DE JUNHO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor JORGE COSTA ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 502.546.699-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1506/2016

PORTARIA Nº 1506, DE 23 DE JUNHO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor JOÃO ALVADIR DE OLIVEIRA, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o nº. 345.579.899-342, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1507/2016

PORTARIA Nº 1507, DE 23 DE JUNHO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 092/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONI VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 067.285.419-85, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 até 31 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1508/2016

PORTARIA Nº 1508, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1046/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará 20 horas semanais substituindo a professora Simone Aparecida Domingues, que foi cedida para o CEM São Sebastião;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JEDSON MOLIM, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 099.793.709-20, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1509/2016

PORTARIA Nº 1509, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA MEIRELES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.946.459-93, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 24.06.2016**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
23.06.2016	FMDCA	FUNDO M D C ADOLESCENTE	4.281,97

Secretaria de Finanças

TA.AT16PMF53**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16PMF53 - Contrato Nº: AT16PMF16

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor : 1.510,44 (um mil quinhentos e dez reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência : Início: 14/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2016

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, CONFORME CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DO LOTE 1. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT16PMF54**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16PMF54 - Contrato Nº: AT16PMF02

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: GEMAL MAGRO EIRELI ME

Valor : 6.258,66 (seis mil duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

Vigência : Início: 14/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DO LOTE 1, ITENS 08,16,18,03,17,20 04 E 01, LOTE 2, ITENS 19,02 E 06. DE COMUM ACORDO EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149,

DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF84

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF84 - Contrato Nº: CT16PMF32
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 13.200,00 (treze mil duzentos reais)
Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/03/2017
Licitação.....: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/201.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO MENSAL DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO MENSAL DO SISTEMA DO ALMOXARIFADO PÚBLICO, IMPLANTADO CONFORME TERMO ADITIVO Nº TA16PMF31, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE MATERIAIS NO SISTEMA DE COMPRAS COM AS INFORMAÇÕES DE GRUPO E CLASSE, MATERIAL ATIVO OU INATIVO, CONFORME SOLICITAÇÃO Nº 09/2016 DO SETOR CONTÁBIL.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF85

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF85 - Contrato Nº: CT16PMF64
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP.
Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2016
Objeto : TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER MENCIONADO PELA LICITANTE VENCEDORA NO CAMPO DADOS COMPLEMENTARES/ADICIONAIS DE SUA NOTA FISCAL ELETRÔNICA: CONTRATO DE REPASSE Nº 825511/2015 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA - PROCESSO Nº 2623.1027566-71/2015.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF86

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF86 - Contrato Nº: CT16PMF65
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2016
Objeto : TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER MENCIONADO PELA LICITANTE VENCEDORA NO CAMPO DADOS COMPLEMENTARES/ADICIONAIS DE SUA NOTA FISCAL ELETRÔNICA: CONTRATO DE REPASSE Nº 825511/2015 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA - PROCESSO Nº 2623.1027566-71/2015.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF87

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF87 - Contrato Nº: CT16PMF66
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI EPP
Vigência... : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2016
Objeto : ENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER MENCIONADO PELA LICITANTE VENCEDORA NO CAMPO DADOS COMPLEMENTARES/ADICIONAIS DE SUA NOTA FISCAL ELETRÔNICA: CONTRATO DE REPASSE Nº 825511/2015 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA - PROCESSO Nº 2623.1027566-71/2015.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF88

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF88 - Contrato Nº: CT16PMF67
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: RK INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI EPP.
Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2016
Objeto : TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER MENCIONADO PELA LICITANTE VENCEDORA NO CAMPO DADOS COMPLEMENTARES/ADICIONAIS DE SUA NOTA FISCAL ELETRÔNICA: CONTRATO DE REPASSE Nº 825511/2015 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA - PROCESSO Nº 2623.1027566-71/2015.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF89

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF89 - Contrato Nº: CT16PMF68
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: AGRO NZ COMERCIAL AGRICOLA LTDA EPP
Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2016
Objeto : TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER MENCIONADO PELA LICITANTE VENCEDORA NO CAMPO DADOS COMPLEMENTARES/ADICIONAIS DE SUA NOTA FISCAL ELETRÔNICA: CONTRATO DE REPASSE Nº 825511/2015 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA - PROCESSO Nº 2623.1027566-71/2015.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF90**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF90 - Contrato Nº: CT15PMF78
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: AVAJ PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
Vigência.....: Início: 09/06/2016 Término: 09/06/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2015
Objeto.....: AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 79, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, MEDIANTE DECISÃO JUDICIAL NO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0009/2016 - PMF, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2016 E POR ACORDO ENTRE AS PARTES, RESOLVEM A PARTIR DESTA DATA RESCINDIR O CONTRATO EM EPÍGRAFE, EM CONSIDERAÇÃO A CONVENIÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DETERMINAÇÃO JUDICIAL (ANEXA AO PAL).

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF91**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº.....: TA16PMF91 - Contrato Nº: CT15PMF115
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Vigência.....: Início: 10/06/2016 Término: 17/08/2016
Licitação... ..: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 18/2015.
Objeto : O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º INC. III DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.2) DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ A DATA DE 17.08.2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF92**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF92 - Contrato Nº: CT15PMF91
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.
Valor : 74,06 (setenta e quatro reais e seis centavos).
Vigência : Início: 14/06/2016 Término: 31/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
Objeto.....: AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA SUA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO PARA ENDOSO E INCLUSÃO DE 01 (UM) VEÍCULO CITROEN AIRCROSS, DE USO DO CONSELHO TUTELAR, DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO: CITROEN AIRCROSS FEEL 1.6 16 V FLEX, PAS/AUTOMOVEL/NAO APLIC. ALCO/GASOL, Ano/Modelo: 2016/2017 CITROEN COR BRANCA, Placa: QID 0813, FROTA Nº 308, Chassi: 935SUNFN1HB506621, Renavam: 1085989280.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF93**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF93 - Contrato Nº: CT14PMF179
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA
Vigência : Início: 14/06/2016 Término: 14/07/2016
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 20/2014.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ 14 DE JULHO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF94**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº.....: TA16PMF94 - Contrato Nº: CT16PMF20
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 14/06/2016 Término: 15/07/2016
Licitação... ..: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA E JUSTIFICATIVA TÉCNICA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. FLAVIO ANDRE DE OLIVEIRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ 15 DE JULHO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF95**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF95 - Contrato Nº: CT16PMF47
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FUNERÁRIA CELLARIUS LTDA ME
Vigência : Início: 16/06/2016 Término: 17/04/2026
Licitação.....: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/201.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, EM RAZÃO DO INDEFERIMENTO A SALA DE TANATOPRAXIA ESTAR EM CONSTRUÇÃO, PARA ATÉ O DIA 15 DE AGOSTO DE 2016.

Fraiburgo, 23 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2016

HOMOLOGA O RESULTADO DO EDITAL Nº 002/2016 - SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARATER TEMPORÁRIO – ACT.

ORACIR FERREIRA DE DEUS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital – ACT nº 002/2016, torna público para o conhecimento dos interessados, a homologação da classificação oficial dos inscritos, aprovados e classificados, destinado a prover o cargo de Contador, do quadro de pessoal do Poder Legislativo do Município de Fraiburgo:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT nº 002/2016, para substituição de servidor em provimento do cargo de Contador, 20 horas semanais, cujos aprovados e classificados estão adiante demonstrados:

Classificação	Nome do candidato	Soma de pontos
1º	DAIANE MARIA TESSARI	15
2º	VOLNEI FRANCISCO DE OLIVEIRA	10
3º	EDSON LUIZ DIAS	05

Art. 2º O prazo de validade da presente seleção é de 03 (três) meses, para preenchimento de vaga no período de 01/07/2016 a 30/09/2016.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 24 de junho de 2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2016
PMG

Ata nº. 38/2016; Processo nº.39/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: JULIO SILBESTRI FILHO ME; Objeto: Registro de preço para aquisição de peças de reposição para as maquinas e mini carregadeiras Bob Cat S130 e S175 utilizadas pela Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos; Data da Assinatura: 23/06/2016.

PORTARIA N.º 479/2016

PORTARIA N.º 479, DE 13 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, TALITA PEREIRA TEXEIRA, CPF n.º 105.472.419-92, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 13 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 480/2016

PORTARIA N.º 480, DE 13 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, FERNANDA DOS ANJOS ZANELATTO, CPF n.º 108.456.889-60, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 13 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 019/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 019/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços segurança, mídia impressa e mídia eletrônica, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no memorial descritivo, e nas demais condições previstas neste Edital, para a 23ª Festa do Colono.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 07/07/2016 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 22 de junho de 2016.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 04/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO 23º FESTA DO COLONO – 2016
EDITAL Nº SECET 004/2016, 23 DE JUNHO DE 2016.

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura de Garuva, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, tornam público novo edital de chamamento público para captação de patrocínio, por não ter atingido as metas financeiras e de serviços descritas no edital anterior e empresas com impossibilidades de comparecer na data prevista naquele edital.

1. OBJETO

1.1. O presente chamamento público tem por objeto a captação de recursos financeiros, por meio de patrocínio de empresas públicas e/ou privadas, para a realização da 23ª Festa do Colono 2016, que acontecerá no período de 30 e 31 de julho de 2016, junto ao Ginásio Evandro Nagel e imediações, na Rua Carlos Borgenhausen, 526.
1.2. O patrocínio se dará em troca de exploração publicitária da logomarca do patrocinador em conformidade com as contrapartidas previstas no item 3 deste Regulamento, e atendimento das demais exigências abaixo previstas.

2. DO PROJETO

2.1. O Projeto a ser patrocinado visa à promoção artística, cultural e turística do evento da 23ª Festa do Colono 2016, que é considerado uma verdadeira tradição deste Município e que todos os anos reúne milhares de pessoas durante suas festividades.
2.2. O Município de Garuva promove a realização deste evento que há anos está incluso no calendário de eventos desta cidade, notadamente por se tratar de um evento cultural de referência estadual.
2.3. O evento é composto de 02 noites de festividades que se

alinham na apresentação de shows com bandas variadas, gastronomia, exposição de implementos agrícolas, desfile dos colonos, concurso da rainha da festa, tardes dançantes para a terceira idade, promovendo a cultura do município de Garuva com expressiva produção agrícola.

2.4. Na área destinada ao evento serão instalados banheiros químicos, estrutura metálicas, além de um grande espaço adequado para apreciação dos shows. Ainda serão disponibilizados espaços para comercialização de bebidas, alimentos, comércio e exposições. Toda estrutura de saúde e segurança também serão prestadas pelo Município de Garuva.

2.5. No que respeita ao público alvo, por se tratar de um evento cultural, festivo e gratuito, atingindo todas as faixas etárias, sem distinção de público.

3. DAS COTAS DE PATROCÍNIO E DAS CONTRAPARTIDAS OFERECIDAS PELO MUNICÍPIO DE GARUVA

3.1. Os interessados em patrocinar o Projeto podem optar pela concessão de patrocínio, em conformidade com as cotas e seus respectivos valores e contrapartidas, previstas a seguir:

3.1.1 – COTAS “PRATA”: LIMITE 02 (DUAS)

PATROCÍNIO	R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Disponibilização de espaço sem estrutura de 10m x 10m na Rua Padre José Novack, ao lado do Ginásio Evandro Nagel para exposição comercial. 2. Veiculação de spotle de 30’(trinta segundos) no som ambiente da 23ª Festa do Colono 2016, a cada 30 minutos de comunicação realizada; 3. Veiculação da logomarca na empresa no banner da 23ª Festa do Colono 2016.

3.1.2 – COTAS “BRONZE”: LIMITE: 03 (TRES)

PATROCÍNIO	R\$ 1.000,00 (Mil reais)
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Disponibilização de espaço sem estrutura de 3m x 2m na calçada em frente à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo na Rua Carlos Borgenhausen para exposição comercial. 2. Veiculação de spotle de 30’(trinta segundos) no som ambiente da 23ª Festa do Colono 2016, a cada 30 minutos de comunicação realizada; 3. Veiculação da logomarca na empresa no banner principal da 23ª Festa do Colono 2016.

3.1.3 – COTAS “CHUMBO”: LIMITE: ILIMITADO

PATROCÍNIO	R\$ 500,00 (Quinhentos reais)
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	12. Veiculação de spotle de 30’(trinta segundos) no som ambiente da 23ª Festa do Colono 2016, a cada 30 minutos de comunicação realizada; 3. Veiculação da logomarca na empresa no banner principal da 23ª Festa do Colono 2016.

3.1.4 – COTA 01 “CONTRATAÇÃO ARTISTAS AMADORES DE GARUVA” LIMITE: ÚNICA

PATROCÍNIO	1. Contratação de atração musical de “Gênero Gauchesco”, comprovadamente de Garuva para compor as apresentações do palco principal do evento de acordo com programação estabelecida pela SECET. O repasse do cachê deverá ser feito diretamente ao artista/banda contratado pela empresa, sendo 50% na data prevista no item 3.2 e os outros 50% no dia 01/08/2016. Deverá ser firmado contrato entre empresa e artista e no caso de não cumprimento deste, sofrerá as devidas sanções do contrato. Valor estimado será de R\$2000,00(Dois mil reais).
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação de spotle de 30”(trinta segundos) no som ambiente da 23ª Festa do Colono 2016, a cada 30 minutos de comunicação realizada; 2. Veiculação da logomarca na empresa no banner principal da 23ª Festa do Colono 2016.

3.1.5 – COTA 02 “CONTRATAÇÃO ARTISTAS AMADORES DE GARUVA” LIMITE: 01 (UMA)

PATROCÍNIO	2. Contratação de atração musical de “Gênero Sertanejo Universitário”, comprovadamente de Garuva para compor as apresentações do palco principal do evento de acordo com programação estabelecida pela SECET. O repasse do cachê deverá ser feito diretamente ao artista/banda contratado pela empresa, sendo 50% na data prevista no item 3.2 e os outros 50% no dia 01/08/2016. Deverá ser firmado contrato entre empresa e artista e no caso de não cumprimento deste, sofrerá as devidas sanções do contrato. Valor estimado será de R\$2000,00(Dois mil reais).
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	2. Veiculação de spotle de 30”(trinta segundos) no som ambiente da 23ª Festa do Colono 2016, a cada 30 minutos de comunicação realizada; 2. Veiculação da logomarca na empresa no banner principal da 23ª Festa do Colono 2016.

3.1.6 – COTA 03 “CONTRATAÇÃO ARTISTAS AMADORES DE GARUVA” LIMITE: 01 (UMA)

PATROCÍNIO	3. Contratação de atração musical de “Gênero Sertanejo Universitário”, comprovadamente de Garuva para compor as apresentações do palco principal do evento de acordo com programação estabelecida pela SECET. O repasse do cachê deverá ser feito diretamente ao artista/banda contratado pela empresa, sendo 50% na data prevista no item 3.2 e os outros 50% no dia 01/08/2016. Deverá ser firmado contrato entre empresa e artista e no caso de não cumprimento deste, sofrerá as devidas sanções do contrato. Valor estimado será de R\$1000,00(Um mil reais).
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	3. Veiculação de spotle de 30”(trinta segundos) no som ambiente da 23ª Festa do Colono 2016, a cada 30 minutos de comunicação realizada; 2. Veiculação da logomarca na empresa no banner principal da 23ª Festa do Colono 2016.

3.1.7 – COTA 04 “CONTRATAÇÃO ARTISTAS AMADORES DE GARUVA” LIMITE: 02(DUAS)

PATROCÍNIO	4. Contratação de atração musical de “Gênero Pop Rock”, comprovadamente de Garuva para compor as apresentações do palco principal do evento de acordo com programação estabelecida pela SECET. O repasse do cachê deverá ser feito diretamente ao artista/banda contratado pela empresa, sendo 50% na data prevista no item 3.2 e os outros 50% no dia 01/08/2016. Deverá ser firmado contrato entre empresa e artista e no caso de não cumprimento deste, sofrerá as devidas sanções do contrato. Em consulta previa com o artista, o valor estimado será de R\$1000,00(Um mil reais).
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	4. Veiculação de spotle de 30”(trinta segundos) no som ambiente da 23ª Festa do Colono 2016, a cada 30 minutos de comunicação realizada; 2. Veiculação da logomarca na empresa no banner principal da 23ª Festa do Colono 2016.

3.1.8 – COTA 05 “CONTRATAÇÃO ARTISTAS AMADORES DE GARUVA” LIMITE: 01(UMA)

PATROCÍNIO	5. Contratação de atração musical de “Gênero Pop Rock”, comprovadamente de Garuva para compor as apresentações do palco principal do evento de acordo com programação estabelecida pela SECET. O repasse do cachê deverá ser feito diretamente ao artista/banda contratado pela empresa, sendo 50% na data prevista no item 3.2 e os outros 50% no dia 01/08/2016. Deverá ser firmado contrato entre empresa e artista e no caso de não cumprimento deste, sofrerá as devidas sanções do contrato. Em consulta previa com o artista, o valor estimado será de R\$500,00(Quinhentos reais).
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	5. Veiculação de spotle de 30”(trinta segundos) no som ambiente da 23ª Festa do Colono 2016, a cada 30 minutos de comunicação realizada; 2. Veiculação da logomarca na empresa no banner principal da 23ª Festa do Colono 2016.

3.1.9 – COTA 06 “CONTRATAÇÃO ARTISTAS AMADORES DE GARUVA” LIMITE: 01(UMA)

PATROCÍNIO	6. Contratação de atração musical de “Gênero MPB”, comprovadamente de Garuva para compor as apresentações do palco principal do evento de acordo com programação estabelecida pela SECET. O repasse do cachê deverá ser feito diretamente ao artista/banda contratado pela empresa, sendo 50% na data prevista no item 3.2 e os outros 50% no dia 01/08/2016. Deverá ser firmado contrato entre empresa e artista e no caso de não cumprimento deste, sofrerá os devidos sanções do contrato. Em consulta previa com o artista, o valor estimado será de R\$500,00(quinhentos reais).
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	6. Veiculação de spotle de 30”(trinta segundos) no som ambiente da 23ª Festa do Colono 2016, a cada 30 minutos de comunicação realizada; 2. Veiculação da logomarca na empresa no banner principal da 23ª Festa do Colono 2016.

3.1.10. É facultado aos interessados em patrocinar o projeto, a aquisição de uma cota “Prata”, sendo estendido, neste caso, o tempo de veiculação de spotle, conforme o número de cotas adquiridas.

3.1.11. As cotas serão adstritas por ramo de atividade, tendo a Cota Prata, preferência sobre a Cota Bronze e a Cota Bronze, preferência sobre a Cota Chumbo, “contratação artistas amadores de Garuva” nos diversos gêneros, são exclusivas para o seu fim.

3.2. O pagamento do valor das cotas referidas anteriormente que sejam em espécie deve ser feito até o dia 08 de julho de 2016;

3.2.1. O pagamento das cotas 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3, deverá ser realizado pelo interessado após o devido credenciamento e emissão do DAM – Documento de Arrecadação Municipal. As cotas 3.1.4,

3.1.5; 3.1.6, 3.1.7, 3.1.8 e 3.1.9 deverá seguir os critérios de patrocínio descritos.

3.2.2. O comprovante de pagamento e os contratos firmados dos demais patrocínios, seja em serviços ou pagamento direto e a logomarca em corel draw da empresa, deverão ser apresentados até 08 de julho de 2016 na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo;

3.3. Após a verificação do pagamento será emitido documento de Recebimento de Patrocínio pelo Município de Garuva.

3.4. Os locais de publicidade a serem explorados pelos patrocinadores limitam-se àqueles previstos no item 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.1.4, 3.1.5; 3.1.6, 3.1.7, 3.1.8 e 3.1.9 que são vinculados ao Município de Garuva, não sendo contemplados locais privados e nem eventuais publicações e matérias efetuadas por jornais e rádios não locais, exceto se promovidas pelo próprio patrocinador às suas expensas.

4. DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS PATROCINADORES

4.1. Poderão participar da seleção feita pelo Município dos patrocinadores do Projeto, as empresas públicas e privadas, inclusive representadas por agências de publicidade, interessadas em associar sua imagem ao Projeto.

4.2. Encontram-se impedidos de participar:

I. Os interessados que comercializem e exponham qualquer tipo de material pornográfico ou pratiquem manifestações político-ideológicas;

II. Os interessados que exerçam atividades ilícitas;

III. Os interessados que produzam, comercializem e exponham qualquer tipo de material relacionado a tabaco, em razão das disposições da Convenção Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1012/2005 e promulgada pelo Decreto nº 5658/2006;

IV. Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

5. DO REQUERIMENTO E DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. Os interessados deverão preencher e encaminhar o Formulário de Requerimento, conforme modelo (ANEXO I), impresso em papel timbrado da empresa, sem emendas ou rasuras, que prejudiquem sua inteligência e sua autenticidade, devidamente datadas e assinadas pelo representante da empresa, com identificação legível do(s) signatário(s).

5.1.1. Quando o patrocinador for representado por agência de publicidade, esta deverá fazer constar expressamente no requerimento as empresas que representam, bem como, o ramo de atividade explorada, para fins de julgamento da proposta de patrocínio.

5.2. Os seguintes documentos devem ser apresentados, juntamente com o Formulário de Requerimento:

5.2.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

I. Certificado de registro empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG;

II. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de sociedades empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações;

III. CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de representação devidamente comprovados seja pelo documento previsto no item II acima ou por meio de procuração.

5.2.2. Documentos relativos à regularidade fiscal:

a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

(CNPJ);

e) Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo II deste edital.

f) Certificado de Regularidade do FGTS.

g) Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

h) Certidão Negativa de Tributos Federais;

i) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

j) Certidão Negativa de Tributos Municipais da Sede do Licitante;

l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Artigo 29, Inciso V, da Lei 8.666/93.

5.3. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados da data de sua emissão.

5.4. A documentação deverá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticado mediante a apresentação do respectivo original.

5.5. O formulário de requerimento e os documentos (itens 5.2) deverão ser entregues no dia 01 de julho de 2016, entre as 09h00min e 10h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Garuva, situada à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro - Garuva (Sede da Prefeitura Municipal de Garuva)

6. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DOS(AS) PATROCINADORES(AS)

6.1. Os formulários de requerimento e a documentação apresentada serão analisados por servidores municipais da SECET, especialmente para este fim, que concluirá pelo deferimento ou indeferimento dos requerimentos dos interessados em patrocinar o Projeto.

6.2. O protocolo, o recebimento e/ou aceite do requerimento e documentos não implicam o reconhecimento da condição de patrocinadora em favor dos interessados, o qual se dará somente após a celebração do Contrato de Patrocínio com o Município de Garuva.

6.3. Os requerimentos que não atendam as disposições constantes neste Regulamento e/ou que não apresentem os documentos exigidos serão indeferidos.

6.3.1. Não serão considerados motivos para indeferimento da participação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal etc.) nos requerimentos ou na documentação, desde que sejam irrelevantes e não firam os direitos dos demais interessados.

6.3.2. A decisão que indeferir o requerimento de interessado em patrocinar o projeto dar-se-á por intermédio de comunicação por escrito por parte do Município de Garuva.

6.3.3. Em havendo indeferimento do requerimento de interessados, o prazo para apresentação de manifestação será de 01 (um) dia útil a contar da data da comunicação formal por parte do Município de Garuva. Neste caso, o Município terá 24 horas para analisar a manifestação da interessada.

6.4. Em caso de eventual competição entre Interessadas, o critério de seleção será o sorteio, a ser realizado no dia 01/07/2016, após às 10h na sala de licitações e reclassificada para as cotas subsequentes, não havendo outros inscritos. O não comparecimento ao sorteio implicará a reclassificação do mesmo para outra cota.

6.5. Concluída a análise dos requerimentos e documentos, a SECET elaborará relatório contendo a lista dos interessados, bem como classificação, se necessário conforme o critério de desempate estabelecido nos itens 6.4 do presente Regulamento, após o qual não caberá desistência por parte dos interessados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente comprovado.

6.7. A formalização do Contrato de Patrocínio será efetuada com quantos interessados atenderem aos critérios do presente Regulamento, os quais passam, após a celebração do referido contrato a

se valer de todos os direitos de patrocinador em conformidade com a cota de patrocínio indicada em seu requerimento.

6.8. Os interessados que tiverem seu requerimento aprovado serão convocados através de comunicação eletrônica, postal, telefônica ou ainda, via fax, para a assinatura do Contrato de Patrocínio, dentro do prazo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito ao patrocínio.

6.9. A falta de assinatura do Contrato de Patrocínio por parte da interessada, por qualquer motivo, dentro do prazo estabelecido, implicará sua eliminação. Nesse caso, o Município de Garuva realizará o chamamento por ordem de classificação, quando houver, das demais empresas para a assinatura do Contrato de Patrocínio, em igual prazo e nas mesmas condições do primeiro classificado, não eximindo o interessado inadimplente das penalidades previstas na legislação.

6.10. Farão parte integrante do Contrato de Patrocínio, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste Regulamento, e os documentos nele referenciados.

7. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, EM ESPECIAL DAS MARCAS

7.1. O Município de Garuva poderá utilizar a marca e outros sinais distintivos dos interessados, inclusive em conjunto com as marcas e outros sinais distintivos do Município.

7.2. Os interessados garantem que os direitos de propriedade intelectual, em especial os marcários, necessários para a execução do patrocínio não violam quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros, isentando o Município de Garuva de quaisquer reclamações de terceiros e ônus decorrentes, de qualquer natureza, inclusive financeiros.

7.3. Os interessados garantem que são legítimos detentores dos direitos de propriedade intelectual, em especial os marcários, a serem utilizados no patrocínio, bem como que obterão, se necessário, a cessão dos direitos patrimoniais dos profissionais e pessoal envolvidos na execução de ações relacionadas ao objeto do patrocínio, podendo ser utilizados pelo Município de Garuva para fins institucionais livres de quaisquer ônus.

7.4. Os interessados devem assegurar a obtenção de autorização e/ou cessão ao Município de Garuva dos direitos de uso de imagem, voz e outros correlatos de quaisquer pessoas envolvidas no patrocínio, se for o caso, para veiculação nos canais institucionais e em ações de divulgação do evento.

8. DO EVENTO

8.1. Antes de efetuar o requerimento e analisar a viabilidade de ofertar proposta de patrocínio, os interessados deverão conhecer o edital, certificar-se de que preenche os requisitos exigidos, e analisar a viabilidade de ofertar proposta de patrocínio, indicando a cota.

8.2. Quaisquer solicitações de informações adicionais ou pedidas de esclarecimentos que se façam necessárias deverão ser realizadas na Sede da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, localizada na Rua Carlos Borgenhausen, Centro – Garuva.

8.3. É obrigação única e exclusiva das interessadas, o acompanhamento dos comunicados e boletins de esclarecimentos emitidos pelo Município de Garuva. Não serão aceitas reclamações posteriores sob a alegação de não recebimento de informações.

8.4. A SECET poderá, durante a análise do requerimento e da documentação, convocar o(s) interessado(s) para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir.

8.5. Ao final da ação patrocinada será apresentado relatório final ao patrocinador, comprovando as contrapartidas correspondentes à cota efetivamente realizada.

8.6. Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela SECET.

Garuva, 23 de junho de 2016.

José Chaves

Prefeito de Garuva

ANEXO I (MODELO DE REQUERIMENTO) PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2016 PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO - PROJETO 23º FESTA DO COLONO 2016

1. DADOS DO INTERESSADO

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
UF: CIDADE:
CEP:
TELEFONE: E-MAIL:

1.1. RESPONSÁVEL(IS) LEGAL(IS):

Nome:
Cargo:
Nome:
Cargo:
CPF:

1.2. O Interessado reconhece que o(s) representante(s) legal(is) acima referido(s) possui(em) plenos poderes de representação, assumindo, para todos os fins legais, quaisquer responsabilidades decorrentes da assinatura deste Requerimento.

2. COTAS DE PATROCÍNIO

2.1. O Interessado declara, para todos os fins, que opta por patrocinar o Projeto, adquirindo uma Cota, da modalidade a seguir assinalada [assinale com X somente 1 (uma) modalidade escolhida:

() Cota 3.1.1 "PRATA" – Quantidade de cotas "Prata" ()

() Cota 3.1.2 "BRONZE" – Quantidade de cotas "Bronze" ()

() Cota 3.1.3 "CHUMBO" – Quantidade de cotas "Chumbo" ()

() Cota 3.1.4 "contratação artistas amadores de Garuva" "Gauchesco" Cota Única

() Cota 3.1.5 "contratação artistas amadores de Garuva" "Sertanejo Universitário" – Cota Única

() Cota 3.1.6 "contratação artistas amadores de Garuva" "Sertanejo Universitário" – Cota Única

() Cota 3.1.7 "contratação artistas amadores de Garuva" "Gênero Rock Pop" – Qtde de cotas ()

() Cota 3.1.8 "contratação artistas amadores de Garuva" "Gênero Rock Pop" – Cota Única

() Cota 3.1.9 "contratação artistas amadores de Garuva" "Gênero MPB" – Cota Única

2.2. O Interessado declara que está ciente das contrapartidas correspondentes a cada uma das modalidades de cota, conforme previsão no item 3 do Regulamento.

3. DOCUMENTOS

3.1. O Interessado declara que os documentos a seguir assinalados encontram-se anexos a este Formulário:

3.1.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- Certificado de registro empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG;
- Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de sociedades empresariais, no caso de sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações.
- CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de

representação devidamente comprovados seja pelo documento previsto no item acima ou por meio de procuração.

3.1.2. Documentos relativos à regularidade fiscal:

- Prova de inscrição no CNPJ;
- Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de débitos de Tributos Federais, Estaduais e Municipais da Sede da interessada, Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de negativa do INSS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas,
- Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) perante o FGTS.
- Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

4. O Interessado declara que conhece e cumprirá integralmente o Regulamento.

Local, _____ de _____ de 2016.

Assinatura devidamente identificada do(s)
Representante(s) legal(is) (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Assinatura devidamente identificada do(s)
Representante(s) legal(is) (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

ANEXO II

MODELO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO TRABALHO DO MENOR

.....
(nome da empresa), com sede na
.....(endereço), inscrita no CNPJ sob o n.
....., vem através de seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, e regulamentada, e que não será utilizada mão de obra de menores de dezoito (18) anos de idade em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não será utilizada mão de obra de menores de dezesesseis (16) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendizes.

Local e data

(assinatura do responsável pela proposta)

HOMOLOGAÇÃO EDITAL Nº 02

Garuva, 23 de junho de 2016.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 002/2016
ODONTOLOGIA

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	INSCRIÇÃO
01	JÉSSICA FERNANDA SANTIN	HOMOLOGADO
02	DAYANE ETHUR DE LIMA	HOMOLOGADO
03	PAULA F. MENDES PALANDI	HOMOLOGADO
04	DÉBORA HENRICH BRINHOSA	HOMOLOGADO
05	FRANLIN ADEMAR DORN	HOMOLOGADO
06	SÉRGIO CUNHA DO NASCIMENTO	HOMOLOGADO
07	STEPHANE DRIELLE GADOTTI STEVAM	HOMOLOGADO
08	PAOLA BEZ GOULART	HOMOLOGADO

Vanessa Marilyng Backes Nagel
Presidente da Comissão

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.036, DE 22 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.036, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA GORETE YNAQUIEVI TOMAZ DE REZENDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora GORETE YNAQUIEVI TOMAZ DE REZENDE, CPF nº 007.110.969-29, do cargo efetivo de Farmacêutica, lotada com 40 horas semanais, nomeada pelo Decreto 6.481/2015, a partir de 24 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.037, DE 22 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.037, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
NIEGE CAROLINA JAKUES GONÇALVES	FARMACÊUTICO	40	4º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 141/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 141/2016

OBJETO: Aquisição de Veículo novo "Tipo Furgão" para o Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar - Repetição. ENTREGA dos envelopes até às 9hs do dia 06/07/2016, no Depto. de Compras, Rua São Pedro, nº 128, térreo, Centro (Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da Sede da Prefeitura) ABERTURA a partir das 9hs. Integra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23/06/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

TERMO Nº 205/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

TERMO DE INÍCIO
DE FISCALIZAÇÃO
Nº 205/2016

Contribuinte: AGUÍA PARK ESTACIONAMENTO LTDA - ME

Endereço: Rua José Krauss, 97 – Anexo ao Hospital				Fone: (47)	
Bairro: Sete de Setembro			Município: Gaspar		UF: SC
Tipo de Estabelecimento:			Inscrição Municipal:	CNPJ:	
X	ÚNICO	FILIAL	MATRIZ	11.671	07.056.722/0001-07
<p>Nesta data, foram iniciados os trabalhos de fiscalização no estabelecimento acima identificado. Com o início deste procedimento fiscal, ficam suspensos quaisquer benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de quaisquer obrigações tributárias (Parágrafo Único, do art. 138, da Lei 5.172/66 - CTN) e seu prazo de encerramento está previsto para 60 (sessenta) dias, se não previamente prorrogado. Em cumprimento ao disposto no art. 40 da Lei Municipal 1.330/91, fica o responsável pelo estabelecimento intimado a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Tributação – Fiscalização de Tributos, localizada a Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 - Praça Getúlio Vargas, – Centro, até às 17:00h, a documentação abaixo discriminada, correspondente ao período de 06/2011 a 05/2016.</p>					
GUIA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS X ISSQN PRÓPRIO X ISSQN RETIDO NA FONTE GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXAS Taxa de Licença, anos _____ Alvará Bombeiros _____ Alvará Vigilância Sanitária _____ Outras Taxas _____ DOCUMENTOS CADASTRAIS X Contrato Social e Alterações Estatuto Social e Alterações			LIVROS, DEMONSTRATIVOS E DOCUMENTOS FISCAIS X De Registro de Serviços X Diário X Razão X Caixa X Nota Fiscal de Serviços – Prestados X Nota Fiscal de Serviços – Tomados OUTROS CAGED (última entregue pela empresa) Declaração IRPF (Todos os sócios) X Declaração IRPJ Comprovante de número de pessoas ativas existentes no mês de fiscalização Extratos Bancários		
Informações: Todos os livros apresentados deverão ser autenticados no órgão responsável, para assegurar sua veracidade e inviolabilidade.					
Para seu conhecimento e atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional (Lei nº.5.172 de 25/10/66), e o art. 44 da Lei Municipal 1.330/91 do município de Gaspar, lavrei o presente termo, que vai assinado por mim e pelo responsável pelo estabelecimento.					
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL				AUTORIDADE FISCAL	
Nome:				Joice Mara Deschamps Rotta Fiscal de Tributos Matrícula 6942	
Cargo:		CPF:			
Declaro que recebi 2ª via do presente termo.					
Data:		Assinatura:			

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE SESSÃO PÚBLICA = PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 11/2016 se reunirá em Sessão Pública no dia 24/06/2016, às 17h, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar o requerimento de credenciamento e os documentos apresentados pela empresa RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA, CNPJ nº 83.747.949/0001-87, requerente nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2016, Edital de Credenciamento nº 002/2016, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE RÁDIOS AM e FM, para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo na imprensa. Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA.

Gaspar/SC, 22 de junho de 2016.

Giovano Borges

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2016

Aprova as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício financeiro de 2014.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto e ele decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício financeiro de 2014, na forma do Parecer Prévio nº 0052/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no processo nº PCP-15/00162474, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 1841 da referida Corte de Contas, de 30 de novembro de 2015.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 23 de junho de 2016.

Giovano Borges

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO Nº069/2016 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

DECRETO Nº069/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº1058/2015:

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1601	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
23.695.0007.1.019	Construção, Melhoria e Ampliação de Trapiche	50.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	50.000,00
(150)4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
TOTAL:		50.000,00

Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1601	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
23.695.0007.2.052	Manutenção da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
(146)3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
TOTAL:		50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de Junho de 2016.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 12, 13, 14 E 15.2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 12/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: CONCRETINI CONCRETOS AGOSTINI LTDA - ME
Valor : 3.836,25 (três mil oitocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL (BLOQUETE INTERTRAVADO E MEIO FIO) PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE NO CRAS E SCFV LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO

Contrato Nº.: 13/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: LUMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME
Valor : 5.539,50 (cinco mil quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL (BLOQUETE INTERTRAVADO) PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE NO CRAS E SCFV LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO

Contrato Nº.: 14/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: MARIANA MAZIERO & CIA LTDA ME
Valor : 504,86 (quinhentos e quatro reais e oitenta e seis centavos)
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL (PÓ DE BRITA) PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE NO CRAS E SCFV LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO

Contrato Nº.: 15/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: SEBASTIAO DA LUZ BORGES 46935177987
Valor : 3.633,00 (três mil seiscentos e trinta e três reais)
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE CRAS E SCFV LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO

EXTRATOS CONTRATOS 88, 89, 90, 91, 92, E 93.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 88/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : 719,00 (setecentos e dezenove reais)
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 22/06/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA O VEICULO FIAT DUCATO PLACAS MAZ8564, RENAVAM 759823650, CHASSI 93W23124011001852, UTILIZADO PELO DEPARTAMENTO DE PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, COM VIGENCIA DE 365 DIAS

Contrato Nº.: 89/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: BRITADOR OESTE LTDA
Valor : 6.380,00 (seis mil trezentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL (PEDRA BRITA) PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE NA CRECHE PROFESSOR ALDINO FETTER LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO

Contrato Nº.: 90/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: LUMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME
Valor : 7.702,86 (sete mil setecentos e dois reais e oitenta e seis centavos)
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL (BLOQUETE INTERTRAVADO) PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE NA CRECHE PROFESSOR ALDINO FETTER LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO

Contrato Nº.: 91/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: MARIANA MAZIERO & CIA LTDA ME
Valor : 696,74 (seiscentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL (PÓ DE BRITA) PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE NA CRECHE PROFESSOR ALDINO FETTER LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO

Contrato Nº.: 92/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: SEBASTIAO DA LUZ BORGES 46935177987
Valor : 5.019,00 (cinco mil e dezenove reais)
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE NA CRECHE PROFESSOR ALDINO FETTER LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO

Contrato Nº.: 93/2016
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: CONCRETINI CONCRETOS AGOSTINI LTDA - ME
 Valor : 4.008,00 (quatro mil e oito reais)
 Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL (BLOQUETE INTERTRAVADO E MEIO FIO) PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE NA CRECHE PROFESSOR ALDINO FETTER LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO

EXTRATOS CONTRATOS 33.2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 33/2016
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
 Valor : 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 22/06/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2016
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS FIAT DUCATO PLACAS MEF 0405 E VEÍCULO NISSAN PLACAS MJK 0953, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC. PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, COM VIGENCIA DE 365 DIAS

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 92 E 98.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2016
 PROCESSO Nº 92/2016 HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2016
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL (PAVER NAS CORES CINZA E VERMELHO) E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MÃO DE OBRA PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE NA CRECHE PROFESSOR ALDINO FETTER E CRAS E SCFV LOCALIZADOS LOTE Nº69 CENTRO.

CONTRATADO: BRITADOR OESTE LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.380,00 (seis mil trezentos e oitenta reais)

CONTRATADO: LUMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 13.242,36 (treze mil duzentos e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos)

CONTRATADO: MARIANA MAZIERO & CIA LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.201,59 (um mil duzentos e um reais e cinquenta e nove centavos)

CONTRATADO: SEBASTIAO DA LUZ BORGES 46935177987
 VALOR DA DESPESA: R\$ 8.652,00 (oito mil seiscentos e cinquenta e dois reais)

CONTRATADO: CONCRETINI CONCRETOS AGOSTINI LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.844,25 (sete mil oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2016

PROCESSO Nº 98/2016 HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA O VEICULO FIAT DUCATO PLACAS MAZ8564, RENAVAL 759823650, CHASSI 93W23124011001852, UTILIZADO PELO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS FIAT DUCATO PLACAS MEF 0405 E VEÍCULO NISSAN PLACAS MJK 0953, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC. PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA

VALOR DA DESPESA: R\$ 719,00 (setecentos e dezenove reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 13.16 AQUISIÇÃO ALIMENTAÇÃO E MATERIAIS DE HIGIENE LIMPEZA SCFV

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2016.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 17/16, Edital de Pregão Presencial Nº 13/16. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza para SCFV; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 06/07/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 06/07/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 12 de junho de 2016.

MARIA INÊS SCALCO,
 Ordenadora do FMAS

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO Nº 20/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 20/2016 FMS
Processo Licitatório: 20/2016 FMS
Tipo: Menor Preço - Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE DVD, BEBEDOUROS, CARROS PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA, REFRIGERADORES E TELEVISORES PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIROS VILA AMIZADE E GUAMIRANGA, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 11293409000/1140-01.
Entrega dos Envelopes: 14/07/2016 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 14/07/2016 às 09h00min
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.
Guaramirim (SC), 16 de junho de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 028/2016 – FMS.

Processo Licitatório: 028/2016 – FMS.

Tipo: Menor preço por lote.

Objeto: Registro de preços para a aquisição de bebidas não-alcólicas para os eventos do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 14/07/2016 às 13h30.

Abertura dos Envelopes: 14/07/2016 às 13h30.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 23 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 25/2016 FMS
Processo Licitatório: 25/2016 FMS
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA AS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 08/07/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 08/07/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 23 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 98/2016 PMG
Processo Licitatório: 98/2016 PMG
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, TIPO SUV, COM PLOTAGEM INCLUSA, PARA A POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Entrega dos Envelopes: 06/07/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 06/07/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 23 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 656/2016

DECRETO Nº. 656/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 19.999,00 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 19.999,00 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	19.999,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	19.999,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 25/2013 FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 25/2013- FMS

Processo de Licitação: 22/2013 - FMS

Modalidade:Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação:Contratação de empresa especializada para construção da nova unidade do Posto de Saúde do Bairro Guamiranga.

Contratante:Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: MD Arquitetura e Construção LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.338.882/0001-62, com sede na Rua Adolpho Augusto Alfredo Ziemann, n.º 225, Bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 17/10/2016.

Data da Assinatura: 08/06/2016 Vigência 17/10/2016

GUARAMIRIM (SC), 23/06/2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO 01/2014 –FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO 01/2014 –FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2014- FMS

Modalidade:Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação:LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA ISOLMIRO JOÃO CORREA, Nº 345, AMIZADE, GUARAMIRIM – SC, PARA INSTALAR O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – LAR DA CRIANÇA.

Locatário:Prefeitura Municipal de Guaramirim, (SC), através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº11.293.409/0001-60, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Locadora:VALDIRA BETONI, inscrita no RG sob n.º 3.513.587-5 e CPF sob n.º 015.360.359-39, residente na Rua Isolmiro João Correa, s/n, Bairro Amizade, Guaramirim-SC.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) Prorrogar o prazo de vigência pelo prazo de 1 mês, entre 22/06/2016 e 21/07/2016).

Data da Assinatura: 08/06/2016 Vigência: 21/07/2016

GUARAMIRIM (SC), 23/06/2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 416/2016

PORTARIA Nº. 416/2016

Prorroga o Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 140/2016.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a não conclusão do processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria nº. 140/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 140/2016, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Convalidar todos os atos praticados no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 140/2016, até a publicação desta portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECISÃO PREGÃO Nº 027/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição luminárias de LED para o sistema de iluminação pública no perímetro urbano de Herval d'Oeste.

DECISÃO

O Processo foi devidamente instaurado em 14/08/2015 com emissão de edital para o referido certame assinado em 16/09 e publicado em 17/09, com a realização de a sessão pública de Pregão no dia 30/09/2015, em conformidade com a legislação vigente.

Ocorre que devido representação da empresa Repuxação e Metalúrgica Ltda. junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina a instauração de processo de nº 15/00529874, decidimos que a referida licitação não seria adjudicada e nem homologada, até decisão final por parte daquela dought Corte de Contas.

Em 11/05/2016 através da Decisão n.: 0205/2016 diante das razões apresentadas pelo Relator do processo a Corte de Contas assim decidiu:

"6.1. Considerar improcedente a Representação apresentada, em razão da inexistência de direcionamento ou prejuízo da competição.

6.2. Dar ciência desta Decisão, bem como do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, à Interessada nominada no item 3 desta deliberação, através de seu representante legal, ao Sr. Nelson Guindani – Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, e ao procurador constituído nos autos.

6.3. Determinar o arquivamento do Processo." (Extraído da consulta de processos Online <http://servicos.tce.sc.gov.br/processo/index.php> (Processo: 1500529874)

Embora o TCE-SC tenha julgado improcedente a representação, inexistindo direcionamento ou prejuízo a competição, em face do decurso de nove meses desde a sessão pública do pregão em 30/09 até a decisão final, do processo, e em virtude do encerramento do exercício financeiro 2015, Decido:

1 - Determinar a anulação e o arquivamento do processo licitatório 051/2015.

2- Determinar ao setor competente que realize os procedimentos necessários para a abertura de novo processo licitatório.

3- Dar ciência desta decisão aos interessados.

Publique-se

Cumpra-se

Herval d'Oeste (SC), 21 de junho de 2016.

assinado no original

NELSON GUINDANI

Prefeito

Ibiam

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 025/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2016
REGISTRO DE PREÇOS 013/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registrar Preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de Equipamentos de Proteção Individual para atender as necessidades de diversas Secretárias do Município de Ibiam. ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 07/07/2016 até as 13:30 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/07/2016 às 13:40 min. Tipo de Avaliação: Menor Preço Por Item. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos através do fone 49-3534-0044 e no site : www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 22 de Junho de 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 004/16 - CMSAUDE

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 063, de 10 de novembro de 1997.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 16 de Junho de 2016 e Ata nº 150.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar valor máximo de R\$ 31,00 (trinta e um reais) por sessão de fisioterapia para realização de processo licitatório.

Art. 2º - Aprovar ajuda de custos no valor de R\$7.000,00 (sete mil reais) para a Sra. Marilene Ceron Southier a qual realizou cirurgia de coluna no Hospital Salvatoriano Divino Salvador no município de Videira-SC.

Art. 3º - Aprovar a Revisão da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, metas e Indicadores – SISPACTO – 2016.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 22 DE JUNHO DE 2016.

ARLETE DURIGON LIZOT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ibiam

Homologada em: 23/06/2016

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal de Ibiam

Publicação e Registro:

RESOLUÇÃO Nº 015/16 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº015/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, em Reunião Ordinária realizada no dia 25 de Abril de 2016 e Ata nº 105/2016, no uso das competências que lhes são conferidas na legislação em vigor.

CONSIDERANDO sua responsabilidade na construção de políticas públicas adequadas às reais necessidades de atendimento às crianças e adolescentes do município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n 482 de 27 de Outubro de 2011 e as demais legislações federais, que disciplinam as atribuições do CMDCA em gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança avaliação do cumprimento dos planos de 2015 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor a partir de data de sua publicação.

Registrada, publicada, CUMpra-SE.

IBIAM, 03 de Junho de 2016.

Andréia Terezinha Ferrari Lamperti
Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Homologada em: _06/_06/_2016_.

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal de Ibiam

TERMO ADITIVO 002-2016 CONTRATO 027-2013

TERMO ADITIVO Nº 002/2016

CONTRATO Nº 027/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2013

Termo aditivo ao contrato nº 027/2013, que celebram MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, representado pelo Prefeito Municipal, Gilmar Fontana, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, e de outro FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.753.029/0001-93, com sede na Rua Consolação, nº 317, Sala 1, Edifício Bossani, Xanxerê/SC, CEP nº 89.820-000, pactuam o presente termo aditivo, com fulcro no art. 65 da lei 9.666/93, e cláusula terceira do contrato, conforme se determina a seguir:

Cláusula Primeira: Fica reajustado o valor mensal do contrato para R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

Cláusula Segunda: Este termo aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito retroativo a janeiro de 2016.

Cláusula Terceira: As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteradas e por estarem certos, firmam este Termo Aditivo em duas vias, perante Testemunhas que também assinam.

Ibiam – SC, 08 junho de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

CNPJ nº 07.753.029/0001-93

Testemunhas:

Rosinei Ceron

CPF nº 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF nº 490.157.709-30

TOMADA DE PREÇO 006-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2016

TOMADA DE PREÇO Nº006/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço, para Contratação de empresa especializada em serviços de escrituração contábil pública, com disponibilização de profissional em contabilidade para executar todos os registros contábeis da Prefeitura municipal e Fundos Municipais. Entrega dos envelopes: até 25/07/2016, até as 09hs00min. Abertura dos envelopes: 25/07/2016 às 10hs:00 min. Forma de Julgamento: Melhor técnica e Preço. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e C147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos: site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 23 de Junho de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiam.

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 462/2016

PORTARIA Nº 462/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o Sr JORGE ROBERTO SCHMITT, do cargo de MOTO-RISTA, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 17 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 463/2016

PORTARIA Nº 463/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o Sr MIRGON AREND, do cargo de MÉDICO PEDIATRA, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 100 horas mês, a partir de 17 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 464/2016

PORTARIA Nº 464/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª PATRÍCIA APARECIDA MATOS DOS SANTOS, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 23 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 465/2016

PORTARIA Nº 465/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª ANA MARIA MINUZZI, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 23 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 466/2016

PORTARIA Nº 466/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr JORGE ROBERTO SCHMITT, no cargo de MOTORISTA, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 23 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 467/2016

PORTARIA Nº 467/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR POR TÉRMINO DE CONTRATO, o Sr JAIRO SILVA DE ARCANDES, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 30 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 468/2016

PORTARIA Nº 468/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a Srª SILVANA ALEXANDRA DE SOUZA PETRI, do cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 30 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 469/2016

PORTARIA Nº 469/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a Srª TAMIRES ZABEL, do cargo de ATENDENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 30 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 470/2016

PORTARIA Nº 470/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a Srª DENISE PEIRÃO FERNANDES, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 30 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 014/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 06/07/2016 às 09h00min, a reabertura de Licitação na Modalidade Pregão Presencial, registro de preço do Tipo Menor Preço por item, cujo objetivo visa à aquisição Mangotes para Draga de Sucção, para uso do Município de Imaruí. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0213.

Imaruí, 23 de Junho de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/GGP Nº 336/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 336, de 22 de junho de 2016.
Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.908, de 25 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. FULVIO WESTPHAL, inscrito no CPF sob o n.º 138.555.810-53, Agente Administrativo, matrícula n.º 168, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 337/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 337, de 23 de junho de 2016.
Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 2.689, de 20 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. HOMERO MARTINS, brasileiro, Técnico em Eletrotécnica, inscrito no CPF sob o n.º 290.260.759-87, matrícula n.º 853, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 338/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 338, de 23 de junho de 2016.
Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 2.703, de 20 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. EUGÊNIO DA ROSA, brasileiro, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 343.244.459-15, matrícula n.º 4454, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 339/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 339, de 23 de junho de 2016.
Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 2.684, de 20 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. RENATO TOLENTINO DA ROSA, brasileiro, Vigilante, inscrito no CPF sob o n.º 343.233.179-72, matrícula n.º 467, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 017, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 017, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (INTERINO), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014; Considerando as informações dos Processos nº 11521/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública constituída pelo Parque Municipal de Eventos para realização do evento " Stop Imbituba Food Truck", localizada na Rua João Hipolito Nascimento, Centro, à New World Eventos, CNPJ nº 22.695.310/0001-00, para explorar a referida área nos dias 17-18-19 de junho de 2016, nos horários 09:00 às 24:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o dia 17-18-19 de junho de 2016 das 09h às 24h, a título precário e de caráter gratuito e intransferível, nos moldes do Processo Administrativo nº 11521/2016.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2016.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 095/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 095/2016
CONTRATADA: ELISANA FLAVIANE MENDONÇA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Elisana Flaviane Mendonça, pós-graduada em Letras e Inglês, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Língua Inglesa, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 12 (doze) horas/aula.

VALOR: R\$ 1.770,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 30 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 099/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 099/2016
CONTRATADA: MARIA ADÉLIA BENTO SCHMITT.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Maria Adélia Bento Schmitt, mestre em educação, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de matemática, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 12 (doze) horas/aula.

VALOR: R\$ 1.770,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 30 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 096/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 096/2016
CONTRATADA: ROZENEI MARIA WILVERT CABRAL.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Rozenei Maria Wilvert Cabral, mestre em Educação e Cultura, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Artes, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 12 (doze) horas/aula.

VALOR: R\$ 1.770,00

PRAZO: 15 de junho de 2016 até 15 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 100/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 100/2016
CONTRATADA: KARINA ROUSSENG DAL PONT.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Karina Rousseng Dal Pont, mestre em geografia, para ministrar palestras para formação continuada dos professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de geografia, com o tema "Consolidação da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino". Formação continuada com duração de 20 (vinte) horas/aula.

VALOR: R\$3.450,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 30 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 097/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 097/2016
CONTRATADA: OTÍLIA LIZETE DE OLIVEIRA MARTINS.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Otília Lizete de Oliveira Martins Heinig, doutora em linguística, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Língua Portuguesa, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 12 (doze) horas/aula.

VALOR: R\$ 1.920,00

PRAZO: 15 de junho de 2016 até 15 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 101/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 101/2016
CONTRATADA: DANIELA TOMIO.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Daniela Tomio, doutora em educação científica e Tecnológica, para ministrar palestras para formação continuada dos professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de ciências, com o tema "Reestruturação da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino". Formação continuada com duração de 26 (vinte e seis) horas/aula.

VALOR: R\$ 4.160,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 30 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 098/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 098/2016
CONTRATADA: ROSINETE GAERTNER.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Rosinete Gaertner, doutora em Educação Matemática, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Matemática, com o objetivo de propiciar aos professores a confecção de jogos matemáticos. Formação continuada com duração de 12 (doze) horas/aula.

VALOR: R\$ 1.920,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 30 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 102/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 102/2016
CONTRATADA: SIMONE RISKE KOCH.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Simone Riske Koch, graduada em ciências da religião, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Ensino Religioso, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 12 (doze) horas/aula.

VALOR: R\$1.770,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 30 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 103/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 103/2016

CONTRATADA: CÍNTIA RÉGIA RODRIGUES.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Cíntia Régia Rodrigues, doutora em História, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de História, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Objetiva consolidar a proposta pedagógica da rede municipal de ensino. Formação continuada com duração de 12 (doze) horas/aula.

VALOR: R\$1.770,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 30 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 104/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 104/2016

CONTRATADA: JOVINO LUIZ ARAGÃO.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação do profissional Jovino Luiz Aragão, mestre em matemática, para ministrar formação continuada para os professores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental – professores alfabetizadores, com o objetivo de aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 08 (oito) horas/aula.

VALOR: R\$ 1.240,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 14 de julho de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 105/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 105/2016

CONTRATADA: DALILA MARIA PEDRINI 85959197804.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Doutora Dalila Maria Pedrini, doutora em serviço social, para ministrar capacitação obrigatória, conforme determina o guia de orientação do IGD/SUAS aos conselheiros municipais de assistência social, de forma dinâmica, prática e objetiva, acerca das legislações do SUAS e atribuições/funções do conselho de assistência social como órgão soberano, deliberativo e fiscalizador, através da participação popular da política de assistência social do município de Indaial. Formação com carga horária de 20 (vinte) horas aula, em 05 (cinco) encontros.

VALOR: R\$ 4.400,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 30 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 106/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 106/2016

CONTRATADA: 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA – ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$1.160,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 11 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 107/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 107/2016

CONTRATADA: ADL COMERCIAL EIRELI.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$4.589,50

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 11 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 108/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 108/2016

CONTRATADA: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$5.910,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 11 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 109/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 109/2016

CONTRATADA: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$10.436,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 11 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 110/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 110/2016

CONTRATADA: COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$8.132,14

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 11 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 111/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 111/2016

CONTRATADA: REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA - ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$69.300,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 11 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 112/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 112/2016

CONTRATADA: E & AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$10.660,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 11 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 113/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 113/2016

CONTRATADA: FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$11.814,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 11 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

CONTRATO Nº 114/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 114/2016

CONTRATADA: GILMAR SANI - ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$5.802,00

PRAZO: 14 de junho de 2016 até 11 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016.

PORTARIA Nº 92/16

. PORTARIA Nº 92/16

. De 22 de junho de 2016

Regulamenta situação funcional / Gisele Maria da Silva Melo

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando a necessidade dos servidores fazerem acompanhamento das obras em horários indefinidos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a servidora Gisele Maria da Silva Melo, ocupante do cargo de Assessora de Atividade Esportiva, do quadro da estrutura administrativa da Fundação Municipal de Esportes, Município de Indaial, com redução proporcional de vencimento, a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de junho 2016.

Município de Indaial, em 22 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se e Publique-se na forma da Lei.

ADEMIR PACKER

Diretor Executivo da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 93/16

. PORTARIA Nº 93/16

. De 22 de junho de 2016

Altera Carga Horária Psicólogas CREAS

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor, considerando a licença maternidade das servidoras Aline Maiocchi Beirão e Janaína Tápparo Braier, a necessidade de profissionais psicólogos para atendimento a demanda e a solicitação da Secretaria de Assistência Social, RESOLVE,

Prorrogar por mais 06 (seis) meses, a alteração de carga horária das servidoras Joyce Camila Manzke e Luci Borges Laurindo ocupantes do cargo de Psicóloga do quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social, fixada para 30 h/s pela Portaria nº 63/15, a partir de 13 de julho de 2016.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 22 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se e publique-se na forma da Lei.

OSAIR REGINALDO ANACLETO

Responsável pela Secretaria de Assistência Social

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.14/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000047****Pregão Nº 19/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.14/2016**

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000047 - Pregão Nº 19/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.033.589/0001-12, estabelecida à RUA FERNANDO DE SOUZA E SILVA, nº 1199 – Bairro ITROUPAVA NORTE, no município de Blumenau – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Registro de preços para a aquisição de luvas de procedimento em latex.
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

165131 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS TAMANHO M - LUVASDE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS ANATÔMICAS, CONFECCIONADA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL,	CAIXA	NUGARD	1.500	R\$12,98	R\$19.470,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.14/2016

AMBIDESTRAS, LUBRIFICADA COM PÓ BIO ABSORVÍVEL, CAIXA COM 50 PARES. NÃO ESTERILIZADAS. EMBALAGEM COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, NUMERO DE LOTE, VALIDADE, NUMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.					
					Total Lote: R\$19.470,00
					Total Fornecedor: R\$19.470,00
					Total Homologação: R\$19.470,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.14/2016**

- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 47/2016 - Edital de Pregão nº 19/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.14/2016**

- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.14/2016**

- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.14/2016**

j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 20 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL/SC**PORTARIA INDAPREV Nº 28/16**

. PORTARIA/INDAPREV Nº 28/16

. De 17 de junho de 2016

Concede Aposentadoria Especial de Magistério à REGINA MARIA BONESSI

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial □ INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Especial de Magistério, a partir de 01 de julho de 2016, a servidora Regina Maria Bonessi, ocupante do cargo de PROFESSORA, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 □ Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2016.

Indaial/SC em 17 de junho de 2016.

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

PORTARIA INDAPREV Nº 29/16

. PORTARIA/INDAPREV Nº 29/16

. De 17 de junho de 2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição à DENISE STOLLMEIER DE AVIZ

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial - INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005, demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição, a partir de 04 de julho de 2016, a servidora Denise Stollmeier de Aviz, ocupante do cargo de PROFESSORA, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005, fórmula 85/95 - Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de julho de 2016.

Indaial/SC em 17 de junho de 2016.

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

PORTARIA INDAPREV Nº 30/16

. PORTARIA/INDAPREV Nº 30/16

. De 17 de junho de 2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade à OSVALDO ERNESTO GRUBER

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial - INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Voluntária por Idade, a partir de 01 de julho de 2016, ao servidor Osvaldo Ernesto Gruber, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 40 §1º, III, "b", da Constituição Federal.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2016.

Indaial/SC em 17 de junho de 2016.

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

Iomerê

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PUBLICA PARA DISCUSSAO E EXPLANAÇÃO DE PROJETO PARA EXPANSAO DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE IOMERÊ

O MUNICIPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua Joao Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em atenção às disposições legais que regulamentam a matéria, CONVOCA a população do município, e todos os demais interessados, para AUDIÊNCIA PUBLICA destinada à explanação e discussão de projeto de ampliação do perímetro urbano do município de Iomerê, a ser realizada no dia 11 de julho de 2016, às 8:00 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Iomerê, na Rua João Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC.

Iomerê, 23 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2016

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2016

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA OGUE CARVALHO - ACEOC.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Iomerê, 23 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 32/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 32/2016 para serviços elétricos. A abertura das propostas se dará no dia 07/07/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 23 de junho de 2016.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

006º ATO CONVOCATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA SELEÇÃO POR NÍVEL DE TITULAÇÃO

1. De acordo com o edital 43/2016 de 17 de fevereiro de 2016, estamos convocando para o 006º Ato Convocatório para contratação temporária seleção por nível de titulação, candidatos interessados em assumir cargo/função segundo vaga descrita no quadro a seguir para a disciplina e área correlata por ter sido esgotada as chamadas do Processo Seletivo 001/2015 Edital nº 30/2015.

2. Quadro de Vagas

Cargo/Função	Cronograma de Horário
Professor de Língua Estrangeira Inglês 20 horas semanais.	14 horas

3.

Os interessados em assumir a vaga oferecida neste dia, devem comparecer a Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves, 220 – Ipumirim/SC Segunda - feira (27/06/2016), de acordo com o cronograma de horário especificado acima, obrigatoriamente munido de documentos descritos no edital 43/2016 de 17 de fevereiro de 2016.

Ipumirim/SC, 23 de junho de 2016.

VALDIR ZANELLA

PREFEITO

PORTARIA Nº. 213/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .
CONTRATA

MARCIA BENVENUTTI, sob a Matrícula 2559-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.163.228 e do CPF 026.736.319-25, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 23/06/2016 até o término do afastamento da professora titular.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 23/06/2016.

Ipumirim - SC, 23 de junho de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 214/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSANE LAZZAROTTO ROSSETTO, Matrícula 2558-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.468.719 e do CPF 945.193.909-15, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 200/2016, a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 22 de junho de 2016.

Ipumirim - SC, 23 de junho de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 215/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JUCELIA DA SILVA PREZOTTO, matrícula 2025-7, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/06/2015 a 03/06/2016 e gozo de 23/06/2016 a 22/07/2016 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23/06/2016.

Ipumirim - SC, 23 de junho de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 216/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016.
AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO POR AUXÍLIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providências.

AFASTA POR AUXÍLIO DOENÇA

JOSELAINE RITTA, matrícula 2164, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº. 5.561.262 e CPF sob o nº. 082.384.099-93, residente e domiciliado na Linha Dois Irmãos, no cargo Efetivo de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxílio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de Junho de 2016.

Ipumirim – SC, 23 de Junho de 2016.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Maira Comboski
Auxiliar Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 de 20 de junho de 2016
Dispõe sobre a elaboração do Plano Decenal Dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, no uso de suas atribuições resolve:

ART. 1º - Deliberar para a discussão e elaboração do Plano Decenal Dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

ART. 2º- O referido plano deve ser concluído até a data de 03 de dezembro de 2016.

ART. 3º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim /SC, 20 de Junho de 2016
Cássio Canton
Presidente CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 02/2016 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 02/2016 de 20 de junho de 2016
Dispõe sobre os parâmetros da representação do segmento criança e adolescente à compor a Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e

Adolescentes.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, no uso de suas atribuições resolve:

ART. 1º - Deliberar sobre a representação na Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

ART. 2º- As referidas representações serão através dos Grêmios Estudantis das escolas do município no total de 02 representantes, de crianças e adolescentes do Serviço de Atendimento Integral a Família – PAIF e do Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC e Liberdade Assistida - LA no total de 02 representantes.

ART. 3º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Ipumirim /SC, 20 de Junho de 2016
Cássio Canton
Presidente CMDCA

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3026/2016

DECRETO Nº 3.026/2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no exercício de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Resolução nº 171, de 04 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos Planos Decenais dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração do Plano Municipal; e

CONSIDERANDO que o Plano é uma construção coletiva, e exige definição de uma "comissão intersetorial" que irá elaborá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública e posteriormente a aprovação do CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para a composição da Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Irineópolis, conforme segue:

I. Representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Patrícia Fabiane Fronczak;

II. Representante do Conselho Tutelar:

Andrea Calza Martins;

III. Representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário:

Rosana Márcia Perciak Pereira Piekarczywicz;

IV. Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Daniela Aparecida Fritzen Randig;

V. Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Juliana Nogara do Carmo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Irineópolis - SC, 22 de Junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 33/2016

CONCORRÊNCIA N.º 01/2016

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de agosto de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência, com critério de adjudicação MELHOR TÉCNICA de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a "A OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS, DE 08 PONTOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - SERVIÇOS DE TÁXI, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.834/2015 DE 27 DE MARÇO DE 2015". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111 e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 23 de junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 34/2016

TOMADA DE PREÇOS N.º 16/2016

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 12 de Julho de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando "AQUISIÇÃO DE UM MOTOR COMPLETO, NOVO, PARA O VEÍCULO MARCA RENAULT, MODELO MASTER GRAND VITRE L2H2, FAB/MOD:2014/2015, COMBUSTIVEL DIESEL, SENDO AS PEÇAS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS DE 1ª LINHA/LINHA DE MONTAGE, INCLUINDO MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM DO MOTOR". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111 e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 23 de junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2016, PREGÃO PRESENCIAL 028/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 08 de julho de 2016, para aquisição de dois conjuntos de academias ao ar livre. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 08 de julho de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 23 de junho de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapema

PREFEITURA

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE EMPRESA: S.I COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO S DE INFORMÁTICA EIRELI DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Empresa: S.I COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO S DE INFORMÁTICA EIRELI

O Município de Itapema, pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Avenida Nereu Ramos nº134, Bairro Centro, inscrita no CNPJ 82.572.207/0001-03, neste ato representado pelo Diretor de Compras e Licitações, Sr. Everaldo Darós, serve da presente para DECLARAR a empresa S.I COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO S DE INFORMÁTICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 08.764.020/0001-40, INIDÔNEA e IMPEDIDA DO DIREITO DE LICITAR com o Município de Itapema pelo período de 2(dois) anos, sendo a mesma penalidade extensiva a sócia Sra. MARIA ANA ROSA DE JESUS, brasileira, divorciada, cozinheira, portadora da cédula de identidade nº 17.949.834-4, SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.020.778-30, nascida em 6 de agosto de 1961, residente e domiciliada na Rua Rio Grande do Norte nº 54, Bairro Universitário – Cep 88.200.000, Município de Tijucas - SC, e a qualquer empresa que a mesma figure como sócia.

Itapema, 21 de Junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇO 06/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 12/07/2016 às 09h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:30min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Setor de Protocolo Oficial do Município, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 06/2016 – Processo nº 48/2016, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE 36 (TRINTA E SEIS) CARNEIRAS (GAVETAS), E 36 (TRINTA E SEIS) OSSÁRIOS, TOTALIZANDO 38,25 M2, NO CEMITÉRIO DA JACA, LOCALIZADO NA ESTRADA COSTA DO ENCANTO, LOCALIDADE DE JAGUARUNA CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 13,24 (treze reais e vinte e quatro centavos). O horário disponível para retirada é das 08h às 14h.

Itapoá, 23 de junho de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2016 DO EDITAL Nº 012/2016

TERMO DE CONVOCAÇÃO 001/2016 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 012/2016

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Marilete Caye para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto 3/4 recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);

14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 23 de Junho de 2016

Alessandra Silveira Oliveira
Secretária da Assistência Social Itapoá

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 022/2016 PARA PROFESSORES ACT

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 22/2016 – Professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT)

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) de vagas vinculadas para o ano de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) para complementação do quadro de Professores e Especialistas, para atuarem nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 28/06/2016 a 31/10/2016.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para serem contratados, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais da Rede Municipal de Ensino de Itapoá;
- 1.2 Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/2001 nos anexos II e III e a Lei 384/2012;
- 1.3 As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação.
- 1.4 Retribuição Mensal para habilitado: R\$ 2.396,17 (dois mil trezentos e noventa e seis reais e dezessete centavos), para 40 horas;
- 1.5 Retribuição Mensal para estudante: R\$ 1.437,69 (Um mil quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e nove centavos), para 40 horas;
- 1.6 Retribuição Mensal Nível Médio: R\$ 1.317,87 (Um mil e trezentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos), para 40 horas;
- 1.7 O contratado fará jus:
 - ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência;
 - a auxílio alimentação no valor de R\$ 330,00;
 - a férias e 13º salários proporcionais;

1.8 A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social,

ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001, 155/2003, 384/2012 e 044/2014.

1.9 Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 28 de junho de 2016.

Local: Secretaria Municipal de Educação, Rua Nossa Senhora Perpétuo Socorro, Nº1590, nº 430, Itapoá.

3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1 Para realização da inscrição serão necessários os documentos abaixo especificados, entregues em envelope identificado, contendo todos os documentos solicitados, juntamente com a ficha de inscrição.

3.2 Documentos Obrigatórios:

a. Cédula de identidade e CPF;
b. Diploma e histórico do Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído o curso superior na área a mais de 180 (cento e oitenta) dias (cópia autenticada);
c. Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído curso na área até 180 (cento e oitenta) dias (cópia autenticada);
d. Para não habilitados, declaração da instituição de ensino em que conste a área ou disciplina e ano, semestre ou período, que esteja cursando, emitida com no máximo 30 dias de antecedência da data de inscrição (original).
e. Curriculum Vitae

3.3 Documentos Opcionais:

a. Declaração de assiduidade expedida por órgãos oficiais de Recursos Humanos (original ou cópia autenticada);
b. Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização (cópia autenticada).
c. Atestado de Tempo de Serviço na área de atuação (original ou cópia autenticada).
d. Certidão de nascimento de filhos (para desempate).

3.4 A falta de qualquer das informações citadas nos itens 3.2 implicará na nulidade da inscrição;

3.5 Os cursos de especialização serão computados como horas de curso, independente do ano de conclusão, exceto o utilizado como habilitação;

3.6 Não serão computados os Cursos de aperfeiçoamento anteriores ao ano de 2011 e nem com carga horária inferior a 20 horas.

3.7 O atestado de tempo de serviço deverá ser original ou cópia autenticada, constando obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato;

3.7.1 A falta de qualquer informação relacionada no item 3.7 implicará na desconsideração do documento apresentado;

3.8 O Atestado de tempo de serviço no magistério, expresso em

anos, meses e dias deverá ser expedido pelos órgãos competentes, não sendo computado tempo de serviço paralelo;

3.8.1 São considerados órgãos competentes:

- Departamento de Recursos Humanos do Município, quando se tratar de magistério público municipal;
- Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual;
- Secretaria de Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público de outros estados;
- Setor de recursos humanos do órgão federal ou de unidade escolar, quando se tratar de magistério público Federal ou Particular, respectivamente;

3.9 O atestado de tempo de serviço para professores já aposentados contará a partir da data de homologação da aposentadoria, não sendo considerado o período de trabalho anterior à aposentadoria;

4. CLASSIFICAÇÃO:

Quadro de Vagas

- 1 (uma) Professor de Português 30 horas 28/06/2016 a 20/07/2016
- 1 (uma) Supervisor Escolar 40 horas 01/07/2016 a 31/10/2016

4.1 A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos apresentados e os critérios estabelecidos para cada área no seguinte nível:

4.2 A classificação para Habilitados ocorrerá da seguinte forma:

- Habilitação de licenciatura plena na área que pretende atuar;
- Maior tempo de serviço no magistério;
- Maior número de horas de cursos de aperfeiçoamento na área em que pretende atuar;

4.3 A classificação para candidatos Não Habilitados ocorrerá da seguinte forma:

- estudante da área em que pretende atuar, sendo que a classificação dos graduandos dar-se-á pela proporção em porcentagem entre os semestres já cursados e o total de semestres do curso;
- maior tempo de serviço no magistério;
- maior número de horas de cursos de aperfeiçoamento na área em que pretender atuar;

4.4 Não caberá ao candidato classificado a escolha de vagas, ficando a critério da equipe da Secretaria de Educação a distribuição das mesmas.

4.5 A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço ou curso;
- para cada mês de tempo de serviço no magistério computar-se-á 01(um) ponto;
- para cada 20 (vinte) horas de curso de aperfeiçoamento frequentado na área que pretende atuar computar-se-á 01 (um) ponto.

5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 Para os classificados:

- Maior número de dependentes.
- Maior idade.

6. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A listagem classificatória será afixada na Secretaria Municipal

de Educação no dia 29 de Junho, a partir das 9h00min.

7. DAS VAGAS EM GERAL

7.1 Os candidatos não habilitados serão chamados após o término da classificação dos habilitados;

7.2 Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

7.3 Ao candidato que se inscrever em mais de uma área, após assumir uma das vagas com 10, 20 ou 30 horas semanais, poderá assumir outra vaga de sua classificação, desde que haja compatibilidade de cargo, carga horária, regime de trabalho e turno de funcionamento das escolas.

7.4 Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não havendo candidato classificado no processo seletivo a admissão ocorrerá por novo edital publicado pela Secretaria de Educação.

7.5 O candidato graduando (estudante) ao desistir da frequência na graduação terá o seu contrato interrompido e perderá todos os direitos sobre a vaga, podendo, contudo ter o contrato mantido de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

7.6 Os candidatos que participarem e forem classificados do processo seletivo na disciplina que não houver momentaneamente disponibilidade de vagas, aguardarão a consequente abertura das vagas, e o respectivo chamamento na época própria.

8 – CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

8.1 No ato da admissão o candidato deverá apresentar, em um prazo de 5 (cinco) dias úteis, cópia dos documentos abaixo relacionados ao setor de Recursos Humanos:

a)	Foto 3x4 (uma);
b)	Cédula de identidade (RG);
c)	CPF e certidão de regularização do CPF;
d)	Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (emitido no site do TRE);
e)	Comprovante de quitação com as obrigações militares;
f)	Carteira de Trabalho e nº do PIS;
g)	Número do PIS / PASEP;
h)	Certidão de nascimento ou casamento;
i)	Comprovante de residência;
j)	Certidão de nascimento dos filhos;
k)	Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
l)	Declaração de IRRF (imposto de renda);
m)	Declaração de bens (fornecido pelo RH);
n)	Declaração de dependentes;
o)	Declaração de não ter sofrido Processo Disciplinar (fornecido pelo RH);
p)	Declaração de dependentes para imposto de renda (fornecido pelo RH);
q)	Certidão negativa de antecedentes criminais federal e municipal, atual (original);
r)	Tipagem sanguínea;
s)	Laudo Médico;
t)	Comprovante de escolaridade (Diploma, certificado e histórico escolar, declaração de estudante ou histórico de ensino médio);
u)	Demais documentos solicitados pelo setor de RH.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1 – A ficha de inscrição para preenchimento, ficará disponível na Secretaria Municipal de Educação, na Rua 1590, 430, Centro, em Itapoá e no Site da Prefeitura Municipal de Itapoá (<http://www.itapoa.sc.gov.br>).

9.2 – O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

9.3 – O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pela mesma.

9.4 – O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

9.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 23 de junho de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

FICHA DE INSCRIÇÃO Edital 22/ACTs – 2016
PROTOCOLO N.º _____/2016

Nome: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Email: _____

Formação Profissional: _____
Rua: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Telefone residencial: _____
Celular: _____

Área de Inscrição: _____

Nº	Documentos Apresentados:	Assinalar com x
1	Cédula de identidade e CPF;	
2	Diploma e histórico do Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído o curso superior na área a mais de 180 (cento e oitenta) dias;	
3	Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído curso na área até 180 (cento e oitenta) dias;	
4	Para não habilitados, declaração da instituição de ensino em que conste a área ou disciplina e ano, semestre ou período, que esteja cursando, emitida com no máximo 30 dias de antecedência da data de inscrição (original).	
5	Curriculum Vitae	
6	Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização	
7	Atestado de Tempo de Serviço na área de atuação	
8	Certidão de nascimento de filhos (para desempate).	

_____/Itapoá, ____/06/2016
(Assinatura do candidato)

COMPROVANTE DE PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO:
Edital nº 22 - Protocolo nº _____2016

Nome: _____
Área de Inscrição: _____

_____/Itapoá, ____/ /2016
(Assinatura SME)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 117/2016 DO EDITAL N° 046/2015
TERMO CONVOCAÇÃO N° 117/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretária de Educação no dia 28/06/2016, às 9h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
14	40	Português	Maria Anita Kuboski Mundel	04/06/2016	20/07/2016

Itapoá, 23 de junho de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 555, de 20 de junho de 2016

DECRETO Nº 555, de 20 de junho de 2016

“Institui e nomeia membros para compor a equipe técnica do Fórum Permanente de Educação e Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação”.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 2.389, de 07 de março de 2012,

DECRETA

Art. 1º - Nomeia os membros para compor à Equipe Técnica do Fórum Permanente de Educação e a Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação da Educação, que será composta por membros titulares e seus respectivos suplentes.

I - Coordenação da Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação;

Titular : Clei Giovani Souza

Suplente: Márcia Schmidt Fernandes

a) Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação;

Adriana Momm Fernandes,

Carícia Bilk Vieira

Janaina Schafer

Luciane Borba Voight

Rosires Weber Eyng

Maria Elena Goulart Sebold

Maria Fernanda Nienkotter Muller

Pâmela Medeiros

Art. 2º Comissão Permanente do Processo de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I - Um representante da Secretaria da Administração;

Titular: Maria Angélica Nienkötter Müller

Suplente: Anelore Strube Lima

II- Um representante da Gerência Regional de Educação Estadual;

Titular: Cassiane Laurindo Garcia

Suplente: Maria Etelvina Zen Santana

III - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais;

Titular: Marceli Errardth Westphal

Suplente: Ana Paula Marian Abreu

Titular: Eliza Goedert Mees

Suplente: Rita de Cássia Jacomelli Luchtenberg

Titular: Jane Maria Petri

Suplente: Marise Wulff da Silva

Titular: Suzete Helena Thiesen Fernandes

Suplente: Bernadete Moraes

Titular: Rosany Maciel

Suplente: Sidney Hammers

Titular: Patrícia Heurer Voltz

Suplente: Greici Kelli May

Titular: Elizabete de Sousa Muniz

Suplente: Janete Borges dos Santos

Titular: Paulo Roberto Ribeiro

Suplente: Maria Marize Kammers Bosio

Titular: Fernanda Marian

Suplente: Gisele Popenga Francener

Titular: Juliana Godinho Demarchi

Suplente: Neudeti Marta Schafer Medeiros

Titular: Sandra Minelli May

Suplente: Maria Jovelina Knoll

Titular: Vale Regina Claudino

Suplente: Sabrina Hinckel

Titular: Márcia Aparecida Melcher

Suplente: Nilva Irene Finta

IV- Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

Titular: Sônia Amâncio Martins

Suplente: Silvana Montibeller da Cruz

V- Dois representantes dos pais de alunos das Escolas Públicas Municipais;

Titular : Andréia Coelho Broering

Titular: Keli Ponte Maldaner

Titular : Josiane Cristina Weber

Suplente: Luciléia Eger Vavassori

VI - Um representante do FUNDEB;

Titular: Katiuscia Kammer

Suplente: Valdecir Moretti

VII- Seis representantes dos professores da Rede Municipal;

Titular: Claudinéia Montibeller

Suplente: Carmelita Dal Pont

Titular: Angelita Mees Frutuoso

Suplente: Maristela Mees Rosa

Titular: Helena de Moraes Sens

Suplente: Sandra Regina de Souza Tomazoni

Titular: Mario Errath

Suplente: Rita de Cássia Souza Pereira

Titular: Cleonice Nogueira

Suplente: Anita Terezinha da Silva

Titular: Adriana Espindola

Suplente : Bernardina Garcia Rengel

VIII - Quatro representantes dos professores da Rede Estadual;

Titular: Valmor Krieger

Titular: Maria Rosmeri Damann

Titular: Muriel Clasen dos Santos Eyng
Titular: Rosi Martendal

IX- Um representante dos Diretores das Escolas Particulares;
Titular: Janete Schmitz
Suplente: Valéria Borba

X - Um representante da Secretaria de Assistência social;
Titular: Ana Lúcia Alves Vieira
Suplente: Alessandra Hoffmann Moratelli

XI - Representantes das Entidades Religiosas;
a) Um representante da Paróquia Santo Estevão:
Titular: Maria Hilda Sens
Suplente: Afonso Eduardo Borba

b) Um representante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil;
Titular: Pastor Valdecir Patzlaff
Suplente: Pastor Oscar Elias Jans

c) Um representante da Igreja Evangélica Assembléia de Deus
Titular: Pastor Adão Luiz da Silva
Suplente: Édio Daniel Fernandes

XII- Um representante da Secretaria Municipal da Saúde;
Titular: Aglais Moraes
Suplente: Luis Carlos Suzzena

XIII- Um representante do Conselho Tutelar;
Titular: Janete Fernandes
Suplente: Corina Ludvig Steinbach

XIV- Um representante da Educação Especial da Rede Municipal;
Titular: Andréia Doose Vieira
Suplente: Ester Aparecida Alves Klaumann

XV- Um representante de Instituição de Ensino Superior;

a) UNIDAVI
Titular: Jaison Rosa
Suplente: Luciana Hoffmann
b) CLICK SOLUÇÕES
Titular: Jeancarlo Souza
Suplente: Iraci Hames Souza

c) UNICESUMAR
Titular: Lucimara Longem
Suplente: Maria Etelvina Zen Sant'Ana

XVI- Um representante do Conselho Municipal de Educação;
Titular: Marli Melcher Rosa
Suplente: Isaurea Martini dos Santos

XVII- Um representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Titular: Dulce Maria Franciozi
Suplente: Elionar Claudia Petris

XVIII- Um representante do Departamento de Cultura;
Titular: Maria de Lourdes Theiss Vieira
Suplente: Sandra Terezinha Ferreira Melo

XIX- Um representante do Conselho da Comunidade;
Titular: Norberto Sens
Suplente: Moacir Cordeiro

XX- Um representante da 3ª Idade;
Titular: Gilmar Francisco Zanotto

Suplente: Nelson Bennerdt

XXI – Um representante do Conselho Antidrogas;
Titular: Patrícia Velasco Cezar
Suplente: Vanessa Conceição Peruzzo

XXII - Representantes da Organização Consciência Negra Idalina.
Titular: Maria Aparecida Nogueira
Suplente: Izabel Aparecida dos Santos Costa

Art. 3º - Compete a Equipe Técnica do PME- Plano Municipal de Educação:

I – Coordenar o processo de monitoramento, avaliação, revisão e emendas do PME;

II – Orientar os professores Públicos e a iniciativa privada na realização dos objetivos e emendas do PME;

III – Empenhar-se na mobilização e divulgação do PME;

IV – Planejar e coordenar a realização do PME, bem como divulgar as suas deliberações;

V – Oferecer suporte técnico às escolas e entidades educacionais para revisão do PME;

Art. 4º - Compete a Comissão Permanente do PME- Plano Municipal de Educação:

I- Discutir, monitorar, avaliar e revisar o PME.

Art. 5º - A Equipe Técnica e a Comissão Permanente do Plano Municipal de Educação - PME, não serão remunerados, sendo seu trabalho pautado no entendimento de Gestão democrático.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 20 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

DECRETO Nº 558, de 23 de junho de 2016

DECRETO Nº 558, de 23 de junho de 2016

“PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVER VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA”.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferido pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com que dispõe o artigo 11 da Lei complementar 020, de 17 de dezembro de 2008, concernente aos Editais nº 01/2014, nº 02/2014 e nº 03/2014, do Concurso Público nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado, até o dia 23 de junho de 2018, a validade dos Editais nº.01/2014, nº.02/2014 e nº.03/2014 do Concurso Público 001/2014, destinado a prover vagas no Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único – Até a data de que trata o “caput” deste artigo, serão aproveitados os candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação contida no DECRETO Nº 275, de 26 de junho de 2014, que homologou o resultado final do referido Concurso Público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 23 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ANEXOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2016

ANEXOS I e II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2016

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de mapas no Diário Oficial do Município, os anexos da Lei Complementar nº 173/2016 encontram-se disponíveis no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=17143>

DECRETO Nº 10.924/2016

D E C R E T O Nº 10.924/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 397.479,00 (Trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente das Secretarias Municipais da Administração (Sema); do Urbanismo (Semur); e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.812.10001.053 - Implantação e modernização da pista de atletismo

4.4.00 - INVESTIMENTOS

05.04.368 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 340.228,97

05.04.367 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 13.668,53

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.244.08512.810 - Manutenção das atividades dos Centros de

Referência da Assistência Social - CRAS

4.4.00 - INVESTIMENTOS

16.01.23 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.581,50

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.122.03002.251 - Pagamento de despesas fixas - Trânsito (água,

energia elétrica, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.366 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 397.479,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), proveniente de recursos vinculados ao FEAS - Proteção Social Básica - Investimento, no valor de R\$ 28.581,50 (Vinte e oito mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos); do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Convênio Radiopatrulha - PM, no valor de 15.000,00 (Quinze mil reais); ao Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Público - CAM, no valor de R\$

13.668,53 (Treze mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos); e ao Convênio Ministério do Transporte - 1001 - 450 - 021 / Pista Atletismo, no valor de R\$ 340.228,97 (Trezentos e quarenta mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.925/2016

D E C R E T O Nº 10.925/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 27.845,53 (Vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS); e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.650 - Manutenção dos serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.2 3.3.71 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.210,40

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.244.08512.810 - Manutenção das atividades dos Centros de

Referência da Assistência Social - CRAS

4.4.00 - INVESTIMENTOS

16.01.23 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 25.119,50

16.01.08.244.08522.812 - Manutenção das atividades dos Centros de

Referência Especializados da Assistência Social

4.4.00 - INVESTIMENTOS

16.01.61 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 515,63

TOTAL R\$ 27.845,53

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS); e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.650 - Manutenção dos serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.1 3.1.71 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 2.210,40

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

16.01.08.244.08512.810 - Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.22 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 25.119,50

16.01.08.244.08522.812 - Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.52 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 515,63

TOTAL R\$ 27.845,53

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2016**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois das tentativas de ciência por meio de notificação pessoal e via remessa postal resultarem infrutíferas, notifica os contribuintes abaixo citados, do Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional – Opção Janeiro de 2016 conforme previsto no art. 14 da Resolução CGSN nº 94/2011 e cuja data de expedição ocorreu em 17/02/2016, por estarem incursas na seguintes situações que impedem a sua permanência neste regime:

MOTIVOS DA EXCLUSÃO

- 1) Falta de inscrição no município cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016;
- 2) Débito com o município, cuja exigibilidade não esteve e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016;
- 3) Irregularidade no cadastro fiscal municipal cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016, sendo que as irregularidade(s) constatada(s) está (ão) relacionado(s) ao(s) dados cadastrais registrados na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) e que constam divergentes em relação ao que consta no cadastro fiscal municipal.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 1) Falta de inscrição no município: Inciso XVI, do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006 incluído pela Lei Complementar nº 139/2011 e Inciso XXVI, do art. 15 da Resolução CGSN nº 94/2011;
- 2) Débito com o município: Inciso V, do art. 17, da Lei Complementar nº 123/2006 e Inciso XV, do art. 15 da Resolução CGSN nº 94/2011;
- 3) Inciso XVI, do art. 17 da Lei Complementar 123/2006 incluído pela Lei Complementar 39/2011 e Inciso XXVI, do art. 15 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O contribuinte poderá interpor recurso contra o indeferimento da opção pelo Simples Nacional em grau de primeira instância administrativa perante a Unidade de Julgamento Singular, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 71/2007. A impugnação se submeterá ao rito processual administrativo definido na legislação do Município, conforme determina o art. 109, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

Jaraguá do Sul, 24/06/2016

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributarista

Matrícula 7089-1

Nº Termo	CNPJ	Contribuinte	Motivo(s) do Indeferimento
05/2016	00.764.675/0001-07	Studioshop Ltda ME	Falta de inscrição no município cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
09/2016	01.520.357/0001-63	Palui Têxtil Ltda ME	Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016

24/2016	05.315.011/0001-84	M.G.A. Calçados Ltda	Irregularidade no cadastro fiscal municipal cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016, sendo que as irregularidade(s) constatada(s) está (ão) relacionado(s) ao(s) dados cadastrais registrados na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) e que constam divergentes em relação ao que consta no cadastro fiscal municipal Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
44/2016	08.638.153/0001-70	Ataide Peres Camacho ME	Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
58/2016	11.252.944/0001-72	Paulo Giovanni Nunes ME	Irregularidade no cadastro fiscal municipal cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016, sendo que as irregularidade(s) constatada(s) está (ão) relacionado(s) ao(s) dados cadastrais registrados na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) e que constam divergentes em relação ao que consta no cadastro fiscal municipal Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
66/2016	12.701.696/0001-62	Daiane Jagiello ME	Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
73/2016	14.125.861/0001-00	Elisângela Cristina Caetano ME	Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
75/2016	14.380.676/0001-62	Antônia de Fátima Lima ME	Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
79/2016	16.748.432/0001-15	Alex Xavier Pereira ME	Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
80/2016	17.058.837/0001-94	Veloz Cargas Urgentes Ltda ME	Irregularidade no cadastro fiscal municipal cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016, sendo que as irregularidade(s) constatada(s) está (ão) relacionado(s) ao(s) dados cadastrais registrados na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) e que constam divergentes em relação ao que consta no cadastro fiscal municipal Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
94/2016	78.261.062/0001-44	Jaraguá Distribuidora Ltda ME	Irregularidade no cadastro fiscal municipal cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016, sendo que as irregularidade(s) constatada(s) está (ão) relacionado(s) ao(s) dados cadastrais registrados na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) e que constam divergentes em relação ao que consta no cadastro fiscal municipal Débito com o município, cuja exigibilidade não está suspensa e cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016
98/2016	80.491.509/0001-13	Supermercado Rio da Luz Ltda ME	Irregularidade no cadastro fiscal municipal cuja situação não foi regularizada até 29/01/2016, sendo que as irregularidade(s) constatada(s) está (ão) relacionado(s) ao(s) dados cadastrais registrados na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) e que constam divergentes em relação ao que consta no cadastro fiscal municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2016

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 34/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Via Verde – Trecho 2 (Samae Ilha da Figueira até à ponte do Centenário), com extensão de 1.222,28m (hum mil duzentos e vinte e dois vírgula vinte e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 910.168,04 (novecentos e dez mil, cento e sessenta e oito reais e quatro centavos), referentes à mão de obra e R\$ 2.123.725,42 (dois milhões cento e vinte e três mil setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos), referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 3.033.893,46 (três

milhões trinta e três mil oitocentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos).

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e para com o FGTS, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, ambos da Lei n. 8.666/1993, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - As despesas do objeto desta licitação correrão por conta dos seguintes recursos orçamentários dos exercícios de 2016 e 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação de vias	4.4.90 – Aplicações Diretas	339	Conv.Min.Cidades-Pavim.Via Verde Cont. Rep824590/2
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação de vias	4.4.90 – Aplicações Diretas	340	Contrap.Conv.Min.Cidades-Pavim.Via Verde Cont.Rep824590/2
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação de vias	4.4.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	Contrap.Conv.Min.Cidades-Pavim.Via Verde Cont. Rep824590/2

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Jaime Barbosa Soares Filho.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE OCUPAÇÃO PROVISÓRIA – 56.026/2016

SECRETARIA DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE JARAGUÁ DO SUL – FROHAB

EXTRATO DO TERMO DE OCUPAÇÃO PROVISÓRIA – 56.026/2016

TERMO DE OCUPAÇÃO PROVISÓRIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL – FROHAB, E A Sra. ELIANE DOS SANTOS E O Sr. GILSON APARECIDO ELISBÃO.

OBJETO: a ocupação provisória, em caráter precário, de 01 (uma) casa popular, com área total de 39,41m², situada à Rua 887-Domingos Anacleto Garcia, bairro Três Rios do Norte, nesta cidade, constante do lote nº 76, do loteamento que se denominará "Loteamento Harmonia", integrante do patrimônio público municipal, à Eliane dos Santos e Gilson Aparecido Elisbão. PREÇO: A ocupação dar-se-á pelo valor de R\$ 171,38 (cento e setenta e um reais e trinta e oito centavos) mensais, reajustado semestralmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro que venha a substituí-lo. PRAZO: Até a celebração do Contrato de Promessa de Compra e Venda, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no Jornal do Município. DATA DA ASSINATURA: 17/06/2016. FORO: Comarca de Jaraguá do Sul. SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Eliane dos Santos e Gilson Aparecido Elisbão.

DIETER JANSSEN
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2016

Altera os Anexos III e IV, da Lei Complementar Municipal Nº 171/2016, de 24 de Março de 2016, que Regulamenta o Macrozoneamento Municipal, Parte Integrante do Plano Diretor de Organização Físico-territorial de Jaraguá do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º Fica alterado o Anexo III, da Lei Complementar Municipal Nº 171/2016, de 24/03/2016, representado pelo Mapa de Macrozonas e Setores Especiais do Município de Jaraguá do Sul, que passa a vigorar de acordo com o Anexo I desta Lei Complementar.

Art.2º Fica alterado o Anexo IV, da Lei Complementar Municipal Nº 171/2016, de 24/03/2016, que se refere a Descrição dos Limites das Macrozonas e dos Setores Especiais do Município de Jaraguá do Sul, que passa a vigorar de acordo com o Anexo II desta Lei Complementar.

Art.3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

RONALDO DE LIMA
Presidente da Fundação Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o
Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul

PORTARIA Nº 522/2016

PORTARIANº 522/2016

Designa Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 019/2016/Controle Social, de 22/06/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR DALVA REGINA PEREIRA, como conselheira titular, e ELISA DAMANN CARVALHO, como conselheira suplente, para representarem a Associação de Clubes de Mães de Jaraguá do Sul, em substituição a Associação de Moradores do Bairro Estrada Nova, na qualidade de Representantes da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art.2º DESIGNAR CRISTIANE HIENDLMAYER, como conselheira titular, e FLÁVIA RAFAELA RAMOS, como conselheira suplente, para representarem a Ong Sol Grupo de Solidariedade, em substituição a Associação de Moradores do Bairro Jaraguá 84, na qualidade de Representantes da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 12/02/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 523/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--

PORTARIANº 523/2016 - de 22/06/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora VERA MARIA LEITIS.

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

RESOLUÇÃO Nº 045/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 045/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 11951/2016 – Cadastro: 2.927, consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente, Valério Vasel, do imóvel situado na rua 129 – Frederico Curt Alberto Vasel, 82 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 18 de maio de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações de madeira do ano de 1975, averbada na MI 17.012, e cadastro 2.927 a de madeira com 95,20 m² e a de alvenaria não averbada com 56,70 m² não são de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

CONSIDERANDO que as edificações não se localizam em área que venha a interferir diretamente na visibilidade de algum patrimônio cultural edificado na vizinhança.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão de viabilidade para construção solicitado e também concedendo anuência para o alvará de demolição das referidas edificações, concordando com o Parecer nº 044/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 211/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de maio de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 046/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 046/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 4369/2016 – cadastro: 1.281, alvará de ampliação e reforma, tendo como requerente, Maria Alice Marangoni Zierth, do imóvel situado na rua 19 – Reinoldo Rau, 757 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 18 de maio de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de alvenaria do ano de 1976, averbada na MI 21.658, com 120,73 m² não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão alvará de ampliação e reforma, concordando com o Parecer nº 046/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 213/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de maio de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 047/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 047/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 11688/2016 – cadastro: 11.837, alvará de demolição, tendo como requerente, Ademir Nichelatti, do imóvel situado na rua 206 – João Carlos Stein esquina com a Rua 337 – Mathias José Martins, 636 – bairro: Jaraguá Esquerdo – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 18 de maio de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira do ano de 1961, averbada na MI 10.686, com 59,00 m² não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 045/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 218/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de maio de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 048/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 048/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 6099/2016 – Cadastro: 31.621, Outros requerimentos (pedido de Tombamento voluntário), tendo como requerente, Hilbert Ruediger, do imóvel situado na rua 206 – João Carlos Stein esquina com a Rua 503 – Horácio Rubini, nº 3306 – bairro: Rio Cerro I – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 18 de maio de 2016.

CONSIDERANDO a análise da edificação de alvenaria, constante da M.I. 8.934, verificou-se que a mesma é do ano de 1935, e é de interesse de preservação como bem cultural edificado.

CONSIDERANDO que a edificação encontra-se no entorno de bem tombado, formando um conjunto edificado, e está enquadrada dentro da Lei Municipal 1854/94.

CONSIDERANDO que a técnica construtiva da edificação possui características de influência da imigração alemã.

CONSIDERANDO que a edificação além do valor arquitetônico, está localizada na Rota da Imigração Alemã, pertencente aos Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina, o qual é fruto de uma parceria entre a Fundação Catarinense de Cultura – FCC e o IPHAN. CONSIDERANDO o pedido de tombamento voluntário a nível Municipal da referida edificação feita por seu proprietário.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao Tombamento Municipal, concordando com o Parecer nº 043/2015/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo nº 217/2014/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul, e=. acrescenta o nível de preservação em NP1 A, de forma a preservar as pinturas internas da edificação.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de maio de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 050/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 050/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 12082/2016 – Cadastro: 6.924, Alvará de ampliação e reforma, tendo como requerente, GFV Participações Ltda, do imóvel situado na rua 155 – Motoristas de 1936, 1936 – bairro: Czerniewicz – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a referida edificação de alvenaria com área de 240,00 m² constante da MI 25.006, foi considerada como Patrimônio Cultural Edificado através da Resolução nº 038/2014/COMPHAAN/JS.

CONSIDERANDO que o projeto de ampliação e reforma apresentado

caracterizado pelo conjunto de plantas e documentação técnica da intervenção, foram satisfatoriamente atendidos, respeitando as características arquitetônicas da edificação.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao alvará de ampliação e reforma, concordando com o Parecer nº 057/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o Parecer Administrativo nº 251/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul, que aprovaram o projeto apresentado.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 051/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 051/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 33276/2015 – Cadastro: 7.305, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente, Argentina Anverze dos Santos, do imóvel situado na rua 1 – Avenida Getúlio Vargas, nº 630 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a referida edificação de alvenaria do ano de 1956, com área de 212,43 m², constante da MI 23.783, encontra-se no Eixo Histórico 3, Av. Getúlio Vargas, abrangida por influência de edificações tombadas.

CONSIDERANDO que o sobrado conforme plantas originais, foi construído concebendo áreas comercial e residencial à época chamada “Casa Gonzaga”, e retrata o início do comércio local no entorno da Estação Ferroviária de Jaraguá do Sul.

CONSIDERANDO que a edificação forma um conjunto com as edificações tombadas no seu entorno, formando uma ambiência.

RESOLVE:

Art. 1º – Que não é favorável à consulta de viabilidade para construção concordando com o Parecer nº 047/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o parecer Administrativo nº 259/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul e acrescenta:

a) A indicação da edificação para tombamento Municipal a Nível de Preservação – NP 2.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 052/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 052/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 13968/2016 – Cadastro: 49, Alvará de demolição, tendo como requerente, Luciane Klinkoski Stinghen e Emerson J. Stinghen, do imóvel situado na rua 123 – Antônio Francisco Diemonn, nº 239 – bairro: Vila Nova – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que

lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira do ano de 1970, com área de 18,60 m², constante da MI 62.788, não está inventariada no “Projeto de Preservação: Memória e Identidade de Jaraguá do Sul”, e não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 049/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o parecer Administrativo nº 241/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 053/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 053/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 6060/2016 – Cadastro: 49, Alvará de demolição, tendo como requerente, Luciane Klinkoski Stinghen e Emerson J. Stinghen, do imóvel situado na rua 123 – Antônio Francisco Diemonn, nº 239 – bairro: Vila Nova – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira do ano de 1970, com área de 40,00 m², constante da MI 62.788, não está inventariada no “Projeto de Preservação: Memória e Identidade de Jaraguá do Sul”, e não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 048/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o parecer Administrativo nº 240/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 054/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 054/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 5406/2016 – Cadastro: 36.778, Alvará de demolição, tendo como requerente, DJD Imóveis Ltda, do imóvel situado na rua 601 – Manoel Francisco da Costa – bairro: João Pessoa – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação enxaimel do ano de 1930, com área de 106,56 m², constante da MI 29.962, não mais existe, e segundo depoimentos há aproximadamente 10 anos foi demolida. CONSIDERANDO que a Lei nº 1.854/94 de proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, arquitetônico e Natural do Município de Jaraguá do Sul, conforme prevê o Art. 27 – Edificações com mais de 40 anos, típicas ou de valor histórico, não poderão sofrer intervenções de qualquer natureza sem a prévia autorização do COMPHAAN, sendo que a não observância do disposto implicará nas sanções previstas no Art. 15 da presente Lei.

RESOLVE:

Art. 1º – Que não é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 050/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que discorda do parecer Administrativo nº 263/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul. E determina que o processo retorne ao Setor de Patrimônio Histórico Cultural, para que o mesmo solicite imagens e outros registros da edificação, e para que o proprietário esclareça sobre a edificação enxaimel demolida, conforme averbação na MI 29.962.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 055/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 055/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 4468/2016 – Cadastro: 2.190, Alvará de demolição, tendo como requerente, Faustino Fiamoncini e Maria Helena L. Fiamoncini, do imóvel situado na rua 648 – Adão Maba, s/n – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira do ano de 1975, com área de 89,25 m², constante da MI 3.645, não mais existe, não sendo passível de preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 051/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o Parecer Administrativo nº 264/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 056/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 056/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 10198/2016 – Cadastro: 43.891, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente, Osimar Luís Vasel, do imóvel situado na rua 998 – Tercílio Felippi esquina com rua Bertha Weege, nº 4005 – Bairro: Jaraguá 84 – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural,

Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que na MI 48.093 constatou-se a existência de uma casa autoportante e demais benfeitorias, de interesse em preservação conforme a Cientificação de Inventário nº 010/2016.

CONSIDERANDO que na MI 48.093 constatou-se também uma edificação enxaimel e ranchos de madeira que não mais existem, e há uma plantação de aipim no lugar.

CONSIDERANDO que a Lei nº 1.854/94 de proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, arquitetônico e Natural do Município de Jaraguá do Sul, conforme prevê o Art. 27 – Edificações com mais de 40 anos, típicas ou de valor histórico, não poderão sofrer intervenções de qualquer natureza sem a prévia autorização do COMPHAAN, sendo que a não observância do disposto implicará nas sanções previstas no Art. 15 da presente Lei.

RESOLVE:

Art. 1º – Que não é favorável à consulta de viabilidade para construção solicitado, concordando com o Parecer nº 055/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que discorda do parecer Administrativo nº 269/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul. E determina que o processo retorne ao Setor de Patrimônio Histórico Cultural, para que o mesmo solicite imagens e outros registros da edificação, e para que o proprietário esclareça sobre a edificação enxaimel demolida, conforme averbação na MI 48.093.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 057/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 057/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 6153/2016 – Cadastro: 7.070, Alvará de demolição, tendo como requerente, Bruno Glowatzki, do imóvel situado na rua 44 – Presidente Castelo Branco, nº 164 – bairro: Vila Lenzi – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira do ano de 1974, com área de 20,00 m², constante da TI 42.158, não mais existe, existindo um galinheiro no seu lugar, não sendo interesse de preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 052/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o Parecer Administrativo nº 265/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 058/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 058/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 7581/2016 – Cadastro: 32.550, Alvará de demolição, tendo como requerente, Ademir Mathias e Outros, do imóvel situado na rua 851 – Erich Mathias – bairro: Rio Cerro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação enxaimel do ano de 1950, com área de 100,00 m², constante da MI 58.715, não mais existe, e segundo depoimentos foi demolida no ano de 1978, existindo uma casa de alvenaria no seu lugar.

CONSIDERANDO que a Lei nº 1.854/94 de proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, arquitetônico e Natural do Município de Jaraguá do Sul, foi criada posteriormente à época da demolição.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 053/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o Parecer Administrativo nº 266/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 059/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 059/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 27016/2015 – Cadastro: 5.721, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente, Túlio Leithold Simões, do imóvel situado na rua 43 – Padre Alberto Romuald Jakobs – Bairro: Vila Lenzi – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação em alvenaria com área de 115,50 m², do ano de 1972, constante da MI 8.965 não mais existe, e foi construída uma oficina mecânica no seu lugar.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à consulta de viabilidade para construção solicitado, concordando com o Parecer nº 054/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o Parecer Administrativo nº 268/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 060/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 060/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 32802/2015 – Cadastro: 36.603, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente, Metalúrgica Bittencourt e Oliveira, do imóvel situado na rua 601 – Manoel Francisco da Costa, nº 8541 – bairro: João Pessoa – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação em madeira do ano de 1961, constante da MI 11.776, adquirida no mesmo ano era um rancho, e com o passar do tempo foi melhorado e transformado numa casa, osem interesse em preservar como patrimônio histórico cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à consulta de viabilidade para construção solicitado, concordando com o Parecer nº 056/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o Parecer Administrativo nº 270/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul, e inclui a anuência ao alvará de demolição.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 061/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 061/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 28992/2015 – Cadastro: 30.525, Alvará de construção civil industrial em alvenaria, tendo como requerente, Cetenco Engenharia SA, do imóvel situado na rua 604 – Rudolpho Carlos Emílio Lange – Servidão S – 451 – Bairro: João Pessoa – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que o imóvel constante da MI 62.480, se localiza em local de difícil acesso.

CONSIDERANDO que a casa e o rancho de madeira, construídos em 1939, averbados nesta matrícula, não estão inventariados como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao alvará de construção civil industrial em alvenaria solicitado, concordando com o Parecer Administrativo nº 272/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul, e inclui a anuência ao alvará de demolição.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016-FMS**RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016-FMS**

O Pregoeiro Substituto, designado pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 10/2016-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, CAFÉ, AÇÚCAR E ADOÇANTE ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário dos itens R\$
01	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	80	Unid.	BALDE PLÁSTICO 15 Litros – CÓDIGO 8276 - em plástico polipropileno reciclado; com capacidade para 15 (quinze) litros; graduado a cada litro; alça ferro acoplada nas laterais, acondicionado em embalagem apropriada para o produto; rotulo com nº de lote, data de fabricação e procedência.	5,10
02	OTS MULTILAR DISTR. DE ARMARINHOS LTDA EPP	80	Unid.	CESTO P/ LIXO – CÓDIGO 19557 Cesto para Papel Dimensões: 282 x 260 mm Capacidade: 9 litros.	2,40
03	M. MOBILE EIRELI	3.000	Litros	DESINFETANTE FR C/ 1000 ML - CÓDIGO 8321 Composição: categoria básica restrita ao uso puro; princípio ativo dialquil dimetil amônio 100% - 0,50% composição básica monil fenol, etoxilado, óleo de eucalipto, essência; corante e outras substâncias químicas permitidas; composição aromática floral / talco e lavanda , com validade 3 anos; acondicionado em frasco plástico	2,00
04	LICISUL COMERCIAL LTDA	400	Frascos	DESODORIZADOR DE AMBIENTE - CÓDIGO 12507 Composição; alquilbenzeno sulfonado sódio linear, alquil bezeno sulfonato de trietanolamina, lauril éster sulfato de sódio, sulfato de magnésio, edta, formol, corante, perfume e água, contém tensoativo biodegradável, composição aromática não permitidas essências cítricas e capim limão. Apresentação com no mínimo 360ml.	5,58
05	M. MOBILE EIRELI	20	Galões	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO – CÓDIGO 16490 Galão com 05 litros.	16,89
06	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	3.000	Frascos	Detergente Líquido c/ 500ml – CÓDIGO 8322 - Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio. Composição básica: Tensoativos Aniônicos, glicerina, coadjuvante, preservantes, sequestrante, espessante, corante, veículo, tensoativo biodegradável, testado dermatologicamente.	1,26
07	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	200	Unid.	ESCOVA DE UNHA - CÓDIGO 11915 Confeccionada em plástico com cerdas em nylon super macias * Tamanho: 8,5 (c) x 2,8 (l) x 4,0 (a) cm.	1,86
08	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	80	Unid.	ESCOVA OVAL DE MÃO - CÓDIGO 8328 - Base de madeira ou plástico espessura 1,5cm; base medindo (13 x 7)cm; com cerdas em nylon sintético; sem alça; sem cabo; na cor amarela; mínimo de 15 cerdas por tufo.	1,55
09	SULBOX COMERCIAL EIRELI ME	100	Unid.	ESCOVA SANITÁRIA C/SUORTE - CÓDIGO 9829 Sanitária; tipo lavatina (vassourinha); base plástica; base com 4cm de diâmetro; com cerdas em fibra de nylon sintético; com alça, de fixação entre a base e o cabo, não sendo necessário tocar nas cerdas , com sistema abre e fecha no suporte. Cabo de plástico; medindo no mínimo 20 cm (comprimento); mínimo de 15 cerdas por tufo.	4,49
10	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	40	Unid.	ESCOVÃO P/ PISO - 30CM C/ CABO - CÓDIGO 12521 Com cerdas de nylon e base plástica.	5,46

11	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	2.200	Unid.	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA CÓDIGO 12589 Tipo dupla face; medindo 110mm x 75mm x 20mm; com formato retangular; poliuretano e fibra sintética; na cor verde/amarelo.	0,52
12	M. MOBILE EIRELI	350	Unid.	FLANELA COMUM - CÓDIGO 8443 Medindo 30 x 40 cm - 100% algodão; percentual variando (2x3) cm; cor branca	0,90
13	SULBOX COMERCIAL EIRELI ME	300	Galões	HIPOCLORITO DE SÓDIO - CÓDIGO 9180 - Cloro para limpeza; líquida; concentração: cloro ativo 8 a 10%; solúvel em água; acondicionado em galão 05 litros.	12,10
14	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	240	Unid.	Inseticida Veneno Mata Barata – CÓDIGO 12522 - Ingredientes ativos: D'aletrina 0,135%, D-tetrametrina 0,10%, parmetrina 0,10%. Ingredientes inertes para 100%. Frasco com 300ml.	5,40
15	FRUSTRADO	200	Pacotes	LÃ DE AÇO - CÓDIGO 8361 Composto de aço carbono; acondicionado em saco plástico, contendo 8 unidades, com peso líquido de 60g; embalado em papelão reforçado, contendo 14 pacotes (14/8).	FRUSTRADO
16	OTS MULTILAR DISTR. DE ARMARINHOS LTDA EPP	200	Unid.	LIXEIRA 15 LTS C/ TAMPA E PEDAL - CÓDIGO 25220 - Lixeira com pedal e o acionamento da tampa deverá ser de haste plástica. design moderno capacidade 15 litros peso aproximado 0,620 Kg.	17,80
17	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	40	Frascos	LUSTRA MÓVEIS - CÓDIGO 8323 Composição: Silicone, ceras naturais, emulsificantes, seqüestrante, conservante, solvente de petróleo, surfactante aniônico, perfume e água. Embalagem mínima 200ml.	1,60
18	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA	150	Pares	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM G - CÓDIGO 15099 – Amarela, tamanho G - Luvas para limpeza – borracha de látex natural, norma NBR -13393; com superfície externa antiderrapante.	2,09
19	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA	360	Pares	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM M - CÓDIGO 15098 – Amarela, Tamanho M - Luvas para limpeza – borracha de látex natural, norma NBR-13393; com superfície externa antiderrapante.	2,09
20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA	600	Pares	LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM P - CÓDIGO 15097 – Amarela, Tamanho P - Luvas para limpeza – borracha de látex natural, norma NBR-13393; com superfície externa antiderrapante.	2,09
21	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	3.200	Frasco	Água Sanitária c/ 1000ml – CÓDIGO 8324 Água sanitária para limpeza; solução aquosa, a base de hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2% pp a 2,5% pp; com validade mínima de 6 meses, embalada em frasco plástico opaco de 1 litro.	1,65
22	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	6.000	Pacotes	PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN - CÓDIGO 12747 Papel higiênico branco fardo c/ 64 rolos x 60m - de boa qualidade; composto de fibras celulósicas 100% virgem, com ou sem aparas de papel; apresentando folha simples; gofrado; picotado; neutro; rolo medindo 60 m x 10 cm; na cor branca embalagem com boa visibilidade do produto.	4,14

23	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	600	Unid.	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO ROLÃO 500MTS C/ 08 UNIDADES - CÓDIGO 29729 Papel Higiênico P/ dispenser de 1ª qualidade; Apresentando Folha Simples, gofrado, sem Picote; Na Cor Branca; Neutro; Medindo 10cmx500m; Composto de 100% de Celulose Virgem; com Ph Neutro; Tubete Medindo no Maximo 5,0cm de Diametro; gramatura mínima de 18g/m². Apresentação:- Embalagem com 08 unidade Embalagem contendo impresso dados do produto, fabricante, nº do lote e data de fabricação.	7,79
24	FRUSTRADO	4.950 Disputa ampla	Fardos	PAPEL TOALHA BRANCO C/ 1.250 FLS - CÓDIGO 14877 Formato crepado, Toalha de papel-simples-inter-folhada institucional; classe 01; quantidade de dobras 02 dobras; na cor branca; característica complementares: matéria prima 100% celulose virgem; dimensão da folha 23cm (largura) x 21cm (altura); acabamento gofrado; rotulagem contendo: identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha; nome do fabricante e fantasia, cnpj; e-mail e telefone do sac.	FRUSTRADO
25	FRUSTRADO	550 10% do item 24	Fardos	PAPEL TOALHA BRANCO C/ 1.250 FLS - CÓDIGO 14877 Formato crepado, Toalha de papel-simples-inter-folhada institucional; classe 01; quantidade de dobras 02 dobras; na cor branca; característica complementares: matéria prima 100% celulose virgem; dimensão da folha 23cm (largura) x 21cm (altura); acabamento gofrado; rotulagem contendo: identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha; nome do fabricante e fantasia, cnpj; e-mail e telefone do sac.	FRUSTRADO
26	OTS MULTILAR DISTR. DE ARMARINHOS LTDA EPP	15	Unid.	MANGUEIRA P/JARDIM COMPLETA - CÓDIGO 23395 Mangueira c/ Engates Rápidos 30m Resistentes e duráveis, produzidos com matéria prima de alta qualidade. Três camadas distintas: camada interna em PVC flexível, camada intermediária em fio de poliéster trançado e camada externa em PVC flexível. Recomenda-se pressão máxima de 6 bar. Bitola: 1/2".	48,60
27	LICISUL COMERCIAL LTDA	20	Galões	MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL – CÓDIGO 16309 Galão 5 Lts, Composto por princípios ativos: tensoativos não iônicos; tensoativos catiônicos (sal quaternário de amônio); solvente hidrossolúvel; fosfatos alcalinos; terpeneol; com teor de ativos aproximadamente de 11,9%. Para aplicação em limpeza geral e conservação de todas as superfícies laváveis (pisos, paredes, portas, moveis metálicos, plasticos e etc). Aplicável com máquina, não oxidante em metais. Com registro na ANVISA.	9,30
28	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	30	Unid.	PÁ DE LIXO - CÓDIGO 12526 Caixa de polipropileno de alta resistência e cabo de madeira revestido com plástico. Medidas: 29 x 29 x 14cm cabo 80cm.	3,64
29	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	1.250	Unid.	PANO DE CHÃO- ALVEJADO - CÓDIGO 8444 100% algodão; tipo saco alvejado; medindo (74 x 45) cm, urdume de 16 fios e trama com 12 fios, peso aproximadamente 170gr; com variação de 10% de oscilação nas medidas; sem bainha; branco; embalado em saco plástico transparente.	3,70

30	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	100	Pacotes	PANO MULTIUSO P/ LIMPEZA - PCT C/ 5 UM - CÓDIGO 8367 Composição: de fibras de viscase; composto de resina, vinil acrílica, corante, agente bacteriostático; medindo (60x30)cm; na cor azul; embalado em embalagem apropriada.	2,68
31	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	60	Unid.	PASTA SAPONÁCEO - CÓDIGO 15103 POTE COM 500 GR.	2,80
32	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	80	Dúzias	PRENDEDOR (grampo) DE ROUPA - CÓDIGO 12547 Grampo de roupa plásticos, material do grampo da roupa: PP Tamanho: 70 x 9.5 x 15mm - Embalagem: com no mínimo 12 unidades – cores diversas.	1,33
33	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	30	Unid.	REFIL P/ MOP PÓ - CÓDIGO 15102 Adaptável em Cabo de alumínio anodizado (1,40m x 24 mm de diâmetro – CL140); Armação Profi em Polipropileno e aço galvanizado; Refil composto por fios mistos de 85% Algodão e 15% de fios acrílicos; Refil 40cm - confeccionado em sistema de looping sem poder de estática natural.	21,00
34	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	100	Unid.	RODO DE BORRACHA - CÓDIGO 13431 Tamanho 40 cm, cepa de plástico. Borracha de EVA siliconada, matéria sintética, pigmento e metal com cabo revestido em plástico com no mínimo 120 cm de comprimento.	4,30
35	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	60	Unid.	RODO DE ESPUMA - CÓDIGO 11911 Rodo de Espuma – Passador de Cera, base plástica com esponja não abrasiva na extremidade; Esponja medindo 26 x 8 x 5 (compr. x larg. x alt.); com cabo de madeira revestido em plástico com no mínimo 120 cm de comprimento, encaixe do cabo na base c/ rosca.	5,46
36	M. MOBILE EIRELI	350	Unid.	SABÃO EM BARRA – CÓDIGO 12532 Composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5%p/p; comum; embalado em saco plástico individual, peso 200gr, com validade 2 anos.	1,23
37	FRUSTRADO	300	Unid.	SABÃO EM BARRA – CÔCO - CÓDIGO 13072 - Composição básica carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 Máximo, alcalinidade livre: barra 200g na cor branca; embalado em saco plástico, com validade mínima 2 anos.	FRUSTRADO
38	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	800	Kg	Sabão em Pó 1kg – CÓDIGO 8374 Princípio ativo: alquil benzeno sulfonato de sódio; silicato de sódio, carbonato de sódio; teor de ativos mínimos 8,0%, pH = 11,5 máximo, solução 1% pp; pigmento e outras substâncias permitidas; acondicionado em embalagem de 1000 gramas, validade mínima 2 anos.	3,15
39	M. MOBILE EIRELI	1.150	Unid.	SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML - CÓDIGO 13079 Perfumado; incolor; (ph entre 7,0 e 8,0) para higiene das mãos; em refil c/800ml, com essência de erva doce e floral.	4,40
40	M. MOBILE EIRELI	600	Pacotes	SACO P/ LIXO 30 L - CÓDIGO 8439 Medindo aprox. 59 x 62, com 100 un cada pacote; de polietileno; na cor preta; suportando 6 kgs; e suas condições deverão estar de acordo com a nbr 9190, NBR 9191.	13,00

41	FRUSTRADO	550	Pacotes	SACO P/ LIXO 50 L – CÓDIGO 8406 Medindo aprox. 63 x 80 – c/100 un cada pacote; de polietileno; na cor preta; suportando 10 kgs; e suas condições deverão estar de acordo com a nbr 9190, nbr 9191	FRUSTRADO
42	M. MOBILE EIRELI	300	Pacotes	SACO P/ LIXO 100 L - CÓDIGO 8408 Medindo aprox. 70 x 105 x 0,07, com 100 un cada pacote; de polietileno; na cor preta; suportando 20 kgs; e suas condições deverão estar de acordo com a nbr 9190, nbr 9191.	36,90
43	SULBOX COMERCIAL EIRELI ME	280	Unid.	SAPÓLIO EM PÓ - CÓDIGO 12534 Principio ativo linear alquilbenzeno sulfonato sódio, biodegradável; composição básica tensoativo anionico, alcalinizante, agente abrasivoessencia; corante e outras substancias químicas permitidas; composição aromática limão; acondicionado em tubo plástico, pesando 300 gramas.	1,39
44	SULBOX COMERCIAL EIRELI ME	150	Unid.	VASSOURA DE NYLON C/ CABO - CÓDIGO 8411 Propriedades mínimas: cepa em Prolipropileno, com sistema de rosca para fixação do cabo; cepa medindo 20 cm; com no mínimo 50 tufos; com cerdas de nylon; tipo pontas plumadas; cabo de madeira c/ rosca para fixação na base e revestimento em prolipropileno; com gancho de prolipropileno	4,06
45	SULBOX COMERCIAL EIRELI ME	150	Unid.	VASSOURA DE PALHA DE MILHO - CÓDIGO 8409 Tipo caipira; propriedades mínimas; cepa em palha; com cerdas de palha; tipo 5 fios e amarração com arame ; cabo de madeira medindo 120 cm.	9,15
46	SULBOX COMERCIAL EIRELI ME	80	Unid.	VASSOURA PELO 30CM - CÓDIGO 8514 Propriedades mínimas: cepa em crina animal; 30cm comprimento x 5cm de largura x 5cm de espessura com a rosca; com 120 tufos; contendo 200 cerdas por tufo; com cerdas de crina de animal (100%); tipo lisa; cepa pesando 240g; cabo de cordão revestida de polipropileno medindo 120cm; com gancho de polietileno de alta densidade; rosca em polietileno de baixa densidade; embalado em embalagem apropriada.	11,80
47	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	120	Pares	LUVAS DE LÁTEX CANO LONGO – CÓDIGO 6651 - Luva látex sanfonada 2020 g ca 9567 / ca 15100 - cano longo -tamanho M	6,86
48	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	70	Pares	LUVAS DE LÁTEX CANO LONGO – CÓDIGO 6652 - Luva látex sanfonada 2020 g ca 9567 / ca 15100 - cano longo -tamanho G	6,86
49	SULBOX COMERCIAL EIRELI ME	500	Unid.	ALCOOL EM GEL ANTISSEPTICO 70% - CÓDIGO 14141 Gel a base de álcool com ação anti-séptica. Ideal para ser usado como complemento na higienização de mãos em hospitais por enfermeiras, médicos, laboratórios dentistas, indústria de alimentos, fisioterapeutas, veterinários e esteticistas. Composição:- álcool etílico, carbômero, aminometilpropanol, metil parabeno, glicerina, água deionizada. Apresentação em frasco de 500ml – embalagem plástica com pump.	5,10
50	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	10.000	Pacote	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML- CÓDIGO 8452 Fabricado em polipropeno ou PP; pacote com 100 unidades cada; os copos deverão estar em conformidade com Norma Técnica 14.865/2002 ABNT.	2,34
51	JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA EPP	1.000	Pacote	COPOS DESCARTÁVEIS 80ML - CÓDIGO 20701 Fabricado em polipropeno ou PP; em pacote de 100unidades cada; os copos deverão estar em conformidade com a Norma Técnica 14.865/2002 ABNT.	2,08

52	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	900	Caixa	FILTRO DE PAPEL Nº 103 C/ 30 UN - CÓDIGO 8454 100% celulose; com gramatura de 54g/m2; poros medindo entre 0,0047 e 0,0071/mm; um parâmetro de 12 a 18 segundos por 100ml; com fechamento de dupla prensagem; tamanho 103; na cor branca; fornecido em caixa com no mínimo 30 unidades; validade mínima 2 anos a contar da data de fabricação.	2,58
53	SULBOX COMERCIAL EIRELI ME	300	Maços	FÓSFORO – MAÇO COM 10 CAIXINHAS - CÓDIGO 12557	1,54
54	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	20	Unid.	GARRAFA TÉRMICA 1,8 LTS - CÓDIGO 8258 Garrafa térmica; de pressão; com capacidade de 1,8 litros; corpo em polipropileno; ampola em vidro, devendo estar de acordo com a NBR 13282; fundo de polipropileno; com tampa em polipropileno; com alça; decorada.	47,00
55	M. MOBILE EIRELI	50	Unid.	GARRAFA TÉRMICA 1 LT – CÓDIGO 8257 Garrafa térmica; de pressão; com capacidade de 1 litro; corpo em polipropileno; ampola em vidro, devendo esta de acordo com a NBR 13282; fundo de polipropileno; com tampa em polipropileno; com alça; decorada.	38,70
56	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA	600	Unid.	PANO DE PRATO – ALVEJADO – CÓDIGO 8366 100% algodão alvejado; medindo (50x70) cm 12 fios de trama e 12 fios de urdume - peso 75g. Medidas já com bainha; com ótima absorção de líquidos; embalado em saco plástico transparente.	2,10
57	LICISUL COMERCIAL LTDA	4.000	PCT	AÇÚCAR REFINADO – CÓDIGO 11422 Pacotes de 1 kg	2,47
58	LICISUL COMERCIAL LTDA	150	Unid.	ADOÇANTE 100ML - CÓDIGO 10712	2,34
59	LICISUL COMERCIAL LTDA	5.000	Unid.	CAFÉ 500GR C/SELO ABIC – CÓDIGO 17604 Café Superior ou Premium, 100% Arábica. Encorpado, aroma e sabor intensos, homogêneo, torra e moagem média. Bebida dura, não admitindo Rio e Rio Zona. Apresentar certificado ABIC, no Programa de Qualidade do Café Categoria Superior, em plena validade, com nota de Qualidade Global entre 6,0 e 7,2 pontos na Escala Sensorial do Café. Apresentar laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza. Atender Resoluções SAA-28, de 01/06/2007 e, SAA-30, de 22/06/2007, Resolução RDC n. 277 de 22/09/2005, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Embalado à vácuo em embalagem metalizada, reembalado em caixa de papel cartão. Conteúdo líquido mínimo de 500g. Constar na embalagem Selo ABIC, informações do fabricante, modo de preparo, registro no MS, notificação na Anvisa, data de fabricação e lote. Prazo de validade de 24 meses. Data de fabricação inferior a 6 meses da data de entrega pelo fornecedor. A cada pedido, o produto entregue deverá ser de mesmo lote de produção. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão com 20 unidades. Embalagens recicláveis. Observação relevante: O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de, em dois momentos distintos, durante a vigência da Ata de Registro de Preços do vencedor, encaminhar duas amostras do café fechado e lacrado, colhidas no lote fornecido, para a realização de análises em laboratório credenciado, correndo por conta da Contratada os custos de remessa, análises e outros, de forma a não causar ônus ao Contratante.	7,48
60	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA	550	Unid.	PILHAS 2C - Alcalinas, 1,5v CÓDIGO 12741	3,35
61	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1.300	Unid.	PILHAS AA - Alcalinas, 1,5v CÓDIGO 12735	1,03

62	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1.000	Unid.	PILHAS AAA - Alcalinas, 1,5v CÓDIGO 12805	1,25
63	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA	600	Unid.	TOALHA DE ROSTO ALGODÃO FELPUDA - CÓDIGO 12803 - medindo (045x070)cm; nas cores branca, verde claro, rosa claro, azul claro; 100% algodão. OBS: serão aceitas somente cores claras.	3,57

Jaraguá do Sul, SC, 21 de junho de 2016.

Rodrigo José Branco de Moraes
Pregoeiro Substituto – Decreto 9.071/2013
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 109/2016 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE AJUSTAGEM, MONTAGEM, MANUTENÇÃO, FABRICAÇÃO MECÂNICA DE TUBULAÇÕES E SUBSTITUIÇÃO DE REGISTROS NA ETE FIGUEIRA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 109/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE AJUSTAGEM, MONTAGEM, MANUTENÇÃO, FABRICAÇÃO MECÂNICA DE TUBULAÇÕES E SUBSTITUIÇÃO DE REGISTROS NA ETE FIGUEIRA

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 06/07/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 34/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA 34/2016

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 34/2016, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.847/2016, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto da CONCORRÊNCIA nº 34/2016, tipo Menor Preço Global à empresa: INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA com o valor Global de R\$ 3.033.893,46 (três milhões trinta e três mil oitocentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 22 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO

CONCORRÊNCIA Nº 34/2016

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.847/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 34/2016, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Via Verde – Trecho 2 (Samae Ilha da Figueira até à ponte do Centenário), com extensão de 1.222,28m (hum mil duzentos e vinte e dois vírgula vinte e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, teve o seguinte resultado: Empresa vencedora: INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA com o valor Global de R\$ 3.033.893,46 (três milhões trinta e três mil oitocentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 22 de junho de 2016.

Ivan Andréias Wolter

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 10.847/2016

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO FMAS - 2016

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 360/2016</p> <p>Compra Direta Nr.: 184/2016 Data da Compra: 10/05/2016 Nr. Contrato:</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 531)

Folha: 1/1

Fornecedor: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS(FARM.CATAR.) Endereço: Rua Presidente Epitácio Pessoa, 111 Cidade: JARAGUÁ DO SUL - SC - CEP: 89251-100 CNPJ: 84.683.481/0051-36	Código: 346 Inscrição Estadual: 251.489.507	Telefone: 3275-0636 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville Conta Corrente: 1809-0
---	--	--

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão:	16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo:	1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso:	Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)
Dotações Utilizadas:	2.814.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais
Compl. Elemento:	3.3.90.30.28.00.00.00 - Material de Proteção e Segurança
Condições Pagto:	ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega:	IMEDIATO
Local de Entrega:	SERVIÇO DE ACOLHIM.INST. TIFA MARTINS - Rua Arthur Breithaupt, 333 - Tifa Martins - FONE: 3276-1275
Objeto da Compra:	AQUISIÇÃO DE 30UN MANTEIGA DE CACAU EM BASTÃO DESTINADO AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL TIFA MARTINS.
Observações:	JUSTIFICA-SE ESTA AQUISIÇÃO DEVIDO AS BAIXAS TEMPERATURAS QUE ESTÃO OCORRENDO NA REGIÃO. TAIS MATERIAS VISAM PROTEGER O RESSECAMENTO LABIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS NESTE SERVIÇO.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	30,00	UN	MANTEIGA DE CACAU (10072)		1,40	42,00
					Total Geral:	42,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	42,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL****AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 361/2016****CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 185/2016
Data da Compra: 10/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 532)

Folha: 1/1

Fornecedor:	CEJAS - CENTRO EMPRESARIAL DE JARAGUÁ DO SUL	Código: 24783	Telefone: 3275-7023
Endereço:	Rua Octaviano Lombardi, 100		Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade:	JARAGUÁ DO SUL - SC - CEP: 89255-000		Agência: 405-7 - Jaragua do Sul
CNPJ:	83.784.124/0001-32	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 5388-0

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão:	16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo:	1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso:	Bolsa Família CC 31878-7
Dotações Utilizadas:	2.804.3.3.90.00.00.00.00 (3) - Manutenção da gestão da política da assistência so
Compl. Elemento:	3.3.90.39.10.00.00.00 - Locação de Imóveis
Condições Pagto:	ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega:	IMEDIATO
Local de Entrega:	BOLSA FAMÍLIA - Rua Cabo Harry Hadlich, nº 501, Centro - FONE: 3275-3909
Objeto da Compra:	LOCAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO E DEMAIS SALAS DO CENTRO EMPRESARIAL DE JARAGUA DO SUL (CEJAS) PARA O 3º SEMINÁRIO INTERSETORIAL DIALOGANDO SOBRE OS BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO GOVERNO FEDERAL A SE REALIZAR NO DIA 16/05/2016.
Observações:	LOCAÇÃO DE ESPAÇO DO CEJAS PARA O 3º SEMINÁRIO INTERSETORIAL DIALOGANDO SOBRE BENEFÍCIOS DA TRANSFERENCIA DE RENDA DO GOVERNO FEDERAL, INCLUINDO O GRANDE AUDITÓRIO E DEMAIS SALAS, DATA SHOW NOTEBOOK, SISTEMA DE SOM ENTRE OUTROS DESCRITOS NA SOLICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	SV	LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO P/ EVENTO (13025)		2.336,00	2.336,00
					Total Geral:	2.336,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.336,00

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 365/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 186/2016
Data da Compra: 10/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Estimativo nr.: 534)

Folha: 1/1

Fornecedor: **CLINICA MÉDICA HJ LTDA** Código: 31469 Telefone: (42) 3524-2617
 Endereço: AV. ARTHUR CANFIELD, 514 - CX POSTAL 371 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
 Cidade: UNIÃO DA VITÓRIA - PR - CEP: 84600-000 Agência: 217-8 - UNIAO DA VITORIA
 CNPJ: 76.839.588/0001-33 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 7026-2

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (4) - Manutenção da gestão da política da assistência so

Compl. Elemento: 3.3.90.39.53.00.00.00 - Serviços de Assistência Social
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SEC. ASSIST. SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESC - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: SERVIÇO DE ATENDIMENTO INTEGRAL, ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO MÉDICO, PSICOLÓGICO, PSQUIÁTRICO E NUTRICIONAL ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA E/OU TRANSTORNO PSQUIÁTRICO, QUE NECESSITEM DE CUIDADOS DE TERCEIROS, EM CONFORMIDADE COM A ESPECIFICAÇÃO CONTIDAS NO ÍTEM ABAIXO, ATENDENDO A LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES. PROCESSO DE CREDENCIAMENTO ATRAVÉS DE INEXIGIBILIDADE Nº 28/2015 E CONTRATO Nº 463/2015. PERÍODO MAIO/2016 A DEZEMBRO/2016.

Observações:

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	240,00	SV	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO (12316)		205,00	49.200,00
					Total Geral:	49.200,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	49.200,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 371/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 187/2016
Data da Compra: 10/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 569)

Folha: 1/1

Fornecedor: PHG AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA **Código:** 43333 **Telefone:** 473370.5080
Endereço: RUA JOAQUIM FRANCISCO DE PAULA, 601 **Banco:**
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-715 **Agência:**
CNPJ: 18.039.694/0001-36 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:**

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: IGD-Suas
Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (5) - Manutenção da gestão da política da assistência so
Compl. Elemento: 3.3.90.30.25.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Móveis
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SEC. ASSIST. SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESC - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01 UN MANÔMETRO GLICERINADO PARA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA.

Observações: AQUISIÇÃO DO PRODUTO PARA INSTALAÇÃO NA BOMBA DE ÁGUA DOS HIDRANTES NO PAVILHÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA. FORNECEDOR: PHG AUTOMAÇÃO LTDA; VALOR: 85,00.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	MANOMETRO 1/4 HORIZONTAL (27214)	PHG	85,00	85,00
					Total Geral:	85,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	85,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 375/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 188/2016
Data da Compra: 10/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 567)

Folha: 1/1

Fornecedor: USAPECAS COMERCIAL DE PECAS LTDA **Código:** 806 **Telefone:** 33760228
Endereço: RUA FELICIANO BORTOLINI,1100 - BARRA DO **Banco:** 104 - Caixa Econ.Federal - 1
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC - CEP: 89260-180 **Agência:** 417-0 - Jaragua do Sul
CNPJ: 80.476.765/0001-31 **Inscrição Estadual:** 251.609.561 **Conta Corrente:** 479-2

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos
Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SEC. ASSIST. SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESC - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01UN BOMBA DE COMBUSTÍVEL ELÉTRICA DESTINADA AO VEÍCULO LOGAN FROTA 255 DO CRAS ILHA DA FIGUEIRA. (CEDIDO NO MOMENTO AO CRAS JP)

Observações: SOLICITAÇÃO 400/2016

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	BOMBA DE COMBUSTÍVEL (19087)		200,00	200,00
					Total Geral:	200,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	200,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 377/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 190/2016
Data da Compra: 10/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 568)

Folha: 1/1

Fornecedor: **BARRA BATERIAS LTDA - BATERIAS GS** Código: 5398 Telefone: 33717966
 Endereço: RUA MARCOS VALDIR GIROLLA, SN Banco: 237 - BRADESCO
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-150 Agência: 0874-5 - BARRA DO RIO CE
 CNPJ: 05.984.736/0001-65 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 8900-1

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: IGD-Suas
Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (5) - Manutenção da gestão da política da assistência so
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SEC. ASSIST. SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESC - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01UN BATERIA 60AH DESTINADA AO VEÍCULO CORSA FROTA 183 PLACA MAU2133, DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Observações: SOLICITAÇÃO 398/2016

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	BATERIA 60 AH (7104)		220,00	220,00
					Total Geral:	220,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	220,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
Nr.: 378/2016**CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 191/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 570)

Folha: 1/1

Fornecedor:	COMÉRCIO E INDÚSTRIA BREITHAUPT S/A	Código: 3	Telefone: 473372-9851
Endereço:	Av. Getúlio Vargas, 268		Banco: 237 - Bradesco - 237
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89251-000		Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville
CNPJ:	84.429.810/0001-58	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 2719-7

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)
Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais

Compl. Elemento: 3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SEC. ASSIST. SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESC - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAL (5M² PISO CERÂMICO, 5SC CIMENTO CP II 32 SACAS DE 50KG E 5KG REJUNTE) DESTINADO AO ABRIGO TIFA MARTINS.

Observações: SOLICITAÇÃO 404/2016

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	5,00	M2	PISO CERÂMICO (11564)		12,90	64,50
2	5,00	SC	CIMENTO CP II F 32 - EM SACAS COM 50 KG (14695)		26,70	133,50
3	5,00	KG	REJUNTE (8152)		2,56	12,80
					Total Geral:	210,80
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	210,80

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL****AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 379/2016****CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 192/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 571)

Folha: 1/1

Fornecedor:	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	Código: 39908	Telefone: 4732750204
Endereço:	RUA REINOLDO RAU, 752		Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89251-600		Agência: 3425-8 - EMPRES.FLORIAN
CNPJ:	13.501.187/0007-44	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 5683-9

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)
Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais

Compl. Elemento: 3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SEC. ASSIST. SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESC - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAL (02SC ARGAMASSA 20KG E 01PCT ESPAÇADOR 5MM) DESTINADO AO ABRIGO TIFA MARTINS.

Observações: SOLICITAÇÃO 405/2016.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	2,00	SC	ARGAMASSA 20kg (22050)		14,10	28,20
2	1,00	PCT	ESPAÇADOR 5MM (32264)		3,30	3,30
					Total Geral:	31,50
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	31,50

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 380/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 193/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 579)

Folha: 1/1

Fornecedor: MILLATRONIC INDUSTRIAL LTDA EPP **Código:** 4518 **Telefone:** 4732753396
Endereço: RUA MAX EUGÊNIO R. ZIEMANN, 120-SL 01 **Banco:** 341 - Itau - 341
Cidade: Jaraguá do Sul - SC **CEP:** 89255-360 **Agência:** 862 - JARAGUA DO SUL SC
CNPJ: 02.724.345/0001-13 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:** 21891-4

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 2.811.3.3.90.00.00.00.00 (24) - Manutenção das atividades do Centro de Atendimento

Compl. Elemento: 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SEC. ASSIST. SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESC - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA.

Observações: AQUISIÇÃO DE MAT. ELÉT PARA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA SENDO: 10UN CURVA PVC 90° 3/4, 08UN ELETRODUTO PVC 3/4, 20UN ABRAÇ 3/4, 20UN PARAF 4.1X32MM, 20UN BUCHA 6MM, 15UN LUVA PVC 3/4, 02UN TERM SAPATA COBRE 35MM, 02UN TERM PF 35MM E 30UN CABO DE COBRE 36MM.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	10,00	UN	CURVA 90° DE PVC 3/4" (17271)		0,529	5,29
2	8,00	UN	ELETRODUTO PVC 3/4" (17270)		2,82	22,56
3	20,00	UN	ABRAÇADEIRA 3/4" (9892)		0,50	10,00
4	20,00	UN	PARAFUSO PHILIPS 4,2X32 (32975)		0,16	3,20
5	20,00	UN	BUCHA 6MM NYLON (30553)		0,118	2,36
6	15,00	UN	LUVA PVC 3/4" (17272)		0,38	5,70
7	2,00	UN	TERMINAL SAPATA (22320)		4,53	9,06
8	2,00	UN	TERMINAL PRESSÃO PARA CABOS 35 mm EM LATÃO (22972)		4,218	8,44
9	30,00	M	CABO DE COBRE 36mm² (22997)		10,47	314,10
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	380,71
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	380,71

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 381/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 194/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 578)

Folha: 1/1

Fornecedor: FARMACIA ULTRAFARMA EIRELI - EPP **Código:** 24119 **Telefone:** 3275-1590
Endereço: AV. GETULIO VARGAS 79 SL. 02, S/N **Banco:** 104 - Caixa Econ.Federal - 1
Cidade: Jaraguá do Sul - SC **CEP:** 89251-000 **Agência:** 417-0 - Jaragua do Sul
CNPJ: 02.391.030/0001-00 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:** 1667-7

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: FEAS-Serv.Esp.Média Complex.-Custeio
Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (31) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: imediato
Local de Entrega: SERVIÇO DE ACOLHIM.INST. TIFA MARTINS - Rua Arthur Breithaupt, 333 - Tifa Martins - FONE: 3276-1275
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 03 UN LEITE NAN AR 400GR DESTINADO AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL TIFA MARTINS.

Observações: PARA ATENDIMENTO A UM BEBE RECEM NASCIDO QUE POSSUI RESTRIÇÕES A INGESTÃO DE ALGUNS ALIMENTOS, CONFORME RECEITA MÉDICA ANEXA. FORNECEDOR: ULTRAFARMA FARMACIA LTDA
 VALOR: 3 X 30,80 = 92,40.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	3,00	UN	LEITE EM PÓ ESPECIAL (13322)	NESTLÉ NAN	30,80	92,40
					Total Geral:	92,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	92,40

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL****AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 382/2016****CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 195/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 572)

Folha: 1/1

Fornecedor:	COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE GÁS GONÇALVES LTDA	Código: 34107	Telefone: 473373-0423
Endereço:	Rua 28 de Agosto, 49 - galpão		Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1
Cidade:	Guaramirim - SC - CEP: 89270-000		Agência: 1074-0 - GUARAMIRIM
CNPJ:	04.896.284/0001-05	Inscrição Estadual: 254349897	Conta Corrente: 995-5

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão:	16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo:	1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.811.3.3.90.00.00.00.00 (24) - Manutenção das atividades do Centro de Atendimento
Compl. Elemento:	3.3.90.30.04.00.00.00 - Gás Engarrafado
Condições Pagto:	ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega:	IMEDIATO
Local de Entrega:	CENTRO DE CONVIVÊNCIA - Rua: Walter Marquardt, 910 - CENTRO - FONE: 3372-3116
Objeto da Compra:	AQUISIÇÃO DE 02UN DE GÁS P45 AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA .

Observações: A AQUISIÇÃO SE JUSTIFICA POIS ESTE PRODUTO SERÁ UTILIZADO NA COZINHA DESTE CENTRO PARA PREPARAR ALIMENTOS PARA AS PESSOAS ACOLHIDAS NESTE LOCAL.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	2,00	UN	VASILHAME P-45 - RECARGA DE GÁS (9814)		210,00	420,00
					Total Geral:	420,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	420,00

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 383/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 406/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 573)

Folha: 1/1

Fornecedor: FISCHER COM. DE TINTAS E MATERIAIS ARTISTICOS LTDA **Código:** 33777 **Telefone:** 4732748050
Endereço: RUA NEY FRANCO, 540 SALA 01 **Banco:** 237 - Bradesco - 237
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89265-100 **Agência:** 1737-0 - Guaramirim
CNPJ: 06.022.598/0001-04 **Inscrição Estadual:** 254690190 **Conta Corrente:** 11.441-3

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: FNAS-Piso Fixo Med.Complexidade
Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: CREAS BAEPENDI - RUA BERTHA KASSNER, 112 - BAEPENDI - FONE: 3371-0721
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01UN LATA DE TINTA DE VERNIZ EMBUIA PARA USO NO CREAS BAEPENDÍ.

Observações: AQUISIÇÃO DE 01UN LATA DE TINTA DE VERNIZ EMBUIA PARA USO NO CREAS BAEPENDÍ, ESTA TINTA SERÁ UTILIZADA PARA PINTAR OS BANCOS NO CREAS QUE ESTÃO COM A TINTA DESGASTADA DEVIDO A AÇÃO DO TEMPO.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	TINTA 900ML (11482)		18,90	18,90
					Total Geral:	18,90
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	18,90

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL****AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 384/2016****CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 407/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 574)

Folha: 1/1

Fornecedor:	AUTO MECANICA NICOLUZZI LTDA ME	Código: 2433	Telefone: 4733712390
Endereço:	RUA CARLOS HARDT,688		Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580		Agência: 3420-7 - EMPRES.VALE ITA
CNPJ:	03.041.430/0001-40	Inscrição Estadual: 253.786.096	Conta Corrente: 0091747-8

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)
Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais

Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SERVIÇO DE ACOL. INSTITUCIONAL BAEPENDI - RUA MARIA FREIBERGER PAMPLONA 119 - BAEPENDI - FONE: 3370-619
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DO VEICULO FORD TRANSIT FROTA 309 PLACA MJJ 5329 DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL BAEPENDI. SENDO 02UN DISCO DE FREIO, 1 JG PASTILHA DE FREIO, 2PÇ ARTICULADOR AXIAL CX DE DIREÇÃO, 01UN JG PALHETA PARABRISA, 01UN CUBO DE RODA E 02UN LAMPADA 12 VOLTS.

Observações: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DO VEICULO FORD TRANSIT FROTA 309 PLACA MJJ 5329 DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL BAEPENDI. SOLICITAMOS A COMPRA DESTAS PEÇAS POIS ESTE VEICULO É UTILIZADO CONSTANTEMENTE PARA TRANSPORTAR JOVENS E ADOLESCENTES ,

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	2,00	UN	DISCO DE FREIO. (33526)		129,95	259,90
2	1,00	JG	PASTILHA DE FREIO (18403)		260,88	260,88
3	1,00	UN	ARTICULAÇÃO TERMINAL 85805975 (23838)		246,40	246,40
4	2,00	UN	LAMPADA 12V 1P 5W (22851)		5,90	11,80
5	1,00	UN	LAMPADA 12V 1P 21W (29077)		5,95	5,95
6	1,00	UN	ARTICULAÇÃO TERMINAL 85805975 (23838)		246,40	246,40
7	1,00	UN	PALHETA LIMPADOR (11659)		169,90	169,90
8	1,00	UN	CUBO DE RODA TRASEIRO (26191)		1.275,90	1.275,90
					Total Geral:	2.477,13
					Desconto:	0,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Líquido:	2.477,13

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 385/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 408/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 575)

Folha: 1/1

Fornecedor: AUTO MECANICA NICOLUZZI LTDA ME **Código:** 2433 **Telefone:** 4733712390
Endereço: RUA CARLOS HARDT,688 **Banco:** 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580 **Agência:** 3420-7 - EMPRES.VALE ITA
CNPJ: 03.041.430/0001-40 **Inscrição Estadual:** 253.786.096 **Conta Corrente:** 0091747-8

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)
Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais

Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SERVIÇO DE ACOL. INSTITUCIONAL BAEPENDI - RUA MARIA FREIBERGER PAMPLONA 119 - BAEPENDI - FONE: 3370-619
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICATES PARA A MANUTENÇÃO DO VEICULO FORD TRANSIT FROTA 309 PLACA MJJ 5329 DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL BAEPENDI.

Observações: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICATES PARA A MANUTENÇÃO DO VEICULO FORD TRANSIT FROTA 309 PLACA MJJ 5329 DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL BAEPENDI., ESTA TROCA DE ÓLEO É NECESSÁRIA PARA O BOM FUNCIONAMENTO DO VEICULO POIS O MESMO ESTÁ EM USO CONSTANTE

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	4,00	L	ADITIVO DO RADIADOR (19599)		40,00	160,00
2	2,00	UN	FLUÍDO DE FREIO (7172)		29,90	59,80
3	2,00	L	ÓLEO HIDRÁULICO P/ CAIXA DIREÇÃO (11287)		22,50	45,00
4	3,00	L	ÓLEO LUBRIFICANTE (14040)		59,90	179,70
5	3,00	L	ÓLEO MOBIL HD 85W140 (25967)		23,90	71,70
					Total Geral:	516,20
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	516,20

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
Nr.: 386/2016CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SCCompra Direta Nr.: 409/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 576)

Folha: 1/1

Fornecedor:	AUTO MECANICA NICOLUZZI LTDA ME	Código:	2433	Telefone:	4733712390
Endereço:	RUA CARLOS HARDT,688	Banco:	001 - Banco do Brasil - 001		
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580	Agência:	3420-7 - EMPRES.VALE ITA		
CNPJ:	03.041.430/0001-40	Inscrição Estadual:	253.786.096	Conta Corrente:	0091747-8

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)
Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais

Compl. Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Veículos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SERVIÇO DE ACOL. INSTITUCIONAL BAEPENDI - RUA MARIA FREIBERGER PAMPLONA 119 - BAEPENDI - FONE: 3370-619
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VISTORIA DE TRAFEGABILIDADE DO VEICULO FORD TRANSIT FROTA 309 PLACA MJI 5329 DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL BAEPENDI. (SERVIÇOS DE VISTORIA VEICULAR)

Observações: ESTA VISTORIA SE TORNA NECESSÁRIA PARA O QUE O VEICULO POSSA TRAFEGAR COM CRIANÇAS, ADOLESCENTES E OUTROS USUÁRIOS DO VEICULO POR EXIGENCIA LEGAL.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	SV	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE FROTA - VISTORIA VEICULAR (33925)		150,00	150,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	150,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	150,00

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 387/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 410/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 577)

Folha: 1/1

Fornecedor:	AUTO MECANICA NICOLUZZI LTDA ME	Código: 2433	Telefone: 4733712390
Endereço:	RUA CARLOS HARDT,688	Banco:	001 - Banco do Brasil - 001
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580	Agência:	3420-7 - EMPRES.VALE ITA
CNPJ:	03.041.430/0001-40	Inscrição Estadual: 253.786.096	Conta Corrente: 0091747-8

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)
Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais

Compl. Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Veículos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SERVIÇO DE ACOL. INSTITUCIONAL BAEPENDI - RUA MARIA FREIBERGER PAMPLONA 119 - BAEPENDI - FONE: 3370-619
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA TROCA DE PEÇAS DO VEÍCULO FORD TRANSIT FROTA 309 PLACA 5329 DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL BAEPENDI (MÃO DE OBRA TROCA DE CUBO DE RODA, DISCO E PASTILHA DE FREIO, PALHETA PARABRISA 2 LAMPADAS E REVISÃO GERAL)

Observações: ESTA MANUTENÇÃO SE TORNA NECESSÁRIA PARA O BOM FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DOS USUÁRIOS DO VEÍCULO

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	SV	SERVIÇO DE REVISÃO / CONserto DE VEÍCULOS (10018)		985,00	985,00
					Total Geral:	985,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	985,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 388/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 189/2016
Data da Compra: 10/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 580)

Folha: 1/1

Fornecedor: **EUGENIO RAULINO KOERICH SA- COMÉRCIO E INDÚSTRIA** Código: 41232 Telefone: 4739021237
 Endereço: RUA ANGELO RUBINI, 1110 Banco:
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-155 Agência:
 CNPJ: 86.184.074/0115-09 Inscrição Estadual: Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 2.804.4.4.90.00.00.00.00 (9) - Manutenção da gestão da política da assistência so

Compl. Elemento: 4.4.90.52.12.00.00.00 - Aparelhos e Utensílios Domésticos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SEC. ASSIST. SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESC - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01UN LAVADORA DE ROUPAS TIPO TANQUINHO MARCA MUELLER P/ 5 KG DESTINADO PARA O USO NA CASA DE PASSAGEM.

Observações: AQUISIÇÃO FEITA POIS A ÚNICA QUE EXISTE NO LOCAL APRESENTA PROBLEMAS CONSTANTEMENTE EM SEU FUNCIONAMENTO SENDO NECESSRIA A AQUISIÇÃO

AQUISIÇÃO DE 01UN LAVADORA DE ROUPAS TIPO TANQUINHO MARCA MUELLER P/ 5 KG DESTINADO À CASA DE PASSAGEM.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	LAVADORA DE ROUPAS TANQUINHO (32416)		339,00	339,00
					Total Geral:	339,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	339,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 389/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 411/2016
Data da Compra: 12/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 581)

Folha: 1/1

Fornecedor: MIDIGÁS LTDA **Código:** 30632 **Telefone:** 4733712222
Endereço: RUA WALTER MARQUARDT, 200 **Banco:** 756 - BANCO COOPERATIV
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-700 **Agência:** 3366-0 - SICOOB CEJASCR
CNPJ: 04.436.073/0001-81 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:** 357-3

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos
Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.30.04.00.00.00 - Gás Engarrafado
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: CRAS SANTO ANTÔNIO - RUA 878 , JOSÉ VICENZI - SANTO ANTÔNIO - FONE: 3371-5706
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01UN RECARGA GAS P-13 PARA O CRAS SANTO ANTONIO.

Observações: AQUISIÇÃO DE 01UN RECARGA GAS P-13 PARA O CRAS SANTO ANTONIO., ESTE PRODUTO É UTILIZADO NA COZINHA DESTA CENTRO PARA PREPARAR ALIMENTOS PARA OS USUÁRIOS DESTA CENTRO DE REFERÊNCIA.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	VASILHAME P-13 - RECARGA DE GÁS (9813)		45,00	45,00
					Total Geral:	45,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	45,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 390/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 412/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 587)

Folha: 1/1

Fornecedor:	EXTIMBRAS COMERCIO DE EXTINTORES LTDA	Código: 1204	Telefone: 3716412
Endereço:	RUA JOSÉ EMMENDOERFER 1160	Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1	
Cidade:	JARAGUA DO SUL - SC - CEP: 89253-000	Agência: 417-0 - Jaragua do Sul	
CNPJ:	72.114.903/0001-04	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 1421-6

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 2.811.3.3.90.00.00.00.00 (24) - Manutenção das atividades do Centro de Atendimento

Compl. Elemento: 3.3.90.30.44.00.00.00 - Material de Sinalização Visual e Afins
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: CENTRO DE CONVIVÊNCIA - Rua: Walter Marquardt, 910 - CENTRO - FONE: 3372-3116
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 05UN PLACA DE LOCALIZAÇÃO DE HIDRANTE DESTINADO AO PAVILHÃO C DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Observações: AQUISIÇÃO DE 05UN PLACA DE LOCALIZAÇÃO DE HIDRANTE DESTINADO AO PAVILHÃO C DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA, SENDO ESTA UMA EXIGÊNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS PARA A LIBERARÇÃO DO LAUDO DE SEGURANÇA DO LOCAL

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	5,00	UN	PLACA DE SINALIZAÇÃO (18042)		9,00	45,00
					Total Geral:	45,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	45,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
Nr.: 391/2016**CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 413/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 588)

Folha: 1/1

Fornecedor: BWB IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA M **Código:** 44259 **Telefone:** 473438-1274
Endereço: Rua João de Souza Melo, 638, casa 2 **Banco:**
Cidade: Joinville - SC - CEP: 89234-038 **Agência:**
CNPJ: 08.790.211/0001-87 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:**

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: FNAS-Piso Fixo Med.Complexidade
Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.36.25.00.00.00 - Serviços de Limpeza e Conservação
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: CREAS NOVA BRASÍLIA - RUA JOSÉ EMMENDOERFER, 328 -N.BRASÍLIA -
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DESTINADO AO CREAS NOVA BRASÍLIA (SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO)**Observações:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DESTINADO AO CREAS NOVA BRASÍLIA, SENDO QUE ESTE SERVIÇO NÃO ESTAVA SENDO EXECUTADO POR APROXIMADAMENTE 10 ANOS, POR ESSE MOTIVO PEDE SE URGÊNCIA PARA O CONTROLE DESTAS PRAGAS.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	SV	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO (21300)		580,00	580,00
					Total Geral:	580,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	580,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 392/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 414/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 589)

Folha: 1/1

Fornecedor: RODRIVEL AUTO CENTER LTDA - ME **Código:** 40501 **Telefone:** 4732736866
Endereço: RUA ANGELO RUBINI,895 **Banco:** 104 - CAIXA ECONOMICA F
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-000 **Agência:** 4332-0 - CAIXA ECONOMIC
CNPJ: 09.163.137/0001-31 **Inscrição Estadual:** 255.509.472 **Conta Corrente:** 46-0

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Bolsa Família CC 31878-7
Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (3) - Manutenção da gestão da política da assistência so

Compl. Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Veículos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: BOLSA FAMÍLIA - Rua Cabo Harry Hadlich, nº 501, Centro - FONE: 3275-3909
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO SANDERO FROTA 326, PLACA MIX 3077 DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (MÃO DE OBRA BALANCEAMENTO, E GEOMETRIA VEICULO RENAULT SANDERO)

Observações: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO SANDERO FROTA 326, PLACA MIX 3077 DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, SENDO QUE ESTA MANUTENÇÃO PREVENTIVA SE TORNA NECESSÁRIA PARA A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS DESTA VEICULO

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	4,00	SV	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE FROTA - BALANCEAMENTO (10535)		7,50	30,00
2	1,00	SV	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE FROTA - GEOMETRIA (10536)		40,00	40,00
3	1,00	SV	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE FROTA - MÃO DE OBRA MECÂNICA (9919)		30,00	30,00
					Total Geral:	100,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	100,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 393/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 415/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 590)

Folha: 1/1

Fornecedor: RODRIVEL AUTO CENTER LTDA - ME **Código:** 40501 **Telefone:** 4732736866
Endereço: RUA ANGELO RUBINI,895 **Banco:** 104 - CAIXA ECONOMICA F
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-000 **Agência:** 4332-0 - CAIXA ECONOMIC
CNPJ: 09.163.137/0001-31 **Inscrição Estadual:** 255.509.472 **Conta Corrente:** 46-0

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Bolsa Família CC 31878-7
Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (3) - Manutenção da gestão da política da assistência so

Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: BOLSA FAMÍLIA - Rua Cabo Harry Hadlich, nº 501, Centro - FONE: 3275-3909
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01UN MUNHÃO L/D PARA O VEICULO RENAULT SANDERO PLACA MIX 3077, FROTA 326 DO BOLSA FAMÍLIA.

Observações: AQUISIÇÃO DE 01UN MUNHÃO L/D PARA O VEICULO RENAULT SANDERO PLACA MIX 3077, FROTA 326 DO BOLSA FAMÍLIA, SALIENTAMOS QUE ESTA TROCA SE DEU PELA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO VEICULO PARA A SEGURANÇA DOS SEUS USUÁRIOS.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	MUNHÃO DA CAIXA DE DIREÇÃO (30718)		90,00	90,00
					Total Geral:	90,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	90,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL****AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 394/2016****CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 416/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 615)

Folha: 1/1

Fornecedor:	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME	Código: 37629	Telefone: 32754044
Endereço:	AV. MAL.DEODORO FONSECA, 819-sala 02	Banco: 237 - Bradesco - 237	
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89251-701	Agência: 356-5 - Jaraguá do Sul (Cent	
CNPJ:	03.692.652/0001-22	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 43635-6

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão:	16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo:	1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.811.3.3.90.00.00.00.00 (24) - Manutenção das atividades do Centro de Atendimento
Compl. Elemento:	3.3.90.31.04.00.00.00 - Premiações Desportivas
Condições Pagto:	ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega:	IMEDIATO
Local de Entrega:	CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 - BARRA RIO MOLHA
Objeto da Compra:	AQUISIÇÃO DE 754 UN MEDALHA PARA PARTICIPAÇÃO E PREMIAÇÃO DO JITI 2016, JOGOS INTERATIVOS DA TERCEIRA IDADE.
Observações:	AQUISIÇÃO DE 754 UN MEDALHA PARA PARTICIPAÇÃO E PREMIAÇÃO DO SENDO QUE 500UN SÃO DESTINADAS PARA A PARTICIPAÇÃO E 254 MEDALHAS DE CLASSIFICAÇÃO PARA PREMIAÇÃO DOS JOGOS INTERATIVOS DA TERCEIRA IDADE 2016

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	500,00	UN	MEDALHA (13069)		4,50	2.250,00
2	254,00	UN	MEDALHA (13069)		5,90	1.498,60
					Total Geral:	3.748,60
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.748,60

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 395/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 417/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 591)

Folha: 1/1

Fornecedor: BONATTI COM.MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME **Código:** 120 **Telefone:** 4732752894
Endereço: RUA JOÃO PLANINCHECK, 2100-SALA 02 **Banco:** 756 - BANCO COOPERATIV
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-220 **Agência:** 3269 - SICOOB/SC CREDIA
CNPJ: 80.428.790/0001-40 **Inscrição Estadual:** 251.609.383 **Conta Corrente:** 42276-2

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: FNAS-Piso Fixo Med.Complexidade
Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: CREAS BAEPENDI - RUA BERTHA KASSNER, 112 - BAEPENDI - FONE: 3371-0721
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 05UN TUBOS DE SILICONE DE 250GR DESTINADOS AO CREAS BAEPENDÍ.

Observações: AQUISIÇÃO DE 05UN TUBOS DE SILICONE DE 250GR DESTINADOS AO CREAS BAEPENDÍ, PARA FAZER A VEDAÇÃO DAS CALHAS DO PREDIO DO CREAS QUE APRESENTAM INFILTRAÇÃO.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	5,00	UN	SILICONE 280g (12983)		27,75	138,75
					Total Geral:	138,75
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	138,75

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 396/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 418/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 595)

Folha: 1/1

Fornecedor: JARAGUA TELECOMUNICACOES LTDA - ME **Código:** 5260 **Telefone:** 4732752444
Endereço: RUA BERNARDO DORNBUSCH, 590 -SALA 02 **Banco:** 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-100 **Agência:** 5238-8 - Jaragua do Sul
CNPJ: 05.426.391/0001-24 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:** 713330-8

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos
Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.39.17.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: CRAS - JARAGUÁ 84 - R ALVINO FLOR DA SILVA, 678 - - COHAB-JAGUA 84-FONE:3371-0367
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAUTENÇÃO DA CENTRAL TELEFONICA DO CRAS JARAGUA 84 (SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CENTRAL TELEFONICA)

Observações: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAUTENÇÃO DA CENTRAL TELEFONICA DO CRAS JARAGUA 84, POIS O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DA PMJS NÃO FAZ ESTE TIPO DE MANUTENÇÃO

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	SV	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE COMUNICAÇÃO (12335)		295,00	295,00
					Total Geral:	295,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	295,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 397/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 419/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 596)

Folha: 1/1

Fornecedor: **JAIR EFFTING (ELETROMAQ REFRIGERAÇÃO)** Código: 40025 Telefone: 47-3371-0333
 Endereço: RUA LUIZ PICOLLI, 70 Banco: 237 - Bradesco - 237
 Cidade: JARAGUÁ DO SUL - SC - CEP: 89254-320 Agência: 2727-8 - Baependi - Jaragua
 CPF: 027.274.109-48 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 0016418-6
 PIS/PASEP/NIT: 12908815720 CBO: 950305 - Supervisor de manutenção eletromecânica

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo:
Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos
Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.39.17.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: MEDIATO
Local de Entrega: CRAS CENTRO - R. CABO HARRY HADLICH, 501 - CENTRO
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO NO CRÁS CENTRO (MÃO DE OBRA DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO)

Observações: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO NO CRÁS CENTRO, POR MOTIVOS DE REFORMA DA SALA E A MESMA ESTA SEM PORTA E E JANELA PARA SER TRANCADA.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	SV	SERVIÇOS REMOÇÃO APARELHOS AR CONDICIONADO (24706)		100,00	100,00
					Total Geral:	100,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	100,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 398/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 420/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 598)

Folha: 1/1

Fornecedor: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE GÁS GONÇALVES LTDA **Código:** 34107 **Telefone:** 473373-0423
Endereço: Rua 28 de Agosto, 49 - galpão **Banco:** 104 - Caixa Econ.Federal - 1
Cidade: Guaramirim - SC - CEP: 89270-000 **Agência:** 1074-0 - GUARAMIRIM
CNPJ: 04.896.284/0001-05 **Inscrição Estadual:** 254349897 **Conta Corrente:** 995-5

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos
Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.30.04.00.00.00 - Gás Engarrafado
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: CRAS - JARAGUÁ 84 - R ALVINO FLOR DA SILVA, 678 - - COHAB-JAGUA 84-FONE:3371-0367
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01 UN RECARGA DE GÁS P-45 DESTINADO PARA O CRAS JARAGUA 84.

Observações: AQUISIÇÃO DE 01 UN RECARGA DE GÁS P-45 DESTINADO PARA O CRAS JARAGUA 84. ESTE PRODUTO É NECESSÁRIO POIS É UTILIZADO NA COZINHA PARA PREPARAR ALIMENTOS PARA OS USUÁRIOS DESTE CENTRO .

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	VASILHAME P-45 - RECARGA DE GÁS (9814)		210,00	210,00
					Total Geral:	210,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	210,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 399/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 421/2016
Data da Compra: 24/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 599)

Folha: 1/1

Fornecedor:	FARMACIA ULTRAFARMA EIRELI - EPP	Código: 24119	Telefone: 3275-1590
Endereço:	AV. GETULIO VARGAS 79 SL. 02, S/N	Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1	
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89251-000	Agência: 417-0 - Jaragua do Sul	
CNPJ:	02.391.030/0001-00	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 1667-7

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)
Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais

Compl. Elemento: 3.3.90.30.09.00.00.00 - Material Farmacológico
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SERVIÇO DE ACOLHIM.INST. TIFA MARTINS - Rua Arthur Breithaupt, 333 - Tifa Martins - FONE: 3276-1275
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 20UN POMADA PARA PREVENÇÃO DE ASSADURAS DE 90G DESTINADAS AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL TIFA MARTINS.

Observações: AQUISIÇÃO DE 20UN POMADA PARA PREVENÇÃO DE ASSADURAS DE 90G DESTINADAS AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL TIFA MARTINS, SENDO QUE ESTE PRODUTO SE TORNA INDISPENSÁVEL PARA FAZER A HIGIENIZAÇÃO DOS BEBÊS ACOLHIDOS NESTE SERVIÇO

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	20,00	UN	POMADA (10048)		11,44	228,80
					Total Geral:	228,80
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	228,80

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 408/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 422/2016
Data da Compra: 30/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 611)

Folha: 1/1

Fornecedor: AUTO PEÇAS 25 DE JULHO LTDA - ME (PAPAGAIO AUTO PE **Código:** 5386 **Telefone:** 3371-6898
Endereço: RUA VINTE E CINCO DE JULHO 1650 **Banco:** 104 - Caixa Econ.Federal.. -
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC - CEP: 89259-000 **Agência:** 3077-5 - ATIRADORES
CNPJ: 06.008.975/0001-42 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:** 312-6

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: IGD-Suas
Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (5) - Manutenção da gestão da política da assistência so

Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SEC. ASSIST. SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESC - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 04UN BORRACHA DE PORTA, 01UN PINGADEIRA, 01 GRADE FRONTAL E UM EMBLEMA FIAT PARA O VEICULO FIAT UNO, PLACA MCN 6783, FROTA 225 DA SEMASCRI,

Observações: AQUISIÇÃO DE 04UN BORRACHA DE PORTA, 01UN PINGADEIRA, 01 GRADE FRONTAL E UM EMBLEMA FIAT PARA O VEICULO FIAT UNO PLACA MCN 6783, FROTA 225 DA SEMASCRI, POIS ESTE VEICULO ESTAVA COM INFILTRAÇÃO DE AGUA SENDO ASSIM HOUE A NECESSIDADE DE TROCAR ESTAS PEÇAS

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	JG	BORRACHA DE PORTA (23808)		140,00	140,00
2	1,00	JG	PINGADEIRA (29660)		25,00	25,00
3	1,00	UN	GRADE DIANTEIRA (20193)		79,00	79,00
4	1,00	UN	EMBLEMA DA GRADE (25093)		30,00	30,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	274,00
					Desconto:	0,00
					Total Liquido:	274,00

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 409/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 423/2016
Data da Compra: 30/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 612)

Folha: 1/1

Fornecedor: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL **Código:** 42501 **Telefone:**
Endereço: Rua dos Ilhéus, 38, salas 1004 e 1005 **Banco:**
Cidade: Florianópolis - SC - CEP: 88010-560 **Agência:**
CNPJ: 76.557.099/0001-99 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:**

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: FNAS-Piso Fixo Med.Complexidade
Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (30) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência

Compl. Elemento: 3.3.90.39.48.00.00.00 - Serviços de Seleção e Treinamento
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: CREAS NOVA BRASÍLIA - RUA JOSÉ EMMENDOERFER, 328 -N.BRASÍLIA -
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01UN INSCRIÇÃO PARA PARA O CONGRESSO CATARINENSE DE ASSITENTES SOCIAIS DESTINADO PARA A SERVIDORA DEYSE DE OLIVEIRA FELIX DO CREAS NOVA BRASÍLIA.

Observações: AQUISIÇÃO DE 01UN INSCRIÇÃO PARA PARA O CONGRESSO CATARINENSE DE ASSITENTES SOCIAIS DESTINADO PARA A SERVIDORA DEYSE DE OLIVEIRA FELIX DO CREAS NOVA BRASÍLIA. O EVENTO ACONTECERÁ NOS DIAS 6 A 8 DE JULHO DE 2016 EM FLORIANÓPOLIS, SC

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	SV	INSCRIÇÃO P/ CONGRESSO (12363)		60,00	60,00
					Total Geral:	60,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	60,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 410/2016

CNPJ: 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 424/2016
Data da Compra: 30/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 613)

Folha: 1/1

Fornecedor:	CLICHERIA & CARIMBOS JARAGUÁ LTDA - ME	Código: 31582	Telefone: 4733701806
Endereço:	RUA CAMPO ALEGRE,50		Banco: 341 - Itaú S.A.
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-100		Agência: 8453-3 - Itaú S.A.
CNPJ:	05.784.522/0001-45	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 7994-2

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)
Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais

Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: SERVIÇO DE ACOL. INSTITUCIONAL BAEPENDI - RUA MARIA FREIBERGER PAMPLONA 119 - BAEPENDI - FONE: 3370-619
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 01UN BORRACHA PARA CARIMBO TRODAT 4913 DESTINADO AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL BAEPENDI

Observações: AQUISIÇÃO DE 01UN BORRACHA PARA CARIMBO TRODAT 4913 DESTINADO AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL BAEPENDI, QUE SERÁ UTILIZADA PELO ADMINISTRATIVO QUANDO NECESSITAR ASSINAR DOCUMENTOS DE SERVIÇO.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	BORRACHA P/ CARIMBO AUTOMÁTICO (13358)		7,00	7,00
					Total Geral:	7,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	7,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
Nr.: 412/2016**CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 425/2016
Data da Compra: 30/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 620)

Folha: 1/1

Fornecedor:	SQUEEZE COMUNICAÇÃO LTDA EPP	Código: 35361	Telefone: 4830288490
Endereço:	Rua Aristides Lobo, 02	Banco:	399 - HSBC Bank Brasil S/A
Cidade:	Florianópolis - SC - CEP: 88025-510	Agência:	134 - CENTRO FLORIANOP
CNPJ:	00.664.676/0001-80	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 48090-54

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Bolsa Família CC 31878-7
Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (3) - Manutenção da gestão da política da assistência so

Compl. Elemento: 3.3.90.39.88.00.00.00 - Serviços de Publicidade e Propaganda
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: BOLSA FAMÍLIA - Rua Cabo Harry Hadlich, nº 501, Centro - FONE: 3275-3909
Objeto da Compra: SERVIÇO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DESTINADO AO EVENTO QUE SERÁ REALIZADO DIA 16/6/2016, DÀS 8H ÀS 16:30H, NA ACLUS, PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.

Observações: PROCESSO LICITATÓRIO Nº49/2013 - CONTRATO Nº53/2014 - 5ºTERMO ADITIVO Nº 39/2016 - SQUEEZE.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	SV	CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. (17601)		5.645,77	5.645,77
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	5.645,77
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	5.645,77

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL****AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 414/2016****CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 426/2016
Data da Compra: 30/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 616)

Folha: 1/1

Fornecedor:	SIPAR FERRAMENTAS LTDA	Código: 1120	Telefone: 4721075500
Endereço:	R.DOMINGOS RODRIGUES NOVA 330	Banco:	001 - Banco do Brasil - 001
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89251-640	Agência:	405-7 - Jaragua do Sul
CNPJ:	01.056.640/0001-86	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 11309-3

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 2.811.3.3.90.00.00.00.00 (24) - Manutenção das atividades do Centro de Atendimento

Compl. Elemento: 3.3.90.30.28.00.00.00 - Material de Proteção e Segurança
Condições Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega: IMEDIATO
Local de Entrega: CENTRO DE CONVIVÊNCIA - Rua: Walter Marquardt, 910 - CENTRO - FONE: 3372-3116
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE 04UN CADEADOS DESTINADOS PARA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA.

Observações: AQUISIÇÃO DE 04UN CADEADOS E- 60 CORPO EM LATÃO MACIÇO E HASTE EM AÇO DESTINADOS PARA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA, ESTES CADEADOS SERÃO UTILIZADOS PARA TRANCAR ARMÁRIOS E UM PORTÃO DOS FUNDOS DESTE CENTRO.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	4,00	UN	CADEADO E-60 (19134)		52,16	208,64
					Total Geral:	208,64
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	208,64

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
Nr.: 434/2016**CNPJ:** 13.170.158/0001-51 **Fone:** (47) 3372-8104 **Fax:** (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC**Compra Direta Nr.:** 427/2016
Data da Compra: 31/05/2016
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 671)

Folha: 1/1

Fornecedor:	BRASIL LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIR	Código: 43898	Telefone: 489947-0567
Endereço:	Rua Irineu Bomhausen, 50 - sala 108		Banco: 1 - BANCO DO BRASIL S.A.
Cidade:	Imbituba - SC - CEP: 88780-000		Agência: 1408-7 - Imbituba -SC
CNPJ:	17.153.227/0001-70	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 23089-8

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão:	16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Centro de Custo:	1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.804.3.3.90.00.00.00.00 (4) - Manutenção da gestão da política da assistência so
Compl. Elemento:	3.3.90.39.27.00.00.00 - Locação de Veículos Para Locomoção
Condições Pagto:	ATÉ 30 DIAS APÓS O FORNE. DO SERVIÇO
Prazo de Entrega:	IMEDIATO
Local de Entrega:	ACESSUAS / PRONATEC - RUA EXP. CABO HARRY HADLICH, 313, CENTRO - FONE: 3274-8884
Objeto da Compra:	INDENIZAÇÃO REFERENTE À RESCISÃO CONTRATUAL 1-242/2014, COM FUNDAMENTO NO ART. 79, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014, QUE TEM POR OBJETO A LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO SEM MOTORISTA PARA ATENDER AO PROGRAMA ACESSUAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA NO ANEXO I DO EDITAL 13/2014.
Observações:	INDENIZAÇÃO REFERENTE À RESCISÃO CONTRATUAL 1-242/2014, COM FUNDAMENTO NO ART. 79, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014, QUE TEM POR OBJETO A LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO SEM MOTORISTA PARA ATENDER A

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	MES	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, SEM MOTORISTA, COM QUILOMETRAGEM LIVRE (29442)		4.200,00	4.200,00
					Total Geral:	4.200,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	4.200,00

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Joel Luis Correa

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 411/2016 Processo Administrativo: 23/2015 Processo Nr.: 23/2015 Data do Processo: 21/10/2015 Data da Homologação: 21/01/2016 Sequência da Adjudicação: 22 Data da Adjudicação: 30/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 629)

Folha: 1/1

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA ME Endereço: Rua RUA INÁCIO ZACKO, 103 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-810 CNPJ: 09.465.558/0001-17 Inscrição Estadual: 255.598.904	Código: 36668 Telefone: 473370-7647 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 748592-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: CONFORME EDITAL Local de Entrega: CONFORME EDITAL - - Objeto da Compra: Aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, carne, sucos) destinado à manutenção dos programas: Abrigo Institucional para criança e adolescente e Abrigo Institucional Casa de Passagem para adulto e família. Observações: ABRIGO BAEPENDI (MARLY - 3371 0695)	Solicitações:
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
127	5,000	KG	PÃO DE HAMBURGER (31679)	SCHERERPAN	9,90	49,50
128	5,000	KG	PÃO CACHORRO QUENTE 50g (7805)	SCHERERPAN	9,19	45,95
129	5,000	KG	PÃO FRANCÊS. (17311)	SCHERERPAN	8,50	42,50
130	16,000	UN	PÃO FATIADO TIPO PLUMA (14632)	SCHERERPAN	5,55	88,80
131	16,000	UN	PÃO FATIADO TIPO CASEIRO - BATATA. (16481)	SCHERERPAN	6,40	102,40
132	16,000	UN	PÃO FATIADO TIPO CASEIRO - INTEGRAL. (16480)	SCHERERPAN	5,40	86,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	415,55
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	415,55

Jaraguá do Sul, 30 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 419/2016 Processo Administrativo: 23/2015 Processo Nr.: 23/2015 Data do Processo: 21/10/2015 Data da Homologação: 21/01/2016 Sequência da Adjudicação: 23 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2015 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 633)	Folha: 1/2

Fornecedor: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 1058, sala 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-000 CNPJ: 22.621.552/0001-50 Inscrição Estadual:	Código: 45192 Telefone: 473371-4998 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 1755-0
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAs/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.815.3.3.90.00.00.00.00 (39) - Manutenção das atividades do abrigo institucional Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: CONFORME EDITAL Local de Entrega: CONFORME EDITAL - - Objeto da Compra: Aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, carne, sucos) destinado à manutenção dos programas: Abrigo Institucional para criança e adolescente e Abrigo Institucional Casa de Passagem para adulto e família. Observações: CASA DE PASSAGEM (DENISE - 3371 1534)	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	20,000	PCT	AÇÚCAR REFINADO - C/ 5 KG - EMBALAGEM PLASTICA -1º QUALIDADE COM REGISTRO NO ORGÃO SANITARIO COMPETENTE (13394)	ALTO ALEGRE	10,80	216,00
9	1,000	KG	ALHO (8272)	INATURA	15,50	15,50
15	5,000	PCT	ARROZ PARBOILIZADO C/ 05 KG (13395)	CATARINÃO	10,85	54,25
23	22,000	KG	BANANA (11495)	INATURA	2,10	46,20
28	24,000	KG	BATATA INGLESA (8267)	INATURA	3,00	72,00
32	8,000	PCT	BOLACHA DOCE TIPO MARIA . (10277)	NINFA	3,70	29,60
33	8,000	PCT	BISCOITO ÁGUA E SAL (31672)	NINFA	3,80	30,40
41	60,000	UN	CAFÉ 500GR C/ SELO ABIC (17604)	COCAMAR	7,15	429,00
50	10,000	KG	CARNE BOVINA TIPO MÚSCULO (8547)	MENESTRINA	15,80	158,00
51	16,000	KG	CEBOLA EXTRA (8266)	INATURA	3,00	48,00
52	12,000	KG	CENOURA EXTRA (7942)	INATURA	3,40	40,80
63	8,000	KG	CHUCHU (8271)	INATURA	2,90	23,20
64	2,000	UN	CÔCO RALADO - 100 GR (15094)	ZALI	3,50	7,00
67	8,000	PÇ	COUVE-FLOR (8312)	INATURA	4,28	34,24
69	25,000	KG	CARNE DE FRANGO TIPO COXA E SOBRECOXA (6389)	AGROVENETO	6,60	165,00
72	4,000	UN	CREME DE LEITE 300g (13329)	NESTLE	5,10	20,40
74	2,000	UN	DOCE MELADO DE CANA (31901)	TIÃO	9,15	18,30
75	10,000	UN	DOCE DE FRUTAS (10684)	NECTAR	8,70	87,00
79	12,000	UN	EXTRATO DE TOMATE 350G (22519)	QUERO	2,65	31,80
81	3,000	PCT	FARINHA DE MILHO FINA TIPO FUBA (24907)	JARAGUA	2,96	8,88
83	6,000	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - PCT C/ 05 KG (13398)	SUDOESTE	12,92	77,52

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL			AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 419/2016	
CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC			Processo Administrativo: 23/2015 Processo Nr.: 23/2015 Data do Processo: 21/10/2015 Data da Homologação: 21/01/2016 Sequência da Adjudicação: 23 Data da Adjudicação: 31/05/2016	
			PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2015 - PR	

(Empenho Ordinário nr.: 633)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
89	10,000	UN	FERMENTO QUÍMICO. (23199)	ROYAL	2,85	28,50
91	30,000	UN	GELATINA EM PÓ (23814)	BRETZKE	1,25	37,50
94	48,000	KG	LARANJA PERA (7746)	INATURA	2,10	100,80
98	100,000	L	LEITE ESTERILIZADO INTEGRAL 1 LITRO - EMB. TETRAPAK (7770)	PIRACANJUBA	2,53	253,00
102	20,000	KG	MAÇÃ FUGI (10344)	INATURA	4,50	90,00
103	2,000	PCT	MACARRÃO ALETRIA 500 g (7772)	ORQUIDEA	3,15	6,30
105	5,000	PCT	MACARRÃO PARAFUSO. (7774)	OGLIARI	3,35	16,75
106	3,000	UN	MAIONESE LIGHT 500GR (22782)	PURITY	5,60	16,80
109	27,000	UN	MARGARINA VEGETAL 500g (7799)	DELICIA	4,20	113,40
120	8,000	KG	MORTADELA SEM GORDURA (22784)	AURORA	6,98	55,84
121	20,000	UN	OLEO DE SOJA REFINADO 900ML (6415)	COCAMAR	3,50	70,00
125	30,000	DZ	OVOS 1 DÚZIA (7803)	KASULKE	4,70	141,00
143	2,000	UN	PIMENTA DO REINO - EMBALAGEM COM 35 Gr. - COM REGISTRO EM ORGÃO COMPETENTE (13338)	BRETZKE	3,25	6,50
145	28,000	UN	PÓ PARA PUDIM (DIVERSOS SABORES) (10111)	BRETZKE	2,39	66,92
146	12,000	KG	PRESUNTO COZIDO FATIADO (27212)	FRICASA	21,60	259,20
147	12,000	KG	QUEIJO MUSSARELA - FATIADO (6427)	LACTOVALLE	21,95	263,40
150	4,000	UN	REPOLHO. (20154)	INATURA	3,05	12,20
154	20,000	KG	SALSICHA SUINA INTEIRA, RESFRIADA, SEM GORDURAS, 1ª QUALIDADE (7744)	AURORA	9,78	195,60
163	24,000	KG	TANGERINA PONKAN (21290)	INATURA	4,00	96,00
164	20,000	KG	TOMATE PÉRA (7872)	INATURA	4,80	96,00
168	2,000	UN	VINAGRE DE ÁLCOOL. (28421)	HEINING	1,30	2,60
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.541,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.541,40

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 420/2016 Processo Administrativo: 23/2015 Processo Nr.: 23/2015 Data do Processo: 21/10/2015 Data da Homologação: 21/01/2016 Sequência da Adjudicação: 24 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 634)

Folha: 1/1

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA ME Endereço: Rua RUA INÁCIO ZACKO, 103 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-810 CNPJ: 09.465.558/0001-17 Inscrição Estadual: 255.598.904	Código: 36668 Telefone: 473370-7647 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 748592-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.815.3.3.90.00.00.00.00 (39) - Manutenção das atividades do abrigo institucional Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: CONFORME EDITAL Local de Entrega: CONFORME EDITAL - - Objeto da Compra: Aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, carne, sucos) destinado à manutenção dos programas: Abrigo Institucional para criança e adolescente e Abrigo Institucional Casa de Passagem para adulto e família. Observações: CASA DE PASSAGEM - DENISE 3371 1534)	Solicitações:
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
127	15,000	KG	PÃO DE HAMBURGER (31679)	SCHERERPAN	9,90	148,50
128	10,000	KG	PÃO CACHORRO QUENTE 50g (7805)	SCHERERPAN	9,19	91,90
129	10,000	KG	PÃO FRANCÊS. (17311)	SCHERERPAN	8,50	85,00
130	12,000	UN	PÃO FATIADO TIPO PLUMA (14632)	SCHERERPAN	5,55	66,60
131	12,000	UN	PÃO FATIADO TIPO CASEIRO - BATATA. (16481)	SCHERERPAN	6,40	76,80
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	468,80
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	468,80

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 422/2016</p> <p>Processo Administrativo: 23/2015 Processo Nr.: 23/2015 Data do Processo: 21/10/2015 Data da Homologação: 21/01/2016 Sequência da Adjudicação: 25 Data da Adjudicação: 31/05/2016</p> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2015 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 635)	Folha: 1/3

Fornecedor: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 1058, sala 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-000 CNPJ: 22.621.552/0001-50 Inscrição Estadual:	Código: 45192 Telefone: 473371-4998 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 1755-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: CONFORME EDITAL Local de Entrega: CONFORME EDITAL - - Objeto da Compra: Aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, carne, sucos) destinado à manutenção dos programas: Abrigo Institucional para criança e adolescente e Abrigo Institucional Casa de Passagem para adulto e família. Observações: ABRIGO TIFA MARTINS (MIKELLER - 3276 0424)	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	20,000	UN	ABACAXI (16462)	INATURA	4,40	88,00
4	35,000	UN	ACHOCOLATADO 200 ml (28395)	FRIMINHO	1,55	54,25
5	2,000	UN	AÇÚCAR BAUNILHA (13348)	HORTA E SABC	2,20	4,40
6	6,000	PCT	AÇÚCAR REFINADO - C/ 5 KG - EMBALAGEM PLASTICA -1º QUALIDADE COM REGISTRO NO ORGÃO SANITARIO COMPETENTE (13394)	ALTO ALEGRE	10,80	64,80
7	35,000	UN	ÁGUA DE CÔCO (23813)	KERO COCO	2,45	85,75
8	20,000	PÇ	ALFACE AMERICANA (28396)	INATURA	2,75	55,00
15	2,000	PCT	ARROZ PARBOILIZADO C/ 05 KG (13395)	CATARINÃO	10,85	21,70
16	5,000	KG	ARROZ INTEGRAL (21313)	URBANO	4,20	21,00
17	6,000	LT	ATUM (21630)	BEIRA MAR	5,25	31,50
19	1,000	UN	AZEITONA EM VIDRO. (17924)	HEMMER	8,60	8,60
22	25,000	KG	BANANA BRANCA (27328)	INATURA	3,10	77,50
23	25,000	KG	BANANA (11495)	INATURA	2,10	52,50
24	10,000	KG	BANANA MAÇA (26603)	INATURA	4,80	48,00
25	6,000	UN	BATATA PALHA (13393)	YOKI	9,78	58,68
28	20,000	KG	BATATA INGLESA (8267)	INATURA	3,00	60,00
29	20,000	UN	BEBIDA LÁCTEA 900ml (26612)	LACTOVALLE	2,95	59,00
30	2,000	KG	BETERRABA MÉDIA (8273)	INATURA	3,05	6,10
40	18,000	VAÇO	BRÓCOLIS (8745)	INATURA	3,80	68,40
41	10,000	UN	CAFÉ 500GR C/ SELO ABIC (17604)	COCAMAR	7,15	71,50
44	1,000	PCT	CANJICA (13341)	ZAELI	3,40	3,40
46	10,000	KG	CARNE BOVINA TIPO BIFE (10752)	MENESTRINA	20,90	209,00

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL			AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 422/2016	
CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC			Processo Administrativo: 23/2015 Processo Nr.: 23/2015 Data do Processo: 21/10/2015 Data da Homologação: 21/01/2016 Sequência da Adjudicação: 25 Data da Adjudicação: 31/05/2016	
			PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2015 - PR	

(Empenho Ordinário nr.: 635)

Folha: 2/3

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
47	10,000	KG	CARNE BOVINA TIPO FILÉ AMERICANO FATIADO (15014)	MENESTRINA	19,00	190,00
48	10,000	KG	CARNE MOÍDA DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA, SEM CARTILAGENS E SEM GORDURAS, PESO DE ATÉ 5 KG POR UNIDADE, EMBALAGEM PLÁSTICA (6386)	MENESTRINA	17,85	178,50
49	5,000	KG	CARNE BOVINA TIPO FILÉ DUPLO (22814)	MENESTRINA	24,98	124,90
50	5,000	KG	CARNE BOVINA TIPO MÚSCULO (8547)	MENESTRINA	15,80	79,00
51	4,000	KG	CEBOLA EXTRA (8266)	INATURA	3,00	12,00
52	6,000	KG	CENOURA EXTRA (7942)	INATURA	3,40	20,40
56	6,000	VIAÇO	CHEIRO VERDE (22818)	INATURA	2,55	15,30
63	5,000	KG	CHUCHU (8271)	INATURA	2,90	14,50
64	4,000	UN	CÓCO RALADO - 100 GR (15094)	ZALI	3,50	14,00
67	8,000	PÇ	COUVE-FLOR (8312)	INATURA	4,28	34,24
68	6,000	VIAÇO	COUVE MINEIRA (8746)	INATURA	2,60	15,60
69	15,000	KG	CARNE DE FRANGO TIPO COXA E SOBRECORA (6389)	AGROVENETO	6,60	99,00
70	15,000	KG	CARNE DE FRANGO TIPO COXINHA DA ASA (15096)	AGROVENETO	8,35	125,25
72	8,000	UN	CREME DE LEITE 300g (13329)	NESTLE	5,10	40,80
73	1,000	PCT	NATA (20816)	LACTOVALLE	4,60	4,60
74	3,000	UN	DOCE MELADO DE CANA (31901)	TIÃO	9,15	27,45
75	4,000	UN	DOCE DE FRUTAS (10684)	NECTAR	8,70	34,80
76	4,000	UN	DOCE DE LEITE 400 g (22688)	NECTAR	3,85	15,40
78	4,000	UN	ERVILHA (10763)	QUERO	1,55	6,20
79	5,000	UN	EXTRATO DE TOMATE 350G (22519)	QUERO	2,65	13,25
83	1,000	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - PCT C/ 05 KG (13398)	SUDOESTE	12,92	12,92
86	10,000	PCT	FELJÃO PRETO (15073)	RAINHA DO LAI	4,62	46,20
91	10,000	UN	GELATINA EM PÓ (23814)	BRETZKE	1,25	12,50
93	20,000	UN	IOGURTE EM BANDEJA (29322)	FRIMESA	3,78	75,60
94	10,000	KG	LARANJA PERA (7746)	INATURA	2,10	21,00
95	15,000	UN	LEITE CONDENSADO 395g (13330)	PIRACANJUBA	3,70	55,50
98	24,000	L	LEITE ESTERILIZADO INTEGRAL 1 LITRO - EMB. TETRAPAK (7770)	PIRACANJUBA	2,53	60,72
100	2,000	KG	LINGÜICINHA (8594)	AURORA	12,95	25,90
102	6,000	KG	MAÇÃ FUGI (10344)	INATURA	4,50	27,00
106	3,000	UN	MAIONESE LIGHT 500GR (22782)	PURITY	5,60	16,80
107	12,000	KG	MAMÃO COMUM (7748)	INATURA	3,80	45,60
108	12,000	KG	MANGA (15013)	INATURA	4,90	58,80
109	5,000	UN	MARGARINA VEGETAL 500g (7799)	DELICIA	4,20	21,00
115	5,000	PCT	MILHO P/ PIPOCA (13401)	PINDUCA	2,95	14,75
116	15,000	UN	MILHO VERDE EM LATA (10753)	QUERO	1,75	26,25
118	15,000	PCT	MISTURA PRONTA PARA BOLO (19323)	NORDESTE	3,55	53,25
120	10,000	KG	MORTADELA SEM GORDURA (22784)	AURORA	6,98	69,80
121	8,000	UN	OLEO DE SOJA REFINADO 900ML (6415)	COCAMAR	3,50	28,00
125	20,000	DZ	OVOS 1 DÚZIA (7803)	KASULKE	4,70	94,00
135	8,000	KG	CARNE DE FRANGO TIPO PEITO (16611)	AGROVENETO	10,58	84,64
136	10,000	KG	FILÉ DE TILÁPIA (21295)	LAR	22,84	228,40
137	2,000	UN	PEPINO EM CONSERVA (12759)	INATURA	4,88	9,76
138	4,000	KG	PEPINO SALADA (8311)	INATURA	3,60	14,40
141	5,000	KG	PINHÃO (10723)	INATURA	9,35	46,75
142	30,000	PCT	PIPOCA DOCE. (28410)	BILU	0,95	28,50
146	5,000	KG	PRESUNTO COZIDO FATIADO (27212)	FRICASA	21,60	108,00
147	10,000	KG	QUEIJO MUSSARELA - FATIADO (6427)	LACTOVALLE	21,95	219,50
149	4,000	UN	REFRIGERANTE 2 L (10724)	THOM	4,00	16,00
155	10,000	VIAÇO	SALSINHA. (16503)	INATURA	1,85	18,50
164	15,000	KG	TOMATE PERA (7872)	INATURA	4,80	72,00

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 422/2016

Processo Administrativo: 23/2015
 Processo Nr.: 23/2015
 Data do Processo: 21/10/2015
 Data da Homologação: 21/01/2016
 Sequência da Adjudicação: 25
 Data da Adjudicação: 31/05/2016

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 23/2015 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 635)

Folha: 3/3

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
168	2,000	UN	VINAGRE DE ÁLCOOL. (28421)	HEINING	1,30	2,60
					Total Geral:	3.828,91
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.828,91

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 423/2016 Processo Administrativo: 23/2015 Processo Nr.: 23/2015 Data do Processo: 21/10/2015 Data da Homologação: 21/01/2016 Sequência da Adjudicação: 26 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 636)

Folha: 1/1

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA ME Endereço: Rua RUA INÁCIO ZACKO, 103 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-810 CNPJ: 09.465.558/0001-17 Inscrição Estadual: 255.598.904	Código: 36668 Telefone: 473370-7647 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 748592-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: CONFORME EDITAL Local de Entrega: CONFORME EDITAL - - Objeto da Compra: Aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, carne, sucos) destinado à manutenção dos programas: Abrigo Institucional para criança e adolescente e Abrigo Institucional Casa de Passagem para adulto e família. Observações: ABRIGO TIFA MARTINS (MIKELLER - 32760424)	Solicitações:
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
127	2,000	KG	PÃO DE HAMBURGER (31679)	SCHERERPAN	9,90	19,80
128	3,000	KG	PÃO CACHORRO QUENTE 50g (7805)	SCHERERPAN	9,19	27,57
130	20,000	UN	PÃO FATIADO TIPO PLUMA (14632)	SCHERERPAN	5,55	111,00
131	20,000	UN	PÃO FATIADO TIPO CASEIRO - BATATA. (16481)	SCHERERPAN	6,40	128,00
132	20,000	UN	PÃO FATIADO TIPO CASEIRO - INTEGRAL. (16480)	SCHERERPAN	5,40	108,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	394,37
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	394,37

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 362/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 52 Data da Adjudicação: 10/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 543)

Folha: 1/1

Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809	Código: 24041 Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Bolsa Família CC 31878-7 Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (3) - Manutenção da gestão da política da assistência so	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações: BOLSA FAMÍLIA (3275 3909)	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
59	2.000,000	UN	CREME DENTAL C/ FLÚOR 90G (9153)	ICE FLESH	1,29	2.580,00
					Total Geral:	2.580,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.580,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 363/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 53 Data da Adjudicação: 10/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 544)

Folha: 1/1

Fornecedor: M MOBILE EIRELI Endereço: RUAAMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85 Inscrição Estadual:	Código: 41267 Telefone: 4733676217 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 26060-6
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Bolsa Família CC 31878-7 Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (3) - Manutenção da gestão da política da assistência so	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações: BOLSA FAMÍLIA (3275 3909)	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
163	1.000,000	UN	SABONETE INFANTIL C/HIDRATANTE (33573)	123 BABY	1,24	1.240,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.240,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.240,00

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 364/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 54 Data da Adjudicação: 10/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 545)

Folha: 1/1

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME Endereço: Rua Doutor Paulo Aldinger, 71-sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-690 CNPJ: 14.534.916/0001-36 Inscrição Estadual:	Código: 41654 Telefone: 473237-5550 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3432-0 - VILA NOVA - BLUM Conta Corrente: 21570-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Bolsa Família CC 31878-7 Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (3) - Manutenção da gestão da política da assistência so	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações: BOLSA FAMÍLIA (3275 3909)	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
74	2.000,000	UN	ESCOVA DENTAL INFANTIL (12544)	DENTALK	0,72	1.440,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.440,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.440,00

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 366/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 55 Data da Adjudicação: 10/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 546)

Folha: 1/1

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME Endereço: Rua Doutor Paulo Aldinger, 71-sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-690 CNPJ: 14.534.916/0001-36 Inscrição Estadual:	Código: 41654 Telefone: 473237-5550 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3432-0 - VILA NOVA - BLUM Conta Corrente: 21570-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.19.00.00.00 - Material de Acondicionamento e Embalagem Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: MATERIAL DESTINADO AOS CRAS	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
86	7,000	RL	FILME PLÁSTICO P/ EMBALAGEM (10126)	SCPLAST	3,45	24,15
168	2,000	RL	SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS 2 kg C/ 100 UN (27970)	SCPLAST	2,66	5,32
169	6,000	RL	SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS 3 kg C/ 100 UN (27971)	SCPLAST	3,18	19,08
170	5,000	RL	SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS 5 kg C/ 100 UN (27972)	SCPLAST	4,16	20,80
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	69,35
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	69,35

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 367/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 56 Data da Adjudicação: 10/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 547)

Folha: 1/1

Fornecedor: QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Endereço: RUA VENANCIO S.PORTO, 183-SALA 04 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230 CNPJ: 10.892.956/0001-07 Inscrição Estadual:	Código: 37767 Telefone: 4733738040 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGU Conta Corrente: 10440-X
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.19.00.00.00 - Material de Acondicionamento e Embalagem Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: MATERIAL DESTINADO AO CRAS	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
32	5,000	UN	BANDEJA DE PAPELÃO REDONDA (27962)	Embrast	1,60	8,00
33	5,000	UN	BANDEJA DE PAPELÃO RETANGULAR (27963)	Embrast	2,35	11,75
					Total Geral:	19,75
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	19,75

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 368/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 57 Data da Adjudicação: 10/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 548)

Folha: 1/1

Fornecedor: QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Endereço: RUA VENÂNCIO S.PORTO, 183-SALA 04 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230 CNPJ: 10.892.956/0001-07 Inscrição Estadual:	Código: 37767 Telefone: 4733738040 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGU Conta Corrente: 10440-X
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: MATERIAL DESTINADO AOS CRAS	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
145	5,000	PCT	POTE DESCARTÁVEL PLASTICO COM TAMPAS (23657)	Embrast	5,90	29,50
147	20,000	PCT	PRATOS DESCARTÁVEIS 18cm C/ 10 UN (27968)	Embrast	0,94	18,80
148	13,000	PCT	PRATOS DESCARTÁVEIS 21cm C/ 10 UN (27969)	Embrast	1,40	18,20
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	66,50
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	66,50

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 369/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 58 Data da Adjudicação: 10/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 549)

Folha: 1/1

Fornecedor: M MOBILE EIRELI Endereço: RUAAMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85 Inscrição Estadual:	Código: 41267 Telefone: 4733676217 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 26060-6
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: MATERIAL DESTINADOS AOS CRAS	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
53	100,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN (8452)	CRISTAL	2,82	282,00
139	3,000	RL	PAPEL ALUMÍNIO - RL C/ 7,5 M X 45 CM (9376)	BOMPACK	3,60	10,80
190	19,000	PCT	TOALHAS DE PAPEL - PCT C/ 02 ROLOS (10742)	BOB	2,59	49,21
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	342,01
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	342,01

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 370/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 59 Data da Adjudicação: 10/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 550)

Folha: 1/1

Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809	Código: 24041 Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: FNAS-Fortalecimento de vínculos Dotações Utilizadas: 2.810.3.3.90.00.00.00.00 (21) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência Compl. Elemento: 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações: MATERIAL DESTINADO AOS CRAS	Solicitações:
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
50	10,000	PCT	COLHER DESCARTÁVEL (11520)	MAGISTUS	2,65	26,50
146	10,000	PCT	PRATOS DESCARTÁVEIS 26cm C/ 10 UN (27967)	MINASPLAST	2,64	26,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	52,90
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	52,90

Jaraguá do Sul, 10 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 374/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 60 Data da Adjudicação: 12/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 565)

Folha: 1/1

Fornecedor: M MOBILE EIRELI Endereço: RUAAMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85 Inscrição Estadual:	Código: 41267 Telefone: 4733676217 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 26060-6
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Bolsa Família CC 31878-7 Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (3) - Manutenção da gestão da política da assistência so	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: CAF - BOLSA FAMÍLIA (MALU - 3275 3909)	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	100,000	PCT	BOLACHA DOCE SORTIDA. (28398)	PRODASA	3,50	350,00
12	150,000	PCT	BOLACHA SALGADA INTEGRAL (27131)	RENATA	3,80	570,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	920,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	920,00

Jaraguá do Sul, 12 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 400/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 61 Data da Adjudicação: 25/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 621)	Folha: 1/2

Fornecedor: OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechsler, 3623 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual:	Código: 33258 Telefone: 478469-1308 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 405-7 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 5645-6
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: ABRIGOS TIFA BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
30	145,000	UN	APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL. (25215)	SUPERBARBA	1,15	166,75
39	2,000	UN	BORRIFADOR SPRAY (28247)	UNILUK	3,28	6,56
45	2,000	UN	CESTO P/ROUPA 46 LITROS (33560)	ARQPLAST	19,90	39,80
58	8,000	UN	CORTADOR DE UNHA (12542)	STARBEAUTY	2,10	16,80
71	3,000	PCT	ELÁSTICOS P/ CABELOS (23393)	HAIR	3,30	9,90
78	2,000	UN	ESCOVA OVAL DE MÃO (8328)	BEL	1,79	3,58
80	5,000	UN	ESMALTE (12598)	STAR BEUTY	2,40	12,00
83	10,000	UN	ESTOJO P/ESCOVA, FIO E CREME DENTAL (27652)	MARILU	4,39	43,90
99	10,000	UN	GEL FIXADOR (18967)	GARBIN	4,60	46,00
101	4,000	CX	GRAMPOS P/ CABELO (12548)	LALUPE	3,29	13,16
113	30,000	UN	LIXA P/ UNHA (12541)	LAHNS	0,15	4,50
128	1,000	UN	MOP PÓ COMPLETO 40CM (32359)	NOBRE	39,60	39,60
137	45,000	UN	PANO ATOALHADO P/ LIMPEZA (23439)	CARVALHO	2,29	103,05
166	5,000	UN	SABONETEIRA (16007)	RAINHA	2,20	11,00
186	2,000	UN	TAPETE EMBORRACHADO P/ BOX (27661)	BOVOLIN	9,90	19,80
187	2,000	UN	TESOURA DE UNHA P/ BEBÊ (27667)	STAR BEUTY	6,99	13,98
188	2,000	UN	TIARA P/ CABELO COM ADORNO (23497)	HAIR	2,25	4,50
189	1,000	UN	TIARA P/ CABELO (27668)	HAIR	1,90	1,90

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 400/2016

Processo Administrativo: 6-17/2015
Processo Nr.: 17/2015
Data do Processo: 10/09/2015
Data da Homologação: 25/11/2015
Sequência da Adjudicação: 61
Data da Adjudicação: 25/05/2016

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 17/2015 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 621)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
194	14,000	UN	VASSOURA DE PÊLO 60CM (8515)	DP	19,80	277,20

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	833,98
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	833,98

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 401/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 62 Data da Adjudicação: 25/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 622)

Folha: 1/1

Fornecedor: QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Endereço: RUA VENÂNCIO S.PORTO, 183-SALA 04 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230 CNPJ: 10.892.956/0001-07 Inscrição Estadual:	Código: 37767 Telefone: 4733738040 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGU Conta Corrente: 10440-X
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.20.00.00.00 - Material de Cama, Mesa e Banho Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: ABRIGOS TIFA BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
44	6,000	GL	CERA LÍQUIDA À BASE DE ÁGUA C/ 5 L (13490)	Verdesan	18,90	113,40
105	10,000	GL	HIPOCLORITO DE SÓDIO (9180)	Verdesan	10,50	105,00
107	1,000	UN	KIT BALDE CENTRIFUGADOR + ESFREGÃO 360° (33566)	Perfect	152,00	152,00
161	47,000	UN	SABÃO EM PÓ- PCT 3 KG (30038)	Ultra Class	9,66	454,02
175	1,000	PCT	SACO P/LIXO 40 L - PCT C/100 UN (33586)	Naveplast	8,00	8,00
176	3,000	PCT	SACO P/LIXO 20 L - PCT C/100 UN (33587)	Naveplast	5,50	16,50
177	10,000	UN	SAPONÁCEO CREMOSO (12535)	Ultra Class	2,05	20,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	869,42
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	869,42

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL		AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 402/2016	
CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC		Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 63 Data da Adjudicação: 25/05/2016	
		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR	
(Empenho Ordinário nr.: 623)			Folha: 1/2

Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38	Código: 24041 Inscrição Estadual: 253.306.809	Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
---	--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: ABRIGOS TIFA BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
24	27,000	FR	ÁLCOOL ETILICO FR C/ 1000ML - 92,6 A 93,8 INPM (8281)	MEGA	3,43	92,61
26	9,000	UN	ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO 70% (14141)	MEGA	6,40	57,60
51	10,000	UN	CONDICIONADOR P/ CABELOS INFANTIL (27651)	ANJINHO	5,60	56,00
59	94,000	UN	CREME DENTAL C/ FLÚOR 90G (9153)	ICE FLESH	1,29	121,26
73	100,000	UN	ESCOVA DENTAL ADULTO (12543)	MEDFIO	0,75	75,00
88	10,000	RL	FIO DENTAL (9025)	MEDFIO	1,95	19,50
91	10,000	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM GG (30029)	BABY PIS	11,50	115,00
92	20,000	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - TAM. G (10063)	BABY PIS	8,90	178,00
93	8,000	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - TAM. M (10064)	BABY PIS	9,05	72,40
94	5,000	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - TAM. P (11862)	BABY PIS	12,80	64,00
104	5,000	CX	HASTES FLEXÍVEIS DE ALGODÃO C/ 75 UN (9239)	ANJINHO	1,05	5,25
110	10,000	UN	LENÇO UMEDECIDO (14503)	ANJINHO	2,80	28,00
121	10,000	PR	LUVAS PARA LIMPEZA - TAM. GRANDE - BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, NORMA NBR-13393; COM SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE (6343)	VOLK	2,10	21,00
122	15,000	PR	LUVAS PARA LIMPEZA - TAM. MÉDIO - BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, NORMA NBR-13393; COM SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE (6342)	VOLK	2,10	31,50
173	5,000	PCT	SACO P/ LIXO 100 L - C/ 100 UN (20048)	NEWPLAST	33,50	167,50
174	2,000	PCT	SACO P/ LIXO 60L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX.60X70X0,07 (20251)	NEWPLAST	14,85	29,70
178	10,000	UN	SHAMPOO INFANTIL (27650)	ANJINHO	5,09	50,90
183	9,000	UN	TALCO P/ PÉS (27659)	SEVEN	6,78	61,02
185	2,000	UN	TAPETE EM MICROFIBRA P/ BANHEIRO (27660)	VS	22,00	44,00

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 402/2016

Processo Administrativo: 6-17/2015
 Processo Nr.: 17/2015
 Data do Processo: 10/09/2015
 Data da Homologação: 25/11/2015
 Sequência da Adjudicação: 63
 Data da Adjudicação: 25/05/2016

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 17/2015 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 623)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
193	4,000	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO - COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM (8409)	BRUXINHA	11,95	47,80

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	1.338,04
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	1.338,04

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL		AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 403/2016	
CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC		Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 64 Data da Adjudicação: 25/05/2016	
		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR	

(Empenho Ordinário nr.: 628) Folha: 1/1

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME Endereço: Rua Doutor Paulo Aldinger, 71-sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-690 CNPJ: 14.534.916/0001-36 Inscrição Estadual:	Código: 41654 Telefone: 473237-5550 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3432-0 - VILA NOVA - BLUM Conta Corrente: 21570-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: ABRIGOS TIFA BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
23	55,000	FR	AGUA SANITARIA FR C/ 1000ML (8324)	LIMPINHA	1,42	78,10
49	1,000	UN	LIXEIRA COPOS 2 BOCAS (32290)	CB	19,32	19,32
63	87,000	UN	DETERGENTE GEL (30028)	LIMPOL	4,73	411,51
74	5,000	UN	ESCOVA DENTAL INFANTIL (12544)	DENTALK	0,72	3,60
95	5,000	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM. RN (30030)	KARICIA	12,04	60,20
98	10,000	UN	GEL DENTAL INFANTIL SEM FLUOR (27665)	CONDOR	7,40	74,00
112	18,000	GL	MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L (16309)	MULTISAN	11,20	201,60
134	2,000	UN	PÁ DE LIXO C/CABO 23X19X9CM (32362)	MARINGA	2,95	5,90
140	10,000	FDO	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO - C/ 64 X 60M X 10CM (13850)	NESS	72,50	725,00
150	8,000	DZ	PRENDEDOR DE ROUPA (12547)	GABOARDI	1,05	8,40
165	6,000	GL	SABONETE LÍQUIDO - GL 5 L (12536)	HANDFRESH	10,90	65,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.653,03
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.653,03

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL		AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 404/2016	
CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC		Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 65 Data da Adjudicação: 25/05/2016	
		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR	

(Empenho Ordinário nr.: 624)

Folha: 1/1

Fornecedor: M MOBILE EIRELI Endereço: RUAAMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85 Inscrição Estadual:	Código: 41267 Telefone: 4733676217 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 26060-6
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: ABRIGOS TIFA BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
53	50,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN (8452)	CRISTAL	2,82	141,00
139	2,000	RL	PAPEL ALUMÍNIO - RL C/ 7,5 M X 45 CM (9376)	BOMPACK	3,60	7,20
190	16,000	PCT	TOALHAS DE PAPEL - PCT C/ 02 ROLOS (10742)	BOB	2,59	41,44
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	189,64
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	189,64

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 405/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 66 Data da Adjudicação: 25/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 625)

Folha: 1/1

Fornecedor: QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Endereço: RUA VENANCIO S.PORTO, 183-SALA 04 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230 CNPJ: 10.892.956/0001-07 Inscrição Estadual:	Código: 37767 Telefone: 4733738040 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGU Conta Corrente: 10440-X
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais Compl. Elemento: 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações: ABRIGOS TIFA BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
147	15,000	PCT	PRATOS DESCARTÁVEIS 18cm C/ 10 UN (27968)	Embrast	0,94	14,10
148	15,000	PCT	PRATOS DESCARTÁVEIS 21cm C/ 10 UN (27969)	Embrast	1,40	21,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	35,10
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	35,10

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 406/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 67 Data da Adjudicação: 25/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 626)

Folha: 1/1

Fornecedor: QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Endereço: RUA VENANCIO S.PORTO, 183-SALA 04 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230 CNPJ: 10.892.956/0001-07 Inscrição Estadual:	Código: 37767 Telefone: 4733738040 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGU Conta Corrente: 10440-X
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.19.00.00.00 - Material de Acondicionamento e Embalagem Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: ABRIGOS TIFA, BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
167	4,000	PCT	EMBALAGEM P/ PIPOCA (10743)	Embrast	7,83	31,32
					Total Geral:	31,32
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	31,32

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 407/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 68 Data da Adjudicação: 25/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 627)

Folha: 1/1

Fornecedor: OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechsler, 3623 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual:	Código: 33258 Telefone: 478469-1308 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 405-7 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 5645-6
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.814.3.3.90.00.00.00.00 (34) - Manutenção das atividades dos abrigos institucionais	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: ABRIGOS TIFA, BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
40	1,000	UN	BOTIJÃO TÉRMICO C/TORNEIRA (32142)	INVICTA	88,90	88,90
					Total Geral:	88,90
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	88,90

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 25 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL		AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 415/2016	
CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC		Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 69 Data da Adjudicação: 30/05/2016	
		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR	
(Empenho Ordinário nr.: 618)			Folha: 1/2

Fornecedor: M MOBILE EIRELI Endereço: RUA AMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85 Inscrição Estadual:	Código: 41267 Telefone: 4733676217 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 26060-6
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Solicitações:
Unidade:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Centro de Custo:	1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Fonte de Recurso:	Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I)	
Dotações Utilizadas:	2.815.3.3.90.00.00.00.00 (39) - Manutenção das atividades do abrigo institucional	
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização	
Condições de Pagto:	ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA	
Prazo Entrega/Exec.:	12 MESES	
Local de Entrega:	Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014	
Objeto da Compra:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações:	ABRIGOS TIFA MARTINS, BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
20	58,000	PCT	ABSORVENTE HIGIÊNICO (33554)	SYNN	2,19	127,02
21	5,000	PCT	ABSORVENTE HIGIÊNICO - protetor diário (30052)	INTIMUS	3,10	15,50
25	6,000	UN	ÁLCOOL EM GEL (27670)	DA ILHA	3,39	20,34
29	50,000	FR	AMACIANTE DE ROUPAS (11087)	UNIVERSAL	3,00	150,00
52	40,000	UN	CONDICIONADOR P/ CABELOS (13535)	MONANGE	5,28	211,20
65	115,000	UN	DESODORANTE ROLL-ON (26240)	GIOVANA BABY	7,50	862,50
66	9,000	FR	DESODORIZADOR DE AMBIENTE - MÍNIMO DE 300 ml (12507)	PURO AR	5,99	53,91
67	6,000	UN	DESENTUPIDOR GRANULADO (23440)	DIABO VERDE	11,90	71,40
81	20,000	UN	ESPONJA DE AÇO (21766)	INOVE	1,05	21,00
82	90,000	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA; TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MMX75MMX20 MM (12589)	BETTANIN	0,57	51,30
89	10,000	UN	FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO (8443)	MARTINS	0,89	8,90
111	6,000	UN	LIMPA VIDROS C/ 500ML (8320)	DAILHA	1,95	11,70
120	10,000	FR	LUSTRA MÓVEIS 200ML (8323)	WORKER	1,68	16,80
138	20,000	PCT	PANO MULTIUSO P/ LIMPEZA - PCT C/ 5 UN (8367)	VABENE	1,69	33,80
143	40,000	UN	PEDRA SANITÁRIA 25G (12531)	SANY	0,75	30,00
160	44,000	UN	SABÃO EM BARRA (12532)	GIRANDO SOL	1,12	49,28
163	20,000	UN	SABONETE INFANTIL C/HIDRATANTE (33573)	123 BABY	1,24	24,80
164	155,000	UN	SABONETE C/ 90G (12537)	FRANCIS	1,00	155,00
172	1,000	PCT	SACO P/ LIXO 200L - C/ 100 UN (10571)	IDEAL	47,90	47,90

Jaraguá do Sul, 30 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 415/2016

Processo Administrativo: 6-17/2015
 Processo Nr.: 17/2015
 Data do Processo: 10/09/2015
 Data da Homologação: 25/11/2015
 Sequência da Adjudicação: 69
 Data da Adjudicação: 30/05/2016

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 17/2015 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 618)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
179	52,000	UN	SHAMPOO (10057)	MONAGE	4,70	244,40

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	2.206,75
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.206,75

Jaraguá do Sul, 30 de Maio de 2016

 Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 416/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 70 Data da Adjudicação: 30/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 619)

Folha: 1/1

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME Endereço: Rua Doutor Paulo Aldinger, 71-sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-690 CNPJ: 14.534.916/0001-36 Inscrição Estadual:	Código: 41654 Telefone: 473237-5550 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3432-0 - VILA NOVA - BLUM Conta Corrente: 21570-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.815.3.3.90.00.00.00.00 (39) - Manutenção das atividades do abrigo institucional Compl. Elemento: 3.3.90.30.19.00.00.00 - Material de Acondicionamento e Embalagem Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações:	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
86	9,000	RL	FILME PLÁSTICO P/ EMBALAGEM (10126)	SCPLAST	3,45	31,05
168	1,000	RL	SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS 2 kg C/ 100 UN (27970)	SCPLAST	2,66	2,66
169	2,000	RL	SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS 3 kg C/ 100 UN (27971)	SCPLAST	3,18	6,36
170	4,000	RL	SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS 5 kg C/ 100 UN (27972)	SCPLAST	4,16	16,64
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	56,71
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	56,71

Jaraguá do Sul, 30 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 417/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 72 Data da Adjudicação: 30/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 631)

Folha: 1/1

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME Endereço: Rua Doutor Paulo Aldinger, 71-sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-690 CNPJ: 14.534.916/0001-36 Inscrição Estadual:	Código: 41654 Telefone: 473237-5550 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3432-0 - VILA NOVA - BLUM Conta Corrente: 21570-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.815.3.3.90.00.00.00.00 (39) - Manutenção das atividades do abrigo institucional Compl. Elemento: 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações: ABRIGOS TIFA MARTINS, BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
87	2,000	CX	FILTRO DE PAPEL Nº 103 C/ 30 UN (8454)	BRIGITA	1,60	3,20
90	2,000	VAÇC	FÓSFORO - C/ 10 CAIXINHAS (12557)	GABOARDI	1,95	3,90
102	5,000	PCT	GUARDANAPO DE PAPEL 20 X 22,5CM (33565)	FACE A FACE	0,58	2,90
103	5,000	PCT	GUARDANAPOS DE PAPEL 30X30 CM (11519)	FACE A FACE	1,18	5,90
132	2,000	CX	PALITO DE DENTE (12520)	GABOARDI	0,55	1,10
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	17,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	17,00

Jaraguá do Sul, 30 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 418/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 73 Data da Adjudicação: 30/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 632)

Folha: 1/1

Fornecedor: DISQUEMED DISTR. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP Endereço: RUA AMÉRICO VESPÚCIO, 995 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89213-401 CNPJ: 01.306.465/0001-38 Inscrição Estadual: 253.306.809	Código: 24041 Telefone: 4734653528 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5214-0 - Joinville-Centro Conta Corrente: 1073187-3
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.815.3.3.90.00.00.00.00 (39) - Manutenção das atividades do abrigo institucional Compl. Elemento: 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações: ABRIGOS TIFA MARTINS, BAEPENDI E CASA DE PASSAGEM	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
50	6,000	PCT	COLHER DESCARTÁVEL (11520)	MAGISTUS	2,65	15,90
85	6,000	PCT	FACA DESCARTÁVEL P/ REFEIÇÃO C/ 50 UN (22962)	MAGISTUS	2,79	16,74
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	32,64
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	32,64

Jaraguá do Sul, 30 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 429/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 74 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 679)

Folha: 1/1

Fornecedor: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 1058, sala 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-000 CNPJ: 22.621.552/0001-50 Inscrição Estadual:	Código: 45192 Telefone: 473371-4998 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 1755-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: SF-FEAS-Serv.Esp.Média Complex. cc 0730430-7 Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (52) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações: CREAS BAEPENDI (DALILA 3371 0721)	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	100,000	UN	BARRA DE CEREAL. (22478)	NUTRY	1,40	140,00
15	2,000	UN	MAIONESE LIGHT 500GR (22782)	PURITY	6,01	12,02
17	2,000	UN	MARGARINA VEGETAL LIGHT 500 g (17607)	DELICIA	4,68	9,36
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	161,38
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	161,38

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 430/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 75 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 680)

Folha: 1/1

Fornecedor: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 1058, sala 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-000 CNPJ: 22.621.552/0001-50 Inscrição Estadual:	Código: 45192 Telefone: 473371-4998 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 1755-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: SF-FEAS-Serv.Esp.Média Complex. cc 0730430-7 Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (52) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES Observações: CREAS NOVA BRASÍLIA (JANE 3275 2343)	Solicitações:
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
14	4,000	UN	CREME DE LEITE (30632)	NESTLE	4,13	16,52
					Total Geral:	16,52
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	16,52

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 30 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 451/2016 Processo Administrativo: 6-17/2015 Processo Nr.: 17/2015 Data do Processo: 10/09/2015 Data da Homologação: 25/11/2015 Sequência da Adjudicação: 79 Data da Adjudicação: 03/06/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 696)

Folha: 1/1

Fornecedor: OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechsler, 3623 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual:	Código: 33258 Telefone: 478469-1308 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 405-7 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 5645-6
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: SF-FEAS-Serv.Esp.Média Complex. cc 0730430-7 Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (52) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha Condições de Pagto: ATÉ 30 DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: Fundo Municipal de Assist. Social - Rua Walter Marquardt, 1111, Rio Molha - 47 2106-8014 Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, MATERIAL DE COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, TECIDOS E ALIMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS DO FMAS. AO LONGO DE 12(DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES	
Observações: P/ OS CREAS	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
40	2,000	UN	BOTIJÃO TÉRMICO C/TORNEIRA (32142)	INVICTA	88,90	177,80
137	10,000	UN	PANO ATOALHADO P/ LIMPEZA (23439)	CARVALHO	2,29	22,90
					Total Geral:	200,70
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	200,70

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 3 de Junho de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 413/2016
	Processo Administrativo: 18-13/2015 Processo Nr.: 13/2015 Data do Processo: 27/07/2015 Data da Homologação: 04/09/2015 Sequência da Adjudicação: 10 Data da Adjudicação: 31/05/2016
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2015 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 630)

Folha: 1/1

Fornecedor: VIAÇÃO CANARINHO LTDA Endereço: Rua Roberto Ziemann, 460 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-300 CNPJ: 84.438.209/0001-21 Inscrição Estadual: 251.767.345	Código: 333 Telefone: 473275-8500 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 2618-4
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMUS Dotações Utilizadas: 2.811.3.3.90.00.00.00.00 (24) - Manutenção das atividades do Centro de Atendimento	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.27.00.00.00 - Locação de Veículos Para Locomoção Condições de Pagto: até 30 dias após o recebimento da mercadoria Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: CONFORME EDITAL - - Objeto da Compra: SERVIÇO DE TRANSPORTE INCLUINDO VEÍCULO E MOTORISTA COM ÔNIBUS CONVENCIAL COM CAPACIDADE PARA 46 PASSAGEIROS SENTADOS.	
Observações: CENTRO DE CONVIVÊNCIA (MARCELO - 3370-7562) 3372-3116 3371-9148 3274-8818	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	4.000,000	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS C/ CAPACIDADE PARA 46 LUGARES (33412)	CANARINHO	4,15	16.600,00
					Total Geral:	16.600,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	16.600,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 421/2016 Processo Administrativo: 9-12/2015 Processo Nr.: 12/2015 Data do Processo: 10/07/2015 Data da Homologação: 01/09/2015 Sequência da Adjudicação: 9 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 637)

Folha: 1/1

Fornecedor: MLC RESTAURANTE E COZINHA INDUSTRIAL LTDA ME Endereço: Rua Expedic. Antônio Carlos Ferreira, 850 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-101 CNPJ: 10.230.170/0001-16 Inscrição Estadual:	Código: 44012 Telefone: 473372-3573 Banco: 104 - Caixa Econ. Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 2924-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Conv.FNAS/PAC I (Piso Alta Complex. I) Dotações Utilizadas: 2.815.3.3.90.00.00.00.00 (39) - Manutenção das atividades do abrigo institucional Compl. Elemento: 3.3.90.39.41.00.00.00 - Fornecimento de Alimentação Condições de Pagto: até 30 dias após o recebimento da mercadoria Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: SERV. DE ACOLHI. INST. CASA DE PASSAGEM - RUA JOÃO JANUÁRIO AYROSO, 1855 - BAIRRO JARAGUÁ ESQUERDO Objeto da Compra: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS TRANSPORTADAS EM HOT BOX ISOTÉRMICOS PARA SEREM SERVIDAS EM BUFFET TÉRMICO, DESTINADAS A ALIMENTAÇÃO DAS PESSOAS ABRIGADAS NA CASA DE PASSAGEM - CENTRO DE RESGATE SOCIAL. Observações: CASA DE PASAGEM (DENISE - 3371 1534)	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	350,000	UN	REFEIÇÕES (11527)	MLC	7,90	2.765,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	2.765,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.765,00

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 424/2016 Processo Administrativo: 9/2015 Processo Nr.: 9/2015 Data do Processo: 12/06/2015 Data da Homologação: 16/07/2015 Sequência da Adjudicação: 39 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 681)	Folha: 1/2

Fornecedor: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 1058, sala 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-000 CNPJ: 22.621.552/0001-50 Inscrição Estadual:	Código: 45192 Telefone: 473371-4998 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 1755-0
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 2.811.3.3.90.00.00.00.00.00 (24) - Manutenção das atividades do Centro de Atendimento	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: até 30 dias após o recebimento da mercadoria Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: CONFORME EDITAL - - Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PANIFÍCIOS DESTINADOS AOS EVENTOS E OFICINAS DO ESPAÇO MULHER E DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE JARAGUÁ DO SUL - SC.	
Observações: ESPAÇO MULHER (SINARA - 3370-7562)	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	2,000	UN	AÇÚCAR BAUNILHA (13348)	HORTA E SABC	1,80	3,60
9	1,000	KG	ALHO (8272)	IN NATURA	16,40	16,40
17	10,000	KG	BANANA BRANCA TIPO ESPECIAL (8749)	IN NATURA	3,55	35,50
34	3,000	UN	CANELA EM PÓ (13346)	HORA E SABOI	3,30	9,90
39	3,000	KG	CEBOLA EXTRA (8266)	IN NATURA	3,27	9,81
40	4,000	KG	CENOURA EXTRA (7942)	IN NATURA	3,75	15,00
45	6,000	UN	CÔCO RALADO - 100 GR (15094)	APTI	3,30	19,80
56	2,000	UN	ERVA DOCE (27211)	HORTA E SABC	2,55	5,10
69	1,000	KG	GENGIBRE (15990)	IN NATURA	16,90	16,90
77	10,000	KG	MAÇÃ FUGI (10344)	IN NATURA	4,95	49,50
90	2,000	UN	ORÉGANO (13337)	MAKRI	5,75	11,50
91	18,000	DZ	OVOS 1 DÚZIA (7803)	KASULKE	4,85	87,30
100	2,000	KG	CARNE DE FRANGO TIPO PEITO (16611)	AGROVÊNETO	9,40	18,80
109	3,000	KG	PRESUNTO COZIDO FATIADO (27212)	TOMELIN	20,00	60,00
110	3,000	KG	QUEIJO MUSSARELA - FATIADO (6427)	LACTOVALE	21,10	63,30
115	4,000	UN	REQUEIJÃO CREMOSO (14081)	FRIMESA	4,70	18,80
116	1,000	UN	RICOTA (26609)	LACTOVALE	12,25	12,25
119	5,000	KG	SALSICHA (10696)	FRICASA	8,25	41,25

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 424/2016**

Processo Administrativo: 9/2015
Processo Nr.: 9/2015
Data do Processo: 12/06/2015
Data da Homologação: 16/07/2015
Sequência da Adjudicação: 39
Data da Adjudicação: 31/05/2016

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 9/2015 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 681)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
127	3,000	KG	TOMATE PÉRA (7872)	IN NATURA	4,95	14,85
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	509,56
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	509,56

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL		AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 425/2016	
CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC		Processo Administrativo: 9/2015 Processo Nr.: 9/2015 Data do Processo: 12/06/2015 Data da Homologação: 16/07/2015 Sequência da Adjudicação: 40 Data da Adjudicação: 31/05/2016	
		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR	

(Empenho Ordinário nr.: 682) Folha: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL THOMEK LTDA EPP Endereço: Rua Leodato Ribeiro, 80 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-260 CNPJ: 72.375.447/0001-56 Inscrição Estadual: 252.701.232	Código: 5529 Telefone: 473273-2167 Banco: 033 - Banespa-Santander-03 Agência: 1243 - 1243 - Jaraguá Conta Corrente: 13.000135-7
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMUS Dotações Utilizadas: 2.811.3.3.90.00.00.00.00 (24) - Manutenção das atividades do Centro de Atendimento	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: até 30 dias após o recebimento da mercadoria Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: CONFORME EDITAL - - Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PANIFÍCIOS DESTINADOS AOS EVENTOS E OFICINAS DO ESPAÇO MULHER E DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE JARAGUÁ DO SUL - SC.	
Observações: ESPAÇO MULHER (SINARA - 3370-7562)	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	15,000	KG	AÇÚCAR REFINADO (8455)	ALTO ALEGRE	2,23	33,45
12	1,000	PCT	AMIDO DE MILHO. (24906)	LOREMIL	6,40	6,40
28	8,000	PCT	BISCOITO ÁGUA E SAL (31672)	PARATI	4,65	37,20
31	25,000	UN	CAFÉ 500GR C/ SELO ABIC (17604)	DUALIS	7,80	195,00
33	12,000	UN	CANELA EM RAMA (21797)	APTI	3,85	46,20
52	20,000	PT	CRAVO DA ÍNDIA (26611)	APTI	3,00	60,00
58	6,000	UN	EXTRATO DE TOMATE 350G (22519)	BONARE	2,90	17,40
61	10,000	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - PCT C/ 05 KG (13398)	SUDOESTE	13,00	130,00
66	16,000	UN	FERMENTO QUÍMICO. (23199)	NORDESTE	2,75	44,00
73	4,000	UN	LEITE CONDENSADO 395g (13330)	PIRACANJUBA	3,74	14,96
75	60,000	L	LEITE ESTERILIZADO INTEGRAL 1 LITRO - EMB. TETRAPAK (7770)	PIRACANJUBA	2,49	149,40
81	10,000	UN	MAIONESE LIGHT 500GR (22782)	SUAVIT	6,00	60,00
85	4,000	PCT	MILHO P/ PIPOCA (13401)	JARAGUÁ	2,69	10,76
89	6,000	UN	OLEO DE SOJA REFINADO 900ML (6415)	COCAMAR	3,33	19,98
102	2,000	UN	PEPINO EM CONSERVA (12759)	LANGA	4,99	9,98
106	20,000	KG	PINHÃO (10723)	COLONIAL	9,50	190,00
118	1,000	KG	SAL REFINADO (13334)	ZIZO	1,29	1,29
126	10,000	L	SUCO DE UVA SEM AÇÚCAR (22075)	CATAFESTA	12,00	120,00

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:	1.146,02
	Desconto:	0,00
	Total Líquido:	1.146,02

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 426/2016 Processo Administrativo: 9/2015 Processo Nr.: 9/2015 Data do Processo: 12/06/2015 Data da Homologação: 16/07/2015 Sequência da Adjudicação: 41 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 683)

Folha: 1/1

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA ME Endereço: Rua RUA INÁCIO ZACKO, 103 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-810 CNPJ: 09.465.558/0001-17 Inscrição Estadual: 255.598.904	Código: 36668 Telefone: 473370-7647 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 748592-1
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMUS Dotações Utilizadas: 2.811.3.3.90.00.00.00.00 (24) - Manutenção das atividades do Centro de Atendimento Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: até 30 dias após o recebimento da mercadoria Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: CONFORME EDITAL - - Objeto da Compra: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E PANIFÍCIOS DESTINADOS AOS EVENTOS E OFICINAS DO ESPAÇO MULHER E DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE JARAGUÁ DO SUL - SC. Observações: ESPAÇO MULHER (SINARA - 33707562)	Solicitações:
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
92	4,000	KG	PÃO CACHORRO QUENTE 50g (7805)	SCHERER PAN	9,90	39,60
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	39,60
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	39,60

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 372/2016 Processo Administrativo: 4-2/2015 Processo Nr.: 2/2015 Data do Processo: 27/02/2015 Data da Homologação: 02/07/2015 Sequência da Adjudicação: 90 Data da Adjudicação: 12/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 561)

Folha: 1/1

Fornecedor: PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 658 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-001 CNPJ: 19.950.640/0001-90 Inscrição Estadual:	Código: 43540 Telefone: 473273-8448 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 5888-5
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: IGD-Suas Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (5) - Manutenção da gestão da política da assistência so Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: CONFORME EDITAL - CONFORME EDITAL - Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando Registro de Preços, a aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, frios, pães, sucos, lanches), para os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Programa Bolsa Família/CadÚnico, Programa de Proteção Social Básica -PPSB. Benefício de Prestação Continuada e ACESSUAS. Observações: SEMASCRI (PAULO 2106 8014).	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	12,000	KG	AÇÚCAR REFINADO (8455)	ALTO REFINAC	2,20	26,40
					Total Geral:	26,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	26,40

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 12 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 373/2016 Processo Administrativo: 4-2/2015 Processo Nr.: 2/2015 Data do Processo: 27/02/2015 Data da Homologação: 02/07/2015 Sequência da Adjudicação: 91 Data da Adjudicação: 12/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 566)

Folha: 1/1

Fornecedor: PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 658 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-001 CNPJ: 19.950.640/0001-90 Inscrição Estadual:	Código: 43540 Telefone: 473273-8448 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 5888-5
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: Bolsa Família CC 31878-7 Dotações Utilizadas: 2.804.3.3.90.00.00.00.00 (3) - Manutenção da gestão da política da assistência so	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: CONFORME EDITAL - CONFORME EDITAL - Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando Registro de Preços, a aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, frios, pães, sucos, lanches), para os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Programa Bolsa Família/Cadúnico, Programa de Proteção Social Básica -PPSB, Benefício de Prestação Continuada e ACESSUAS.	
Observações: CAF - BOLSA FAMILIA (MALU - 3275 3909)	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
14	40,000	KG	BANANA BRANCA TIPO ESPECIAL (8749)	IN NATURA	3,50	140,00
129	121,000	KG	TANGERINA PONKAN (21290)	IN NATURA,	4,00	484,00
					Total Geral:	624,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	624,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 12 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 427/2016 Processo Administrativo: 4-2/2015 Processo Nr.: 2/2015 Data do Processo: 27/02/2015 Data da Homologação: 02/07/2015 Sequência da Adjudicação: 92 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 676)

Folha: 1/1

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA ME Endereço: Rua RUA INÁCIO ZACKO, 103 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-810 CNPJ: 09.465.558/0001-17 Inscrição Estadual: 255.598.904	Código: 36668 Telefone: 473370-7647 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 748592-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: SF-FEAS-Serv.Esp.Média Complex. cc 0730430-7 Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (52) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: CONFORME EDITAL - CONFORME EDITAL - Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando Registro de Preços, a aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, frios, pães, sucos, lanches), para os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Programa Bolsa Família/CadÚnico, Programa de Proteção Social Básica -PPSB. Benefício de Prestação Continuada e ACESSUAS.	
Observações: CREAS BAEPENDI (DALILA - 3371 0721)	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
22	20,000	PCT	BISCOITO DE POLVILHO (29006)	SCHERER PAN	3,45	69,00
101	2,000	UN	PÃO DE SANDUICHE INTEGRAL (29770)	SCHERER PAN	4,95	9,90
102	3,000	UN	PÃO FATIADO TIPO PLUMA (14632)	SCHERER PAN	4,95	14,85
103	2,000	KG	PÃO CACHORRO QUENTE 50g (7805)	SCHERER PAN	9,50	19,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	112,75
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	112,75

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 428/2016 Processo Administrativo: 4-2/2015 Processo Nr.: 2/2015 Data do Processo: 27/02/2015 Data da Homologação: 02/07/2015 Sequência da Adjudicação: 93 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 677)	Folha: 1/2

Fornecedor: PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 658 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-001 CNPJ: 19.950.640/0001-90 Inscrição Estadual:	Código: 43540 Telefone: 473273-8448 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 5888-5
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: SF-FEAS-Serv.Esp.Média Complex. cc 0730430-7 Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00 (52) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: CONFORME EDITAL - CONFORME EDITAL - Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando Registro de Preços, a aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, frios, pães, sucos, lanches), para os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Programa Bolsa Família/CadÚnico, Programa de Proteção Social Básica -PPSB. Benefício de Prestação Continuada e ACESSUAS. Observações: CREAS BAEPENDI (DALILA 3371 0721)	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	2,000	UN	ABACAXI (16462)	IN NATURA	4,80	9,60
6	8,000	KG	AÇÚCAR REFINADO (8455)	ALTO REFINAD	2,20	17,60
9	0,200	KG	ALHO (8272)	IN NATURA	16,40	3,28
14	4,000	KG	BANANA BRANCA TIPO ESPECIAL (8749)	IN NATURA	3,50	14,00
15	4,000	KG	BANANA (11495)	IN NATURA	2,00	8,00
18	1,000	UN	BATATA PALHA - 500 GR (15095)	SPECIALLE	9,40	9,40
19	4,000	UN	BEBIDA LÁCTEA 900ml (26612)	TIROL	3,10	12,40
32	4,000	UN	CAFÉ 500GR C/ SELO ABIC (17604)	COCAMAR	7,80	31,20
38	2,000	KG	CARNE MOÍDA DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA, SEM CARTILAGENS E SEM GORDURAS, PESO DE ATÉ 5 KG POR UNIDADE, EMBALAGEM PLÁSTICA (6386)	MENESTRINA	18,00	36,00
40	2,000	UN	CATCHUP (13335)	DONABELA	4,90	9,80
41	1,000	KG	CEBOLA EXTRA (8266)	IN NATURA	3,27	3,27
44	1,000	CX	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA (27768)	LEÃO	2,90	2,90
45	1,000	CX	CHÁ DE ERVA DOCE (27769)	LEÃO	2,90	2,90
46	1,000	CX	CHÁ DE HORTELÃ (27770)	LEÃO	2,89	2,89
48	2,000	VIAÇO	CHEIRO VERDE (22818)	IN NATURA	3,00	6,00
51	2,000	UN	CÓCO RALADO - 100 GR (15094)	APTI	3,40	6,80
63	1,000	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - PCT C/ 05 KG (13398)	SUDOESTE	13,20	13,20
64	1,000	KG	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL (21315)	ORQUÍDEA	4,30	4,30
66	2,000	UN	FERMENTO QUÍMICO. (23199)	APTI	2,80	5,60
72	4,000	KG	LARANJA PERA (7746)	IN NATURA	2,30	9,20
73	6,000	UN	LEITE CONDENSADO 395g (13330)	PIRACANJUBA	3,80	22,80

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 428/2016

Processo Administrativo: 4-2/2015
 Processo Nr.: 2/2015
 Data do Processo: 27/02/2015
 Data da Homologação: 02/07/2015
 Sequência da Adjudicação: 93
 Data da Adjudicação: 31/05/2016

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 2/2015 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 677)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
74	2,000	UN	LEITE SEM LACTOSE 1 LITRO - EMB. TETRAPAK (27602)	PIRACANJUBA	4,55	9,10
76	48,000	L	LEITE ESTERILIZADO SEMI-DESNATADO 1 L TETRAPAK (24934)	PIRACANJUBA	2,47	118,56
79	4,000	KG	MAÇÃ GALA (13459)	IN NATURA	4,85	19,40
81	4,000	KG	MAMÃO COMUM (7748)	IN NATURA	3,70	14,80
82	4,000	KG	MANGA (15013)	IN NATURA	4,50	18,00
95	2,000	UN	MOSTARDA (13336)	DONABELA	3,40	6,80
99	3,000	DZ	OVOS 1 DÚZIA (7803)	KASULKE	4,90	14,70
113	2,000	KG	PRESUNTO - FATIADO (14224)	TOMELIN	20,00	40,00
114	2,000	KG	QUEIJO MUSSARELA - FATIADO (6427)	LACTOVALE	21,00	42,00
120	2,000	KG	SALSICHA (10696)	AURORA	11,00	22,00
126	10,000	L	SUCO DE FRUTAS (7868)	PURITY	5,20	52,00
130	2,000	KG	TOMATE (11496)	IN NATURA	4,90	9,80
132	5,000	UN	VINAGRE DE ALCOL. (28421)	HEINING	1,50	7,50

Total Geral:	605,80
Desconto:	0,00
Total Líquido:	605,80

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 431/2016 Processo Administrativo: 4-2/2015 Processo Nr.: 2/2015 Data do Processo: 27/02/2015 Data da Homologação: 02/07/2015 Sequência da Adjudicação: 94 Data da Adjudicação: 31/05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 678) Folha: 1/2

Fornecedor: PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA EPP Endereço: Rua José Theodoro Ribeiro, 658 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-001 CNPJ: 19.950.640/0001-90 Inscrição Estadual:	Código: 43540 Telefone: 473273-8448 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal.. - Agência: 3077-5 - ATIRADORES Conta Corrente: 5888-5
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Centro de Custo: 1 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL Fonte de Recurso: SF-FEAS-Serv.Esp.Média Complex. cc 0730430-7 Dotações Utilizadas: 2.812.3.3.90.00.00.00.00.00 (52) - Manutenção das atividades dos Centros de Referência	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.07.00.00.00 - Gêneros de Alimentação Condições de Pagto: CONFORME EDITAL Prazo Entrega/Exec.: 12 MESES Local de Entrega: CONFORME EDITAL - CONFORME EDITAL - Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando Registro de Preços, a aquisição de produtos alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, frios, pães, sucos, lanches), para os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Programa Bolsa Família/CadÚnico, Programa de Proteção Social Básica -PPSB, Benefício de Prestação Continuada e ACESSUAS.	
Observações: CREAS NOVA BRASÍLIA (JANE - 3371 8445)	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	2,000	UN	BATATA PALHA - 500 GR (15095)	SPECIALLE	9,40	18,80
34	2,000	UN	CALDO DE GALINHA - CAIXA C/ 12 UNIDADES (11489)	ARISCO	2,80	5,60
35	2,000	UN	CANELA EM PÓ (13346)	MAKRI	3,30	6,60
36	1,000	PCT	CANELA EM PAU. (28028)	MAKRI	3,90	3,90
44	3,000	CX	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA (27768)	LEÃO	2,90	8,70
45	3,000	CX	CHÁ DE ERVA DOCE (27769)	LEÃO	2,90	8,70
46	3,000	CX	CHÁ DE HORTELÃ (27770)	LEÃO	2,89	8,67
49	4,000	UN	CHOCOLATE GRANULADO 150g (15092)	MIL CORES	2,90	11,60
51	4,000	UN	CÓCO RALADO - 100 GR (15094)	APTI	3,40	13,60
60	4,000	UN	ERVILHA (10763)	QUERO	1,80	7,20
63	1,000	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - PCT C/ 05 KG (13398)	SUDOESTE	13,20	13,20
64	3,000	KG	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL (21315)	ORQUÍDEA	4,30	12,90
73	4,000	UN	LEITE CONDENSADO 395g (13330)	PIRACANJUBA	3,80	15,20
76	36,000	L	LEITE ESTERILIZADO SEMI-DESNATADO 1 L TETRAPAK (24934)	PIRACANJUBA	2,47	88,92
88	4,000	UN	MILHO VERDE EM LATA (10753)	QUERO	1,85	7,40
97	3,000	UN	OLEO DE SOJA REFINADO 900ML (6415)	COCAMAR	3,35	10,05
99	3,000	DZ	OVOS 1 DÚZIA (7803)	KASULKE	4,90	14,70
112	4,000	PCT	POLVILHO. (23777)	NEVE	3,80	15,20
113	2,000	KG	PRESUNTO - FATIADO (14224)	TOMELIN	20,00	40,00
114	2,000	KG	QUEIJO MUSSARELA - FATIADO (6427)	LACTOVALE	21,00	42,00
115	4,000	PCT	QUEIJO RALADO (10112)	ORQUÍDEA	2,90	11,60
120	3,000	KG	SALSICHA (10696)	AURORA	11,00	33,00

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL JARAGUA DO SUL

CNPJ: 13.170.158/0001-51 Fone: (47) 3372-8104 Fax: (47) 3372-8292
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 431/2016

Processo Administrativo: 4-2/2015
 Processo Nr.: 2/2015
 Data do Processo: 27/02/2015
 Data da Homologação: 02/07/2015
 Sequência da Adjudicação: 94
 Data da Adjudicação: 31/05/2016

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 2/2015 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 678)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
126	15,000	L	SUCO DE FRUTAS (7868)	PURITY	5,20	78,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	475,54
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	475,54

Jaraguá do Sul, 31 de Maio de 2016

Departamento de Compras

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO CONTINUAÇÃO PL 46/2016/PMJ - CC 3/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 3/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 46/2016/PMJ – concorrência nº 3/2016/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção da 2ª etapa do Parque Central, na Rua Luiz Specht, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba, SC.”, que teve a sua sessão suspensa para diligência no dia 20/06/2016 terá a sua continuação no dia 27/06/2016 as 17h no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br)

Joaçaba, 23 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL 09/2016/FMS - PP 05/2016/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2016/FMS

A Secretária de Saúde Paula Geovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve: HOMOLOGAR: O REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento – PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Empresas Vencedoras:

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA
R\$: 223.987,30
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALARLTDA
R\$: 150.952,31
CIRURGICA CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINARIOS LTDA
R\$: 28.523,00
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS
R\$: 26.956,07
DENTAL SHOW – COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS
R\$: 22.645,70
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
R\$: 37.781,00
FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
R\$: 52.215,00
J.R. EHLKE & CIA LTDA
R\$: 1.100,00
MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
R\$: 84.613,00
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
R\$: 84.380,25

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA
R\$: 6.606,38
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR
R\$: 67.572,25
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
80.359,50
ROSSANE SERAFIM MATOS
R\$: 11.200,00

FISCAIS: MARCOS ANTONIO MARTINAZZO e MARIANA ZOPELETTO
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de junho de 2016.

Paula Giovana Kleber
Secretaria- FMS

EXTRATO PL 54/2016/PMJ - PP/ 34/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº54/2016/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016/PMJ

Objeto: A aquisição de materiais esportivos destinados à manutenção das atividades das escolinhas de iniciação do Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 07/07/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 07/07/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 23 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
Anderson Andres - Diretor

EXTRATO TP 11/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 11/2016/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para drenagem pluvial, recomposição de pavimento e

confeção de meio fio, de parte das Ruas 07 de Setembro e Domingos Zanini, no Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 11/07/2016, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 11/07/2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 22 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

HOMOLOG PL 41/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2016/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016/PMJ

O Secretário Municipal de Infraestrutura de Joaçaba, Venilton Rogério Teles, no uso de suas atribuições, resolve:
HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 41/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 27/2016/PMJ.

Objeto: a aquisição de placas destinadas à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária vertical nas vias urbanas do Município.

-Empresas Vencedoras:

SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA
VALOR R\$ 12.900,00

FISCAL: Hamilton Wolf Junior

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Secretário Municipal de Infraestrutura
Venilton Rogério Teles

HOMOLOG PL 45/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2016/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, Rafael Laske no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 45/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 30/2016/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa para a confecção de camisetas destinadas a promoção e divulgação do Festival de Danças de Joaçaba/2016.

-Empresas Vencedoras:

SAMOURA CONFECÇÕES LTDA-ME
VALOR R\$ 3.250,00

FISCAL: OTAVIO JOSE SCHUEDA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Prefeito de Joaçaba
Rafael Laske

HOMOLOGAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 10/2016 - RETIFICAÇÃO 01

RETIFICAÇÃO 01

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 10/2016

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICO a Homologação das Classificações e vem por meio deste RETIFICAR a parte citada abaixo:

1. DAS CLASSIFICAÇÕES

ONDE SE LÊ

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM – SAMU		CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
003	DAIANA FOREST	1º	8,0
002	ELZIO LUIZ PUTZEL	2º	5,0
001	GABRIELA KANDLER SIGNORI	3º	5,0

LÊIA-SE

CARGO: MÉDICO GENERALISTA		CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
003	DAIANA FOREST	1º	8,0
002	ELZIO LUIZ PUTZEL	2º	5,0
001	GABRIELA KANDLER SIGNORI	3º	5,0

* Critério de desempate: Maior idade.

Os demais dispositivos deste Edital permanecem inalterados.

Joaçaba/SC, em 23 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

PORTARIA N.º 6204

PORTARIA Nº 6.204 DE 22 DE JUNHO DE 2016.

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR “Processo Administrativo”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure os fatos ocorridos no ESF Santa Tereza, dos quais envolvem servidores e paciente do ESF ocorridos na data de 31/05/2016 conforme ofício n.º 104/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada de Boletim de Ocorrência n.º 00280-2016-01978 e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e TIAGO DUPONT GIUMBELLI, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6205

PORTARIA Nº 6.205 DE 22 DE JUNHO DE 2016

“TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. ANIZIO LUIZ SUTIL, Mecânico Ajustador, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura para a Secretaria Municipal de Educação, conforme ofício n.º 071/2016 da Secretaria Municipal de Infraestrutura para que se cumpra o TAC n.º 06.2014.00005132-1, bem como, em atendimento as restrições médicas impostas ao servidor diante de perícia médica.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de junho de 2016, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010. Joaçaba - SC, em 22 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

ATA REG. PREÇO 07/2016/FMS - PL 09/2016/FMS - PP 05/2016/FMS

Página: 1/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Abaxador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento - 1,4 cm de largura - 0,5 mm de espessura. Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	PCTE	DIMACUSC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	THEOTO	0	2,6000
2			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	THEOTO	0	2,8000
3			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	THEOTO	0	2,9800
1	Acido peracético, especialmente indicado para a limpeza, desinfecção e esterilização de artigos críticos, semi críticos e não críticos. Efetivo contra esporos e bactérias (incluindo microbactérias - tbc) e vírus (incluindo hbv e hiv), concentrado. Não danifica artigos plásticos, PVC, silicone, látex. Biodegradável, dispensando tratamento de resíduos. Aprovado pela ANVISA. Embalagem de 01 litro.	L	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Rioquímica	0	41,5800
2			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	RIOQUIMICA	0	43,5200
3			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	CINETICA	0	47,3800
1	Água destilada - ampola de 10 ml - com 100 unidades	CX	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	ISOFARMA	0	20,0000
2			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Samtec	0	33,2000
1	ÁGUA DESTILADA - SISTEMA FECHADO- EMBAL. DE 250 ML	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Basa	0	2,2500
2			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	HALEXSTAR	0	2,6600
1	AGUA DESTILADA - GALAO COM 5 LITROS	GL	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Caltech	0	5,9500

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/88

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
6	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - embalagem de 1 litro	FR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SS PLUS	0	6,0200
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CATHEC	0	6,6800
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	2,9300
7	Agulha p/ coleta múltipla de sangue vácuo 0.8x25mm (21G1") - com 100 unidades Registro junto à ANVISA	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	VIC PHARMA	0	3,0100
			DAMED DMBROS COMERCIO DE MED LTDA (6941)	VIC PHARMA	0	3,0400
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	21,9000
8	Agulha descartável hipodérmica, calibre 13 x 4,5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. . Com BPF (Boas Práticas de Fabricação)- Com 100 unidades. Registro junto a ANVISA	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	24,9000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid	0	25,6000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	DESCARPAC	0	6,0200
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	6,4000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	6,5000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	6,5000

Página: 3/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

9	Agulha descartável hipodérmica, calibre 22 x 5,5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. . Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALLANCA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	6,5000	1
			DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI - (7468)	SOLIDOR	0	7,2500	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LABOR IMPOF	0	7,5500	3
10	Agulha descartável hipodérmica, calibre 20 x 5,5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. . Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Embramac	0	5,4100	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	6,4000	2
			ALLANCA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	6,5000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	6,5000	4
11	Agulha descartável hipodérmica, calibre 25 x 6, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LABOR IMPOF	0	6,1400	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	6,4000	2

Página: 4/88

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
12	Agulha descartável hipodérmica, calibre 25 x 7, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALLIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	6,5000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	6,5000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	DESCARPACT	0	6,0200
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	6,4000
13	Agulha descartável hipodérmica, calibre 25 x 8, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALLIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	6,0100
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	DESCARPACT	0	6,0200
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	6,4000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	6,5000

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Página: 5/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

14	Agulha descartável hipodérmica, calibre 30 x 7, haste de aço inoxidável com ponta em bisei trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	6,0100	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	DESCARPACI	0	6,0200	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	0	6,5000	3
15	Agulha descartável hipodérmica, calibre 30 x 8, haste de aço inoxidável com ponta em bisei trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	6,5000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	0	6,5000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	6,9000	3
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	SOLIDOR	0	6,9000	4
16	Agulha descartável hipodérmica, calibre 40 x 8, haste de aço inoxidável com ponta em bisei trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	6,5000	1

Página: 6/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Aguilha descartável hipodérmica, calibre 40 x 1,2, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades. Registro junto a ANVISA	CX	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	SOLIDOR	0	16,0000	2
			DENTAL OESTE EIRELI (8106)	Solidor	0	16,7000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	6,2000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	DESCARPACT	0	6,2100	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	7,2300	3
18	Alcool líquido, concentração 70%, validade mínima de 24 meses a partir da data de entrega. Apresentação: frasco de 1000 ml. Apresentar AFE de saneantes na proposta.	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Audax	0	4,3410	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	VIC PHARMA	0	5,4300	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	CICLO FARMA	0	5,4600	3
19	Algodão hidrófilo em bolas - Com fibras 100% algodão, altamente absorvente. Pacote com 100 gramas	PCTE	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	NATHALYA	0	2,3000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Melhorned	0	2,3740	2
			DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAS CIRURGICOS EIRELI - (7468)	MELHORMED	0	2,6700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 7/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

20	Algodão hidrófilo - Com fibras 100% algodão, altamente absorvente. Rolo com 500 gramas.	RL	DIMAQ/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	NEVOA	0	7,7000	1
2			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	FAROL	0	8,2500	2
3			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	NATHALYA	0	8,3000	3
1			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	JP	0	1,5000	1
2			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	J Prolab	0	1,8990	2
3			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	JPROLAB	0	2,2700	3
1			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	JP	0	1,5000	1
2			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	J Prolab	0	2,0350	2
3			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	JPROLAB	0	2,4200	3
1			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	JP	0	1,8500	1
2			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	J Prolab	0	2,4420	2
3			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	JPROLAB	0	2,9000	3

Página: 8/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Aparelho de Nebulização: Motor 50/60 Hz, 1/40HP. Dimensões mínimas: 125x155x170 mm; Pressão: 28 PSI; Taxa de Nebulização: 0,19 ml/min; Peso aproximado: 2,10 kg. Tamanho da Partícula: 1 a 5 micra; Consumo de 130/140 Watts; Composto ainda por 02 máscaras anatômicas em PVC (adulto e infantil), com elásticos reguláveis. 60 volt. Garantia mínima de 12 meses. Registro junto a ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	DARU	0	112,0000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Daru	0	113,0000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DARU	0	114,5600	3
25	Aparelho de tricotomia, descartável, tipo comum, devendo conter, no mínimo, duas lâminas fixas, protegidas com capa protetora.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	VITALMIX	0	0,5700	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	VITAL MAX	0	0,6600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxibor	0	0,7050	3
27	ARMÁRIO VITRINE 2 PORTAS COM VIDRO- MEDIDAS (M): 1,50 (ALT) 0,65 (LARG) 0,40 (PROF)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	OLIMEDIC	0	742,9000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Olimedic	0	790,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BIONIN	0	915,0000	3
28	Aspirador cirúrgico portátil para líquidos/sangue/secreções. Equipado com motor elétrico, tensão de alimentação: 220 V, potência mínima 150 VA, compressor isento de óleo tipo diafragma, frasco coletor: capacidade mínima 1,0 litro, vácuo máximo 650 mHg, vazão livre mínimo 15 l/min, válvula de segurança contra transbordamento do frasco, ruído máximo 65 dB. Equipamento completo com tubos e conexões. Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Nevoni	0	306,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 9/88

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Atadura Crepon, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 10 cm x 1,8 m (isenta de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido). De tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido, com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem. Embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Apresentar na proposta registro junto a ANVISA, AFE do fabricante. OBS: Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056. Peso mínimo do rolo deverá ser de 21,8 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. Com 12 unidades. Registro junto a ANVISA		DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	NS	0	307,0000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	NS ASPIRAM#	0	307,2000	3
			DENTAL OESTE EIRELI (8106)	Medicate	0	307,5000	4
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Nevoni	0	323,0000	5
			PCTE PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	CREMER	0	9,0600	1
30	Atadura Crepon, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 12 cm x 1,8 m (isenta de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido). De tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido, com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem. Embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Apresentar na proposta registro junto a ANVISA, AFE do fabricante. OBS: Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056. Peso mínimo do rolo deverá ser de 26,0 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. Com 12 unidades. Registro junto à ANVISA		ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	9,1500	2
			PCTE PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	CREMER	0	10,7700	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	11,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 10/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Atadura Crepon, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 15 cm x 1,8 m (isenta de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido). De tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido, com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfilam. Embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Apresentar na proposta registro junto a ANVISA, AFE do fabricante. OBS: Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056. Peso mínimo do rolo deverá ser de 32,7 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. Com 12 unidades. Registro junto a ANVISA	PCTE	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	CREMER	0	12,9000	3
32	Atadura Crepon, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 20 cm x 1,8 m (isenta de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido). De tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido, com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfilam. Embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Apresentar na proposta registro junto a ANVISA, AFE do fabricante. OBS: Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056. Peso mínimo do rolo deverá ser de 42,8 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. Com 12 unidades. Registro junto a ANVISA	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	CREMER	0	17,8400	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Cremer	0	17,4000	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	13,8500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Cremer	0	18,2500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Cremer	0	21,6000	3

Página: 11/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Atadura Crepon, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 6 cm x 1,8 m (isenta de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido). De tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido, com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem. Embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Apresentar na proposta registro junto a ANVISA, AFE do fabricante. OBS: Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR 14056. Peso mínimo do rolo deverá ser de 13,3 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. Com 12 unidades. Registro junto a ANVISA	PCTE	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	CREMER	0	5,4300	1
34	Atadura Crepon, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com 13 fios, 8 cm x 1,8 m (isenta de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido). De tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido, com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem. Embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Apresentar na proposta registro junto a ANVISA, AFE do fabricante. OBS: Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR 14056. Peso mínimo do rolo deverá ser de 17,8 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. Com 12 unidades. Registro junto a ANVISA	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	CREMER	0	7,2400	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	5,9800	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Cremer	0	7,2000	3
35	Atadura de rayon em rolo, não estéril, 7,5 cm x 5 m Registro junto a ANVISA	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SANTRIC	0	4,4600	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	7,3500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Cremer	0	9,3000	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	POLAR FIX	0	4,6300	2

Página: 1288

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF-s e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Polar Fix	0	4,7480	3
36	Avental (capote) confeccionado em TNT, gramatura mínima 940, manga longa, punho com elástico, com abertura nas costas e dois pontos com tiras para amarração (um ponto na gola e outro ponto nas costas), resistente, devendo proporcionar barreira antimicrobiana efetiva. Tamanho G	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Medgauze	0	1,2500	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SKY	0	1,2800	2
			DENTAL OESTE EIRELI (8106)	Descarpack	0	2,1000	3
37	Avental descartável, confeccionado em TNT, gramatura mínima 20, sem manga. Cor Azul.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SKY	0	1,0500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	BEST FABRIL	0	1,4000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	PROT DESC	0	1,5000	3
38	Balança Antropométrica - Adulto, Eletrônica, com régua antropométrica. Para pesar e medir pessoas. Capacidade até 150 kg e de 1,05 à 2,10 m. Estrutura em aço com tratamento anti ferruginoso, preferencialmente cor cinza/prata/branca, plataforma de aço com revestimento de borracha antiderrapante; pés reguláveis para nivelamento, coluna de alumínio ou similar. Atenda pelo INMETRO.	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	BALIMAK	0	998,0000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	BALIMAK	0	1,160,0000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	WELMY W110	0	1,177,6000	3
39	BALANCA DIGITAL PORTÁTIL. Capacidade: 150 Kg. Capacidade mínima 2Kg. Graduação: 100 g. Visor de cristal líquido (8,0 x 3,5 cm). Fundora com uma bateria. Garantia 2 anos. Pesa em quilos e libras; Dimensões: 32,0x29,5x4,0cm. Atenda pelo INMETRO.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	BALIMAK	0	60,0000	1

Página: 13/88

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

40	BIOMBO DUPLO PARA DIVISÓRIAS	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	GlicomedAqua	0	77,3200	2
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	viso	0	83,0000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Metalic	0	188,5000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Olimedic	0	195,0000	2
41	BIOMBO TRIPLO PARA DIVISÓRIAS	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RENASCER	0	210,0500	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Metalic	0	250,9500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Olimedic	0	282,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RENASCER	0	285,0000	3
42	Bobina papel grau cirúrgico 15 cm x 100 m Registro junto a ANVISA	RL	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	HOSPFLEX	0	40,4900	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	VEDAMAX	0	40,5000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (6107)	ESTERILCARE	0	56,3200	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	HOSPFLEX	0	52,9900	1
43	Bobina papel grau cirúrgico 20 cm x 100 m Registro junto a ANVISA	RL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	VEDAMAX	0	53,0000	2

Página: 14/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	ESTERILCARI	0	81,4100	3
44	Bolha papel grau cirurgico 30 cm x 100 m Registro junto à ANVISA	RL	ALLANCA HOSPITALAR LTDA (6410)	VEDAMAX	0	81,0000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	HOSPFLEX	0	81,4600	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Duotec	0	86,0000	3
45	Bolsa Coletora de Urina - Sistema fechado, confeccionada em polietileno transparente com capacidade de 2.000 ml, graduada, com válvula anti refluxo, ventilação para entrada de ar, câmara de Pasteur com filtro bacteriológico, expurgo com torneira T, com alça de sustentação e grampo de lençol, esterilizada em óxido de etileno. Embalada individualmente. Registro junto à ANVISA	UN	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPAC	0	2,2000	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	CIRRUTI	0	2,3600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport	0	2,4420	3
46	Bolsa para Gelo Flexível, macia, indicada para aplicação de frio terapêutico. Tamanho Médio	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	TERMOGEL	0	27,0000	1
			ALLANCA HOSPITALAR LTDA (6410)	CHANTAL	0	28,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	CARCI	0	65,0000	3
47	Cabo de bisturi em aço INOX nº 03 Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	ABC	0	6,8000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	7,2000	2

Página: 15/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	7,3900
48	Cabo de bisturi em aço INOX nº 04 Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	ABC	0	6,8000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	7,3900
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	GOLGRAN	0	7,7400
49	Campo cirúrgico liso, fenestrado, em tecido brim, 100% algodão, medida mínima de 50 x 60 cm. Não descartável.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CR	0	9,8500
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Junk	0	9,8900
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	PF TEXTIL	0	11,8000
50	Campo cirúrgico liso, não fenestrado, em tecido BRIM, 100% algodão, medida mínima de 120 x 80 cm. Tecido duplo. Não descartável.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CR	0	19,0000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Agrupador	0	21,5100
			IMF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	NILVA	0	21,5100
51	Campo cirúrgico liso, não fenestrado, em tecido BRIM, 100% algodão, medida mínima de 200 x 150 cm. Tecido duplo. Não descartável.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CR	0	35,0000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Agrupador	0	36,0100

Página: 16/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	NILVA	0	36,0100
52	Campo cirúrgico liso, não fenestrado, em tecido brim, 100% algodão, medida mínima de 50 x 60 cm. Tecido duplo. Não descartável.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CR	0	12,2000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Junk	0	12,5000
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	PF TEXTIL	0	17,3000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	NILVA	0	17,3500
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Agrupador	0	17,3500
53	Cânula de Guedel - PVC flexível, polipropileno. Jogo com 06 peças (kit contendo do nº 0 ao nº 05). Registro junto à ANVISA	JOGO	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Md	0	16,0000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	PROTEC	0	16,1000
54	Capa de chuva em PVC, resistente, fechamento frontal através de botões de pressão. Manga longa, com bolso e capuz - transparente. Tamanho GG	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	NIKOKIT	0	34,9500
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	NIKOKIT	0	35,0000
			DENTAL OESTE EIRELI (8106)	Líder	0	38,0000
55	Capa de chuva em PVC, resistente, fechamento frontal através de botões de pressão. Manga longa, com bolso e capuz - transparente. Tamanho G	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	NIKOKIT	0	34,9500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 17/88

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

56	Cateter intravenoso periférico nº 14, calibre 14G esteril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vidro ou polietileno, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com biseal biangulada e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector Luer-Lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2mm do calcanhar, do biseal da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em petala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Apresentar junto à proposta registro na ANVISA e AFE do fabricante.	UN	PRODUIVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	1,5400	1
57	Cateter intravenoso periférico nº 16, calibre 16G esteril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vidro ou polietileno, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com biseal biangulada e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector Luer-Lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2mm do calcanhar, do biseal da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em petala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Apresentar junto à proposta registro na ANVISA e AFE do fabricante.	UN	PRODUIVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	1,5400	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,5500	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LABOR IMPOF	0	1,7300	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,5500	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LABOR IMPOF	0	1,7700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
58	Cateter intravenoso perfurante nº 18, calibre 18G esteril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vidro ou polietileno, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel bilinguado e trifacetado, com adequada angulação e perfeta afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lock translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "hotch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Apresentar junto à proposta registro na ANVISA e AFE do fabricante.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	1,5400
59	Cateter intravenoso perfurante nº 20, calibre 20G esteril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vidro ou polietileno, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel bilinguado e trifacetado, com adequada angulação e perfeta afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lock translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "hotch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Apresentar junto à proposta registro na ANVISA e AFE do fabricante.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	1,5400
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,5500
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Laboimport	0	2,4420
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	1,5400
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,5500
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LABOR IMPOF	0	2,1100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 19/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Cateter intravenoso perférico nº 22, calibre 22G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em valon ou polietileno, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biquilado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lock translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "hotch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Apresentar junto à proposta registro na ANVISA e AFE do fabricante.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	1,5400	1
61	Cateter intravenoso perférico nº 24, calibre 24G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em valon ou polietileno, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biquilado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lock translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "hotch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Apresentar junto à proposta registro na ANVISA e AFE do fabricante.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	1,5400	1
62	Cateter nasal tipo óculos (adulto) - silicone - material descartável Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,5500	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LABOR IMPOF	0	2,3300	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MEDSONDA	0	0,7500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,8270	2

Página: 20/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

63	Cateter nasal tipo óculos (pediátrico) - silicone - material descartável Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	0,8400	3
		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	CPL	0	1,1900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BIOSANI	0	1,2000	2
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MED SONDA	0	1,5000	3
64	Cinto aranha com fitas de nylon altamente resistente. Presilhas em velcro. Cintas móveis com regulagem de comprimento, para uso infantil e adulto. Capacidade de carga 200 kg. comprimento total 1600 mm, largura 1000 mm	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Fibra Resgate	0	36,6000	1
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FIBRA RESGª	0	54,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	TECNIMED	0	59,0000	3
65	Clorexidina solução alcoólica a 0,5% - frasco de 01 litro.	UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	VIC PHARMA	0	7,9900	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	VIC PHARMA	0	8,0000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	8,7360	3
66	Clorexidina solução aquosa a 0,2% - frasco de 1 litro.	UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	VIC PHARMA	0	4,6000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	5,0460	2

Página: 21/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Clorxidina solução degermante a 2% - frasco de 1litro.	UN	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	VIC PHARMA	0	6,3100	3
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	VIC PHARMA	0	10,3000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	VIC PHARMA	0	10,4600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	12,5470	3
68	Colar cervical tamanho G - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em poliéster de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula. Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MARIMAR	0	14,2000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	14,2430	2
69	Colar cervical tamanho INFANTIL - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em poliéster de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula. Registro junto à ANVISA	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	14,7000	3
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MARIMAR	0	14,2000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	14,2430	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	14,7000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 22/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Colar cervical tamanho M - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em poliuretano de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	14,2000	1
			DAMEDI DAMIBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	14,7000	2
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MARINAR	0	14,8000	3
71	Colar cervical tamanho NEONATAL - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em poliuretano de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	14,2000	1
			DAMEDI DAMIBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	14,7000	2
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MARINAR	0	14,8000	3
72	Colar cervical tamanho P - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em poliuretano de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula. Registro junto à ANVISA	UN	DAMEDI DAMIBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	14,2000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	14,2430	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 23/88

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
73	Colar cervical tamanho PP - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em poliéster de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula. Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MARINAR	0	14,8000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	14,2000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	14,2430
74	Colchonete para Fisioterapia (alongamento) - Confeccionado em material EVA, com superfície confortável e aderente/antideslizando, sendo leve/flexível e lavável. Com fita para transporte. Medida mínima: 180 x 60 x 1,2 cm. Cor azul. Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	LIVEUP	0	80,0000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ARKTUS	0	84,2000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CR	0	149,0000
75	Coletor de material perfuro-cortante, produzido de acordo com a NBR 13853, com revestimento para evitar perfurações e vazamentos. Capacidade 07 litros Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMBALAIRE	0	1,9800
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L.TDA (6243)	Embalaire	0	2,3000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	DESCARBOX	0	2,4500

Página: 24/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Coletor de material perfuro-cortante, produzido de acordo com a NBR 13853, com revestimento para evitar perfurações e vazamentos. Capacidade 20 litros Registro junto à ANVISA	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Embalare	0	3,9800	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMBALAIRE	0	3,9900	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	DESCARBOX	0	4,2600	3
77	Coletor de Urina Infantil - Em material transparente, para fácil visualização, atóxico, resistente. Com dispositivo que permite a aderência ao corpo do paciente para facilitar/possibilitar a coleta de urina.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	0,3000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Medsonda	0	0,4070	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MEDSONDA	0	0,4200	3
78	Compressa cirúrgica de gaze hidrófila com 08 dobras, densidade de 13 fios por cm² com alto poder de absorção, 10 x 10 cm fechada e 20 x 40 cm quando aberta, confeccionadas em fios 100% algodão, em tecido tipo tela, com 08 camadas e 05 dobras, alveoladas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes correativos e alveolantes ópticos. Deverá possuir dobras uniformes e para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Embalada em pacotes com 500 unidades com peso mínimo de 900 gramas por pacote, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Apresentar na proposta: registro na ANVISA, AFE do fabricante. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 13.843.	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MED HOUSE	0	31,9400	1
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	AMERICA	0	31,9500	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDI HOUSE	0	38,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 25/88

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
79	Compressa de campo operatório com fio radiopaco 45 x 50 cm, constituído de 04 camadas de gaze sobreposta, contendo 15 (8x7) fios por cm² aproximadamente em cada camada, cor branca, bordas devidamente acabadas através do ponto overlock, formato retangular, provido de alça, cantos arredondados, peso aproximado de 40 g. Pacote de 50 peças. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Registro junto à ANVISA	PCTE	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	MB	0	44,6400
80	Compressa de campo operatório, sem radiopaco, medindo 23 x 25 cm, constituído de 04 camadas de gaze sobrepostas, contendo 15 (8x7) fios por cm² aproximadamente em cada camada, cor branca, bordas devidamente acabadas através do ponto overlock, formato retangular, provido de alça, cantos arredondados, peso 11/10g. Pacote com 50 peças. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Registro junto à ANVISA	PCTE	DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	AMÉRICA	0	44,6500
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CLEAN	0	48,9000
				AMÉRICA	0	25,2000
82	Conjunto para umidificação oxigenoterapia - Tampa de nylon injetado, frasco plástico de 250 ml, extensão de PVC atóxico de 1,20 m, intermediário para máscara, conexão de entrada 9/16 x 18 fios e máscara plástica adulto, com porca de nylon. Registro junto à ANVISA	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	UNITEC	0	12,6000
83	Cuba redonda em INOX, para assepsia - tamanho 08 x 04	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Familiuninox	0	7,7000
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	UNITEC	0	17,2600
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	RWR	0	19,5500

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 26/88

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	CUBA RIM EM AÇO INÓX, 26X12 CM, CAPACIDADE DE 700 ML	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FAMI	0	8,5000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ARTINOX	0	8,9300	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Fami/Luninox	0	26,5000	1
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FAMI	0	27,0000	2
85	Curativo cirúrgico estéril (chumaco), 10 x 15, 100% algodão, esterilizado por E.T.O, pronto uso, super absorvente. Registro junto a ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FLEXINOX	0	31,4100	3
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	NEVE	0	0,9900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Melhorned	0	1,0990	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDI HOUSE	0	1,2900	3
86	Curativo composto por espuma de poliuretano. Deve possuir sistema tranca fluido que garanta absorção de grande quantidade de exsudato e impede maceração de pele por lesão podendo permanecer na ferida por até 07 dias. Indicado para feridas crônicas, feridas ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, com grande quantidade de exsudato com odor forte. Apresentação 15 x 15 cm	UN	ROSSANE SERAFIM MATOS (7808)	CURATIVO ES	0	112,0000	1
			FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (7119)	Aqual Foam	0	113,0000	2

Página: 27/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

87 Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoina, - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto - num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlceras de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com pH neutro, com tampa flip top - com 88 gramas.

88 Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2% não dispensando a prata no fato da ferida, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exudato da ferida formando um gel inácio, que mantém o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante, indicado para lesões planas e/ou cavitárias, feridas orônicas, ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, e em queimaduras. Para o tratamento de queimaduras de espessura parcial, que permaneça até 14 dias mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de microorganismos incluindo enterococos resistentes a vancomicina (VRE), staphylococcus resistentes a metililina (MRSA) e pseudomonas. Tamanho: 10 x 10 cm. Apresentar bula junto a proposta.

89 Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2% não dispensando a prata no fato da ferida, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exudato da ferida formando um gel inácio, que mantém o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante, indicado para lesões planas e/ou cavitárias, feridas orônicas, ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, e em queimaduras. Para o tratamento de queimaduras de espessura parcial, que permaneça até 14 dias mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de microorganismos incluindo enterococos resistentes a vancomicina (VRE), staphylococcus resistentes a metililina (MRSA) e pseudomonas. Tamanho: 15 x 15 cm. Apresentar bula junto a proposta.

91 Curativo redondo para pós-coleta de sangue. Caixa com 100 unidades.

TB	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (7119)	Saf-Gal	0	51,0000	1
UN	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (7119)	Aqual AG 1c	0	55,9000	1
UN	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (7119)	Aqual AG 1c	0	95,5000	1
CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	2,8500	1
	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	3,6500	2
	DENTAL OESTE EIRELI (8106)	Oral	0	4,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 28/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	Desinfetante hospitalar para superfícies fixas, à base de hipoclorito de sódio 1% de cloro ativo estabilizado (10.000 ppm). Deverá possuir ação bactericida, atuando como elemento oxidativo em cadeias protéicas de microorganismos. Galão de 05 litros.Registro ANVISA.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	12,5200	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	DGL	0	14,7300	2
			DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAS CIRURGICOS EIRELI - (7468)	RIO QUIMICA	0	16,5000	3
93	Detector de batimentos cardio fetal de mesa, com cabo extensor para ouvir, alimentação bi volt (110/220 V), de fácil manuseio, com controle de tonalidade e filtragem de ruídos, suporte lateral para guarda do transdutor, regulagem de volume, condutor a cristal. Auscultação a partir da décima segunda semana de gestação. Registro na ANVISA.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Medpej	0	434,0000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	MEDPEJ/DFL	0	535,0400	2
			DENTAL OESTE EIRELI (8106)	Medpej	0	555,0000	3
94	Detector fetal portátil com as seguintes características: alimentação por bateria recarregável, com carregador para bateria, tensão de alimentação 220 V, frequência do ultra som 2mhz, faixa de medida da frequência cardíaca - limite inferior: mínimo 50 bpm / limite superior: mínimo: 210 bpm, indicador de batimento cardíaco fetal e bateria fraca no display com contador numérico digital em display alfanumérico ou lcd, saída para fone de ouvido, intensidade do ultra som: <10mW/cm², resolução da frequência cardíaca de 1 bpm com precisão de ±1 bpm, auto-falante embutido no aparelho, e controle de volume e tonalidade. Registro na ANVISA	UN	CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	MD	0	500,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	603,6350	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	MD	0	618,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 29/88

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
95	Detergente enzimático para limpeza de artigos médicos hospitalares, composto por 05 enzimas, não tóxico, aniótico, pH neutro na faixa de 6,5 a 7,5, biodegradável, não corrosivo para metais, para ser utilizado em temperatura ambiente ou aquecido para processos de limpeza manual ou automatizado, de ação rápida, volume de 1000 ml, diluição de 2,0 ml por litro, pouca formação de espuma, sem odor agressivo na forma concentrada ou diluída. Apresentar laudos de estabilidade das enzimas durante o prazo de validade do produto, estabilidade do sistema conservante, pH do produto puro e diluído, biodegradabilidade, corrosividade em plástico e metais. Os laudos devem ser de laboratórios externos. Acondicionamento em caixas de papelão resistente. Registro junto à ANVISA	L	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	RIOQUIMICA	0	66,3000
			MAXIDISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	VIC PHARMA	0	75,0000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Rioquímica	0	93,2000
			UN ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	0	0,1970
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	0,2000
96	Dispositivo de punção venosa - Scalp nº 21. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LAMEDID	0	0,2000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	LAMEDID	0	0,2040
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	0,2100
			UN ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	0	0,1970
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	0,2000
97	Dispositivo de punção venosa - Scalp nº 23. Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	0,2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 30/88

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESFs e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário
98	Dispositivo de punção venosa - Scalp nº 25. Registro junto à ANVISA		DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	LAMEDID	0	0,2000
			DAMEDID DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	LAMEDID	0	0,2040
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	0,2100
		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	0,1970
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	0,2000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	LAMEDID	0	0,2000
			DAMEDID DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	LAMEDID	0	0,2040
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	0,2100
		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	0,1970
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	0,2000
99	Dispositivo de punção venosa - Scalp nº 27. Registro junto à ANVISA		DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	LAMEDID	0	0,2000
			DAMEDID DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	LAMEDID	0	0,2080

Página: 31/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESFs e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	0,2100	5
100	Dispositivo intra-uterino de cobre (DIU). Contraceptivo para ser inserido no útero para evitar a gravidez. Corpo formado por um T flexível de polietileno, sendo a haste do T enrolada com fio de cobre e cada braço do T com um cilindro de cobre. Dois fios brancos de polietileno exteriorizam-se através do canal cervical com comprimento de 02 a 03 cm. Método DIU TCU 380A. Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	INUEFLEX	0	38,3000	1
101	Dispositivo urinário externo masculino para incontinência urinária. Confeccionado em látex natural a 60%. Vulcanizado. PVC atóxico. Dispositivo urinário de tamanho nº 05. Registro na ANVISA.	UN	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	INUEFLEX	0	41,2000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	INUEFLEX	0	54,0000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6440	1
			PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	INOVATEX	0	0,9100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	UROCONTRO	0	1,5200	3
102	Dispositivo urinário externo masculino para incontinência urinária. Confeccionado em látex natural a 60%. Vulcanizado. PVC atóxico. Dispositivo urinário de tamanho nº 06. Registro na ANVISA.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6440	1
			PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	INOVATEX	0	0,9100	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	1,2300	3
103	Dispositivo urinário externo masculino para incontinência urinária. Confeccionado em látex natural a 60%. Vulcanizado. PVC atóxico. Dispositivo urinário de tamanho nº 04. Registro na ANVISA.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6440	1

Página: 32/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	Eletracautério - Unidade montada em aço antirreflexivo, potência de 100 watts para corte e 50 watts para coagulação, seletor de regulação de potência, saída para pedal, 01 caneta (adaptador de eletrodo), 01 pedal, 01 placa em aço, 01 cabo conexão reforçado, 06 pontas esféricas, sendo: 01 grande, 03 médias, 02 pequenas. Alimentação 110/220 V selecionável. Registro junto à ANVISA	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	INOVATEX	0	0,9100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	UROCONTRO	0	1,5200	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Emai	0	1.356,0000	1
105	Eletrodo descartável para monitorização cardíaca em adulto, formato quadrado ou redondo, constituído por um dorso de espuma flexível de poliuretano, polivinilalcol, impermeável a líquidos, coberto com adesivo acrílico, poliuretano coberto com silicone, polímero sintético hidrofílico. Sistema de pino inox e contrapino metálico recoberto de doreto de prata. Gel sólido. Indicado para monitorização de até 04 dias (96 horas). Eletrodo descartável para monitorização cardíaca em adulto, formato quadrado ou redondo, constituído por um dorso de espuma flexível de poliuretano, polivinilalcol, impermeável a líquidos, coberto com adesivo acrílico, poliuretano coberto com silicone, polímero sintético hidrofílico. Sistema de pino inox e contrapino metálico recoberto de doreto de prata. Gel sólido. Indicado para monitorização de até 04 dias (96 horas). Procedimentos cirúrgicos, serviços de emergência, UTI, testes ergométricos, ECG. Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, data da fabricação, validade, número de lote e registro no Ministério da Saúde. Registro junto à ANVISA	UN	CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	EMAI	0	1.550,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRANSMAI	0	1.688,5600	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	0,2800	1
106	Eletrodos - pás externas para desfibrilador externo automático, adulto, p/ aparelho 400 Futura - DEA. Registro junto à ANVISA	KIT	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MAXICOR	0	0,2900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxicor	0	0,3050	3
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	CMOS DRAKE	0	321,0000	1

Página: 33/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

107	Eletrodos - pás externas para desfibrilador externo automático, infantil, p/ aparelho 400 Futura - DEA. Registro junto à ANVISA	KIT	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CMOS DRAKE	0	482,6000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Omros Drake	0	597,4020	3
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	CMOS DRAKE	0	312,0000	1
108	Enxosto de cabeça (imobilizador de cabeça), confeccionado em espuma de poliuretano expandida e emborrachada. Com dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer ferida. Base fixada na prancha: 40 x 25 cm. Laterais fixadas na base: 25 x 16 x 0,9 cm. Orifício autoclavável para verificar sangramento: 80 mm. Lavável. Registro junto à ANVISA	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CMOS DRAKE	0	499,6000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Omros Drake	0	597,4020	3
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MARINAR	0	125,9000	1
109	Equipos para administração exclusiva de dietas enterais com tubo de PVC na cor azul que indica exclusividade para nutrição enteral, com controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete, estêtil, alívio e apirrogênico. Registro na ANVISA e no MS	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RESGATESP	0	126,0000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	162,7780	3
			DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPACH	0	0,8900	1
110	Equipos para administração exclusiva de dietas enterais com tubo de PVC na cor azul que indica exclusividade para nutrição enteral, com controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete, estêtil, alívio e apirrogênico. Registro na ANVISA e no MS	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	DESCARPACH	0	0,9300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Descarpach	0	1,0850	3

Página: 34/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
110	Equipo p/ infusão solução parenteral macro gotas de plástico descartável - com respiro. Registro junto a ANVISA	UN	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPAC	0	1,0400
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	TKL	0	1,0700
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	TKL	0	1,0900
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LABOR IMPOF	0	1,2300
111	Equipo p/ infusão solução parenteral micro gotas de plástico descartável - com respiro. Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Laboimport	0	1,0850
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LABOR IMPOF	0	1,2300
			DENTAL OESTE EIRELI (8106)	Biosani	0	1,6500
112	Escada com dois degraus: padrão hospitalar com piso antiderrapante, em metal esmaltado na cor branca. Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Marcos Moveis	0	47,4770
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Olinemedic	0	53,2000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	OLIMEDIC	0	64,5000
113	Escova ginecológica descartável, esterilizada, para exames de citologia e de secreções em geral - caixa com 100 unidades. Registro junto a ANVISA	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	16,9000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Kolplast	0	19,9000

Página: 35/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	ADLIN	0	20,3500	3
114	Esfigmomanômetro adulto, resistente às quedas e livre de látex. Visor com uma leitura fácil e precisa. Pera e manguto isentos de látex. Bracadeira com fechamento em metal resistente e lavável. Manômetro em lã termoplástica proporcionando durabilidade e absorção a impactos com grande absorção de choques. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia contra defeitos de fabricação e materiais por período de, no mínimo, 01 ano após a data de compra, conforme Manual registrado na ANVISA. As informações também devem ser comprovadas através do catálogo original do produto. Deverá acompanhar os seguintes acessórios: 01 bracadreira com manguto adulto, 01 bolsa com zíper para acondicionamento e manual de instruções em português. Não será aceito aparelho com manômetro acoplado à pera infladora. Registro junto à ANVISA. Selo do INMETRO.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Bic	0	187,7500	1
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	BIC	0	187,8000	2
			CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	DYASSISTI	0	200,0000	3
115	Esfigmomanômetro infantil, resistente às quedas e livre de látex. Visor com uma leitura fácil e precisa. Pera e manguto isentos de látex. Bracadeira com fechamento em metal resistente e lavável. Manômetro em lã termoplástica proporcionando durabilidade e absorção a impactos com grande absorção de choques. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia contra defeitos de fabricação e materiais por período de, no mínimo, 01 ano após a data de compra, conforme Manual registrado na ANVISA. As informações também devem ser comprovadas através do catálogo original do produto. Deverá acompanhar os seguintes acessórios: 01 bracadreira com manguto adulto, 01 bolsa com zíper para acondicionamento e manual de instruções em português. Não será aceito aparelho com manômetro acoplado à pera infladora. Registro junto à ANVISA. Selo do INMETRO.	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	BIC	0	152,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Deasyt	0	163,3790	2
			CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	DYASSISTI	0	200,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 36/88

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Estigmonômetro obeso, resistente às quedas e livre de látex. Visor com uma leitura fácil e precisa. Para e manguto isentos de látex. Bracadeira com fechamento em metal resistente e lavável. Manômetro em lga termoplástica proporcionando durabilidade e absorção a impactos com grande absorção de choques. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia contra defeitos de fabricação e materiais por período de, no mínimo, 01 ano após a data de compra, conforme Manual registrado na ANVISA. As informações também devem ser comprovadas através do catálogo original do produto. Deverá acompanhar os seguintes acessórios: 01 bracadeira com manguto adulto, 01 bolsa com zíper para acondicionamento e manual de instruções em português. Não será aceito aparelho com manômetro acoplado à péra infladora. Registro junto à ANVISA. Selo do INMETRO.	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	BIC	0	196,0000	1
117	Esparadrapo impermeável composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Nete é aplicada massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Deve ser fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, sendo indicado para diversos usos como ataxação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres, entre outros. 10 cm x 4,5 m com capa. Registro junto à ANVISA		CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	DYASSISTI	0	200,0000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Diasyst	0	250,9500	3
		RL	DIMAG/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	AD PELE	0	3,9900	1
118	Esparadrapo impermeável composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Nete é aplicada massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Deve ser fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, sendo indicado para diversos usos como ataxação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres, entre outros. 5 cm x 4,5 m com capa. Registro junto à ANVISA		ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	4,5900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Missner	0	4,8500	3
		RL	DIMAG/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	MISSNER	0	2,4000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Missner	0	2,7300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 37/88

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	2,9500	3
119	Especulo vaginal descartável tamanho médio. Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	CRAL	0	0,7800	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Adlin	0	0,9400	2
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	0,9600	3
120	Especulo vaginal descartável tamanho grande. Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	CRAL	0	0,8800	1
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	1,1900	2
			DENTAL OESTE EIRELI (8106)	Oral	0	1,2000	3
121	Especulo vaginal descartável tamanho pequeno. Registro junto à ANVISA	UN	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	0,7300	1
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	CRAL	0	0,7500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Koplast	0	0,8680	3
122	Estetoscópio, em aço inox com auscultador duplo, projetado para obter uma captação precisa dos mínimos ruídos pulmonares e arteriais. Provisto de tubo de "Y", condutores flexíveis de borracha ou vinil, anel não fixo. Deverá ser leve e resistente e vir acompanhado de dois pares de olivas, sobressalentes, de plástico c/ formato anatómico, c/ ajuste confortável e perfeita vedação contra ruídos ambientais. O estetoscópio deverá ser provido de auscultador tipo diafragma modelo adulto. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	54,2590	1

Página: 38/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
123	Estetoscópio, em aço inox com auscultador duplo, projetado para obter uma captação precisa dos mínimos ruídos pulmonares e arteriais. Provisto de tubo de "Y", condutores flexíveis de borracha ou vinil, anel não fixo. Deverá ser leve e resistente e vir acompanhado de dois pares de olivas, sobressalentes, de plástico e/ou formato anatômico, c/ ajuste confortável e perfeita vedação contra ruídos ambientais. O estetoscópio deverá ser provido de auscultador tipo diafragma modelo infantil. Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	BIC	0	68,0000
			CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	MD	0	80,0000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	54,2590
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	BIC	0	64,0000
124	Extensão para oxigênio em silicone, mangueira em silicone com estrutura interna em forma de "estrela" evitando a interrupção total da passagem de oxigênio caso a mesma seja dobrada ou amassada acidentalmente. Mínimo 01 metro Registro junto à ANVISA	UN	CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	MD	0	80,0000
			IMF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	INCOTERM	0	97,8000
125	Fio catgut absorvível agulhado estéril nº 2,0 - com 24 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MEDICONE	0	9,9500
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Technofo	0	72,7500
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	TECHNOFO	0	72,8000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	TECHONOFIO	0	74,6000

Página: 39/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Fio catgut absorvível agulhado estéril nº 3,0 - com 24 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	TECHNOFIO	0	76,0000	4
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	TECHONOFIO	0	72,7000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	TECHNOFIO	0	72,8000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Technofo	0	74,8800	3
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	TECHNOFIO	0	76,0000	4
127	Fio catgut absorvível agulhado estéril nº 4,0 - com 24 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	TECHNOFIO	0	72,7500	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	TECHNOFIO	0	72,8000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	TECHONOFIO	0	74,6000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Technofo	0	74,8800	4
			ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Shalon	0	72,7000	1
128	Fio catgut absorvível agulhado estéril nº 5,0 - com 24 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	TECHNOFIO	0	72,8000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	TECHONOFIO	0	74,6000	3
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	TECHNOFIO	0	76,0000	4

Página: 40/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

129	Fio catgut absorvível agulhado estéril nº 6.0 - com 24 unidades. Registro junto a ANVISA	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	TECHONOFIO	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	TECHNOFIO	2
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	TECHNOFIO	3
131	Fio Mono nylon agulhado estéril nº 2.0 - com 24 unidades Registro junto a ANVISA	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	PROCARE	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Procare	4
132	Fio Mono nylon agulhado estéril nº 3.0 - com 24 unidades. Registro junto a ANVISA	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	PROCARE	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Procare	4
133	Fio Mono nylon agulhado estéril nº 4.0 - com 24 unidades. Registro junto a ANVISA	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 41/88

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
134	Fio Mono nylon agulhado estéril nº 5.0 - com 24 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	27,0000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	PROCARE	0	27,8200
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Procare	0	28,6300
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	27,0000
135	Fio Mono nylon agulhado estéril nº 6.0 - com 24 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	27,6720
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	PROCARE	0	27,8200
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Procare	0	28,6300
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	27,0000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	27,6720
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	PROCARE	0	27,8200
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Procare	0	28,6300

Página: 42/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

136	Fita adesiva hipocelergênica, p/ pele porosa, composta para fixação de curativos, composta por dorso de viscosse não tecido recoberto por um adesivo de base acrílica e comprovadamente hipocelergênico / cor branca / validade 02 anos / medida mínima 100 mm x 4,5 m. Com 20 rolos. Registro junto à ANVISA	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	MISSNER	0	42,9500	1
137	Fita hipocelergênica, suave para a pele, porosa, composta de viscosse não tecido com adesivo acrílico hipocelergênico - medida mínima 25 mm x 4,5 m com capa plástica. Com 12 unidades. Registro junto à ANVISA	PCTE	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Missner	0	19,4400	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	42,9800	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MISSNER	0	20,6000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	21,0000	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MISSNER	0	21,1200	4
138	Fita hipocelergênica, suave, p/ pele, porosa, composta de viscosse, não tecido, c/ adesivo acrílico hipocelergênico, rolo medida mínima 50 mm x 4,5 cm, com capa plástica. Com 12 unidades. Registro junto à ANVISA	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	23,0000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	MISSNER	0	23,3400	2
139	Fita hipocelergênica, suave, p/ pele, porosa, composta de viscosse, não tecido, c/ adesivo acrílico hipocelergênico- medida mínima 12 mm x 4,5 cm, com capa plástica. Com 12 unidades. Registro junto à ANVISA	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	15,3000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MISSNER	0	15,3600	2

Página: 43/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
140	FITA MÉTRICA PARA ENFERMAGEM DE 1,5 MT	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CORRENT	0	3,5000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MID	0	4,6800	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	ARKUS	0	7,9000	3
141	Fixador citológico em spray, com propriedades de fixação e sustentação da integridade celular de esfregaços de material biológico estendidos em lâmina de vidro. Com 100 ml Registro junto à ANVISA	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Adlin	0	5,6900	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	ADLIN	0	5,7000	2
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	ADLIN	0	6,3300	3
142	FOCO PARA LUZ, ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO; HASTE FLEXÍVEL CROMADA E REFLETOR PINTADO; ALTURA REGULÁVEL ATRAVÉS DE MANIPULO LATERAL; ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; ALTURA MÁX. 1,60M X MIN. 1,10M;	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vagalumi	0	223,8200	1
			CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	FLEX NEW	0	300,0000	2
			DENTAL OESTE EIRELI (8106)	MT383	0	336,0000	3
143	Formol a 10% Registro junto à ANVISA	L	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Dgl	0	15,0840	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 44/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	Frasco plástico 300 ml para alimentação enteral não esteril - fracionador. Registro junto à ANVISA	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	BIOBASE	0	0,7000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Bicbase	0	0,7050	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Bicbase	0	0,7300	3
145	Gaze hidrófila tipo queijo, não esteril, em rolo, confeccionada com fio 100% algodão em tecido tipo tela, composta por 3 dobras e 8 camadas no formato 91 cm x 91 m, altamente absorvente, alvejada e isenta de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes correntivos e alvejantes ópticos. Embaladas individualmente em saco plástico com peso mínimo de 1,700 kg, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde, de acordo com as especificações da NBR 14.108. Apresentar na proposta o registro na ANVISA, AFE do fabricante.	RL	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDI HOUSE	0	71,8500	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	BIOTEXTIL	0	61,3100	2
146	Gel neutro para uso em aparelho de eletrocardiograma / ultrassom - 100 ml Registro junto à ANVISA	FR	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	CARBOGEL	0	1,5900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Carbogel	0	1,6280	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CAITHEC	0	2,0200	3
147	Hamper - fabricado em tubos de aço redondo em inox de 1 polegada de diâmetro. Com saco e rodas.	UN	CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	OLIMEDIC	0	198,0000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	OLIMEDIC	0	199,0000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Metalc	0	217,0370	3

Página: 45/88

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
148	Hastes flexíveis de algodão (cotonetes) CX c/ 75 unidades	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	HIGIETOPP	0	0,9300	1

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772) Higie Topp 0 0,9500 2

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486) BELLACOTTO 0 1,0000 3

PCTE ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410) LABOR 0 8,0000 1

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772) Laborimport 0 8,1250 2

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671) LABOR IMPOF 0 8,9800 3

KIT ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772) Daru 0 5,1550 1

150 Kit para aparelho de nebulização completo - adulto - contendo máscara, copinho e extensão (mangueira).
Observação: O kit deverá, necessariamente, ser compatível com o aparelho de nebulização descrito no item 24.
Registro junto à ANVISA

DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107) DARU 0 5,1800 2

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410) DARU 0 6,8600 3

KIT ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772) Daru 0 5,1550 1

151 Kit para aparelho de nebulização completo - infantil - contendo máscara, copinho e extensão (mangueira).
Observação: O kit deverá, necessariamente, ser compatível com o aparelho de nebulização descrito no item 24.
Registro junto à ANVISA

DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107) DARU 0 5,1800 2

Página: 46/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
152	Kit Ponto - modelo padrão SAMU	KIT	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	DARU	0	6,8600
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	44,7640
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	RESGATESP	0	44,8000
			DENTAL OESTE ERELI (8106)	Polarfix	0	54,0000
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	ORTOPRATIK	0	54,0000
153	Lâmina p/ bisturi nº 11 - caixa com 100 unidades embaladas individualmente. Registro junto à ANVISA	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxtor	0	19,7000
154	Lâmina para bisturi nº 15 - caixa com 100 unidades embaladas individualmente. Registro junto à ANVISA	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ADAV/ANITVE	0	19,8000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	24,0600
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ADAV/ANITVE	0	19,1000
155	Lâmina p/ bisturi nº 24 - caixa com 100 unidades embaladas individualmente. Registro junto à ANVISA	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	19,1500
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxtor	0	19,7000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxtor	0	19,7000
156	Lâmina para bisturi nº 24 - caixa com 100 unidades embaladas individualmente. Registro junto à ANVISA	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ADAV/ANITVE	0	19,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	23,5200
156	Lâmina para microscópio, com extremidade fosca, não lapidada, tamanho 28/76 mm e com espessura 1,2 a 1,4 mm. Com 50 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	LABOR IMPOF	0	3,3500
			DIMACUS MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	3,3700
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	ADLIN	0	3,7100
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	3,9500
157	Lanterna clínica nuclear, à pilha, confeccionada em alumínio, com lâmpada de led. Registro junto à ANVISA	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	PENLIGHT	0	15,4500
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MIKATOS	0	28,9000
158	Lanterna recarregável, lâmpada alógena de 200 lumens para mais de 1 hora e meia de uso contínuo, botão liga/desliga e modo piscante, construída em alumínio anodizado. A prova d'água. Registro junto à ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LED CREE Q1	0	90,0000
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	POLICE	0	120,0000
159	Laringoscópio, com 03 lâminas curvas em aço inox - Diasyst. Cabo metálico para 02 pilhas médias. Lâminas curvas em aço inox tipo Macintosh com acabamento fosco sendo: nº 1 = 70 mm, nº 2 = 78 mm, nº 3 = 108 mm. Perfilado encaixe das roscas, excelente contato elétrico do conjunto. Lâmpadas de alta performance e foco centrado para perfeita visualização. Acompanha: 01 bolsa em nylon com zíper e compartimentos separados para cabo e lâminas. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	325,5560

Página: 48/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESFs e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
160	Lençol descartável com elástico, medida mínima 2,00 x 0,90 m - com 10 unidades	PCTE	CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (6016)	MD	0	400,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	OXIGEL	0	401,0000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Medgauze	0	8,5000	1
161	Lençol hospitalar de papel (100% fibras naturais) - rolo 50 m x 50 cm.	RL	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SKY	0	8,7400	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	M.GAUSE	0	8,8900	3
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	PLUMAX	0	6,3900	1
162	Luva manual redonda com três vezes de aumento, lente de vidro com cabo e proteção lateral em PVC.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	FLEXPEL	0	6,4000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MEDPAPER	0	6,6500	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	PLUMAX	0	7,0400	4
163	Luva cirúrgica estéril, caixa proteína c/ pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico número 8,5 Registro junto a ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MAQUIRA	0	8,3800	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MAQUIRA	0	15,0000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Aumentalux	0	39,3600	3
163	Luva cirúrgica estéril, caixa proteína c/ pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico número 8,5 Registro junto a ANVISA	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MAXITEX	0	0,8800	1

Página: 49/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxitex	0	0,9770	2
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPACT	0	0,9900	3
164	Luva cirúrgica estétil, caixa proteína, lubrificadas c/ pó biobiossível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 6,5. Registro junto a ANVISA	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MAXITEX	0	0,8800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxitex	0	0,9770	2
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPACT	0	0,9900	3
165	Luva cirúrgica estétil, caixa proteína, lubrificadas com pó biobiossível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 7,0. Registro junto a ANVISA	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MAXITEX	0	0,8800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxitex	0	0,9770	2
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPACT	0	0,9900	3
166	Luva cirúrgica estétil, caixa proteína, lubrificadas com pó biobiossível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 7,5. Registro junto a ANVISA	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MAXITEX	0	0,8800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxitex	0	0,9770	2
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPACT	0	0,9900	3
167	Luva cirúrgica estétil, caixa proteína, lubrificadas com pó biobiossível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 8,0. Registro junto a ANVISA	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MAXITEX	0	0,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 50/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
168	Luva de procedimento, em vinil sem pó, descartável, ambidestra, antialérgica, sem amido, transparente. Tamanho M. Validade: 02 anos. Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxitex	0	0,9770	2
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPAC	0	0,9900	3
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPAC	0	12,5000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DESCARPAC	0	12,9300	2
169	Luva de procedimento, em vinil sem pó, descartável, ambidestra, antialérgica, sem amido, transparente. Tamanho P. Validade: 02 anos. Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Talge	0	13,5650	3
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPAC	0	12,5000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DESCARPAC	0	12,9300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Talge	0	13,5650	3
170	Luva de procedimento, em vinil sem pó, descartável, ambidestra, antialérgica, sem amido, transparente. Tamanho PP Validade: 02 anos. Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DESCARPAC	0	12,9300	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	DESCARPAC	0	14,6000	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	PHARMATEX	0	15,5000	3

Página: 51/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

171	Luva descartável para toque, estéril, embalada individualmente. Fabricada em resina de polietileno natural virgem, 100% PEAD - Polietileno de Alta Densidade e Alto Peso Molecular. Transparente, atóxica e inodora. Com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	PCTE	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Luplast	1
			DIMAGISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPAC	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	LUPLAST	3
172	Luva látex, hipo alérgica ambidestra, tamanho extra pequeno, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico - descartável - com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	1
			DIMAGISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPAC	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Nugard	3
173	Luva látex, hipo alérgica, ambidestra, tamanho grande, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico - descartável - com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Embramac	1
			DIMAGISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPAC	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	3
174	Luva látex, hipo alérgica, ambidestra, tamanho médio, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico - descartável - com 100 unidades. Registro junto à ANVISA	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	1
			DIMAGISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	DESCARPAC	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Nugard	3

Página: 52/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
175	Luva látex, hipo alérgica, ambidestras, tamanho pequeno, com pó biotranssvível, baixa proteína, para atendimento clínico - descartável - com 100 unidades. Registro junto a ANVISA	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	0	13,5900	1
176	Maca rígida de resgate em poliéster, para imobilização e transporte manual de vítimas de acidentes em qualquer terreno; resistente a impactos; com reforços internos da estrutura; suporte de pacientes de até 180 kg; rígida, leve, confortável e lavável; com pega mãos com sistema anatômico e passador de cintos nas bordas com medidas iguais e amplas; design em ângulo para melhor acomodação do paciente, evitando o seu deslizamento; transparente para uso em Raios-X e demais equipamentos; aberturas oblongas na parte central e inferior, para várias imobilizações do corpo, cabeça, tronco, braços ou pernas; flutuante ideal para o resgate em águas, piscinas, rios e mares; não conduz eletricidade. Dimensões: comprimento aberta: 1900 mm; peso líquido entre 8,0 e 10 kg. Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MARIMAR	0	375,0000	1
177	Máscara de alta concentração de oxigênio com balão reservatório - adulto Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Rotovale	0	379,8160	2
178	Máscara de alta concentração de oxigênio com balão reservatório - pediátrico Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	9,4950	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	450,0000	3
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MD	0	10,8000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MD	0	14,9600	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	9,4950	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	9,4950	1

Página: 53/88

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
179	Máscara de proteção respiratória, particulado, com eficácia mínima de filtração de 95% de partículas de até 0,3µ, tipo m95, contra bacilo de tuberculose, 2 camadas filtrantes sintéticas, com elástico, de ótima qualidade. Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MD	0	10,8000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MD	0	14,9600
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Altesc	0	1,3660
180	Máscara de venturi com reservatório, adulto e infantil, transparente, de vinil macio para conforto do paciente e avaliação visual. Completa, com tubo de suprimento de oxigênio de 21 cm. Presilha ajustável de nartz que assegura uma fixação confortável (07 ADULTO e 05 INFANTIL) Registro junto à ANVISA	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	DESCARPACT	0	3,0500
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	BET FABRIL	0	3,5000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	12,2080
181	Máscara descartável branca, c/ elástico, atóxica, hipoaérgica, 100% polipropileno, não estéril, não inflamável, isenta de fibra de vidro, sem látex, uso único. Com 50 unidades Registro junto à ANVISA	CX	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MD	0	13,8000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	GOODCOME	0	17,9600
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	OLIMED	0	4,5000
182	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Tagge	0	5,1550
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	LABOR IMPOF	0	5,2100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
182	Máscara Laríngea nº 1, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: "- Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO). "- Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente. "- Manguito pneumático. "- Válvula de retenção unidirecional. "- Balão Piloto. "- Tubo de Enchimento. "- Linha de Referência. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	50,3260	1
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FUSHAN MED	0	58,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MEDTECH	0	70,0000	3
183	Máscara Laríngea nº 1,5 descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: "- Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO). "- Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente. "- Manguito pneumático. "- Válvula de retenção unidirecional. "- Balão Piloto. "- Tubo de Enchimento. "- Linha de Referência. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	50,3260	1
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FUSHAN MED	0	58,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MEDTECH	0	70,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
184	Máscara Laríngea nº 2, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: "- Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO). "- Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente. "- Manguito pneumático. "- Válvula de retenção unidirecional. "- Balão Piloto. "- Tubo de Enchimento. "- Linha de Referência. Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	50,3260
185	Máscara Laríngea nº 2,5, descartável, forma estéril, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: "- Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO). "- Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente. "- Manguito pneumático. "- Válvula de retenção unidirecional. "- Balão Piloto. "- Tubo de Enchimento. "- Linha de Referência. Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	50,3260
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FUSHAN MED	0	58,9000
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	MEDTECH	0	70,0000
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FUSHAN MED	0	58,9000
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	MEDTECH	0	70,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

186	Máscara Laríngea nº 3, descartável, forma estétil, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: "- Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO). "- Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente. "- Manguito pneumático. "- Válvula de retenção unidirecional. "- Balão Piloto. "- Tubo de Enchimento. "- Linha de Referência. Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	50,3260	1
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FUSHAN MED	0	58,9000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MD	0	90,0000	3
187	Máscara Laríngea nº 4, descartável, forma estétil, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: "- Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO). "- Tubo condutor da via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente. "- Manguito pneumático. "- Válvula de retenção unidirecional. "- Balão Piloto. "- Tubo de Enchimento. "- Linha de Referência. Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	50,3260	1
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FUSHAN MED	0	58,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	MEDTECH	0	70,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESFs e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
188	Máscara Laringea nº 5, descartável, forma estétil, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: "1" Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO). "2" Tubo condutor de via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente. "3" Menguito pneumático. "4" Válvula de retenção unidirecional. "5" Balão Piloto. "6" Tubo de Enchimento. "7" Linha de Referência. Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	50,3280
189	Máscara Laringea nº 6, descartável, forma estétil, de uso único, embalada individualmente. Fabricada em material transparente emborrachado com silicone (poliorganossiloxanos). A máscara deverá ser constituída por: "1" Conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO). "2" Tubo condutor de via aérea largo e flexível, dobrável até 180º sem acotovelar, em material transparente. "3" Menguito pneumático. "4" Válvula de retenção unidirecional. "5" Balão Piloto. "6" Tubo de Enchimento. "7" Linha de Referência. Registro junto a ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FUSHAN MED	0	58,9000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MEDTECH	0	70,0000
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	FUSHAN MED	0	58,9000
190	Mesa inox com 01 prateleira e rodas - 0,60 x 0,40 x 0,80 (L x P x A)	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MEDTECH	0	85,0000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MD	0	90,0000
			CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8016)	OLIMEDIC	0	275,0000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Medaic	0	275,5000

Página: 58/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MAXIDISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	RENASCKER	0	296,0000	3
191	Mochô hospitalar com encosto e rodas Registro junto à ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RENASCKER	0	149,5400	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	OLIMEDIC	0	200,0000	2
			CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	OLIMEDIC	0	250,0000	3
192	Óculos de proteção, cor cristal, lentes de policarbonato incolor, proteção contra impactos de partículas volantes e contra luminosidade intensa, radiação ultravioleta ou radiação infravermelha, proteção nas laterais. Registro junto à ANVISA	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	FENIX	0	4,0200	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Danny	0	4,0690	2
			DAMEDI DAMIBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	6,8000	3
193	Otoscópio - Lente de visão ampla para visualização com magnificação. Sistema vedado para otoscopia pneumática. Cabeça altamente resistente a impactos. Conexão para otoscopia pneumática. Espelhos autoclaváveis ou descartáveis. Transmissão da luz por fibra óptica. Acompanhamento através de botão liga/desliga. Acompanha kit com 14 espéculos e uma lâmpada adicional para pronta substituição, cabo metálico alimentado para 02 pilhas alcalinas "AA", estojó para guardar e proteger o Otoscópio, clipe de bolso. Registro junto à ANVISA	UN	CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	MD	0	300,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	339,1210	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	TK	0	340,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 59/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
194	Oxímetro de dedo uso adulto - aparelho de medição da porcentagem de oxigênio no sangue e a frequência cardíaca. Aparelho com medições precisas, de peso leve, compacto, portátil, de fácil manuseio e baixo consumo de energia. Funcionamento a base de 02 (duas) pilhas AAA (galilo). Sistema de auto desligamento. Indicador de bateria fraca. Faixa de leitura de SpO2: de, no mínimo, 30 a 99%. Faixa de leitura de pulsação de, no mínimo, 30 a 255 bpm (batimentos por minuto). Precisão de SpO2 (70 a 99%); \pm 2%. Precisão da pulsação: \pm 2 bpm (batimentos por minuto) ou \pm 2 %.	UN	CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	CHOIC	0	249,0000	1
	Registro junto a ANVISA						
			PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SOLMEDICA	0	250,0000	2
			DENTAL OESTE EIRELI (8106)	MD	0	274,5000	3
195	Oxímetro tipo Y, uso infantil - aparelho de medição da porcentagem de oxigênio no sangue e a frequência cardíaca. Aparelho com medições precisas, de peso leve, compacto, portátil, de fácil manuseio e baixo consumo de energia. Funcionamento a base de 02 (duas) pilhas AAA (galilo). Sistema de auto desligamento. Indicador de bateria fraca. Faixa de leitura de SpO2: de, no mínimo, 30 a 99%. Faixa de leitura de pulsação de, no mínimo, 30 a 255 bpm (batimentos por minuto). Precisão de SpO2 (70 a 99%); \pm 2%. Precisão da pulsação: \pm 2 bpm (batimentos por minuto) ou \pm 2%.	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	CHOICE	0	549,9000	1
	Registro junto a ANVISA						
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	NEW TECH	0	550,0000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Rossmax	0	712,1230	3
196	Papel para Eletrocardiograma na medida mínima 216 x 16 x 30 m - Para ECG CardioCare 2000	BOB	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	TECNOPRINT	0	17,8000	1
	Registro junto a ANVISA						
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Tecnoprint	0	19,6690	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MD	0	30,8000	3

Página: 60/88

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
197	Papel termo sensível para eletrocardiograma 58x30 Registro junto à ANVISA	BOB	CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	TECNO PRINT	0	34,5000	1
198	Pinça Alis ginecológica fabricada em aço inox medindo 14 cm Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	24,1450	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	25,6000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	ABC	0	29,4500	3
199	Pinça Alis ginecológica fabricada em aço inox medindo 16 cm Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	GOLGRAN	0	18,7200	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	25,6000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	29,5000	3
200	Pinça Alis ginecológica fabricada em aço inox medindo 20 cm Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	25,6000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Abc	0	42,4000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	GOLGRAN	0	46,2800	3
201	Pinça Bakaus grande. Embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade. Certificações: Fabricação de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE. Registro no MS: 10304850053. Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	16,8000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	GOLGRAN	0	20,7400	2

Página: 61/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	23,7380	3
203	Pólfix 02 vias com tampa completo (Equipo c/ tampa completo) Registro junto à ANVISA	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6841)	VITAL GOLD	0	0,6140	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Vital Gold	0	0,6600	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	MEDSONDA	0	0,7300	3
204	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Alça EM 12 Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	21,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRANSMAI	0	25,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	32,9600	3
205	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Alça redonda EG 20 Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	21,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRANSMAI	0	25,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	32,9600	3
206	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Bola EG 14 Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	21,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRANSMAI	0	25,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	32,9600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
207	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Bola EM 09 Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	21,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	TRANSMAI	0	25,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	32,9600	3
208	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Bola EM 11 Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	EMAI	0	21,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	TRANSMAI	0	25,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	32,9600	3
209	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Faca Reta EM 13 Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	21,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	TRANSMAI	0	25,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	32,9600	3
210	Ponta Agulha - confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Tamanho 12 cm. Embalagem plástica individual. Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT. Registro junto à ANVISA	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	23,1500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	ABC	0	40,0000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)		0	156,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
211	ovedini Degermante - com 01 litro Registro junto a ANVISA	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	12,8190
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	VIC PHARMA	0	13,9200
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	VIC PHARMA	0	14,1000
212	Povedini tóxico - com 01 litro. Registro junto a ANVISA	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	12,2500
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Rioquímica	0	12,2700
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	VIC PHARMA	0	13,3800
213	Seringa em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico sling, sem dispositivo de segurança, 10 mL, sem agulha. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção do líquido. Graduada em escala numérica para mL com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número do lote, registro no IMS (na caixa e na embalagem individual). Registro junto a ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MD	0	180,0000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SAFTI	0	199,5000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	MD	0	265,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 64/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
214	Reanimador manual neonatal (Ambu). Especificações Técnicas Mínimas: Autoclavável e resistente a desinfecção química de alto nível, confeccionado em puro silicone. Reservatório de O ₂ confeccionado em 100% silicone, sem costuras de capacidade de 500 a 650 ml, em PVC. Máscara facial neonatal, transparente em silicone autoclavável. Válvula de segurança e unidirecional em policarbonato inquebrável, ajustável e autoclavável com membranas. Válvula e membranas autoclaváveis do reservatório de O ₂ . Válvula de admissão de ar/O ₂ autoclavável e com membrana. Mangueira com porca rosqueável para conexão de reservatório à rede de O ₂ . Acessórios inclusos: 03 máscaras faciais, sendo: 02 unidades nº 0 e 01 unidade nº 00. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	182,7780
215	Reanimador manual pediátrico (Ambu). Especificações Técnicas Mínimas: Autoclavável e resistente a desinfecção química e de alto nível, confeccionado em puro silicone. Reservatório de O ₂ confeccionado em 100% silicone, sem costuras de capacidade mínima de 200 ml, em PVC. Máscara facial pediátrica transparente em silicone autoclavável. Válvula de segurança e unidirecional em policarbonato inquebrável, ajustável e autoclavável com membranas. Reservatório de O ₂ com válvula e membranas autoclaváveis. Válvula de admissão de ar/O ₂ autoclavável e com membrana. Mangueira com porca rosqueável para conexão do reservatório à rede de O ₂ . Acessórios inclusos: 03 máscaras faciais números 01, 02 e 03. Registro junto à ANVISA	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	MD	0	180,0000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SAFTI	0	199,5000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	182,7780
216	Removedor de adesivo em spray, indolor e atraumático, antialérgico, composto por 100% silicone, sem álcool - com 50 ml. Registro junto à ANVISA	UN	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (7119)	Sensicare	0	54,0000
217	Saco para lixo hospitalar - branco - capacidade 100 litros. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Rava	0	0,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 65/88

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
218	Saco para lixo hospitalar - branco - capacidade 30 litros. Registro junto a ANVISA		METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Jurema	0	0,3600	2
			DAMEDDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	NEKPLAST	0	0,3800	3
		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Rava	0	0,1230	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	JUREMA	0	0,1500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Jurema	0	0,1590	3
219	Saco para vômito, tamanho único. Registro junto a ANVISA	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MEDSONDA	0	0,4600	1
220	SELADORA COM CONTROLE DA TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO; ACIONAMENTO ATRAVES DE PEDAL; MESA DE APOIO COM CONTROLE DE ALTURA; COMPRIMENTO DA SOLDA 350 MM; SEM LIMITAÇÕES LATERAIS); LARGURA DA SOLDA 12MM; ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO 18 ; PINTURA EPOXI; VOLTAGEM: 110V OU 220V; DIMENSÕES: 350X250X940; GARANTIA: 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: PERMANENTE PELO FABRICANTE.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Sulpack	0	1,085,0000	1
221	Seringa descartável sem agulha - 60 ml - sem dispositivo de segurança - bico sling. Registro junto a ANVISA		IMF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	AGIR	0	1,087,5000	2
		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	SR	0	1,6550	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ADVANTIME	0	1,8500	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	SR	0	1,8800	3

Página: 66/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF-s e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
222	Seringa para insulina sem dispositivo de segurança, 1 ml, em polipropileno, estétil, siliconizada, descartável, com agulha 13 x 4,5. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção do líquido. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número do lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Apresentar na proposta registro na ANVISA e AFE do fabricante.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	SR	0	0,1390	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SR	0	0,1600	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DESCARPACT	0	0,1700	3
223	Seringa em polipropileno, estétil, siliconizada, descartável, com bico sling, sem dispositivo de segurança, 10 ml, sem agulha. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção do líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número do lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual).	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SR	0	0,1990	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	0,2000	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DESCARPACT	0	0,2400	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	SR	0	0,2540	4
224	Seringa em polipropileno, estétil, siliconizada, descartável, com bico sling, sem dispositivo de segurança, 20 ml, sem agulha. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção do líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número do lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	SR	0	0,3010	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SR	0	0,3700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
225	Seringa em polipropileno, estétil, siliconizada, descartável, com bico sling, sem dispositivo de segurança, 3 ml, sem agulha. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção do líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número do lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Registro junto a ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DESCARPAC	0	0,3700
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	DESCARPCK	0	0,4000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	0,0920
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	SR	0	0,0930
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SR	0	0,1200
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	SR	0	0,1100
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	0,1290
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SR	0	0,1300
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DESCARPAC	0	0,1400
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	SOLIDOR	0	0,1800
226	Seringa em polipropileno, estétil, siliconizada, descartável, com bico sling, sem dispositivo de segurança, 5 ml, sem agulha. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção do líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número do lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Registro junto a ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DESCARPAC	0	0,3700
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	DESCARPCK	0	0,4000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	0,0920
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	SR	0	0,0930
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SR	0	0,1200
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	SR	0	0,1100
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SR	0	0,1290
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SR	0	0,1300
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	DESCARPAC	0	0,1400
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	SOLIDOR	0	0,1800

Página: 68/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
227	Solução de Schiller Iodo-Iodetada com 5,0 g de Iodo, 10 g de Iodeto de potássio e 250 ml de água destilada. 1.000 ml Registro junto a ANVISA	FR	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	CINETICA	0	99.0000	1
228	Sonda nasogástrica longa nº 08 Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6100	1
	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)			MED SONDA	0	0,8100	2
	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)			MARKMED	0	0,8200	3
229	Sonda nasogástrica longa nº 10 Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6510	1
	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)			MED SONDA	0	0,8400	2
	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)			MARKMED	0	0,8600	3
230	Sonda nasogástrica longa nº 12 Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,7190	1
	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)			MED SONDA	0	0,8800	2
	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)			MARKMED	0	0,9400	3
231	Sonda nasogástrica longa nº 14 Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,7190	1
	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)			MED SONDA	0	0,9100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 69/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

232	Sonda nasogástrica longa nº 16 Registro junto à ANVISA	UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	0,9800	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,9090	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	1,0000	2
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	1,0100	3
233	Sonda nasogástrica longa nº 18 Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,9090	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	1,1000	2
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	1,1000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BIOSANI	0	1,4500	4
234	Sonda nasogástrica longa nº 20 Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	1,0040	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	1,2800	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	1,2700	3
235	Sondas Aspiração traqueal Nr. 04 Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4340	1

Página: 70/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

236	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 06 Registro junto à ANVISA	UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	0,5150	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	0,5600	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4480	1
237	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 08 Registro junto à ANVISA	UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	0,5240	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	0,5900	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5020	1
238	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 10 Registro junto à ANVISA	UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	0,5500	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	0,6000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4750	1
239	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 12 Registro junto à ANVISA	UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	0,5780	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	0,6400	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4880	1

Página: 71/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

240	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 14 Registro junto a ANVISA	UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	0,6080	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	0,6700	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5020	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	0,6800	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	0,6900	3
241	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 16 Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5020	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	0,7000	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	MED SONDA	0	0,7400	3
242	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 18 Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5830	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	MARKMED	0	0,8000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Biosani	0	0,8400	3
243	Sonda Foley estéril 02 vias, siliconizada, nº 08 Registro junto a ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	2,9100	1

Página: 7288

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
244	Sonda Foley estéril 02 vias, siliconizada, nº 10 Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,1200	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	2,7900	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,1200	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SOLIDOR	0	3,9600	3
245	Sonda Foley estéril 02 vias, siliconizada, nº 12 Registro junto à ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	2,6300	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	2,9840	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	2,6300	1
246	Sonda Foley estéril 02 vias, siliconizada, nº 14 Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	2,9840	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	2,6300	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	2
247	Sonda Foley estéril 02 vias, siliconizada, nº 16 Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	2,9840	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	2,6300	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	2

Página: 73/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

248	Sonda Foley estéril 02 vias, siliconizada, nº 18 Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,1200	3
			DAMED DABROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	SOLIDOR	0	3,1500	4
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	3,2200	5
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	2,9840	2
249	Sonda Foley estéril 02 vias, siliconizada, nº 20 Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,1200	3
			DAMED DABROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	SOLIDOR	0	3,1500	4
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	2,5000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	2,9840	3
250	Sonda Foley estéril 02 vias, siliconizada, nº 22 Registro junto à ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	2,8000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	2,9840	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LABOR IMPOF	0	2,8000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	2

Página: 74/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

251	Sonda Foley estéril 02 vias, siliconizada, nº 24 Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	2,9800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	2,9840	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,1200	3
252	Sonda p/ alimentação naso enteral adulto, 120 cm. Poliuretano, flexível, acompanha fio-guia em aço inox, conforme normas ANVISA, esterilizada em óxido de etileno - Tamanho 12 Registro junto à ANVISA	UN	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	SOLUMED	0	7,4000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Solumed	0	9,4950	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (8665)	SOLUMED	0	9,5000	3
253	Sonda p/ alimentação naso enteral infantil, 60 cm. Silicone, flexível, acompanha fio-guia em aço inox e em nylon, conforme normas ANVISA, esterilizada em óxido de etileno - Tamanho 08 Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Solumed	0	9,4950	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLUMED	0	10,5600	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	SOLUMED	0	12,6700	3
254	Sonda uretral estéril nº 08 Registro junto à ANVISA	UN	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,4100	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	0,4400	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Biosani	0	0,4400	3

Página: 75/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
255	Sonda uretral estéril nº 10 Registro junto à ANVISA		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4480
		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4290
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Biosani	0	0,4300
			DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,4300
	Sonda uretral estéril nº 12 Registro junto à ANVISA		ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	0,4700
		UN	DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,4500
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Biosani	0	0,4500
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	0,4900
257	Sonda uretral estéril nº 14 Registro junto à ANVISA	UN	DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,4690
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Biosani	0	0,4700
	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 16 Registro junto à ANVISA		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5150
		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5150

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 76/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

259	Soro fisiológico 0,9%, frasco com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 100 ml Registro junto a ANVISA	FR	DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,5200	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	0,5600	3
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	HALEXSTAR	0	2,0500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Equilplex	0	2,2500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Equilplex	0	2,4420	3
260	Soro fisiológico 0,9%, frasco com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 250 ml Registro junto a ANVISA	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Basa	0	2,5770	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	HALEXSTAR	0	2,5800	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	EUROFARMA	0	2,7900	3
261	Soro fisiológico 0,9%, frasco com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 500 ml Registro junto a ANVISA	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Basa	0	2,8490	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	EUROFARMA	0	3,1900	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	HALEXSTAR	0	3,3000	3

Página: 77/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
262	Soro Glicosado 0,9%, frasco - bolsa com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, 250 ml Registro junto à ANVISA	FR	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	HALEXSTAR	0	2,6800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Equillex	0	2,8490	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Equillex	0	2,9900	3
263	Soro glicosado 0,5%, frasco - bolsa com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 250 ml Registro junto à ANVISA	FR	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	HALEXSTAR	0	2,6500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Segmenta-Eun	0	2,8490	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	EUOFARMA	0	2,8900	3
264	Soro glicosado 0,5%, frasco - bolsa com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 500 ml Registro junto à ANVISA	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Segmenta-Eun	0	2,8490	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	EUOFARMA	0	3,3500	2
			DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	HALEXSTAR	0	3,6000	3
265	Soro Ringer 500 ml, bolsa, sistema fechado. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Segmenta-Eun	0	2,9840	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	EUOFARMA	0	3,3900	2

Página: 78/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
266	Suporte para colocação de soro em aço inox. Haste com regulagem de altura, confeccionada em tubo redondo de aço inoxidável com acabamento polido de 3/4" x 1,20 mm (ou superior), terminação em X com 04 garfos de tubos de aço inox 3/16. Coluna receptora da haste confeccionada em tubo redondo de aço inoxidável com acabamento polido de Ø 1" x 1,20mm (ou superior). Regulagem de altura de, no mínimo, 1,50 m e 2,10 m. Base com 04 pernas em X confeccionada em alumínio fundido com acabamento polido, com dimensões aproximadas de 50 cm (de uma ponta a outra) para garantir maior estabilidade do conjunto. Rodízios giratórios com diâmetro mínimo de Ø 2". Suporte com rodas. Peso mínimo aproximado de 05 kg.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	OLIMEDIC	0	178,5000	1
267	TALA DE PAPELÃO 30X20 CM	UN	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	RENASCER	0	179,0000	2
268	TALA DE PAPELÃO 50X20 CM	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Olimedic	0	183,0000	3
269	Tala de papelão tamanho mínimo 90X20 cm	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	0,6100	1
270	Tala rígida, Confeccionada em tela aramada, maleável podendo ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze para uma imobilização, completa. Usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Tamanho G - 86x 10 cm	UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	0,8000	2
271		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	1,0170	1
272		UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	1,2700	2
273		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	1,7630	1
274		UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	1,9600	2
275		UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	13,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 79/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF-s e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
271	Tala rígida, Confeccionada em tela aramada, maleável podendo ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze para uma imobilização, completa. Usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Tamanho M - 63 X 09 cm	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	14,9210	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RESGATESP	0	15,0500	3
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	11,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RESGATESP	0	11,9000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	33,7430	3
272	Tala rígida, Confeccionada em tela aramada, maleável podendo ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze para uma imobilização, completa. Usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Tamanho P - 53 X 08 cm.	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	9,5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RESGATESP	0	9,5200	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	30,2190	3
273	TALA RÍGIDA, CONFECCIONADA EM TELA ARAMADA, MALEÁVEL PODENDO SER USADA COM FITA CREPE, BANDAGEM OU GAZE PARA UMA IMOBILIZAÇÃO, COMPLETA, USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. TAMANHO PP - 30 X 08 CM.	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	RESGATE SP	0	5,8000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RESGATESP	0	6,5000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Resgate SP	0	25,1010	3
274	TAMPÃO OCULAR ADULTO	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Oral	0	0,4480	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 80/88

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 21/06/2016 Válido até: 21/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
275	TAMPÃO OCULAR INFANTIL		MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	OFTAN	0	2,0000
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	OFTAM	0	11,9000
		UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Oral	0	0,3930
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	OFTAN	0	2,0000
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6671)	OFTAM	0	12,9200
276	Termômetro digital clínico. Pode medir a temperatura por via oral ou axilar. Com visor de cristal líquido, aviso sonoro e memória da última leitura. Bateria + estojo de acrílico para melhor conservação. Resistente à água. Garantia de 01 ano. Registro junto a ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Bioland	0	10,5610
277	Termômetro para geladeira, com dois displays, que permita visualizar a temperatura mínima e máxima, interna e externa da geladeira, bem como a temperatura do momento. Registro junto a ANVISA		MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	INCOTERM	0	12,8000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	INCOTERM	0	13,0500
		UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	JPROLAB	0	56,5000
			DAMED DABROS COMERCIO DE MED LTDA (6941)	INCOTERM	0	60,0000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	INCOTERM	0	62,9100

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 81/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
278	Tesoura Metzenbaum 15 cm curva. Embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade. Certificações: Fabricação de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE. Registro no MS: 10304850053. Registro junto à ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	16,5600	1
279	Tesoura modelo Spencer reta, para retirada de pontos - tamanho 09 cm. Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	24,8500	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOSE (8107)	GOLGRAN	0	25,0900	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	21,5600	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOSE (8107)	GOLGRAN	0	22,9800	2
280	Tesoura modelo Spencer reta, para retirada de pontos - tamanho 12 cm. Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ABC	0	24,3500	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOSE (8107)	GOLGRAN	0	25,7900	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Abc	0	28,3100	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	30,1140	3
281	Tesoura ponta romba - especial para APH, destinada ao corte de roupas. Com lâminas ponta romba e com corte liso. A segunda lâmina deve conter apoio para o corte semicircular e corte micro serrilhado. Deve possuir oleais de empunhadura. Confeccionada em plástico para polegar superior e inferior para dedos mínimos, anelar e médio - ambidestra. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MD	0	19,6690	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MD	0	25,0000	2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Página: 83/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
285	Tubo Orotraqueal tamanho nº 3,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,0700	1
286	Tubo Orotraqueal tamanho nº 4,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	0	4,1510	2
286	Tubo Orotraqueal tamanho nº 4,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,0700	1
287	Tubo Orotraqueal tamanho nº 4,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	0	4,1510	2
287	Tubo Orotraqueal tamanho nº 4,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,0700	1
288	Tubo Orotraqueal tamanho nº 5,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	0	4,1510	2
288	Tubo Orotraqueal tamanho nº 5,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,0700	1
289	Tubo Orotraqueal tamanho nº 5,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solidit	0	4,1510	2
289	Tubo Orotraqueal tamanho nº 5,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,0700	1

Página: 84/88

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	4,1510	2		
290	Tubo Orotraqueal tamanho nº 6,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,0700	1		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	4,1510	2		
291	Tubo Orotraqueal tamanho nº 6,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,0700	1		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	4,1510	2		
292	Tubo Orotraqueal tamanho nº 7,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,0700	1		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	4,1510	2		
293	ubo Orotraqueal tamanho nº 8,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação, marcadores de graduação em centímetros, com e sem balão, fabricado em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável. Embalagem individual, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Registro junto à ANVISA	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	SOLIDOR	0	3,0700	1		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	4,1510	2		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid-Solid	0	4,1510	2		

Página: 85/88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
294	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo - tipo sem aditivo - 10 ml Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,5600	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	BD	0	0,8500	2
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER BR/	0	1,1400	3
295	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo K2 - com gelseparador - 5 ml Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,5600	1
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	CRAL	0	1,0700	2
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER BR/	0	1,1400	3
296	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo K2 - com gelseparador - 5 ml Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,9500	1
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER BR/	0	1,5800	2
297	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo K2 EDTA (K2E) 7.2, tampa roxa - 4 ml Registro junto à ANVISA	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER BR/	0	0,5500	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,5900	2
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	CRAL	0	0,7000	3
298	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo k3 EDTA - 2 ml Registro junto à ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 86/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
299	Unidificador de oxigênio, frasco plástico de 250 ml, boca larga, rosca de metal. Registro junto à ANVISA	CX	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	CRAL	0	0,6600	2
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER BR/	0	1,2000	3
			MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7864)	UNITEC	0	9,4700	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Unitec	0	9,4800	2
300	Vaselina Líquida - 01 litro	FR	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	UNITEC	0	12,1000	3
			DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	VIC PHARMA	0	18,4000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (8107)	VIC PHARMA	0	19,1200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 87/88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	19,4110	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 88/88

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 21/06/2016		Válido até: 21/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2016
PROCESSO Nº 9/2016

- (6243) - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (6410) - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA
- (6665) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (6671) - PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (6772) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (6941) - DAMIEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA
- (7119) - FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
- (7221) - J.R. EHLKE & CIA LTDA
- (7386) - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
- (7468) - DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI -
- (7486) - MIF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME
- (7808) - ROSSANE SERAFIM MATOS
- (7864) - MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
- (8015) - CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER
- (8106) - DENTAL OESTE EIRELI
- (8107) - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E

Joaçaba, 21 de Junho de 2016.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**CONTRATO 0045/2016**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0045/2016

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0001/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0046/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2015

PROTOCOLO Nº 3124/2015

Data assinatura: 17/06/2016

Objeto: Conforme prevê o artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93, fica acrescido ao contrato o seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, danos pessoais, materiais e terceiros do veículo Saveiro, placa QHR1012.

Contratado: GENTE SEGURADORA S/A.

Valor Contratado: R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.00.00.00

Prazo de vigência: 17/06/2016 a 07/01/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 48/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 48/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, inscrita no CNPJ N.º 15.345.797/0001-36, Com Sede a Rua João Pessoa, 685, Sala Térreo Bairro São José pinhalzinho/SC CEP 89.870-000

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Parecer Jurídico nº 337/2016, decorrente do Processo Licitatório nº 62/2016, correlato à Tomada de Preços nº 05/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 12/05/2016 e homologada em 24/06/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Execução da Ampliação e a Modernização do Sistema de Iluminação Pública do Centro do Município de Lages, nas áreas de passeio e pistas veiculares, localizada no Bairro Centro, compreendendo a instalação de 125 conjuntos de postes, em aço galvanizado a fogo, equipados com 01 (uma) luminária integrada tipo Vapor Metálico de alto rendimento, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 550.033,37 (quinhentos e cinquenta mil trinta e três reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016/2017. A sua validade será de 08 (oito) meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

Lages, 24 junho de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

PP 56-2016 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 56-2016 PML

Objeto: Aquisição de Utensílios Domésticos, Material de Expediente e Material de Higiene e Limpeza.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 21/07/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 41.613,85

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de junho de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

TERMO DE CONVÊNIO 032/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 032/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU MALINVERNI FILHO, inscrita no CNPJ sob n.º 78.492.006/0001-10, com sede à Rua Manoel Thiago de Castro, nº 109, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pela Sra. ÂNGELA MARIA MALINVERNO WESTARB, CPF nº 345.549.559-15, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo município para auxílio financeiro para a manutenção do acervo patrimonial histórico e cultural do museu.

VALOR: R\$ R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) em 09 (nove) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 05/05/2016 a 31/12/2016.

Lages/SC, 23 de junho de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal.

TERMO DE CONVÊNIO 035/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 035/2016

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e a Fundação Municipal de Esportes de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.559/0001-66, com endereço na Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº 400, Bairro da Várzea, em Lages/SC, neste ato representado pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Sr. JOSÉ MAXIMILIANO C. BATALHA, doravante denominados CONCEDENTES e AUTO MECÂNICA BRASIL FUTSAL, inscrito no CNPJ sob o nº 07.862.421/0001-70, com sede a Av. Brasil, nº 1126, Bairro Universitário, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. ADENOR PEREIRA DE SOUZA, CPF nº 304.663.699-72, doravante denominado CONVENIENTE, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, observadas as disposições legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto auxílio financeiro para treinamento da equipe de futsal feminino.

VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em 08 (oito) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 10/05/2016 a 31/12/2016.

Lages/SC, 23 de junho de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal.

Laguna

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL PP 005/2016 PML/FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 005/2016 – PML/FMS

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 18/07/2016, as 14:00 horas, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br - laguna.central@gmail.com ou no portal da transparência no site www.laguna.sc.gov.br pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

- Os Editais são fornecidos apenas por meio eletrônico.

Laguna, 23 de Junho de 2016

Waldir José de Souza
Pregoeiro Oficial do Município.

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº01 EDITAL PP 005/2016

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/EDITAL PP 005/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0885/2015

A Prefeitura Municipal de Laguna, comunica a todos os interessados que fica retificada a planilha do edital de pregão presencial nº 005/2016, que tem por objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO PARA O RESTAURANTE ESCOLA. Conforme descrição nos seguintes termos :

I – Da Retificação do Edital :

Referente a Planilha Orçamentária :

No item de Nº 08 que tem por descrição : Grades para central de gás, janela maxin-ar, abrigo hidrômetro, medidor de energia externo, bomba caixa d'água, máquinas condensadoras. Além do fechamento dos dutos do sistema de exaustão, com colocação.

– Deve ser excluída a palavra “CONDENSADORAS”.

Laguna, 23 de Junho de 2016.

Waldir J. de Souza
Pregoeiro Oficial do Município

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 029/2016 DE 30/05/2016 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

DECRETO Nº 029/2016

De 30/05/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 673/2016, de 10/05/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no Orçamento Geral do Município para o ano de 2016, aprovado pela Lei nº 664/2015, de 08 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) conforme segue:

Órgão 08 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.
Unidade Orçamentária 08.01 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Função 15 URBANISMO

Sub-função 451 INFRA ESTRUTURA URBANA

Programa 1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS

Projeto/Atividade 1008 Pavimentação de Ruas e Passeios

Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS

Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 100.000,00

TOTAL DA ABERTURA DE CRÉDITOS R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos suplementares abertos no Art. 1º, serão reduzidas as dotações orçamentárias no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), no Orçamento Geral do município para o ano de 2016, aprovado pela Lei nº 664/2015, de 08 de dezembro de 2015, conforme segue:

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade Orçamentária 05.02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

Função 13 CULTURA

Sub-função 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa 1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Projeto/Atividade 2038 Manutenção das Atividades Culturais

Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 60.000,00

Órgão 10 SEC. MUNIC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade Orçamentária 10.01 SEC. MUNIC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Função 22 INDÚSTRIA

Sub-função 661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL

Programa 2201 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Projeto/Atividade 2046 Manut. das Ativid. da Indústria e Comércio

Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 40.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DE CRÉDITOS R\$ 100.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina em 30 de maio de 2016.

VALMIR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

DECRETO Nº 030/2016 DE 22/06/2016 HOMOLOGA MEMBROS DO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Decreto n. 030/2016

De 22/06/2016

HOMOLOGA MEMBROS DO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Emenda Constitucional 53/2006 que cria o FUNDEB (Fundo de manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) c/c Medida Provisória 339/2006 e CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 420/2007 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social FUNDEB, a indicação de seus respectivos membros por suas entidades

DECRETA:

Art. 1º - A homologação dos membros do Conselho do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, assim composto:

REPRESENTANTE DOS PAIS DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Titular: EDINÉIA DETOFENO DA SILVA

Suplente: JANETE FELSKI

Titular: EVANDRA MARQUETI

Suplente: MARLIZE DETOFENO

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: EDINÉIA MADALOSSO

Suplente: JOZIELI TESTA

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: CLODOALDO SQUINA

Suplente: DEBORA DIASUS

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: JESSICA FRESCHI

Suplente: THAIS FERNANDA DEBASTIANI

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS.

Titular: ELEANDRA MARTELLI BIANCHI
Suplente: VANIR BRASSO BARELA

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO – ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: MARIVANE XAVIER
Suplente: FRANCIELI PERUZZO

REPRESENTANTES- ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA – ESTUDANTES SECUNDARISTAS

Titular: DENISE MAROCO
Suplente: IRDES DONETIBALLERINI

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Titular: LIDOMAR RIBEIRO
Suplente: MARA RITA MARASCHIN

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Titular: KATIA REGINA DA SILVA
Suplente: IVETE BERTOTI

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: VERA LUCIA BRASSO SANTIN
Suplente: SORAIA NATANA BIFFI

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 22 de Junho de 2016.

VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

EXTRATO DA LICITAÇÃO Nº 019/16 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/16. EXECUÇÃO DE MUROS E CALÇAMENTO

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

O Município de Lajeado Grande – SC, Torna Público a todos os interessados, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e atualizações posteriores, que se encontra aberto o Processo Licitatório 019/2016, na modalidade de Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 002/2016 para contratação de empresa para execução de muros junto a Escola Municipal e Rua Olivo Testa e pavimentação com paralelepípedos em ruas do Município. O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á até a data de 13 de julho de 2016, às 10h00min, no Setor de Licitações e Contratos. Maiores informações e/ou a integral do presente edital poderão ser obtidas junto a Administração Municipal, sito a Rua Vitória, n. 503, centro, Lajeado Grande, CEP: 89828-000, de Segunda à Sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo fone 0xx49-33550012, ou pelo Site www.lajeadogrande.sc.gov.br

Lajeado Grande, 22 de junho de 2016.

VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

LEI Nº 678/2016 DE 22/06/2016 DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE ÁREA E PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 03-D, DA QUADRA 13 COM ÁREA SUPERFICIAL DE 4.673,97M² REGISTRADO NA MATRÍCULA DE N. 19.899 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DE LAJEADO GRANDE

Lei nº 678/2016

De 22 de Junho de 2016

“DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE ÁREA E PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 03 - D, DA QUADRA 13 COM ÁREA SUPERFICIAL DE 4.673,97m² REGISTRADO NA MATRÍCULA DE N. 19.899 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizada o parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento do lote urbano n. 03 - D, com área de 4.673,97m² registrado na matrícula de n. 19.899 do CRI da comarca de Xaxim, localizado no lado par da Rua José Olivo Oselame distante pelo lado esquerdo em 40,62 metros da Rua Judithe Dal Magro, na forma do mapa e memorial descritivo anexo a esta Lei.

Art. 2º. A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em:

NORTE: Com parte da Chácara 24 de Gilmar Smieski, Matrícula 18.875 em 134,20 metros.

SUL: Com a Rua José Olivo Oselame, em 65,95 metros e com parte do lote 03-C, de Augusto Tavares, Matrícula 19.898, em 17,00 metros.

LESTE: Com o lote 02-B, de Roque Oselame, Matrícula 20.771, em 41,52 metros, com parte do lote 03-C, de Augusto Tavares, Matrícula 19.898, em 44,35 metros, e com a Rua José Olivo Oselame em 12,88 metros.

OESTE: Com o Rio Lajeado em toda sua extensão, tendo do outro lado parte dos lotes coloniais 04 e 05, de Eriberto Madalosso, Matrícula 18.445, em 148,57 metros

Art. 3º. A situação do imóvel, após o desmembramento consiste em:

I – Lote 01-D, quadra 13 com área superficial de 483,08 m² (Quatrocentos e oitenta e três metros e oito decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua José Olivo Oselame distante pelo lado esquerdo em 40,62 metros da Rua Judithe Dal Magro, com as seguintes confrontações:

NORTE : Com parte da Chá. 24, de Gilmar Smiesk, Matrícula 18.875, em 14,00 metros.

SUL: Com a Rua José Olivo Oselame, em 13,04 metros.

LESTE : Com lote 02 –B, de Roque Oselame, Matrícula 20.771, em 41,52 metros.

OESTE. : Com o lote 02-D, em 33,83 metros,

II – Lote 02-D, quadra 13. com área superficial de 428,45 m² (Quatrocentos e vinte e oito metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua José Olivo Oselame distante pelo lado esquerdo em 53,66 metros da Rua Judithe Dal Magro, com as seguintes confrontações:

NORTE : Com parte da Chá. 24, de Gilmar Smiesk, Matrícula

18.875, em 14,19 metros.

SUL: Com a Rua José Olivo Oselame, em 17,03 metros.

LESTE : Com lote 01-D, em 33,83 metros.

OESTE. : Com o lote 04-D, em 24,42 metros,

III – Lote 04-D, quadra 13. com área superficial de 1.114,32 m² (Mil cento e quatorze metros e trinta e dois decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua José Olivo Oselame distante pelo lado esquerdo em 72,69 metros da Rua Judithe Dal Magro , com as seguintes confrontações:

NORTE : Com parte da Chá. 24, de Gilmar Smiesk, Matricula 18.875, em 40,64 metros.

SUL: Com a Rua José Olivo Oselame, em 35,75 metros.

LESTE : Com lote 02-D, em 24,42 metros.

OESTE. : Com o lote 05-D, em 33,25 metros,

IV - Lote 05-D, quadra 13. com área superficial de 1.301,65 m² (um mil trezentos e um metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua José Olivo Oselame distante pelo lado esquerdo em 108,44 metros da Rua Judithe Dal Magro, com as seguintes confrontações:

NORTE : Com parte da Chá. 24, de Gilmar Smieski, Matricula 18.875, em 65,37 metros.

SUL: Com parte do lote 07-D, em 7,89 metros.

LESTE : Com lote 04-D, em 33,25 metros e com a Rua José Olivo Oselame em 12,88 metros.

OESTE. Com o Rio Lajeado, sendo do outro lado parte dos lotes coloniais 04 e 05, de Eriberto Madalosso, Matricula 18.445, em 86,75 metros.

V - Lote 06-D, quadra 13 com área superficial de 467,51 m² (Quatrocentos e sessenta e sete metros e cinquenta e um decímetros quadrados), localizado no lado impar da Rua José Olivo Oselame , distante pelo lado direito em 66,86 metros da Rua Judithe Dal Magro , com as seguintes confrontações:

NORTE : Com a Rua José Olivo Oselame em 5,00 metros e com o lote 07-D, em 17,18 metros

SUL: Com parte do lote 03-C, de Augusto Tavares, Matricula 19.898, em 17,00 metros.

LESTE: Com parte do lote 03-C, de Augusto Tavares, Matricula 19.898, em 44,35 metros .

OESTE. Com o Rio Lajeado, sendo do outro lado parte dos lotes coloniais 04 e 05, de Eriberto Madalosso, Matricula 18.445, em 17,02 metros.

VI - Lote 07-D, quadra 13 com área superficial de 878,96 m² (Oitocentos e setenta e oito metros e noventa e seis decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua José Olivo Oselame , distante pelo lado direito em 71,86 metros da Rua Judithe Dal Magro , com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote 05-D em 7,89 metros e com a Rua José Olivo Oselame em 27,31 metros.

SUL: Com parte do lote 06-D, em 17,18 metros.

LESTE: Com parte do lote 06-D, em 29,42 metros .

OESTE. Com o Rio Lajeado, sendo do outro lado parte do parte dos lotes coloniais 04 e 05, de Eriberto Madalosso, Matricula 18.445, em 44,80 metros.

Art. 4º. Qualquer desmembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá aos padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 5º. A implantação da infra-estrutura básica (rede de energia elétrica e rede de água potável) caberá ao parcelador/unificador/desdobrador/proprietário dos lotes.

Art. 6º. A área institucional prevista na Legislação fica restrita a área da via que comunicará aos lotes da regularização.

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 8º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária específica e do orçamento geral do Município.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina,
em 22 de junho de 2016.

VALMR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

LEI Nº 679/2016 DE 22/06/2016 DISPÕE SOBRE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARTE DOS LOTES 04 E 05, AGORA LOTE URBANO CONFORME LEI N 561/2012 DE 04/10/2012, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 40.908,39M² REGISTRADO NA MATRICULA DE N. 18.466 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DE LAJEADO GRAN

Lei nº 679/2016

De 22 de Junho de 2016

“DISPÕE SOBRE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARTE DOS LOTES 04 E 05, AGORA LOTE URBANO CONFORME LEI N 561/2012 DE 04 DE OUTUBRO DE 2012, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 40.908,39m² REGISTRADO NA MATRICULA DE N. 18.466 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERIMETRO URBANO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizada o parcelamento do solo urbano, nos termos do levantamento topográfico de Parte dos lotes 04 e 05, agora lote urbano conforme lei n 561/2012 de 04 de outubro de 2012, com área de 40.908,39m² registrado na matrícula de n. 18.466 do CRI da comarca de Xaxim, localizado na Rod. SC 156, distante pelo lado direito em 600,00 metros da Rua Judithe Dal Magro, no Município de Lajeado Grande SC, na forma do mapa e memorial descritivo anexo a esta Lei.

Art. 2º. A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em:

Inicia-se ao Norte em sentido horário no Marco 'M1' ,Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2.000, MC-51ºW, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 344.228,754 m e N= 7.027.658,437 m dividindo-o com o as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812,; Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado,

sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de 97°34'18" e a distância de 33,05 m até o Marco 'M2' (E=344.261,511 m e N=7.027.654,083 m); Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de 127°55'20" e a distância de 60,04 m até o Marco 'M3' (E=344.308,874 m e N=7.027.617,182 m); Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de 106°01'52" e a distância de 30,34 m até o Marco 'M4' (E=344.338,038 m e N=7.027.608,802 m); Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de 97°55'54" e a distância de 11,38 m até o Marco 'M5' (E=344.349,312 m e N=7.027.607,232 m); Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de 113°10'23" e a distância de 13,83 m até o Marco 'M6' (E=344.362,005 m e N=7.027.601,797 m); Deste segue confrontando com Partes dos lotes 04 e 05, de Eriberto Madalosso, Matricula 18.445, com o azimute de 193°33'38" e a distância de 109,02 m até o Marco 'M7' (E=344.336,464 m e N=7.027.495,813 m); Deste segue confrontando com Partes dos lotes 04 e 05, de Eriberto Madalosso, Matricula 18.445, com o azimute de 103°45'32" e a distância de 78,99 m até o Marco 'M8' (E=344.413,192 m e N=7.027.477,025 m); Deste segue confrontando com parte do lote 05, de Industria Ceramica Greiner Ltda, Matricula 18.444, com o azimute de 193°10'30" e a distância de 74,88 m até o Marco 'M9' (E=344.396,124 m e N=7.027.404,115 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 275°37'25" e a distância de 23,67 m até o Marco 'E15' (E=344.372,576 m e N=7.027.406,563 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 276°25'10" e a distância de 23,44 m até o Marco 'E16' (E=344.349,290 m e N=7.027.409,183 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 279°54'32" e a distância de 25,61 m até o Marco 'E17' (E=344.324,121 m e N=7.027.413,704 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 284°30'00" e a distância de 20,13 m até o Marco 'E18' (E=344.304,533 m e N=7.027.418,510 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 287°16'48" e a distância de 17,36 m até o Marco 'E19' (E=344.287,983 m e N=7.027.423,659 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 291°08'57" e a distância de 47,09 m até o Marco 'E20' (E=344.244,067 m e N=7.027.440,648 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 296°18'08" e a distância de 25,73 m até o Marco 'E21' (E=344.221,003 m e N=7.027.452,048 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 300°39'45" e a distância de 23,63 m até o Marco 'E22' (E=344.200,679 m e N=7.027.464,097 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando

com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 307°36'05" e a distância de 30,43 m até o Marco 'E23' (E=344.176,567 m e N=7.027.482,668 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 314°16'08" e a distância de 24,59 m até o Marco 'M10' (E=344.158,959 m e N=7.027.499,832 m); Deste segue confrontando com com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 213°42'16" e a distância de 76,55 m até o Marco 'M11' (E=344.116,478 m e N=7.027.436,146 m); Deste segue confrontando com partes dos lotes 04 e 05 de Valter Pedro Madalosso, Matricula 21.993, com o azimute de 313°42'27" e a distância de 27,13 m até o Marco 'M12' (E=344.096,864 m e N=7.027.454,894 m); Deste segue confrontando com partes dos lotes 04 e 05 de Valter Pedro Madalosso, Matricula 21.993, com o azimute de 34°40'28" e a distância de 77,33 m, até o Marco 'P1' (E=344.140,858 m e N=7.027.518,491 m); Deste segue confrontando com partes dos lotes Urbanos 04 A e 05 A de Valter Pedro Madalosso, Matricula 3.427 com o azimute de 34°40'28" e a distância de 64,35 m até o Marco 'M13' (E=344.177,469 m e N=7.027.571,414 m); Deste segue confrontando com partes dos lotes Urbanos 04 A e 05 A de Valter Pedro Madalosso, Matricula 3.427 com o azimute de 30°30'42" e a distância de 101,01 m até o Marco 'M1' (E=344.228,754 m e N=7.027.658,437 m); início de descrição. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 40.908,39m2.

Art. 3º. A situação do imóvel, após o desmembramento consiste em:

I – Faixa de Domínio Rod SC 156 com área superficial de 5.985,95 m2, com as seguintes confrontações:

Inicia-se ao Norte em sentido horário no Marco 'E3', Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2.000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 344.152,233 m e N= 7.027.534,934 m dividindo-o com o o lote urbano 01, ora desmembrado,; Deste segue confrontando com o lote urbano 01, ora desmembrado, com o azimute de 141°02'22" e a distância de 27,94 m até o Marco 'E4' (E=344.169,793 m e N=7.027.513,200 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 01, ora desmembrado, com o azimute de 134°17'42" e a distância de 15,84 m até o Marco 'E5' (E=344.181,127 m e N=7.027.502,141 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 01, ora desmembrado, com o azimute de 127°36'05" e a distância de 30,43 m até o Marco 'E6' (E=344.205,240 m e N=7.027.483,570 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 01, ora desmembrado, com o azimute de 120°39'45" e a distância de 21,45 m até o Marco 'E7' (E=344.223,688 m e N=7.027.472,633 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 02, ora desmembrado, com o azimute de 116°38'34" e a distância de 27,90 m até o Marco 'E8' (E=344.248,628 m e N=7.027.460,121 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 02, ora desmembrado, com o azimute de 111°04'06" e a distância de 47,76 m até o Marco 'E9' (E=344.293,199 m e N=7.027.442,951 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 03, ora desmembrado, com o azimute de 107°21'53" e a distância de 16,61 m até o Marco 'E10' (E=344.309,047 m e N=7.027.437,995 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 03, ora desmembrado, com o azimute de 103°47'42" e a distância de 20,17 m até o Marco 'E11' (E=344.328,637 m e N=7.027.433,185 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 03, ora desmembrado, com o azimute de 100°10'56" e a distância de 25,62 m até o Marco 'E12' (E=344.353,851 m e N=7.027.428,656 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 03, ora desmembrado, com o azimute de 96°25'10" e a distância de 23,43 m até o Marco 'E13' (E=344.377,137 m e N=7.027.426,036 m); Deste segue confrontando com o lote urbano 03, ora desmembrado, com o azimute de 95°56'05" e a distância de 23,67 m até o Marco 'E14' (E=344.400,685 m e N=7.027.423,588 m); Deste segue

confrontando com o leito da faixa de domínio da Rod. SC 156, até o eixo desta Rodovia, com o azimute de $193^{\circ}10'53''$ e a distância de 20,00 m até o Marco 'M9' (E=344.396,124 m e N=7.027.404,115 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $275^{\circ}37'25''$ e a distância de 23,67 m até o Marco 'E15' (E=344.372,576 m e N=7.027.406,563 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $276^{\circ}25'10''$ e a distância de 23,44 m até o Marco 'E16' (E=344.349,290 m e N=7.027.409,183 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $279^{\circ}54'32''$ e a distância de 25,61 m até o Marco 'E17' (E=344.324,121 m e N=7.027.413,704 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $284^{\circ}30'00''$ e a distância de 20,13 m até o Marco 'E18' (E=344.304,487 m e N=7.027.418,522 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $287^{\circ}16'48''$ e a distância de 17,36 m até o Marco 'E19' (E=344.287,983 m e N=7.027.423,659 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $291^{\circ}08'57''$ e a distância de 47,09 m até o Marco 'E20' (E=344.244,067 m e N=7.027.440,648 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $296^{\circ}18'08''$ e a distância de 25,73 m até o Marco 'E21' (E=344.221,003 m e N=7.027.452,048 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $300^{\circ}39'45''$ e a distância de 23,63 m até o Marco 'E22' (E=344.200,679 m e N=7.027.464,097 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $307^{\circ}36'05''$ e a distância de 30,43 m até o Marco 'E23' (E=344.176,567 m e N=7.027.482,668 m); Deste segue confrontando com pelo eixo da Rod. SC 156, sentido jusante, confrontando do outro lado com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de $314^{\circ}16'08''$ e a distância de 24,59 m até o Marco 'M10' (E=344.158,959 m e N=7.027.499,832 m); Deste segue confrontando com com o leito da faixa de domínio da Rod. SC 156, com o azimute de $213^{\circ}42'17''$ e a distância de 20,00 m até o Marco 'E1' (E=344.147,860 m e N=7.027.483,193m); Deste segue confrontando com o lote urbano 04, ora desmembrado, com o azimute de $315^{\circ}42'48''$ e a distância de 26,32 m até o Marco 'E2' (E=344.129,477 m e N=7.027.502,038 m); Deste segue confrontando com com o leito da faixa de domínio da Rod. SC 156, com o azimute de $34^{\circ}40'28''$ e a distância de 40,00 m até o Marco 'E3' (E=344.152,233 m e N=7.027.534,934 m); início de descrição. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 5.985,96m2.

II – Lote 01 com área superficial de 15.019,64 m2, com as seguintes confrontações:

Inicia-se ao Norte em sentido horário no Marco 'M1', Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2.000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 344.228,754 m e N= 7.027.658,437 m dividindo-o com o as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812,; Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado,

sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de $97^{\circ}34'18''$ e a distância de 33,05 m até o Marco 'M2' (E=344.261,511 m e N=7.027.654,083 m); Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de $127^{\circ}55'20''$ e a distância de 60,04 m até o Marco 'M3' (E=344.308,874 m e N=7.027.617,182 m); Deste segue confrontando com terras desta mesma matricula ora desmembrado, com o azimute de $210^{\circ}30'42''$ e a distância de 167,78 m até o Marco 'E7' (E=344.223,688 m e N=7.027.472,633 m); Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante, com o azimute de $300^{\circ}39'45''$ e a distância de 21,45 m até o Marco 'E6' (E=344.205,240 m e N=7.027.483,570 m); Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante, com o azimute de $307^{\circ}36'05''$ e a distância de 30,43 m até o Marco 'E5' (E=344.181,127 m e N=7.027.502,141 m); Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante, com o azimute de $314^{\circ}17'42''$ e a distância de 15,84 m até o Marco 'E4' (E=344.169,793 m e N=7.027.513,200 m); Deste segue Confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante, com o azimute de $321^{\circ}03'57''$ e a distância de 27,94 m até o Marco 'E3' (E=344.152,233 m e N=7.027.534,934 m); Deste segue confrontando com lote urbano 04 -A e 05-A de Valter Pedro Madalosso, Matricula 23.427 com o azimute de $34^{\circ}40'28''$ e a distância de 44,35 m até o Marco 'M13' (E=344.177,469 m e N=7.027.571,414 m); Deste segue confrontando com lote urbano 04 -A e 05-A de Valter Pedro Madalosso, Matricula 23.427 com o azimute de $30^{\circ}30'42''$ e a distância de 101,01 m até o Marco 'M1' (E=344.228,754 m e N=7.027.658,437 m); início de descrição. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 15.019,64m2.

III – Lote 02. com área superficial de 8.959,18 m2, com as seguintes confrontações:

Inicia-se ao Norte em sentido horário no Marco 'M3', Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2.000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 344.308,874 m e N= 7.027.617,182 m dividindo-o com o as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812,; Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de $106^{\circ}01'52''$ e a distância de 30,34 m até o Marco 'M4' (E=344.338,038 m e N=7.027.608,802 m); Deste segue confrontando com o lote 03 ora desmembrado, com o azimute de $195^{\circ}07'44''$ e a distância de 171,81 m até o Marco 'E9' (E=344.293,199 m e N=7.027.442,951 m); Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante, com o azimute de $291^{\circ}04'06''$ e a distância de 47,76 m até o Marco 'E8' (E=344.248,628 m e N=7.027.460,121 m); Deste segue confrontando com confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante com o azimute de $296^{\circ}38'34''$ e a distância de 27,90 m até o Marco 'E7' (E=344.223,688 m e N=7.027.472,633 m); Deste segue confrontando com o lote 01 ora desmembrado, com o azimute de $30^{\circ}30'42''$ e a distância de 167,78 m até o Marco 'M3' (E=344.308,874 m e N=7.027.617,182 m); início de descrição. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 8.959,18m2.

IV - Lote 03, com área superficial de 9.446,88m², com as seguintes confrontações:

Inicia-se ao Norte em sentido horário no Marco 'M4', Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2.000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 344.338,038 m e N= 7.027.608,802 m dividindo-o com o as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812,; Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de 97°55'54" e a distância de 11,38 m até o Marco 'M5' (E=344.349,312 m e N=7.027.607,232 m); Deste segue confrontando com as margens direita do Rio Lajeado, sentido montante, confrontando com o lote urbano de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 21.194 e com parte da chácara 17, de Adilar Nicola Gasperini, Matricula 18.812, com o azimute de 113°10'23" e a distância de 13,83 m até o Marco 'M6' (E=344.362,005 m e N=7.027.601,797 m); Deste segue confrontando com Partes dos lotes 04 e 05, de Eriberto Madalosso, Matricula 18.445, com o azimute de 193°33'38" e a distância de 109,02 m até o Marco 'M7' (E=344.336,464 m e N=7.027.495,813 m); Deste segue confrontando com Partes dos lotes 04 e 05, de Eriberto Madalosso, Matricula 18.445, com o azimute de 103°45'32" e a distância de 78,99 m até o Marco 'M8' (E=344.413,192 m e N=7.027.477,025 m); Deste segue confrontando com parte do lote 05, de Industria Ceramica Greiner Ltda, Matricula 18.444, com o azimute de 193°10'53" e a distância de 54,88 m até o Marco 'E14' (E=344.400,685 m e N=7.027.423,588 m); Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante com o azimute de 275°56'05" e a distância de 23,67 m até o Marco 'E13' (E=344.377,137 m e N=7.027.426,036 m); Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante com o azimute de 276°25'09" e a distância de 23,43 m até o Marco 'E12' (E=344.353,851 m e N=7.027.428,656 m); Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante com o azimute de 280°10'56" e a distância de 25,62 m até o Marco 'E11' (E=344.328,637 m e N=7.027.433,185 m); Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante com o azimute de 283°47'42" e a distância de 20,17 m até o Marco 'E10' (E=344.309,047 m e N=7.027.437,995 m); Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido jusante com o azimute de 287°21'53" e a distância de 16,61 m até o Marco 'E9' (E=344.293,199 m e N=7.027.442,951 m); Deste segue confrontando com o lote 02, ora desmembrado, com o azimute de 15°07'44" e a distância de 171,81 m até o Marco 'M4' (E=344.338,038 m e N=7.027.608,802 m); início de descrição. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 9.446,88m².

V - Lote 04 com área superficial de 1.496,74, com as seguintes confrontações:

Inicia-se ao Norte em sentido horário no Marco 'E2', Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2.000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 344.129,477 m e N= 7.027.502,038 m dividindo-o com o pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido Montante; Deste segue confrontando com pela faixa de domínio da Rod. SC 156, seguindo as margens direita sentido Montante com o azimute de 135°42'48" e a distância de 26,32 m até o Marco 'E1' (E=344.147,860 m e N=7.027.483,193 m); Deste segue confrontando com parte dos lotes 03 e 04, de Luiz Cereza, Matricula 17.744, com o azimute de 213°55'51" e a distância de 56,55 m até o Marco 'M11' (E=344.116,478 m e N=7.027.436,146 m); Deste segue confrontando com partes dos lotes 04 e 05 de Valter

Pedro Madalosso, Matricula 21.993, com o azimute de 313°42'27" e a distância de 27,13 m até o Marco 'M12' (E=344.096,864 m e N=7.027.454,894 m); Deste segue confrontando com partes dos lotes 04 e 05 de Valter Pedro Madalosso, Matricula 21.993, com o azimute de 34°40'28" e a distância de 57,33 m até o Marco 'E2' (E=344.129,477 m e N=7.027.502,038 m); início de descrição. Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.496,74m².

Art. 4º. Qualquer desmembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá aos padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 5º. A implantação da infra-estrutura básica (rede de energia elétrica e rede de água potável) caberá ao parcelador/unificador/desdobrador/proprietário dos lotes.

Art. 6º. A área institucional prevista na Legislação fica restrita a área da via que comunicará aos lotes da regularização.

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 8º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária específica e do orçamento geral do Município.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina,
em 22 de junho de 2016.

VALMR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

LEI Nº 680/2016 DE 22/06/2016 DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE ÁREA E PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 05, DA QUADRA Nº 3-B COM ÁREA SUPERFICIAL DE 1.016,26 M² REGISTRADO NA MATRICULA DE N. 7.648 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DE LAJE

Lei nº 680/2016
De 22 de Junho de 2016

"DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE ÁREA E PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE URBANO nº 05, DA QUADRA nº 3-B COM ÁREA SUPERFICIAL DE 1.016,26 m² REGISTRADO NA MATRICULA DE N. 7.648 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERIMETRO URBANO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizada o parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento do lote urbano n. 05 da quadra nº 3-B, com área de 1.016,26m² registrado na matrícula de n. 7.648 do CRI da

comarca de Xaxim, localizado no lado par da Av. América, distante pelo lado direito em 28,72 metros da Rua São João, na forma do mapa e memorial descritivo anexo a esta Lei.

Art. 2º. A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em:

NORTE: Com a Rua Vitória , em 20,00.metros.

SUL: Com a Av. América, em 20,00 metros.

LESTE: Com parte dos lotes 01 e 03 , de Serafino Matiello, Matrícula 5.258, em 25,00 metros e com parte dos lotes 01 e 03 , de Francisco Zmijevski, Matrícula 4.519, em 25,73 metros

OESTE: Com o lote 07-B2 e 05-B2, de Luiz Carlos Arsego, Matrícula 25.383, em 20,91 metros e Com o lote 07-A e 05-A, de Noeli José Arsego, Matrícula 22.424, em 30,00 metros.

Art. 3º. A situação do imóvel, após o desmembramento consiste em:

I – LOTE Nº 05-A da quadra nº 3-B, com área superficial de 335,55 m² (Trezentos e trinta e cinco metros e cinquenta e cinco décimos quadrados.) , localizado no lado impar da Rua Vitória, distante pelo lado esquerdo em 29,89 metros da Rua São João, com as seguintes confrontações

NORTE : Com a Rua Vitória , em 15,00.metros.

SUL: Com parte do lote 05-B, em 15,00 metros.

LESTE :. Com parte do lote 05-B, em 22,37 metros.

OESTE: Com o lote 07-B2 e 05-B2, de Luiz Carlos Arsego, Matrícula 25.383, em 20,91 metros e Com parte do lote 07-A e 05-A, de Noeli José Arsego, Matrícula 22.424, em 1,46 metros

II – LOTE Nº 05-B da quadra nº 3-B, com área superficial de 420,71 m² (Quatrocentos e vinte metros e setenta e um décimos quadrados.) , localizado no lado impar da Rua Vitória, distante pelo lado esquerdo em 44,89 metros da Rua São João, com as seguintes confrontações

NORTE : Com a Rua Vitória , em 5,00 metros e com o lote 05-A, em 15,00 metros.

SUL: Com o lote 05-C, em 20,00 metros.

LESTE :. Com PARTE dos lotes 01 e 03 , de Serafino Matiello, Matrícula 5.258, em 25,00 metros e com PARTE dos lotes 01 e 03, de Francisco Zmijevski, Matrícula 4.519, em 12,73 metros.

OESTE: Com PARTE do lote 05-A, em 22,37 metros e Com o parte do lote 07-A e 05-A, de Noeli José Arsego, Matrícula 22.424, em 15,54 metros

III – LOTE Nº 05-C da quadra nº 3-B, com área superficial de 260,00 m² (Duzentos e sessenta metros quadrados.) , localizado no lado par da Av. América, distante pelo lado direito em 28,72 metros da Rua São João, com as seguintes confrontações:

NORTE : Com o lote 05-C , em 20,00.metros.

SUL: Com a Av. América, em 20,00 metros.

LESTE :. com PARTE dos lotes 01 e 03 , de Francisco Zmijevski, Matrícula 4.519, em 13,00 metros.

OESTE: Com PARTE do lote 07-A e 05-A, de Noeli José Arsego, Matrícula 22.424, em 13,00 metros

Art. 4º. Qualquer desmembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá aos padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 5º. A implantação da infra-estrutura básica (rede de energia elétrica e rede de água potável) caberá ao parcelador/unificador/desdobrador/proprietário dos lotes.

Art. 6º. A área institucional prevista na Legislação fica restrita a

área da via que comunicará aos lotes da regularização.

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 8º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária específica e do orçamento geral do Município.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário..

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina,

em 22 de junho de 2016.

VALMR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

Lebon Régis

PREFEITURA

LEI Nº 1.551, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 1.551, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS A CONTRATAR PARCELAMENTO JUNTO A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, ATRAVÉS DO PROGRAMA ZERA DÍVIDA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Lebon Régis autorizado a firmar parcelamento com Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, referente a dívida do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio através do Programa Zera Dívida

Art. 2º O Parcelamento de que trata o artigo primeiro será realizado dentro das normas estabelecidas pela CASAN dentro das normas estabelecidas pela Resolução nº 012 de 5 de novembro de 2015 através do Programa Zera Dívida.

Art. 3º A dívida será parcelada e paga em 08 (oito) parcelas.

Art. 4º O Poder Executivo para garantia no cumprimento do parcelamento, fica autorizado a vincular e utilizar se necessário, cotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, durante o prazo de vigência do ajuste.

Art. 5º O Poder Executivo durante o prazo do acordo do parcelamento consignará nos orçamentos anual e plurianual, dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 22 de junho de 2016.

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Presidente

Registrada e Publicado no Mural da Câmara Municipal e encaminhado para Publicação do Diário Oficial dos Municípios.

DJALMA MARCO DA ROCHA

1º Secretário

QUARTO ADITIVO CONTRATO 28/2015

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 28/2015

PROCESSO Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº PR 05/2015

Objeto: tem por objeto a alteração da cláusula Segunda do contrato em epígrafe, efetuando a inclusão de mais um ponto de monitoramento, com base legal do artigo 65, inciso I-b, conforme solicitação do Ofício nº 042/2016 - SMS. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS.

Contratado: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - 82.891.805/0001-37. Valor do aditivo: R\$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais).

Vigência: 01/07/2016 até 31/12/2016.

Lebon Régis, 23/06/2016. ROSANE REGINA DE SOUZA - Gestora.

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 42/2015

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2015

Contrato Nº: 42/2015 licitação: PR11/2015.

Objeto: Alteração da cláusula segunda do Contrato em epígrafe, aditando o valor inicial em R\$ 1.084,00 (um mil e oitenta e quatro reais), devido a inauguração da nova sede do CRAS, se faz necessário a inclusão no contrato, de mais um item de fornecimento de sinal de internet, com base legal no artigo 65, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666/93.

Contratante: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS. Contratado: PLUGNET INFORMÁTICA LTDA - 10.515.415/0001-51.

Vigência 01/07/2016. Término: 31/12/2016. Lebon Régis, 23/06/2016.

Rosane Regina de Souza - Gestora

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 - FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS, PARA SEREM UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016.

Aos 11 (onze) dias do mês de maio do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de materiais odontológicos e equipamentos, para serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital.

SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP

CNPJ: 04.989.294/0001-87

AVENIDA OSCAR BARCELOS, Nº 380, CENTRO, CEP: 89.160-027, RIO DO SUL/SC

ANDREA NASCIMENTO ME

CNPJ: 17.415.173/0001-73

RUA INTENDENTE LEOPOLDO BROERING, Nº 2741, VILA BECKER, CEP: 88.140-000, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC

PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP

CNPJ: 05.077.346/0001-01

RUA TUIUTI, Nº 165, CENTRO, CEP: 89.160-000, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais odontológicos e equipamentos, para serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 008/2016, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte para todos os efeitos desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	Pacote	50	Abaixador de língua de madeira c/ 100 unid.	ESTILO	4,80	240,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
02	Unidade	40	Adesivo fotopolimerizável c/5ml	BIODINAMICA	12,60	504,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
03	Unidade	30	Água oxigenada 10 vol.-1Litro	VICPHARMA	3,79	113,70	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
04	Caixa	25	Agulha gengival G-27 longa c/ 100 unid.	PROCARE	28,00	700,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
05	Caixa	30	Agulha gengival G-30curta c/100 unid	PROCARE	28,00	840,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
06	Caixa	20	Agulha gengival G-30extra curta c/100	PROCARE	28,00	560,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
07	Unidade	80	Álcool 70%- 1 litro	RICIE	4,85	388,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.

08	Unidade	10	Pasta alveolar 10gr	BIODINAMICA	17,15	171,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
09	Caixa	10	Amálgama capsula, de 2 porções, de alta resistência com alto teor de prata Liga sem fase gama 2 ,de alta resistência, com excelente polimento e facilidade de manuseio.Com a composição de Ag 40%,Sn 31,3%,Cu 28,7%, Hg 47,9%, de partículas esferoidais irregulares.De mudança dimensional durante o endurecimento é de +0.04%. De cura regular. Caixa com 2 doses regular com 50 capsulas.	SDI	116,00	1.160,00	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
10	Caixa	30	Anestésico local injetável mepivacaína/ vasoepinefrina c/ 50 unidades	DLA	60,68	1.820,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
11	Caixa	15	Anestésico local injetávelmepivacaína s/ vaso c/ 50 unidades	DENTSPLAY	60,50	907,50	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
12	Pote	20	Anestésico tópico pomada a 5% sabor	DFL	6,50	130,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
13	Galão	04	Desinfetante p/ limpeza de superfícies em condições críticas, c/ grande quantidades de resíduos orgânicos, não agride partes plásticas do equipamento odontológicos, e aumenta a vida única do mesmo c/ RDC Nº 14. Contendo 5 litros.	DABI ATLANTE	142,80	571,20	ANDREA NASCIMENTO ME.
14	Caixa	50	Aplicadores descartáveis (pincéis) com 100 unidades	KG	7,78	389,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
15	Unidade	90	Ataque ácido ac. Ortofosfórico a 37%	CAITHEC	1,29	116,10	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
16	Unidade	01	Avental de Chumbo Pumbífero Com protetor tireoide Odontológico 0,60 x 0.90 -TAMANHO 0,60 X 0,90 São utilizados na área de medicina e odontologia com a finalidade de promover a radio-proteção dos profissionais e pacientes durante a emissão do Raio-X. São projetados para proteger contra radiações secundárias e não contra o feixe primário da radiação. Fabricados em borracha plumbífera com proteção equivalente a 0,25mm PB. Revestimento em tecido bagun lavável, para fácil limpeza e assepsia, com opção de cores variadas de acordo com os padrões ou necessidade do cliente. Acabamento em viés e fechamento com cinto ou velkron para fácil regulagem.	ODONTOLOGIC	318,00	318,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
17	Unidade	30	Broca acabamento extra fino nº1190F	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
18	Unidade	30	Broca acabamento extra fino nº3118F	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
19	Unidade	30	Broca acabamento extra fino nº3168F	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
20	Unidade	30	Broca acabamento extra fino nº3195F	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.

21	Unidade	30	Broca acabamento extra fino nº-3118FF	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
22	Unidade	30	Broca acabamento extra fino nº-3168FF	PDX	1,20	36,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
23	Unidade	30	Broca acabamento extra fino nº-3195FF	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
24	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação HL nº1	JOTA	12,80	384,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
25	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação HL nº2	MEDIN	9,38	281,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
26	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação HL nº3	MEDIN	9,38	281,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
27	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação HL nº4	MEDIN	9,38	281,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
28	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação HL nº5	MEDIN	9,38	281,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
29	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação HL nº6	MEDIN	9,38	281,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
30	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação HL nº7	MEDIN	9,38	281,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
31	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação HL nº8	MEDIN	9,38	281,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
32	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação nº1	MK LIFE	8,35	250,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
33	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação nº2	MK LIFE	8,35	250,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
34	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação nº3	MK LIFE	8,35	250,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
35	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação nº4	MK LIFE	8,35	250,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
36	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação nº5	MK LIFE	8,35	250,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
37	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação nº6	MK LIFE	8,35	250,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
38	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação nº7	MK LIFE	8,35	250,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
39	Unidade	30	Broca Carbide baixa rotação nº8	MK LIFE	8,35	250,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
40	Unidade	30	Broca diamantada cônica invertida p/ alta rotação nº1032	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
41	Unidade	30	Broca diamantada cônica invertida p/ alta rotação nº1033	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
42	Unidade	30	Broca diamantada cônica invertida p/ alta rotação nº1034	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
43	Unidade	30	Broca diamantada nº 1016 HL	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
44	Unidade	30	Broca diamantada nº3018 HL	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
45	Unidade	30	Broca diamantada nº1012	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.

46	Unidade	30	Broca diamantada nº1014	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
47	Unidade	30	Broca diamantada nº1015	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
48	Unidade	30	Broca diamantada nº1024	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
49	Unidade	30	Broca diamantada nº1035	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
50	Unidade	30	Broca diamantada nº1036F	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
51	Unidade	30	Broca diamantada nº3017	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
52	Unidade	30	Broca diamantada nº3017HL	FAVA	1,50	45,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
53	Unidade	40	Broca esférica diamantada HL nº1012	FAVA	1,50	60,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
54	Unidade	40	Broca multilaminada p/ alta totação nº700 HL para osso	VDW	27,90	1.116,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
55	Unidade	20	Pasta de hidróxido de cálcio com para-monoclorofenol canforado para uso endodôntico – 2 tubetes plásticos com 2,7g cada – 2 tubetes plásticos com 2,2g de glicerina.	CALEN	44,30	886,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
56	Pacote	20	Cartela de papel para RX, c/ 100 unidades.	PREVEN	7,05	141,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
57	Unidade	40	Cone de borracha para profilaxia baixa rotação.	PREVEN	1,40	56,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
58	Unidade	1000	Copo Plástico, tamanho pequeno (ideal para café e chá), contendo 100 unidades de 50 ml, cor branca, material poliestireno.	TOTAL PLAST	1,73	1.730,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
59	Caixa	15	Cunha de madeira c/ 100	IODONTOSUL	5,73	85,95	ANDREA NASCIMENTO ME.
60	Caixa	15	Cunha Reflexiva c/ 100	TDV	56,50	847,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
62	Pacote	10	Cursor de silicone para endodontia 1mm de espessura pacote com 100 unidades.	JON	5,20	52,00	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
63	Unidade	10	Dedal de borracha para amálgama.	JON	2,50	25,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
64	Galão	60	Desinfetante e esterilizante 5L.	ASFER	21,73	1.303,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
65	Litro	15	Desoxid 500ml.	ASFER	23,73	355,95	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
66	Caixa	10	Disco de feltro para polimento resina com mandril 12mm e 8 mm – baixa rotação	FGM	24,29	242,90	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
67	Caixa	10	Disco de lixa para resina sortido c/ 100 unidades.	TDV	37,80	378,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
68	Unidade	20	Escova de aço para limpeza de brocas.	IODONTOSUL	3,34	66,80	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
69	Unidade	80	Escova de Robson – baixa rotação.	PREVEN	0,87	69,60	ANDREA NASCIMENTO ME.
70	Caixa	10	Espaçador 1ª série 25 mm.	MEDIN	26,46	264,60	ANDREA NASCIMENTO ME.

71	Unidade	300	Espelho bucal clínico nº5.	PHARMA INOX	1,46	438,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
72	Unidade	30	Esponja recortada para endodontia	TECHNEW	26,22	786,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
73	Unidade	20	Eugenol.	IODONTEC	8,28	165,60	ANDREA NASCIMENTO ME.
74	Unidade	10	Cimento endodonticol- líquido e pó.	AAF	16,60	166,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
75	Caixa	30	Filme radiográfico – RX c/ 150 unidades	PROGRAD	96,00	2.880,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
76	Caixa	60	Fio de Sutura agulhado Seda 3-0 c/24 unidades	PROCARE	27,50	1.650,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
77	Unidade	40	Fio dental – 100 Metros	MEFIO	1,93	77,20	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
78	Unidade	60	Fixador dental para RX	CAITHEC	5,90	354,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
79	Unidade	50	Flúor gel neutro 2% - 200 ml	IODONTOSUL	2,90	145,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
80	Unidade	50	Flúor gel sabor 2% - 200 ml	IODONTOSUL	2,90	145,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
81	Unidade	30	Fluoreto de sódio a 0,2% para bochecho c/ 1L	IODONTEC	6,53	195,90	ANDREA NASCIMENTO ME.
82	Unidade	08	Formocresol	BIODINAMICA	3,77	30,16	ANDREA NASCIMENTO ME.
83	Unidade	10	Broca Gattes Gliden Nº 1	MK LIFE	9,38	93,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
84	Unidade	10	Broca Gattes Gliden Nº 2	MK LIFE	9,38	93,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
85	Unidade	10	Broca Gattes Gliden Nº 3	MK LIFE	9,38	93,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
86	Unidade	10	Broca Gattes Gliden Nº 4	MK LIFE	9,38	93,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
87	Pacote	100	Compressa Gaze 7,5x7,5 13 fios - 5 dobras - 8 camadas pacote c/ 500 unid. Conforme normas ABNT/ NBR 13.843	POLAR FIX	17,00	1.700,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
88	Pacote	15	Touca descartável de TNT c/elástico contendo 100 unidades	TALGE	6,80	102,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
89	Pacote	2.250	Guardanapos de papel 33x33cm contendo folha dupla c/50 unidades em cada pacote.	ROSA	4,05	9.112,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
90	Caixa	60	Hastes Flexíveis com pontas de algodão c/ 75 unidades	HIGGIE	4,99	299,40	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
92	Unidade	15	Hemostático líquido	BIODINAMICA	12,74	191,10	ANDREA NASCIMENTO ME.
93	Unidade	10	Hidróxido de Cálcio – P.A	IODONTEC	3,00	30,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
94	Caixa	10	Hidróxido de cálcio forramento c/ 2 bisnagas	TECHNEW	28,80	288,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
95	Unidade	08	Iodofórmio – pó	IODONTEC	12,60	100,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
96	Caixa	60	Ionômero de vidro- pó e líquido	FGM	16,33	979,80	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
97	Caixa	25	Cimento intermediário pó 38gr e líquido 15ml	AAF	16,00	400,00	ANDREA NASCIMENTO ME.

98	Kit	1200	Kit de Higiene Bucal Infantil contendo: escova infantil, cerdas de nylon macias, com mínimo de 04 fileiras de tufo, mínimo de 28 tufo de cerdas aparadas uniformemente e arredondadas na mesma altura, cabo reto medindo aproximadamente 15cm de comprimento, anatômico com empunhadura. Creme dental, tubo plástico com 50 gramas. Fio dental em poliamida, encerado e aromatizado, rolo de 25 metros. Cartilha educativa. Embalada individualmente em uma embalagem plástica em PVC maleável, personalizada com Brasão do Município e fechamento através de botão, zíper ou pressão.	MEDFIO	5,16	6.192,00	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
99	Caixa	06	Lâmina bisturi nº11 c/ 100 unid.	PROCARE	26,67	160,02	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
100	Caixa	06	Lâmina bisturi nº12 c/ 100 unid.	PROCARE	26,67	160,02	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
101	Caixa	06	Lâmina bisturi nº15 c/ 100 unid.	PROCARE	26,67	160,02	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
102	Caixa	05	Lençol de borracha	ANGELUS	11,84	59,20	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
103	Caixa	10	Lima Flexo file 1ª série 21 mm c/ 6 unidades	ASSUS	18,44	184,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
104	Caixa	10	Lima Flexo file 1ª série 25 mm c/ 6 unidades	ASSUS	18,44	184,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
105	Caixa	10	Lima Flexo file 1ª série 31 mm c/ 6 unidades	ASSUS	18,44	184,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
106	Caixa	10	Lima Flexo file 2ª série 21 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	181,30	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
107	Caixa	10	Lima Flexo file 2ª série 25 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	181,30	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
108	Caixa	10	Lima Flexo file 2ª série 31 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	181,30	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
109	Caixa	20	Lima Flexofille #06 21 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	362,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
110	Caixa	20	Lima Flexofille #06 25 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	362,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
111	Caixa	20	Lima Flexofille #06 31 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	362,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
112	Caixa	20	Lima Flexofille #08 21 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	362,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
113	Caixa	20	Lima Flexofille #08 25 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	362,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
114	Caixa	20	Lima Flexofille #08 31 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	362,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.

115	Caixa	20	Lima Flexofille #10 21 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	362,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
116	Caixa	20	Lima Flexofille #10 25 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	362,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
117	Caixa	20	Lima Flexofille #10 31 mm c/ 6 unidades	MAILEFER	18,13	362,60	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
118	Unidade	30	Limalha de prata c/30gr	METAL MS	56,00	1.680,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
119	Caixa	20	Luva de Procedimento EP c/ 100 unidades	NUGARD	16,00	320,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
120	Caixa	20	Luva de Procedimento P c/ 100 unidades	EMBRAMAC	15,99	319,80	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
121	Unidade	30	Mandril de parafuso para baixa rotação	PREVEN	1,85	55,50	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
122	Caixa	50	Máscaras cirúrgicas triplas c/ elástico c/ 50 unidades.	DESCARPACK	6,45	322,50	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
123	Caixa	50	Matriz aço tipo toflemeire	LM	15,84	792,00	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
124	Caixa	30	Matriz individual de poliéster para molar c/ 20 unidades	TDV	73,80	2.214,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
125	Caixa	30	Matriz individual de poliéster para pré molar c/ 20 unidades	TDV	73,80	2.214,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
126	Unidade	20	Mercúrio vivo c/100 gr	K DENT	178,00	3.560,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
127	Unidade	20	Obturador Temporário com flúor	CAITHEC	5,99	119,80	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
128	Unidade	30	Obturador temporário fotopolimerizável- 2,5 gr	CAITHEC	40,00	1.200,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
129	Unidade	12	Óleo lubrificante – Alta rotação c/100 ml	MAQUIRA	10,65	127,80	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
130	Unidade	12	Óleo lubrificante – baixa rotação c/100 ml	MAQUIRA	10,65	127,80	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
131	Unidade	20	Óxido de zinco	IODONTEC	3,00	60,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
132	Unidade	80	Papel carbono para articulação	IODONTEC	1,56	124,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
133	Unidade	40	Papel para Autoclave 20X50m - rolo	HOSPFLEX	48,00	1.920,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
134	Unidade	30	Papel para Autoclave 30X50m - rolo	VEDAMAX	53,00	1.590,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
135	Unidade	30	Papel para Autoclave 40X50m - rolo	HOSPFLEX	94,60	2.838,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
136	Fardo	50	Papel toalha branco interfolha c/ 1000 folhas cada pacote, fardo com 5 pacotes	DAMAS	51,00	2.550,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
137	Unidade	08	Para-mono-cloro-fenol	IODONTEC	4,20	33,60	ANDREA NASCIMENTO ME.
138	Unidade	20	Pasta para polimento em amálgama	ASFER	8,78	175,60	ANDREA NASCIMENTO ME.
139	Unidade	20	Pasta para polimento em resina	ASFER	8,78	175,60	ANDREA NASCIMENTO ME.
140	Unidade	50	Pasta profilática com flúor	MAQUIRA	4,95	247,50	ANDREA NASCIMENTO ME.

141	Frasco	06	Pedra pomes em pó	IODONTEC	2,88	17,28	ANDREA NASCIMENTO ME.
142	Unidade	40	Placa de vidro para manipulação	PREVEN	7,06	282,40	ANDREA NASCIMENTO ME.
143	Unidade	08	Pó para profilaxia c/500grs	AAF	12,00	96,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
144	Caixa	20	Ponta de guta percha 1ª série	TANARI	20,80	416,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
145	Caixa	10	Ponta de guta percha 2ª série	TANARI	20,80	208,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
146	Caixa	30	Ponta de guta percha acessória B7	TANARI	20,80	624,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
147	Caixa	20	Ponta de guta percha acessória B8	TANARI	20,80	416,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
148	Caixa	40	Ponta de papel absorvente 1ª série	TANARI	19,70	788,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
149	Caixa	20	Ponta de papel absorvente 2ª série	TANARI	19,70	394,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
150	Caixa	40	Ponta de silicone p/ acabamento em resina sortida kit c/08	MICRODONT	23,40	936,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
151	Jogo	20	Pontas multilaminadas de baixa rotação p/ acabamento em amálgama	INJECTA	41,00	820,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
152	Jogo	30	Pontas de borracha/ polimento em amálgama	KG	44,44	1.333,20	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
153	Unidade	30	Porta amálgama plástico	MAQUIRA	6,53	195,90	ANDREA NASCIMENTO ME.
154	Kit	02	Posicionador para RX adulto – Kit	MAQUIRA	30,53	61,06	ANDREA NASCIMENTO ME.
155	kit	02	Posicionador para RX infantil – kit	MAQUIRA	30,53	61,06	ANDREA NASCIMENTO ME.
156	Unidade	20	Pote dapen de vidro	PREVEN	1,92	38,40	ANDREA NASCIMENTO ME.
157	Unidade	30	Recipiente para perfuro cortantes, caixa de 07 Litros	EMBALAIRE	2,32	69,60	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
158	Unidade	30	Recipiente para perfuro cortantes, caixa de 13 Litros	EMBALAIRE	2,96	88,80	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
159	Unidade	60	Resina Flow A1	BIODINAMICA	10,04	602,40	ANDREA NASCIMENTO ME.
160	Unidade	60	Resina Flow A2	BIODINAMICA	10,04	602,40	ANDREA NASCIMENTO ME.
161	Unidade	40	Resina fotopolimerizável A 3,5	BIODINAMICA	9,12	364,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
162	Unidade	30	Resina fotopolimerizável A1	BIODINAMICA	9,12	273,60	ANDREA NASCIMENTO ME.
163	Unidade	30	Resina fotopolimerizável A2	BIODINAMICA	9,12	273,60	ANDREA NASCIMENTO ME.
164	Unidade	40	Resina fotopolimerizável A3	BIODINAMICA	9,12	364,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
165	Unidade	15	Resina fotopolimerizável A4	BIODINAMICA	9,12	136,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
166	Unidade	15	Resina fotopolimerizável B1	BIODINAMICA	9,12	136,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
167	Unidade	30	Resina fotopolimerizável B2	BIODINAMICA	9,12	273,60	ANDREA NASCIMENTO ME.
168	Unidade	15	Resina fotopolimerizável B3	BIODINAMICA	9,12	136,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
169	Unidade	15	Resina fotopolimerizável B4	BIODINAMICA	9,12	136,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
170	Unidade	15	Resina fotopolimerizável C1	BIODINAMICA	9,12	136,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
171	Unidade	15	Resina fotopolimerizável C2	BIODINAMICA	9,12	136,80	ANDREA NASCIMENTO ME.

172	Unidade	15	Resina fotopolimerizável C3	BIODINAMICA	9,12	136,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
173	Unidade	15	Resina fotopolimerizável C4	BIODINAMICA	9,12	136,80	ANDREA NASCIMENTO ME.
174	Unidade	30	Resina fotopolimerizável CG	3M	42,00	1.260,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
175	Unidade	30	Resina fotopolimerizável CY	3M	41,00	1.230,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
177	Unidade	20	Resina fotopolimerizável P	3M	41,00	820,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELLI EPP.
178	Unidade	60	Revelador dental para RX	CAITHEC	5,90	354,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
179	Pacote	500	Roleta de algodão c/ 100 unidades	SS PLUS	1,33	665,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
181	Caixa	10	Selante de fósulas e fissuras-fotopolimerizável.	FGM	16,75	167,50	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
182	Unidade	40	Seringa para endodontia 5 ml, com êmbolo de silicone importada.	ULTRADENT	9,08	363,20	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
183	Litro	60	Solução de Milton- Hipoclorito a 1%	CICLO FARMA	2,45	147,00	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
185	Frasco	25	Spray para teste de vitalidade-20°C	MAQUIRA	18,26	456,50	ANDREA NASCIMENTO ME.
186	Caixa	10	Sugador cirúrgico descartável c/ 40 unidades.	MAQUIRA	35,10	351,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
187	Pacote	400	Sugador descartável c/ 40 unidades	SSPLUS	3,74	1.496,00	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
188	Unidade	40	Taça de borracha para profilaxia	PREVEN	0,80	32,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
189	Caixa	80	Tira de lixa de aço	PREVEN	4,68	374,40	ANDREA NASCIMENTO ME.
190	Caixa	80	Tira de lixa de papel	PREVEN	5,30	424,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
191	Caixa	80	Tira de poliéster	K DENT	1,03	82,40	SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP.
192	Unidade	20	Tira matriz de aço 5 mm	PREVEN	0,87	17,40	ANDREA NASCIMENTO ME.
193	Unidade	20	Tira matriz de aço 7 mm	PREVEN	0,98	19,60	ANDREA NASCIMENTO ME.
194	Unidade	08	Tricresol formalina	IODONTEC	4,08	32,64	ANDREA NASCIMENTO ME.
195	Unidade	06	Vaselina sólida	QUIMIDROL	4,20	25,20	ANDREA NASCIMENTO ME.
196	Unidade	20	Verniz c/ flúor c/solvente	IODONTEC	7,80	156,00	ANDREA NASCIMENTO ME.
197	Caixa	20	Filme radiográfico Infantil- RX c/ 100 unidades	PROGRAD	113,30	2.266,00	ANDREA NASCIMENTO ME.

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação

exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Recurso Ordinário

05.01.10.301.0006 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0064.17 – Saúde na Escola

05.01.10.301.0006 2.047.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0064.08 – PAB FIXO

05.01.10.301.0006 2.059.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0064.13 – PMAQ

05.01.10.301.0006 2.034 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.64.72 – Cofinanciamento da Atenção Básica - Estado

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de maio de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
EMPRESA VENCEDORA

ANDREA NASCIMENTO ME
EMPRESA VENCEDORA

PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RETÍFICA DA PARTE INFERIOR DO MOTOR COM TROCA DE KITS (CAMISA, PISTÃO E ANÉIS), DO MICROÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE, PLACA MEU 2062, DIESEL, ANO 2004, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para retífica da parte inferior do motor com troca de kits (camisa, pistão e anéis), do microônibus Marcopolo/Volare, placa MEU 2062, diesel, ano 2004, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 010/2016.

RETÍFICA DE MOTORES CONTINENTE LTDA EPP

CNPJ: 80.679.491/0001-88

AVENIDA BOM JESUS DE NAZARÉ, Nº 266, BAIRRO: ARIRIU, CEP: 88.135-100, PALHOÇA/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para retífica da parte inferior do motor com troca de kits (camisa, pistão e anéis), do microônibus Marcopolo/Volare, placa MEU 2062, diesel, ano 2004, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 010/2016, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o lote cotado é a seguinte:

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	02	LT	ADITIVO PARA RADIADOR	RADIEX	25,00	50,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
02	01	JG	JUNTAS DO MOTOR	SABÓ	650,00	650,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
03	01	PÇ	RETENTOR DO VOLANTE	SABÓ	35,00	35,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
04	01	PÇ	RETENTOR DA PULIA	SABÓ	30,00	30,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
05	01	PÇ	BOMBA DE ÓLEO DO MOTOR	SHADEK	490,00	490,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
06	01	KIT	KITS DO MOTOR (CAMISA, PISTÃO E ANÉL)	MALLE	1.680,00	1.680,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
07	01	PÇ	BOMBA D' ÁGUA	URBA	340,00	340,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
08	01	JG	BUCHA DE BIELA	MALLE	120,00	120,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
09	01	JG	BRONZINA DE BIELA 0,25	MALLE	260,00	260,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
10	01	JG	BRONZINA DE MANCAL 0,50	MALLE	460,00	460,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
11	01	JG	CALÇO LATERAL DE BRONZINA	MALLE	85,00	85,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
12	01	PÇ	PISTA DO VIRABREQUIM	MALLE	45,00	45,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
13	01	JG	ANEL TAMBAC 0,15	MALLE	320,00	320,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
14	01	PÇ	FILTRO DE ÓLEO	TECFIL	43,00	43,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
15	11	LT	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40	TOTAL	16,00	176,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
16	01	PÇ	VÁLVULA TERMOSTÁTICA	MWM	170,00	170,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
17	01	JG	TUCHOS DE VÁLVULAS	EATON	236,00	236,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
18	01	PÇ	CORREIA MICRO V	GATS	60,00	60,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
19	01	PÇ	FILTRO SEPARADOR DA ÁGUA PSD 530/1	TECFIL	51,00	51,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
20	01	PÇ	FILTRO SEPARADOR FBS 450/1	TECFIL	72,00	72,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
21	01	PÇ	ROLAMENTO DE EMBREAGEM C/ SUPORTE	MWM	243,00	243,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
22	01	PÇ	ADESIVO SILICONE	3M	28,00	28,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
23	01	UND.	REMOVER MOTOR	SV	370,00	370,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
24	01	UND.	INSTALAR MOTOR	SV	370,00	370,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
25	01	UND.	DESMONTAR MOTOR	SV	520,00	520,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
26	01	UND.	MONTAR MOTOR COMPLETO	SV	530,00	530,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP
27	01	UND.	LAVAÇÃO QUÍMICA PARA MONTA- GEM	SV	466,00	466,00	RET. DE MOT. CONTINEN- TE LTDA EPP

28	01	UND.	RETIFICAR VIRABREQUIM	SV	498,00	498,00	RET. DE MOT. CONTINENTE LTDA EPP
29	01	UND.	RETIFICAR BUCHA DE BIELA	SV	246,00	246,00	RET. DE MOT. CONTINENTE LTDA EPP
30	01	UND.	PLAINAR BLOCO	SV	295,00	295,00	RET. DE MOT. CONTINENTE LTDA EPP
31	01	UND.	FAZER ASSENTO DE CAMISA	SV	308,00	308,00	RET. DE MOT. CONTINENTE LTDA EPP
TOTAL							9.247,00

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos/execução dos serviços e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso Constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas

nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 23 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

RETÍFICA DE MOTORES CONTINENTE LTDA EPP
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PÓ DE BRITA, REJEITO DE BRITA TIPO MACADAME E BRITAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de pó de brita, rejeito de brita tipo macadame e britas, conforme especificações constantes do Anexo I, que acompanha este edital.

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

CNPJ: 78.266.566/0002-38

ESTRADA GERAL DE SALSEIRO, SN, BAIRRO: SALSEIRO, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto eventuais aquisições parceladas de pó de brita, rejeito de brita tipo macadame e brita, conforme especificações constantes do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 026/2016, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o lote cotado é a seguinte:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	M³	2.000	PÓ DE BRITA – RETIRADO PELA PREFEITURA	40,00	80.000,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
02	M³	2.000	PÓ DE BRITA – ENTREGUE NAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL	52,50	105.000,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
03	M³	9.000	REJEITO DE BRITA TIPO MACADAME – RETIRADO PELA PREFEITURA	24,50	220.500,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
04	M³	5.000	REJEITO DE BRITA TIPO MACADAME – ENTREGUE NAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL	37,50	187.500,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
05	M³	300	BRITA Nº 01	41,50	12.450,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
06	M³	300	BRITA Nº 02	41,50	12.450,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas,

de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Pavimentação de Ruas

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.01.0024 – Pavimentação de Ruas

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.01.0024 – Pavimentação de Ruas

06.01.26.451.0010.1.051.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Padronização de Calçadas

06.01.26.451.0010.1.051.4.4.90.00.00.00.00.01.0024 – Padronização de Calçadas

06.01.15.452.0010.2.029.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 20 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

DECRETO N.º 067/2016

DECRETO Nº 067, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.200, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 4.175,31 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	4.175,31
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	4.175,31
Função	26	Transporte	4.175,31
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	4.175,31
Programa	0009	Revitalização das Estradas	4.175,31
Atividade	1.048	Construção de Ponte de Concreto – Rio das Pedras	4.175,31
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.175,31
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.175,31
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.175,31
Fonte de Recursos	0.1.069.000316	Transferências de Convênios – Estado/outros - Conv. Estado - Constr. Ponte de Concreto - Rio das Pedras	4.175,31
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			4.175,31

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Transferências de Convênios – Estado/outros - Conv. Estado - Constr. Ponte de Concreto - Rio das Pedras	0.1.0069.000316	4.175,31
TOTAL DO EXCESSO		4.175,31

Art. 3º Fica Revogado o Decreto n.º 066, de 22 de junho de 2016.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de junho de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.792/2016, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 2.792/2016, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA ANEXO I DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI APRIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o anexo I, CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL - GO – passando a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Carga Horária Semanal	Quantidade	Vencimento	Escolaridade/Qualificação
Operador de Máquinas II	44h	02	R\$ 1.430,82	Ensino Fundamental Completo e Carteira de Habilitação na Categoria C

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se
Em, 21 de Junho de 2016.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.793/2016, DE 22 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 2.793/2016, DE 22 DE JUNHO DE 2016

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.326/2016, de 22 de Junho de 2016:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde Da Família - ESF

3.3.90.00.00.00.00.0215 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde Da Família - ESF

3.1.90.00.00.00.00.0215 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 22 de Junho de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

LEI ORDINÁRIA N.º 1.326/2016, DE 22 DE JUNHO DE 2016

LEI ORDINÁRIA N.º 1.326/2016, DE 22 DE JUNHO DE 2016

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde Da Família - ESF

3.3.90.00.00.00.00.0215 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde Da Família - ESF

3.1.90.00.00.00.00.0215 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças
Registrado e publicado,
Em, 22 de Junho de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Lontras

PREFEITURA

DECRETO DE REVOGAÇÃO Nº 258/2016

DECRETO Nº 258/2016

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2016

MARTINA ZUCATELLI, Prefeita Municipal de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Considerando que a 14ª ADR de Ibirama assumiu a realização do Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 065/2016 para AQUISIÇÃO DE ITENS DIVERSOS PARA ATENDER NECESSIDADES NA ORGANIZAÇÃO DO 29º JOGUINHOS ETAPA REGIONAL REALIZADOS EM LONTRAS, aberto por esta municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º - Revogado o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, consubstanciado no Edital nº 065/2016 de 16 de junho de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 23 de junho de 2016.

MARTINA ZUCATELLI

Prefeita Municipal

EDITAL Nº 070/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 070/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA PARA FEIRA LIVRE. Entrega dos Envelopes: até as 08 horas do dia 07/07/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 07/07/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br– Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 23 de junho de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 119/16

PORTARIA Nº 119/16 de 22 de junho de 2016.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, MÁRCIA TEREZINHA HOLEK, para exercer as funções de Técnica em Enfermagem, 40 horas semanais, na Estratégia Saúde da Família/ESF - São Francisco, em conformidade com a Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores e com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 005/2016 de 23 de maio de 2015, homologado em 13 de junho de 2016, a partir de 22 de junho de 2016 até nomeação de aprovado em concurso público.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 22 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3943

DECRETO Nº. 3943

Data: 03.06.2016.

NOMEIA INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições que lhe conferidas pelo art. 68 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Ofício Nº 415/16-GAB/SME de 16 de Maio de 2016;

DECRETA

Art. 1º - Nomear as Instituições que compõem o Fórum Permanente de Educação, que terão como atribuição a implementação, discussão, acompanhamento, avaliação e revisão do Plano Municipal de Educação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MAFRA

Representada por 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

CONSELHO TUTELAR

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Representando por 01 (um) titular e seu respectivo suplente.

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

PODER LEGISLATIVO DE MAFRA

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

PROFESSORES DAS UNIDADES DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

PROFESSORES DAS UNIDADES DE ENSINO PÚBLICO ESTADUAL

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO PARTICULAR

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

GESTORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

GESTORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – SINTE

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONAL

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

POLÍCIA MILITAR DE MAFRA

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MAFRA

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E CIDADANIA

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo

suplente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Representado por 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente.

CONSELHO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Representado por 01 (um) aluno como membro titular e seu respectivo suplente.

CONSELHO ESCOLAR DA REDE PARTICULAR

Representado por 01 (um) aluno como membro titular e seu respectivo suplente.

CONSELHO DELIBERATIVO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Representado por 01 (um) aluno como membro titular e seu respectivo suplente.

ENSINO SUPERIOR

Representado por 01 (um) aluno como membro titular e seu respectivo suplente.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES – APP DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Representado por 01 (um) pai ou responsável como membro titular e seu respectivo suplente.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES – APP DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Representado por 01 (um) pai ou responsável como membro titular e seu respectivo suplente.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES – APP DA REDE PARTICULAR

Representado por 01 (um) pai ou responsável como membro titular e seu respectivo suplente.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 03 de Junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 559/2016

DECRETO Nº 559, DE 23 DE JUNHO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 272/16 da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

O atestado médico de remanejamento da Servidora Elizabete Sandra Schaefer Backes,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 1º de junho a 21 de dezembro de 2016, da servidora ROSANGELA MEZZALIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 027.948.349-08, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Cantinho Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2016.

Maravilha – SC, 23 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 560/2016

DECRETO Nº 560, DE 23 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 284/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

A perícia médica pelo INSS da servidora Cineide Müller,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 21 de junho a 31 de julho de 2016, SALETE DE BRITO GIEHL, brasileira, inscrita no CPF sob nº 047.606.879-71, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 561/2016

DECRETO Nº 561, DE 23 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 285/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

A licença maternidade da servidora Marli Detoni,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 21 de junho a 16 de dezembro de 2016, ALEXSSANDRO SCHAPPO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 085.527.679-70, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 562/2016

DECRETO Nº 562 DE 23 DE JUNHO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.971, de 22 de Junho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 266.600,00 (Duzentos e sessenta e seis mil e seiscentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01- Fundo Municipal de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos

08.244.0017.2.139 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 26.000,00

08.244.0017.2.141 – SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 160.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 80.600,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01- Fundo Municipal de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.241 – Assistência ao Idoso

08.241.0018 – Desenvolvendo a Cidadania

08.241.0018.2.061 – PROGRAMA DE ATENÇÃO A TERCEIRA IDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos R\$: 18.000,00

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos

08.244.0017.1.058 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

08.244.0017.2.138 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 115.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos R\$: 20.000,00

08.244.0017.2.140 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 90.000,00

08.244.0018 – Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.2.063 – APOIO AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 13.600,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de Junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 564/2016

DECRETO Nº 564, DE 23 DE JUNHO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 286/16 da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A prorrogação do benefício concedido pelo INSS à servidora Marcia Scapin,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 22 de junho a 22 de julho de 2016, do servidor VALDIR ROMEO KRUGER, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 515.906.549-00, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto

correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATO ADM. 056/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 056/2016. Partes: Município de Maravilha – SC e Gaia Rodovias LTDA. Objeto: Execução de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q., nas ruas da Felicidade e das Hortênsias, no Município de Maravilha - SC. Vigência: 90 e 60 dias. Valor R\$ 274.975,57. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 22/06/2016. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Renato Adriano Seibt da pela Contratada.

Massaranduba

PREFEITURA

ERRATA - CO 59.2016 PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

ERRATA

No contrato de prestação de serviços nº 59/2016, ONDE SE LIA:

- 1.
- 2.
- 2.1 O Objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: "Empreitada pelo Menor Preço – Total Geral".

PÁGINA 01

LÊ-SE:

- 1.
- 2.
- 2.1 O Objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: "EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL".

PÁGINA 01

Massaranduba (SC), 23 de junho de 2016.
CÍRIO MARTINI
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO 22.2016 PP 12.2016 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: MATERIAIS AMBULATORIAIS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO AMBULATORIAL NO PRONTO ATENDIMENTO E NAS CIRURGIAS REALIZADAS PELO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 07/07/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 07/07/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 24 de junho de 2016.
SIMONE APARECIDA DE SOUZA – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

Meleiro

PREFEITURA

ANALISE INSCRICOES SAMU PROCESSO SELETIVO ACT 001-2016 NOTA OFICIAL 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO ACT - EDITAL 001/2016

RETIFICAÇÃO 02 DAS INSCRIÇÕES APÓS ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO PARA OS CARGOS DO SAMU

Como forma de manter a transparência, igualdade e justiça entre todos os candidatos, a comissão do Processo Seletivo 001/2016 da Secretaria de Saúde de Meleiro, no uso de suas atribuições, juntamente com a PS Concursos torna público as retificações das inscrições relacionadas abaixo, após constatação de documentação, referente ao tempo de serviço já prestado na área de atuação, não coerente com o declarado pelo candidato, pois conforme regras do edital, os candidatos devem ter 2 anos ou mais de experiência apenas no SAMU e não como Condutor de Veículos de Emergência em instituições particulares ou até mesmo públicas que não seja no SAMU. Abaixo as inscrições que não contemplam o proposto em edital.

INSCRIÇÃO	ANÁLISE	RESULTADO
26745	O candidato declarou em sua inscrição possuir mais de dois anos de experiência no cargo de Motorista/Socorrista do SAMU, mas conforme documentação entregue a informação não confere, pois sua experiência é apenas como Condutor de Veículo de Emergência na empresa "Equipe vida Ambulâncias" e não no SAMU conforme pede o edital.	Candidato continua inscrito, porém não receberá pontuação referente à experiência no cargo.
27701	O candidato declarou em sua inscrição possuir mais de dois anos de experiência no cargo de Motorista/Socorrista do SAMU, mas conforme documentação entregue a informação não confere, pois sua experiência é apenas como Condutor de Veículo de Emergência na empresa "Equipe vida Ambulâncias" e não no SAMU conforme pede o edital.	Candidato continua inscrito, porém não receberá pontuação referente à experiência no cargo.
27099	O candidato declarou em sua inscrição possuir mais de dois anos de experiência no cargo de Motorista/Socorrista do SAMU, mas conforme documentação entregue a informação não confere, uma vez em que seus comprovantes apresentados, datas chocam-se em municípios diferentes, não conferindo assim, 2 anos de tempo de serviço realmente no SAMU. Como seu outro comprovante, que completaria o total exigido, não é no SAMU e sim na Empresa "Equipe vida Ambulâncias", o candidato acaba não contemplando os dois anos de experiência no SAMU.	Candidato continua inscrito, porém não receberá pontuação referente à experiência no cargo.

MELEIRO, 24 de Junho de 2016

ANA DA COSTA OSTETTO

Secretária Municipal de Saúde

Fica homologada a Retificação 02 das Inscrições após Análise de Documentação para os cargos do SAMU do PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0171/2016

DECRETO Nº 0171/2016 DE 03 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE INDICAÇÕES, NOMEAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO ATUALIZADA, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto no artigo 42, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, em especial as Leis Municipais 1.108/93 de 02.04.1993 e 1980/2011 de 13/06/2011,

Considerando as indicações e a respectiva resolução n. 002/2016 do Conselho Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados e empossados os membros conforme novas indicações, alterando as representações conforme abaixo especificado:

2 - Representantes dos trabalhadores de saúde:

2.1 – Representantes dos Médicos:

Titular: Dra. Enriqueta Regla Diaz

Suplente: Dr. Paulo Camargo

2.5 – Representante da classe dos Psicólogos e Nutricionistas

Titular: Carine de Assis

Suplente: Patrícia Jomertz

3 - Representantes do Governo Municipal

3.1 – Representante da Diretoria Geral de Saúde

Titular: Erno Michielin

Suplente: Fernan Junior Tasca

3.4 – Representante da Dir. Geral da Agricultura

Titular: Jorge Luiz Varnier

Suplente: Gelson Bortolin

Parágrafo Único – Os conselheiros indicados completarão o mandato de seus antecessores, conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 271/2015 de 30/11/2015.

Art. 2º - Fica exemplificada a composição atualizada do Conselho Municipal de Saúde, do Município de Modelo SC, de conformidade com as respectivas indicações de representações registradas e as alterações de que dispõe a Resolução nº 002/2016 de 31.05.2016, do Conselho Municipal da Saúde do Município de Modelo SC, o artigo 1º deste Decreto, devidamente nomeados e empossados na forma da Lei, em especial do conforme dispõe do Decreto Municipal 271/2015 e deste Decreto, ficando composto pelos membros, conforme abaixo especificado:

1 – REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE USUÁRIOS:

1.1 – Representante do SINTRAF – (Sindicato Dos trabalhadores Da Agric. Familiar.)

Titular: Hélio Billig

Suplente: Samuel da Silva

1.2 – Representante da APAE (Assoc. de Pais e Amigos dos excepcionais)

Titular: Nadia Aparecida Deotti Albani

Suplente: Eliana Mara S. Kothe

1.3 – Representante da Associação dos Hipertensos/Moradores

Titular: Lourdes do Santos Canabarro

Suplente: Silvio Provenci

1.4– Representante da ACIMO (Assoc. Com. E Ind. De Modelo)

Titular: Nara Fritzen

Suplente: Daniel Soares

1.5– Representante dos Grupos de Idosos

Titular: Neli Facco Reichert

Suplente: Albina R. Rauber

1.6– Representante dos Clubes de Serviços

Titular: Marcia Ribolli

Suplente: Reni Antonio Pandolfo

1.7– Representante das APPs – Associação de Pais e Professores

Titular: Joani Wickert

Suplente: Marines Reichert

1.8– Representante das Associações de Moradores

Titular: Marivete Santolin

Suplente: Paulo Frantz

1.9– Representante das Organizações Religiosas

Titular: Ademir Maurílio Krug

Suplente: Tereza Billig

1.10 – Representante da ASPUMO (Associação dos Func. Pub. Municipais)

Titular: Lovani Baron

Suplente: Cleiton Onghero

2 – REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE

2.1 – Representante dos Médicos

Titular: Dra. Enriqueta Regla Diaz

Suplente: Dr. Paulo Camargo

2.2 – Representantes da classe de Enfermagem e Fisioterapia

Titular: Bárbara Geller Baron

Suplente: Alidiane Zamproga

2.3 – Representante dos Odontólogos

Titular: Albio Schild Filho

Suplente: Tarci Gebert

2.4 – Representante da classe dos farmacêuticos e Bioquímicos

Titular: Marlise Lindemann

Suplente: Felipe Osmar Brandalise Azzolin

2.5 – Representante da classe dos Psicólogos e Nutricionistas

Titular: Carine de Assis

Suplente: Patricia Jomertz

3 – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL.

3.1 – Representante da Diretoria Geral de Saúde

Titular: Erno Michielin

Suplente: Fernan Junior Tasca

3.2 –Representante da Diretoria Geral de Administração

Titular: Francieli Pavalicini

Suplente: Janice Martini Muller

3.3 – Representante da Diretoria Geral da Educação Esporte Cultura e Assistência Social

Titular: Eloir Rucks

Suplente: Juliane Antunes

3.4 – Representante da Dir. Geral da Agricultura

Titular: Jorge Luiz Varnier

Suplente: Gelson Bortolin

3.5 – Representante Dos Prestadores de Serviço Hospitalar, Laboratórios e outros afins.

Titular: Sergio Luis Knorst

Suplente: Adelir Scatolin

Art. 3º - O mandato do conselho será de 02 (dois) anos a contar da data de nomeação do conselho, sendo de 23 de novembro de 2015 a 23 de novembro de 2017.

Art. 4º - As atribuições do conselho, nomeado através deste Decreto, são as estabelecidas nas Leis Municipais nº 1.108 de 02.04.1993, nº 1980/2011 de 13.06.2011 e demais determinações legais pertinentes a matéria, sendo as mesmas, consideradas de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício, obrigações sociais ou trabalhistas.

Art. 5º - O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Modelo SC e demais membros da diretoria, eleitos entre os membros, em reunião plenária, conforme constante da Resolução do Conselho Municipal nº 002/2016, ficou assim constituída:

Presidente: Erno Michielin

Vice-Presidente: Francieli Pavalicini

1ª Secretário: Fernan Junior Tasca

2ª Secretária: Nara Fritzen

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto estão consignadas no orçamento vigente e subsequentes.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 03 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

DECRETO Nº 0185/2016

Decreto nº 185/2016 de 23/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 510/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 510/2016, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS NA EDIFICAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES NOSSA SENHORA DA SALETE, SITUADO NA LINHA SALETE MODELO - SC. TOTALIZANDO ÁREA DE 60,94 M². EXECUÇÃO CONFORME ART 5756046-6, PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS DESTE EDITAL, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA	66.900,27

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 23 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Chefe do Depto. De Licitações

DECRETO Nº 0186/2016

Decreto nº 186/2016 de 23/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 522/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 522/2016, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE ALARGAMENTO DE PONTE METÁLICA NA LINHA OURO VERDE MUNICÍPIO DE MODELO - SC. TOTALIZANDO ÁREA DE 141,44 M². EXECUÇÃO CONFORME ART 5340964-3, PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS DESTE EDITAL., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CONSTRUTORA DECA LTDA	89.293,92

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 23 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Chefe do Depto. De Licitações

DECRETO Nº 0187/2016

DECRETO Nº 0187/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARINES ARTIGAS DO AMARAL ZANINI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 01 de julho de 2016, a Servidora MARINES ARTIGAS DO AMARAL ZANINI, do cargo comissionado de Assessora Cultural/de Departamento, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 23 de junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

MARINES ARTIGAS DO AMARAL ZANINI

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 468/2016
Ata de Registros nº. 033/2016.
Empresa: DKS Gráfica Ltda – ME
Valor: R\$ 10.288,30

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 033/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MODELO PARA O ANO DE 2016.

Modelo (SC), 22 de Junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 464/2016
Ata de Registros nº. 027/2016.
Empresa: DKS Gráfica Ltda – ME
Valor: R\$ 17.093,41

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 027/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES, DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO.

Modelo (SC), 22 de Junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 464/2016
Ata de Registros nº. 028/2016.
Empresa: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - ME
Valor: R\$ 3.240,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 028/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES, DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO.

Modelo (SC), 22 de Junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 464/2016
Ata de Registros nº. 029/2016.
Empresa: NOVELLO E CARBONELLI LTDA – ME
Valor: R\$ 8.709,65

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 029/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES, DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO.

Modelo (SC), 22 de Junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 464/2016
Ata de Registros nº. 030/2016.
Empresa: GRÁFICA ERECHIM - LTDA
Valor: R\$ 1.949,70

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 030/2016 com

o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES, DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO.

Modelo (SC), 22 de Junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº. 581/2016

Ata de Registros nº. 032/2016.

Empresa: THEISEN DETONAÇÕES LTDA ME

Valor: R\$ 165.000,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 032/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

Modelo (SC), 23 de Junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº. 468/2016

Ata de Registros nº. 034/2016.

Empresa: NOVELLO E CARBONELLI LTDA – ME

Valor: R\$ 3.438,30

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 034/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MODELO PARA O ANO DE 2016.

Modelo (SC), 22 de Junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº. 468/2016

Ata de Registros nº. 035/2016.

Empresa: GRÁFICA ERECHIM - LTDA

Valor: R\$ 990,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 035/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MODELO

PARA O ANO DE 2016.

Modelo (SC), 22 de Junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 497/2016

CONTRATADA: SCS COMERCIO LTDA ME

VALOR: R\$ 46.400,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 497/2016, objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

Modelo (SC), 22 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 464/2016

CONTRATADA: NOVELLO E CARBONELLI LTDA – ME

VALOR: R\$ 2.060,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 464/2016, supracitado objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MODELO PARA O ANO DE 2016.

Modelo (SC), 22 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 464/2016

CONTRATADA: GRÁFICA ERECHIM - LTDA

VALOR: R\$ 400,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 464/2016, supracitado objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MODELO PARA O ANO DE 2016.

Modelo (SC), 22 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 464/2016

CONTRATADA: DKS GRÁFICA LTDA - ME

VALOR: R\$ 490,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do

Processo Licitatório Nº 464/2016, supracitado objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MODELO PARA O ANO DE 2016.

Modelo (SC), 22 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 337/2016

CONTRATADA: GAIA RODOVIAS LTDA

VALOR: R\$ 1.508.778,41

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 337/2016, objetivando PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE, COM ÁREA DE 16.807,25 M² - ETAPA DE CONCLUSÃO DE OBRAS – COMPREENDENDO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLENAGEM, ABERTURA DE VALAS, REATERRO, BOCA DE LOBO/BUEIRO, SARJETA, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, E REDE DE ÁGUA. PASSEIO PÚBLICO ETAPA III, (TRECHO I, II E III) NA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE, COM ÁREA DE 756,92M², COMPREENDENDO LIMPEZA DO LOCAL, REGULARIZAÇÃO/PREENCHIMENTO, SINALIZAÇÃO, DE CONFORMIDADE COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1025081-57/2015/MTUR/CAIXA, EMPREITADA GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, CONFORME PROJETOS MEMORIAIS E ANEXOS DO EDITAL.

Modelo (SC), 23 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 464/2016

CONTRATADA: DKS GRÁFICA LTDA - ME

VALOR: R\$ 16.603,41

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 464/2016, supracitado objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MODELO PARA O ANO DE 2016.

Modelo (SC), 22 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 468/2016

CONTRATADA: DKS GRÁFICA LTDA - ME

VALOR: R\$ 10.288,30

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 464/2016, supracitado objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO PARA O ANO DE 2016.

Modelo (SC), 22 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 657/2016

CONTRATADA: MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

VALOR: R\$ 65.647,50

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 657/2016, objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AMPLIAÇÃO/CONCLUSÃO DO CENTRO MULTIUSO DE LAZER – LOCALIZADO NO PARQUE DA FE- PAR NO MUNICÍPIO DE MODELO – SC

Modelo (SC), 23 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 616/2016

PREGÃO Nº. 008/2016

CONTRATADA: RINOVI COSTRUTORA LTDA - ME

VALOR: R\$ 390.096,98

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 616/2016, objetivando A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E MURO DE CONTENÇÃO NA RUA JOAQUIM NABUCO.

Modelo (SC), 22 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS 073/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 073/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDA E LEITE CONFORME ANEXO., conforme anexo I. Data: 06/07/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 17 2016 FMS

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 FMS

ABERTO O CERTAME NO DIA 22 DE JUNHO DE 2016, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DA(S) EMPRESA(S): COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (7397), ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP (12810) ENQUADRADA COM ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, A COMISSÃO INICIOU VISTAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. POSTERIORMENTE, O(S) LICITANTE(S) PRESENTE(S) INICIOU (ARAM) VISTAS DOS DOCUMENTOS.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. LOGO EM SEGUIDA FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES. AS EMPRESAS VENCEDORAS APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA CONFORME EDITAL. ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE, MOMENTO EM QUE ENCERRA A PRESENTE SESSÃO.

ITENS FRACASSADOS 5, 7,8,9 E 11

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

EDITAL PARA SELEÇÃO DE PRECEPTORES PARA ATUAR NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA E MULTIPROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA.

DE: Secretaria de Saúde / Departamento Administrativo

PARA: Secretaria de Administração

ASSUNTO: Edital para seleção de preceptores para atuar no programa de Residência médica e multiprofissional na atenção básica.

EDITAL PARA SELEÇÃO DE PRECEPTORES PARA ATUAR NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA E MULTIPROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA.

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna a público que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Interno com vistas à seleção temporária de profissionais para bolsa preceptoria abaixo especificadas, com base no seu quadro de pessoal, em conformidade com a legislação constitucional e infraconstitucional atinente à matéria e pelas instruções especiais constantes no presente Edital e conforme estabelecido no decreto 049/2016.

Processo Seletivo Simplificado – Preceptores

Cargo	Vagas	Carga horária
Medico	02	40h
Enfermeiro	02	40h
Cirurgião Dentista	02	40h
Psicólogo	01	40h
Nutricionista	01	40h
Fonoaudiólogo	01	40h
Fisioterapeuta	01	30h

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado Interno será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento deste Processo Seletivo, designada pela Prefeitura Municipal de Navegantes. A Comissão será composta pelo Secretário Municipal de Saúde de Navegantes, um representante da UNIVALI e dois funcionários do RH da Prefeitura Municipal de Navegantes.

1.2 A Seleção dos candidatos será publicada em Diário Oficial do Município;

1.3 O processo seletivo simplificado interno destina-se à seleção de profissionais para contratação temporária pelo período 24 meses referente à duração do programa de residência médica e profissional;

1.4 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação;

1.5 A bolsa-preceptoria extinguir-se-á sem direito a indenizações;

I – pelo prazo estabelecido em lei;

II – por iniciativa da administração pública;

III – por iniciativa do profissional bolsista, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

2. DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO INTERNO

Período de inscrições:

2.1 As inscrições serão realizadas no seguinte local período e horário:

Local	Endereço	Período	Horário
Secretaria Municipal da Saúde (Administração)	Av. Conselheiro João Gaya, 1050 Segundo andar – Centro – Navegantes.	01/07 até 08/07	08h00min as 12h00min e das 13h30min as 17h30min

3 DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

- 3.1 Possuir experiência comprovada na área de Saúde da Família e Comunidade/Saúde Pública;
 3.2 Apresentar Declaração da Chefia Imediata da disponibilidade de tempo para as atividades de preceptoría;
 3.3 Ter disponibilidade de carga horária mínima de 30 horas presenciais Semanais.
 3.4 Ser funcionário Público Municipal lotado na Secretaria de Saúde e atuar nos Campos de Estágio com vagas disponíveis.

4 DAS VAGAS E DOS CAMPOS DE ATUAÇÃO

Categoria profissional	Número de vagas	Requisitos mínimos de formação
Médico	02	Médico com registro no órgão de classe
Enfermeiro	02	Enfermeiro com registro no órgão de classe
Odontólogo	02	Cirurgião dentista com registro no órgão de classe
Psicólogo	01	Psicólogo com registro no órgão de classe
Nutricionista	01	Nutricionista com registro no órgão de classe
Fonoaudiólogo	01	Fonoaudiólogo com registro no órgão de classe
Fisioterapeuta	01	Fisioterapeuta com registro no órgão de classe

LOCAL	VAGA/PROFISSIONAL
Bairro São Paulo com extensão Bairro Pedreiras	Enfermeiro e Odontólogo
Bairro Machados com extensão Volta Grande	Enfermeiro e Odontólogo
Bairro São Domingos I	Médico
Bairro São Domingos II	Médico
NASF	Nutricionista, Fonoaudióloga, Psicóloga e Fisioterapeuta

Os campos de Residência Médica e Multiprofissional foram determinados pela Lei 049 de 27 de abril de 2016 do Município de Navegantes.

5 DAS ATRIBUIÇÕES DO PRECEPTOR

- I - exercer a função de orientador para o(s) residente(s) no desempenho das Atividades práticas vivenciadas no cotidiano da atenção e gestão em saúde;
 II - orientar e acompanhar, com suporte do(s) tutor (es) o desenvolvimento do plano de atividades teórico-práticas do residente, devendo observar as diretrizes do Projeto Pedagógico (PP) do curso;
 III - elaborar, com suporte do(s) tutor(es) e demais preceptores da área de concentração, as escalas de férias, acompanhando sua execução junto à(s) coordenação do(s) curso(s);
 IV - facilitar a integração do(s) residente(s) com a equipe de saúde, usuários (indivíduos, família e grupos), residentes de outros programas, bem como com estudantes dos diferentes níveis de formação profissional na saúde que atuam no campo de prática;
 V - participar, junto com o(s) residente(s) e demais profissionais envolvidos no programa, das atividades de pesquisa e dos projetos de intervenção voltados à produção de conhecimento e de tecnologias que integrem ensino e serviço para qualificação do SUS;
 VI - identificar dificuldades e problemas de qualificação do(s) residente(s) relacionadas ao desenvolvimento de atividades práticas de modo a proporcionar a aquisição das competências previstas no Projeto Pedagógico do programa, encaminhando-as ao(s) tutor(es) quando se fizer necessário;
 VII - participar da elaboração de relatórios periódicos desenvolvidos pelo(s) residente(s) sob sua supervisão;
 VIII - proceder, em conjunto com tutores, a formalização do processo avaliativo do residente, com periodicidade mensal;
 IX - participar da avaliação da revisão do PP do programa, contribuindo para o seu aprimoramento;
 X - orientar e avaliar os projetos aplicativos do programa de residência;
 XI - publicar, ou apresentar em evento de natureza científica, um trabalho acadêmico, individualmente ou em grupo, fazendo referência à condição de preceptor do Programa de Residências em Saúde nas publicações e trabalhos apresentados.

6. DA SELEÇÃO

6.1 O Processo Seletivo constará das seguintes etapas:

- Entrevista, com valor máximo de 10,0 pontos;
- EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA DEVIDAMENTE COMPROVADA, considerar prática profissional na sua área de formação e atuação no Sistema Único de Saúde – SUS, com valor máximo de 10 pontos, sendo contado um ponto por ano de atuação.
- Análise do Curriculum Vitae conforme abaixo, com valor máximo de 10,0 pontos, considerando a nota ponderada, análise do curriculum seguirá os seguintes critérios:
- CERTIFICADO/ DECLARAÇÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, Área de Conhecimento ou na área de Saúde da Família e Comunidade/ Saúde Pública, com duração mínima de 240h 0,5 ponto
- CERTIFICADO/ DECLARAÇÃO DE CURSO DE RESIDÊNCIA, Área de Conhecimento ou na área de Saúde da Família e Comunidade/Saúde Pública, com duração mínima de 2 anos 1,0 ponto

- f) DIPLOMA MESTRADO/ ATA DE DEFESA OU DECLARAÇÃO COMPROBATORIA 1,5 pontos
g) DIPLOMA DOUTORADO/ ATA DE DEFESA OU DECLARAÇÃO COMPROBATORIA 2,0 pontos
h) Possuir formação de Especialista para critério de desempate
i) Ainda assim se houver empate, será considerado o candidato de maior idade.
6.2 A entrevista será baseada nos seguintes tópicos
a) Perfil do candidato quanto à realização do trabalho em grupo, iniciativa, experiência profissional;
b) O perfil didático do profissional;
c) avaliação do conhecimento do profissional na questão dos fluxos de trabalho do município.
6.3 A entrevista, de caráter classificatório e eliminatório, será realizada nos dias 11 à 15 de julho de 2016, a partir das 9:00h, na Secretaria Municipal de Saúde.

7.0 DO RESULTADO

O resultado da análise dos currículos, de caráter classificatório, será divulgado no dia 25 de julho de 2016.

7.1 A nota final será a média aritmética das notas obtidas em cada uma das etapas;

7.2 Será desclassificado o candidato que obtiver nota final inferior a 6,0.

7.3 O Processo Seletivo dar-se-á mediante ao somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar ao curriculum vitae de forma detalhada com identificação dos títulos.

8 DA REMUNERAÇÃO

8.1 A remuneração segue o disposto na Lei 3081 de 18 de março de 2016 do município de Navegantes.

Atenciosamente,

Arilson Moraes
Secretário de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016 FUNREBOM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016 FUNREBOM

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 03/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 03/2016 FUNREBOM - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO E MERGULHO, PARA USO NOS ATENDIMENTOS EM OCORRÊNCIAS QUE ENVOLVAM RESGATE DE PESSOAS E BENS PELOS MERGULHADORES DA 2ª COMPANHIA DO 7º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUMREBOM. Conforme Pregão Presencial nº 04/2016 FMV.

Fornecedor: Sermedical Arp Equipamentos Hospitalares

Valor: R\$ 7.147,54

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 23 de junho de 2016.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 25/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 25/2016 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS AOS PARTICIPANTES DE OFICINAS, REUNIÕES, CURSOS E EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC Conforme Pregão Presencial nº 25/2016 PMN.

Fornecedor: Distribuidora Nova Esperança

Valor: R\$ 47.521,00

Fornecedor: Fafes Comércio de Alimentos

Valor: R\$ 2.962,50

Fornecedor: Licisul Comercial Ltda

Valor: R\$ 5.606,00

Fornecedor: PJ Serviços e Comércio Eireli

Valor: R\$ 270.664,00

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 08 de junho de 2016.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 120/2016 / 121/2016 PMN.

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 120/2016 PMN.

Processo: IL Nº 58/2016.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM A CANTORA CASSIANE, A SER REALIZADO NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2016 NA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL (BEIRA MAR), EM PRAÇA PÚBLICA DE ACORDO COM AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS ALUSIVAS AO 54º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Contratado: CANTORA CASSIANE - VIVIANE SANTOS DE FREITAS

CNPJ: 17.496.083/0001-54.

Valor: R\$ 65.000,00

Vigência: 21/06/2016 – 19/09/2016.

Recursos: 2.060 3.3.90.00.00.00.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 21 de junho de 2016.

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 121/2016 PMN.

Processo: IL Nº 57/2016.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM O CANTOR PE. ALESSANDRO CAMPOS, A SER REALIZADO NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2016 NA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL (BEIRA MAR), EM PRAÇA PÚBLICA DE ACORDO COM AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS ALUSIVAS AO 54º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Contratado: Alessandro Corrêa de Campos – SC PRODUÇÃO MUSICAL LTDA.

CNPJ: 18.942.317/0001-02

Valor: R\$ 120.000,00

Recursos: 2.060 3.3.90.00.00.00

Vigência: 21/06/2016 – 19/09/2016.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 21 de junho de 2016.

LEI 3112/2016 ALTERA O ARTIGO 8º DA LEI 2786/2013

LEI Nº 3112 de 22 DE JUNHO DE 2016

ALTERA O ARTIGO 8º DA LEI Nº 2786 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013 QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO A REGULAMENTAÇÃO DO PPP - PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES”

Prefeito de Navegantes. Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 8º da Lei 2786 de 14 de outubro de 2013 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8º Os proprietários dos imóveis incluídos no Programa de Pavimentação Participativa, ficam dispensados do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, mediante comprovação de quitação de suas respectivas quotas.

§ 1º A dispensa do pagamento que trata o caput deste artigo, refere-se ao ano (exercício) subsequente em que as obras acontecerem.

§2º A solicitação da dispensa do pagamento deverá ser requerida no ano (exercício) correspondente ao benefício, sob pena de preclusão do direito”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3113/2016 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO - RUA AVELINA DOS SANTOS BAPTISTA

LEI N º 3113 DE 22 DE JUNHO DE 2016

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO – RUA AVELINA DOS SANTOS BAPTISTA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1 º Que a rua sem denominação oficial, localizada na transversal entre a rua Antônio Saturnino Cardoso e Travessa Bornhausen no bairro São Domingos II, passa a denominar-se oficialmente de RUA – AVELINA DOS SANTOS BAPTISTA.

Art. 2 º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO CC60/2016.

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE

CONCORRÊNCIA Nº 60/2016 PMN

Aos 22 dias de junho de 2016, às 10h45min, reuniu-se a comissão de licitação, designados pela Portaria número 1024 de 13/04/2016, com intuito de analisar e julgar a impugnação ao Edital da Concorrência nº 60/2016 PMN, cujo OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA DE ILUMINAÇÃO DO PROJETO "NOSSA PRAIA" DA ORLA DE NAVEGANTES, QUE COMPREENDE O TRECHO ENTRE AS RUAS BERNARDINO F. DE OLIVEIRA E RUA FREI ANTONINHO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. Protocolado pela empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 03.064.330/0001-39.

PRELIMINARMENTE

A comissão ao receber a Impugnação ao Edital, verificou que a mesma foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-la, passando a analisá-la, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

DAS IMPUGNAÇÕES:

Em síntese, manifesta-se a empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA, requerendo a edição de um novo instrumento editalício, pelo fato do atual edital estar eivado de vícios, evitando assim, grave lesão ao direito e garantia fundamental.

1 - DO PEDIDO:

Requer que seja declarado nulo e excluído o item 4.4.2, reformulando a exigência técnica como um todo, e a republicação do edital, escoimando os vícios, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto.

2- DA DECISÃO:

Após o recebimento da presente impugnação, a comissão solicitou parecer técnico da secretaria de obras, responsável pela presente Concorrência, do qual encaminhou resposta negando o pedido proposto pelos fatos e fundamentos em anexo exposto.

Visto parecer, em anexo, apresentado pelo Secretário de Obras de Navegantes, a comissão decidiu pela IMPROCEDENCIA da impugnação, mantendo o edital e a data já marcada para abertura dos envelopes.

- PUBLIQUE-SE.

É a decisão.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

ELLINTON PEDRO DE SOUZA

Presidente

Membros:

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

LEILA MENGARDA

PEDRO PAULO DA COSTA

BARBARA ANDRESSA GARCIA

Ratificando:

NADIA BRAZ BINS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE JULGAMENTO - SINDICÂNCIA Nº 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Sindicância nº 10/2016, instaurado pela Portaria nº 1125 de 25 de abril de 2016.

Sindicado: A Apurar

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº 1125 de 25 de abril de 2016 foi instaurada Sindicância para apurar responsabilidade por acidente de trânsito envolvendo veículo particular f.m., de acordo com o processo administrativo indenizatório nº 42/2015.

A denúncia foi recebida, designou-se e instalou-se Comissão de Sindicância a qual após oitivas e análise de documentos, sugeriu abertura de Processo Administrativo.

É o Relatório.

Na instrução verificou-se a responsabilidade por parte de funcionários públicos quanto ao dano causado á terceiro.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003.

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Sindicância no que concerne a abertura de Processo Administrativo em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

NAVEGANTESPREV**PORTARIA N ° 069 DE 24 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA N ° 069 DE 24 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM CARÁTER INTEGRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §7, inciso II da Constituição Federal com redação da E.C nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/03) e do art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 099/2011, em decorrência do falecimento em data de 08 de agosto de 2015 do servidor ativo, RONI CARLOS DOS SANTOS, portador da cédula de identidade RG nº 3843838 e inscrito no CPF sob nº 970.561.469-53, PIS nº. 124.51851.54-8 em favor de RONY GABRIEL DOS SANTOS, filho, portador da certidão de nascimento nº. 108514 01 55 2014 1 00046 127 0021967 79, representado por sua mãe a Sra. Gislaine Josiane Bento, portadora do RG nº. 4.923.315 e do CPF nº. 046.788.099-96, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo n.º 2016.07.03326P, a partir da data do requerimento, até posterior deliberação.

II Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 47º, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, observada a metodologia contida na planilha de cálculo de provento, conforme processo administrativo n.º 2016.07.03326P, que será pago mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02 de maio de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

Jan Ullrich

PREFEITO DIRETOR

PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 24 DE JUNHO DE 2016.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 174/2016 - CONVOCA SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

DECRETO nº 174/2016

convoca os aprovados no concurso público nº 003/2015 – décima SEXTA chamada, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 24 de junho de 2016 a 07 de julho de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Cópia Comprovante de Residência;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de junho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 174/2016)

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
5ª	216	Ricardo de Araujo Callez Gonzalez

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 174/2016)

CARGOS	EXAMES
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	HEMOGRAMA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 174/2016)

Ilmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do RG nº e CPF nº , Candidato(a) naª posição do Concurso Público - Edital nº , inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../..... .

Nova Trento, de de 2016.

Assinatura

PROCESSO Nº 064/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 064/2016 – Tomada de Preços nº 006/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para Execução de serviços com fornecimento de material, de Passeios com acessibilidade na Rua Geral Ponta Fina Sul, em trecho correspondente a estaca 44 a 65 + 12,62 m, cidade de Nova Trento/SC (complementação de drenagem e pavimentação da rua – 5ª etapa).

Julgamento: Empreitada Global por preço Unitário (Menor preço Global). Entrega dos envelopes: 14/07/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 14/07/2016 – 09:30 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – 48.3267 3213; e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO Nº 065/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 065/2016 – Pregão Presencial nº 047/2016
Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição parcelada de Material Didático, pedagógico e material de cama para o município de NOVA TRENTO (Sec. De Educação), conforme especificações constantes no Anexo I, que fazem parte integrante deste pregão.
Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 07/07/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 07/07/2016 as 09:30 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.nova-trento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br
Aprigio José Botameli
Pregoeiro

PROCESSO Nº 63/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 063/2016 – Pregão Presencial nº 046/2016
Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição parcelada de equipamentos, utensílios e móveis para a Secretaria de Educação, conforme especificações constantes no Anexo I, que fazem parte integrante deste pregão.
Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 11/07/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 11/07/2016 as 09:30 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.nova-trento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br
Gian Francesco Voltolini
Prefeito

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2016
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: O objeto deste pregão é a aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

OLIDEF CZ INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS HOSPITA-
LARES (CNPJ nº 55.983.274/0001-30) - Valor Total: R\$ 19.900,00
(dezenove mil e novecentos reais).
SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP (CNPJ Nº 04.563.256/0001-68) – Va-
lor: R\$ 2.940,00 (Dois mil, novecentos e quarenta reais).
Nova Trento/SC, 23 de junho de 2016.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 022/16-CV Nº 009/16

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016 – CONVITE Nº 009/2016 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 01).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS PARA JARDINAGEM NA ÁREA EXTERNA DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL-CENHO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Que no dia de sua realização 16/06/2016 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: VALDAIR RANZAN - ME , EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA e MASSA FORTE ARTEFATOS DE CIMENTO. Após análise da documentação das empresas participantes do certame, constatou-se que a empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data pela HABILITAÇÃO de 03 (três) empresas participantes no processo e renúncia de recursos desta fase.

Novo Horizonte (SC), em 16 de Junho de 2016.
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016 – CONVITE Nº 009/2016-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE. (SEQUENCIA 02).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS PARA JARDINAGEM NA ÁREA EXTERNA DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL-CENHO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, ou seja no dia 16/06/2016, após análise das propostas das empresas habilitadas, constatou-se que para os itens 1, 2 e 04, não houve número mínimo de três propostas validas, sendo que a forma de julgamento é o menor preço por item. A comissão decidiu por suspender a sessão e o encaminhamento do processo para apreciação da Assessoria Jurídica quanto a classificação das propostas e posterior seguimento do certame.

(SEQUÊNCIA 03) – No dia 23/06/2016, a partir das 9:00 horas, reuniram-se os membros da

Comissão Permanente de Licitação, para prosseguimento do certame, tendo em vista o recebimento do Parecer Jurídico nº 046/2016. Com base do referido parecer a CPL decide pelo prosseguimento do certame e classificação das propostas das empresas convidadas, ficando assim classificada apresentando a menor proposta, sagrando-se vencedora a empresa VALDAIR RANZAN – ME, vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6, com valor total de R\$ 13.930,00 (Treze mil novecentos e trinta reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura. Após o decurso do prazo legal para interposição de recursos para esta fase, os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 23 de Junho de 2016.
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2015 22-06-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 22/02/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA DISTRIBUIÇÃO A PESSOAS CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.
CONTRATADO: ANDRIANI E ANDRIANI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.980,00 (Três mil novecentos e oitenta reais).
Novo Horizonte/SC - DATA: 22/02/2016 – Eli Mariott - Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

3.964

DECRETO N. 3.964 DE 23 DE MAIO 2016.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.652 de 28 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.03 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

2.049 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

F.R. - 01.0617 – FUNDUR

3.3.90.00 - aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art.2º . A conta do recurso anterior fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA- ESTRUTURA

08.03 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

2.049 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

F.R. - 01.0617 – FUNDUR

4.4.90.00 - aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art.3º. Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans, 23 de maio de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.967

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.967 DE 09 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e para os fins do artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados, para comporem a Comissão Permanente

de Licitação do Fundo Municipal de Saúde, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros servidores públicos qualificados pertencentes ao quadro permanente, a saber:

1. Delson Lotin
2. Denis Redivo Vieira
3. Valdirene Baschirotto

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão se incumbirá do julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação serão secretariados pela servidora municipal: Valdirene Baschirotto.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 4ºAs funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 09 de junho de 2016; 131o anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.968

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.968 DE 09 DE JUNHO DE 2016.

"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIOE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Delson Lotin

Equipe de Apoio: Denis Redivo Vieira e Valdirene Baschirotto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 09 de junho de 2016; 131º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.970

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.970 DE 09 DE JUNHO DE 2016.

“ALTERA RESPONSÁVEL POR CNP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 68 Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans.

DECRETA:

Art.1º O responsável junto a Receita Federal do Brasil do CNPJ Nº 80.164.908/0001-70 – Biblioteca Pública Municipal Jayme Mason, passa a ser o Município de Orleans.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 09 de junho de 2016, 130 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

VALMIR FELISBINO
Coordenador de Governo

3963

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.963 DE 23 DE MAIO DE 2016.

“DESIGNA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA ATUAREM COMO FISCAIS NO PROCESSO SELETIVO N. 007/2016.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 68, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os servidores públicos municipais abaixo relacionados para atuarem como fiscais, durante a realização das

provas para preenchimento das vagas referentes ao Processo Seletivo nº 007/2016, a realizar-se no dia 12 de junho do corrente, no horário das 09h às 12h, no Auditório do Centro Administrativo, situada na Praça Celso Ramos, 193, Orleans/SC.

1. Ariel Alberton Bernardino Borges
2. Maria Orlanda Siqueira Dalmagro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 23 de maio de 2016, 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário Interino de Administração

3965

DECRETO N. 3.965 DE 09 DE JUNHO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2652 de 28 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

08.02 – departamento de Serviços Urbanos

2.021 - Manutenção da sinalização de trânsito

F.R. - 01.0101 – Convenio trânsito militar

3.3.90.00 - aplicações Diretas R\$ 7.694,37

TOTAL _____
_____ R\$ 7.694,37

Art.2º para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado a seguinte fonte de recurso

F.R. - 01.0101 – Convenio Transito Militar

TOTAL _____
_____ R\$ 7.694,37

Art.3º Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans, 09 de junho de 2016; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO Nº008/2016

EDITAL DE HOMILOGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, homologa, torna pública a Lista dos Candidatos que tiveram sua inscrição deferida e indeferida, conforme estabelecido no Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 008/2016, para os cargos de:

MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	011	RODRIGO DA CUNHA ZIMMER	01/03/1991	DEFERIDA
02	024	MICHAEL HIKARU TASHIRO	13/09/1988	DEFERIDA
03	025	JOAO LUCAS GARCIA LIRANÇO	22/03/1991	DEFERIDA
04	028	ALVARO ARTUR COSTA UNFRIED	11/02/1981	DEFERIDA
05	031	JORGE FERNANDO MATOS DE QUADRA	06/05/1990	DEFERIDA
06	032	MARINA SPRICIGO CROSETTA	13/03/1992	DEFERIDA
07	035	CAROLINA BRIGHENTE PADILHA	24/09/1989	DEFERIDA
08	038	DÉBORA MARIA CARDOSO CROSETTA	13/03/1992	DEFERIDA
09	040	RENAN ROLLIN	25/11/1985	INDEFERIDA

ENFERMEIRO DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	01	KAMILA MACALLOSSI INACIO	27/03/1994	DEFERIDA
02	02	JUCIMARA DA SILVA MENDES	26/10/1981	DEFERIDA
03	03	ELIANA DALMAGRO	19/03/1982	DEFERIDA
04	04	MEIBELCANESTRINI AGUIAR	23/12/1979	DEFERIDA
05	06	CRISTINI MARTINS FERREIRA	26/07/1987	DEFERIDA
06	07	JAISON FERNANDO PEREIRA BORGES	14/04/1979	DEFERIDA
07	08	ESTEFANI FERNANDA JENIFER LOLE MACHADO	15/08/1993	DEFERIDA
08	09	MARIA JANETE FIGUEIREDO	07/01/1969	DEFERIDA
09	010	BRUNA SÁVIO	23/04/1988	DEFERIDA
10	012	ROMILDO ATAÍDE	23/03/1977	DEFERIDA
11	014	CRISTIANI VAVASSORI	17/09/1985	DEFERIDA
12	015	LUCRÉCIA PAULA DE SOUZA	06/10/1981	DEFERIDA
13	017	TISSIANE VIEIRA DIAMANTINO	02/12/1990	DEFERIDA
14	023	EDELI ZANIN VIERO	30/06/1963	DEFERIDA
15	026	FERNANDA VERGINIO MORAES	26/10/1983	DEFERIDA
16	029	LIANA KUHLEKAMP	26/08/1992	DEFERIDA
17	030	MORGANA DA SILVA DEL CANALLE	13/08/1993	DEFERIDA
18	033	SIRLEI APAECIDA MANOEL DO CANTO	22/09/1971	DEFERIDA
19	037	SUELLEN SIQUEIRA BECKER	10/03/1990	DEFERIDA

FISIOTERAPEUTA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	05	TASSIANE SALVAN MARQUES	21/12/1984	DEFERIDA
02	018	SIDARTA CORREA BUENO	16/03/1982	DEFERIDA
03	020	ANA SOFIA KAULING DE SOUZA	08/03/1994	DEFERIDA
04	034	MAÍRA RODRIGUES PINHEIRO DA ROLT	22/09/1983	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO NASF

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	019	MARÍLIA MATTOS DO AMARAL	13/07/1990	DEFERIDA
02	021	DANIEL MARTINS DE SOUZA	03/02/1989	DEFERIDA

TEREPEUTA OCUPACIONAL DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	016	LEDIANE MARJORIE DAL FORNO	23/12/1987	DEFERIDA
02	036	ELISANDRA PEREIRA GROTH	16/04/1981	DEFERIDA

MÉDICO – 20 HS

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	039	ANA LAURA PHILIPPI	02/03/1987	DEFERIDA

02	041	GUSTAVO OSMAR CESCA	15/05/1989	DEFERIDA
03	042	RENAN CARDOSO CANDEMIL	19/06/1985	DEFERIDA
04	043	DIEGO LOUREIRO PADÃO	05/01/1980	DEFERIDA

MÉDICO PSQUIATRA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	044	WAGNER CORREA ALBINO	08/06/1977	DEFERIDA

FONOAUDIOLOGO

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
		NÃO HOUVE INSCRITOS		

AGENTE CONUNITARIA DE SAUDE – UNIDADE PE. SANTOS

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	013	EDIONE BUSSOLO FELTRIN	24/07/1986	DEFERIDA

AGENTE CONUNITARIA DE SAUDE – UNIDADE SÃO JOSE

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	022	GESILANE ROSA MEDEIROS	08/01/1971	DEFERIDA

AGENTE CONUNITARIA DE SAUDE – UNIDADE SÃO FRANCISCO

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
01	027	LISANGELA EING MORAES	06/11/1983	DEFERIDA

Fica homologadas as inscrições deferidas e indeferidas dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado Nº 008/2016.

Orleans, 22 de junho de 2016.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PROCESSO 27/2016 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 27/2016 FMS

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2016 FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA AS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes: 12/07/2016 às 14h30min.

Abertura 12/07/2016 às 15h00min.

Mais informações no Setor de Licitações junto ao FMS, sito a Rua Miguel Couto - 800, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3466-0120 ou 3466-2761, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@saudeorleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 22 de junho de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto

Secretário de Saúde.

PROCESSO 28/2016 FMS

FMS DE ORLEANS

Ratificação de Inexigibilidade de Licitação

PROCESSO Nº 28/2016 FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016 FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS ODONTOLÓGICOS.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 art. 25 caput. Edital de Credenciamento nº 03/2016

Valor: R\$ 36.000,00

Dotação Orçamentária: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)

Contrato: 17/2016

Orleans - SC, 23 de junho de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto

Secretário de Saúde.

REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO DO CONTRATO 143/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2015

CONSIDERANDO que houve a determinação de suspensão do Contrato Administrativo nº 143/2015, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, em razão das investigações por parte da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União;

CONSIDERANDO que sobreveio decisão judicial proferida pela MMª Juíza Federal Micheli Polippo, nos autos do Processo nº 5009065-54.2016.4.04.7200/SC, que manteve a execução da obra pela empresa BRAMAC Construções Eireli;

CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo nº 143/2015 fora firmado em período anterior à deflagração da Operação Água de Prata;

CONSIDERANDO o interesse público, consubstanciado na precípua necessidade de disponibilização deste serviço público essencial;

REVOGO a decisão que determinou a suspensão do Contrato Administrativo nº 143/2015, pelo que DETERMINO, em cumprimento à decisão judicial mencionada, o restabelecimento do Contrato e a retomada das obras objeto do mencionado Contrato Administrativo, a partir de 01/07/2016, devendo, tanto a empresa responsável pela obra, como a fiscalização da mesma, observar rigorosamente o estabelecido na decisão judicial, em especial a obrigação de apresentação de relatórios mensais ao Juízo acerca das obras em execução.

Cientifique-se a empresa interessada, a fiscalização e demais interessados.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios e no Diário Oficial da União.

Autue-se nos autos do processo licitatório nº 102/2015.

Orleans, 23 de junho de 2016.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

Ouro

PREFEITURA

CONTRATO N. 054/2016

Processo Licitatório n. 0053/2016

Dispensa de Licitação n. 0011/2016

CONTRATO N° 054/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: THIAGO ZENARO COELLI - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão-de-obra de recuperação caminhão placa MED 6384

Vigência: 22/06/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 7.930,00 (sete mil novecentos e trinta reais).

Data de assinatura: 22/06/2016

DISPENSA LICITAÇÃO N.0011/2016 - THIAGO ZENARO COELLI - ME

MUNICÍPIO DE OURO - SC

Processo Licitatório N. 0053/2016 Dispensa De Licitação N. 0011/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: THIAGO ZENARO COELLI - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão-de-obra de recuperação do caminhão placa MED6384.

Fundamento legal: Lei 8.666/93, Art. 24, II e art. 26, III Vigência: Inicia-se em 22/06/2016 até 31/12/2016. Ouro, 22/06/2016, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA REPUBLICAÇÃO

PÚBLICA**064/2016****-****PORTARIA Nº. 1702/2016**

PORTARIA Nº. 1702/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº064/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº064/2016, no dia 28 de Julho de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº064/2016 tem como objeto a contratação de empresa especializada de engenharia para execução da modernização do Sistema de Iluminação Pública com Sistema de Telemetria no bairro Centro e Ponte do Imaruim e Implementação de Sistema autônomo de Iluminação Pública conectado a Sistema de Microgeração de Energia Elétrica Solar/Eólico na praça 31 de Março no bairro Ponte do Imaruim no município de Palhoça, com fornecimento de mão de obra e materiais conforme os anexos. O Edital, que está embasado na Lei 8.666/93, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 23 de Junho de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS.

PORTARIA Nº. 1701/2016

PORTARIA Nº. 1701/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GEISON ANTUNES BRANCO KOEPP, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2016 a 20/04/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ELENICE MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes no (a) GE Francisca Raimunda Farias da Costa, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/03/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1703/2016

PORTARIA Nº. 1703/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GISELE MARIA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Maria dos Santos Silva, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 29/03/2016 a 24/09/2016, face ao impedimento da titular Zoraia R. Backes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1704/2016

PORTARIA Nº. 1704/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ALINE DE ABREU DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/03/2016 a 11/04/2016, face ao impedimento da titular Cleia Pereira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1705/2016

PORTARIA Nº. 1705/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CIMONE ROSSATO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/03/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1706/2016

PORTARIA Nº. 1706/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SOLANGE ANTUNES PAZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/04/2016 a 21/12/2016, face ao impedimento da titular Sonia da Silva Homem, que se encontra em auxiliar de direção.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1707/2016

PORTARIA Nº. 1707/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA SCHMIDT WAGNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA – Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 22/04/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1708/2016

PORTARIA Nº. 1708/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR VERSUCA FEITOSA DOS REIS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/02/2016 a 20/09/2016 face ao impedimento da titular Márcia Helena Duarte, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1709/2016

PORTARIA Nº. 1709/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GEOVANE BATISTA JOSE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/03/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1710/2016

PORTARIA Nº. 1710/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GEEDISON LUIZ PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/03/2016 a 21/12/2016, face ao impedimento da titular Everton C. da Silva Sotero, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1711/2016

PORTARIA Nº. 1711/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DAIANE REGINA DE SOUZA SOARES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/03/2016 a 21/12/2016, face ao impedimento da titular Elizabete M. R. Campos, que se encontra em Reforço Escolar.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1713/2016

PORTARIA Nº. 1713/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora GLAUCIA FERREIRA, matrícula nº. 800903-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com efeitos a contar de 29/04/2016.

Palhoça, SC, em 11 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1714/2016

PORTARIA Nº. 1714/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comprem o Conselho Municipal do Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com a Lei nº 078/2009 e o Decreto nº. 1.077/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de abril de 2016.

Representante da Secretaria de Educação – Patrícia Adelaide da Silva;

Representante da Procuradoria Jurídica do Município – Michelle Gastão da Rosa Perdigão;

Representante da Secretaria da Receita – Tarsyane Zenilda da Silva;

Representante da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura – Cacio Abramo Gasperim;

Representante da Secretaria de Saúde – Vitor Sodre Dias.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1715/2016

PORTARIA Nº. 1715/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Odontólogo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Rio Grande da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/04/2016 a 15/04/2017.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1716/2016

PORTARIA Nº. 1716/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, nos termos da Lei nº. 096/2010, 097/2010 e Decreto nº 1.442/2012, para atuarem os servidores do quadro de pessoal efetivo, CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS, ROSI MARIA VARELA, JOZIANI FARIAS PEREIRA E ANDREZA PATRICIA ZLUHAN. Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a contar de 01/03/2016.

Fica revogada as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1717/2016

PORTARIA Nº. 1717/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0373 de 10 de fevereiro de 2016, que Concedeu Estabilidade a servidora PRISCILLA DE MACEDO PINHO RAMOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a secretaria de origem que deveria ser Secretaria de Assistência Social, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1718/2016

PORTARIA Nº. 1718/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, PAULO VALERIO MENDONÇA DA SILVA, Matrícula 127572-9, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/04/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1719/2016

PORTARIA Nº. 1719/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 86, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Andrea Hilleshein Voges	20	40	11/03/2016 a 21/12/2016
Antonio Roberto Fernandes	15	20	17/02/2016 a 21/12/2016
Heloisa Aurora Pamplona	20	40	28/03/2016 a 21/12/2016
Joseane Jokoski	25	15	28/03/2016 a 21/12/2016
Karina Derossi	15	40	21/03/2016 a 21/12/2016
Marlon Fleck	15	20	17/02/2016 a 21/12/2016
Marta Inez Diniz	20	40	04/04/2016 a 18/04/2016
Milene Theodorovicz	15	20	17/02/2016 a 21/12/2016
Samuel Pereira Marcolin	15	20	17/02/2016 a 21/12/2016
Suzana Mirihan Vieira	20	40	17/03/2016 a 21/12/2016
Victor A. B. Raches de Miranda	15	20	17/02/2016 a 21/12/2016

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1720/2016

PORTARIA Nº. 1720/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) SUELY DA SILVA DIAS, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 15/03/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1721/2016

PORTARIA Nº. 1721/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA ADELAIDE DA SILVA, matrícula nº. 120222-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 16/06/2003 a 16/06/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/05/2016 à 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1722/2016

PORTARIA Nº. 1722/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DE FATIMA FARIAS, matrícula nº. 300125-2, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/10/1998 a 01/10/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/05/2016 à 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1723/2016

PORTARIA Nº. 1723/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RONISE RAMOS, matrícula nº. 300159-2, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/09/1990 a 17/09/1995, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/05/2016 à 02/06/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1724/2016

PORTARIA Nº. 1724/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) BERNARDINA MARIA CANDIDO ROSA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CAIC.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1725/2016

PORTARIA Nº. 1725/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA MARTINS, matrícula nº. 800793-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/04/2016 à 18/05/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1726/2016

PORTARIA Nº. 1726/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MESSIAS LISBOA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 43/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2016 a 02/05/2017.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1727/2016

PORTARIA Nº. 1727/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGEL FRANCINE TOMAZONI, de conformidade com

a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências no (a) GE Francisca Raimunda Farias da Costa, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/03/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1728/2016

PORTARIA Nº. 1728/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MOACIR CERQUEIRA LIMA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Espanhol no (a) GE Francisca Raimunda Farias da Costa, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/03/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1729/2016

PORTARIA Nº. 1729/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, TATIANE LUCHTENBERG, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação

da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2016, face o termino da LTS.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1730/2016

PORTARIA Nº. 1730/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1203 de 19 de março de 2014, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora FERNANDA MARIA SCHMITT, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2016 a 29/04/2016.

Palhoça, SC, em 05 de abril de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PREGÃO PRESENCIAL 077-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de julho de 2016, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do Pregão Presencial, no Sistema Registro de Preços, que consiste na aquisição de a aquisição de materiais de construção e elétricos para a Unidade do Fundo Municipal Corpo de Bombeiros - FUNREBOM, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br. Palhoça, 23 de junho de 2016. PREGOEIRA.

RESOLUÇÃO N. 27/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 27/CMAS/2016

Dispõe sobre a aprovação do plano de ação anual para cofinanciamento do Governo Federal - Sistema Único da Assistência Social 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 21 de junho de 2016, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS para cofinanciamento do Governo Federal para o ano de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 21 de junho de 2016.

Flávia Regina Gomes Theisen
Vice – Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N. 28/CMAS/ 2016

RESOLUÇÃO N. 28/CMAS/ 2016

Dispõe sobre Plano De Trabalho Do Município De Palhoça – Proteção Social Básica, vinculado ao cofinanciamento Estadual 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária do Plenário, realizada dia 21 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça – CMAS.

Considerando Art. 121 da NOB/SUAS, inciso X que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na Lei Orgânica Da Assistência Social - LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal para o cofinanciamento Estadual dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$: 82.616,10 (oitenta e dois mil, seiscentos e dezesseis reais e dez centavos), referente ao ano de 2016, para ser utilizado para 100% para custeio. O valor previsto para custeio será aplicado em: Aquisição de materiais de expediente e consumo aos Serviços da proteção social Básica; Conservação e adaptação de imóvel público com destinação exclusiva ao Serviço da Proteção Social Básica e Manutenção e/ou outras despesas vinculadas aos Serviços da Proteção Social Básica.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de junho de 2016.

Flávia Regina Gomes Theisen
Vice – Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N. 29/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 29/CMAS/2016

Dispõe sobre a Lei de Diretriz Orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social para o ano de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária do Plenário, realizada dia 21 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça – CMAS.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o ano de 2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social no valor de R\$: 10.742.000,00 (dez milhões e setecentos e quarenta e dois mil reais);

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de junho de 2016.

Flávia Regina Gomes Theisen
Vice – Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N. 30/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 30/CMAS/2016

Dispõe sobre procedimento de verificação de atendimentos a usuários para entidades e organizações de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 21 de junho de 2016, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência Do Idoso, Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social n. 3.521, de 20 de setembro de 2011:

Considerando: os artigos 3º e 9º da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando: a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social – CEBAS e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando: que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando: a Resolução CNAS n. 14 de 2014, Art. 12 - Os Conselhos de Assistência Social deverão planejar o acompanhamento e a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer procedimento de verificação para os atendimentos realizados a usuários de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais das entidades e organizações inscritas no Conselho de Assistência Social do Município de Palhoça / SC, por meio do instrumento denominado Fonte De Verificação De Atendimentos.

Art. 2º A Fonte De Verificação De Atendimentos, anexo I, terá uma periodicidade quadrimestral e deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal De Assistência Social - Palhoça/SC nas datas de: 10 de março, 10 de julho e 10 de novembro de cada ano.

I - As Fontes De Verificação, dos respectivos meses serão anexadas e farão parte do Relatório Anual da entidade.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 22 de junho de 2016.

Flávia Regina Gomes Theisen
Vice – Presidente CMAS

RESULTADO DA HABILITAÇÃO TP 067/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 067/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº067/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de Revitalização de Área Pública localizada na Avenida Rio Grande - bairro Rio Grande neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material deste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS

CONSTRUTORA TS LTDA

ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP

EMPRESA PAVICON LTDA

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME

VINICIUS GOEDERT ME

Palhoça, 23 de junho de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL 073/2016**AVISO DE SUSPENSÃO****PREGÃO PRESENCIAL 071/2016**

O Município de Palhoça torna público que por razões de interesse público fica SUSPENSO por prazo indeterminado, o processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL 071/2016, que consiste na aquisição de Caminhão tipo Cargo para plataforma, zero quilômetro e Equipamento tipo Plataforma para Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE □ Palhoça, de acordo com os anexos contidos no edital convocatório. A suspensão se dá em face de solicitações de esclarecimento feitas ao edital, para que haja tempo hábil para

que sejam analisadas. Assim que possível será disponibilizada a nova data para abertura do referido processo. É dever desta Administração Pública de estar revendo constantemente seus atos. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 8:00 às 18:00 horas, diariamente ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 23 de junho de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 414 /2016.**DECRETO LEGISLATIVO Nº 414 /2016.**

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SC, E A LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL AMADOR.

Faço saber que a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, aprovou e, eu, Presidente, Promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio que entre si celebram o município de Palhoça/SC, e a Liga Palhocense de Futebol Amador, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 183/2016

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº112/2015.**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº112/2015.**

CÓDIGO TRIBUTÁRIO. Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os incisos V, VII, VIII, IX, XIII e XIV do art. 424 da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 424. Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, os imóveis:

(...)

V – pertencente a Funcionário Público Municipal, ainda que inativo, que tenha renda familiar igual ou inferior a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, desde que utilizado como seu domicílio, e possua um único imóvel, neste ou noutro município.

VII – de propriedade do pescador ou produtor agropecuário, de valor venal inferior a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) sem outra fonte de renda, bem como a viúva do mesmo, cuja única fonte de renda seja constituída pela pensão do cônjuge ou companheiro, enquanto ocupada como moradia própria, comprovado por laudo da Assistência Social do Município.

VIII – de propriedade de aposentados e pensionistas, por qualquer regime previdenciário, que comprove possuir renda familiar, inferiores ou iguais a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, e cujo valor venal não ultrapasse a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), comprovado por laudo da Assistência Social do Município.

IX – de propriedade única de Portadores de Necessidade Especial - PNE ou seus pais, tutores, ou curadores, desde que tenham renda familiar igual ou inferior a 2,5 (dois e meio) salários mínimos;

(...)

XIII – aos beneficiários de auxílio doença, com renda não superior a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, e que estejam percebendo o benefício há mais de um ano.

XIV – de propriedade única de portadores de doença grave, contagiosa ou incurável;

(...)”

Art. 2º Altera a redação do § 1º do art. 424 da Lei Complementar nº 18/2002, que passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º As isenções que tratam os incisos V, VI, VII, VIII, IX, XIII e XIV poderão ser requeridas anualmente, estando os sucessores e responsáveis obrigados a informar a existência de fato que impossibilite a concessão automática da mesma;”

Art. 3º Acrescenta o § 3º ao art. 424 da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002, que vigorará com a seguinte redação:

“Art. 424. (...)

(...)

§ 3º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a

que se refere o inciso XIV deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada comprovado através de laudo pericial, expedido por serviço médico oficial.”

Art. 4º Acrescenta o inciso XV ao art. 424 da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002, que vigorará com a seguinte redação:

“Art. 424. (...)

(...)

XV – alugados para a Administração Direta ou Indireta do Município durante a vigência do respectivo contrato.”

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 737/2016.

PROJETO DE LEI Nº 780/2016.

CONVÊNIO. Liga Palhocense de Futebol.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Liga Palhocense de Futebol, inscrita no CNPJ nº 85.116.747/0001-62, no valor de até R\$ 61.750,00 (sessenta e um mil e setecentos e cinquenta reais), a ser aplicado no Campeonato da Liga Palhocense 2016 – Categorias (Masculino): Sub 20 (juniores), 1ª Divisão Adulto e 2ª Divisão, com despesa de arbitragem.

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Referência de Dotação: 476

Órgão: 34 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA

Unidade: 001 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA

Função: 0027 – Desporto e Lazer

Subfunção: 0812 – Desporto Comunitário

Programa: 0012 – Esporte

Ação: 2082 – Func. do Esporte e Lazer

Elemento: 3335000000000000 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000143 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 737/2016.

PROJETO DE LEI Nº 737/2016.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública o Abrigo de Carinho Marta Lorenzetti.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Abrigo de Carinho Marta Lorenzetti – ACML, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 20.386.187/0001-10, com sede à Avenida Aderbal Ramos da Silva, s/n, Morretes, Município de Palhoça, Santa Catarina, CEP 88.139-351.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 760/2016.

PROJETO DE LEI Nº 760/2016.

“Denomina Via Pública”. ESALTINO DO NASCIMENTO.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito do Município de Palhoça, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada a Rua Esaltino do Nascimento com extensão de 146 m (cento e quarenta e seis metros) e 8 m (oito metros) de largura, Praia do Sonho.

PARÁGRAFO ÚNICO – A localização das vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui e Escritura Publica em anexo, parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 765/2016.

PROJETO DE LEI Nº 765/2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Estrada Geral Morro do Cipó e Estrada Geral Morro do Gato.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de ESTRADA GERAL MORRO DO CIPÓ, via pública municipal localizada no bairro São Sebastião, com extensão total de aproximadamente 1.030,00m (um mil e trinta metros), e 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) de largura, neste Município de Palhoça/SC.

Art. 2º Fica denominada de ESTRADA GERAL MORRO DO GATO, via pública municipal localizada no bairro São Sebastião, com extensão total de aproximadamente 855,00m (oitocentos e cinquenta e cinco metros), e 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) de largura, neste Município de Palhoça/SC.

Art. 3º A localização das Vias Públicas, de que tratam os artigos 1º e 2º, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2016****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Compras
Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º85/2016

Pregão Presencial 23/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa BACKES CONFECOES LTDA ME

OBJETO: Confeção de uniformes e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, UPA, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CAPS AD, CEAP, e demais setores, com fornecimento de todos os materiais necessários e aquisição de bota tática para o SAMU.

DATA: 17/06/2016 a 16/06/2016.

3581519 - BACKES CONFECOES LTDA ME - 01.570.669/0001-81

Sem lote

Item	Unidade	Modelo	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PEÇA		BACKES	50	R\$13,00	R\$650,00
Produto 23617: Confeção de boné microfibra (100% poliéster) na cor jade, aba larga (tipo feminino) gomos, parte superior com botão, lado esquerdo e direito escrito na cor branca "ESF Estratégia da Saúde da Família", traseira com elástico regulado. Com fornecimento do material.						
2	PEÇA		BACKES	150	R\$13,50	R\$2.025,00
Produto 23936: Confeção de boné microfibra (100% poliéster) na cor jade, com regulador, parte superior com botão, lado esquerdo e direito escrito na cor branca "ESF Estratégia da Saúde da Família". Com fornecimento do material						
4	PEÇA		BACKES	25	R\$126,00	R\$3.150,00
Produto 64663: Confeção de jaqueta microfibra 100% poliéster, dupla face, forrada, na cor verde oliva, tamanhos P, M, G, GG e EGG, com faixa nas mangas e na frente em "V" na cor branca, com 02 bolsos embutidos, bordados: frente - lado direito 6 (seis) cores com Brasão do Município no lado esquerdo na cor branca com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor branca com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material.						
8	PEÇA		BACKES	60	R\$31,00	R\$1.860,00
Produto 64667: Confeção de Camisa Gola Polo Unissex: confeccionada em malha piquet tubular 50% algodão e 50% poliéster, gramatura - 180 à 200grs. TAMANHOS P, M, G e GG, manga curta com recorte, bainha de 2,5cm de largura, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NA COR BRANCO. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: manga esquerda 6 (seis) cores logotipo Do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça, na frente no lado esquerda 6 (seis) cores o logotipo da UPA 24 Horas. Frente semiaberta com fechamento através de 2 (dois) botões e caseados com vista coberta, vista frontal com 3x15cm.						
9	PEÇA		BACKES	60	R\$32,00	R\$1.920,00
Produto 64668: Confeção de Camisa Gola Polo Unissex: confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho P, M, G e GG, gramatura - 180 à 200grs, manga curta com recorte, bainha de 2,5cm de largura bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "MOTORISTA", NA COR AZUL MARINHO. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: manga esquerda 6 (seis) cores logotipo Do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça, na frente no lado esquerda 6 (seis) cores o logotipo da UPA 24 Horas. Frente semiaberta com fechamento através de 2 (dois) botões e caseados com vista coberta, vista frontal com 3x15cm.						
10	PEÇA		BACKES	60	R\$32,00	R\$1.920,00
Produto 64669: Confeção de Camisa Gola Polo Unissex: confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, gramatura - 180 à 200grs, tamanho P, M, G e GG, na cor PRETO, manga curta com recorte, bainha de 2,5cm de largura, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "SEGURANÇA", NA COR PRETO. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: manga esquerda 6 (seis) cores logotipo do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça, na frente no lado esquerda 6 (seis) cores o logotipo da UPA 24 Horas. Frente semiaberta com fechamento através de 2 (dois) botões e caseados com vista coberta, vista frontal com 3x15cm.						
11	PEÇA		BACKES	60	R\$37,50	R\$2.250,00
Produto 64670: Confeção de Jaleco Feminino: Tecido: gabardine microfibra, 100% Poliéster, largura 150cm, trama: sarja 2x1, gramatura: 216 gr/m2. Produto confeccionado seguindo todas as normas técnicas de segurança e saúde do trabalho. Cor: BRANCO. Manga Longa com botões nas mangas, Gola Tradicional. Longo e acinturado, cinto nas costas, 05 botões branco tamanho 28, medida 18mm. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: no bolso superior esquerda 6 (seis) cores logotipo da UPA 24 horas, manga esquerda 6 (seis) cores logotipo do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça. Bolsos: (03) Três bolsos frontais na parte superior e inferior externa. Tamanhos: P, M, G, GG.						
12	PEÇA		BACKES	60	R\$37,50	R\$2.250,00
Produto 64671: Confeção de Jaleco Masculino: Tecido: gabardine microfibra, 100% Poliéster, largura 150cm, trama: sarja 2x1, gramatura: 216 gr/m2. Produto confeccionado seguindo todas as normas técnicas de segurança e saúde do trabalho Cor: BRANCO. Manga Longa com botões nas mangas, Gola Tradicional, botões branco embutidos, tamanho 28, medida 18mm. Cinto solto nas costas com 02 botões. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: no bolso superior esquerda 6 (seis) cores logotipo da UPA 24 horas, manga esquerda 66 (seis) cores logotipo do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça. Manga longa, gola tipo blazer. Bolsos: (03) Três bolsos frontais na parte externa. Tamanhos: P, M, G, GG.						
13	PEÇA		BACKES	60	R\$68,00	R\$4.080,00
Produto 64672: Confeção Pijama médico cirúrgico (equipe médica e enfermagem): Tecido: grafil plus, 67% poliéster e 33% algodão, gramatura 165 gr/m2. Produto confeccionado seguindo todas as normas técnicas de segurança e saúde do trabalho Cor AZUL MARINHO. Camisa: Manga curta, sem gola, decote em V, na confecção acrescentar em média 5cm no comprimento, incluir três bolsos, um na parte superior onde irá o bordado e dois partes inferior para colocar materiais de bolso... Calça: Com elástico 30mm atrás e cordão na frente e cordão na cintura, com bolsos internos, tipo abrigo, nos tamanhos P, M G E GG. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: No bolso superior esquerda 6 (seis) cores logotipo da upa 24 horas, manga esquerda 6 (seis)						

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO341207-1232-NSHX-203876947 - Emitido por: ROBERTA DE BRITO MEDEIROS

17/06/2016 15:28



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Compras
Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 4

cores logotipo Do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça.

14	PEÇA	BACKES	60	R\$68,00	R\$4.080,00
<p>Produto 64673: Confecção Pijama médico cirúrgico (Serviço Operacional): Tecido: grafil plus, 67% poliéster e 33% algodão, gramatura 165 gr/m2. Produto confeccionado seguindo todas as normas técnicas de segurança e saúde do trabalho Cor AZUL celeste. Camisa: Manga curta, sem gola, decote em V, na confecção acrescentar em média 5cm no comprimento, incluir três bolsos, um na parte superior onde irá o bordado e dois partes inferior para colocar materiais de bolso. Calça: Com elástico 30mm atrás e cordão na frente e cordão na cintura, com bolsos internos, tipo abrigo, nos tamanhos P, M G E GG. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: no bolso superior esquerda 6 (seis) cores logotipo da upa 24 horas, manga esquerda 6 (seis) cores logotipo do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça.</p>					
15	PEÇA	BACKES	40	R\$13,00	R\$520,00
<p>Produto 64674: Boné SAMU, tipo sarja 2/1, peso 221g/m2, composto por 67% de fibra de poliéster e 33% de fibra de algodão, tipo terbrim profissional, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens. Cor Azul marinho, padrão 519 da cartela de cor da Santista, ou perfeitamente similar. Modelo Padrão, com ajuste de velcro. Detalhes bordado logomarca SAMU na frente, Bordado SAMU 192 no lado direito, Bordado Bandeira Palhoça lado esquerdo. Tipologia de fonte e padronização de cores: deverão seguir o Manual de Identificação Visual SAMU, conforme determina Ministério da Saúde.</p>					
17	PEÇA	BACKES	40	R\$129,00	R\$5.160,00
<p>Produto 64676: Conjunto chuva SAMU, calça e jaqueta. Tecido 100% poliamida, cor azul marinho, padrão 519 da cartela de cor da Santista, ou perfeitamente similar. Modelo jaqueta com capuz regulado por cordão, fechamento frontal com zíper protegido por aba dupla fechada com velcro, punhos de elástico, aberturas por baixo do refletivo para ventilação. Calça com elástico e cordão para regulagem, com regulador de nylon e velcro na barra. Detalhes: Logomarca do SAMU na frente esquerda medindo 10cm altura x 7cm largura, e nas costas medindo 21cm altura x 14cm largura. Tipologia de fonte e padronização de cores: deverão seguir o Manual de Identificação Visual SAMU, conforme determina Ministério da Saúde. Com faixa refletiva com largura de 5cm, na cor prata a luz do dia e ser refletida branca, composto de lentes retrorefletivas expostas de angula amplo, aderente a um tecido durável com composição 65% Poliéster, 35% Algodão. Possuir desempenho físico e retrofletivo certificado para atender a Norma ANSI/ISEA 107-1999 Nível 2 - Desempenho Retrorefletivo e à Norma EN471 Classe 2 - Desempenho Retrorefletivo. O coeficiente de retrorreflexão (Ra em Cd/lux/m²) medido por métodos rastreáveis de acordo com os seguintes procedimentos, ASTM E809 / E810 (Ra) e CIE 54:1982 (R'). Tendo os valores Ra Tipc em 500 e Ra mínimo em 330.</p>					
18	PEÇA	BACKES	40	R\$115,00	R\$4.600,00
<p>Produto 64677: Jaqueta SAMU, confeccionada em tecido nylon resinado (dupla resina), impermeável que garanta proteção contra a chuva, cor azul marinho, forrado com matelasse em tecido 100% poliéster. Elástico nos punhos e cordão de regulagem na cintura. Costurada com linha de poliéster de alta resistência. As costuras deverão receber processo de impermeabilização. Gola: A gola deve ser tipo camisa, capuz embutido na gola com fechamento em zíper; capuz com cordão para regulagem. Bolso: bolso interno no lado esquerdo, na altura do tórax, medindo 16cm altura x 15 cm largura com abertura superior livre. Na frente 2 bolsos tipo faca embutidos na parte inferior da jaqueta, na diagonal. Fechamento: fechamento frontal com zíper da mesma cor do tecido, com lapela de 5,5 cm cobrindo o zíper em toda extensão e fechada com 3 botões de pressão fixados equidistantes. Para ajuste na cintura deverá ter dois cadarços paralelos, com regulagem e ponteira em pvc. Mangas: manga longa com elástico nos punhos, punhos medindo 4,5 cm; com faixa refletiva de 5 cm em toda circunferência das mangas. Forro: forro interno em nylon, com manta acrílica 100% poliéster de gramatura 100g/m2, em matelasse 5x 5cm, cor azul marinho. Faixas refletivas: faixas de 5 cm, na cor prata a luz do dia e cor refletida branca com largura de 50 mm, composto de lentes retro refletivas expostas de angulo amplo, aderentes a um tecido durável com composição 65% poliéster e 35% algodão. Deve garantir alta visibilidade noturna, ser resistente a constantes lavagens domésticas e ser constituído de microesferas de vidro, atender no mínimo a norma ANSI/ISEA 107 - 2010 Nível 2. Aplicação: deverá ser aplicado com costuras. Na frente e nas mangas: A aplicação deverá ser feita no tórax no sentido horizontal em toda a extensão do tórax, dando continuidade a faixa refletiva das mangas na qual deve ser aplicada em toda circunferência. Nas costas: no sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala e se estender até a cintura onde será embutida. Bordados: os bordados deverão ser do tipo bordado cheio. Frente: no lado superior esquerdo, na altura do peito deverá ser bordado o logo do SAMU, versão vertical, medindo 10 cm x 6,5 cm. Manga Direita: logomarca do SAMU, versão vertical, medindo 12 cm x 8 cm. Manga Esquerda: deverá ser bordado bandeira do município de Palhoça medindo 7 cm x 4 cm e baixo bandeira do estado de Santa Catarina medindo 7cm x 4cm. Costas: Emblema do SAMU, versão vertical, medindo 22 cm x 14,5 cm. Faixas coloridas: Faixas 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, na cor 186 e 717 da escala pantone, respectivamente. Devem possuir 1,5 cm de largura devendo ser embutidas nas laterais externas da jaqueta, nas mangas, sendo que a laranja fica na frente e a vermelha atrás com um espago de no máximo 1,5 cm entre elas. Nas laterais das mangas a aplicação inicia abaixo da faixa refletiva e se estende ate o punho e nas laterais da jaqueta a laranja fica embutida na ombreira e a vermelha na cava e se estende até a cintura. Etiqueta: E obrigatório uma ou mais etiquetas (a critério do fabricante) contendo no mínimo as seguintes informações: Identificação do fabricante (mínimo: nome e CNPJ); Composição do tecido; Identificação do tamanho e Instruções de Uso (lavar, secar e passar etc.)</p>					
19	PEÇA	BACKES	72	R\$163,00	R\$11.736,00
<p>Produto 64678: Macacão SAMU. Tecido: Pré-escolhido, tipo sarja 2/1, peso 221g/m2, composto por 67% de fibra de poliéster e 33% de fibra de algodão, tipo terbrim profissional, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens. Na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores Santista ou padrão 194010-TP da escala pantone. Aplicação: Roupa considerada item de segurança, a gramatura do tecido confere proteção UV (ultravioleta) e a sua modelagem garante proteção do corpo, membros superiores e inferiores. Modelo: Macacão com costuras duplas e abertura frontal. Frente: corte reto. Gola com pontas perfeitamente arredondadas, medindo 5 cm de altura, com comprimento proporcional a numeração do macacão. (Imagem 1) Ombreiras (proteção) nos ombros, forrada com fibra 6 mm e matelassada, embutida, indo da gola até o ombro onde também será embutida na costura, em dimensões compatíveis com a numeração do macacão, e da frente até a pala das costas totalizando 12 cm. Com dois bolsos frontais tipo profissional, com zíper embutido 4 cm abaixo do comprimento inicial, coberto por vista simples de 1 cm partindo de ambos os lados. (Imagem 2) A 5 cm abaixo dos bolsos frontais, logo após a cinta, será confeccionada os bolsos para descanso de mão, com abertura livre. (Imagem 3) A 6,5 cm abaixo dos bolsos para descanso de mão, serão confeccionados bolsos com aplicação do zíper embutido 3 cm abaixo do comprimento inicial cobertos por uma vista simples de 1 cm partindo de ambos os lados. (Imagem 4). Deverá ser aplicado joelheira (proteção), formato oval ou retangular em dimensões suficientes a fim de garantir a proteção do joelho, forrada com fibra 6 mm e matelassada. Na perna esquerda, logo após o bolso para descanso de mãos será aplicado acessório porta tesoura tipo "envelope" arredondado externamente fechamento com botão de pressão resistente. (Imagem 5) Cintura: na altura da cintura, na parte posterior do macacão terá um passante confeccionado no mesmo tecido do macacão, com largura de 8 cm por onde passara um cinto. O cinto será composto por tecido (o mesmo do macacão), elástico e velcro, (IMAGENS 6 E 7). O elástico deverá ser do tipo elástico forte composto por 72% a 75% poliéster e 25 a 28% elastodieno. O comprimento do elástico e do passante deverão ser proporcionais a numeração do macacão. O cinto deverá proporcionar um perfeito ajuste da cintura. O velcro que será costurado no macacão e utilizado para fechamento do cinto e deverá ter 25 cm de comprimento e 5 cm de largura de modo que o seu uso seja opcional e deverá ser afixado logo após o passante alinhado simetricamente a este. O fechamento do macacão deverá ser frontal, iniciando cerca de 10 cm acima do cavalo com zíper de duplo curso, coberto por uma vista simples de 5 cm de largura (tipo lapela) partindo do lado esquerdo.</p>					

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO341207-1232-NSHXP-203876947 - Emitido por: ROBERTA DE BRITO MEDEIROS

17/06/2016 15:28



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Compras

Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 4

zíper deveser possuir em toda extensão proteção interna de 6 cm de largura para que não fique em contato direto com a pele do usuário. O zíper deverá ser resistente, de boa qualidade e na cor do macacão. (IMAGEM 8) Mangas: Acabamento em corte reto nos punhos e lingueta reguladora que será embutida na costura medindo 11 cm de comprimento e 6 cm de largura e velcro com 5 cm de largura e 7 cm de comprimento. Nas mangas deverá ser aplicada faixa refletiva de 5cm de largura em toda circunferência. Na manga, na lateral externa, a 9 cm da lingueta deverá ser aplicado velcro medindo 15 cm de comprimento e 5 cm de largura, para ajuste do punho. Manga Esquerda: Na manga esquerda, acima da faixa refletiva, será confeccionado bolso com 12,5 cm de comprimento e largura de 10 cm, com lapela de 5,5 cm para fechamento. O fechamento será em velcro de 1,5 cm de largura e 8 cm comprimento. Este bolso deverá ter espago para encaixe de 2 canetas na parte superior sem a necessidade de abri-lo. Na aba deverá ser bordada a bandeira do município medindo 9,5 cm x 4,5 cm. Manga Direita: Na manga direita, acima da faixa refletiva deverá ser bordado a logomarca do SAMU medindo 10 cm x 6,5 cm. Costa: Com pala, com duas pregas fundas para dar movimento. Deve ser bordado logomarca do SAMU medindo 22 cm x 14,5 cm e acima deste velcro medindo 22,5 cm x 5 cm onde será afixado a tarjeta com a função do profissional. Parte posterior da calça: dois bolsos traseiros chapados, chanfrados, com duas costuras paralelas, medindo 15 cm de largura e 18 cm de altura, fechamento com lapela de 6 cm e velcro, sendo este velcro com medidas de 12 cm x 2,5 cm. Bordados: os bordados deverão ser do tipo bordado cheio. Frente: no lado superior esquerdo, na altura do peito deverá ser bordado o logo do SAMU, versão vertical, medindo 10 cm x 6,5 cm. (lembrando que acima deste deverá conter um velcro em dimensões suficientes para afixar a função do profissional). Manga Direita: logomarca do SAMU, versão vertical, medindo 10 cm x 6,5 cm. Manga Esquerda: na lapela do bolso deverá ser bordado bandeira do estado de santa catarina medindo 7,5 cm x 4,5 cm. Costas: Emblema do SAMU, versão vertical, medindo 22 cm x 14,5 cm. Todos os velcros deverão ter dimensões suficientes a fim de garantir perfeito acabamento. Faixas coloridas: Faixas 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, na cor 186 e 717 da escala pantone, respectivamente. Devem possuir 1,5 cm de largura devendo ser embutidas nas laterais externas do macacão, nas mangas e pernas, sendo que a laranja fica na frente e a vermelha atrás com um espago de no máximo 1,5 cm entre elas. Nas laterais das mangas a aplicação inicia abaixo da faixa refletiva e se estende até o punho; nas laterais do macacão a laranja fica embutida na ombreira e a vermelha na cava e se estendem até a barra da calça. Faixas refletivas: faixas na cor prata a luz do dia e cor refletida branca com largura de 50 mm, composto de lentes retro refletivas expostas de angulo amplo, aderentes a um tecido durável com composição 65% poliéster e 35% algodão. Deve garantir alta visibilidade noturna, ser resistente a constantes lavagens domesticas e ser constituído de microesferas de vidro, atender no mínimo a norma ANSI/ISEA 107 2010 - Nível 2. Na frente e nas mangas: A aplicação deverá ser com costuras e feita no tórax no sentido horizontal em toda a extensão do tórax, dando continuidade a faixa refletiva das mangas na qual deve ser aplicada em toda circunferência. Nas pernas: deve ser aplicado logo abaixo da joelheira em toda a circunferência. Nas costas: no sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala e se estender até a cintura onde será embutida no passante da cinta. Fecho de contato tipo velcro: deverá ser utilizado na cor preta, fabricado em 100% nylon composta de duas fitas, uma de poliamida e outra com ganchos de polietileno HTH. Todos os velcros deverão ter dimensões suficientes a fim de garantir perfeito acabamento. Zíper: de material sintético na cor do tecido. A espiral que forma a cremalheira e produzida de monofilamento sintético e deve possuir 5mm de largura. O deslizador deve ser de material metálico. Linha: todas as costuras para as operações de fechar, fixar, pespontar e casear devem ser feitas com linha de paraquedas (com resistência adequada e na cor do tecido). As operações de overlock e interlock devem ser feitas com linha e filamento. Fabricada com fibras descontinuas de poliéster com alta resistência. Reforço de costura: As costuras de fechamento nas laterais, ombros, braços e pernas deverão ser duplas com simetria reta. Os reforços de costura deverão ser feitos em todos os pontos de maior tração de ruptura de modo que a costura não abra na hora de procedimentos que exijam que o socorrista fique agachado. Simetria: O produto deve ter um excelente acabamento. As costuras deverão ser retas e paralelas quando necessárias. Os acessórios deverão estar alinhados verticalmente e horizontalmente. Medidas: Deverão ser confeccionados nos tamanhos PP, P, M, G, GG, XGG, XXGG, XXXGG. Etiqueta: O produto deverá conter etiqueta com no mínimo as seguintes informações: nome e CNPJ da empresa fabricante, tamanho, instruções de lavagem clara e definida. Etiqueta indicando a procedência do tecido com no mínimo: CNPJ e nome da indústria têxtil, tipo do tecido, composição. Acondicionamento: As peças deverão ser entregues embaladas individualmente em sacos plásticos hermeticamente fechados de forma adequada ao transporte. Na embalagem deverá conter o tamanho da pega em local de fácil visualização. Garantia: O fornecedor deve dar garantia de reposição contra quaisquer defeitos de fabricação das vestimentas ofertadas, durante a vida útil de seis meses em condições normais de utilização, tais como: rasgos, encolhimento ou alongamento, desbotamento e manchas, rompimento de costuras e queima dos aviamentos. O prazo máximo entre a fabricação dos tecidos e data de entrega das vestimentas não poderá ser superior à 12 (doze) meses.

Total do Fornecedor: R\$46.201,00

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Compras
Fundo Municipal de Saúde
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 4

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º86/2016

Pregão Presencial 23/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa BEM10 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

OBJETO: Confeção de uniformes e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, UPA, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CAPS AD, CEAP, e demais setores, com fornecimento de todos os materiais necessários e aquisição de bota tática para o SAMU.

DATA: 17/06/2016 a 16/06/2016.

Nome da Empresa: BEM10 COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME				CNPJ: 24.375.213/0001-66	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Confeção de calça meio elástico em brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanhos P, M, G, GG e EGG. Cós inteiro (mesmo tecido da calça) com aproximadamente 4,0 cm de largura, com elástico total, com 4 costuras, com cordão para amarrar. A, 2 bolsos traseiros chapados com portinhola para abotoar, chanfrados nas extremidades e, bainha de 2,0 cm com 5 passantes distribuídos: 2 na frente, 1 em cada lado e 1 na parte de trás (central). Abertura na frente com 3 botões, 2 bolsos frontais chapados (inteiros acompanhando o cós), chanfrados nas extremidades. Botões não metálicos, tamanho 26, com 2 furos para abotoar portinholas dos bolsos traseiros; botões não metálicos, tamanho 24, com 2 furos para abotoar na frente. Linha mercerizada no 30 ou pesponto no 80 para fechamento, viés do bolso no mesmo no mesmo tecido da peça, linha, botões e cordão na mesma tonalidade do tecido. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas ou máquina de pregar elásticos para o cós. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento das laterais, linha mercerizada no 30. Costuras em interlock bitola média ou larga para fechamento entrepernas, linha pesponto algodão no 80. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento dos ganchos dianteiro e traseiro, linha mercerizada no 30. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas para colocação dos bolsos, portinholas, linha mercerizada no 30. Travetes para reforçar os cantos dos bolsos, portinholas e o acabamento final da vista, linha pesponto algodão no 80. Overlock nas partes desfiadas do tecido, linha pesponto algodão no 120. Com fornecimento de material.					
3	115,00	PÇ	BEM 10	R\$46,5000	R\$5.347,5000
Especificação: Confeção de camiseta, 100% algodão, fio 30 penteado, 30x1, tamanhos P, M, G, GG e EGG, na cor branco, manga curta, decote redondo com ribana, frente lado esquerdo superior com a inscrição Prefeitura Municipal de Palhoça, costa logo do ESF escrito "Agente Comunitário de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde", ambos bordado na cor verde. Com fornecimento de material.					
5	750,00	PÇ	BEM 10	R\$15,7000	R\$11.775,0000
Especificação: Confeção de camiseta baby look, fio 30, 50% algodão e 50% poliéster, cor preta, tamanho G e GG, decote redondo com acabamento, serigrafia na frente e costas contendo 08 cores. Com fornecimento de material.					
6	15,00	PÇ	BEM 10	R\$27,6000	R\$414,0000
Valor Total		(dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)			R\$17.536,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º87/2016

Pregão Presencial 23/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa FREDERICO THADEU EMERIM ME

OBJETO: Confeção de uniformes e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, UPA, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CAPS AD, CEAP, e demais setores, com fornecimento de todos os materiais necessários e aquisição de bota tática para o SAMU.

DATA: 17/06/2016 a 16/06/2016.

Nome da Empresa: FREDERICO THADEU EMERIM ME				CNPJ: 22.259.901/0001-35	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bota/Coturno de cano médio tipo resgate SAMU, cano médio em couro vaqueta curtido ao cromo na cor preta, estampa pólvora, hidro fugada com espessura mínima de 2,0 mm, bico redondo, zíper lateral na parte interna, com forro de isolamento interno na extensão do zíper; cano superior de aproximadamente 20 cm, em couro napa vacuum vestuário hidro fugado; caneleira com reforço interno em couro reconstruído e palmilha limpeza conformada em EVA. Cabedal: em couro bovino de alta qualidade, vaqueta curtida ao cromo, espessura mínima de 2,0 mm com acabamento semicromo hidro fugado. Gáspea: com protetor de borracha, sobreposto em alto relevo (3D), para evitar desgaste do couro. Forro da Gáspea: de couro tipo napa vacuum vestuário na cor preta. Parte Superior Traseira: acolchoada com espuma látex de espessura 10 a 15 mm e densidade 30, em três gomos revestimento na parte exterior em couro tipo napa vacuum cor preta, e na parte interna com o mesmo forro da parte traseira do cano. Parte Dianteira: na altura do peito do pé haverá um acolchoado de cinco gomos em espuma PU de espessura 10 mm e densidade 33, recoberto em napa tipo vacuum vestuário, na cor preta, para uma melhor acomodação e mobilidade da região do tornozelo. Solado: em borracha legítima cor preto, que deverá ser colado e blaqueado na sua lateral resistente a altas temperaturas (300° C). Deve ser desenhado de forma que o produto seja antiderrapante, com canais de escoamento de água. Deve ser também resistente ao desgaste e a flexão. Zíper 100% Nylon: de alta resistência, posicionado na lateral interna do cano, recoberta por "pala" externa em couro semi-cromo que cubra toda a extensão do zíper, de 40 mm de largura, com detalhe de corte em V quando aberto, fechado através de fecho de contato tipo fita de velcro preto. Tecido Refletivo: Na região do calcanhar de ambos os pés, haverá um refletivo em alta frequência, em alto relevo, no formato de boomerang, na cor prata/cristal e cor refletida branca. E no entorno do refletivo deverá ser colocado uma borracha com estampas em 3 D costurada em todo seu contorno. Na região do tornozelo deverá conter um protetor contra impactos em borracha 3D com o logo do SAMU que deverá ser resinado, deverá ser colado e costurado, com um diâmetro aproximado de 40 mm. Logo acima da caneleira, em couro vacuum vermelho, será inserido um gomo acolchoado para dar maior conforto ao socorrista e nesta pega deverá ser inserida uma etiqueta costurada com a seguinte inscrição: SAMU 192.					

20	40,00	PAR	Guartelá	R\$420,0000	R\$16.800,0000
Valor Total		(dezesesseis mil e oitocentos reais)			R\$16.800,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º88/2016

Pregão Presencial 23/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa VIA GENERAL CONFECÇÕES LTDA.

OBJETO: Confecção de uniformes e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, UPA, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CAPS AD, CEAP, e demais setores, com fornecimento de todos os materiais necessários e aquisição de bota tática para o SAMU.

DATA: 17/06/2016 a 16/06/2016.

Nome da Empresa: VIA GENERAL CONFECÇÕES LTDA			CNPJ: 09.121.085/0001-30		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Confecção de camiseta, fio 30, 50% algodão e 50% poliéster, diversas cores, tamanho P, M, G e GG, decote redondo com acabamento, serigrafia na frente e costas contendo 08 cores. Com fornecimento de material.					
7	3000,00	PÇ	Via General	R\$14,7500	R\$44.250,0000
Especificação: Camiseta SAMU, Modelo: Camisa modelo tradicional, decote redondo, em malha tecido Frio, 100% algodão, fio 30x1 penteado., na cor branca, manga curta, barra de reforço nos ombros. Bordados: emblema do SAMU, versão vertical, bordado na parte frontal lado superior esquerdo medindo 10cm x 7cm. Medidas: Deverão ser confeccionadas nos tamanhos PP, P, M, G, GG, XGG, XXGG, XXXGG. Etiqueta: É obrigatório uma ou mais etiquetas (a critério do fabricante), contendo no mínimo as seguintes informações: Identificação do fabricante (mínimo: nome e CNPJ); Composição do tecido; Identificação do tamanho da camisa e Instruções de Uso (lavar, secar e passar etc.).					
16	144,00	PÇ	Via General	R\$12,9000	R\$1.857,6000
Valor Total		(quarenta e seis mil, cento e sete reais e sessenta centavos)			R\$46.107,60

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º019/2016 – Compra Direta n.º 777/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica SAPRA-LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA. OBJETO: contratação de empresa para realizar serviço de monitoramento individual para dois profissionais, leitura e registro das doses de radiação recebidas por cada usuário monitorado e emissão de relatórios mensais, de acordo com as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN para o ano de 2016. VALOR: R\$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais). DATA: 09/05/2016.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 037/2016**

PORTARIA Nº 037/2016

Retifica a Portaria nº 019/2015 e dá outras providências.

Milton Luiz Espíndola, Presidente do IPPA, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Retifica o artigo 1º da Portaria nº 019/2015, ou seja, onde se lê "Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II da Lei Municipal nº 1.320/01, o servidor Milton José Pacheco (...)", leia-se "Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso II da Lei Municipal nº 1.320/01, o servidor Milton José Pacheco (...)".

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 019/2015 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 30/04/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 22 de junho de 2016.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2016

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 048/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 15/06/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa CIMENTEC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 79.528.436/0001-08, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de tubos de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima especificado;

1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 94.750,00 (noventa e quatro mil e setecentos e cinquenta reais), relativos aos itens 02 e 03, objeto do Pregão Presencial 048/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela

estivesse transcrita, os seguintes documentos:

3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 048/2016 e seus anexos;

3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A entrega dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 048/2016 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Contratada deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de

seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contrata nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de

Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem às partes contratantes o Foro da Comarca de Papan-
duva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, re-
nunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado
que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 15 de junho de 2016.

_____ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ – Erli Edivina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

— Otávio Hunka - Equipe de Apoio
— Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

____ – João Renato Schvetler - Procurador

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2016

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 048/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 15/06/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa CIMENTELA INDUSTRIA DE TELAS E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 78.527.645/0001-74, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de tubos de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima especificado;

1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente ata de Registro de Preços é de R\$ 217.400,00 (duzentos e dezessete mil e quatrocentos reais), relativos aos itens 04, 08, 09 e 10, objeto do Pregão Presencial 048/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 048/2016 e seus anexos;

3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A entrega dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 048/2016 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Contratada deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 15 de junho de 2016.

_____ – Márcio Wisniewski – Pregoeiro

_____ – Erli Edivina Wunsche Bacellar –
Equipe de Apoio

_____ – Otávio Hunka – Equipe de Apoio

_____ – Sônia Terezinha Mendes Novack

– Equipe de Apoio

_____ – Alcides José Piermann – Pela

Contratada

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2016

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 048/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 15/06/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 02.068.549/0001-43, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de tubos de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima especificado;

1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente ata de Registro de Preços é de R\$ 59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos reais), relativos ao item 06, objeto do Pregão Presencial 048/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- 3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 048/2016 e seus anexos;
- 3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A entrega dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 048/2016 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Contratada deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 15 de junho de 2016.

– Márcio Wisniewski – Pregoeiro

– Erli Edivina Wunsche Bacellar –
Equipe de Apoio

– Otávio Hunka – Equipe de Apoio

– Sônia Terezinha Mendes Novack
– Equipe de Apoio

– Luiz Fabiano Goinski – Pela Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 042/2016

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 048/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 15/06/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa TECNOTUBOS TECNOLOGIA EM TUBOS DE CONCRETO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 06.885.679/0001-20, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de tubos de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima especificado;

1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o

segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente ata de Registro de Preços é de R\$ 101.137,50 (cento e um mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), relativos aos itens 05 e 07, objeto do Pregão Presencial 048/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 048/2016 e seus anexos;

3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A entrega dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 048/2016 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Contratada deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 15 de junho de 2016.

Equipe de Apoio

– Márcio Wisniewski – Pregoeiro

– Erli Edivina Wunsche Bacellar –

_____- Otávio Hunka – Equipe de Apoio
_____- Sônia Terezinha Mendes Novack
- Equipe de Apoio
_____- Kenny Williams Mores – Pela
Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 044/2016

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 047/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/06/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 16.982.129/0001-82, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de utensílios, equipamentos e eletrodomésticos para o uso nas unidades escolares municipais, conforme especificações constantes na Relação de Itens adjudicados ao fornecedor acima especificado;
1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 7.397,50 (sete mil, trezentos e noventa e sete reais e trinta centavos), relativos aos itens 02, 03, 08, 09, 13, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 41, 42 e 46, objetos do pregão presencial 047/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante

correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 047/2016 e seus anexos;
3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A contratada deverá entregar o(s) objeto(s) contratado(s) em até 15 (quinze) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na(s) unidade(s) escolar(es) municipal(ais) destinado(s).
4.2 – A entrega dos materiais será de acordo com o estabelecido no item anterior e nos quantitativos solicitados pelo município.
4.3 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.
5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 047/2016 e seus anexos;
5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Contratada deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
7.1.1 – Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
7.1.2 – Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;
7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.
7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
7.2.1 – Advertência;
7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO

DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 16 de junho de 2016.

Equipe de Apoio

- Equipe de Apoio

Pela Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

- Márcio Wisniewski - Pregoeiro

- ErliEdivinaWunscheBacellar -

- Otávio Hunka - Equipe de Apoio

- Sônia Terezinha Mendes Novack

- Alexandre CostaOdachowski -

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048/2016**

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 058/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 22/06/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 16.982.129/0001-82, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de construção para o uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima especificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – No caso de impossibilidade na entrega do objeto adjudicado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para

fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente ata de Registro de Preços é de R\$ 83.502,00 (oitenta e três mil e quinhentos e dois reais), relativos aos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, objeto do pregão presencial registro de preços 058/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
 - 3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 058/2016 e seus anexos;
 - 3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito a Rua José Reva, nº 389, Centro, Papanduva/SC, correndo por conta da contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
- 4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos materiais, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- 5.3 – Obriga-se a cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 058/2016 e seus anexos;
- 5.9 – Observado qualquer tipo de não atendimento das

especificações dos materiais exigidos nesta ata, a Contratada deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for entregue os materiais no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 22 de junho de 2016.

Equipe de Apoio

Equipe de Apoio

Equipe de Apoio

Equipe de Apoio

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 062/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 062/2016. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de ampliação e reforma total de telhado na EI Rio Pratinha, localizada em Rio Pratinha. Tipo Empreitada por Preço Global, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL"; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 12/07/2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 12/07/2016. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 23 de junho de 2016

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 063/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 063/2016. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA na edificação já existente na CEI Elidia V. Michalovicz. Tipo Empreitada por Preço Global, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL"; Entrega dos envelopes: Até as 13:45hs do dia 12/07/2016; Início da Sessão Pública: às 14:00hs do dia 12/07/2016. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 23 de junho de 2016.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 035/2016

CONTRATO 035/2016

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 11.310.394/0001-09, com sede na Rua Jacob Schadeck, 1207, em Papanduva/SC, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Marli dos Santos da Cunha Ramos, brasileira, residente e domiciliada na Rua Alfredo Becker, S/N - centro - Monte Castelo/SC, inscrita no CPF 750.362.239-34, de ora em diante

denominada de contratante, e de outro lado a empresa INDREL INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 78.589.504/0001-86, com sede na Avenida Tiradentes, 4455 – Bairro Setor Industrial – Londrina/PR, neste ato representada pelo Sr. João Fernando Rapcham, residente e domiciliado em Londrina/PR, inscrito no CPF sob N.º 033.374.979-00, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 – Este contrato tem origem no Edital de Pregão nº051/2016, no qual a contratada se compromete com o fornecimento de uma CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS E TERMOLÁBEIS para o uso na sala de vacina do ESF São Cristóvão, a saber:

Item 01: Equipamento vertical, de formato externo e interno retangular, desenvolvido especificamente para a guarda científica de TERMOLÁBEIS IMUNOBIOLOGICOS com grande capacidade de recuperação térmica e manutenção de temperatura interna estabilizada em 4,0°C, mais ou menos 1°C, dentro das especificações do Ministério da Saúde e certificado pela ANVISA, qualidade total ISO9001-2008, ISO 13485-2003 e certificado de Boas Práticas de Fabricação – BPF conforme RDC 59, com as seguintes características principais:

Equipamento estruturado e isento de vibrações, capacidade para armazenamento de 22.000 (vinte e duas mil) doses em ampolas de 5ml (cinco mililitros) cada ou 432 (quatrocentos e trinta e dois) litros úteis, unidade de refrigeração compacta e silenciosa, compressor hermético de baixo consumo de energia, refrigerante ecológico livre de CFC, unidade frigorífica com condensação a ar forçado, sistema de refrigeração, unidade selada, como silencioso compressor para funcionamento contínuo, montado de forma que evite a transmissão de vibrações para o sistema, gabinete externo em formato retangular, em aço tratado e esmaltado a alta temperatura, câmara interna em aço inoxidável, equipada com 40 (quarenta) blocos criogênicos para manutenção inercial da temperatura na falta de energia elétrica, equipado com acabamento esmerado e de fácil manutenção, limpeza e assepsia, equipado com 04 (quatro) prateleiras fabricadas em aço inoxidável de fácil manuseio e isolamento térmico com 75 (setenta e cinco) milímetros de espessura em poliuretano injetado livre de CFC, porta de acesso vertical, contra porta internas fabricadas em acrílico incolor com sistema de identificação das mesmas, dobradiças de encaixe com acabamento cromado, puxador anatômico em material não oxidante de alta resistência, equipado com rodízios especiais e freio, degelo automático com evaporação de condensado, painel de comando e controle frontal e superior de fácil acesso, painel tipo sinótico de fácil visualização e controles áudio-visuais, comando eletrônico digital microprocessado programável com teclas tipo membrana, sistema vertical de circulação contínuo de ar forçado, com um ou mais sensores internos para leitura digital da temperatura máxima e mínima. Leitura das temperaturas máxima e mínima diretamente no painel digital, memória dos valores pré programados, mesmo com o desligamento da câmara e seu reinício manual, termômetro digital com subdivisão de leitura de 0,1°C; sistema eletrônico de travamento que evita alterações inadvertidas na programação; filtro contra ruídos eletromagnéticos, protegendo o sistema micro processado, sistema de monitorização da rede, restabelecendo os parâmetros de programação, caso ocorra uma variação brusca de energia elétrica, alarmes audiovisuais para a porta aberta e para alteração de temperatura, calibrados automaticamente 2,0°C acima ou 2,0°C abaixo da temperatura de trabalho, indicações visuais, de equipamento energizado, de refrigeração em recuperação, de alarme sonoro e falta de energia elétrica por 3 (três) sensores, reativando-se automaticamente com tempo programável, provenientes da rede de alimentação elétrica, temperatura controlada automaticamente a 4°C por solução diatérmica, diferencial ajustável da temperatura de controle, pré ajustado em +/- 1°C, temperatura de fácil regulagem com configuração 2,0 a 8,0°C, indicação de

temperatura decimal, alarme sonoro de máxima e mínima temperatura de fácil ajuste, pré fixado em 3 e 7°C, termômetro digital de temperatura de momento máxima e mínima no controlador digital micro processado com sistema de memória para total segurança de funcionamento, no painel, botão silenciador de alarme sonoro com tempo programável, sinalizador luminoso de equipamento energizado, sinalizador luminoso de refrigeração em recuperação, sinalizador luminoso de alarme, alarme sonoro de falta de energia com bateria recarregável, sistema analógico de segurança de funcionamento, sistema de auto check das funções eletrônicas programadas, chave geral de energia, luz interna temporizada com acionamento externo mesmo com porta fechada por 50 (cinquenta) segundos ou com acionamento automático na abertura da porta, fusíveis de segurança, voltagem 220v monofásico 60hz, 50/60hz. ANVISA, Certificações ISO e B.P.F. e manual do proprietário em português. Medidas Externas: Altura: 1850mm; Largura: 710mm; Profundidade: 740mm.

Itens inclusos:

- Porta de vidro triplo "no flog", anti-embassante e isolada a vácuo.
- Safety System – sistema de emergência para 48 (quarenta e oito) horas na falta de energia elétrica mantendo todas as funções eletroeletrônicas inclusive compressor de frio, através de conversor de energia 12 (doze) volts Indrel com sistema acoplado no equipamento.
- Filtro contra ruídos eletromagnéticos.
- 03 (três) sensores, sendo um para leitura digital da temperatura, imerso em solução diatérmica Indrel, outro no ar, o terceiro ligado ao sistema de segurança sendo independente.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2 – A entrega do aparelho deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste contrato e a respectiva emissão de autorização de fornecimento e deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Papanduva, sito a Rua Sérgio Glevinski nº 134 - Centro – Papanduva/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente contrato correrão por conta do orçamento municipal vigente.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - As despesas decorrentes na execução deste Contrato correrão por conta do Projeto Atividade 4.003 – Manutenção da Atenção Básica, Elemento de despesa 44.90.00 - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O valor do presente instrumento contratual é de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais);

5.2 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 – A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da entrega do aparelho até a data que expire a garantia do mesmo.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

8.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 – Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.2 – Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 – Caso a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

10.1.1 – Advertência;

10.1.2 – Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

10.1.3 – Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

10.1.4 – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

Parágrafo único: A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

10.1.5 – Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Além das penas acima citadas, caso a Contratada não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

10.2.1 – 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega do objeto;

10.2.2 – 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado a entrega do objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

10.3 – As multas previstas nas letras “a” e “b” são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

10.4 - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.5 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a contratada, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital, por parte da contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima.

11.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

11.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I - o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do

material lícitado;

II - entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III - a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V - o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII - a dissolução da empresa;

VIII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, ajuízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e X - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

11.4 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.5 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.6 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

12 – Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 051/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pela contratada e aos termos da lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

13.1 – A contratada se obriga manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

13.2 – Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

13.3 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 14 de junho de 2016.
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Pela Contratante

João Fernando Rapcham
Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrícula: 2675

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva inscrito no CNPJ 11.310.394/0001-09, neste ato representado por sua Gestora, a Sra. Marli dos Santos da Cunha Ramos, altera o preço registrado pela empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015 datada de 28 de agosto de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 060/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 219, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000.079.787 de 02/06/2015 e NFE 000.085.066 de 27/01/2016 da empresa fornecedora HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA, passando portando o preço unitário, registrado, do referido item de R\$ 0,034 para R\$ 0,045.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 17 de fevereiro de 2016.

Marli dos Santos da Cunha Ramos
PELA CONTRATANTE

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisniewski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrícula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2015

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva inscrito no CNPJ 11.310.394/0001-09, neste ato representado por sua Gestora, a Sra. Marli dos Santos da Cunha Ramos, altera o preço registrado pela empresa INOVA-MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.889.035/0001-02, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2015 datada de 28 de agosto de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 060/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 376, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 27201 de 30/04/2015 e NFE 36489 de 25/04/2016 da empresa fornecedora ZYDUS NIKKHO FARMACEUTICA LTDA, passando portando o preço unitário, registrado, do referido item de R\$ 0,112 para R\$ 0,163.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 07 de junho de 2016.

Marli dos Santos da Cunha Ramos Sedinei Roberto Stievens
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisniewski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrícula: 2675

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico
OAB/SC 14035B

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 83 102 533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski altera a vigência da ata da registrada, a empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.157.032/0001-22, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015 datada de 29 de maio de 2015, referente

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva inscrito no CNPJ 11.310.394/0001-09, neste ato representado por sua Gestora, a Sra. Marli dos Santos da Cunha Ramos, altera o preço registrado pela empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015 datada de 28 de agosto de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 060/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 32, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000.366.095 de 21/09/2015 e NFE 000.397.077 de 12/05/2016 da empresa fornecedora GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA, passando portando o preço unitário, registrado, do referido item de R\$ 18,80 para R\$ 21,146.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 03 de junho de 2016.

Marli dos Santos da Cunha Ramos

PELA CONTRATANTE

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisniewski

Ricardo Zenfe

Matricula: 50

Matricula: 2675

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

OAB/SC 14035B

Paulo Lopes

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 15/2016, conforme Processo Licitatório 30/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BETHA SISTEMAS LTDA. CNPJ Nº 00.456.865/0001-67, Objeto: Fica suprimido do objeto do contrato, o aplicativo PROTOCOLO, no valor mensal de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), a partir do mês de JULHO/2016, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei 8.666/93. Data da Assinatura: 16/06/2016.

LEI Nº 1670/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

LEI Nº 1670/2016

Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para o mandato de 2017 a 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES/SC, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara iniciou e aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito para a Legislatura 2017 a 2020 será de 16.228,75 (dezesesseis mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos).

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito fica fixado em valor respectivo a 50% (cinquenta por cento) do subsídio do Prefeito.

Art. 3º O subsídio mensal dos Secretários Municipais para a Legislatura 2017 a 2020 será de 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais), vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de remuneração.

Parágrafo único. Ao Chefe de Gabinete do Prefeito e ao Procurador Geral é atribuído o status de Secretário Municipal.

Art. 4º O Prefeito, o Vice-Prefeito, o Secretário Municipal, o Chefe de Gabinete e o Procurador Geral farão jus ao 13º décimo terceiro subsídio integral ou proporcional ao tempo de efetivo exercício, devido no mês de dezembro de cada exercício ou no mês de afastamento do cargo, se houver, além de férias remuneradas acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio, devidas após cada período de 12 (doze) meses ou proporcionais ao tempo de exercício.

Art. 5º Os agentes políticos, a que se refere esta lei, podem optar, por escrito, pela remuneração do cargo efetivo, se forem servidores municipais.

Art. 6º Ao Vice-Prefeito não é permitido acumular o subsídio com a remuneração de cargo efetivo, se servidor de qualquer ente federativo.

Art. 7º Os subsídios desta lei devem ser revistos, anualmente, na mesma data da revisão geral anual da remuneração dos servidores

municipais sem distinção de índice.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de junho de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1671/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

LEI Nº 1671/2016

Fixa o subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal para a Legislatura 2017 a 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES/SC, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara iniciou e aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores para a legislatura de 2017 a 2020 será de R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais).

§ 1º Caso a receita não comporte o pagamento deste valor, o subsídio mensal do Vereador será reduzido proporcionalmente, a fim de atender os limites previstos pela legislação pertinente.

§ 2º O valor a ser descontado do Vereador, por ausência à votação realizada, ou à sessão, desde que não justificada e aceita pela mesa diretora, será de 20% (vinte por cento) do respectivo subsídio.

§ 3º Para efeitos desta lei, sessão extraordinária é aquela realizada por convocação no período de recesso ou convocada nos termos do previsto na Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 4º O Vereador faz jus ao 13º décimo terceiro integral, a ser pago no mês de dezembro de cada ano legislativo, a ser calculado conforme os meses que efetivamente o Vereador exerceu o mandato ou proporcional ao tempo de efetivo exercício.

Art. 2º O subsídio mensal do Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes será de R\$ 5.775,00 (cinco mil setecentos e setenta e cinco reais).

Art. 3º O subsídio dos Vereadores, fixado por esta lei, deverá ser revisado anualmente na mesma data e proporção dos servidores públicos municipais, de acordo com o previsto no art. 37, inciso X, da CF.

Art. 4º O subsídio dos Vereadores não poderá ultrapassar o limite de 20% (vinte por cento), do que, a igual título, será pago em espécie, no mesmo mês, aos Deputados Estaduais, conforme previsto no art. 29, VI, alínea "a", da CF.

Art. 5º A despesa total com o subsídio dos Vereadores, em cada exercício, não poderá exceder a 5% (cinco por cento) da receita do município.

Art. 6º A despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos não deve exceder a 7% (sete por cento) do somatório da receita

tributária e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício anterior, conforme dispõe o art.29-A, inciso I, da CF.

Art. 7º A Câmara Municipal não gastará mais que 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluídos os subsídios dos Vereadores, de acordo com o art. 29-A, §1º, da CF.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2017.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de junho de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

PORTARIA Nº 218/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 218/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 22/2016, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, IARA DEMETRIO LANGE, brasileira, portadora do CPF nº 094.775.809-70 matrícula nº 11235, Ensino Superior Incompleto, classificada em primeiro lugar no Processo Seletivo nº 002/2016, para atuar no Cargo de Estagiária, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/06/2016 até o fim do ano letivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 217/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 217/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Natalia Machado Rocha Luiz, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, portadora do CPF nº 728.175.269-53, matrícula nº 11149, nomeada pela portaria nº 282/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 21 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 219/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 219/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, NATALIA MACHADO ROCHA LUIZ, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paulo Lopes – SC, portadora do CPF nº 728.175.269-53, matrícula nº 11236, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 22 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 220/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 220/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Daniela Nelza Cizino, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Assessora de Secretário de Saúde, portadora do CPF nº 031.566.229-82, matrícula nº 11157, nomeada pela Portaria nº 336/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 22 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 221/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 221/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO DE 120 dias, a Servidora Pública Municipal, Manoela Neves Peiter Amorim, brasileira, portadora do CPF nº 084.575.989-29 matrícula nº 11197, ocupante do Cargo de Médica - ESF, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, no período de 19/06/2016 à 16/10/2016 , conforme atestado em anexo que ora regularizamos.

Município de Paulo Lopes SC em 22 de Junho de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretario Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 374/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 374/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 139/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 374/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 139/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , ARIANE VIEGAS LUIZA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 063.818.109-71, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, LT Itatiba, nº 92, Praia de São Miguel, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Municipal "Emília da Costa", no período de 23/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 23 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ARIANE VIEGAS LUIZA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 375/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 375/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 324/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 375/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 324/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , BRUNA ALESSANDRA DO NASCIMENTO VIEIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 059.370.149-60, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Rufina Alexandrina Rita, nº 109, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Municipal "Horacina Soares Francisco", no período de 23/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 23 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

BRUNA A. DO NASCIMENTO VIEIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 376/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 376/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 287/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 376/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 287/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , ANA ISABEL DE SOUZA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 091.602.817-82, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Estrada Geral Santa Lídia, nº 4819, Santa Lídia, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil "Casa da Amizade", no período de 23/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 23 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES ANA ISABEL DE SOUZA
PREFEITURA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 377/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 377/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 252/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 377/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 252/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , DILZA DE FÁTIMA NODA SERRANA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 570.032.380-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Secretário José Schubert Júnior, nº 464, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil "Anjos do Itapocoroi", no período de 23/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 23 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

DILZA DE FÁTIMA NODA SERRANA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 378/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 378/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 301/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 378/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 301/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , ADRIELLY ANDREA DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 074.875.299-40, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Antonio Herculano Espindula, nº 154, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil "Casa da Amizade", no período de 23/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 23 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADRIELLY ANDREA DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 379/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 379/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 258/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 379/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 258/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , LUCIANA NATIARA ROSA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 009.680.239-16, residente e domiciliado(a) na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua: Gaivota, nº 527, Itacolomi, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Creche Municipal "Terezinha Marlene Correa", no período de 23/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 23 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LUCIANA NATIARA ROSA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 380/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 380/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 109/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 380/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 109/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste

ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , JUSLEY ROSA DE FREITAS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 082.985.189-50, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: José Orlando da Costa, nº 61, Santa Lídia, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Grupo Escolar Municipal "Raquel Figueredo de Assis", no período de 23/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 23 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JUSLEY ROSA DE FREITAS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RESCISAO 42/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 42/2016.

Fica rescindido o Contrato nº 74/2016 - PMP, firmado entre a Sra. MONICA SASSO COUTO e esta PREFEITURA, em 15 de fevereiro de 2016, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha, 22 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

MONICA SASSO COUTO
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:
DANIELE S. DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\RESCISÃO\41 - ARIANE SCOLARI DOS SANTOS.docx

TERMO DE RESCISAO 43/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 43/2016.

Fica rescindido o Contrato nº 198/2016 - PMP, firmado entre a Sra. MAYRA ANNE DUARTE e esta PREFEITURA, em 16 de fevereiro de 2016, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha, 23 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES MAYRA ANNE DUARTE
Prefeito Municipal Contratado (a)

TESTEMUNHAS:
DANIELE S. DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\RESCISÃO\41 - ARIANE SCOLARI DOS SANTOS.docx

Petrolândia

PREFEITURA

NOTA DE REVOGAÇÃO PREGÃO 26 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

NOTA DE REVOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra revogado o edital de LICITAÇÃO Nº 34/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA EUGÊNIO NETTO, LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA.

Motivo da revogação: O convênio não será liberado antes do período eleitoral. Petrolândia, 24 de junho de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO Nº 213/2016

LICITAÇÃO Nº 039/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO Nº 213/2016

Contrato de "FORNECIMENTO DE UM VEICULO NOVO TIPO AMBULÂNCIA" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa DE MARCO COMERCIO DE VEICULOS LTDA, autorizado através do Processo n. 128/2016 Licitação n. 0039/2016 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: DE MARCO COMERCIO DE VEICULOS LTDA

CNPJ-MF n.º. 17.078.423/0001-27

Endereço: Avenida Barão do Rio Branco

Representada por: RAFAEL TOZZO

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 039/2016, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO NOVO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, com as seguintes características:

Veículo novo, Marca Renault, Master Ambulância, 0 km para transportes de pessoas, tipo furgão, diesel, ano 2016 e modelo 2016, cabine simples, com potência de 125 cavalos, com 4 portas (duas dianteiras, uma lateral e uma traseira), motor 2.0, câmbio mecânico, direção hidráulica, para-choques na cor do veículo, áudio com rádio e entrada para USB, pneus novos, aros originais do modelo, cor branca, cintos de segurança originais de fábrica, alarme, air bag frontal, sistemas de freio abs, itens de série, ar condicionado, forro do chão impermeável, tapetes de borracha, proteção de motor, com acessórios de vidro, trava elétrica, sinalizador optico e acústico, suporte para soro e oxigênio, maca com rodas, bancos dianteiros e 3 bancos traseiros, 1 baú tamanho padrão porte pequeno, tacógrafo, cortina e película de proteção solar de uso permitido.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 104.200,00 (cento e quatro mil e duzentos reais) devendo a despesa correr à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - SAÚDE Com Qualidade

Ação: 1.4 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE

Despesa 229

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 1.4 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE

Despesa 18

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CONVÊNIO ESTADUAL

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - SAÚDE Com Qualidade

Ação: 1.4 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE

Despesa 21

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento definitivo do VEÍCULO, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) início: 23/06/2016

b) término: 23/06/2019 COM O TERMO DA GARANTIA.

Parágrafo Único: O veículo terá garantia, por defeitos de fabricação, de 03 anos.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do veículo na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 039/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a efetuar a entrega do veículo na sede administrativa do Município, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.6. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até cinco anos após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 20 de junho de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

DE MARCO COMERCIO DE VEICULOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Planalto Alegre

PREFEITURA

TC022_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICÍPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMROMISSO 022/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSP. LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.
Valor: R\$ 62.895,35 (sessenta e dois mil oitocentos e noventa e cinco reais com trinta e cinco centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC024_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICÍPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 024/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.
Valor: R\$ 8.367,30 (oito mil trezentos e sessenta e sete reais com trinta centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC023_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICÍPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 023/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: LA DALLAPORTA JUNIOR EPP Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.
Valor: R\$ 5.512,00 (cinco mil quinhentos e doze reais). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC025_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICÍPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 025/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.
Valor: R\$ 23.615,00 (vinte e três mil seiscentos e quinze reais). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC026_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 026/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.
Valor: R\$ 4.478,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e oito reais) Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC027_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 027/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.
Valor: R\$ 23.189,45 (vinte e Três mil cento e oitenta e nove reais com quarenta e cinco centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Junho 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC028_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.
Valor: R\$ 25.235,90 (vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco reais com noventa centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC029_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 029/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.
Valor: R\$ 10.877,50 (dez mil oitocentos e setenta e sete reais com cinquenta centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC030_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 030/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.
Valor: R\$ 45.527,50 (quarenta e cinco mil quinhentos e vinte e sete reais com cinquenta centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC031_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 031/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre.
 Contratada: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
 Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.

Valor: R\$ 5.772,50 (cinco mil setecentos e setenta e dois reais com cinquenta centavos).

Vigência: 12 meses

Processo Licitatório: 009/2016

Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

TC032_2016

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

TERMO DE COMPROMISSO 032/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre.
 Contratada: AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDIC. LTDA
 Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.

Valor: R\$ 70.057,50 (setenta mil com cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: 12 meses

Processo Licitatório: 009/2016

Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

TC033_2016

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

TERMO DE COMPROMISSO 033/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre.
 Contratada: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
 Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.

Valor: R\$ 1.785,75 (mil e setecentos e oitenta e cinco reais com setenta e cinco centavos).

Vigência: 12 meses

Processo Licitatório: 009/2016

Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

TC034_2016

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

TERMO DE COMPROMISSO 034/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre.
 Contratada: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
 Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.

Valor: R\$ 4.984,00 (quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais).

Vigência: 12 meses

Processo Licitatório: 009/2016

Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

TC035_2016

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

TERMO DE COMPROMISSO 035/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre.
 Contratada: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
 Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA.

Valor: R\$ 35.646,00 (trinta e cinco mil seiscentos e quarenta e seis reais).

Vigência: 12 meses.

Processo Licitatório: 009/2016

Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

TC036_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 036/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: S & R DISTRIBUIDORA LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA. Valor: R\$ 37.128,87 (trinta e sete mil cento e vinte e oito reais com oitenta e sete Centavos). Vigência: Processo Licitatório: 009/2016 Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC037_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO 037/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: PROSAUDE DISTR. MEDICAMENTOS LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA. Valor: R\$ 858,00 (oitocentos e cinquenta e oito reais) Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 009/2016 Planalto Alegre- SC em 22 de Junho de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2016 CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2016
CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2016

A Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 20.379/2016, torna público o Resultado de Licitação do Processo Administrativo n.º 012 / 2016 na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 1 [PROINFÂNCIA / FNDE], A SER INSTALADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.510,23 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA

E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10025/2014" como segue: Empresas habilitadas com propostas classificadas: - AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA - ME / Valor Proposta: R\$1.626.494,60; - CONSTRUTORA TERTEL LTDA - EPP / Valor Proposta: R\$1.629.314,92; - DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP / Valor Proposta: R\$1.632.168,41; - UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME / Valor Proposta: R\$1.633.844,77; e - PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP / Valor Proposta: R\$1.658.676,99. Fica declarada vencedora do certame a Empresa AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA - ME, com a menor proposta no valor de R\$1.626.494,60 (um milhão, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).

Pomerode / SC, 23 de Junho de 2016.
MARCOS ALBERTO REITER
Presidente da Comissão de Licitações

ALCINO SIEWERT
Secretário

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO
Membro

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2016

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 001/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO 010/2016

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA: Credenciamento de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, sediadas em Pomerode (SC), para prestar serviços bancários de recolhimento de qualquer tipo de receita pública de competência da Autarquia, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Início do credenciamento: 04/07/2016
Horário de atendimento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.
Local Sede do SAMAE POMERODE Avenida 21 de Janeiro Nº 2233 Centro Pomerode SC.

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 23 de JUNHO de 2016.
Eng.º EDSON PISKE
Presidente do SAMAE

PORTARIA 93/2016

PORTARIA Nº 093/2016 DE 30 DE MAIO DE 2016.
CONCEDE 15 DIAS DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR SILVIO BERLANDA.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, EDSON PISKE, nomeado pela Portaria Nº 20.869, de 01 de abril de 2016, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de Licença Prêmio ao servidor SILVIO BERLANDA, ocupante do cargo de OPERADOR DE ETA, de acordo com o Artigo 120 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, durante o período de 30 de maio de 2016 à 13 de junho de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 30 de maio de 2016.
EDSON PISKE
Presidente do SAMAE

PORTARIA 94/2016

PORTARIA Nº 094/2016 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA POR CONCURSO JOEL DOS SANTOS PARA O CARGO DE MOTORISTA.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, EDSON PISKE, nomeado pela Portaria Nº 20.869, de 01 de abril de 2016, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com os Artigos nº 16 e 17, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR, POR CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, JOEL DOS SANTOS para o cargo de MOTORISTA, Padrão 04, Nível 1-A, com Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se

Pomerode, 01 de junho de 2016.

ENG º EDSON PISKE

Presidente do SAMAE

PORTARIA 95/2016

PORTARIA Nº 095/2016 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

ERRATA EM ANEXOS DA PORTARIA Nº 002/2016 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, EDSON PISKE, nomeado pela Portaria Nº 20.869, de 01 de abril de 2016, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Tornar público a ERRATA da Portaria 002/2016, 11 de janeiro de 2016, no anexo III e anexo V, que trata da tabela de tarifas para os serviços prestados pelo SAMAE,

Onde se lê:

Anexo III

OUTROS SERVIÇOS	
SERVIÇO	R\$
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
No cavalete por falta de pagamento	26,89
No cavalete por falta de pagamento com lacre violado	302,81
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS	
"Por solicitação do usuário, até ¾".	30,98
"Por solicitação do usuário, acima de 1,0".	35,88
DESLIGAMENTO	
Por solicitação do usuário e temporária (Art. 72 — inciso VII)	26,89
Por solicitação do usuário, definitiva.	30,28
VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL	

Por solicitação do usuário até 02 (dois) pavimentos	45,54
Por solicitação do usuário, definitiva.	24,22
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS.	
Custo fixo de consumo até 15 dias	251,14
Custo fixo mensal período superior a 15 dias	424,02
CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA	
De encanador	15,45
De auxiliar	9,89
DESLOCAMENTO DO CAVALETE	
Por solicitação do usuário	105,83
AVISO DE CORTE	
Artigo 72	2,16
EXPEDIENTE	
Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral e outros.	2,16

Leia-se

Anexo III

OUTROS SERVIÇOS	
SERVIÇO	R\$
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
No cavalete por falta de pagamento	26,89
No cavalete por falta de pagamento com lacre violado	302,81
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS	
"Por solicitação do usuário, até ¾".	30,98
"Por solicitação do usuário, acima de 1,0".	35,88
DESLIGAMENTO	
Por solicitação do usuário e temporária (Art. 72 — inciso VII)	26,89
Por solicitação do usuário, definitiva.	30,28
VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL	
Por solicitação do usuário até 02 (dois) pavimentos	45,54
Por solicitação do usuário, definitiva.	24,22
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS.	
Custo fixo de consumo até 15 dias	251,14
Custo fixo mensal período superior a 15 dias	424,02
CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA	
De encanador	15,45
De auxiliar	9,89

DESLOCAMENTO DO CAVALETE	
	Valor das peças utilizadas + mão de obra
MUDANÇA DE LIGAÇÃO	252,74
AVISO DE CORTE	
Artigo 72	2,16
EXPEDIENTE	
Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral e outros.	2,16

Onde se lê:

Anexo V PENALIDADES

Item	Descrição da Infração	R\$
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto	57,52
02	Ligações clandestinas	179,22
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.	214,45
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água ou outra procedência.	57,52
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.	57,52
06	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial.	288,26
07	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio.	179,23
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.	358,02
09	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.	1.789,61
010	Alteração do projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem autorização do SAMAE.	716,51
011	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto.	288,26
012	Inobservância do prazo de 30 dias para a ligação na rede pública de esgoto.	202,28

Leia-se:

Anexo V PENALIDADES

Item	Descrição da Infração	R\$
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto	57,52
02	Ligações clandestinas	179,22
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.	214,45
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água ou outra procedência.	57,52
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.	57,52
06	Multa por dificultar acesso ao hidrômetro	57,52
07	Multa pelo não cumprimento de notificação	57,52

08	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial.	288,26
09	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio.	179,23
10	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.	358,02
11	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.	1.789,61
012	Alteração do projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem autorização do SAMAE.	716,51
013	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto.	288,26
014	Inobservância do prazo de 30 dias para a ligação na rede pública de esgoto.	202,28

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 01 de junho de 2016.

ENG.º EDSON PISKE
Presidente do SAMAE

PORTARIA 96/2016

PORTARIA Nº 096/2016 DE 15 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE 15 DIAS DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JOÃO JAIR DOS SANTOS.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, ENG.º EDSON PISKE, nomeado pela Portaria Nº 20.869, de 01 de abril de 2016, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de Licença Prêmio ao servidor JOÃO JAIR DOS SANTOS, ocupante do cargo de ENCANADOR, de acordo com o Artigo 120 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, durante o período de 15 de junho de 2016 à 29 de junho de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 15 de junho de 2016.

ENG.º EDSON PISKE
Presidente do SAMAE

PORTARIA 97/2016

PORTARIA Nº 097/2016 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

REGISTRA RESTRIÇÕES LABORAIS DA SERVIDORA KRISLEI SUSAN GLATZ.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, ENG.º EDSON PISKE, nomeado pela Portaria Nº 20.869, de 01 de abril de 2016, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, REGISTRAR restrições laborais, conforme laudo médico, da servidora KRISLEI SUSAN GLATZ, ocupante do cargo AUXILIAR DE OPERAÇÕES II, Padrão 02, Nível 1-A, com Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data,

observando as seguintes restrições laborais:

- Não deverá trabalhar no funil em posição inclinada;
- Não deverá abrir garrafas pet e
- Não deverá abrir sacos.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpre-se.

Pomerode, 16 de junho de 2016.

ENG.º EDSON PISKE

Presidente do SAMAE

PORTARIA 98/2016

PORTARIA Nº 098/2016 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, EDSON PISKE, nomeado pela Portaria Nº 20.869, de 01 de abril de 2016, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Considerando o disposto no § 4º do art. 51 da Lei nº 8.666/93; designar, nos termos da Lei nº 8.666/93, os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitação – CPL, que a partir desta data passará a ter a seguinte composição:

Presidente: Adilson Reiter;

Membro Efetivo Daniel Armelini;

Membro Efetivo: Regia Franz Parpinelli;

Membro Suplente: Suzely C. Santos;

Membro Suplente: Cláudio Eisenhut.

O Presidente da Comissão será substituído, em seus impedimentos legais e eventuais, por um dos membros efetivos.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpre-se.

Município de Pomerode, 16 de Junho de 2016.

Engº EDSON PISKE

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO CONTRATO 2016

CONTRATO Nº 091/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: C2 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 09.397.784/0001-08

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

VIGÊNCIA: 09 de junho de 2016 até 09 de junho de 2017.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.439/2016

DECRETO Nº 1.439/2016

“Declara luto oficial em todo o Município de Porto Belo”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o falecimento do Sr. Francisco Telmo Venturelli, autor do Hino do Município de Porto Belo, causando pesar em toda a Municipalidade;

Considerando, finalmente, o desejo em prestar-lhe uma justa e última homenagem,

Decreta:

Art. 1º Fica declarado luto oficial em todo o Município de Porto Belo, no dia 23 de junho de 2016, em sinal de pesar pelo falecimento da Sr. Francisco Telmo Venturelli.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 23 dias do mês de junho de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

ATA 094/2016

ATA 094/2016

Aos 07 (sete) dias do mês de junho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 063/2016, Pregão Eletrônico 004/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ÓRGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: A.G. Kienen & Cia Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: A.G. Kienen & Cia Ltda, CNPJ/MF nº 82.225.947/0001-65, Sítio a Avenida Brasil, N.º 98, Centro, CEP 85.501-071, Telefone (46) 3224-2100, Município de Pato Branco, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Ademir Geraldo Kienen, inscrito no CPF sob o número 329.374.669-15.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
03	5.000	Comprimido	Isossorbida, dinitrato de sublingual - 5 mg	R\$ 0,2000	R\$ 1.000,00
05	30.000	Comprimido	Levodopa + Benserazida 200+50 mg	R\$ 1,8390	R\$ 55.170,00
Valor Total: R\$ 56.170,00 (cinquenta e seis mil cento e setenta reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 004/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 004/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 004/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 004/2016.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 004/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Ademir Geraldo Kienen, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

A.G. Kienen & Cia Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 095/2016

ATA 095/2016

Aos 07 (sete) dias do mês de junho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 063/2016, Pregão Eletrônico 004/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ÓRGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ/MF nº 94.894.169/0001-86, Sítio a Rua Samuel Kruschin, N.º 200, Bairro Patronato, CEP 97.020-670, Telefone (55) 3212-2447, Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Mauro Marciano Garcia de Freitas, inscrito no CPF sob o número 374.624.900-72.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	100.000	Comprimido	Prednisona 5 mg;	R\$ 0,1050	R\$ 10.500,00
02	40.000	Comprimido	Prednisona 20 mg;	R\$ 0,1550	R\$ 6.200,00
Valor Total: R\$ 16.700,00 (dezesseis mil e setecentos reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 004/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 004/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 004/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 004/2016.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 004/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Mauro Marciano Garcia de Freitas, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 096/2016

ATA 096/2016

Aos 07 (sete) dias do mês de junho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 063/2016, Pregão Eletrônico 004/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ÓRGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: WAM-MED Distribuidora de Medicamentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: WAM-MED Distribuidora de Medicamentos Ltda, CNPJ/MF nº 08.725.154/0001-52, Sítio a Rua Vereador Mário Bagatini, N.º 227, Bairro Santa Clara, CEP 95.960-000, Telefone (51) 3751-4180,

Município de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Senhora Carla Casagrande Canova, inscrita no CPF sob o número 643.634.300-87.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
04	600.000	Comprimido	Fluoxetina 20 mg;	R\$ 0,0360	R\$ 21.600,00
Valor Total: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 004/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 004/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 004/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 004/2016.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 004/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Carla Casagrande Canova, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

WAM-MED Distribuidora de Medicamentos Ltda.
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 097/2016

ATA 097/2016

Aos 07 (sete) dias do mês de junho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 063/2016, Pregão Eletrônico 004/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ÓRGÃO GERENCIADOR Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: DMC Distribuidoras, Comércio D' Medicamentos Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: DMC Distribuidoras, Comércio D' Medicamentos Ltda – EPP, CNPJ/MF nº 16.970.999/0001-31, Sito a Avenida Caldas Júnior, N.º 27, Sala 02, Bairro Três Vendas, CEP 99.713-150, Telefone (54) 3519-0702, Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Senhora Jéssica Maria Marini, inscrita no CPF sob o número 031.606.300-21.

Registro de Preços para aquisição de medicamentos para suprir a necessidade da Farmácia Básica do SUS, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
06	50.000	Comprimido	Succinato de metoprolol 50 mg	R\$ 0,9800	R\$ 49.000,00
Valor Total: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 004/2016, juntamente com seus anexos e a proposta
- 2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.
- 2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 004/2016, conforme a necessidade de aquisição.
- 2.3 O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 004/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.
- 2.4 Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.
- 2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.8 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 004/2016.
- 2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 004/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.
- 2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Jéssica Maria Marini, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

DMC Distribuidoras, Comércio D' Medicamentos Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

DECRETO Nº 956/2016

DECRETO Nº 956, de 03 de junho de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3393 – 3103 – Aplicações Diretas	210	50.000,00
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2004 – Manutenção DEMUTRAN		
MODALIDADE	3390 – 3167 – Aplicações Diretas	211	50.000,00
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3390 – 3100 – Aplicações Diretas	212	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes

de Superávit Financeiro nas respectivas fontes de recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO 107/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 107/2016

Partes: Município de Porto União e Regina Celli Pinto Cordeiro da Luz Cabral.

Objeto: Locação de imóvel sito a Rua Prudente de Moraes, nº 340, centro em Porto União, matrícula do Registro de Imóveis sob nº 1822, o qual será destinado para manutenção do projeto Valorização dos Artistas Plásticos Locais, para a exposição permanente do Acervo "Cidade Arteira" pertencente ao patrimônio público municipal, bem como de exposições itinerantes.

Valor Total: R\$ 6.160,00 (seis mil cento e sessenta reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2016.

Base legal: Dispensa de Licitação 023/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 06 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Regina Celli Pinto Cordeiro da Luz Cabral.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 108/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 108/2016

Partes: Município de Porto União e Manjato Tratores Ltda - EPP.

Objeto: Aquisição de implementos (Patrulha Mecanizada) referente ao Contrato de Repasse nº 1.026.707-67/2015/MAPA/CAIXA.

Valor Total: R\$ 71.118,00 (setenta e um mil cento e dezoito reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Eletrônico 005/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Manjato Tratores Ltda - EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 109/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 109/2016

Partes: Município de Porto União e Chiumento & Cia Ltda - EPP.

Objeto: Aquisição de implementos (Patrulha Mecanizada) referente ao Contrato de Repasse nº 1.026.707-67/2015/MAPA/CAIXA.

Valor Total: R\$ 12.350,00 (doze mil trezentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Eletrônico 005/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Chiumento & Cia Ltda - EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 110/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 110/2016

Partes: Município de Porto União e Dipar Ferragens - EIRELI.

Objeto: Aquisição de implementos (Patrulha Mecanizada) referente ao Contrato de Repasse nº 1.026.707-67/2015/MAPA/CAIXA.

Valor Total: R\$ 1.707,44 (um mil setecentos e sete reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Eletrônico 005/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Dipar Ferragens - EIRELI.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 111/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 111/2016

Partes: Município de Porto União e Douglas L. Castanheira - EPP.

Objeto: Aquisição de implementos (Patrulha Mecanizada) referente ao Contrato de Repasse nº 1.026.707-67/2015/MAPA/CAIXA.

Valor Total: R\$ 38.253,00 (trinta e oito mil duzentos e cinquenta e três reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Eletrônico 005/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Douglas L. Castanheira - EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 114/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 114/2016

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos e Intendência de Santa Cruz do Timbó e São Miguel da Serra.

Valor Total: R\$ 14.686,40 (quatorze mil seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 038/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 09 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda – ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 115/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 115/2016
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos e Intendência de Santa Cruz do Timbó e São Miguel da Serra.
Valor Total: R\$ 5.601,80 (cinco mil seiscentos e um reais e oitenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 038/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 09 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 116/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 116/2016
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos e Intendência de Santa Cruz do Timbó e São Miguel da Serra.
Valor Total: R\$ 8.567,44 (oito mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 038/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 09 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Mercado Kosera Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 117/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 117/2016
Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos e Intendência de Santa Cruz do Timbó e São Miguel da Serra.
Valor Total: R\$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 038/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 09 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 118/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 118/2016
Partes: Município de Porto União e Kerber Pré Moldados Ltda.
Objeto: Aquisição de tubos de concreto.
Valor Total: R\$ 425.430,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil quatrocentos e trinta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 039/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 10 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Kerber Pré Moldados Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 119/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 119/2016
Partes: Município de Porto União e Pré Moldados de Concreto Santa Rosa Ltda.
Objeto: Aquisição de tubos de concreto.
Valor Total: R\$ 228.836,00 (duzentos e vinte e oito mil oitocentos e trinta e seis reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 039/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 10 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Pré Moldados de Concreto Santa Rosa Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 029/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 029/2016 – EDUCAÇÃO.
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 029/2015 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Rocha e Machado Empreendimentos Ltda - EPP.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Glosar o valor de R\$ 1.460,14 (um mil quatrocentos e sessenta reais e quatorze centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 08 de junho de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 112/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 112/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 074/2016.
Partes: Município de Porto União e Linck Máquinas S.A.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Aditar o valor de R\$ 4.718,26 (quatro mil setecentos e dezoito reais e vinte e seis centavos) ao aludido contrato superior, equivalente a

25% (vinte e cinco por cento).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 08 de junho de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 113/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 113/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 022/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Fabi Recapagens de Pneus Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Concede-se reequilíbrio financeiro ao contrato supra citado, sendo que o item passa ao seguinte valor:
Item 04 – R\$ 342,11 (trezentos e quarenta e dois reais e onze centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 08 de junho de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 120/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 120/2016 – PREFEITURA.
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 113/2015.
Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

O valor do contrato passa a ser R\$ 910.007,51 (novecentos e dez mil e sete reais e cinquenta e um centavos).

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede-se o reajuste de 11,09% (onze vírgula zero nove por cento) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 07 (sete) meses o aludido contrato superior, a contar de 11/06/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 10 de junho de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 121/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 121/2016 – PREFEITURA.
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 119/2015.
Partes: Município de Porto União e Gráfica e Editora Kaygangue Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 2.699,00 (dois mil seiscentos e noventa e nove reais) ao aludido contrato superior, referente aos itens 14, 17, 19, 20 e 21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 12/06/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de junho de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2016 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 006/2016 - FAS
Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2016
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de móveis de cozinha, eletrodomésticos e persianas para equipar o CRAS do bairro Vice King. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 13 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.
Porto União - SC, 23 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 006/2016 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 007/2016 - FAS
Extrato de Edital de Pregão Presencial 006/2016
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de móveis e cadeiras para equipar o CRAS do bairro Vice King. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 20 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2016 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 017/2016 - Educação

Extrato de Edital de Pregão Presencial 008/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos de Informática e equipamento elétrico. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 19 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 055/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 109/2016

Extrato de Edital de Pregão Presencial 055/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para locação de tendas, pirâmides e banheiros químicos. O recebimento dos envelopes se dará até às 15h00min do dia 18 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 15h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 108/2016

Dispensa de Licitação nº 025/2016

Caracterização da Situação: O município necessita adquirir 365 (trezentos e sessenta e cinco) toneladas de pedra Bica Corrida Limpa, que terá como destino a manutenção das estradas na localidade do Jangada, Jangadinha, Arroio do Meio e Maquinista Molina.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de 365 (trezentos e sessenta e cinco) toneladas de pedra Bica Corrida Limpa, que terá como destino a manutenção das estradas na localidade do Jangada, Jangadinha, Arroio do Meio e Maquinista Molina.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Revestical Extração e Comércio de Pedras Ltda, inscrita no CNPJ 81.874.265/0001-10, uma vez que a mesma possui o britador localizado na região onde as estradas que necessitam de manutenção estão localizadas,

portanto gerando grande economia ao município.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 20,90 (vinte reais e noventa centavos) por tonelada, totalizando R\$ 7.628,50 (sete mil seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União

Unidade 0207 – Sec. Mun. de Transp. Obras e Serviços Públicos

Atividade 2017 – Conservação de estradas vicinais

Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas

Cód. 95

Complemento – 33903099 – Outros materiais de consumo.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 22 de junho de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 861/2016

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2016 - FAS

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 008/2016 - FAS

Inexigibilidade de Licitação n.º 002/2016

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir passagens para os usuários da Assistência Social referente aos itinerários União da Vitória X Concórdia.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, o fornecimento passagens para os usuários da Assistência Social.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Planalto Transportes inscrita no CNPJ 95.592.077/0001-04 em razão que esta é a detentora da concessão rodoviária da linha ora contratada.

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1500 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 1501 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 2049 – Manutenção FMAS

Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas

Cód.01

Complemento 33903301 – Passagens para o país

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 23 de junho de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 861/2016

PORTARIA N.º 292/2016 - RH

PORTARIA Nº 292, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Eurides dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 293/2016 - RH

PORTARIA Nº 293, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Mariano Bordon Sosa, das funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 294/2016 - RH

PORTARIA Nº 294, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Florêncio de Mattos Leão, das funções do cargo de Médico (Urologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 295/2016 - RH

PORTARIA Nº 295, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Marli Teresinha Zanella Pleczak, das funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do

quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 296/2016 - RH

PORTARIA Nº 296, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Ademir Rudolfo Mielke, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 004/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 063/2016 - PREFEITURA

Pregão Eletrônico 004/2016 – Registro de Preços

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

A.G. Kienen & Cia Ltda,

Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda,

WAM-MED Distribuidora de Medicamentos Ltda e

DMC Distribuidoras, Comércio D' Medicamentos Ltda – EPP.

Porto União SC, 06 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 075/2016

Pregão Eletrônico 005/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Manjato Tratores Ltda – EPP,

Chiumento & Cia Ltda – EPP,

Dipar Ferragens – EIRELI e

Douglas L. Castanheira – EPP.

Porto União SC, 06 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
038/2016**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 081/2016
Pregão Presencial 038/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP,
Supermercado Dukelli Ltda – ME,
Mercado Kosera Ltda – ME e
Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda.
Porto União SC, 09 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
039/2016**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 082/2016
Pregão Presencial 039/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Kerber Pré Moldados Ltda e
Pré Moldados de Concreto Santa Rosa Ltda.
Porto União SC, 10 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
041/2016**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 087/2016 - PREFEITURA
Pregão Presencial 041/2016
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da
Lei 8.666/93, tendo em vista que o mesmo deu-se deserto.
Porto União SC, 17 de junho de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
050/2016**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 101/2016 - PREFEITURA
Pregão Presencial 050/2016
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da
Lei 8.666/93, tendo em vista o término do convênio de trânsito.
Porto União SC, 16 de junho de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 119 DE 22.06.2016

DECRETO N. 119, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

SUSPENDE A APLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N. 824/2016, REVOGA O DECRETO N. 099/2016 E ANULA O EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N.35/2016-PM, PREGÃO PRESENCIAL N. 29/2016-PM EDÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o Princípio da Autotutela, em que a Administração Pública exerce o controle sobre os seus próprios atos, tendo a oportunidade de anular os ilegais e revogar os inoportunos, Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO, a necessidade imperiosa de garantir o alcance de todos os princípios básicos que regem a Administração Pública, CONSIDERANDO, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, em especial no que tange a aplicação do princípio da isonomia, onde a administração pública deve "assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes";

CONSIDERANDO, o disposto no art. 3º, da Lei n. 8.666/93 que, "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração [...]";

CONSIDERANDO, a necessidade de garantir a competitividade, a ampla concorrência e a não aplicação de cláusulas que frustrem a participação e a discriminação em certames realizados no município de Princesa/SC;

CONSIDERANDO, a insegurança jurídica à aplicação da Lei Municipal n. 824, de 25 de maio de 2016.

CONSIDERANDO, a necessidade de observação do tratamento diferenciado e favorecido das Micro e Pequenas Empresas conforme as Leis Complementares n. 123/2006 e 147/2014;

CONSIDERANDO, razões de oportunidade, conveniência e interesse público:

DECRETA

Art. 1º. Fica suspensa a aplicação das disposições da Lei Municipal n. 824, de 25 de maio de 2016, por prazo indeterminado.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto Municipal N. 099, de 30 de maio de 2016.

Art. 3º. Fica anulado o Edital de Processo Licitatório n.35/2016-PM, Pregão Presencial n. 29/2016-PM, cujo objeto era "Registro de Preço para eventual e futura aquisição de material de higiene e limpeza e gêneros alimentícios descritos no Anexo I deste Edital".

Art. 4º. A aplicação do tratamento diferenciado e favorecido as Micro e Pequenas Empresas nas compras públicas se dará nos termos, apenas, das Lei Complementares n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e 147, de 07 de agosto de 2014.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
em 22 de junho de 2016.

Oli do Nascimento
Prefeito Municipal

DECRETO 120 DE 23.06.2016

DECRETO Nº. 120, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO REGULAR DE SINDICÂNCIA PARA APURAR FATO OCORRIDO ENVOLVENDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao artigo 192, combinado com os artigos 194 inciso I, 197, 198 e 199, da Lei Complementar nº 022, de 30 de dezembro de 2014, e demais Legislações vigentes.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão de Processo Regular de Sindicância, encarregada de apurar o seguinte fato, narrado pela Secretaria Municipal de Educação, através de pedido de abertura de Sindicância: Na data de 17 de Junho de 2016, o motorista Éderson Colett, estacionou o ônibus na frente da Escola Pública Municipal Renascer, puxou o freio estacionário, saiu do ônibus e ficou junto com os demais motoristas esperando o término da aula. Então, o ônibus saiu andando cerca de 50 metros até colidir com uma árvore. Não havia ninguém no ônibus no momento da colisão. A secretária foi avisada e dirigiu-se imediatamente ao local. Em seguida a secretária tentou entrar em contato com a polícia militar, mas não havia nenhum policial na cidade, pois estavam em curso na cidade de Dionísio Cerqueira. Assim foi ligado para a seguradora, que autorizou a retirada do veículo do local do acidente. A comissão será composta pelos membros abaixo discriminados, sob a presidência do primeiro.

I – Alcioni Segat - Servidor Público Estável;

II – Maico Boff - Servidor Público Estável;

III – Mateus Boff - Servidor Público Estável;

§ 1º. A comissão terá prazo de 30 (trinta) dias para ouvir depoimentos e emitir relatório circunstanciado evidenciando e esclarecendo os fatos ocorridos na ocasião.

§ 2º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando, por isso, ônus a nenhuma das partes.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
23 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO,
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 013/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2016

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 02 de Julho de 2016, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado do interessado ou de seu procurador, a candidata aprovada no Concurso Público, Edital nº 001/2015, de 18 de fevereiro de 2015, homologados os resultados dos aprovados por meio do Decreto nº 119, de 15 de maio de 2015, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

FISIOTERAPEUTA

ALINE SPIRONELLO

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,

em 23 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO,
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº53/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº39/2016

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 53/2016-PM
Pregão Presencial 39/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, destinado a "CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE TERCEIRIZADO PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, PARA O DECORRER DO ANO LETIVO DE 2016". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 07 de julho de 2016 as 14h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 23 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 54.2106-PM - DISPENSA 07.2016-PM - LOCAÇÃO DE SOFTWARE

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 54/2016-PM
Dispensa de Licitação 07/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Dispensa de Licitação, do tipo Menor Preço por ITEM, destinado a "Contratação de locação de SISTEMA PARA CONTROLE DE ACESSO NA WEB (internet) e mão de obra para instalação" A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 23 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 078, 23.06.2016

PORTARIA Nº. 078, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, a Srta. NATÁLIA SARETTA SULZBACH, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Israel, nº 150 E, Bairro Maria Goretti, Município de Chapecó, SC, portadora do CPF nº. 051.030.209-20, ocupante do Cargo da Categoria Funcional de Fisioterapeuta, Grupo I, Nível ANS, carga horária de 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, sob a égide do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 de 18 de fevereiro de 2015, homologado pelo Decreto nº. 119, de 15 de maio de 2015, a partir de 02 de Julho de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de Julho de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 23 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 079, 23.06.2016

PORTARIA Nº. 079, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por TÉRMINO DE CONTRATO, DEISE CRISTINA DA SILVA ROCKENBACH, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Mundo Novo, sn, Interior, Município de Dionísio Cerqueira, portadora do CPF nº. 079.270.419-32, professora não habilitada. Foi realizada Chamada Pública por meio do Edital número 003/2016. O cargo e função ocupado foi o de Professora de Espanhol, turno matutino e vespertino, na Escola Pública Municipal Renascer, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em vaga vinculada a professora Berenice S. R. Hoffmann, a partir de 02 de Julho de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de Julho de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 23 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 52/2016-PM - DISPENSA
06/2016-PM - QUADROS FOTOS AÉREAS**

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 52/2016-PM

Dispensa de Licitação 06/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Dispensa de Licitação, do tipo Menor Preço por ITEM, destinado a "Aquisição de QUADROS COM FOTOS AÉREAS de pontos de referência do Município e visão panorâmica da cidade e CD com álbum de fotos, para o registro histórico do Município." A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 23 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PP Nº 002/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0028/2016 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas em exercício, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0040/2016 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0028/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação (frutas); destinados à manutenção da merenda escolar nos C.E.I.M. "Girassol e Ipoméia" para o período de Julho a Setembro de 2016. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 07/07/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 23 de Junho de 2016 / Ingo Weiss-Prefeito Municipal em exercício

Rio do Sul

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2016

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 012/2016 firmado em 01/02/2016, com término previsto para 23/12/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA CRISTIANE ALVES, portador(a) do CPF nº 058.297.329-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 012/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação, de forma retroativa a partir de 21/06/2016:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em substituição a Zuleida Wiggers Avi, que está em “Licença para Tratamento de Saúde”.

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/06/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CARLA CRISTIANE ALVES
Contratado(a)

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2016

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 040/2016 firmado em 03/02/2016, com término previsto para 17/08/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 747.562.029-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 040/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação, de forma retroativa a partir de 14/06/2016:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de PROFESSOR ANOS INICIAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Aníbal de Barba, em substituição a Adriana Maisa Nikel Wetztein, que está em “Licença para Tratamento de Saúde”.

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/06/2016.

GIVANILDO SILVA SERGIO
Secretário de Administração

CASSIMIRO DE OLIVEIRA
Contratado(a)

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 333/2014

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2014 firmado em 18/08/2014, com término previsto para 29/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. Givanildo Silva, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAISE KAMER, portador(a) do CPF 060.204.529-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, a partir de 01/03/2016, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Profissional de Educação Física na Saúde, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Saúde – NASF, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais. CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.014,26 (quatro mil catorze reais e vinte e seis centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.”

Cláusula Segunda – Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TAISE KAMER
Contratado(a)

ADRIANA APARECIDA ROSA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 27/2015, firmado em 22/01/2015, com término previsto para 30/06/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA APARECIDA ROSA, portador(a) do CPF nº 005.558.799-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 27/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 27/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2016 e encerrando-se em 05/07/2016."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20/06/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ADRIANA APARECIDA ROSA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO Nº 5366, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5366, de 22 de junho de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 35.740,00 (trinta e cinco mil, setecentos e quarenta reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.088	Blmac - Caps		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01382100	CAPS - Federal	R\$	35.740,00
	TOTAL	R\$	35.740,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 35.740,00 (trinta e cinco mil, setecentos e quarenta reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.088	Blmac - Caps		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01382100	CAPS - Federal	R\$	35.740,00
	TOTAL	R\$	35.740,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
22 de junho de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO 019/2016

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO 019/2016.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Alessandra Santos Elias	Xxx.241.509-xx	158390
Antonio Pereira	Xxx.480.369-xx	145360
Atenir Schumacher	Xxx.456.429-xx	157350
Augusto Perfoli – Espólio	Xxx.206.659-xx	149956
Bic Cantina Industrial de Massas e Congelados Ltda ME	Xx.141.943/0001-xx	152263/152265/152264/152261
Galeo Presentes & Confeções Ltda ME	Xx.797.247/0001-xx	153803/153805
Lilian Bremer Vogelbacher	Xxx.406.469-xx	147022
Marcio de Assunção	Xxx.146.819-xx	146770
Maria Helena Henke	Xxx.815.719-xx	157510
Maria Sirlei dos Santos	Xxx.996.709-xx	156547
Miriam Maria Reuter Vieira	Xxx.719.389-xx	155828
Nadir Meyer Petris	Xxx.898.619-xx	159389
Odair Rogerio Hasckel	Xxx.073.549-xx	157408
Valdecir Pamplona	Xxx.258.539-xx	157772
Vitorio Brandl	Xxx.614.249-xx	159179
Taylana de Borba	Xxx.054.759-xx	152765
Time Bomb Ltda ME	Xx.906.461/0001-xx	152595

Rio do Sul, 20 de junho de 2016.
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

JAMES OCÁSIO PRUST
Secretário Municipal da Fazenda Interino

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/16

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Construcond Administração e Construção	xx.366.675/0001-xx	159614
Sintia Luciano Ruckert	Xxx.355.559-xx	158440
Danilo Ramos	Xxx.018.199-xx	158496

Rio do Sul, 23 de Junho de 2016
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

JAMES OCÁSIO PRUST
Secretário Municipal da Fazenda

LILIANE SILVA DOS SANTOS - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2015, firmado em 28/07/2015, com término previsto para 17/06/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LILIANE SILVA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 812.015.750-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 319/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/06/2016 e encerrando-se em 25/07/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/06/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

LILIANE SILVA DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 001/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 001/2016

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 11 de Julho de 2016, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 149799/2014
Nome do Recorrente: Mario Magnani ME
Nº do Recurso: 001/2016

Rio do Sul, 23 de Junho de 2016.
LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

Rio dos Cedros

PREFEITURA

RELATORIO CI 1º BIMESTRE DE 2016 RIO DOS CEDROS



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

COMPETÊNCIA: 1º BIMESTRE DE 2016

Artigo 5º da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-11/2004

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e
- III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao 1º bimestre de 2016, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Limites Constitucionais e Legais
- Gerenciais
- Metas Bimestrais de Arrecadação

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos anos do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispõe sobre o PPA (Quadriênio 2014/2017), através da Lei Municipal nº 1.799 01 de Outubro de 2013, onde estão definidos para o Período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que **a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.**

Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2016 através da Lei Municipal nº 1.876 21 de Outubro de 2015 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165..... § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

3 / 28



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2016 fora aprovado pela Lei Municipal nº 1.884 02 de Dezembro de 2015, o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio).. Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no bimestre analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	757.400,00	0,00	0,00	109.284,27	648.115,73
Total da Unidade	757.400,00	0,00	0,00	109.284,27	648.115,73

Unidade Gestora: 0002 - GABINETE DO PREFEITO					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	286.650,00	0,00	0,00	50.023,93	236.626,07
2003 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA	71.662,50	0,00	0,00	11.746,23	59.916,27
2048 - Manutenção do Fundo Defesa Civil - Fumdec	16.537,50	0,00	0,00	6.000,00	10.537,50
Total da Unidade	374.850,00	0,00	0,00	67.770,16	307.079,84

Unidade Gestora: 0003 - ADMINISTRACAO GERAL					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0001 - MANUT. DA DIVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO	220,50	0,00	0,00	0,00	220,50
0003 - ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS - ADMINISTRAÇÃO	132.300,00	0,00	0,00	16.180,33	116.119,67
0005 - MANUT.DA PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL					

4 / 28



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

	547.942,50	0,00	0,00	80.801,65	467.140,85
2004 - MANUT. ATIVIDADES DIRETORIA ADMINISTRATIVA					
	1.053.990,00	0,00	0,00	260.421,11	793.568,89
2005 - MANUT.ATIVIDADES DA DIRETORIA FAZENDARIA					
	724.342,50	0,00	0,00	190.716,13	533.626,37
2053 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS					
	551,25	0,00	0,00	0,00	551,25
2054 - INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
	1.125,00	0,00	0,00	0,00	1.125,00
2090 - CIMVI - MANUTENCAO					
	21.154,77	0,00	0,00	0,00	21.154,77
Total da Unidade	2.481.626,52	0,00	0,00	548.119,22	1.933.507,30

Unidade Gestora: 0004 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1001 - AMPL. REDE ABASTECIMENTO AGUA TRATADA					
	661,50	0,00	0,00	0,00	661,50
1004 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS					
	3.530.355,00	0,00	0,00	501.308,02	3.029.046,98
1007 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHOES					
	55.125,00	41.440,36	0,00	41.440,36	55.125,00
1012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESG. SANIT.PLUVIAL AREA URB.					
	4.002.300,00	0,00	0,00	0,00	4.002.300,00
1013 - CONSTRUCAO DO PORTAL DA CIDADE					
	661,50	0,00	0,00	0,00	661,50
1015 - ABERTURA DE NOVAS RUAS					
	661,50	0,00	0,00	0,00	661,50
1016 - AQUISIÇÃO IMOVEL E CONTRUÇÃO GARAGEM					
	220,50	0,00	0,00	0,00	220,50
1017 - CONST. MUROS DE ARRIMO E PROTEÇÕES LATERAIS					
	220,50	0,00	0,00	0,00	220,50
1018 - CONSTRUÇÃO DE ROTULAS					
	220,50	0,00	0,00	0,00	220,50
1026 - CIMVI - SANEAMENTO BASICO					
	14.791,14	0,00	0,00	0,00	14.791,14
1029 - DESASSOREAMENTO DE VIAS FLUVIAIS					
	661,50	0,00	0,00	0,00	661,50
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0002 - MANUT.DA DIVIDA FUNDADA SERVICOS URBANOS					
	859.950,00	0,00	0,00	69.718,88	790.231,12
0006 - MANUTENÇÃO DIVIDA FUNDADA- SERVIÇOS					
	220,50	0,00	0,00	0,00	220,50
2006 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS					
	1.897.815,93	0,00	0,00	404.826,53	1.492.989,40
2007 - MANUT. E MELHORIA ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL					
	471.649,50	0,00	0,00	192.444,86	279.204,64

5 / 28



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS	2.091.280,83	0,00	0,00	494.628,71	1.596.652,12
2042 - CIMVI - RESIDUOS SOLIDOS	99.225,00	0,00	0,00	16.152,06	83.072,94
2043 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	110,25	0,00	0,00	0,00	110,25
2044 - MANUTENCAO DO PROGRAMA COLETA SELETIVA DE LIXO	8.820,00	0,00	0,00	0,00	8.820,00
2045 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO P/COLETA E COMPACTAÇÃO	661,50	0,00	0,00	0,00	661,50
2047 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE	562.275,00	0,00	0,00	450,00	561.825,00
2049 - RETIFICAÇÃO DE ESTRADAS	110,25	0,00	0,00	0,00	110,25
2050 - RECUP. E MANUT. DE PONTES E PONTILHÕES	77.175,00	0,00	0,00	10.013,40	67.161,60
2051 - AQUIS.EQUIP. MAQ. E VEICULOS PARA O SETOR	66.550,00	0,00	0,00	0,00	66.550,00
Total da Unidade	13.741.722,40	41.440,36	0,00	1.730.982,82	12.052.179,94

Unidade Gestora: 0005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1005 - CONSTRUÇÃO, AMPL. REF. ESPAÇOS ESPORTIVOS	3.572,37	0,00	0,00	0,00	3.572,37
1008 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES	110.250,00	0,00	0,00	0,00	110.250,00
1009 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE C E I	68.355,00	0,00	0,00	0,00	68.355,00
1020 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS	715.643,75	0,00	68.000,00	0,00	647.643,75
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0004 - ENCARGOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS ENSINO FUND.	61.740,00	0,00	0,00	9.329,91	52.410,09
2009 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - FMC	146.632,50	0,00	0,00	49.398,53	97.233,97
2010 - MANUT. E DESENV. ENSINO FUNDAMENTAL	2.535.749,96	21.467,74	0,00	405.309,54	2.151.908,16
2011 - MANUTENÇÃO DE CRECHES	1.434.870,67	127.984,33	0,00	179.991,86	1.382.863,14
2012 - MANUT.CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL-JARDINS	457.537,50	40.000,00	0,00	82.122,75	415.414,75
2013 - MANUT. TRANSP.ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL	635.040,00	117.698,45	0,00	0,00	752.738,45
2019 - MANUT.TRANSP. ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	110.250,00	184,17	0,00	0,00	110.434,17
2020 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO ENSINO ESPECIAL					

6 / 28



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

	55.125,00	0,00	0,00	49.800,00	5.325,00
2022 - APOIO A ESPECIALIZAÇÃO DE PROFESSORES					
	110,25	0,00	0,00	0,00	110,25
2024 - MANUT.DA OFICINA OFICIO PROFISSIONALIZANTE					
	1.653,75	0,00	0,00	0,00	1.653,75
2025 - GESTÃO ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO					
	832.387,50	0,00	0,00	105.745,40	726.642,10
2027 - MANUT. MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					
	154.350,00	0,00	0,00	18.929,02	135.420,98
2030 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS					
	44.100,00	0,00	0,00	282,00	43.818,00
2032 - MANUT. DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
	16.537,50	0,00	0,00	0,00	16.537,50
2036 - MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL					
	55.125,00	0,00	0,00	11.089,23	44.035,77
2037 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MEDIO					
	198.450,00	358.717,10	0,00	0,00	557.167,10
2038 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR- ENSINO SUPERIOR					
	55.125,00	0,00	0,00	55.000,00	125,00
2055 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO DESPORTO					
	124.582,50	0,00	0,00	27.512,89	97.069,61
2077 - MANUT. DA BIBLIOTECA PUBLICA MINICIPAL					
	220,50	0,00	0,00	0,00	220,50
2080 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV.					
	6.615,00	0,00	0,00	1.256,83	5.358,17
Total da Unidade	7.824.023,75	666.051,79	68.000,00	995.767,96	7.426.307,58

Unidade Gestora: 0006 - DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO

Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2017 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA					
	573.300,00	0,00	0,00	205.908,47	367.391,53
2018 - DESENVOLV. DE PROGRAMAS DE REFLORESTAMENTO					
	551,25	0,00	0,00	272,79	278,46
2021 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CANAIS DE IRRIGAÇÃO					
	2.205,00	0,00	0,00	0,00	2.205,00
2028 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA MUNICIPAL					
	167.580,00	0,00	0,00	152.540,24	15.039,76
2029 - DESENV.PROJETOS PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE					
	2.205,00	0,00	0,00	0,00	2.205,00
2056 - AQUIS.EQUIP.MAQ. E VEICULOS P/SETOR AGRICULTURA					
	44.100,00	0,00	0,00	0,00	44.100,00
2091 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS					
	34.993,35	0,00	0,00	0,00	34.993,35
Total da Unidade	824.934,60	0,00	0,00	358.721,50	466.213,10

Unidade Gestora: 0007 - DIRETORIA DE TURISMO



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1019 - CONSTRUÇÃO DE MIRANTES DE OBSERVAÇÃO					
	220,50	0,00	0,00	0,00	220,50
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2026 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR					
	67.252,50	0,00	0,00	23.647,96	43.604,54
2076 - SINALIZACAO TURISTICA NO MUNICIPIO					
	22.050,00	0,00	0,00	0,00	22.050,00
2089 - CIMVI - TURISMO					
	20.347,74	0,00	0,00	0,00	20.347,74
Total da Unidade	109.870,74	0,00	0,00	23.647,96	86.222,78

Unidade Gestora: 0008 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2031 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
	5.512,50	0,00	0,00	42,84	5.469,66
Total da Unidade	5.512,50	0,00	0,00	42,84	5.469,66

Unidade Gestora: 0009 - SEGURANCA PUBLICA

Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2039 - APOIAR ACOES DA POLICIA CIVIL					
	7.166,25	0,00	0,00	40,00	7.126,25
2081 - C. CORP - CONVENIO CORPO DE BOMBEIROS					
	145.531,18	0,00	0,00	54.020,65	91.510,53
2082 - APOIAR ACOES DA POLICIA MILITAR					
	27.562,50	0,00	0,00	8.660,84	18.901,66
Total da Unidade	180.259,93	0,00	0,00	62.721,49	117.538,44

Unidade Gestora: 0010 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL

Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1014 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MELHORIAS UNIDADES SAUDE					
	494.476,25	0,00	0,00	0,00	494.476,25
1025 - AQUISICAO DE IMOVEL - UNIDADE DE SAUDE					
	55.125,00	0,00	0,00	0,00	55.125,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2014 - MANUTENCAO DOS SERVICOS GERAIS DE SAUDE					
	4.527.433,13	0,00	0,00	915.490,44	3.611.942,69
2015 - MANUTENÇÃO DO CEMITERIO MUNICIPAL					
	3.307,50	0,00	0,00	3.237,79	69,71
2016 - MANUTENÇÃO DO CLUBE DO IDOSO					
	22.050,00	0,00	0,00	12.293,80	9.756,20
2023 - MAN. DO CONS. TUTELAR DA CRIANCA E ADOLESCENTE					
	82.687,50	0,00	0,00	28.548,57	54.138,93
2033 - MAN.FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA					
	134.505,00	0,00	0,00	11.720,00	122.785,00
2034 - MAN.AMPL.PROGRAMA HABITAÇÃO SOCIAL					
	2.102,50	0,00	0,00	958,03	1.144,47

8 / 28



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

2035 - MAN. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	253.575,00	0,00	0,00	21.342,05	232.232,95
2041 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	35.280,00	95.000,00	0,00	40.092,59	90.187,41
2070 - AQUIS. EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA SECRET.SAUDE	179.153,62	0,00	0,00	0,00	179.153,62
2074 - MANUTENCAO ATIVIDADES VIGILANCIA SANITARIA	109.836,56	0,00	0,00	7.633,15	102.203,41
2079 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA	1.102,50	0,00	0,00	0,00	1.102,50
2086 - CISA - MANUTENCAO	16.537,50	0,00	0,00	14.539,00	1.998,50
2087 - CISA - SERVICOS AMBULATORIAIS HOSPITALARES	187.425,00	0,00	0,00	11.968,34	175.456,66
2088 - CISA - MEDICAMENTOS	61.025,00	0,00	0,00	22.133,69	38.891,31
Total da Unidade	6.165.622,06	95.000,00	0,00	1.089.957,45	5.170.664,61

Unidade Gestora: 0090 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
9998 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FUNDO DE SAUDE	3.307,50	0,00	0,00	0,00	3.307,50
Total da Unidade	3.307,50	0,00	0,00	0,00	3.307,50

Unidade Gestora: 0091 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA MUNICIPAL	30.870,00	0,00	0,00	0,00	30.870,00
Total da Unidade	30.870,00	0,00	0,00	0,00	30.870,00

Total Geral	32.500.000,00	802.492,15	68.000,00	4.987.015,67	28.247.476,48
--------------------	----------------------	-------------------	------------------	---------------------	----------------------



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 1.884 02 de Dezembro de 2015, estima a Receita em R\$ 32.500.000,00 e fixa a Despesa em igual valor.

Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Período em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	1.884	02/12/2015	2.801.162	29/01/2016	81.452,07
Suplementar	Superávit Financeiro	1.884	02/12/2015	2.901.162	29/01/2016	41.440,36
Suplementar	Anulação	1.891	17/02/2016	1.702.161	17/02/2016	(68.000,00)
Suplementar	Suplementação	1.891	17/02/2016	1.702.161	17/02/2016	68.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.884	02/12/2015	502.161	05/02/2016	40.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.884	02/12/2015	1.602.161	16/02/2016	476.599,72
Suplementar	Superávit Financeiro	1.884	02/12/2015	2.801.161	28/01/2016	95.000,00
Total Geral:						734.492,15

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 2801161/2016			Data Lançamento: 28/01/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 28/01/2016			Código da Suplementação: 1				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	258	10.002.0008.0244.0140.2041.3319000000000000	03000000	95.000,00	Superávit			03000000	95.000,00
Total do Lote					95.000,00				Total	95.000,00
						Anulação:	0,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	95.000,00	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 2801162/2016			Data Lançamento: 29/01/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 29/01/2016			Código da Suplementação: 2				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	259	05.001.0012.0361.0060.2010.3339000000000000	03190000	21.467,74	Superávit			03190000	36.467,74
1	Suplementar	260	05.001.0012.0365.0050.2011.3319000000000000	03180000	44.984,33	Superávit			03180000	44.984,33
1	Suplementar	261	05.001.0012.0365.0050.2012.3339000000000000	03190000	15.000,00				Total	81.452,07
Total do Lote					81.452,07	Anulação:	0,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	81.452,07	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS										
Lei: 1884/2015			Decreto: 2901162/2016			Data Lançamento: 29/01/2016				
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 29/01/2016			Código da Suplementação: 3				
Crédito Adicional						Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
1	Suplementar	262	04.002.0026.0782.0020.1007.3449000000000000	03000000	41.440,36	Superávit			03000000	41.440,36
Total do Lote					41.440,36				Total	41.440,36
						Anulação:	0,00	Excesso:	0,00	
						Superávit:	41.440,36	Op. de Crédito:	0,00	
						Convênio:	0,00			



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS											
Lei: 1884/2015			Decreto: 502161/2016			Data Lançamento: 05/02/2016					
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 05/02/2016			Código da Suplementação: 4					
Crédito Adicional						Origem de Recursos					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor	
1	Suplementar	263	05.001.0012.0365.0050.2011.3339000000000000	03010000	40.000,00	Superávit			03010000	40.000,00	
					Total do Lote				Total	40.000,00	
					40.000,00						
						Anulação:	0,00	Excesso:	0,00		
						Superávit:	40.000,00	Op. de Crédito:	0,00		
						Convênio:	0,00				
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS											
Lei: 1884/2015			Decreto: 1602161/2016			Data Lançamento: 16/02/2016					
Data Lei: 02/12/2015			Data Decreto: 16/02/2016			Código da Suplementação: 5					
Crédito Adicional						Origem de Recursos					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor	
1	Suplementar	264	05.001.0012.0361.0060.2013.3339000000000000	03360000	80.734,04	Superávit			03360000	80.734,04	
1	Suplementar	265	05.001.0012.0361.0060.2013.3339000000000000	03376100	11.991,59	Superávit			03376100	38.143,84	
1	Suplementar	266	05.001.0012.0361.0060.2013.3339000000000000	03620300	24.972,82	Superávit			03620300	357.721,84	
1	Suplementar	267	05.001.0012.0362.0070.2037.3339000000000000	03376100	25.968,08				Total	476.599,72	
1	Suplementar	268	05.001.0012.0362.0070.2037.3339000000000000	03620300	332.749,02	Anulação:	0,00	Excesso:	0,00		
1	Suplementar	269	05.001.0012.0365.0050.2019.3339000000000000	03376100	184,17	Superávit:	476.599,72	Op. de Crédito:	0,00		
					Total do Lote				Convênio:	0,00	
					476.599,72						
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS											
Lei: 1891/2016			Decreto: 1702161/2016			Data Lançamento: 17/02/2016					
Data Lei: 17/02/2016			Data Decreto: 17/02/2016			Código da Suplementação: 6					
Crédito Adicional						Origem de Recursos					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor	
1	Suplementar	199	05.001.0012.0365.0050.2011.3449000000000000	01190000	43.000,00	Anulação	196	05.001.0012.0361.0060.1020.34490000000000	01190000	68.000,00	
1	Suplementar	52	05.001.0012.0365.0050.2012.3449000000000000	01190000	25.000,00	Dotação				68.000,00	
					Total do Lote				Total	68.000,00	
					68.000,00						
						Anulação:	68.000,00	Excesso:	0,00		
						Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00		
						Convênio:	0,00				
Total Geral											
Anulação :		68.000,00	Excesso:		0,00	Transposição Incremento:		0,00	Convênio:		0,00

Total Geral				
Superávit:	734.492,15	Op. de Crédito:	0,00	Transposição Decremento:
0,00				

Resumo por Vínculos							
Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
1190000	68.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3000000	0,00	136.440,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3010000	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3180000	0,00	44.984,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3190000	0,00	36.467,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3360000	0,00	80.734,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3376100	0,00	38.143,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3620300	0,00	357.721,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	68.000,00	734.492,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a "velocidade" que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve "pisar o pé no freio". Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá "acelerar" um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) Até o Bimestre em análise, verifica-se Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ - 739.458,34.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Déficit
4.247.557,33	4.987.015,67	-739.458,34

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) até o bimestre analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R\$ 1.094.039,46.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
4.247.557,33	3.153.517,87	1.094.039,46

Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 4.247.557,33 equivalente a 13.07% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas Até o Bimestre	
Receitas Correntes (I)	23.728.627,25	4.029.497,38	16.98%
Receitas de Capital (II)	8.771.372,75	218.059,95	2.49%
TOTAL (+II)	32.500.000,00	4.247.557,33	13.07%



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 172.981,72 equivalente a 4.07% do total arrecadado.

Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada até o bimestre importou em R\$ 174.898,39 equivalente a 4.12% do total arrecadado.

Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada até o bimestre importou em R\$ 105.814,38 equivalente a 2.49% do total arrecadado.

Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada até o bimestre importou em R\$ 7.181,88 equivalente a 0.17% do total arrecadado.

Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas até o bimestre importaram em R\$ 3.536.877,86 equivalente a 83.27% do total arrecadado.

Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados até o bimestre importaram em R\$ 31.743,15 equivalente a 0.75% do total arrecadado.

Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas até o bimestre importaram em R\$ 218.059,95 equivalente a 5.13% do total arrecadado.

13 / 28



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integram o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada Até o Bimestre importou em R\$ 4.987.015,67, equivalente a 15.01% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
33.234.492,15	4.987.015,67	15.01%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada Até o Bimestre importou em R\$ 3.153.517,87, equivalente a 63.23% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
4.987.015,67	3.153.517,87	63.23%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga Até o Bimestre importou em R\$ 2.647.647,84, equivalente a 83.96% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
3.153.517,87	2.647.647,84	83.96%



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
Camara de Vereadores	109.284,27	85.445,93	85.285,93
Gabinete do Prefeito	67.770,16	66.575,75	66.495,75
Administracao Geral	548.119,22	389.090,28	381.061,38
Diretoria de Obras e Servicos Urbanos	1.730.982,82	901.736,28	679.444,88
Secretaria de Educação	995.767,96	623.072,95	538.285,05
Diretoria de Fomento Agropecuario	358.721,50	110.425,81	68.478,87
Diretoria de Turismo	23.647,96	16.716,71	15.241,24
Diretoria de Desenvolvimento Economico	42,84	42,84	0,00
Seguranca Publica	62.721,49	33.096,63	24.974,52
Secretaria da Saude e Bem Estar Social	1.089.957,45	927.314,69	788.380,22
Reserva de Contingencia	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingencia	0,00	0,00	0,00
Total	4.987.015,67	3.153.517,87	2.647.647,84

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
01 - Legislativa	109.284,27	85.445,93	85.285,93
04 - Administração	512.950,24	352.726,89	344.575,15
06 - Segurança Pública	68.721,49	39.096,63	30.974,52
08 - Assistência Social	118.192,83	84.599,95	65.123,29
09 - Previdência Social	80.801,65	80.801,65	80.801,65
10 - Saúde	971.764,62	842.714,74	723.256,93
12 - Educação	907.987,80	579.416,75	496.423,46
13 - Cultura	50.655,36	21.244,64	20.418,11
15 - Urbanismo	1.099.029,41	459.569,10	349.366,57
17 - Saneamento	16.152,06	13.948,26	13.948,26
18 - Gestão Ambiental	272,79	41,24	41,24
20 - Agricultura	358.448,71	110.384,57	68.437,63
23 - Comércio e Serviços	23.647,96	16.716,71	15.241,24
26 - Transportes	546.082,47	358.500,04	246.411,17
27 - Desporto e Lazer	27.794,89	13.081,65	12.113,57
28 - Encargos Especiais	95.229,12	95.229,12	95.229,12
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Total	4.987.015,67	3.153.517,87	2.647.647,84



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25.....

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de **despesa total com pessoal**;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.187.360,00	2.187.360,00	172.540,27	7,89
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.030.837,50	1.030.837,50	14.376,16	1,39
1.1.1- IPTU	937.125,00	937.125,00	3.753,55	0,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.512,50	5.512,50	632,49	11,47
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	55.125,00	55.125,00	7.185,59	13,04
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	33.075,00	33.075,00	2.810,37	8,50
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	5,84	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	155.452,50	155.452,50	22.553,16	14,51
1.2.1- ITBI	154.350,00	154.350,00	22.404,87	14,52
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.102,50	1.102,50	148,29	13,45
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	712.215,00	712.215,00	95.879,03	13,46
1.3.1- ISS	694.575,00	694.575,00	93.236,25	13,42
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.615,00	6.615,00	1.907,17	28,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.512,50	5.512,50	739,87	13,42
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.512,50	5.512,50	117,31	2,13
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	121,57	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	288.855,00	288.855,00	39.731,92	13,75
1.4.1- IRRF	288.855,00	288.855,00	39.731,92	13,75
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.765.166,25	16.765.166,25	2.792.938,74	16,66
2.1- Cota-Parte FPM	8.423.100,00	8.423.100,00	1.566.453,97	18,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	8.423.100,00	8.423.100,00	1.566.453,97	18,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.276.500,00	7.276.500,00	1.100.105,07	15,12
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	44.100,00	44.100,00	4.216,96	9,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	132.300,00	132.300,00	16.841,11	12,73
2.5- Cota-Parte ITR	18.191,25	18.191,25	6.518,56	35,83
2.6- Cota-Parte IPVA	870.975,00	870.975,00	98.803,07	11,34
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.952.526,25	18.952.526,25	2.965.479,01	15,65
RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	563.377,50	563.377,50	110.316,98	19,58
5.1- Transferências do Salário-Educação	330.750,00	330.750,00	88.248,40	26,68
5.2- Transferência Diretas do PDDE	4.410,00	4.410,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	110.250,00	110.250,00	10.502,00	9,53
5.4- Transferência Diretas do PNATE	106.942,50	106.942,50	9.268,86	8,67
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	11.025,00	11.025,00	2.297,72	20,84
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	15.075,00	15.075,00	8.267,10	54,84
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	15.075,00	15.075,00	8.267,10	54,84
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	560.000,00	560.000,00	218.059,95	38,94
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.138.452,50	1.138.452,50	336.644,03	29,57



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.388.313,25	3.388.313,25	558.587,33	16,49
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.684.620,00	1.684.620,00	313.290,74	18,60
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.455.300,00	1.455.300,00	220.020,85	15,12
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	44.100,00	44.100,00	843,38	1,91
10.4- Cota-Parte IPF-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	26.460,00	26.460,00	3.368,20	12,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	3.638,25	3.638,25	1.303,69	35,83
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	174.195,00	174.195,00	19.760,47	11,34
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.649.275,00	3.649.275,00	756.751,68	20,74
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.638.250,00	3.638.250,00	751.485,55	20,66
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	11.025,00	11.025,00	5.266,13	47,77
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	249.936,75	249.936,75	192.898,22	77,18

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.922.420,00	2.967.404,33	317.758,42	10,71	317.758,42	10,71
13.1- Com Educação Infantil	856.437,50	901.421,83	126.163,44	14,00	126.163,44	14,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.065.982,50	2.065.982,50	191.594,98	9,27	191.594,98	9,27
14- OUTRAS DESPESAS	726.855,00	763.322,74	239.259,32	31,34	55.269,53	7,24
14.1- Com Educação Infantil	171.037,37	254.037,37	54.381,04	21,41	18.445,65	7,26
14.2- Com Ensino Fundamental	555.817,63	509.285,37	184.878,28	36,30	36.823,88	7,23
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.649.275,00	3.730.727,07	557.017,74	14,93	373.027,95	10,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		59.861,71
17.1- FUNDEB 60%		44.984,33
17.2- FUNDEB 40%		14.877,38
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		59.861,71
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		313.166,24
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%		36,05
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%		5,34
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		58,61

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		59.861,71
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016		59.861,71

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	4.738.131,56	4.738.131,56	741.369,75	15,65

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	% (h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.141.021,92	2.309.006,25	269.766,68	11,68	219.472,56	9,51
23.1- Creche	1.489.995,67	1.617.980,00	176.554,70	10,91	146.336,44	9,04
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	903.994,87	991.979,20	149.726,25	15,09	130.168,06	13,12
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	586.000,80	626.000,80	26.828,45	4,29	16.168,38	2,58
23.2- Pré-Escola	651.026,25	691.026,25	93.211,98	13,49	73.136,12	10,58
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	123.480,00	163.480,00	30.818,23	18,85	14.441,03	8,83
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	527.546,25	527.546,25	62.393,75	11,83	58.695,09	11,13
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.482.962,84	3.436.430,58	488.297,81	14,21	328.220,86	9,55
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.621.800,13	2.575.267,87	376.473,26	14,62	228.418,86	8,87
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	861.162,71	861.162,71	111.824,55	12,99	99.802,00	11,59
25- ENSINO MÉDIO	1.653,75	1.653,75	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	55.125,00	55.125,00	55.000,00	99,77	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	1.653,75	1.653,75	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.682.417,26	5.803.869,33	813.064,49	14,01	547.693,42	9,44



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2016 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	192.898,22
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	5.266,13
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	59.861,71
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	15.517,43
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	273.543,49
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	274.149,93
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	9,24

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	% (h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	11.025,00	11.025,00	0,00	0,00	2.297,72	20,84
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	336.262,50	416.996,54	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	1.705.633,62	2.101.499,30	165.384,86	7,87	43.486,22	2,07
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.052.921,12	2.529.520,84	165.384,86	6,54	45.783,94	1,81
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.735.338,38	8.333.390,17	978.449,35	11,74	593.477,36	7,12

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	359,47	0,00
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	110,47	0,00
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	249,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	90.167,09	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	751.485,55	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	354.008,36	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	349.577,88	0,00
49.2 - Restos a Pagar	4.430,48	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.266,13	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	492.910,41	0,00

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Empenhada o montante de R\$ 274.149,93 correspondente a 9,24% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Menor o valor de R\$ 467.219,82 que representa DÉFICIT de 15,76% DESCUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%)	0,00	0,00	0,00
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	751.485,55	751.485,55	450.891,31
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	5.266,13	5.266,13	3.159,68
I) Total das receitas para fins de limite	756.751,68	756.751,68	454.050,99

Até o período analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 272.774,09 correspondente a 36,05% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Menor no montante de R\$ 181.276,91 equivalente a 23,95% , DESCUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	4.201,50	4.201,50
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	200.375,65	200.375,65
319013 - Obrigações Patronais	55.635,93	55.635,93
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	12.561,01	12.561,01
II) TOTAL DAS DESPESAS	272.774,09	272.774,09

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	756.751,68	756.751,68
Mínimo à ser Aplicado	454.051,00	454.051,00
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	272.774,09	272.774,09
Aplicação à Menor	-181.276,91	-181.276,91
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	36,05	36,05
Déficit	-23,95	-23,95

Até o período analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 272.774,09 correspondente a 36,05% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Menor no montante de R\$ 181.276,91 equivalente a 23,95% , DESCUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	4.201,50	4.201,50
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	200.375,65	200.375,65
319013 - Obrigações Patronais	55.635,93	55.635,93
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	12.561,01	12.561,01
II) TOTAL DAS DESPESAS	272.774,09	272.774,09

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	756.751,68	756.751,68
Mínimo à ser Aplicado	454.051,00	454.051,00
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	272.774,09	272.774,09

20 / 28



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Aplicação à Menor	-181.276,91	-181.276,91
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	36,05	36,05
Déficit	-23,95	-23,95

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.922.420,00	2.967.404,33	317.758,42	10,71	317.758,42	10,71
13.1- Com Educação Infantil	856.437,50	901.421,83	126.163,44	14,00	126.163,44	14,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.065.982,50	2.065.982,50	191.594,98	9,27	191.594,98	9,27
14- OUTRAS DESPESAS	726.855,00	763.322,74	239.259,32	31,34	55.269,53	7,24
14.1- Com Educação Infantil	171.037,37	254.037,37	54.381,04	21,41	18.445,65	7,26
14.2- Com Ensino Fundamental	555.817,63	509.285,37	184.878,28	36,30	36.823,88	7,23
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.649.275,00	3.730.727,07	557.017,74	14,93	373.027,95	10,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	59.861,71
17.1- FUNDEB 60%	44.984,33
17.2- FUNDEB 40%	14.877,38
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	59.861,71
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	313.166,24
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%	36,05
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%	5,34
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	58,61



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até o **exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:**

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2016 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	2.187.360,00	2.187.360,00	172.540,27	7,89
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	937.125,00	937.125,00	3.753,55	0,40
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	154.350,00	154.350,00	22.404,87	14,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	694.575,00	694.575,00	93.207,44	13,42
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	288.855,00	288.855,00	39.731,92	13,75
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	13.230,00	13.230,00	2.589,35	19,57
Dívida Ativa dos Impostos	60.637,50	60.637,50	7.925,46	13,07
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	38.587,50	38.587,50	2.927,68	7,59
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.765.166,25	16.765.166,25	2.792.938,74	16,66
Cota-Parte FPM	8.423.100,00	8.423.100,00	1.566.453,97	18,60
Cota-Parte ITR	18.191,25	18.191,25	6.518,56	35,83
Cota-Parte IPVA	870.975,00	870.975,00	98.803,07	11,34
Cota-Parte ICMS	7.276.500,00	7.276.500,00	1.100.105,07	15,12
Cota-Parte IPI-Exportação	132.300,00	132.300,00	16.841,11	12,73
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	44.100,00	44.100,00	4.216,96	9,56
Desoneração ICMS (LC 87/96)	44.100,00	44.100,00	4.216,96	9,56
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.952.526,25	18.952.526,25	2.965.479,01	15,65

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2016 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.972.923,75	1.972.923,75	297.185,68	15,06
Provenientes da União	1.689.581,25	1.689.581,25	239.657,22	14,18
Provenientes dos Estados	259.087,50	259.087,50	46.473,00	17,94
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	24.255,00	24.255,00	11.055,46	45,58
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	111.073,35	111.073,35	5.428,25	4,89
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.083.997,10	2.083.997,10	302.613,93	14,52

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (f)	% (f/e) x 100	Até Fevereiro (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.759.244,69	4.759.244,69	957.127,62	20,11	838.462,74	17,62
Pessoal e Encargos Sociais	2.648.487,81	2.648.487,81	438.302,71	16,55	438.302,71	16,55
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.110.756,88	2.110.756,88	518.824,91	24,58	400.160,03	18,96
DESPESAS DE CAPITAL	855.229,87	855.229,87	98,00	0,01	98,00	0,01
Investimentos	800.104,87	800.104,87	98,00	0,01	98,00	0,01
Inversões Financeiras	55.125,00	55.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.614.474,56	5.614.474,56	957.225,62	17,05	838.560,74	14,94



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (h)	% (h/IVf) x 100	Até Fevereiro (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.013.773,75	2.013.773,75	278.103,28	29,05	172.060,07	20,52
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.974.083,75	1.974.083,75	278.103,28	29,05	172.060,07	20,52
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	39.690,00	39.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	2.013.773,75	2.013.773,75	278.103,28	29,05	172.060,07	20,52
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.600.700,81	3.600.700,81	679.122,34	70,95	666.500,67	79,48
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	22,48
---	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI - (15 x IIIb) / 100)]	221.678,82
---	------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		0,00	0,00	0,00	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos Cancelados	0,00	-	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (l)	% (l/ total l) x 100	Até Fevereiro (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	5.333.750,50	5.333.750,50	952.163,13	97,98	826.042,98	98,02
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	187.425,00	187.425,00	11.968,34	1,23	11.968,34	1,42
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	109.836,56	109.836,56	7.633,15	0,79	4.703,42	0,56
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.631.012,06	5.631.012,06	971.764,62	100,00	842.714,74	100,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS Data Emissão: 30/mar/2016 Hora de emissão: 14h e 14m

Até o período em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 666.500,67 correspondente a 22,48% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 221.659,70 equivalente a 7,47% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;**
b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 23.754.817,56, resultando em um valor médio mensal de R\$ 1.979.568,13.

1 - RECEITAS CORRENTES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita Tributária	172.981,72	3,77	172.981,72	3,77	2.264.552,24	8,45
Receita de Contribuições	174.898,39	3,81	174.898,39	3,81	977.117,33	3,65
Receita Patrimonial	105.814,38	2,31	105.814,38	2,31	672.186,71	2,51
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	7.181,88	0,16	7.181,88	0,16	68.954,43	0,26
Transferências Correntes	4.095.465,19	89,26	4.095.465,19	89,26	22.429.822,34	83,71
Outras Receitas Correntes	31.743,15	0,69	31.743,15	0,69	381.495,08	1,42
I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	4.588.084,71	100	4.588.084,71	100	26.794.128,13	100

2 - DEDUÇÕES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Deduções da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-558.587,33	0,00	-558.587,33	0,00	-3.039.310,57	0,00
II) TOTAL DAS DEDUÇÕES	-558.587,33	100	-558.587,33	100	-3.039.310,57	100

3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita (I-II)	4.029.497,38	16,96	4.029.497,38	16,96	23.754.817,56	100
Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses					1.979.568,13	8,33

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Março/2015	Abril/2015	Maio/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Jan./2016	Fevereiro/2016	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.042.348,57	2.843.313,96	2.312.330,92	2.198.090,66	2.124.840,24	2.101.379,41	1.905.686,07	2.102.208,46	2.035.059,56	2.541.182,19	2.197.860,01	2.390.424,70	26.794.128,13	27.116.945,50
Receita Tributária	192.923,09	796.789,99	165.910,69	156.663,90	146.795,20	180.697,70	110.533,27	102.257,16	84.428,01	154.670,94	83.073,55	89.908,17	2.264.552,24	2.653.717,59
IPU	29.645,54	585.713,50	48.968,78	49.972,52	46.562,42	45.124,71	3.719,23	4.100,75	2.366,22	4.917,86	3.753,55	0,00	828.845,08	937.125,00
ISS	38.403,80	46.190,90	43.258,50	54.908,67	45.856,18	71.328,02	63.758,17	53.706,59	43.838,11	55.655,34	38.658,37	54.549,07	610.111,72	694.575,00
ITBI	29.577,28	28.716,90	15.405,99	10.129,48	15.135,12	24.783,09	8.600,00	13.117,12	10.824,00	48.775,61	11.770,00	10.634,87	227.469,44	154.350,00
IRRF	1.420,17	22.654,49	21.746,36	24.002,46	20.873,09	22.931,47	20.907,59	22.028,54	21.062,81	35.962,54	19.455,79	20.276,14	253.341,35	288.805,00
Outras Receitas Tributárias	93.876,92	109.514,20	36.431,03	17.650,77	18.368,48	16.530,41	13.548,28	9.304,16	6.316,87	9.359,58	9.430,85	4.446,08	344.784,65	578.812,50
Receita de Contribuições	64.371,19	72.390,32	78.394,15	81.264,79	80.388,82	84.354,57	86.772,22	83.962,00	84.413,79	85.907,09	91.803,31	83.095,08	977.117,33	471.649,50
Receita Patrimonial	57.528,34	54.576,23	58.159,58	61.142,95	68.580,46	59.144,27	44.086,47	52.763,55	52.201,65	58.188,83	49.557,55	56.256,83	672.186,71	317.721,25
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	3.651,26	3.410,83	6.531,19	4.334,93	10.608,61	3.206,17	5.802,71	13.871,42	6.951,27	3.404,16	3.146,89	4.034,99	68.954,43	55.125,00
Transferências Correntes	1.697.176,57	1.889.667,59	1.985.475,69	1.869.379,34	1.790.778,95	1.747.711,90	1.597.848,63	1.821.680,69	1.772.261,67	2.162.742,74	1.956.959,85	2.138.505,34	22.430.188,96	23.386.230,00
Cota-Parte do FPM	594.147,34	641.242,44	788.540,34	686.117,85	601.016,57	594.198,55	495.387,02	563.832,53	636.811,19	1.076.467,55	695.628,13	870.825,84	8.244.024,35	8.423.100,00
Cota-Parte do ICMS	520.042,66	559.447,54	523.379,03	507.314,28	513.637,33	491.871,87	513.491,01	530.944,24	534.130,84	521.432,31	606.179,41	493.925,66	6.322.317,08	7.276.500,00
Cota-Parte do PVA	81.285,21	87.431,07	100.915,48	86.526,46	79.303,48	82.005,44	85.539,25	78.012,48	57.377,95	36.839,76	38.106,76	60.696,31	877.039,69	870.975,00
Cota-Parte do ITR	274,67	118,32	157,67	45,77	27,09	2.223,03	2.339,57	51.644,60	1.618,82	660,60	60,53	6.458,03	65.628,70	18.191,25
Transferências da LC 87/1996	0,00	8.857,86	2.214,47	2.214,47	2.214,47	2.214,47	2.214,47	2.214,47	2.214,47	2.214,47	2.108,48	2.108,48	30.790,58	44.100,00
Transferências da LC 91/1989	5.694,20	5.692,74	6.892,74	6.374,83	5.872,52	6.248,63	6.230,89	7.227,31	6.584,72	6.502,01	7.601,59	5.870,98	76.803,75	105.840,00
Transferências do FUNDEB	307.233,82	332.450,48	335.510,83	318.784,27	365.212,45	313.726,99	299.204,45	317.461,24	313.560,76	322.874,26	363.484,17	358.001,38	3.917.505,10	3.638.250,00
Outras Transferências Correntes	188.128,37	254.147,84	222.094,58	259.001,41	283.475,04	255.122,92	193.441,97	270.343,81	220.162,92	195.751,75	213.790,44	340.618,66	2.896.079,71	3.009.273,75
Outras Receitas Correntes	26.697,52	26.479,00	17.959,65	25.274,75	27.688,20	26.264,80	60.642,77	27.673,64	34.803,17	76.268,43	13.118,86	18.624,29	381.495,08	223.697,25
DEDUÇÕES (II)	240.645,86	260.910,28	285.908,47	258.637,24	222.118,14	236.084,61	221.351,75	247.136,20	248.036,62	260.260,69	270.316,94	288.270,39	3.039.677,19	3.388.313,25
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	240.645,86	260.910,28	285.908,47	258.637,24	222.118,14	236.084,61	221.351,75	247.136,20	248.036,62	260.260,69	270.316,94	288.270,39	3.039.677,19	3.388.313,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III=I-II)	1.801.702,71	2.582.403,68	2.026.422,45	1.939.453,42	1.902.722,10	1.865.294,80	1.684.334,32	1.855.072,26	1.787.022,94	2.280.921,50	1.927.543,07	2.102.154,31	23.754.817,56	23.728.632,25



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
II - Estados: 60% (sessenta por cento);
III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

A despesa líquida com pessoal do Município de Rio dos Cedros realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 12.353.121,31, equivalendo a 52,00% da receita corrente líquida arrecadada neste período. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.744.519,38	0,00
Pessoal Ativo	12.025.876,69	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	665.963,97	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	52.678,72	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	391.398,07	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	366.025,88	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	8.881,23	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.490,96	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.353.121,31	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.754.817,56	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.353.121,31	52,00
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60,00%	14.252.890,54	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57,00%	13.540.246,01	57,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	12.827.601,48	54,00



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 12.066.033,87, equivale a 50,79% da receita corrente líquida arrecadada neste período, CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.417.573,31	0,00
Pessoal Ativo	11.698.930,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	665.963,97	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	52.678,72	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	391.398,07	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	366.025,88	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	8.881,23	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.490,96	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.026.175,24	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.754.817,56	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.026.175,24	50,63
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%	12.827.601,48	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%	12.186.221,41	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	11.544.841,33	48,60

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 326.946,07, equivale a 1,64% da receita corrente líquida arrecadada neste período, verifica-se o CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	326.946,07	0,00
Pessoal Ativo	326.946,07	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	326.946,07	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.244.540,22	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	326.946,07	1,47
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 06,00%	1.334.672,41	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 05,70%	1.267.938,79	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 05,40%	1.201.205,17	5,40

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS



Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Metas Bimestrais de Arrecadação

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8o, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Período	Previstas	Arrecadadas	Meta
1º bimestre	4.205.679,75	R\$ 4.256.557,33	Atingiu
2º bimestre	4.745.643,36		
3º bimestre	4.367.345,04		
4º bimestre	4.011.795,93		
5º bimestre	3.927.741,69		
6º bimestre*	11.241.794,23		
Total	32.500.000,00		

** Provenientes de Convênios Estaduais e Federais previstos, e não efetivados.*

Rio dos Cedros (SC), 05 de maio de 2016.

Fernando Tomaselli
Prefeito Municipal

Eduardo Osti
Agente de Controle Interno

Rio Fortuna

PREFEITURA

RESULTADO 12 A 19 EQUIPAMENTOS UBS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Unidade Básica de Saúde de Rio Fortuna.

VENCEDORES: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; ISAMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME; CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA ME; EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO EIRELI; NADINE ALBERTON VIEIRA ME; VMLX COMERCIO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRELETRÔNICOS LTDA ME; SANDRO VILMAR PIRES ME; GOLD COMPUTADORES LTDA.

VALOR: R\$ 68.449,11.

SESSÃO: 05/02/2016.

Rio Fortuna/SC, 05 de fevereiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Unidade Básica de Saúde de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.545,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2016 – PR nº 01/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de fevereiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Unidade Básica de Saúde de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: ISAMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 17.052,35.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2016 – PR nº 01/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de fevereiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Unidade Básica de Saúde de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.050,76.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2016 – PR nº 01/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de fevereiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos/materiais permanentes para

a Unidade Básica de Saúde de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO EIRELI.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.711,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2016 – PR nº 01/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de fevereiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Unidade Básica de Saúde de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: NADINE ALBERTON VIEIRA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 149,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2016 – PR nº 01/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de fevereiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Unidade Básica de Saúde de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: VMLX COMERCIO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRELETRÔNICOS LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.065,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2016 – PR nº 01/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de fevereiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Unidade Básica de Saúde de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: SANDRO VILMAR PIRES ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.030,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2016 – PR nº 01/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de fevereiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Unidade Básica de Saúde de Rio Fortuna.

EMPRESA CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.846,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2016 – PR nº 01/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de fevereiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO FMS 08

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2016
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016
OBJETO: Contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde localizadas no município de Rio Fortuna/SC, na área ambulatorial, para atender a demanda no Município de Rio Fortuna de pacientes do SUS no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.
PROPONENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Fortuna – APAE.
VALOR: R\$ 79.107,84.
SESSÃO: 01/04/2016.
Rio Fortuna/SC, 01 de abril de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2016
OBJETO: Contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde localizadas no município de Rio Fortuna/SC, na área ambulatorial, para atender a demanda no Município de Rio Fortuna de pacientes do SUS no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.
EMPRESA CONTRATADA: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Fortuna – APAE
VALOR DO CONTRATO: R\$ 79.107,84.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 08/2016 – INEX nº 01/2016.
Rio Fortuna/SC, 01 de abril de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO FMS 09

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2016
EDITAL DE CONVITE Nº 01/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna durante o ano de 2016.
VENCEDORES: D. BUSS & CIA LTDA, LEONIDES WIEMES DIRCKSEN & CIA LTDA ME e NADINE ALBERTON VIEIRA ME.
VALOR: R\$ 12.287,68.
SESSÃO: 13/04/2016.
Rio Fortuna/SC, 13 de abril de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna durante o ano de 2016.
EMPRESA CONTRATADA: D. BUSS & CIA LTDA.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.331,95.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 09/2016 – CV nº 01/2016.
Rio Fortuna/SC, 18 de abril de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do

Município de Rio Fortuna durante o ano de 2016.
EMPRESA CONTRATADA: LEONIDES WIEMES DIRCKSEN & CIA LTDA ME.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.340,63.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 09/2016 – CV nº 01/2016.
Rio Fortuna/SC, 18 de abril de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016
OBJETO: Aquisição de material de consumo, material de expediente e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna durante o ano de 2016.
EMPRESA CONTRATADA: NADINE ALBERTON VIEIRA ME.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 615,10.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 09/2016 – CV nº 01/2016.
Rio Fortuna/SC, 18 de abril de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO FMS LIC 02

Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016
O Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do procedimento licitatório em epígrafe foi dado como nenhum participante classificado e AVISA aos interessados que o referido certame licitatório, foi REVOGADO, com base no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93.
Rio Fortuna, em 29 de fevereiro de 2016.
Lourivaldo Schuelter
Prefeito Municipal

RESULTADO FMS LIC 03

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016
OBJETO: Aquisição de Materiais Odontológicos para a Unidade Básica de Saúde.
VENCEDORES: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP; ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA EPP e DENTAL MEDI SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
VALOR: R\$ 50.347,46.
SESSÃO: 17/02/2016.
Rio Fortuna/SC, 17 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016
OBJETO: Aquisição de Materiais Odontológicos para a Unidade Básica de Saúde.
EMPRESA CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.465,79.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 03/2016 – PR nº 02/2016.
Rio Fortuna/SC, 23 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2016
OBJETO: Aquisição de Materiais Odontológicos para a Unidade Básica de Saúde.
EMPRESA CONTRATADA: DENTAL MEDI SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 13.131,64.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 03/2016 – PR nº 02/2016.
Rio Fortuna/SC, 23 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2016
OBJETO: Aquisição de Materiais Odontológicos para a Unidade Básica de Saúde.
EMPRESA CONTRATADA: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 25.405,87.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 03/2016 – PR nº 02/2016.
Rio Fortuna/SC, 23 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2016
OBJETO: Aquisição de Materiais Odontológicos para a Unidade Básica de Saúde.
EMPRESA CONTRATADA: TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA EPP.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.344,16.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 03/2016 – PR nº 02/2016.
Rio Fortuna/SC, 23 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO FMS LIC 04

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016
OBJETO: Contratação de prestadores de serviços profissionais de Médico Psiquiatra, Médico Pediatra, Médico Ginecologista/Obstetra, Médico Clínico Geral e Fisioterapeuta, para atender através de consultas/sessões mensais os programas do Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna/SC, durante o exercício de 2016, facultando o direito de prorrogação do contrato para o ano seguinte.
VENCEDORES: CLINI VALE CLÍNICA MÉDICA EIRELI; LIGIA MARIA HADEMANN ESSER ME; CLINICA MEDICA ALBERTON LTDA e RAQUEL BUSS HEMKEMEIER.
VALOR: R\$ 197.200,00.
SESSÃO: 19/02/2016.
Rio Fortuna/SC, 19 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2016
OBJETO: Contratação de prestadores de serviços profissionais de Médico Psiquiatra e Médico Clínico Geral, para atender através de consultas/sessões mensais os programas do Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna.
EMPRESA CONTRATADA: CLINI VALE CLÍNICA MÉDICA EIRELI.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 113.500,00.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2016 – PR nº 03/2016.
Rio Fortuna/SC, 24 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2016
OBJETO: Contratação de prestador de serviço profissional de Médico Pediatra para atender através de consultas/sessões mensais os programas do Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna.
EMPRESA CONTRATADA: LIGIA MARIA HADEMANN ESSER ME.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 25.200,00.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2016 – PR nº 03/2016.
Rio Fortuna/SC, 24 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2016
OBJETO: Contratação de prestador de serviços profissional de Médico Ginecologista/Obstetra, para atender através de consultas/sessões mensais os programas do Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna.
EMPRESA CONTRATADA: CLINICA MEDICA ALBERTON LTDA.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 41.000,00.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2016 – PR nº 03/2016.
Rio Fortuna/SC, 24 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2016
OBJETO: Contratação de prestador de serviços profissional de Fisioterapeuta, para atender através de consultas/sessões mensais os programas do Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna.
EMPRESA CONTRATADA: RAQUEL BUSS HEMKEMEIER.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 17.500,00.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2016 – PR nº 03/2016.
Rio Fortuna/SC, 24 de fevereiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
PREFEITO MUNICIPAL

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8098

PORTARIA Nº 8098/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI:

RESOLVE:

Art. 1ª – Conceder férias ao Servidor Público Municipal LUCIMAR LUIZ FERRARI, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2013 à 01 de fevereiro de 2014, para serem gozadas de 21 de junho de 2016 à 20 de julho de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 21 de junho de 2016

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 47/2016 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

DECRETO Nº 047/2016, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE FUNCIONÁRIOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho de funcionários em estágio probatório contratados a partir do Concurso Público 02/2015 e Emprego Público 01/2015.

Parágrafo Único – Compõem a referida Comissão os Seguintes servidores efetivos do quadro de pessoal do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC:

I – (Presidente)-Eroni Allebandt

II – (Secretário)- Sueli Basquer da Silva Rintzel

III – (Membro Titular) – Noeli Vanin

IV – (Membro 1º Suplente) – Margarete Rosa Alves

V – (Membro 2º Suplente) – Janete Krause

Art. 2º Compete a comissão municipal permanente de avaliação e desempenho dos servidores em estágio probatório as seguintes atribuições:

I – Avaliar o estágio probatório dos servidores ingressantes no serviço público;

II – Manter registro das avaliações;

III – Atuar com isenção, responsabilidade e boa técnica na condução dos trabalhos;

IV – Respeitar os princípios da administração pública em consonância com o art. 37 da Constituição da República;

Art. 3º Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos, contados da data de sua entrada em exercício, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão, obrigatoriamente, objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguinte fatores:

I – assiduidade e pontualidade, avaliando-se a frequência, pontualidade e a permanência no local de trabalho, bem como as saídas antecipadas do servidor;

II – disciplina, avaliando-se o cumprimento ou não, pelo servidor, das determinações e ordens superiores, bem como das atribuições do respectivo cargo, constantes da lei;

III - capacidade de iniciativa, avaliando-se o bom senso do servidor nas suas decisões, na ausência de instruções detalhadas ou em situações inesperadas;

IV – produtividade, avaliando-se o volume e a quantidade de trabalho executada pelo servidor em condições normais de serviço;

V – responsabilidade, avaliando-se a maneira como o servidor dedica-se ao trabalho, o cumprimento dos prazos, ordens e determinações hierárquicas, a observância e o respeito às leis e seus regulamentos, bem como quanta fiscalização é necessária para conseguir os resultados desejados;

VI – cooperação, avaliando-se a vontade de cooperar e a atitude em relação aos colegas de trabalho e à chefia imediata;

VII – dedicação ao serviço público, avaliando-se o empenho, a ordem e o esmero do servidor em relação ao serviço público que desempenha;

VIII – organização e planejamento, avaliando-se a organização, o planejamento e a limpeza no local de trabalho do servidor;

IX – qualidade, avaliação da frequência de erros do servidor, bem como a ordem e a apresentação que caracterizam o seu trabalho.

§1º Trinta dias antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser o regulamento, inclusive quanto à pontuação e a forma de realização, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a IX deste artigo.

§2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 28 da Lei Complementar 10/2009.

§3º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de confiança, inclusive ser removido de ofício.

§4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidos as licenças e os afastamentos previstos no art. 76, incisos I e III, art. 80 e art. 81 da Lei Complementar 10/2009.

§5º O estágio probatório ficará suspenso durante o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e ainda nos seguintes casos:

I – licença para atividade política;

II – licença à adotante;

III – licença à gestante;

IV – licença por motivo de doença em pessoa da família;

V – durante o período em que estiver em gozo de benefício previdenciário.

§6º O período do estágio probatório será obrigatoriamente cumprido no exercício das atribuições do cargo efetivo para o qual o servidor foi nomeado.

§7º O procedimento da avaliação de desempenho para servidores em estágio probatório seguirá critérios objetivos, de tal forma que a avaliação não sofra as influências da análise subjetiva dos avaliadores.

Art. 4º. A avaliação descrita no artigo anterior deverá ser feita semestralmente e os respectivos resultados deverão constar em fichas anexadas a pasta funcional de cada avaliado e ao final dos três(03) anos, havendo o funcionário ter recebido nota suficiente, será baixado o referido decreto de efetivação.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito de Santa Terezinha do Progresso-SC, em 22 de junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Sta. T. Progresso

Registrado e publicado em data supra.

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 130/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 130/2016

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna pública a homologação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 130/2016, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DE MAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS DO CONJUNTO HABITACIONAL WILFRIED A. WEIHERMANN, CONSTITUÍDO DAS RUAS C, D, LUIZ CARLOS CONTESINI E WILFRIED AFONSO WEIHERMANN, BAIRRO LENÇOL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONVÊNIO Nº 2016 TR1000, para a empresa: BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, TOTALIZANDO EM R\$ 360.000,00.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2016.

CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

RESULTADO DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS Nº 130/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 130/2016

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 130/2016, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DE MAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS DO CONJUNTO HABITACIONAL WILFRIED A. WEIHERMANN, CONSTITUÍDO DAS RUAS C, D, LUIZ CARLOS CONTESINI E WILFRIED AFONSO WEIHERMANN, BAIRRO LENÇOL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONVÊNIO Nº 2016 TR1000, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2016.

CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4768/2016 (CONTRATO Nº 078/2016 - ACESSE CONCURSOS LTDA ME)

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

(Ref.: Contrato nº 078/2016)

I – INTRÓITO

Aportaram nesta Secretaria Municipal de Administração cópia da decisão judicial oriunda dos Autos nº 0301817-47.2016.8.24.0058, na qual a d. Magistrada substituta da 3ª Vara da Comarca de São Bento do Sul/SC, Dra. Griselda Rezende de Matos Muniz determinou a suspensão dos efeitos do Termo de Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2016 com a empresa contratada Acesse Concursos, referente ao Pregão nº 067/2016, tendo como

objeto o concurso público 007/2016.

Consta também da referida decisão, a possibilidade da municipalidade suspender cautelarmente o Contrato de Prestação de Serviços n. 078/2016, mediante exposição e documentação, em procedimento próprio, podendo ser o mesmo procedimento em que deverá ser oportunizado à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Dito isto, trata o presente de Procedimento Administrativo, com escopo de oportunizar a empresa Acesse Concursos defender-se dos fatos apontados.

II – DOS FATOS

No dia 23 de maio de 2016, foram recebidas através do memorando interno nº 188/2016 – RH-SECAD, notícias de que ACESSE CONCURSOS LTDA – ME, inscrita sob o CNPJ nº 23.028.069/0001-29, não estaria atendendo aos contatos do Departamento de Recursos Humanos através da fiscalização do contrato, para publicação de retificação do edital, e não estaria atendendo aos contatos dos interessados em fazer inscrições ao processo seletivo, assim se manifestou a fiscal do contrato:

“Eu, Vera Lúcia Kuzanwski, portadora do CPF n. 635.458.379-04, matrícula funcional n. 16740, na condição de fiscal do Contrato Administrativo n. 078/2016 que rege sobre o Concurso Público n. 007/2016, onde consoante a cláusula décima quarta, a empresa Acesse Concursos Ltda- ME, foi contratada para realização dos serviços de elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados quanto a realização do Concurso Público n. 007/2016, que terá a validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, para os seguintes cargos: Agente de Autoridade de Trânsito, Agente de Defesa Civil; Assistente Administrativo; Assistente Social; Auxiliar Administrativo; Educador Social; Enfermeiro; Fiscal do Procon Fiscal em Vigilância em Saúde; Médico Clínico Geral; Médico Generalista – ESF; Médico Pediatra; Médico Veterinário; Motorista; Pedagogo Social; Psicólogo; Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Administração, onde as inscrições para este certame ocorreram no período de 15/04/2016 a 15/05/2016, venho informar as seguintes ocorrências:

No dia 16/05/2016, após o término das inscrições, por inúmeras vezes tentei contato telefônico com o Sr. ALTAIR LUIS ROLING, através do celular (47) 9113-2472, não obtendo exido em nenhuma das tentativas, onde efetuamos novas tentativas nos dias seguintes mas sem obter resultados positivos e nem de retorno do mesmo ou da empresa Acesse Concursos Ltda- ME.

Informo que no dia 18/05/16, recebi em meu endereço eletrônico um e-mail, contendo notícias vinculadas ao envolvimento do Sr. ALTAIR LUIS ROLING, sócio da empresa Acesse Concursos Ltda ME, em fraude na realização de Concursos Públicos, conforme anexo.

No dia 19/05/2016, recebi mais um e-mail, desta vez vindo do Departamento de Ouvidoria desta Prefeitura Municipal, relatando o envolvimento do Sr. ALTAIR LUIS ROLING, sócio da empresa Acesse concursos Ltda ME, em fraude na realização de Concursos Públicos, conforme anexo.

Sendo assim, solicito providências urgentes com relação as situações descritas, já que esta dificuldade de comunicação com a empresa responsável pelas inscrições e pela realização das provas tem causado diversos problemas/transtornos, bem como motivado pelo fato das provas estarem previstas para o próximo dia 29/05/2016, o que está dificultando o regular andamento do referido Concurso

Público”

Conforme se denota, aliado à ausência de contato com os representantes da empresa, APORTARAM informações, tanto por meio da Ouvidoria do Município quanto pelo e-mail pessoal da servidora responsável pelo contrato, sobre o envolvimento do Sr. ALTAIR LUIS ROLING, sócio da empresa Acesse Concursos LTDA - ME em fraude na realização de Concursos Públicos em outras cidades, conforme documentação ora anexada.

Tais informações foram confirmadas pela Administração Pública, por intermédio de notícias retiradas da rede mundial de computadores, em especial do sítio do Ministério Público de Santa Catarina, confirmando a informação acerca da prisão temporária do sócio-administrador, Sr. Altair Roling.

Constata-se da documentação que o Ministério Público de Santa Catarina requereu a prisão temporária do Sr. Altair, o que foi deferido pelo Poder Judiciário.

E, segundo as novas matérias jornalísticas encartadas, o sócio-administrador da empresa restou mais uma vez segregado em virtude dos fortes indícios de participação do administrador em crimes de fraude em concurso público.

Toda essa situação ensejou a Rescisão Unilateral do contrato.

No entanto, a decisão da Administração Pública da rescisão unilateral foi liminarmente suspensa, determinando que fosse iniciado procedimento administrativo para possibilitar o contraditório e a ampla defesa à empresa supramencionada, assim como restou facultada a suspensão cautelar do Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2016.

Ainda, afirmou a d. Magistrada responsável pela 3ª Vara da Comarca de São Bento do Sul/SC, diante de toda a documentação apresentada e submetida à sua análise que: “os fatos são graves o suficientes para justificar a opção pelo princípio da supremacia do interesse público”.

Diante dos fatos narrados, não resta outra alternativa, senão a instauração do competente processo administrativo para apurar os fatos acima descritos.

II – DA SUSPENSÃO CAUTELAR

O controle e a fiscalização da Administração Pública sobre a execução do contrato, é do fiscal do contrato, nos termos da cláusula décima quarta do Contrato Administrativo nº 078/2016, neste caso Vera Lúcia Kuzawski, CPF nº 635.458.379-04, matrícula nº 16740, que é a responsável pelas questões técnicas envolvidas na execução do concurso público, que no caso vertente identificou a dificuldade de comunicação com a empresa.

Além da situação de regular andamento do contrato administrativo, os fatos relatados com relação ao possível envolvimento da empresa contratada e seus dirigentes em fraude a concurso público realizado em outro município, trazem severas suspeitas e falta de credibilidade e imparcialidade na realização do concurso que está em andamento neste município.

Neste sentido, pelo poder geral de cautela, necessário se faz a suspensão cautelar imediata do Contrato Administrativo, evitando-se maiores prejuízos à Administração Pública, vez que foi necessária a contratação de outra empresa para a continuidade do certame em prazo hábil, para atingir a necessidade da administração.

As condutas perpetradas pelo Contratado, além de irem contra as cláusulas contratuais, se encontram em total afronta as normas

legais, aos princípios administrativos, especialmente a lei 8.666, especialmente:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

(...)

Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Informamos que as condutas apontadas poderão causar ao Contratado diversas sanções, desde aquelas previstas na cláusula décima segunda do contrato administrativo, e até mesmo a rescisão unilateral do contrato, nos termos do artigo 77 e 78, ambos da lei 8.666/93.

III – DECISÃO

Diante das razões expostas, de fato e de direito, e dos documentos acostados aos autos administrativos, decido:

A) DETERMINO A ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, com a consequente intimação da empresa contratada, ACESSE CONCURSOS – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 23.028.069/0001-29, com sede à Rua Pará, nº 162 – Bairro dos Estados, na Cidade de Timbó – SC, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, apresente manifestação escrita acerca dos fatos narrados nesta decisão e na documentação que a instrui, informando acerca da inexecução das obrigações do Contrato Administrativo, devido aos inadimplementos citados, com possível aplicação das penalidades previstas no Edital de Pregão Presencial nº 67/2016, na Cláusula Décima Segunda do Contrato Administrativo nº 078/2016 e nos Artigos 77, 78 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e seus incisos, requerendo o que entender necessário para o pleno exercício do seu direito ao contraditório, e ampla defesa, sob pena de preclusão.

B) DETERMINO a juntada de cópias:

- 1) do Contrato Administrativo nº 078/2016;
- 2) da decisão liminar oriunda dos Autos nº 0301817-47.2016.8.24.0058;
- 3) do Memorando interno nº 188/2016 – RH-SECAD e de todo o Processo 4054/2016;
- 4) do pedido de Prisão Temporária do Ministério Público de Santa Catarina contra o sócio-administrador, Sr. Altair Roling;
- 5) das matérias jornalísticas a que a municipalidade tenha acesso e que digam respeito ao envolvimento do Sr. Altair Roling em fraude à concursos públicos e direcionamento de vagas em concurso público;

C) DETERMINO, em acatamento à determinação judicial, a suspensão imediata do Contrato Administrativo nº 078/2016 (e os efeitos dele decorrentes) com a empresa Acesse Concursos Ltda – ME, até que seja proferida a decisão final deste processo.

D) DETERMINO a comunicação imediata desta decisão no Processo Licitatório nº 707/2016 (Pregão Presencial nº 67/2016), sem prejuízo da continuidade do certame pela empresa que assumiu a feitura do concurso.

E) DETERMINO a remessa de cópia à procuradoria do Município deste despacho, bem como de todos os atos decisórios praticados na sequência deste procedimento.

Publique-se.
Intime-se.

São Bento do Sul/SC, 15 de junho de 2016.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Secretário Municipal de Administração

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

2º AVISO DE LICITAÇÃO Nº 33/2016

Pregão Presencial nº 33/2016 – 2ª Publicação
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 33/2016
MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 06 de julho de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de furgão em fibra para montagem em veículo VW Amarok..

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(25) 4.4.90.52.57.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 23 de junho de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

ATA DE REG DE PREÇOS N.26-2016-FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T.Comp. Nº.: 026/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada...: CEMAR FONINI
Objeto : CONTRATAÇÃO DE MEDICO ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS ELETIVOS
Valor : R\$75.000,00(setenta e cinco mil reais)
PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2016
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS, 22 de junho de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO DE LIC N.60/2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.60/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N. 60/2016.
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDATICO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 08 de julho de 2016
Abertura dos Envelopes :08:00 horas- dia 08 de julho de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000.
SAO CARLOS, 23 de junho de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO DE LIC N.61/2016 PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.61/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 61/2016.
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO PNEUS NOVOS
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 12 de julho de 2016
Abertura dos Envelopes :08:00 horas- dia 12 de julho de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000.
SAO CARLOS, 23 de junho de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO DE LIC N.62/2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.62/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL-REGISTRO DE PREÇOS N. 62/2016.
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTICIOS –MANUTENÇÃO DO CONVENIO FUNREBOM
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 14 de julho de 2016
Abertura dos Envelopes :08:00 horas- dia 14 de julho de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000.
SAO CARLOS, 23 de junho de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO LIC N.59/2016 PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.59/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 59/2016.
Tipo : Menor preço global
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS P/ILUMINAÇÃO PUBLICA.
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 07 de julho de 2016
Abertura dos Envelopes :08:00 horas- dia 07 de julho de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000.
SAO CARLOS, 23 de junho de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

Decreto nº 0034/2016

DECRETO Nº 034/2016, DE 20 DE JUNHO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS / SC.

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme previsto no inciso I do Artigo 4º da Lei Municipal nº 1789/2015, de 21 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de São Carlos/SC, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para a suplementação dos seguintes programas:

a) 07.01.12.361.0004.2.018 – Manut. Ativid. Educacionais Ensino Fundamental
Suplementa:
Despesa 81 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta – Fonte 01.58
Valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

b) 07.01.12.361.0004.2.018 – Manut. Ativid. Educacionais Ensino Fundamental.

Anula:

Despesa 84 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta – Fonte 01.58

Valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 20 de junho de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal.

EXT ATA DE REG PREÇOS N.43/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

T Compo Nº.: 043/2016

Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada.: VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA ME

Objeto : AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VALE SEMEN

Valor : R\$176.895,00(cento e setenta e seis mil oitocentos e noventa e cinco reais)

PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 50/2016

Vigência : 12 meses

SAO CARLOS, 20 de junho de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO CONT N.11/2016 FMS

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 011/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Contratada.: CLINICA MEDICA HERMES LTDA

Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA AREA DA SAUDE - AUDITOR DE AIHS.

Valor : R\$5.607,03(CINCO MIL SEISCENTOS E SETE REAIS E TRES CENTAVOS)

Vigência : 31.12.2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N011/2016

SAO CARLOS, 022 DE JUNHO DE 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 019/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 019/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 006/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 06 de julho de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÕES PARCELADAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 21 de junho de 2016.

Paula Natana Comachio – Pregoeira Oficial do Município

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº 17/2016

Modalidade – Pregão Presencial nº 05/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL E ESF'S MUNICIPAIS. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h e 45 min do dia 07/07/2016, com abertura dos envelopes prevista para as 09h do dia 07/07/2016. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 23 de junho de 2016.

REJANE ELIBIO BORBA

Secretária Municipal de Saúde

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016 DE 11/05/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016 DE 11/05/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM PRÉ MISTURADO A FRIO NA RODOVIA MUNICIPAL SJS – 244 E 348 (COMUNIDADE DE PASSO MAGNUS), EXTENSÃO 528,00 M (ESTACA 00 ATÉ 26+8,000) E RODOVIA MUNICIPAL SJS – 160 (COMUNIDADE DE GLORINHA), EXTENSÃO 479,61 M (ESTACA 00 ATÉ 23+19,610), CONFORME LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DEMAIS DADOS TÉCNICOS, CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa: SETEP CONSTRUÇÕES LTDA no item único pelo valor de R\$ 223.900,52. Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontram-se apensos ao processo licitatório à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC.

São João do Sul, 15 de Junho de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 176/2016

DECRETO Nº 176/2016

“QUE NOMEIA FUNCIONÁRIA, POR FORÇA DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora: – TATIANA DA SILVA SOUZA, para ocupar o Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, na Secretaria Municipal da Fazenda, com 40 horas semanais classificada em 3º lugar no Concurso Público Nº 002/2015, realizado em data de 17/01/16, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 177/2016

DECRET O Nº 177/2016

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO PRESENTE EXERCÍCIO DA FONTE DE RECURSOS LIVRES NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.383/2015, 23/12/2015”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

(63)4.4.90.00.00.00.00.00.2.011-0160 – Aplicações Diretas 14.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 14.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no presente exercício da Fonte de Recursos livres.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 178/2016

DECRETO Nº 178/2016

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIOS APROVADOS EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, ficam EFETIVADOS os funcionários: – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações. – FERNANDO ZANETE, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações. – NELCI HEMENEGILDA AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 258/2016

PORTARIANº 258/2016

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - VOLNÍ PEREIRA DE LIMA, ocupante do Cargo de Eletricista de Veículos, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 17/06/2016 à 16/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 17 de Junho de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 259/2016

PORTARIANº 259/2016

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS aos seguintes funcionários: - DAIANA ALVES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 20/06/2016

à 19/07/2016. – GISLAINE POLLI FARIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 20/06/2016 à 19/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 260/2016

PORTARIANº 260/2016

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 003/2015, realizado em data de 17/01/16; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - TAMARA RODRIGUES CASSÃO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais – Servente/Faxineira, na Secretaria Municipal de Assistência Social – Casa Lar, com 40 horas semanais, a contar do dia 22/06/2016, em substituição a funcionária Serli Lima Pereira, que encontra-se em gozo de férias e Licença Prêmio.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Junho de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 261/2016

PORTARIANº 261/2016

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – SILVANA FLORÊNCIO E SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 06/06/2016, para tratamento de saúde de seu filho. – EDNA SOLOI DA ROSA AZI, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 08/06/2016. – CLAITON MARTINS ALVES, ocupante do Cargo de Veterinário, por 01 (um) dia, no dia 10/06/2016, para tratamento de saúde de sua avó. – VICÊNCIA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 10/06/2016, para tratamento de saúde de seu esposo. – ELISIANE BRANCO VIEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 13/06/2016, para tratamento de saúde de seu filho. – CLAUDIO MATOS GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 14/06/2016. – MARCIA APAª. LAURINDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 14/06/2016. – EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professor, por 07 (sete) dias, a contar do dia 15/06/2016. – RAQUEL MENDES COELHO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia

15/06/2016. – VICÊNCIA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/06/2016. – ANGELITA BORGES DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/06/2016. – MARIA A. BORGES N. LUCIANO, ocupante do Cargo de Professora, por 60 (sessenta) dias, a contar do dia 16/06/2016, para tratamento de saúde de seu filho. – JULIANO RIBEIRO ZANELA, ocupante do Cargo de Encanador, por 02 (dois) dias, a contar do dia 16/06/2016. – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 16/06/2016, para tratamento de saúde de seu filho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Junho de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 262/2016

PORTARIANº 262/2016

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 16/06/2016, para tratamento de saúde de sua esposa. – LUCIA DE Fª. FURTADO DOS S. MARTINS, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 16/06/2016. – ALINE SCHLISCHTING MULLER, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 16/06/2016. – DIOGO XAVIER, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 16/06/2016. – GRAZIELA RAISER DA CRUZ, ocupante da Função de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 16/06/2016. – FRANCIONI OLIVEIRA MACE-DO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 17/06/2016 e o retorno de acordo com o INSS. – ALINE RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 17/06/2016. – JULIANA ZILIO BORGES, ocupante do Cargo de Odontóloga, por 01 (um) dia, no dia 17/06/2016, para tratamento de saúde de seu esposo. – JOSÉ VILSON HASCKEL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 20/06/2016. – DAURA IVONE NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 20/06/2016. – DEBORA APAª. BUENO SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2016. – MARLUSE NUNES CASCAES, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 21/06/2016. – MARCIA RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2016. – JOSIANE LEHNKUHL, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2016. – RAFAELA LUCIANO COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Junho de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

São José

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 36/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 36/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 07 de Julho de 2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	1933/2012
Recorrente	ETELVINA ALVES DE OLIVEIRA
Procurador habilitado nos autos	A PROPRIA
Relator	JOSÉ MATEUS HOFFMANN

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 23 de junho de 2016.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:

CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 18/2016

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 18/2016

RECURSO VOLUNTÁRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1819/2012

RECORRENTE: IVETE S RIBEIRO

OBJETO: ISENÇÃO DE IPTU 2012

CONSELHEIRO RELATOR: VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

Certifico que o CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES em sessão ordinária 230ª, hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo decidido, por UNANIMIDADE, PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO, DEFERINDO A ISENÇÃO DE IPTU 2012 nos termos do voto Do Relator VALMOR DOS SANTOS JUNIOR.

Tomaram parte no julgamento: O CONSELHEIRO Sr. JOSÉ MATEUS HOFFMANN, A CONSELHEIRA SRA. NADIR TEREZINHA KOERICH, O CONSELHEIRO SR. VALMOR DOS SANTOS JUNIOR E O CONSELHEIRO MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA

Presidiu a Sessão O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Sr. RODRIGO JOÃO MACHADO.

Representou a Fazenda do Município Procurador Sr FRANCISCO ALFREDO LEAL DE MACEDO CAMPOS.

Para constar, lavro a presente certidão e dou fé.

São José, 23 de junho de 2016

Rozana Maria Kuster

Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 37/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 37/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 21 de Julho de 2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	8883/2015 APENSO 15 113/2015
Recorrente	GOVERNANÇA BRASIL T. G. - GOV BR
Procurador habilitado nos autos	A PROPRIA
Relator	JOSÉ MATEUS HOFFMANN

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 23 de junho de 2016.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EXTRATO DA CARTA CONVITE Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA CONVITE Nº 002/2016. Contratado: VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PRAÇA ENTRE A RUA JOÃO NILO MORFIM E AV. DAS TORRES, NO BAIRRO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 65.873,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais).

PORTARIA NO 006, DE 20 DE JUNHO DE 2016

portaria no 006, de 20 DE JUNHO DE 2016.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art.1º. Fica aprovado, na forma do Anexo Único, o Regimento

Interno do Serviço de Acolhimento Institucional para Adolescentes do Sexo Masculino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 20 de junho de 2016.

Rita de Cássia Faversani Furtado
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO ÚNICO DA portaria no 006, de 20 DE JUNHO DE 2016.

REGIMENTO INTERNO

SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO

CAPÍTULO I DO ATENDIMENTO

Art. 1º O Serviço de Acolhimento Institucional Municipal para Adolescentes do Sexo Masculino, situado à Rua Emílio Macedo (transversal com a Rua Otto Julio Malina) nº S/nº, Bairro Ipiranga, São José / SC, destina-se ao atendimento e proteção integral de adolescentes do sexo Masculino, de 12 a 18 anos incompletos, mediante parecer técnico e que se encontrem afastados do convívio familiar por medida de proteção no município de São José - SC.

Parágrafo Único - O Serviço de Acolhimento Institucional Municipal para Adolescentes do Sexo Masculino oferecerá todos os esforços, mediante interlocução com a rede socioassistencial local e/ou do Município de sua residência anterior (CRAS, CREAS, CAP's i, Escolas, etc.), para que o adolescente retorne o mais rápido possível à sua família de origem ou extensa, e/ou, sendo caso de destituição do poder familiar, estimulará a sua adoção, seguindo-se os procedimentos do ECA e orientação e decisão do poder judiciário, através da Vara da Infância, Juventude e Anexos da Comarca.

Art. 2º Nenhum Adolescente será privado de sua liberdade durante a permanência no Serviço de Acolhimento Institucional Municipal para Adolescentes do Sexo Masculino.

Art. 3º No momento da chegada do adolescente no Serviço de Acolhimento deve-se proceder a sua acolhida, conforme prescrito na Metodologia de Atendimento do Serviço. Os monitores ou Cuidadores deverão estar preparados para receber novo adolescente a qualquer horário do dia ou da noite, mediante Guia de Acolhimento, sem a necessidade de acionar a Coordenação do Serviço ou qualquer superior, já que esta é uma prerrogativa do serviço. O acolhimento deverá ser registrado no Livro de Ocorrências e repassado para a equipe técnica e coordenação no primeiro dia útil posterior ao acolhimento.

§ 1º Todos os objetos pessoais (roupas, brinquedos entre outros) deverão permanecer com o adolescente acolhido. Os objetos de origem duvidosa, portados pelos adolescentes, deverão ficar sob poder da Coordenação até que se comprove a real procedência dos mesmos.

§ 2º No caso do adolescente que no momento do acolhimento não estiver com seus pertences, à equipe técnica do Serviço de Acolhimento deverá providenciá-los, no sentido de garantir uma melhor acolhida do adolescente, preservando sua individualidade.

§ 3º Todos os pertencentes de adolescentes em processo de acolhimento no serviço serão verificados pelo monitor ou cuidador de

plantão, para fins de registro em prontuário individual do adolescente, sob acompanhamento do Conselho Tutelar no momento do Acolhimento. Em caso da localização de objetos inapropriados ao serviço (drogas, armamentos, etc.), o referido objeto será entregue ao Conselheiro Tutelar que estiver presente, pois não é permitido a entrada de adolescente portando estes objetos no Serviço.

Art. 4º No prazo de quarenta e oito (48) horas contados da chegada do adolescente no Serviço de Acolhimento, o Conselho Tutelar promoverá a comunicação às autoridades competentes, em especial ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca, via ofício. O Serviço de Acolhimento tem até vinte e quatro (24) horas, a contar do primeiro dia útil ao acolhimento, para realizar este mesmo processo de informar o judiciário, guardando cópia do Ofício encaminhado, na pasta individual do adolescente.

Art. 5º O Serviço de Acolhimento Institucional Municipal para Adolescentes do Sexo Masculino funcionará em Regime de Abrigo Integral.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Institucional para Adolescentes do Sexo Masculino garantirá o atendimento individualizado, evitando que o adolescente acolhido passe por situações de exposição e constrangimento.

CAPÍTULO II DA METODOLOGIA DE ATENDIMENTO

Art. 7º A metodologia garantirá o previsto no artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, bem como os princípios e eixos norteadores do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNDCFC).

Parágrafo Único - São objetivos da Metodologia de Atendimento do Serviço de Acolhimento Institucional para Adolescentes do Sexo Masculino:

I - assegurar aos adolescentes proteção e acolhimento temporário, provendo suas necessidades básicas, estabelecendo relações personalizadas e em pequenos grupos.

II - promover recepção digna e afetiva aos adolescentes que necessitem do Serviço de Acolhimento Institucional;

III - garantir acompanhamento singular e personalizado a cada adolescente, preservando sempre que possível, a rotina anterior já vivenciada pelo adolescente, como por exemplo escola, atividades esportivas, etc.

IV - orientar adequadamente os adolescentes sobre sua condição de acolhido, observando o seu nível de compreensão;

V - assegurar a frequência em escola, atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, preferencialmente nos serviços existentes na comunidade, efetivando a participação na vida da comunidade local e garantindo o direito fundamental à convivência comunitária;

VI - envolver a comunidade, informando-a e conscientizando-a da importância de sua participação no processo de inclusão social da criança e do adolescente abrigado, conforme inciso VII do artigo 92 do ECA;

VII - assegurar ambiente favorável ao desenvolvimento do adolescente, independentemente do tempo de permanência e/ou de suas condições pessoais;

VIII - garantir cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e

farmacêuticos, disponíveis no sistema de saúde pública, na comunidade ou financiados por convênio;

IX - manter registros individuais de cada adolescente, da família, dos motivos pelos quais estão acolhidos, dos atendimentos recebidos e demais informações que resguardem sua identificação e individualidade, reconstruindo a história individual, a identidade e a gestão de um projeto de vida.

X - providenciar, quando não constar no prontuário que acompanha o adolescente, os documentos necessários para o exercício da cidadania: certidão de nascimento, carteira de identidade, entre outros.

XI - favorecer a integração entre o grupo de adolescentes acolhidos, de famílias de origem/extensa, profissionais do serviço de acolhimento e comunidade em geral;

XII - implementar ações sistemáticas para o restabelecimento e preservação dos vínculos familiares e comunitários **PRIORITARIAMENTE EM FAMÍLIA DE ORIGEM/EXTENSA**;

XIII - preparar gradativamente o adolescente para o desligamento;

XIV - acolher grupos de irmãos, como também adolescentes, para não ocorrer o desmembramento do grupo familiar;

XV - evitar, sempre que possível, a transferência para outros Serviços de Acolhimento Institucional;

XVI - manter contatos e articulações permanentes com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD;

Art. 8º Os adolescentes acolhidos poderão participar de tarefas diárias da casa, desde que sejam tarefas de cunho educativo, sempre devidamente acompanhadas e orientadas pela equipe de monitores e/ou cuidadores. As tarefas permitidas estão elencadas nas Regras de Convivência do Serviço.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO INTERNO

Art. 9º É proibido o uso de qualquer substância química no Serviço de Acolhimento Institucional Municipal para adolescentes, compreendendo-se todas as instalações, inclusive drogas lícitas, como cigarro e álcool, tanto no que tange aos acolhidos, como aos funcionários.

§ 1º Ocorrendo a situação aqui prevista e confirmando o fato após procedimento administrativo disciplinar que apure a responsabilidade do educador e/ou educadores (monitores/cuidadores), serão estes afastados de seu trabalho.

§ 2º O adolescente, se necessário, receberá atendimento ao alcance do Serviço de Acolhimento Institucional (Centro de atenção psicossocial infantil – CAPS I) ou será transferido à unidade de atendimento a dependentes químicos, após comunicação e autorização do Juizado da Infância, Juventude e Anexos da Comarca de São José.

Art. 10 A equipe do Serviço de Acolhimento garantirá, sempre que possível, a participação dos adolescentes acolhidos nas decisões internas do Serviço.

Parágrafo Único - A construção da rotina diária da Casa deverá ser elaborada em conformidade com a rotina dos adolescentes, salvaguardadas idade e condições, assim como, a discussão das regras e dos limites de convivência. Os monitores e cuidadores deverão planejar e propor atividades internas e externas a todos

os acolhidos, seguindo-se quadro planejado de rotinas e atividades diárias.

Art. 11 Os adolescentes acolhidos devem respeitar os servidores do Serviço de Acolhimento Municipal, observando a LEI 2848/40 Art 331 do código penal.

Art. 12 Não é permitida a saída do Serviço de Acolhimento sem autorização, bem como chegar atrasado aos horários combinados. Todos os acolhidos deverão antecipar os pedidos de saída. Será registrado no livro de ocorrências a autorização.

Art. 13 As refeições serão servidas somente nos horários determinados, com exceção aos acolhidos que trabalham e/ou estudam nesses horários, devendo ser disponibilizadas as refeições, assim que os mesmos retornarem ao acolhimento.

REFEIÇÕES	HORÁRIOS
Café da manhã	7:00 às 09:00hrs
Almoço	12:00 às 13:00hrs
Café da tarde	16:00 às 18:00hrs
Janta	20:00 às 20:30hrs

Art. 14 Refeições deverão ser realizadas somente no REFEITÓRIO. Não é permitida a entrada de adolescente acolhido no espaço da cozinha, sem autorização. O banho deverá ser tomado individualmente.

Art. 15 O adolescente que sair do Serviço de Acolhimento Municipal sem autorização será advertido por duas vezes e na terceira vez será registrado boletim de ocorrência de evasão e informado ao Ministério Público. O retorno do mesmo só se dará mediante nova guia de acolhimento expedida pelo Conselho Tutelar ou Vara da Infância Juventude e Anexos.

Art. 16 Nos casos de descumprimento de alguma das regras do Serviço de Acolhimento de forma contínua, o adolescente será encaminhado para orientação e atendimento do Conselho Tutelar, Ministério Público, Serviço Social Forense e Vara da Infância, Juventude e Anexos. Persistindo as situações, será solicitada a transferência do adolescente do Serviço de Acolhimento.

Art. 17 O adolescente deverá freqüentar as aulas e os projetos a que foi encaminhado, não sendo permitidas faltas injustificadas.

Art. 18 Os monitores e cuidadores deverão acordar os adolescentes nos horários das suas atividades, sendo que a responsabilidade da orientação e auxílio se dá conforme lei específica de descrição das atribuições dos referidos cargos. Os adolescentes são responsáveis pela arrumação de suas camas, sempre após acordar, antecedendo o café da manhã.

Art. 19 Os horários de dormir e acordar dos adolescentes estarão definidos nas Regras de Convivência do Serviço e poderão sofrer alterações conforme necessidades. Cada adolescente deverá dormir em seu quarto, não sendo permitida a colocação de colchões na sala ou em qualquer outro ambiente.

Art. 20 A capacidade de atendimento do Serviço de Acolhimento Institucional Municipal para adolescentes do sexo masculino será de até dez (10) adolescentes, com atendimento individualizado, respeitando suas características pessoais.

Art. 21 A equipe técnica, de acordo com a demanda do Serviço determinará o dia e horário de visitas das famílias de origem ou extensa.

Parágrafo Único - Serão permitidas outras visitas fora do dia

determinado, conforme a necessidade da família, mediante parecer da Coordenação do Serviço de Acolhimento Institucional.

CAPÍTULO IV DA EQUIPE DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO

Art. 22 A equipe necessária para a composição do Serviço de Acolhimento Institucional Municipal para Adolescentes do Sexo Masculino será composta por:

I - Coordenador

II - Assistente Social

III - Psicólogo

IV - Técnico Administrativo

V - Monitores

VII - Cuidadores (Cozinheira, Agente de Serviços Gerais, Motorista e Vigia).

VIII - Auxiliares de Apoio

As competências de cada função estão descritas na Lei Municipal nº 2677, de 01 de fevereiro de 2009.

Parágrafo Único - Os membros da Equipe do Serviço de Acolhimento Institucional Municipal participarão de forma contínua de processos de formação inerentes ao Serviço de Acolhimento, conforme orientações da gestão do Serviço.

Art. 23 Compete ao Monitor (LEI COMPLEMENTAR Nº 053, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011):

- Propiciar segurança e bem-estar às crianças e adolescentes, em situação de risco social, zelando pela integridade física e moral dos mesmos, tomando ações para a diminuição de seu sofrimento psíquico, visando a facilitação de sua reintegração à família/sociedade.

- Propiciar segurança e bem-estar às crianças e adolescentes em situação de risco/vulnerabilidade social, tomando ações para diminuir seu sofrimento psíquico, auxiliando, quando possível, integração e reintegração dos atendidos à suas famílias e sociedade, intensificando o convívio social, através de atividades sociais, dinâmicas, brincadeiras e outros, acompanhando e proporcionando atividades ligadas à cultura e lazer, de acordo com a faixa etária dos atendidos, acompanhando e proporcionando atividades de caráter profissional e educativo, de acordo com a faixa etária, acompanhando e monitorando os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros.

- Participar de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliações do processo de trabalho com a equipe de referência. Participar das atividades de capacitação da equipe de referência.

- Prestar suporte em serviços 24h tais como internação, casas de abrigo, atendimento a mulheres, crianças, idosos e demais municípios.

- Zelar pela integridade física e moral dos atendidos, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e proteção dos mesmos.

- Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos atendidos e suas famílias.

- Manter o registro dos atendimentos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar a troca de informações entre turnos, o entendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento bio-psicossocial dos mesmos.

- Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções

para eventuais transtornos. Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

- Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho. Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.
- auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;
- organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida.
- acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento;
- apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social);
- cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;
- relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente;
- organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);

Art. 24 Compete ao Cuidador (LEI COMPLEMENTAR Nº 053, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011):

- Propiciar segurança e bem-estar às crianças e adolescentes em situação de risco social, zelando pela integridade física e moral dos mesmos, tomando ações para a diminuição de seu sofrimento psíquico e somático, visando a facilitação de sua reintegração à família/sociedade.
- Prestar atendimento a usuários de serviços da Assistência Social no que se refere a saúde, realizando procedimentos compatíveis à sua formação.
- Atuar na execução de programas de controle e promoção da saúde, orientando nas ações de higiene pessoal e primeiros socorros, verificando acuidade visual, controlando níveis de escabiose e pediculose, prevenindo contra doenças infectocontagiosas e acidentes, bem como encaminhando à rede básica de saúde as crianças que necessitarem de ação médica.
- Propiciar segurança e bem-estar às crianças, adolescentes e/ou famílias em situação de risco/vulnerabilidade social, tomando ações para diminuir seu sofrimento psíquico e somático, auxiliando, quando possível, na integração e reintegração dos atendidos às suas famílias e sociedade, intensificando o convívio social, através de atividades sociais, cuidados de saúde, dinâmicas, brincadeiras e outros, acompanhando e proporcionando atividades ligadas à cultura e lazer, de acordo com a faixa etária dos atendidos, acompanhando e proporcionando atividades de caráter profissional e educativo, de acordo com faixa etária, acompanhando e monitorando os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros.
- Propiciar segurança e bem-estar às crianças e adolescentes em situação de risco social, zelando pela integridade física e moral dos mesmos, tomando ações para a diminuição de seu sofrimento psíquico e somático, visando a facilitação de sua reintegração à família/sociedade.
- Participar de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliações do processo de trabalho com a equipe de referência.
- Participar das atividades de capacitação da equipe de referência.
- Zelar pela integridade física e moral dos atendidos, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e proteção dos mesmos.
- Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos atendidos e suas famílias.

• Manter o registro dos atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar a troca de informações entre turnos, o entendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento biopsicossocial dos mesmos.

- Organizar a atuação dos funcionários nas Casas-Lar, no que se refere à limpeza e preparo de alimentos, definindo tarefas e organizando horários, zelando sempre pelo bem-estar das crianças/adolescentes das Casas.
- Verificar a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência de alguma anormalidade.
- Participar de campanhas preventivas, auxiliando em campanhas de vacinação, preparando o material de apoio, distribuindo material educativo, distribuindo preservativos, distribuindo material preventivo, clorando a água, convidando para participar de palestras, entre outros.
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho. Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho.
- Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.
- auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;
- organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida.
- acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento;
- apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social);
- cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;
- relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente;
- organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);

Art. 25 Compete a Equipe Técnica – Assistentes Sociais e Psicólogos (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA OS SERVIÇOS DE ACOGLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES)

- Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço.
- Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;
- Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- Encaminhamento e discussão / planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;
- Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;
- Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência);
- Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.

Art. 26 Compete a Coordenação do Serviço (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES)

- Gestão da entidade;
- Coordenação financeira, administrativa e logística;
- Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço;
- Seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos;
- Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;
- Articulação com a rede de serviços;
- Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos;

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 Em caso de necessidade, os Monitores e Cuidadores deverão recorrer a Coordenação do Serviço, acatando as orientações recebidas e aguardando as possíveis providências. A Coordenação do Serviço deverá ser a pessoa de referência para fins de suporte ao serviço e estará de sobreaviso no celular, devendo atender as ligações a qualquer dia e hora.

Art. 28 Quando em se tratando de horários e dias inapropriados, os Monitores ou Cuidadores somente deverão entrar em contato com a Coordenação do serviço em casos de extrema urgência e seriedade que assim justifique.

Art. 29 As redes sociais e whatsapp estão proibidos como meio de comunicação para assuntos referentes ao serviço, assim como para divulgação ou socialização de vídeos, imagens e informações relacionadas às atividades da casa. Os contatos devem ocorrer através de ligações telefônicas, e-mail's ou documentos oficiais.

Art. 30 Não é permitido o uso de celular em horário de serviço para outros fins, estando o funcionário que assim o fizer, sujeito às providências administrativas cabíveis.

Art. 31 Não é permitido o uso do aparelho celular por adolescente acolhidos, após às 22 horas e em caso de descumprimento, o aparelho deverá ser recolhido pelo monitor ou cuidador de plantão e entregue somente a coordenação, assim que possível.

Art. 32 Os Monitores, Cuidadores, Técnicos e Coordenação deverão diariamente registrar no Livro de Ocorrências todas as situações extraordinárias que fugir a rotina, assim como realizar a leitura do referido livro, para fins de conhecimento e repasse de plantões.

Art. 33 Todos os acontecimentos que envolverem fuga ou prática de delito por parte de adolescente acolhido, nas dependências do serviço ou não, deverão ser registrados em Boletim de Ocorrência (B.O.), pelo Funcionário testemunha ou Monitor/Cuidador de Plantão, preferencialmente na Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) de São José, imediatamente após o ocorrido e em caso de impossibilidade imediata, o mesmo deverá ser registrado no dia seguinte, impreterivelmente, contendo todas as informações sobre o ocorrido, inclusive dia e hora corretamente. A Coordenação do Serviço deverá se responsabilizar pela guarda destes documentos.

Art. 34 Todas as quintas feiras a Coordenação do Serviço deverá conferir os materiais de higiene, limpeza e alimentação, para fins de garantir que o Serviço esteja suprido destes materiais aos finais de semana e deverá ainda, deixar registrado no Livro de Ocorrências do Serviço as liberações e saídas dos adolescentes no final de semana, de forma a não gerar dúvida ao funcionário monitor ou cuidador de como proceder, ressaltando que fica a critério do

monitor/cuidador liberar ou não o adolescente conforme autorização da coordenação, a depender do comportamento do mesmo até a referida data.

Art. 35 O acesso ao Livro de Ocorrências da Casa, documentos técnicos sigilosos e os contatos dos funcionários, esta terminantemente proibido para adolescentes acolhidos.

Art. 36 Coordenação, equipe técnica e Monitores/Cuidadores deverão reunir-se ao mínimo uma vez por semana, para discussão de casos peculiares, inerentes ao Serviço de Acolhimento e seus atendidos. Ressalta-se que os monitores deverão ter acesso apenas as documentações e informações necessárias ao agir profissional (nome completo do adolescente, documentos pessoais em caso de emergência, etc.) e todos os assuntos apresentados em reunião deverão manter-se em sigilo, sob pena das medidas administrativas cabíveis.

Art. 37 A Comunicação Interna entre funcionários do Serviço, sempre que oficial, deverá ocorrer através de C.I. (Comunicação Interna) e o controle de emissão destes documentos deverá ficar sob responsabilidade da Coordenação do Serviço.

Art. 38 Todo o funcionário do referido Serviço de Acolhimento tem o dever de conhecer e seguir este Regimento Interno, assim como, o de apresentá-lo aos adolescentes acolhidos no serviço e cobrar pelo seu cumprimento diariamente.

Art. 39 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pela Secretaria de Assistência Social, respeitados os princípios norteadores da Administração Pública e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

São José, 20 de Junho de 2016.

Rita de Cássia Faversani Furtado

Secretária Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 465, DE 06 DE JUNHO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº. 465, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ENTREGA DE BEM MÓVEL INSERVÍVEL DO PATRIMÔNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONSTANTES NO ART. 74, INCISO II, ALÍNEA 'a', 1, DO REGIMENTO INTERNO, ESTABELECE A SEGUINTE RESOLUÇÃO NOS TERMOS DO ART. 4º. DA RESOLUÇÃO Nº. 243, DE 25 DE MARÇO DE 2009.

Art. 1º. - Fica autorizado a entrega ao Poder Executivo Municipal de bem móvel inservível do patrimônio da Câmara Municipal de São José: automóvel marca GM – Chevrolet, modelo Zafira Elite 2.0 MPFI FlexPower 8V, ano/modelo 2008/2009 Gasolina, Placa MFB9634, Chassi nº. 9BGTW75W09C102682.

Art. 2º. - O termo de entrega – Anexo I, integra a presente Resolução.

Art. 3º. - O servidor responsável pelo Patrimônio efetuará a baixa do bem móvel inservível relacionado no artigo 1º desta Resolução, e o Diretor Contábil - Financeiro realizará as medidas cabíveis de acordo com a Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 06 de junho de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 465, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ANEXO I**TERMO DE ENTREGA**

A Câmara Municipal de São José/SC, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 83.708.248/0001-39, Praça Arnaldo de Souza nº. 38, Centro, São José/SC, CEP nº. 88.103-005, telefone nº. 3029-1321, neste ato representada pelo seu Presidente, Orvino Coelho de Ávila, brasileiro, inscrito no CPF nº. 096.425.529-49, RG nº. 1/R 263.870, efetua a entrega de bem móvel inservível do patrimônio da Câmara Municipal de São José: automóvel marca GM – Chevrolet, modelo Zafira Elite 2.0 MPFI FlexPower 8V, ano/modelo 2008/2009 Gasolina, Placa MFB9634, Chassi nº. 9BGTW75W09C102682, sendo assinada pelos mesmos signatários deste documento.

Ao aderir ao presente, o Município de São José, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº. 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº. 38, Centro - São José/SC – CEP 88.103-005, neste ato representado pela Prefeita, Adeliana Dal Pont, atesta o recebimento do bem supra relacionado.

E por estarem de acordo, firmam este documento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das pessoas abaixo relacionadas, para que produza seus efeitos legais

Câmara Municipal de São José, 06 de junho de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Presidente

ADELIANA DAL PONT

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Prefeita

TESTEMUNHA

CPF nº.

TESTEMUNHA

CPF nº.

RESOLUÇÃO Nº. 466, DE 13 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº. 466, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

REGULAMENTA O ARTIGO 33, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 68 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE "DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º. O disposto no Capítulo VIII, Da Prestação de Serviço Extraordinário, da Lei Complementar nº. 068 de 02 de dezembro de 2015,

que dispõe sobre o quadro de pessoal, cargos, funções e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de São José e adota outras providências, será regulamentado nos termos desta resolução.

Art. 2º. O servidor em exercício na Câmara Municipal, em razão da prestação de serviço extraordinário, será convocado para atendimento de demandas inesperadas e imprevistas, cujo adiamento ou interrupção importe em prejuízo manifesto para o serviço; ou convocado para prestar apoio técnico operacional às sessões ordinárias, extraordinárias e especiais da Câmara, na forma dos incisos I e II do artigo 32 da Lei Complementar nº. 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Ao servidor convocado para prestar serviço extraordinário será concedida gratificação corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do servidor e será calculado por hora normal de trabalho, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 32 da Lei Complementar nº. 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 4º. A prestação de serviço extraordinário depende de expressa convocação da chefia imediata, nos termos do anexo único, parte integrante desta resolução, acompanhada de justificativa da real necessidade do serviço, na qual conste os motivos da convocação, o quantitativo de horas diárias, o período da convocação e o horário da sua realização.

RESOLUÇÃO Nº. 466, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

Art.5º. O pagamento pela prestação do serviço extraordinário está condicionado à apresentação, pela chefia imediata, de relatório contendo o detalhamento do serviço extraordinário realizado e a comprovação do ponto.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 14 de junho de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 466, DE 13 DE JUNHO DE 2016

ANEXO ÚNICO

Considerando a constatação de necessidade de prestação de serviço extraordinário para a consecução das atividades institucionais inerentes ao Poder Legislativo Municipal, solicito a autorização para que o servidor abaixo discriminado realize horas extras, com fundamento no art. 33, da Lei Complementar nº. 068/2015.

FORMULÁRIO – CONVOCAÇÃO DE HORAS EXTRAS	
Nome:	Fone
Cargo/Função	Matrícula
C.P.F.:	Departamento:
Endereço:	
Filiação/Mãe:	
Filiação/Pai:	
Destinatário:	

Justificativa para realização das Horas Extras

Detalhamento:		
PERÍODO DE CONVOCAÇÃO:	HORÁRIO:	NÚMERO DE HORAS DIÁRIAS:

Solicitação de Autorização:
Data ____/____/____ Data ____/____/____
SERVIDOR CHEFIA IMEDIATA

Presidente:

Autorizo o pagamento Não Autorizo o pagamento

São José ____/____/____

Assinatura

RESOLUÇÃO Nº. 467, DE 14 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº. 467, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório no âmbito da câmara municipal de são josé/sc.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, a, c/c art. 74, II, 1, da Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005, art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º A Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório no âmbito da Câmara Municipal de São José será realizada em conformidade com esta Resolução.

Art. 2º O servidor nomeado para o exercício de cargo de provimento efetivo, pertencente ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São José, fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, durante os quais serão avaliados sua capacidade e desempenho, com vistas à aquisição da estabilidade, nos termos do artigo 41, § 4º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Parágrafo Único O servidor sujeito ao estágio probatório colocado à disposição de outros órgãos públicos, não será avaliado durante o período do afastamento, retomando-se a avaliação quando de seu retorno ao cargo efetivo.

Art. 3º A avaliação será realizada semestralmente por comissão, especialmente designada para este fim, composta por pelo menos três servidores estáveis, ocupantes de cargos de nível superior, tendo um deles, pelo menos, dez anos de exercício na Câmara Municipal de São José, observados os procedimentos e parâmetros fixados nos anexos I a IV, integrantes desta Resolução.

Art. 4º O processo de avaliação dos servidores nomeados deverá representar, além de uma rotina administrativa, um instrumento capaz de possibilitar o crescimento e o desenvolvimento do servidor.

Art. 5º Compete a Comissão designada para realizar a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório:

I. proceder ao levantamento dos servidores em estágio probatório, por categoria funcional, matrícula, data da nomeação, exercício e lotação;

II. fornecer todas as orientações e informações aos servidores em estágio probatório, sobre os procedimentos da avaliação;

III. acompanhar e fazer cumprir os prazos estabelecidos;

IV. identificar os casos em que o servidor em estágio probatório esteja ocupando cargo comissionado;

V. Acompanhar e avaliar semestralmente o trabalho do servidor mediante o registro de seu desempenho em relação a cada fato considerado no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório (anexo 2), sem levar em conta fatores de ordem pessoal, para garantir um resultado imparcial e impessoal na avaliação de seu desempenho, propondo as ações previstas no item 3.2.1 do anexo 1, necessárias à melhoria do desempenho do servidor, na hipótese de ter alcançado conceito "AP – Atinge Parcialmente o Desempenho Esperado" e "NA – Não Atinge Parcialmente o Desempenho Esperado" em três avaliações consecutivas ou não;

VI. identificar as dificuldades do servidor com a finalidade de orientá-lo na busca dos resultados esperados;

VII. oportunizar aumento de produtividade por parte do servidor, dando conhecimento quanto a sua atuação e quais as expectativas em relação a este.

VIII. emitir parecer final sobre o servidor de forma a homologar ou não a sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado;

IX. dar conhecimento das avaliações parciais e da avaliação final ao servidor avaliado.

Art. 6º A avaliação será realizada semestralmente, sendo a primeira efetivada no sexto mês após a investidura do servidor no cargo e assim sucessivamente até o final do período do estágio probatório.

Art. 7º O Servidor somente será confirmado no cargo para o qual foi nomeado se, na Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, atingir a pontuação que lhe assegure o conceito "SD – Supera o Desempenho Esperado" ou "AD – Atinge o Desempenho Esperado".

Art. 8º O servidor avaliado, em todas as etapas, tomará ciência do resultado de sua avaliação, datando e assinando o respectivo documento que será registrado em seus assentamentos funcionais.

Parágrafo único. O servidor avaliado, no prazo de três dias úteis contados da ciência, poderá apresentar manifestação formal sobre o resultado da avaliação, a ser apreciado pela Comissão, levando-se em consideração todas as fases do processo de avaliação.

Art. 9º A Comissão Especial de Avaliação emitirá relatório circunstanciado com parecer conclusivo para fins de homologação do Presidente da Câmara Municipal de São José, identificando os servidores que não atingiram o desempenho mínimo esperado.

Art. 10 O servidor avaliado poderá interpor recurso no prazo de cinco dias úteis após a publicação do Resultado Final homologado, que será examinado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório no prazo de quinze dias e submetido à deliberação do Presidente.

Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório.

Art. 12 Se o resultado final for insatisfatório ou apurada a inaptidão do servidor para o exercício do cargo, este será exonerado.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 14 de junho de 2016.

Orvino Coelho de Ávila

Presidente

ANEXO I**PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

1. Fundamentação Legal – Artigo 41 da Constituição Federal com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998 e artigo 47 da Lei nº 6.745, de 28/12/85.

2. Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório – O Presidente da Câmara Municipal de São José designará servidores ocupantes de cargos efetivos para comporem "Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório", visando confirmar ou não a permanência do servidor no cargo para o qual foi nomeado, através de procedimentos e critérios

de avaliação individual e periódica de desempenho.

2.1 – Compete à Comissão:

- a) proceder levantamento dos servidores em estágio probatório, por categoria funcional, matrícula, data da nomeação e exercício e lotação;
- b) comunicar ao servidor avaliado, o grau de responsabilidade do estágio probatório e suas ações decorrentes;
- c) acompanhar e fazer cumprir os prazos estabelecidos;
- d) acompanhar e avaliar o trabalho do servidor mediante o registro de seu desempenho no Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, através do cumprimento dos objetivos, normas e procedimentos definidos pela Comissão acima referida;
- e) responder ao Questionário de Avaliação, considerando os seguintes aspectos:

- evitar comparações, pois cada indivíduo é diferente do outro;
- ser justo e imparcial;
- evitar deixar-se influenciar por fatores externos, simpatias, antipatias, pessoas e opiniões;
- estar ciente do objetivo principal da avaliação de desempenho e de sua responsabilidade pessoal;
- f) fornecer todas as orientações e informações aos servidores em estágio probatório sobre os procedimentos da avaliação;
- g) oportunizar aumento de produtividade por parte do servidor, dando conhecimento de sua atuação e expectativa em relação a este.

3. Procedimentos para avaliação:

Cada servidor nomeado será submetido a 06 (seis) avaliações no decorrer do estágio probatório, devendo a primeira ser realizada no sexto mês após a investidura no cargo e assim sucessivamente.

O servidor que durante o semestre de avaliação estiver afastado de suas atividades junto à Câmara Municipal de São José, terá a avaliação suspensa. Considera-se afastamento para fins de avaliação de desempenho de servidor em estágio probatório, as licenças para tratamento de saúde, licenças para tratamento de saúde de pessoa da família, de gestação, e quando colocado à disposição de outro órgão público, excetua-se desta regra, o servidor requisitado pela Justiça Eleitoral, conforme disposições legais.

Caso o afastamento remunerado incida sobre parte de um semestre, a avaliação será efetuada quando do retorno do servidor, observando a periodicidade semestral.

3.1 – Sistemática de avaliação:

3.1.1 – A Comissão de Avaliação definirá os procedimentos a serem adotados em todas as etapas da avaliação, realizando o devido preenchimento do Formulário de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório.

3.1.2 – A Comissão dará ciência aos avaliados das anotações a respeito de seu desempenho. Em caso de discordância por parte do avaliado, o mesmo poderá formalizar sua manifestação no "Formulário Avaliado", o qual será submetido à reconsideração da Comissão.

3.2 – Instrumentos de avaliação: O sistema de avaliação especial emite menção em escala pontuada, na forma de conceitos de avaliação.

3.2.1 – Questionário de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório

O questionário de avaliação especial de desempenho de servidor em estágio probatório relaciona os itens a serem avaliados, devendo ser assinalada apenas uma resposta em que o avaliado se enquadrar para cada item. O instrumento de avaliação contém 19 questões, definindo a partir de então, a escala de pontuação para verificar o desempenho do servidor. Os campos do formulário "Considerações do Avaliado" devem ser preenchidos caso houver divergência da parte do avaliado em relação à pontuação atribuída em qualquer item. O desempenho do servidor será obtido considerando os conceitos de cada grupo de itens, isoladamente ou de forma global, como o descrito abaixo:

a – Grupo de Itens:

Conduta Ético-Profissional

É composta de 8 (oito) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

SD – supera o desempenho esperado = 26 a 34 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 17 a 25 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 08 a 16 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = abaixo de 8 pontos

Assiduidade e Pontualidade

É composto de 3 (três) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

SD – supera o desempenho esperado = 13 a 15 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 10 a 12 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 6 a 9 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = abaixo de 6 pontos

Disciplina

É composto de 2 (dois) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

SD – supera o desempenho esperado = 7 a 8 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 5 a 6 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 3 a 4 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = 2 pontos

Eficiência

É composto de 6 (seis) itens (questões), sendo assim definidos os conceitos:

SD – supera o desempenho esperado = 21 a 26 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 14 a 20 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 6 a 12 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = abaixo de 6 pontos

b – Geral

SD – supera o desempenho esperado = 67 a 83 pontos

AD – atinge o desempenho esperado = 46 a 66 pontos

AP – atinge parcialmente o desempenho esperado = 22 a 45 pontos

NA – não atinge o desempenho esperado = abaixo de 22 pontos

O servidor que obtiver conceitos "SD" ou "AD" está preenchendo os requisitos necessários ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo ocupado.

Quando o servidor, em três avaliações semestrais, consecutivas ou não, obtiver conceitos "AP" ou "NA" em qualquer Grupo de Itens ou na Avaliação Geral, a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório deverá propor as seguintes ações para melhoria do desempenho:

Analisar sua adaptação ao local de trabalho;

Identificar possíveis dificuldades profissionais ou pessoais;

Encaminhar para capacitação;

Propor remanejamento.

Findo o processo de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório será efetuado o somatório do total geral de pontos obtidos a cada semestre e dividido pelo número de avaliações, verificando-se a conceituação final obtida.

O servidor que atingir conceituação "SD" ou "AD" será considerado apto para o exercício do cargo para o qual foi nomeado.

O servidor que atingir conceituação final "AP" e "NA", tendo a Comissão executado as ações previstas para melhoria do desempenho no transcorrer das avaliações semestrais, será considerado inapto para o cargo e exonerado.

ANEXO II

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

NOME DO AVALIADO:

Nº DA MATRÍCULA:

FUNÇÃO:

DATA DE ADMISSÃO:

LOCAL DE LOTAÇÃO:

SEMESTRE DE AVALIAÇÃO:

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

1. CONDUTA ÉTICO-PROFISSIONAL

1.1 ÉTICA PROFISSIONAL

0.0.1 Guarda sigilo quanto às informações da Unidade de lotação.

Avalie o comportamento do servidor quanto às informações de trabalho que lhe foram repassadas ou que teve acesso:

1. () o servidor geralmente guarda sigilo necessário sobre as informações de seu trabalho;
2. () o servidor, raramente, encara com seriedade sua responsabilidade sobre dados sigilosos;
3. () o servidor sempre mantém sigilo das informações do seu trabalho;
4. () o servidor nem sempre assume a responsabilidade que deveria quanto a confiabilidade dos dados sigilosos que manipula.

1.1.2 Observância da hierarquia.

Avalie o grau em que o servidor observa e cumpre a hierarquia funcional:

1. () o servidor sempre observa a hierarquia;
2. () o servidor raramente observa e cumpre a hierarquia funcional;
3. () o servidor não observa, nem cumpre seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições;
4. () o servidor observa a hierarquia funcional, porém em algumas ocasiões atropela a delegação de competência a ele atribuída.

1.2 RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

1.2.1 Clima/ambiente de trabalho.

Avalie a forma como o servidor age e procura manter um bom clima de trabalho, levando em consideração os valores e sentimentos individuais e coletivos:

1. () o servidor age mantendo um bom clima de trabalho, considerando valores e sentimentos individuais e coletivos;
2. () o servidor mantém uma certa distância de seus colegas, mas os trata com respeito e dignidade;
3. () o servidor pouco se integra a equipe de trabalho; e nem sempre os trata com respeito e dignidade;
4. () o servidor mantém sempre um bom clima de trabalho e age procurando elevar o moral de seus colegas e demais servidores;
5. () o servidor é problemático, não se envolve com os demais do grupo tratando a todos com desprezo e arrogância.

1.2.2 Relacionamento com o público.

Avalie a maneira como o servidor trata o público interno e externo:

1. () o servidor tem atitude agradável com as pessoas; não perde a calma e nem se descontrola. Sua atitude no trabalho em muito favorece o bom relacionamento com as pessoas;
2. () o servidor é uma pessoa equilibrada;
3. () o servidor não consegue manter o controle perante situações que exijam modificações dos seus traços de personalidade; muda de humor frequentemente;
4. () o servidor evita contato com outras pessoas; não é capaz de se adaptar aos outros e espera que os outros se adaptem a ele. Precisa aprender a lidar com pessoas.

1.3 ZELO POR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

1.3.1 Materiais de trabalho

Avalie o grau de interesse e preocupação com a guarda e economia do material de trabalho por parte do servidor:

1. () o servidor é zeloso, procurando sempre economizar os materiais de trabalho;
2. () o servidor é responsável pelos seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos;
3. () o servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais;
4. () o servidor é econômico e otimiza os seus materiais, porém não zela por sua conservação.

1.3.2 Patrimônio público

Avalie em que nível o servidor observa a conservação do patrimônio público:

1. () o servidor demonstra interesse com o patrimônio público, utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação.
2. () o servidor não demonstra respeito para com os bens públicos, utilizando-os de forma inadequada, provocando danos aos mesmos;
3. () o servidor utiliza o bem público de maneira adequada;
4. () o servidor utiliza o patrimônio público sem no entanto se importar com sua conservação.

1.4 CONDUTA PROFISSIONAL

1.4.1 Receptividade a críticas.

Avalie o nível de receptividade do servidor a críticas:

1. () o servidor é receptivo a críticas, discute-as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria à Instituição e ao seu local de trabalho;
2. () o servidor ouve as críticas, porém não as utiliza para progredir profissionalmente;
3. () o servidor não gosta de ser criticado e revolta-se quando isso ocorre;
4. () o servidor mostra-se indiferente às críticas;
5. () o servidor, quando recebe críticas, as analisa e adota as que julga convenientes.

1.4.2 Superação de dificuldades.

Avalie o grau em que o servidor supera as suas dificuldades e carências profissionais:

1. () nunca;
2. () quase sempre;
3. () ocasionalmente;
4. () sempre.

1.4.3 Equilíbrio emocional

Avalie o grau de equilíbrio emocional que o servidor apresenta durante suas atividades:

1. () o servidor apresenta estado emocional adequado, é controlado e prudente quando enfrenta as situações pessoais e profissionais que influenciam na execução do trabalho;
2. () o servidor apresenta estado emocional instável, é aparentemente controlado e procura ser prudente quando enfrenta as situações pessoais e profissionais que influenciam na execução do trabalho;

3. () o servidor apresenta estado emocional instável, não é controlado e prudente no enfrentamento das situações pessoais e profissionais que influenciam na execução do trabalho;
4. () o servidor apresenta energia e disposição para o trabalho, tem entusiasmo e determinação na execução de suas atividades e tem habilidade de separar seus problemas pessoais dos profissionais no decorrer de suas funções.

2. ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

2.1 PRESENÇA AO TRABALHO (ASSIDUIDADE)

2.1.1 Frequência no local de trabalho.

Avalie o grau de frequência com que o servidor se faz presente ao local de trabalho:

1. () falta com muita frequência ao trabalho, sem atestado médico;
2. () falta com muita frequência ao trabalho, com atestado médico;
3. () raramente falta ao trabalho, sem atestado médico;
4. () raramente falta ao trabalho, com atestado médico;
5. () não falta ao trabalho.

2.1.2 Permanência no local de trabalho.

Avalie o grau de permanência do servidor em seu local de trabalho:
(saídas particulares, lanches)

1. () ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem justificativa;
2. () não se ausenta do local de trabalho.
3. () raramente ausenta-se, com justificativa;
4. () raramente ausenta-se, sem justificativa;
5. () ausenta-se com frequência do local de trabalho, com justificativa.

2.2 PONTUALIDADE

2.2.1 Observância de horário e comparecimentos.

Avalie a capacidade de cumprir horários ou compromissos rotineiros do seu trabalho:

1. () quase sempre chega atrasado ao trabalho;
2. () sempre chega atrasado ao trabalho ou aos compromissos;
3. () raramente se atrasa na chegada ao trabalho;
4. () não se atrasa.

3. DISCIPLINA

3.1 COMPROMETIMENTO

3.1.1 Zelo e dedicação as suas atribuições.

Avalie em que nível o servidor exerce com zelo e dedicação as suas atribuições:

1. () nunca
2. () ocasionalmente
3. () quase sempre
4. () sempre

3.1.2 Responsabilidade com o trabalho

Avalie o grau em que o servidor atende os prazos previstos para execução das tarefas e o nível de supervisão necessário:

1. () tem consciência da responsabilidade. Não precisa ser lembrado das tarefas que lhe são confiadas;
2. () realiza as suas tarefas, cumpre os prazos, necessitando de supervisão constante;
3. () necessita ser alertado quanto as suas tarefas e cumprimento dos prazos;
4. () assume e desempenha perfeitamente suas tarefas.

4. EFICIÊNCIA

4.1 QUALIDADE DO TRABALHO

4.1.1 - Apresentação dos trabalhos realizados (documentos da rotina burocrática).

Avalie a exatidão, apresentação, ordem e o cuidado com que o trabalho é realizado:

1. () qualidade de trabalho irregular, ora boa, ora deixa a desejar;
2. () geralmente satisfaz, mas poderia melhorar;
3. () mantém constantemente a boa qualidade no serviço feito, sempre que possível procura melhorar;
4. () seus trabalhos são de excelente qualidade.

4.1.2 - Informações e orientações.

Avalie o nível em que o servidor presta informações no que diz respeito as suas atribuições:

1. () o servidor , quando requerido, presta informações e/ou orientações com segurança a cerca de seu trabalho;
2. () o servidor, quando requerido, não tendo certeza das informações, procura-as para orientar com clareza;
3. () o servidor, quando requerido, nem sempre presta informações com clareza e objetividade necessária acerca de seu trabalho;
4. () o servidor, não é seguro nas informações e/ou orientações que presta.

4.1.3 - Atinge a expectativa da área em que atua

1. () quase sempre;
2. () ocasionalmente;
3. () muito pouco;
4. () totalmente.

4.2 DOMÍNIO DO TRABALHO/ÁREA DE CONHECIMENTO

4.2.1 Conhecimento na área.

Avalie o grau de conhecimento e domínio do trabalho realizado:

1. () conhece bem e desempenha todas as fases e operações atinentes ao seu serviço;
2. () tem habilidade e conhecimentos em nível compatível com os requisitos necessários ao bom desempenho do cargo;
3. () conhece e desempenha seu trabalho satisfatoriamente;
4. () possui algum conhecimento do trabalho, mas precisa melhorar.

4.2.2 Iniciativa.

Avalie a capacidade de iniciativa do servidor:

1. () o nível de iniciativa que tem permite defrontar-se adequadamente com dificuldades sérias;
2. () precisa ser encorajado a desenvolver sua iniciativa pessoal. As reações que tem diante de fatos incomuns não são suficientes para levar a bom termo as decisões que deve tomar;
3. () não apresenta iniciativa. Omite-se em tomar medidas novas ou melhores, diante de problemas que surgem;
4. () seu nível de iniciativa é bem desenvolvido. Analisando as decisões que toma, percebe-se a sua adequação e oportunidade ao fazê-las.

4.3 APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

4.3.1 Aprimoramento/aperfeiçoamento e atualização.

1. () a atualização de conhecimentos raramente é procurada pelo servidor;
2. () mantém-se sempre atualizado, aprimorando seus conhecimentos e aptidões;
3. () eventualmente procura atualizar-se para aprimorar seus conhecimentos;
4. () o servidor não demonstra interesse em atualizar-se.

4.4 COOPERAÇÃO

4.4.1 Colaboração com colegas de trabalho

Avalie a disponibilidade de colaborar com o grupo de trabalho, tendo em vista as necessidades do setor:

1. () quase sempre mostra-se disposto em colaborar com a equipe de trabalho;
2. () não mostra disposição em colaborar com a equipe de trabalho, prejudicando o andamento dos trabalhos;
3. () colabora com o grupo de trabalho sempre que solicitado; procura desenvolver atitude de trabalho em equipe;
4. () é prestativo, não poupa esforços em ajudar os membros da equipe.

Local e Data:

Assinatura Membros da Comissão

Local e Data:

Assinatura de visto do Avaliado:

ANEXO III

FICHA DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

NOME DO AVALIADO
SEMESTRE DE AVALIAÇÃO
GRUPOS

1.CONDUTA ÉTICO- PROFISSIONAL

28 A 38 SD

19 A 27 AD

10 A 18 AP

01 A 09 NA

ITENS

ITENS DA AVALIAÇÃO / PONTOS 1,2,3,4,5

Subitem	Descrição	Alternativa / Pontuação				
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
1.1.1	Guarda sigilo quanto às informações	3	3	4	1	
1.1.2	Observância da hierarquia	4	3	1	2	
1.2.1	Clima/ambiente de trabalho	4	3	2	5	1
1.2.2	Relacionamento público	4	3	2	1	
1.3.1	Materiais de trabalho	4	3	1	2	
1.3.2	Patrimônio público	4	1	3	2	
1.4.1	Receptividade a críticas	5	3	1	2	4
1.4.2	Superação de dificuldades	1	3	2	4	
1.4.3	Equilíbrio Emocional	3	2	1	4	

TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 1

CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 1

2. ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

12 a 14 SD

08 a 11 AD

04 a 07 AP

01 a 03 NA

Subitem	Descrição	Alternativa / Pontuação				
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
2.1.1	Frequência no local de trabalho	1	2	3	4	5
2.1.2	Permanência no local de trabalho	1	5	4	3	2
2.2.1	Observância horário e comparecimentos	2	1	3	4	

TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 2

CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 2

3. DISCIPLINA

07 a 08 SD

05 a 06 AD

03 a 04 AP

01 a 02 NA

Subitem	Descrição	Alternativa / Pontuação				
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
3.1.1	Zelo e dedicação as suas atribuições	1	2	3	4	
3.1.2	Responsabilidade com o trabalho	3	2	1	4	

TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 3

CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 3

4. EFICIÊNCIA

22 A 28 SD

15 A 21 AD

08 A 14 AP

01 A 07 NA

Subitem	Descrição	Alternativa / Pontuação				
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
4.1.1	Apresentação dos trabalhos realizados	1	2	3	4	
4.1.2	Informações e orientações	4	3	2	1	
4.1.3	Atinge expectativa área em que atua	3	2	1	4	
4.2.1	Conhecimento na área	3	2	1	4	
4.2.2	Iniciativa	4	2	1	3	
4.3.1	Aperfeiçoamento Profissional	3	4	2	1	
4.4.1	Colaboração com colegas	2	1	3	4	

TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 4

CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 4

PONTUAÇÃO E CONCEITUAÇÃO FINAL DO SEMESTRE

TOTAL GERAL DE PONTOS

CONCEITO GERAL OBTIDO

OBSERVAÇÕES DA COMISSÃO:

TOTAL 67 a 88 pontos – SD (supera o desempenho esperado)

45 a 66 pontos – AD (atinge o desempenho esperado)

23 a 44 pontos – AP (atinge parcialmente o desempenho esperado)

01 a 22 – NA (não atinge o desempenho esperado)

Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório.

Local e Data:

Nome: Assinatura:

Nome: Assinatura:

Nome: Assinatura:

ANEXO IV

CONSIDERAÇÕES AVALIADO

Este formulário deverá ser preenchido caso houver divergência da parte do avaliado em relação à pontuação.

NOME DO AVALIADO:

SEMESTRE DE AVALIAÇÃO:

CONSIDERAÇÕES DO AVALIADO:

Local e Data:

Nome: Assinatura:

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CREDENCIAMENTO 04-2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº78/2016
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 78/2016, Edital de Credenciamento Nº 04/2016, Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DAS INSTALAÇÕES CONSTANTES NO MÓDULO ESPORTIVO, SENDO ESPECIFICAMENTE A QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA, O CAMPO DE FUTEBOL E DEMAIS INSTALAÇÕES, PARA ORGANIZAÇÕES/ ENTIDADES/ ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, QUE ATUAM NO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNICÍPIO. Recebimento dos documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital, a partir das 14:00 horas do dia 15/07/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.15/2016

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2016

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 15/2016, Edital de Pregão Nº 15/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO COBALT PLACA MKY 2644 E PARA O VEICULO CORSA PLACA MKZ 5704, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 06/07/2016. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 06/07/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 190, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 190, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Altera a Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os Anexos IV e VII, da Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I e II, respectivamente, desta Lei Complementar.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei Complementar nº 190, de 23 de junho de 2016)

“ANEXO IV - DESCRIÇÃO DOS CARGOS MANTIDOS

(Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005)

OCUPAÇÕES DE NÍVEL ADMINISTRATIVO SUPERIOR - NAS

13. ODONTÓLOGO

13.4.

13.4.1 Vagas para o cargo de quarenta horas semanais: 07

.....” (NR)

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei Complementar nº 190, de 23 de junho de 2016)

“ANEXO VII

(Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005)

QUADRO RESUMO DE VAGAS”

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	VAGAS
.....
.....
OCUPAÇÕES DE NÍVEL ADMINISTRATIVO SUPERIOR - NAS

	ODONTÓLOGO - 40 HORAS	07

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.286, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 2.286, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza a cessão de uso de equipamentos agrícolas para as Associações de Máquinas do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso, a título gratuito, pelo prazo de 05 (cinco) anos, dos seguintes equipamentos agrícolas de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, às entidades:

I - Associação de Máquinas das Comunidades de São João, São Caetano, Santa Clara, parte do Taquari e parte de São Miguel, inscrita no CNPJ sob o nº 14.749.056/0001-58:

a) um carretão agrícola basculante metálico, novo, ano e modelo: 2015, com pneus, lateral fixa, rodado tandem, aro 16, pintura esmalte sintética, vagão com distância entre eixos principais de 2,50m, cilindro hidráulico telescópico, chapa mínima de 3mm, capacidade mínima de 6 toneladas, marca IAC, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20110 e valor de aquisição de R\$ 8.950,00 (oito mil, novecentos e cinquenta reais);

b) uma colhedora de forragens, nova, ano e modelo: 2015, com rotor 12 facas, quebra grão, semi-hidráulica, caixa e cardan; marca Cremasco, registrada no patrimônio do Município sob o nº 20114 e valor de aquisição de R\$ 15.100,00 (quinze mil e cem reais).

II - Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Presidente Juscelino, inscrita no CNPJ sob o nº 04.142.272/0001-87;

a) um distribuidor de adubo líquido, novo, ano e modelo: 2015, com pneus, 5.000 litros, compressor a vácuo, rodado tandem, aro 16, bomba de 300mm, 1.200lts/minuto, chapa mínima de 4mm, marca Lumeco, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20038 e valor de aquisição de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais);

b) uma colhedora de forragens, nova, ano e modelo: 2015, com rotor 12 facas, quebra grão, semi-hidráulica, com caixa e cardan, marca Cremasco, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20115 e valor de aquisição de R\$ 15.100,00 (quinze mil e cem reais);

c) um trator agrícola com pneus, novo, ano e modelo: 2015/2016, motor com potência mínima de 106cv, mais 4 cilindros, diesel mais biodiesel S-10, tração 4x4, transmissão mínima de 12 a frente e 4 a ré; TDP 540 mais 540 e independente, estrutura contra capotamento, buzina dianteira mais traseira, controle remoto comando duplo, freio de disco banhado a óleo, pesos dianteiros (maletas): 4 pesos, totalizando 40kg e traseiros (argolas) 40kg, faróis e faróis auxiliares, sistema de injeção direta, 02 espelhos retrovisores, cinto de segurança, banco ergonômico com giro 15º, marca Massey Ferguson 4292/4S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20121 e valor de aquisição de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

III - Associação de Máquinas do Setor 2 de Presidente Juscelino, inscrita no CNPJ sob o nº 11.382.344/0001-29:

a) uma grade aradora com controle remoto, nova, com pneus, ano e modelo: 2015, com 18 discos de 28 polegadas, espaçamento de 270mm, mancal a graxa, discos de 06mm; marca Formaq, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20116 e valor de aquisição de R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais);

b) um distribuidor de adubo líquido, novo, ano e modelo: 2015, com pneus, 6.000 litros, compressor a vácuo, rodado tandem, aro 16, bomba de 300mm, 1.200lts/minuto, chapa mínima de 4mm, marca IAC, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20112 e valor de aquisição de R\$ 18.850,00 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta reais);

c) um trator agrícola com rodas, motor 75cv de 4 cilindros aspirado, 4.100cm³, estrutura contra capotamento, toldo, tanque de combustível lateral plástico de 100 litros, transmissão 12 frente e 4 a ré, embreagem dupla 12"x10", disco orgânico, levante hidráulico 2.500kg, braço curto (vazão 17lts/min), controle remoto independente 2 corpos (duplo), tomada de potência 540 RPM; rodado dianteiro 12.4x24 R1 aro 10x24; rodado traseiro 18.4x30 R1 aro 16x30; pesos traseiros 2+2 de 52kg cada, pesos dianteiros 8x35kg cada: total 280kg; barra de tração oscilante HD com engate, modelo 0109TL75; marca New Holland, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6915, avaliado em R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

IV - Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas de Distrito de Frederico Wastner Município de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 03.883.258/0001-71:

a) um arado subsolador, novo, ano e modelo: 2015, pino fixo com 07 hastes, marca Manja AS 7, registrado no patrimônio do Município sob o nº 20037 e valor de aquisição de R\$ 3.350,00 (três mil, trezentos e cinquenta reais);

b) um grampo limpador de solo, novo, ano e modelo: 2015, 2,8m de largura com 19 hastes, marca Datec 19HA, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20036 e valor de aquisição de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais);

c) um carretão agrícola basculante metálico, novo, ano e modelo: 2015, com pneus, lateral fixa, rodado tandem, aro 16, pintura esmalte sintética, vagão com distância entre eixos principais de 2,50m, cilindro hidráulico telescópico, chapa mínima de 3mm, capacidade mínima de 6 toneladas, marca IAC, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20111 e valor de aquisição de R\$ 8.950,00 (oito mil, novecentos e cinquenta reais).

V - Associação de Agricultores de São Roque, Planalto e Santana da Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o nº 04.997.606/0001-02:

a) um trator agrícola com pneus, novo, ano e modelo: 2015/2016, motor com potência mínima 106cv mais 4 cilindros, diesel mais biodiesel S-10, tração 4x4, transmissão mínima de 12 a frente e 4 a ré, TDP 540 mais 540 e independente, estrutura contra capotamento, buzina dianteira mais traseira, controle remoto comando duplo, freio de disco banhado a óleo, pesos dianteiros (maletas): 4 pesos, totalizando 40kg e traseiros (argolas) 40kg, faróis e faróis auxiliares, sistema de injeção direta, 02 espelhos retrovisores, cinto de segurança, banco ergonômico com giro 15º, marca Massey Ferguson 4292/4S, registrado no patrimônio do Município sob o nº 20122 e valor de aquisição de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Art. 2º A cessão do uso, prevista no artigo 1º desta Lei, deverá observar as seguintes regras:

I - a manutenção, guarda, combustível e operador, decorrente da utilização dos equipamentos, será de exclusiva responsabilidade de cada cessionária, que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização dos mesmos;

II - a cessionária poderá cobrar dos agricultores pelas horas/máquinas prestadas, desde que respeitados os preços praticados na região e

ainda, na forma que dispuser a assembleia geral da respectiva Associação;

III - a restituição dos bens ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujos bens deverão ser entregues em condições ideais de uso, vistoriados por profissional indicado pelo município de São Lourenço do Oeste;

IV - caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura a fiscalização da utilização dos bens cedidos, bem como da forma de atendimento dos agricultores, reservando-a o direito de intervir junto às Associações, se constatado o uso dos equipamentos para promoção pessoal, má operação dos mesmos ou discriminação no atendimento dos associados;

V - os responsáveis pelas Associações deverão prestar contas dos serviços realizados, bem como das horas trabalhadas e agricultores atendidos, na forma disposta no respectivo Termo de Cessão de Uso a ser firmado;

VI - ao final da cessão, os bens deverão ser devolvidos em condições ideais de uso, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos pelos danos causados;

VII - o Termo de Cessão regulará o uso dos bens e demais disposições omissas nesta Lei.

Art. 3º Os responsáveis pelas cessionárias deverão zelar pela integridade do patrimônio público que estará sob sua guarda, sob pena de responderem penal, civil e administrativamente, nas hipóteses de causarem lesão ao patrimônio público ou a terceiros.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.287, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 2.287, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a conceder o uso de bens imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso administrativo e gratuito dos seguintes imóveis de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste/SC, às Associações de Moradores abaixo designadas:

I - prédio público em alvenaria, com área construída de 1.567,33 m², que consiste no Ginásio de Esportes do Bairro São Francisco, edificado sobre o imóvel com área superficial de 10.350m², situado em parte das chácaras nºs 38, 39 e 40, localizado na rua Osvaldo Santin, esquina com a rua João Lazzarotto, bairro São Francisco, neste Município, com as confrontações descritas na matrícula de nº 15.895, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, conforme certidão de inteiro teor constante no Anexo Único desta Lei, em benefício da Associação dos Moradores do Bairro São Francisco, inscrita no CNPJ sob o nº 00.768.748/0001-39;

II - prédio público em alvenaria, com área construída de 1.204,28 m², que consiste no Ginásio de Esportes Prefeito Zeno Germano Etges, edificado sobre o imóvel com área superficial de 2.250 m², situado em parte da chácara de nº 46, localizado na rua Aldo Lemos, esquina com rua Isaura Moretto Feuser, no bairro Santa Catarina, neste Município, com as confrontações descritas na matrícula nº 8.511, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, conforme certidão de inteiro teor constante no Anexo Único desta Lei, em benefício da Associação de Moradores do Bairro Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 03.173.049/0001-34.

Art. 2º O ônus pela conservação, zelo, manutenção, pagamento das taxas de água e de energia elétrica, limpeza e segurança dos bens imóveis será de total responsabilidade das respectivas concessionárias, que responderão por todo e qualquer dano que possa ocorrer devido ao uso dos mesmos.

Parágrafo único. A concessão de uso terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período, mediante termo aditivo ao instrumento contratual a ser firmado, findo o qual o bem imóvel e a edificação deverão ser imediatamente restituídos ao patrimônio do Município, em condições ideais de uso.

Art. 3º A concessão de uso será outorgada mediante assinatura do respectivo termo, que regulamentará o uso geral do imóvel, direitos e obrigações decorrentes, dispensada a licitação haja vista o interesse público maior envolvido.

§ 1º As concessionárias poderão utilizar todas as instalações dos prédios públicos em suas finalidades estatutárias, a fim de desenvolver atividades destinadas à realização de encontros sociais, culturais e recreativos, além de demais eventos em benefício dos associados e da comunidade em geral.

§ 2º A partir da assinatura dos termos de concessão de uso, as concessionárias fruirão plenamente dos bens recebidos para os fins estabelecidos e responderão por todos os encargos civis e administrativos que venham a incidir sobre os imóveis.

Art. 4º Fica vedado às concessionárias:

I - o desvio de finalidade;

II - a transferência a terceiros, parcial, ou total, sob qualquer título, sem prévio consentimento do Município, dos direitos adquiridos por meio da concessão de uso;

III - a extinção ou paralisação das atividades das concessionárias, por período igual ou superior a 02 (dois) anos;

IV - realização de modificações nos imóveis que alterem a situação original, em prejuízo de suas estruturas.

Parágrafo único. A inobservância de qualquer das disposições contidas neste artigo implicará a revogação do instrumento contratual a ser firmado e a consequente reversão do imóvel ao Município, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

Art. 5º As benfeitorias construídas e previamente autorizadas pelo Município se incorporarão ao imóvel concedido, não ensejando motivos ao exercício do direito de retenção, indenização ou compensação de qualquer espécie, quando extinta a concessão.

Art. 6º Reserva-se ao Município o direito de requisitar o imóvel concedido para eventos promovidos pela Administração Municipal, cabendo ao mesmo arcar com eventuais despesas.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal em execução.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de junho de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Lei nº 2.287, de 23 de junho de 2016)

CERTIDÕES DE INTEIRO TEOR DAS MATRÍCULAS DE Nºs 8.511 E 15.895, AMBAS DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de junho de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 39.2016 - ASSIST. SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXT. CONTRATO 39/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATOS DESTINADOS PARA TRABALHOS MANUAIS A SEREM REALIZADOS PELAS MULHERES ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.
CONTRATADO: A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME
VALOR: 2.325,00
VIGÊNCIA: 30/12/2016.
Assina pela CONTRATANTE: SIMONE CARMEM THOMAS - Gestora do Fundo
Assina pela CONTRATADA: MOISES LUIZ BOFF
São Miguel do Oeste, 17 de junho de 2016.

EXT. CONTRATO 40.2016 - ASSIST. SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXT. CONTRATO 40/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATOS DESTINADOS PARA TRABALHOS MANUAIS A SEREM REALIZADOS PELAS MULHERES ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.
CONTRATADO: AVIAMENTOS PIGELLI LTDA - ME
VALOR: 1.527,88
VIGÊNCIA: 30/12/2016.
Assina pela CONTRATANTE: SIMONE CARMEM THOMAS - Gestora do Fundo
Assina pela CONTRATADA: ENIO DOMINGOS GIACOMELLI
São Miguel do Oeste, 17 de junho de 2016.

EXT. CONTRATO 40.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 40/2016
Processo Licitatório nº 22/2016
Pregão Presencial nº 15/2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL DESTINADO AO ATENDIMENTO DE PACIENTES PELA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HS E PACIENTES DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 910, 911/2016.
VALOR: R\$ 40.000,00
CONTRATADO: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: CARLOS EMILIO FUHO e. DIEGO BORRALHO PIEGAS
São Miguel do Oeste, SC., 10 junho de 2016.

EXT. CONTRATO 41.2016 - ASSIST. SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXT. CONTRATO 41/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATOS DESTINADOS PARA TRABALHOS MANUAIS A SEREM REALIZADOS PELAS MULHERES ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.
CONTRATADO: CLEOMAR PERIN - ME
VALOR: 1.737,00
VIGÊNCIA: 30/12/2016.
Assina pela CONTRATANTE: SIMONE CARMEM THOMAS - Gestora do Fundo
Assina pela CONTRATADA: EDEMAR PERIN
São Miguel do Oeste, 17 de junho de 2016.

EXT. CONTRATO 41.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 41/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2016
CREDENCIAMENTO Nº 01/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EXAMES DE IMAGEM DE MAMOGRAFIAS, CITOPATOLÓGICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS, EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, IMAGEM PARA ESTUDO URODINÂMICO, EXAME DE IMAGEM COLONOSCOPIA E ESOFOGOGASTRODUODENOSCOPIA, TOMOGRAFIAS, EXAMES RADIOLOGICOS, IMAGEM DENSITOMETRIA, LABORATORIAIS, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTERIO DA SAÚDE E RECURSOS DO MUNICÍPIO DESTINADOS AOS PACIENTES DE NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
VALOR: R\$ 79.162,99
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CONCORDIA LTDA – EPP
VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: ADALBERON SIDNEI CRUZ BARRETO
São Miguel do Oeste, SC., 14 junho de 2016.

EXT. CONTRATO 42.2016 - ASSIST. SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXT. CONTRATO 42/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATOS DESTINADOS PARA TRABALHOS MANUAIS A SEREM REALIZADOS PELAS MULHERES ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.
CONTRATADO: ILENI MARIA ROYER - ME

VALOR: 2.230,00
VIGÊNCIA: 30/12/2016.
Assina pela CONTRATANTE: SIMONE CARMEM THOMAS -
Gestora do Fundo
Assina pela CONTRATADA: ILENI MARIA ROYER
São Miguel do Oeste, 17 de junho de 2016.

EXT. CONTRATO 42.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 42/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE
PROTESES DENTÁRIAS DESTINADAS AO FORNECIMENTO DE
PROTESES DENTÁRIAS AOS PACIENTES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
VALOR: R\$ 41.175,00
CONTRATADO: PROTESES DENTÁRIAS KLEIN LTDA ME
VIGÊNCIA: 30/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: VANDERLEI PAULO KLEIN
São Miguel do Oeste, SC., 20 junho de 2016

EXT. CONTRATO 43.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 43/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE
PROTESES DENTÁRIAS DESTINADAS AO FORNECIMENTO DE
PROTESES DENTÁRIAS AOS PACIENTES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
VALOR: R\$ 8.100,00
CONTRATADO: VANDERLEI JANTSCH - ME
VIGÊNCIA: 30/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: VANDERLEI JANTSCH
São Miguel do Oeste, SC., 20 junho de 2016

EXT. CONTRATO 44.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 44/2016
PROCESSO LICITATÓRIO 10/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2016
CREDENCIAMENTO Nº 02/2016
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS JUNTO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HORAS, EM PLANTÃO DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS, DIVIDIDOS EM PERÍODOS DE 12:00, 6:00 E 2:00 DURANTE 24 HORAS ININTERRUPTOS, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
VALOR: R\$ 352.000,00
CONTRATADO: PINETA SERVIÇOS MÉDICOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS LTDA

VIGÊNCIA: 31/12/2016
ASSINA pela CONTRANTANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: HENRIQUE FAVERO CETOLIN
São Miguel do Oeste, SC., 21 junho de 2016

EXT. CONTRATO 70.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 70/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 13/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PISO EXISTENTE NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL EMEIEF TRANQUILO RIGONI E EMEIEF JOSE VERONESE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ANEXO I DO EDITAL.
VALOR: R\$ 13.808,61
CONTRATADO: REUS CONSTRUÇÕES LTDA - ME
VIGÊNCIA: 2 meses
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: REUS ANTONIO MULINARI
São Miguel do Oeste, SC., 20 de junho de 2016

EXT. CONTRATO 71.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 71/2016
Processo Licitatório nº 75/2016
Inexigibilidade nº 09/2016
OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.
VALOR: R\$ 61.743,30
CONTRATADO: COOP DE PROD DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA SMO - COOPAFESMO
VIGÊNCIA: 3 meses
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: GILNEI PAGLIARI
São Miguel do Oeste, SC., 21 de junho de 2016

EXT. CONTRATO 72.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 72/2016
Processo Licitatório nº 75/2016
Inexigibilidade nº 09/2016
OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.
VALOR: R\$ 14.557,30
CONTRATADO: MARCIO JOSÉ SANTIN
VIGÊNCIA: 3 meses
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: MARCIO JOSÉ SANTIN
São Miguel do Oeste, SC., 21 de junho de 2016

EXT. CONTRATO 73.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 73/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 14/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS OBRAS DE REMOÇÃO E DESLOCAMENTO DE POSTES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME PROJETO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

VALOR: R\$ 29.655,00

CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ADEMIR SEBBEN

São Miguel do Oeste, SC., 23 de junho de 2016

EXT. CONTRATO 74.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 74/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 15/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS E ORÇAMENTOS EM ANEXO

VALOR: R\$ 157.500,00

CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ADEMIR SEBBEN

São Miguel do Oeste, SC., 23 de junho de 2016

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO 27.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro-CEP: 88125-000-Fone:48-32770122-R. 223/203

www.pmspa.sc.gov.br –compras@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO nº 27/2016

Contrato que entre si celebram de um lado MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA, com sede na Rua Luiz Fagundes, 821, Bairro: Praia Comprida, CEP: 88.103-500, São José – Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.122.311/0001-23, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo Tomada de Preços nº 95/2015, homologado em 23 de junho de 2016, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, ao Edital licitatório e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do Processo Licitatório nº 95/2015 e seus anexos, qual seja, A contratação de uma empresa especializada para execução dos trabalhos de construção de uma ponte vicinal na Estrada Geral da Alta Varzinha no Município de São Pedro de Alcântara conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos nos Anexos deste Edital.
1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de possuir e entregar o objeto deste contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o Edital de Licitação nº. 95/2015, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço dos serviços é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no Processo Licitatório nº 95/2015, ou seja, R\$ 168.191,00 (cento e sessenta e oito mil cento e noventa e um reais)

3.1.1- Em se tratando o objeto deste contrato de serviços relativos à construção efetivada pela CONTRATADA, fica estabelecido que do valor informado no item 3.1 supra, R\$ 75.695,60 (setenta e cinco mil seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos) refere-se à Mão de obra e R\$ 92.495,40 (noventa e dois mil quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos) refere-se à Materiais e Equipamentos.

3.2- O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a entrega da obra contratada, mediante apresentação de relatório demonstrando a efetivação do serviço cumprido e os valores a serem pagos.

3.2.1 Para o pagamento, deverá o Poder Executivo designar profissional, do quadro de servidores do Município, a fim de que homologue o relatório apresentado pela contratada.

3.3- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O prazo deste contrato, e a realização dos serviços do objeto, são de no máximo 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de Assinatura do Contrato ou a Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 07.01.1.083.4.4.90.00.00.00.00.0000 (84); 07. 01.1.083.4.4.90.00.00.00.00.00.0135 (140)

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.

7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei nº 8.666/93 e apresentadas de conformidade com o Edital nº 95/2015.

7.3- Não poderá a CONTRATADA sub-contratar o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto inferior a 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato, permitindo sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a

PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e

determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a PREFEITURA, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.3- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José (SC) para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital nº 95/2015.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara (SC), 23 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA JUCÉLIO KREMER PREFEITO MUNICIPAL	EMPREENHEIRA PAVICON LTDA CNP nº 00.122.311/0001-23
--	--

CONTRATO 28.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro-CEP: 88125-000-Fone: 48-32770122-R. 223/203

www.pmspa.sc.gov.br –compras@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO nº 28/2016

Contrato que entre si celebram de um lado MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado a empresa GMC – GERSON MATOS CONSTRUÇÕES EIRELI, com sede na Rua Jacob Villain Filho s/n, Bairro: Guarda do Cubatão, CEP: 88135-398, Palhoça – Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.534.555/0001-98, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo Carta Convite nº 96/2015, homologado em 23 de junho de 2016, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, ao Edital licitatório e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do Processo Licitatório nº 96/2015 e seus anexos, qual seja, Contratação de uma empresa para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de recuperação da pavimentação asfáltica (tapa buraco) da Estrada Geral do Cubatão, no Município de São Pedro de Alcântara conforme memorial descritivo e cronograma físico financeiro dispostos nos Anexos do Edital.

1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de possuir e entregar o objeto deste contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o Edital de Licitação - Carta Convite nº. 96/2015, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço dos serviços é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no Processo Licitatório nº 96/2015, ou seja, R\$ 139.700,00 (cento e trinta e nove mil e setecentos reais)

3.1.1- Em se tratando o objeto deste contrato de serviços relativos à recuperação efetivada pela CONTRATADA, fica estabelecido que do valor informado no item 3.1 supra, R\$ 13.970,00 (treze mil novecentos e setenta reais) refere-se à Mão de obra e R\$ 125.730,00 (cento e vinte e cinco mil setecentos e trinta reais) refere-se à Materiais e Equipamentos.

3.2- Os pagamentos dos serviços dar-se-ão no último dia útil de cada mês, até o final do serviço contratado, sendo que para o pagamento o licitante deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço cumprido e os valores a serem pagos.

3.2.1 Para o pagamento, deverá o Poder Executivo designar profissional, do quadro de servidores do Município, a fim de que

homologue o relatório apresentado pela contratada.

3.3- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O prazo deste contrato, e a realização dos serviços do objeto, são de no máximo 60 (sessenta) dias, a contar da data de Assinatura do Contrato ou a Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 07.01.1.093.4.4.90.00.00.00.00.0000 (133); 07.01.1.093.4.4.90.00.00.00.00.00.0135 (143)

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.

7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas de conformidade com o Edital nº 96/2015.

7.3- Não poderá a CONTRATADA sub-contratar o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto inferior a 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato, permitindo sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será

descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito

ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a PREFEITURA, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.3- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José (SC) para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital nº 96/2015.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara (SC), 23 de junho de 2016.

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO
DE ALCÂNTARA
JUCÉLIO KREMER
PREFEITO MUNICIPAL

GMC – GERSON MATOS
CONSTRUÇÕES EIRELI
CNP nº 09.534.555/0001-98

CONTRATO 29.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro—CEP: 88125-000—Fone:48-32770122—R. 223/203

www.pmspa.sc.gov.br —compras@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO nº 29/2016

Contrato que entre si celebram de um lado MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado à empresa STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA-ME, com sede na Av. Pedro Atílio Pagan, 1106, Sala 201, Bairro: Passa Vinte, CEP: 88132-149, Palhoça – Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.218.312/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo Carta Convite nº 21/2016, homologado em 23 de junho de 2016, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, ao Edital licitatório e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do Processo Licitatório nº 21/2016 e seus anexos, qual seja, Contratação de uma empresa especializada para a construção de passeios da Rua João Pering, numa extensão total de 244 metros, com largura de 2,00 metros, neste projeto inclui-se a demolição os muros de alvenaria existente e a construção de novos muros, conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos nos Anexos do Edital.

1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de possuir e entregar o objeto deste contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o Edital de Licitação - Carta Convite nº. 21/2016, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço dos serviços é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no Processo Licitatório nº 21/2016, ou seja, R\$ 48.842,87 (quarenta e oito mil oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos)

3.1.1- Em se tratando o objeto deste contrato de serviços relativos à recuperação efetivada pela CONTRATADA, fica estabelecido que do valor informado no item 3.1 supra, R\$ 9.768,99 (nove mil setecentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos) refere-se à Mão de obra e R\$ 39.073,88 (trinta e nove mil setenta e três reais e oitenta e oito centavos) refere-se à Materiais e Equipamentos.

3.2- Os pagamentos dos serviços dar-se-ão no último dia útil de cada mês, até o final do serviço contratado, sendo que para o pagamento o licitante deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço cumprido e os valores a serem pagos.

3.2.1 Para o pagamento, deverá o Poder Executivo designar profissional, do quadro de servidores do Município, a fim de que homologue o relatório apresentado pela contratada.

3.3- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos

órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O prazo deste contrato, e a realização dos serviços do objeto, são de no máximo 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de Assinatura do Contrato ou a Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 06.02.1.087.4.4.90.00.00.00.00.00.0053 (124); 06.02.1.087.4.4.90.00.00.00.00.00.0000 (63)

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.

7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas de conformidade com o Edital nº 21/2016.

7.3- Não poderá a CONTRATADA sub-contratar o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto inferior a 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato, permitindo sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta

deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindindo:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a PREFEITURA, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer

cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.3- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José (SC) para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital nº 21/2016.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara (SC), 23 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA JUCÉLIO KREMER PREFEITO MUNICIPAL	STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA-ME CNP nº 14.218.312/0001-80
---	---

CONTRATO 30.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R203

www.pmspa.sc.gov.br –

CONTRATO DE LOCAÇÃO n.º 30/2016

Contrato de Locação que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. VALMOR CELSO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF sob o n.º 096.241.049-72, residente e domiciliado na Rua José Mathias Junkes s/n, Vila Junkes – São Pedro de Alcântara SC – CEP: 88125-000, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência do Processo de licitação nº 37/2016 Modalidade: Dispensa de Licitação, homologado em 23 de junho de 2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e 9.648/98, ao edital antes citado, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

As partes acima qualificadas celebram o presente contrato de locação através dos termos e cláusulas seguintes, tendo em vista a dispensa de licitação contida no inciso X, do art. 24, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é a locação de uma Sala na área Urbana de alvenaria com uma área de 86,25m² com banheiro, localizado em piso térreo na Rua Vidal João Vieira, nº 447, Centro – São Pedro de Alcântara, afim de utilização do Conselho Tutelar do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DA LOCAÇÃO

2.1- O termo desta locação dar-se-á no dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço a ser pago pela execução total do objeto deste contrato de locação é de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), não podendo sofrer reajuste de forma alguma.

3.1.1- O pagamento parcelado do valor acima descrito dar-se-á mensalmente em parcelas de R\$ 900,00 (novecentos reais), no ultimo dia útil de cada mês até a vigência contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DESPESAS E RECURSOS:

4.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da CONTRATANTE, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.00.0000 (7)

CLÁUSULA QUINTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

5.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a CONTRATANTE, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao CONTRATADO.

CLÁUSULA SEXTA – DA VISTORIA:

6.1- A CONTRATANTE declara ter vistoriado o imóvel, objeto desta locação, considerando-o útil ao fim a que se destina a locação, bem como apto a firmar este contrato nos termos do inciso X, do art. 24, da Lei n.º 8.666/1993, uma vez que as necessidades de instalação e localização do imóvel coincidem com as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1 - A CONTRATANTE se obriga a zelar pelo imóvel locado e suas dependências e a conservá-lo em perfeitas condições de higiene e segurança, mantendo em perfeito funcionamento as instalações, custeando por sua exclusiva responsabilidade os reparos e consertos que o imóvel necessitar, substituindo de incontinentemente qualquer peça ou utensílio que venha a se estragar, inclusive mantendo os muros e calçadas de acordo com o disposto nas posturas municipais.

7.2 - Durante a locação, a CONTRATANTE não fará no prédio qualquer obra, conserto ou melhoramento, ficando, outrossim, a cargo do CONTRATADO todas as obras de conservação ou manutenção que o mesmo vier a necessitar. Desta forma a CONTRATANTE declara haver recebido o prédio nas condições descritas no documento, recibo de entrega das chaves e instalações, que contém ainda a discriminação do estado de conservação das mesmas, art. 22 item V da Lei 8245/91.

7.3 - O CONTRATADO por si, procurador ou preposto, poderá vistoriar periodicamente o imóvel locado a fim de verificar o exato cumprimento das obrigações contratuais, tendo o cuidado de avisar a CONTRATANTE com antecedência.

7.4 – As despesas com telefone e internet são de responsabilidade do CONTRATANTE.

7.5 - Finda a locação, o imóvel será devolvido nas mesmas condições em que o tenha recebido a CONTRATANTE, procedendo-se a necessária vistoria, baseada no documento assinado quando da entrega das chaves, obrigando-se assim, se for o caso, a reparar o que estiver estragado, inclusive a pintura, que deverá estar nas mesmas condições em que foi entregue o prédio ao CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

8.1- Atender as solicitações da CONTRATANTE no que tange ao objeto deste contrato.

8.2- Pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

8.3 – As despesas com energia elétrica são de responsabilidade do CONTRATADO, mas havendo instalação de aparelhos de ar condicionado esta cláusula será revista,

8.4- A manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e pela Lei do Inquilinato.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES AO CONTRATADO:

9.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, o CONTRATADO sujeitar-se-á as seguintes sanções:

9.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto elencado no subitem 1.1, da Cláusula Primeira, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, sem prejuízo da consequente responsabilização por perdas e danos à CONTRATANTE;

9.1.2- Pela infração a quaisquer disposições contidas na Lei do Inquilinato, ou mesmo o descumprimento de qualquer determinação legal, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente, sem prejuízo da consequente responsabilização por perdas e danos à CONTRATANTE;

9.2- Ainda, pelo descumprimento de quaisquer outras cláusulas contratuais, sem prejuízo das sanções supra, o CONTRATADO poderá sofrer a imposição de:

9.2.1- Advertência escrita.

9.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e

impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

9.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

9.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

9.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou na ausência destes, cobrada judicialmente como dívida ativa.

9.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será o CONTRATADO intimado a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5- Ante a imposição de quaisquer sanções ao CONTRATADO, será-lhe conferido o direito de defesa prévia.

9.6- Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO se este deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES E PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

10.1- Fica a CONTRATANTE obrigada a utilizar e fazer utilizar de forma correta e urbana o objeto deste contrato, sendo de sua responsabilidade a manutenção e quaisquer danos ocorridos nos dias e horários em que estiver utilizando o espaço ora locado.

10.2- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, à CONTRATANTE, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

10.2.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO.

10.2.2- Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

10.3- Não terá direito a CONTRATANTE à indenização por quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel sem o prévio consentimento do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

11- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

11.1- Por acordo das partes:

11.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

11.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

11.1.3- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

11.1.3.1- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

12.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

12.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

12.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das

seguintes condicionantes:

12.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pelo CONTRATADO, de qualquer das cláusulas contratuais.

12.1.2.2- O cometimento, por parte do CONTRATADO, de quaisquer dos casos elencados nos subitens 8.1.1 e 8.1.2 supra;

12.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

12.1.2.4- A associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.

12.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil do CONTRATADO.

12.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura do CONTRATADO que prejudique a execução do objeto deste contrato.

12.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

12.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

12.1.3- Por ato praticado pelo CONTRATADO, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e amplo defesa.

12.1.4- A pedido do CONTRATADO, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:

12.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

12.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

12.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

12.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto deste contrato, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

12.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e que impeçam a execução deste contrato.

12.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 11.1.4.1 a 11.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

13.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

13.2- A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar o CONTRATADO pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela CONTRATANTE ou pelo CONTRATADO, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

14.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei do Inquilinato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 8.245/1991, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADO assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

PREFEITO MUNICIPAL

VALMOR CELSO DA SILVA

CPF: 096.241.049-72

Testemunhas:

DISPENSA DE LICITAÇÃO 37.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – compras@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 37/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88113-250 torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

1 - Nos termos do art. 24, Inc. X, da Lei nº 8.666/1993, a Prefeitura contrata-se com a pessoa física o Senhor VALMOR CELSO DA SILVA, para o aluguel de uma Sala localizado no na Rua Vidal João Vieira, nº 447 (térreo), Centro de São Pedro de Alcântara, afim de utilização do Conselho Tutelar do Município para o 2º semestre do ano de 2016, conforme orientação do Ministério Público de Santa Catarina.

2- Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei nº 8.666/1993 expõe-se o que segue:

2.1- O valor total dos serviços contratados é de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), divididos em parcelas mensais de R\$ 900,00 (novecentos reais) até 31/12/2016.

2.2 - Os pagamentos da presente licitação dar-se-ão no último dia útil de cada mês, sendo que para o pagamento o licitante deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço e os valores a serem pagos.

2.3- Para a assinatura do contrato o contratado deverá apresentar:

- a) cópia da cédula de identidade e CPF
- b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual (CND);
- d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (CND);
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.”

No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 38.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R 202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO – DISPENSA n.º 38.2016

MODALIDADE: DISPENSA (art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/1993).

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal e por este EDITAL, em razão da justificativa que segue:

A Dispensa tem previsão legal no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, que prevê a contratação emergencial nos casos em que fica caracterizada a situação de urgência no atendimento a que se propõe o contrato, em face da possibilidade de prejuízo iminente para a administração. Devido à impossibilidade de término do Pregão Presencial nº 31.2016 e estando próxima a expiração do prazo contratual em vigor, a Administração Pública resolve, por bem efetivar o presente contrato emergencial de locação de uso dos sistemas até a conclusão do procedimento licitatório nos termos que seguem:

Dessa feita, solicita-se a contratação da empresa TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., através de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, IV, da Lei nº 8666/1993, por um período de 90 (noventa) dias, pelos preços atualmente praticados.

Pelo exposto, autoriza-se a contratação, por dispensa, nas seguintes condições:

1- Nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, dispensável é a licitação para a contratação de Locação dos sistemas de informática para a Gestão Tributária Pública Municipal.

2- Contratam-se os serviços de locação dos sistemas de informática com a empresa TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.599.021/0001-40, nos seguintes valores:

2.1- Locação do Sistema R\$ 3.409,00 (três mil quatrocentos e nove reais) mensais para a locação do sistema informatizado tais quais: Sistema de Gestão de receitas próprias municipais, Sistema de gestão de obras e planejamento urbano, IPTU Web – Integrado ao Google Maps, Sistema de Movimento Econômico on-line, Sistema de Nota Fiscal Eletrônica, totalizando na vigência deste contrato um valor de R\$ 10.227,00 (dez mil duzentos e vinte e sete reais)

2.2- Serviços técnicos, compreendendo entre Serviço técnico de customização, suporte presencial e solicitações eletrônicas no estimado em 20 (vinte) horas no valor de R\$130,00 (cento e trinta

reais) á hora, Totalizando até a vigência contratual um valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

2.3 – O Valor total desta Dispensa de Licitação até a vigência contratual é de R\$ 12.827,00 (doze mil oitocentos e vinte e sete reais)

3- Para a assinatura do contrato, a empresa TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA deverá apresentar, além de cópia autenticada de seu estatuto social devidamente registrado, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND), uma declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7º XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil; a CND Municipal de sua sede ou domicílio e a CND Estadual expedida pelo órgão competente.

4- Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica. 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.01.0000 (12)

5- No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2016-PMS

PROCESSO Nº. 117/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de Instituição Financeira para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER/SC, sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme ANEXO II - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de julho de 2016 às 08h45min

Abertura do Processo: 07 de julho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS - 2º CHAMADA

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUCIANE ZAMBONI MOREIRA, inscrita no CPF sob nº. 017.497.509-02, aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 05 de julho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 15.1.

Schroeder (SC), 23 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.798/2016, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 3.798/2016, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2016 – SECEL/PMS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a lista classificatória referente ao Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 001/2016 - SECEL/PMS, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 2022, de 23 de junho de 2016, p. 358 e seguintes.

Art. 2º O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, contado a partir da data de publicação da homologação, conforme disposto no Item 15.6 do Edital n.º 001/2016 – Edital de Processo Seletivo Simplificado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

LEI Nº 2.208/2016

LEI Nº2.208/2016

ESTABELECE OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2017 A 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º O subsídio dos Vereadores do Município de Schroeder para a Legislatura que se inicia em 1º de janeiro de 2017 - 2017/2020, são fixados em R\$5.104,92 (cinco mil cento e quatro reais e noventa e dois centavos).

Parágrafo único. O Presidente da Câmara fará jus a uma parcela adicional de R\$2.552,46 (dois mil quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Art. 2º Fica assegurada a revisão geral anual dos subsídios previsto no Art. 1º, na forma estabelecida no inciso X do Art. 37,

da Constituição Federal, sempre na mesma data e adotando-se o mesmo índice aplicado à revisão anual dos servidores públicos municipais.

Parágrafo único. Na aplicação do disposto nos artigos anteriores, serão observados os limites constitucionais e demais disposições legais vigentes, devendo os valores serem reduzidos até o montante permitido, caso ultrapassem os referidos limites constitucionais.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº. 1.895/2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2017, condicionada a sua validade após a publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

condicionada a sua validade após a publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de junho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.209/2016

LEI Nº2.209/2016

ESTABELECE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2017 A 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Schroeder para a Legislatura que se inicia em 1º de janeiro de 2017 - 2017/2020, são fixados nos seguintes valores:

I - Prefeito Municipal - R\$18.727,88 (dezoito mil setecentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos);

II - Vice-Prefeito - R\$9.363,94 (nove mil trezentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos);

III - Secretários Municipais - R\$7.502,53 (sete mil quinhentos e dois reais e cinquenta e três centavos).

Parágrafo único. Fica assegurado aos Secretários Municipais, o direito ao recebimento de adicional de férias e décimo-terceiro subsídio.

Art. 2º Fica assegurada a revisão geral anual dos subsídios previstos no Art. 1º, na forma estabelecida no inciso X do Art. 37, da Constituição Federal, sempre na mesma data e adotando-se o mesmo índice aplicado à revisão anual dos servidores públicos municipais.

Parágrafo único. Na aplicação do disposto nos artigos anteriores, serão observados os limites constitucionais e demais disposições legais vigentes, devendo os valores serem reduzidos até o montante permitido, caso ultrapassem os referidos limites constitucionais.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº. 1.896/2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2017,

ATA TOMADA DE PREÇOS 07/2016-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2016 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 101/2016 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 90/2016 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Ida Luiza Bertha Jacob Wulf, Bairro Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 101m e área total de 1.010m², de acordo com Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, projeto, memorial descritivo

A comissão reuniu-se após recebimento da renúncia do prazo recursal de habilitação das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. e CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. Diante da apresentação da renúncia das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. e CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. referente ao prazo recursal será marcada para dia 27 de julho de 2016, às 13h30min, para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 24 de Junho de 2016

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

Seara

PREFEITURA

PORTARIAS 010/2016 - FMES

Portaria nº. 010/2016. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com o que lhe confere o Estatuto da Entidade, e nos termos do inciso VIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 01/2016, resolve,

Contratar, Andre Luis Dariva, em caráter temporário para exercer a função de Professor de Educação Física, com carga horária de 30 horas semanais, e vencimentos ao equivalente e proporcional à carga horária, do nível CE-03, Anexo I, do Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Municipal de Esportes de Seara – FMES, Lei Complementar nº 005/2001, em vaga não ocupada por concurso, no período de 23 de junho a 31 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 23 de junho de 2016.

ROGÉRIO ANDRÉ FRANCIO

Superintendente da Fundação Municipal
de Esportes de Seara – FMES

PORTARIAS 406/2016 A 410/2016

Portaria nº. 406/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 56, combinado com seu parágrafo único da Lei Complementar nº. 21, de 15 de dezembro de 2003, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando:

a) A necessidade de contratação de pessoal para o exercício de função de direção, assessoramento e assistência para exercer a função de Diretor de Escola;

b) Que a contratada atende o disposto do § 1º do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, combinado com inciso I do art. 56 da Lei Complementar nº 21/2003, ou seja: experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério público ou privado;

c) Que a contratada atende o inciso II do art. 56 da Lei Complementar nº 21/2003, ou seja habilitação específica constante do Anexo I da presente Lei Complementar;

d) Que a servidora contratada como Diretora da Escola Núcleo Deolindo Zílio, esta em Licença maternidade, resolve,
Contratar, Eliane Teresinha Kolbow Schaedler, para exercer a função de Diretora de Escola, na Escola Núcleo Deolindo Zílio, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos de Professor, categoria Pós Lato Sensu, acrescido do valor correspondente da função gratificada constante no Nível FG-03, do anexo VI, da Lei Complementar nº 21/2003, a partir de 22 de junho de 2016.

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 22 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 407/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Ediane Aparecida Fernandes, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, na Escola Núcleo Lira Camila Petry, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Cleunice Sipp, legalmente afastada, no período de 22 de junho a 06 de agosto de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 408/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Janete Martins da Silva Rodrigues, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Noili Lorena Freyer Gomann, legalmente afastada, no período de 22 de junho a 04 de julho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 409/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Denise Aparecida da Silva Branco Ferreira, em caráter

temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Noili Lorena Freyer Gomann, legalmente afastada, no período de 22 de junho a 04 de julho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 410/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 48/2015, resolve,

Contratar, Gisele Wermeier, em caráter temporário, para exercer a função de Servente Interno, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 40, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, para substituir servidor legalmente afastado, no período de 23 de junho a 31 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016-DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2016-FMS.

Fundo Municipal de Saúde.

Objeto: Contratação da Comunidade Terapêutica São Francisco para o fornecimento de tratamento de dependência química.

Justificativa: O Município contrata, com amparo no inciso IV, art. 24, da lei 8.666/93, a prestação de serviços da Comunidade Terapêutica São Francisco, para o fornecimento de tratamentos médicos de dependência química, visando atender ordem judicial proferida nos autos da ação de tutela cautelar, que recomendou a internação urgente do Sr. C.M., como medida protetiva, com base no histórico do mesmo, para preservação da sua saúde e de terceiros.

Prazo: 03 (três) meses.

Fornecedor: Comunidade Terapêutica São Francisco

Valor mensal: R\$ 1.800,00.

Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93, art. 24, IV.

Seara, SC, 21 de junho de 2016.

Odair José Felipe

Secretário Municipal da Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 067/2016

Processo Licitatório nº. 067/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 045/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 07/07/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de higiene, limpeza e copa e cozinha. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 23 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2016

DECRETO Nº 106/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

“DIVULGA GABARITO DEFINITIVO DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL CONFORME EDITAL Nº. 01/2016. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica homologado o Gabarito Definitivo do Concurso Publico Municipal Edital nº 01/2016, para os cargos de Enfermeiro do Nasf, Fisioterapeuta do Nasf, Nutricionista do Nasf, e Psicólogo do Nasf. O respectivo gabarito segue no anexo I deste Decreto.

Art. 2º. – O gabarito final se deu após transcorrido o prazo legal para intervenção de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário..

Gabinete do Prefeito, 23 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ANEXO I.

ENFERMEIRO

01	A	06	C	11	A	16	C	21	B	26	A	31	C	36	A
02	D	07	D	12	B	17	B	22	D	27	B	32	A	37	B
03	B	08	B	13	B	18	C	23	C	28	B	33	B	38	D
04	C	09	A	14	N	19	A	24	B	29	D	34	D	39	D
05	A	10	B	15	C	20	N	25	A	30	D	35	A	40	A

* N = Anulada

FISIOTERAPEUTA

01	A	06	C	11	A	16	C	21	B	26	A	31	D	36	C
02	D	07	D	12	B	17	B	22	D	27	C	32	B	37	D
03	B	08	B	13	B	18	C	23	A	28	C	33	B	38	D
04	C	09	A	14	N	19	A	24	C	29	B	34	D	39	D
05	A	10	B	15	C	20	N	25	D	30	A	35	C	40	C

* N = Anulada

NUTRICIONISTA

01	A	06	C	11	A	16	C	21	C	26	N	31	C	36	B
02	D	07	D	12	B	17	B	22	D	27	D	32	A	37	D
03	B	08	B	13	B	18	C	23	N	28	C	33	D	38	C
04	C	09	A	14	N	19	A	24	C	29	N	34	C	39	A
05	A	10	B	15	C	20	N	25	A	30	D	35	N	40	A

* N = Anulada

PSICÓLOGO

01	A	06	C	11	A	16	C	21	C	26	D	31	D	36	B
02	D	07	D	12	B	17	B	22	C	27	D	32	C	37	A
03	B	08	B	13	B	18	C	23	B	28	C	33	C	38	D
04	C	09	A	14	N	19	A	24	A	29	A	34	C	39	C
05	A	10	B	15	C	20	N	25	B	30	D	35	B	40	C

* N = Anulada

Serra Alta – SC, 23 de junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 82/2016

DECRETO N.º 82 DE 01 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 65.800,00 (sessenta e cinco mil e oitocentos reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
FUNÇÃO	18	Gestão Ambiental
PROGRAMA	11	Gestão da Proteção Ambiental
SUBFUNÇÃO	542	Controle Ambiental
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.019	Manutenção das Atividades de Coleta e Destinação Final do Lixo
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	81	

VALOR: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra – Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	1.004	Construção, Ampliação e Reforma de Praças
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	84	

VALOR: R\$ 28.800,00 (vinte oito mil e oitocentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 65.800,00 (sessenta e cinco mil e oitocentos reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Junho de 2016.

DECRETO Nº 83/2016

DECRETO N.º 83 DE 20 DE JUNHO DE 2016

EXONERA JÚLIA BETTIOL RAMPINELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, JÚLIA BETTIOL RAMPINELLI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 038.920.309-28, do cargo de Chefe de Setor II, C3, a contar de 17/06/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de junho de 2016

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de junho de 2016.

DECRETO Nº 84/2016

DECRETO N.º 84 DE 20 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA A REALIZAR ABERTURA E PAVIMENTAÇÃO DA SID 465 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.191 de 03 de maio de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Município de Nova Veneza autorizado a realizar abertura e pavimentação da SID 465, que liga o Distrito de Caravaggio/Nova Veneza à Comunidade de São Martinho/Siderópolis.

Art. 2º - Todas as despesas para realização da obra correrão por conta do Município de Nova Veneza.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de junho de 2016.

PORTARIA Nº 157/2016

PORTARIA Nº 157, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Cessa os efeitos da portaria nº 111/2016

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 111/2016, considerando o retorno ao trabalho da servidora NELI TEREZINHA CESCONETTO CARMINATTI, CPF/MF nº 833.382.769-15, Auxiliar de Serviços

Gerais, a partir de 24/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 13 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de junho de 2016.

PORTARIA Nº 158/2016

PORTARIA Nº 158, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Cessa os efeitos da portaria nº 114/2016

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 114/2016, considerando o retorno ao trabalho da servidora LUCIANE COSTA BETTIOL BURATO, CPF/MF nº 048.324.379-50, Enfermeira, a partir de 01/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de junho de 2016.

PORTARIA Nº 159/2016

PORTARIA Nº 159, DE 20 DE JUNHO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO CHARLES MIGUEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário CHARLES MIGUEL, brasileiro (a), CPF/MF sob 049.426.829-83, Motorista, na Secretaria de Educação, a contar de 15/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de junho de 2016.

PORTARIA Nº 160/2016

PORTARIA Nº 160, DE 20 DE JUNHO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA BÁRBARA APARECIDA FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária BÁRBARA APARECIDA FERNANDES, brasileiro (a), CPF/MF sob 764.820.579-34, Médico Pediatra, na Secretaria de Saúde, a contar de 14/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de junho de 2016.

PORTARIA Nº 161/2016

PORTARIA Nº 161, DE 20 DE JUNHO DE 2016

CONTRATA VALTER ALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente VALTER ALVES, brasileiro, CPF/MF sob nº 833.377.099-15, para ocupar a função de Motorista, na Secretaria de Saúde, a contar de 08/06/2016, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de junho de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de junho de 2016.

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 246/2016

DECRETO Nº 246, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.022 - Serviço de Combate a Epidemiologia

3.3.90.00.00.00.00.3011 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte de recursos 3011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 09 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 256/2016

DECRETO Nº 256, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2281, de 21 de junho de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim classificado:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS

02 – DIRETORIA DE OBRAS

17.512.0115.1.021 – Ampliação do Sistema de Tratamento de Esgotos

4.4.90. (F 80) – Aplicações Diretas
. R\$ 200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso da arrecadação da receita

orçamentária de recursos ordinários, no valor R\$ 200.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 21 de junho de 2016

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 257/2016

DECRETO Nº 257, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DOS PROCESSOS SELETIVOS EDITAL 001/2016 (SAÚDE) E 002/2016 (ADMINISTRAÇÃO).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, combinado com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003, e

Considerando o relatório final da Comissão Coordenadora e examinadora dos Processos Seletivos nºs 001/2016 e, 002/2016, nomeada através do Decreto 160, de 05 de abril de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado para que produza seus efeitos legais e jurídicos, a lista de candidatos classificados nos Processos Seletivos nºs 001/2016 (Saúde) e 002/2016 (Administração), conforme relação constante do anexo I ao Presente Decreto.

Parágrafo Único. O resultado completo encontra-se afixado no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Sombrio e no site www.processosseletivos.com.br/sombrio.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 22 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças Administração e Planejamento

LEI 2280/2016

LEI Nº. 2280, DE 21 DE JUNHO 2016.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 2231, De 29/09/2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado a Lei de Diretrizes Orçamentárias, lei nº 2231,

de 29 de setembro de 2015, para incluir no Órgão 04, Unidade 02, Programa 115, a Ação 1.021 – Ampliação do Sistema de Tratamento de Esgoto, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão do excesso da arrecadação da receita orçamentária de recursos ordinários, no valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 21 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2281/2016

LEI Nº. 2281, DE 21 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim classificado:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS

02 – DIRETORIA DE OBRAS

17.512.0115.1.021 – Ampliação do Sistema de Tratamento de Esgotos

4.4.90. (F 80) – Aplicações Diretas
. R\$ 200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso da arrecadação da receita orçamentária de recursos ordinários, no valor R\$ 200.000,00.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 21 de junho de 2016

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2282/2016

LEI Nº. 2282, DE 21 DE JUNHO DE 2016

ALTERA A LEI Nº 1101, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1996, “QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os

habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

“Art.1º- _____
_____”

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Sombrio, observado o disposto no artigo 16, inc. IV, da Lei n.º 8.742/93, está vinculado à estrutura da administração pública municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo responsável pela coordenação da política Municipal de Assistência Social e articulação com as demais políticas setoriais e reger-se-á por Regimento Interno próprio, por suas resoluções e pelas leis que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

SEÇÃO I DO CONSELHO

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS:

I – elaborar, aprovar e modificar seu Regimento Interno, que orientará seu funcionamento;

II – aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, com a Resolução 109/2009/CNAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III – coordenar, organizar e aprovar as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Assistência Social, bem como constituir a comissão organizadora e aprovar o respectivo Regimento Interno;

IV – encaminhar as deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VI – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII – aprovar o Plano Integrado de Capacitação de Recursos Humanos para a Área da Assistência Social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);

VIII – zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos de representação dos Conselhos;

IX – aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações de assistência social no Município, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados nos respectivos fundos de Assistência Social;

X – aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI – propor ações que favoreçam a interface e supere a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII – inscrever e fiscalizar os serviços e organizações de assistência social existentes no Município;

XIII – informar ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, a fim de que estes adotem as medidas cabíveis;

XIV – divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;
XV – acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XVI - homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares, filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento ou defesa dos direitos socioassistenciais;

XVII - propor aos poderes constituídos, modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados ao atendimento ou defesa dos direitos socioassistenciais;

XVIII - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação dos programas e serviços previstos na Lei Municipal de Assistência Social, bem como sobre a criação de programas governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

XIX - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo de atendimento ou defesa dos direitos socioassistenciais;

XX - promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros visando atender seus objetivos;

XXI - pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos socioassistenciais;

XXII - aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu Regimento, o cadastramento de programas e/ou serviços voltados à área de assistência social;

XXIII - aprovar planos de aplicação e instrumentos de gestão da Política Municipal de Assistência Social;

XXIV - acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social;

XXV - avaliar e aprovar os balancetes trimestrais e o balanço anual do Fundo Municipal de Assistência Social;

XXVI – solicitar ao órgão gestor da Assistência Social do Município, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do Fundo Municipal de Assistência Social;

XXVII - fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, requisitando, para tal, auditoria do Poder Executivo Municipal sempre que julgar necessário;

XXVIII - receber denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos direitos socioassistenciais,

dando-lhes o encaminhamento devido;

XXXI – dar publicidade a todos os seus atos e publicar, no Diário Oficial do Município, as suas resoluções que foram matéria de deliberações, bem como os respectivos pareceres emitidos, podendo também utilizar de outros meios de comunicação para divulgar decisões e informações que o CMAS julgar necessárias;

XXXII - demais competências estabelecidas na legislação vigente.

SEÇÃO II DOS CONSELHEIROS

Art. 3º Compete ao membro do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS:

I – Comparecer às reuniões plenárias, justificando as faltas quando ocorrerem;

II – Assinar o livro próprio a sua presença a reunião a que comparecer;

III – Solicitar a diretoria do CMAS a inclusão na agenda dos trabalhos de assuntos que desejar discutir;

IV – Propor convocação de sessões extraordinárias;

V – Relatar e discutir os processos que lhe forem atribuídos e neles proferir seu voto, emitindo parecer com fundamentação, dentro de no máximo 30 (trinta) dias;

VI – Assinar os atos e processos que for relatar;

VII – Declarar-se impedido de proceder relatoria e participar de comissões, justificando a razão do impedimento;

VIII – Apresentar em nome da comissão, voto, parecer, proposta ou recomendação, por ele defendida;

IX – Proferir declaração de voto, quando assim desejar;

X – Propor emenda ou reforma no Regimento do CMAS;

XI – Votar e ser votado para cargos do Conselho;

XII – Requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

XIII – Fornecer a Secretaria Executiva do Conselho todos os dados e informações a que tenha acesso ou que situem nas respectivas áreas de sua competência, sempre que o julgar importante para as deliberações do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

XIV – Requerer votação de matéria em regime de urgência;

XV – Apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos de interesse da Assistência Social;

XVI – Deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelas comissões ou Conselheiros;

XVII – Propor a criação de comissões, indicar nomes para a mesma e delas participar;

XVIII – Exercer atribuições no âmbito de sua competência, ou outras funções designadas pelo plenário;

XIX – Participar em eventos de capacitação e aperfeiçoamento na

área de Assistência Social, mantendo-se atualizado.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO CMAS

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal de Assistência Social é composto de forma paritária entre poder público municipal e sociedade civil, e será constituído:

I – por cinco representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, e;
- e) um da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

II – por cinco representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;
- b) dois representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS; e
- c) um representante de trabalhador do setor.

§ 1º Os representantes do Poder Público de que trata o inciso I do art. 4º são indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos.

§ 3º Os representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes são eleitos quando da realização da Conferência Municipal de Assistência Social, entre os segmentos de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores do setor e usuários da assistência social.

§ 4º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

Art. 5º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada nas seguintes formas:

I – Usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social;

II - grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecidos como legítimos;

III - movimentos sociais, associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

Parágrafo único. Os movimentos sociais deverão comprovar sua

existência de, no mínimo, dois anos, por meio de:

- a) um instrumento de comunicação e informação de circulação regional;
- b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e
- c) documento oficial de sua criação e existência.

Art. 6º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 7º Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS; e

c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS.

§ 2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei n. 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

§ 3º Na hipótese de atuação em outro município ou estado concomitante com as ações desenvolvidas no Município de Sombrio, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho Municipal de Assistência Social de Sombrio, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 4º Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 8º Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social.

Art. 9º A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

SEÇÃO II DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 10º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS terá a seguinte estrutura:

- I – Mesa Diretora;
- II – Secretaria Executiva;
- III – Comissões Temáticas; e,
- IV – Plenário.

SUBSESSÃO I MESA DIRETORA

Art. 11º A mesa diretora eleita pela maioria dos votos do plenário para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução ou reeleição, é composta pelos seguintes cargos:

- I – Presidente;
- II – Vice-presidente;
- III – 1º Secretário;
- IV – 2º Secretário.

§ 1º: A recondução ou reeleição do que trata o “caput” refere-se aos mesmos cargos.

§ 2º A Mesa Diretora será paritária respeitando a mesma paridade da composição do conselho.

Art. 12º A eleição da Mesa Diretora dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a posse dos conselheiros.

Art. 13º A apresentação de chapas para a composição da Mesa Diretora é procedimento não obrigatório, podendo ocorrer outra forma de escolha a critério do plenário.

Parágrafo único – Havendo formação de chapas, as mesmas deverão ser entregues ao presidente ou sucessor, no caso de reeleição, até 24 (vinte quatro) horas antes da instalação da assembleia que realizará o processo eleitoral.

Art. 14º A Mesa Diretora, na função de coordenadora das ações político-administrativas do CMAS, compete:

- I – Dispor sobre as normas e atos relativos ao funcionamento administrativo do CMAS;
- II – Observar o quorum de 2/3 de seus membros para realização

de suas decisões;

III – Tomar decisão em caráter de urgência “ad referendum” do plenário.

Art. 15º Ao presidente do CMAS incumbe:

- I – Representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;
- II – Convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- III – Submeter a ordem do dia à aprovação do Conselho;
- IV – Baixar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como as que resultem de deliberação do Plenário do Conselho;
- V – Assinar as resoluções do Conselho;
- VI - homologar os nomes dos integrantes de Comissões;
- VII – Delegar competência, desde que previamente submetida à aprovação do Plenário;
- VIII – Submeter à apreciação do Plenário a programação orçamentária e a execução físico-financeira da Assistência Social;
- IX – Submeter ao Plenário ou a Mesa Diretora os convites para representar o CMAS em eventos Municipais, estaduais, nacionais e internacionais, e representar formalmente o nome do conselheiro escolhido;
- X – Divulgar assuntos deliberados pelo Conselho;
- XI – Decidir sobre questões de ordem;
- XII – Exercer outras funções definidas em lei ou regulamento;
- XIII – Desenvolver as articulações necessária para o cumprimento das atividades da Mesa Diretora.

Parágrafo único – O presidente do CMAS, no desempenho de suas atribuições, deverá dar cumprimento integral ao contido neste artigo, sobre pena de descumprimento de Lei.

Art. 16º - Ao Vice-Presidente incumbe:

- I – Substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;
- II – Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III – Exercer as atribuições que forem conferidas pelo Plenário.

Parágrafo único – O Vice-Presidente completará o mandato do Presidente em caso de vacância.

Art. 17º - São atribuições do 1º Secretário:

- I – Secretariar as sessões do Conselho;
- II – Responsabilizar-se pelas atas das sessões e proceder a sua leitura;
- III – Substituir o Vice-Presidente nos seus impedimentos e o Presidente na falta de ambos, ou em caso de vacância até que o Conselho eleja os novos titulares;
- IV – Encaminhar junto a Secretaria Executiva, a execução das medidas aprovadas pelo Plenário;

V – Examinar os processos a serem apreciados pelo Plenário, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;

VI – Prestar em Plenário as informações que lhe forem solicitadas pelo Presidente e pelos Conselheiros;

VII – Elaborar em conjunto com a Secretaria Executiva, e submeter à Mesa Diretora a pauta das reuniões plenárias;

VIII – Orientar e supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva;

IX – Assinar juntamente com o Presidente a documentação proveniente do Conselho.

Art. 18º São atribuições do segundo Secretário:

I – Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos ou ausências, com todas as atribuições inerentes ao cargo;

II – Substituir o 1º Secretário no caso em que este venha substituir o Vice-Presidente ou o Presidente;

III – Completar o mandato do 1º Secretário em caso de vacância.

SUBSESSÃO II SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 19º A Secretaria Executiva, órgão de apoio administrativo do CMAS, compete:

I – Manter cadastro atualizado das entidades e organizações de assistência social, do perfil do usuário, assim como dos Conselhos vinculados à Assistência Social existentes no município;

II – Articular e apoiar administrativamente as Comissões do CMAS;

III – Executar todas as atividades de apoio administrativo do CMAS e das Comissões;

IV – Executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pela Mesa Diretora;

V – Operacionalizar o sistema de informação para área assistencial.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela Política de Assistência Social, assegurará a estrutura administrativa, financeira e de pessoal necessárias para o adequado desenvolvimento dos trabalhos do CMAS.

SUBSESSÃO III COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 20º O CMAS poderá constituir comissões de trabalho e assessoramento, podendo ser transitórias ou permanentes, compostas por membros titulares, suplentes e outros, desde que pessoas de reconhecidas competência, salvaguardando o bom funcionamento das ações do referido conselho.

Parágrafo único – As comissões deverão ser coordenadas pelos conselheiros do CMAS.

SUBSESSÃO IV PLENÁRIO

Art. 21º O Plenário é o órgão deliberativo do CMAS, constituindo-se pela reunião ordinária ou extraordinária de seus membros.

Art. 22º O CMAS, reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês,

conforme o cronograma preestabelecido pelo Conselho ou extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente e/ou de 1/3 de seus membros observando em ambos os casos, o prazo mínimo de três dias para a realização da reunião.

Art. 23º Cabe ao Plenário:

I – Deliberar sobre os assuntos de sua competência e os encaminhados à apreciação e deliberação do CMAS;

II – Aprovar a criação e dissolução das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalhos, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazos de duração;

III – Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos e os critérios de transferências para as entidades cadastradas, conforme disposição legal, estabelecendo diretrizes;

IV – Exercer o controle das ações do atendimento desenvolvido por organizações governamentais e não governamentais, orientando, quando necessário, o reordenamento dos programas, projetos e serviços, através de norma de cumprimento compulsório;

V – Acompanhar a execução do plano de aplicação do FMAS, bem como a aplicação de recursos existentes nos demais setores públicos, destinados à áreas da Assistência Social;

VI – Alterar ou modificar o regimento interno, com quorum de 2/3 dos seus membros em reunião especialmente convocada para este fim;

VII- Eleger a diretoria do CMAS;

VIII- Apreciar e deliberar sobre todos os assuntos e matérias de competência do CMAS.

§ 1º As assembleias gerais serão instaladas em primeira convocação com presença da maioria simples de seus membros e em segunda convocação após 15 (quinze) minutos com a presença de qualquer número, salvo quando se tratar de matéria relacionada a Regimento Interno, Fundo e Orçamento quando o quórum mínimo será de 2/3 de seus membros;

§ 2º A matéria em pauta não deliberada permanece nas pautas das reuniões subsequente até a sua deliberação;

§ 3º O plenário será presidido pelo presidente do CMAS que em sua falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente, ou Secretário, nesta ordem;

§ 4º As deliberações serão tomadas por maioria simples, salvo nos casos dispostos no parágrafo 1º deste artigo;

§ 5º A votação será aberta ou secreta, conforme decisão da maioria simples, e cada membro titular tem direito a um voto;

§ 6º Os votos divergentes poderão ser expressos na ata de reunião, a pedido do membro que o proferiu;

§ 7º As reuniões do CMAS serão públicas.

Art. 24º As manifestações do CMAS se darão mediante resoluções, deliberações e recomendações.

Art. 25º Os trabalhos no plenário obedecerão:

I- Verificação de quórum para instalação dos trabalhos;

II- Leitura, apreciação da ata de reunião anterior;

III- Leitura do edital de convocação, quando este for necessário;

IV- Momento das Comissões e da Diretoria (avisos, comunicações, registros e fatos apresentados de proposições, correspondência e outros documentos de interesse da plenária);

V – Relatos de processos;

VI – Encaminhamentos;

VII – Encerramento.

Art. 26º A Ordem do Dia, organizada pela mesa diretora juntamente com a Secretaria Executiva, será comunicada previamente a todos os Conselheiros, juntamente com a convocação, quando for necessário.

§ 1º Em caso de urgência, o Plenário do CMAS, por voto da maioria simples, poderá alterar a Ordem do Dia.

§ 2º Os itens constantes da Ordem do Dia deverão ter afinidade com as competências do Conselho identificados no artigo 2º.

Art. 27º O conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido, poderá pedir vistas da matéria.

Art. 28º A cada reunião será lavrada uma ata com a exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, a qual deverá ser assinada pelo Presidente e Secretário e demais Conselheiros presentes e, posteriormente arquivada na Secretaria Executiva do CMAS.

Parágrafo único – As assinatura de todos os conselheiros do CMAS bem como os demais presentes na reunião, deverão constar de livro próprio.

Art. 29º As atas de realização das reuniões ordinárias do CMAS serão estabelecidas em cronograma e sua duração será julgada necessária, podendo ser interrompida para prosseguimentos em data e hora a serem estabelecidas pelos presentes.

Art. 30º É facultado a qualquer interessado o pedido de reexame, por parte do Plenário, de qualquer resolução normativa exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, em correção e inadequação técnico-financeira.

SUBSEÇÃO V MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 31º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 32º Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 33º Os membros do CMAS poderão ser substituídos, mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, apresentada ao CMAS, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Art. 34º Os membros referidos do art. 4º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa;

VI - por interesse do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

VII - extinção de sua base territorial de atuação no município;

VIII - apresentação de incompatibilidade com o exercício de representação do respectivo segmento (usuários, prestadores de serviços trabalhadores do setor);

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 4º, incisos I e II.

Art. 35º Nos casos de renúncia, impedimento ou falta de membros titulares do Conselho Municipal de Assistência Social, serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos titulares.

TÍTULO II DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 36º A Conferência Municipal de Assistência Social é órgão de instância superior que se reunirá a cada dois anos para avaliar a situação da assistência social, fixar as diretrizes gerais da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 37º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social convocar, a cada dois anos, com 30 (trinta) dias de antecedência a Conferência Municipal de Assistência Social, instância máxima de deliberação, composta por delegados natos, delegados e convidados, e estabelecer suas normas e funcionamento em regime próprio.

§ 1º – Para a organização e a realização da Conferência Municipal de Assistência Social o CMAS constituirá uma comissão organizadora, composta paritariamente por membros de organizações governamentais e não governamentais.

§ 2º – Na falta de convocação para fins deste artigo, dentro do prazo previsto, poderão os seus membros, em número mínimo de 20% (vinte por cento), efetivar sua convocação mediante comissão para este fim constituída.

Art. 38º O Regimento Interno da Conferência Municipal de Assistência Social disporá sobre a forma do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil, assim como regulamentará a organização, temária, objetivos, formas de participação, plenárias e demais providências pertinentes.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39º Os casos omissos serão dirimidos na forma da Lei pela Plenária do CMAS;

Art. 40º Os servidores Públicos convocados para prestar serviços junto ao Conselho terão suas faltas justificadas junto aos órgãos ou entidades em que se encontram alocados;

Art. 41º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42º Fica revogado os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º, da Lei 1101, de 10 de dezembro de 1996 e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio – SC, 21 de junho de 2016

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2283/2016

LEI Nº. 2283, DE 21 DE JUNHO DE 2016

ALTERA A LEI Nº 1102, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE “CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º _____
_____”

Art. 2º _____
_____”

Art. 3º O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS será regido pela Secretaria de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 4º _____
_____”

I- _____
_____”

II - _____
_____”

III - _____
_____”

IV- _____
_____”

V - _____
_____”

VI- _____
_____”

VII – O pagamento de benefícios eventuais, conforme disposto na Lei Municipal de Assistência Social.

Art.5º _____
_____”

Art. 6º As contas e relatórios do FMAS serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art.7º _____
_____”

Art.8º _____
_____”

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Fica revogado os artigos 3º, Inciso VII, o artigo 4º e o artigo 6º, da Lei 1102, de 10 de dezembro de 1996 e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio – SC, 21 de junho de 2016

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

O MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.990.107/0001-30, com sede administrativa à Rua Dr. José Leal Filho, 589, Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal EDER IVAN MARMITT, no uso de suas atribuições legais, faz saber e TORNA PÚBLICO a quem possa interessar o presente Edital de Prorrogação do Prazo de Validade do Concurso Público n.º:01/2014

DETERMINANDO

a prorrogação do prazo de validade do concurso do concurso público fica validado e prorrogado até o dia 29 de maio de 2018.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições contidas no Edital.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de maio de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal de Sul Brasil

Publicado no Mural Edifício desta, e certificada a publicação no sítio eletrônico competente na data supra.

LEI 1093/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.093 DE 22 DE JUNHO DE 2016.

“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA - COMDE DE SUL BRASIL – SC, DE ACORDO COM AS LEIS FEDERAIS Nº 10.048/2000, 10.098/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDER IVAN MARMITT, Prefeito de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE do município de Sul Brasil – SC com o objetivo de assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos individuais e sociais.

Parágrafo único: o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE será vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão correspondente.

Art. 2º Caberá aos órgãos e as entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos quanto à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição Federal e das leis, propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º. Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II – deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabeleceu durante um período de tempo suficiente para não permitir a recuperação ou a probabilidade de alteração, apesar de novos tratamentos;

III – incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem estar pessoal e ao desempenho de função ou de atividade a ser exercida.

Art. 4º. Considera-se pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I – deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis, na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
- b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db – surdez severa;
- e) acima de 91 db – surdez profunda; e
- f) anacusia.

III – deficiência visual – acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV – deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer;
- h) trabalho.

V – deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Art. 5º. São finalidades do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência–COMDE:

I – elaborar os planos, programas e projetos da Política Municipal

para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

II – acompanhar e fiscalizar a efetiva implantação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência;

III – acompanhar a elaboração, avaliar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária do Município referente à execução da política e dos programas de assistência, prevenção e atendimento especializado a Pessoa com Deficiência;

IV – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos municipais destinados aos serviços de atendimento e de assistência social as pessoas com deficiência;

V – propor aos poderes constituídos, modificações na estrutura governamental diretamente ligadas à promoção, proteção, defesa e atendimentos especializados a pessoa com deficiência;

VI – opinar sobre a conveniência e necessidade de criação e implementação de programas de prevenção de deficiência, e de criação de órgãos governamentais para o atendimento a pessoa com deficiência;

VII – oferecer subsídios para a elaboração de leis pertinentes a pessoa com deficiência;

VIII – incentivar e apoiar eventos, estudos e pesquisas sobre a área da deficiência, visando garantir a qualidade dos serviços prestados pelo Município e entidades afins;

IX – aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em Regimento Interno, o cadastramento de entidades sediadas no Município, que prestam atendimento as pessoas com deficiência e desejem ingressar e integrar o Conselho;

X – convocar ordinariamente, a cada dois (02) anos, e extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de avaliar as ações desenvolvidas no Município e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento;

XII – elaborar seu Regimento Interno;

XIII – outras atribuições previstas no Regimento Interno.

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE será composto por 10 (dez) membros, titulares e suplentes respectivamente, representantes dos seguintes órgãos ou entidades:

I – Da esfera Governamental

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Um representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;
- c) Um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- d) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento ou DMER.

II – Da esfera não governamental

- a) Um representante da Indústria e Comércio;
- b) Um representante dos profissionais que atuam na área na habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência;
- c) Um representante das instituições de ensino;
- d) Um representante de entidades que prestam atendimento a pessoa com deficiência;

e) Um representante das associações/entidades sociais que prestam assistência e apoio a pessoas com deficiência.

Art. 7º. Os Conselheiros titulares e suplentes, representantes da esfera governamental, serão de livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º. Os Conselheiros titulares e suplentes, representantes da esfera não governamental, serão escolhidos em fórum próprio, na forma que dispuser o seu Regimento Interno, e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º. O mandato dos Conselheiros será de dois (02) anos, permitida uma recondução.

Art. 10. A função de Conselheiro não será remunerada, sendo os seus serviços considerados relevantes para a comunidade.

Art. 11. O Conselho será administrado por uma Diretoria composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, eleito por seus pares;

Art.12. Poderão ser criadas comissões especiais, a critério do Conselho, e de acordo com as suas necessidades.

Art. 13. Perderá o mandato o conselheiro que:

- I - desvincular-se do órgão de origem da sua representação;
- II - faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas, sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento interno do Conselho;
- III - apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Comissão Executiva;
- IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - for condenado por sentença irrecorrível, em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 14. Perderá o mandato a instituição que:

- I – extinguir sua base territorial de atuação no Município de Sul Brasil - SC;
- II – tiver constatada em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no Conselho;
- III – sofrer penalidade administrativa reconhecida grave.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 15. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará, sob sua coordenação uma Conferência Municipal a cada (02) dois anos, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.

§ 1º A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composta por delegados representantes dos órgãos, entidades e instituições de que trata o artigo 5º.

§ 2º A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

será convocada pelo respectivo Conselho no período de até (90) noventa dias anteriores à data para eleição do Conselho.

§ 3º Em caso de não-convocação por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no prazo referido no parágrafo anterior, a iniciativa poderá ser realizada por 1/5 das instituições registradas em referido Conselho, que formarão comissão paritária para a organização e coordenação da Conferência.

Art. 16. Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – avaliar a situação da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência;

II – fixar as diretrizes gerais da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência no biênio subsequente ao de sua realização;

III – avaliar e reformar as decisões administrativas do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quando provocada;

IV – aprovar seu regimento interno;

V – aprovar e dar publicidade a suas resoluções, que serão registradas em documento final.

Art. 17. O Poder Executivo prestará o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM, Lei 1027/2015.

Gabinete do Prefeito de Sul Brasil - SC, 22 de junho de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de administração

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA 021/2016

PORTARIA Nº 21 de 27 DE MAIO DE 2016.

Prorroga prazo de validade do concurso público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Sul Brasil, correspondente ao Edital nº 01/2014.

O Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município; Considerando a autorização concedida por meio do edital 01/2014, que realizou o concurso em vigência.

Considerando a existência de concurso público válido para provimento de vagas junto ao Município de Sul Brasil.

Considerando a existência de candidatos remanescentes no certame acima referido, que ainda se acham pendentes de serem chamados.

Considerando o atendimento aos princípios que regem Administração Pública dispostos no artigo 37 da Carta Magna, especialmente o do interesse público, o da economicidade e o da eficiência, dentre outros;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais dois anos a validade do Concurso Público 01/2014, para o provimento de cargos de motorista da saúde, junto ao município de Sul Brasil/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 27 de maio de 2016.

Publicada e registrada na data supra.

EDER IVAN MARMITT PREFEITO DE SUL BRASIL

João Paulo Gubert - Chefe de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 048/2016

DECRETO Nº. 048/2016, DE 23 DE JUNHO DE 2016
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica, e Lei Complementar nº 35 de 03 de novembro de 2015.

Considerando o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 035 de 03 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais;

Considerando que o percentual de revisão geral anual apurado com referência ao período de Janeiro/2015 a Dezembro/2015 atingiu 11,27%, o qual se refere a variação do INPC do IBGE;

Considerando que o percentual da folha de pagamento do Poder Executivo ultrapassou o limite de alerta de que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, exigindo a adoção de medidas de contenção de gastos pelo gestor público;

Considerando que a revisão geral anual tem por escopo recompor as perdas inflacionárias ocorridas no vencimento dos servidores públicos municipais, para que estes não sofram depreciação em razão da inflação;

Considerando, por fim, a prudência e a observância que o gestor público deve ter com relação aos limites legais e constitucionais, atento ao disposto na Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Revisão Geral Anual no percentual de 6,00%, a ser aplicado sobre o vencimento base dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive Agentes Políticos.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 23 DE JUNHO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 023-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 023/2016.
Tomada de Preços para Obras e Serviços
de Engenharia nº. 006/2016

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, do tipo Menor Preço Global, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELACIONADOS À CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DAS TORRES EM QUE SERÃO FIXADOS OS EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DO SINAL DE INTERNET, A SER CONSTRUÍDA CONFORME ESPECIFICAÇÕES

DESCRITAS NO ANEXO I E II DO EDITAL DE LICITAÇÃO - CONVÊNIO Nº. 2015TR001780 FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA E O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 14/07/2016, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser. Tigrinhos (SC), 22 de Junho de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 024-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 024/2016.
Pregão Presencial nº. 009/2016.
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, do tipo MENOR LANCE, para a aquisição de: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 07/07/2016, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser. Tigrinhos (SC), 23 de Junho de 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

COMUNICADO DE REVOGAÇÃO DA LIC 22_2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

COMUNICADO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 22/2016 – Pregão Presencial

O Município de Timbé do Sul/SC torna público para conhecimento de todos os interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitação nº 22/2016, referente a aquisição de um caminhão zero km, equipado com compactador de resíduos sólidos, por interesse público, em razão da liberação dos recursos por parte do Governo do Estado de Santa Catarina – FundoSocial que irão ficar incompatíveis com a forma de pagamento prevista no item 9.8 do instrumento convocatório. Como é impossível a entrega do bem e o pagamento ser realizado antes do período eleitoral, diga-se dia 02/07/2016, os repasses só poderão ser feitos após o pleito, conforme o Art. 62 – VI, “a” da Resolução nº 23.457 de 15/12/2016

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

ATA CONVOCAÇÃO ABERTURA PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇO N.º 39 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇO Nº 39/2016 - PMT

Às dezesseis horas do vigésimo terceiro dia, do mês de junho de dois mil e dezesseis, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço nº 39/2016 – PMT.

Tendo em vista a manifestação das empresas participantes na desistência do prazo recursal, conforme Ata de Julgamento de Habilitação publicada em 23/06/2016 no DOM/SC, a Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos interessados, que a sessão pública de abertura das Propostas de Preços, se realizará no dia 27 de junho de 2016, às 09h 30min, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO DATA ABERTURA PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO N.º 40 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇO Nº 40/2016 - PMT

Às quinze horas do vigésimo terceiro dia, do mês de junho de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço nº 40/2016 – PMT.

Analizada a documentação juntada aos autos, aliado com os pareceres técnicos emitidos acerca da documentação apresentada, decidimos pela habilitação da Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

A Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento do interessado que a sessão pública de abertura do envelope nº 02 – Proposta de Preços, se realizará no dia 27 de junho de 2016, às 09h, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 49 2016 PMT - AQUISIÇÃO DE FILÉ SIMPLES BOVINO PARA O EVENTO DIA DO COLONO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016 PMT

OBJETO: aquisição de filé simples bovino (churrasco), incluída a mão de obra de equipe composta com no mínimo 02 (duas) pessoas para trabalhar no tempero e como assadores no evento comemorativo ao “Dia do Colono”, que será realizado em 24 de julho de 2016. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 7 de julho de 2016. ABERTURA: dia 7 de julho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 23/06/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Desenvolvimento Econômico

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 91 DE 20 DE JUNHO DE 2016.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 91 DE 20 DE JUNHO DE 2016.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "EDVALDO ANGELO", situado no lado ímpar da Rua Cerejeiras, distando pelo lado direito do imóvel, 64,10 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua das Acácias, com a área de 7.553,78m² (Sete mil, quinhentos e cinquenta e três metros e setenta e oito decímetros quadrados), processo D-006/2016 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente EDVALDO ANGELO, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 1.464, datado de 22 de junho de 2016 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Klaus Roeder, Engenheiro Agrônomo, CREA/SC 047.481-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 25.800, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.021.0190.001, constituído de 01 (uma) área a desmembrar e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 20 de junho de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
Município de Timbó

BÁRBARA LUÍZA POFFO DE AZEVEDO
Arquiteta e Urbanista
CAU A95129-3

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO Nº 92 DE 21 DE JUNHO DE 2016.

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO
Nº 92 DE 21 DE JUNHO DE 2016.

RENOVA as aprovações do desmembramento de área urbana, feita pelos decretos: Decreto nº 1.343/2008 de 24/10/2008, Decreto nº 1.918/2010 de 26/04/2010, Decreto nº 2.369/2011 de 08/06/2011, Decreto nº 2.633/2012 de 12/01/2012.

CONSIDERANDO a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

Fica renovado o DESMEMBRAMENTO denominado "NADAR MORRO", situado no lado par da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 167,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Bélgica, nesta Cidade, com a área de 5.751,01m² (cinco mil, setecentos e cinquenta e um metros e um decímetro quadrado), cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 1.343/2008 de 24/10/2008, e suas renovações: Decreto nº 1.918/2010 de 26/04/2010, Decreto nº 2.369/2011 de 08/06/2011, Decreto nº 2.633/2012 de 12/01/2012, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de INDUSTRIA DE MADEIRAS NADAR MORRO LTDA, conforme matrícula nº 10.639, livro 2.

Esta certidão revalida os decretos: Decreto nº 1.343/2008 de 24/10/2008, Decreto nº 1.918/2010 de 26/04/2010, Decreto nº 2.369/2011 de 08/06/2011, Decreto nº 2.633/2012 de 12/01/2012 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 21 de junho de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

BÁRBARA LUÍZA POFFO DE AZEVEDO
Arquiteta e Urbanista
CAU A95129-3

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 41 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 41/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante MADEIRAS BLUMENAU LTDA - EPP, CNPJ nº 02.509.755/0001-41 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 01/07/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 23 de junho de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 05.2016 FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 05/2016 – FUMTRAN

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante, ELISEU KOPP & CIA LTDA, CNPJ nº. 93.315.190/0001-17 a comparecer para assinatura do respectivo contrato oriundos do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 29/06/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 23 de junho de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

DECRETO NO 4218, DE 02 DE JUNHO DE 2016

DECRETO No 4218, DE 02 DE JUNHO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-442,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SEMED – NEI “ MUNDO MÁGICO ”		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16207	01 - Mesa	R\$ 560,00
16209	01 – Mesa	R\$ 560,00
16214	01 – Banco	R\$ 100,00
16216	01 – Banco	R\$ 100,00
16220	01 – Banco	R\$ 100,00
22819	01 – Forno Elétrico Muller	R\$ 329,50
25889	01 – Fogão 4 bocas, dako com forno	R\$ 1.075,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
254	01 – Monitor Modelo 592	R\$ 320,00
302	01 – Máquina Costura Reta	R\$ 350,00
415	01 - Nobreak	R\$ 2.070,00
08428	01 – Cadeira de Madeira	R\$ 25,00

08432	01 - Cadeira	R\$ 25,00
08437	01 - Cadeira de Madeira	R\$ 25,00
08437	01 - Cadeira	R\$ 25,00
10781	01 - Máquina de Costura Industrial	R\$ 850,00
17353	01 - Balança Digital LD 6	R\$ 700,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - " PATRIMÔNIO "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
181	01 - Cadeira	R\$ 40,00
8509	01 - Cadeira	R\$ 50,00
12611	01 - Cadeira	R\$ 80,00

SECRETARIA DE SAÚDE - " ESF SAUDÁVEL - BAIRRO DOS ESTADOS "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
5265	01 - Balcão de Recepção	R\$ 45,00
5286	01 - Geladeira	R\$ 180,00
12118	Balcão Odonto	R\$ 40,00

SECRETARIA DE SAÚDE - " VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
26003	01 - Termômetro	R\$ 32,50

SECRETARIA DE SAÚDE - " ESF VILA GERMER "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1698	01 - Geladeira	R\$ 180,00

SECRETARIA DE SAÚDE - " POLICLÍNICA "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1596	01 - Balança Infantil	R\$ 110,00
8837	01 - Balança Pediátrica	R\$ 150,00
12070	01 - Arquivo Metálico	R\$ 193,00
12698	01 - Arquivo Metálico	R\$ 480,00
18241	01 - Cadeira Giratória preta	R\$ 118,00
18427	01 - Cadeira Giratória verde	R\$ 167,00
19420	01 - Cadeira Mocho	R\$ 80,00
21766	01 - Aspirador portátil	R\$ 1.154,00

SECRETARIA DE SAÚDE

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1354	01 - Mesa para Micro	R\$ 70,00
20286	01 - Cadeira fixa	R\$ 69,00

SECRETARIA DE SAÚDE - " ESF DONA CLARA "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
2272	01 - Conjunto 4 cadeiras de Madeira	R\$ 4,00
8790	01 - Cadeira Giratória Estofada - Bege	R\$ 66,00
14336	01 - Suporte em MDF	R\$ 90,00
14920	01 - Cadeira Fixa	R\$ 39,00
14921	01 - Cadeira Fixa	R\$ 39,00
14922	01 - Cadeira Fixa	R\$ 39,00
14923	01 - Cadeira Fixa	R\$ 39,00
14924	01 - Cadeira Fixa	R\$ 39,00
14925	01 - Cadeira Fixa	R\$ 39,00
14926	01 - Cadeira Fixa	R\$ 39,00
14927	01 - Cadeira Fixa	R\$ 39,00
14928	01 - Cadeira Fixa	R\$ 39,00
14930	01 - Banco Corvin	R\$ 164,00
14931	01 - Cadeira Fixa	R\$ 228,00
14953	01 - Telefone Intelbras	R\$ 34,00
14955	01 - Telefone Intelbras	R\$ 34,00
15970	01 - Conjunto de Estante	R\$ 103,00
16722	01 - Cadeira Fixa Auxiliar	R\$ 85,00
21874	01 - Microcomputador Intel Pentium	R\$ 985,00
21875	01 - Flay Back Monitor	R\$ 385,00
21947	01 - Impressora Laser (tonner)	R\$ 2.136,00
23070	01 - Computador Nettop Digitron Preto	R\$ 548,00
23143	01 - Monitor Leda	R\$ 256,25
23449	01 - Aparelho de Telefone Pleno Intelbras	R\$ 34,40
24615	01 - Balcão - Balcão de Cozinha	R\$ 651,00
24618	01 - Mesa para escritório	R\$ 481,00

24619	01 - Mesa para escritório	R\$ 481,00
24750	01 - Monitor LCD	R\$ 299,00
25910	01 - Balança Digital Bivolt Portátil	R\$ 84,85
26019	01 - Casco Botijão Gás	R\$ 90,00
26719	01 - Balcão Horizontal Simples	R\$ 549,00
26721	01 - Armário em MDF de 2 portas	R\$ 633,50
26722	01 - Armário em MDF de 2 portas	R\$ 633,50
26723	01 - Armário em MDF de 2 portas	R\$ 633,50
26724	01 - Armário em MDF de 2 portas	R\$ 633,50
26725	01 - Armário em MDF de 2 portas	R\$ 633,50
26726	01 - Armário em MDF de 2 portas	R\$ 633,50
26727	01 - Pia para consultório Médico	R\$ 1.360,00
26731	01 - Cadeira em PVC branca	R\$ 66,00
26732	01 - Cadeira em PVC branca	R\$ 66,00
26733	01 - Cadeira em PVC branca	R\$ 66,00
26734	01 - Cadeira em PVC branca	R\$ 66,00
26735	01 - Cadeira em PVC branca	R\$ 66,00
26736	01 - Cadeira em PVC branca	R\$ 66,00
26797	01 - Relógio Ponto Biométrico	R\$ 1.260,00
27002	01 - Termômetro Digital	R\$ 32,00
27194	01 - Cadeira Fixa	R\$ 136,00
27195	01 - Cadeira Fixa	R\$ 136,00
27485	01 - Aparelho telefônico intelbras	R\$ 34,90
27486	01 - Aparelho telefônico intelbras	R\$ 34,90
27487	01 - Aparelho telefônico intelbras	R\$ 34,90
27616	01 - Seladoras Hospitalar	R\$ 298,00

SECRETARIA DE SAÚDE - " ESF INTEGRADA – BAIRRO IMIGRANTES "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
553	01 – Sofá preto	R\$ 30,00
1209	01 - Sofá preto	R\$ 40,00
1471	01 – Pia com armário	R\$ 60,00
1618	01 - Escrivania	R\$ 40,00
1779	01 - Escrivania	R\$ 70,00
1809	01 - Banco	R\$ 30,00
1814	01 - Maca Adulta	R\$ 60,00
1856	01 - Sofá Preto	R\$ 30,00
1860	01 - Bebedouro	R\$ 40,00
1870	01 - Maca Adulta	R\$ 60,00
1870	01 - Maca	R\$ 60,00
1874	01 - Mesinha	R\$ 45,00
4024	01 - Armário Aéreo	R\$ 40,00
8596	01 - Escrivania	R\$ 30,00
10647	01 - Cadeira	R\$ 27,00
14088	01 - Cadeira fixa preto	R\$ 39,00
14102	01 - Cadeira em Tecido	R\$ 39,00
14750	01 - Escadinha 2 degraus	R\$ 31,00
14990	01 - Escrivania	R\$ 175,00
15033	01 – Balcão com 1 cuba em inox	R\$ 292,00
15062	01 – Cadeira fixa	R\$ 39,00
15078	01 – Cadeira Fixa	R\$ 39,00
16326	01 - Cadeira com rodas	R\$ 230,00
16631	01 – Armário Vitrine	R\$ 383,40
18230	01 - Cadeira	R\$ 56,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - " EMPENHOS "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
20145	01 - Telefone	R\$ 33,70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - " TESOURARIA "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
21983	01 – aparelho de ar condicionado split	R\$ 2.210,00

SECRETARIA DE SAÚDE - " ESF Pe. MARTINHO STEIN "

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1117	01 – Cadeira	R\$ 10,00
1263	01 - Cadeira	R\$ 20,00
1415	01 – Maca	R\$ 20,00

1415	01 – Maca Fixa	R\$ 20,00
1697	01 – Balcão com pia	R\$ 50,00
1754	01 – Banco Preto	R\$ 30,00
10834	01 - Bebedouro	R\$ 260,00
12569	01 - Bebedouro	R\$ 275,00
16031	01 - Balança	R\$ 333,00
16034	01 – Mesa Fixa	R\$ 131,90
16035	01 – Mesa Fixa	R\$ 131,90
16058	01 – Ventilador de teto	R\$ 35,00
16059	01 - Cadeira Longarina	R\$ 280,00
16121	01 - Balcão com Pia	R\$ 249,00
16123	01 - Balcão	R\$ 249,00
16425	01 – Ventilador de teto	R\$ 35,00
16447	01 – Balcão para Pia	R\$ 200,00
16757	01 – Mesa Pré Escolar	R\$ 100,00
16758	01 – Cadeira Pré Escolar	R\$ 25,00
16759	01 – Cadeira Pré Escolar	R\$ 25,00
16760	01 – Cadeira Pré Escolar	R\$ 25,00
16761	01 – Cadeira Pré Escolar	R\$ 25,00
18922	01 – Ventilador de teto	R\$ 68,00
21949	01 – Ventilador de teto	R\$ 93,50
21950	01 – Ventilador de teto	R\$ 93,50
21951	01 – Ventilador de teto	R\$ 93,50
26003	01 - Termômetro	R\$ 32,50
27473	01 – Balança Antropométrica	R\$ 556,29

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4216, DE 01 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4216, DE 01 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 550.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	200.000,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	25.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	100.000,00
	TOTAL	325.000,00
25.03.017.512.0104.2312	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	

25.03.017.512.0104.2312	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2312	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	90.000,00
	total	90.000,00
25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	130.000,00
	total	130.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	550.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4219, DE 10 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4219, DE 10 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 89.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16300	Transferências de Convênios – Estado/Saúde	89.000,00
	TOTAL	89.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Provável Excesso de Arrecadação, seguindo o Programa de Transferência nº 2016005825 e proposta de transferência nº 0000017831.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4220, DE 10 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4220, DE 10 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Especial Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 80.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2833, de 20 de maio de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Especial Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.1265.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.1265.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.1265.	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - DEMUTRAN	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Recursos Ordinários – Sup. financeiro	80.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4222, DE 10 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4222, DE 10 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 68.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
036765	Assistência Sist.Único - SUS/Estado- MAC	68.000,00
	TOTAL	68.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4223, DE 10 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4223, DE 10 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 300.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	100.000,00
	total	100.000,00
25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	200.000,00
	total	200.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	300.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO 2016.90 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/90

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp

OBJETO: : execução, pela CONTRATADA, a plena conclusão do anexo do Pavilhão Henry Paul (cozinha, com área total: 107,65m²), tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Compras e Serviços n.º 31/2016.

VALOR: R\$ 110.716,39 (cento e dez mil setecentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 02/06/2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO CONTRATO 2016.91 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/91

AUTORIZADO: Município de Timbó através da Secretaria de Educação

AUTORIZANTE: Micanto Móveis Sob Medida Ltda Epp.

OBJETO: Fornecimento e a montagem de móveis sob medida para o Núcleo de Educação Infantil Mundo Mágico e Unidade Pré-Escolar Violeta, tudo de conformidade com o Edital de Pregão Presencial nº 34/2016.

VALOR R\$ 9.068,00 (nove mil e sessenta e oito reais)

PRAZO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 02/06/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO CONTRATO 2016.94 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/94

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Cervejaria Bierland Ltda.

OBJETO: Fornecimento de bebidas tudo de conformidade com as especificações, quantidades, valores e formas estabelecidas nos itens 01, 02, 03, 04 e 05 (abaixo), durante toda a 26ª FESTA DO IMIGRANTE, que se realizará nos dias 07/10/2016 a 12/10/2016, junto ao Pavilhão Municipal de Eventos "Henry Paul" e demais dependências, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº. 08/2016.

VALOR PERCENTUAL DE COMISSÃO: 18.00 % (dezoito por cento).

DATA DA ASSINATURA: 06/06/2016

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2016.95 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/95

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Lindauer Indústria de Alimentos Ltda.

OBJETO: Fornecimento de bebidas, tudo de conformidade com as especificações, quantidades, valores e formas estabelecidas nos itens 01, 02, 03, 04 e 05 (abaixo), durante toda a 26ª FESTA DO IMIGRANTE, que se realizará nos dias 07/10/2016 a 12/10/2016, junto ao Pavilhão Municipal de Eventos "Henry Paul" e demais dependências, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº. 08/2016.

VALOR PERCENTUAL DE COMISSÃO: 21,05 % (vinte e um vírgula cinco por cento).

DATA DA ASSINATURA: 06/06/2016

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2016.96 FIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/96

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social

AUTORIZADO: GC Escola de Informática e Idiomas Ltda Me

OBJETO: Execução dos cursos Technology Course, Manutenção de computadores e Auxiliar Administrativo, para atendimento de crianças e adolescentes encaminhados pela Secretaria de Assistência Social.

VALOR: R\$ 7.994,00 (sete mil novecentos e noventa e quatro reais).

DATA DA ASSINATURA: 06/06/2016.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Assistência Social

EXTRATO CONTRATO 2016.97 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/97

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Bill Jonnathan Pereira Mei.

OBJETO: Execução da apresentação artística (teatral) "O VENTO NAS ESCOLAS" no dia 10/06/16 junto a Feira do Livro de Timbó 2016.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2016

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

PORTARIA 1997, DE 06 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA 1997, DE 06 DE JUNHO DE 2016

Instaura Sindicância Administrativa nº 03/2016, para apurar fatos constantes no Ofício nº 10/2016/ESF-SESAS, expedido pela responsável da Coordenação da Atenção Básica de Saúde.

O Secretário Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 03/2016, para apurar, fatos ocorridos na Unidade de Saúde Padre Martinho Stein, na data de 02 de março do corrente, constantes no Ofício nº 10/2016/ESF-SESAS, de 29 de abril do corrente, expedido pela responsável da Coordenação da Atenção Básica de Saúde, Enfermeira Sandra Nones Schaefer.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 1893, de 01 de março de 2016, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA NO 1965, DE 09 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No 1965, DE 09 DE MAIO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015, e nº 4047, de 15/12/2015 e nº 4184, de 13/04/2016,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANNA PAULA TAMANINI SCHWANZ (Aumento do número de alunos)	216895	3	07/10/1987	051.748.039-52	40h	09/05/2016 a 30/06/2016
ELIZANGELA DOS SANTOS (Aumento do número de alunos)	4044460	0	26/02/1994	093.468.509-65	40h	09/05/2016 a 30/06/2016
GABRIELE CAROLINE KRUGER TONETI (Aumento do número de alunos)	370576	0	24/05/1996	060.542.519-10	40h	09/05/2016 a 30/06/2016
Cargo: Educadora Infantil B-18						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANTONIA CAMILA SAMPAIO BORGES DOS SANTOS CUNHA (Aumento do número de alunos)	4044185	0	03/11/1991	045.796.305-05	30h	09/05/2016 a 30/06/2016
CASSIANE FERREIRA SANTO (Subst.Eliseth Bucher, que se encontra em Licença Para Trat.de Saúde)	4016343	1	14/07/1980	099.947.377-83	30h	09/05/2016 a 09/06/2016
CRISLENE DE ASSIS MOURA DE AVIZ (Aumento do número de alunos)	4044428	0	15/08/1978	723.832.162-91	30h	09/05/2016 a 30/06/2016

FRANCIANE GISELE BEGALKE MENE-GHELLI (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	358568	2	15/08/1986	051.028.489-25	30h	09/05/2016 a 30/06/2016
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
CLEYBSON EDINEI VILA NOVA (Subst.Aparecida Valcanaia, que se encontra em Licença Para Trat.de Saúde)	4044193	0	02/11/1971	143.602.798-50	44h	09/05/2016 a 30/06/2016
CRISTIANE FELICIA CUNHA (Subst.Aparecida Valcanaia, que se encontra em Lic. para Trat.de Saúde)	4044770	0	23/08/1989	072.506.219-39	44h	09/05/2016 a 30/06/2016
JANDIRA VIDAL DE OLIVEIRA (Aumento do número de alunos)	4041739	1	17/05/1983	072.193.399-84	44h	10/05/2016 a 30/06/2016
VANESA FRANCIELE SLOMP (Subst.Terezinha V.Fronza, que se encontra em Lic. para Trat.de Saúde)	358827	3	09/06/1989	072.653.489-74	44h	09/05/2016 a 30/06/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANDERSON ROMARIO KANNENBERG (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público /Proc.Seletivo)	4020367	0	29/03/1995	096.488.679-09	44h	09/05/2016 a 30/06/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1974, DE 19 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No 1974, DE 19 DE MAIO DE 2016

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)			
NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Sandra Buffon Biss	Enfermeira	1101, de 10/02/2010	02/05/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1975, DE 19 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No 1975, DE 19 DE MAIO DE 2016

Concede exoneração às Servidoras Públicas Municipais lotadas na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO às Servidoras Públicas Municipais, conforme abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Dayana Priscilla Dorigatti Maukiewicz	Auxiliar de Recreação Infantil	1842/2016	03/05/2016
Débora Cristina da Silva	Educadora Infantil	1940/2016	04/05/2016
Joseane de Oliveira	Educadora Infantil	1849/2016	06/05/2016
Loreta Goetten Sell	Auxiliar Operacional	1839/2016	16/05/2016
Pricilla Kelle Pereira Soares	Educadora Infantil	1841/2016	02/05/2016
Scheila Cristina Zomer	Educadora Infantil	1841/2016	02/05/2016
Silvana Edina Formigari Bueno	Professor C	1867/2016	12/05/2016
Simone Kuester Neves	Educadora Infantil	1911/2016	02/05/2016
Sonia Salete da Silva	Auxiliar Operacional	1839/2016	06/05/2016
Tatiana Cristina Catafesta Lenzi	Educador Infantil	1962/2016	03/05/2016
Wanessa Giovanna Boettger Frainer	Educadora Infantil	1868/2016	06/05/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Clara Edinei Vila Nova	Auxiliar Operacional	1844/2016	06/05/2016
Rosana Graciela Kuhl	Auxiliar Operacional I	1953/2016	10/05/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1977, DE 19 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No 1977, DE 19 DE MAIO DE 2016

Altera a Portaria nº 630, de 13 de setembro de 2013, que designa servidores para comporem a Comissão especial de avaliação dos servidores em Estágio Probatório na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII, e XXV, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 630, de 13 de setembro de 2013, que designa servidores para comporem a Comissão Especial de avaliação dos servidores em Estágio Probatório na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, designando SERGI FREDERICO MENGARDA-Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, em substituição à Márcia da Rocha.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2004, DE 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2004, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Prorroga por 60 (sessenta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 1963, de 06 de maio do corrente.

O Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 137 e seguintes da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

CONSIDERANDO a solicitação feita pela Comissão Processante Especial - Memorando nº 12/2016, de 07 de junho do corrente,

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2016, conforme estabelecido no art.2º da Portaria nº 1963, de 06 de maio do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de junho de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 2002, DE 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 2002, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Nomeia Servidor para cargo em comissão na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 16 de junho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar de 16 de junho do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Walmor Tassarolo	Assessor de Serviços-Nível I / CC-5	41

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de junho de 2016; 146o ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2003, DE 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 2003, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Nomeia representante(s) para compor o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e revoga a Portaria nº 1564, de 20 de março de 2015.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, II, "c" da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art.231-A da Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998, e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os seguintes representantes para compor o CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, com mandato até 20 de março de 2017:

I - Representante da Procuradoria-Geral do Município:

Titular: Giscard Ataídes Wolter Bertoldi

Suplente: Jean Pierre Bezerra Museka

II - Representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração:

Titular: Sandra Helena Dallabona

Suplente: Lourdes Moser

III - Representante indicado pela ACIMVI, sendo preferencialmente do Núcleo de Contadores:

Titular: Ezequiel Luís Lopes Giovanella

Suplente: Jair Antônio Pretti

IV - Representante indicado pela OAB:

Titular: Flavio Germano Buzzi

Suplente: Danilo Cesar Dallabrida

Parágrafo Único. Fica designada a Servidora Pública Municipal Hengell Oliveira para exercer a função de Secretária.

Art.2º REVOGAR a Portaria nº 1564, de 20 de março de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de junho de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2005, DE 17 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 2005, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Designa a Servidora Pública Municipal Christiane Martina Pellin, para ocupar, em substituição, a Servidora Graciela Inês Uber Gomes, no cargo em comissão de Assessora Institucional de Controladoria, no período de 30/05/2016 a 25/11/2016.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei

Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a Servidora Christiane Martina Pellin, ocupante do cargo em comissão de Assessora da Fazenda e Administração / CC-2, para ocupar em substituição a Servidora Graciela Inês Uber Gomes, o cargo em comissão de Assessora Institucional de Controladoria / DAS-2 – Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por motivo de Licença Maternidade, no período de 30/05/2016 a 25/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2006, DE 17 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 2006, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Nomeia Servidora Pública Municipal para o exercício de cargo efetivo na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, a servidora abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 01/2013:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Cargo: Professor Ref.Salarial: C-10		
Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL
Juliana Ropelato	868.335.709-06	20h/a

Art. 2º CONVOCAR a Servidora nomeada para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2013, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeada.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a servidora nomeada não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 87 2015 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços destinado à aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha destinados ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Limpexcel Prod. Limpeza Ltda Me; J.P. Lima Com. Prod. Limpeza Ltda Epp; Vencoli Brasil Distribuidora Ltda; Coml. Multville Ltda Me; JLM Distribuidora BR Ltda - Me Blunac Distribuidora Eireli Me; L&E Comércio Varejista LTDA Epp; M Mobile Eireli Me; Tayu Química Eireli – Epp; AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda Epp; Cheiros do Vale Ltda – Me; Zeli Odete da Silva – Me; Qualiclean Comercio de Produtos de Limpeza Ltda – Epp; Maycon Will Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 327.449,23 (trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/09/2016

Timbó, 22/09/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 23/2016 CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 23/2016

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal em vigor e em conformidade com o edital do Concurso Público nº 02/2015, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO para provimento do quadro de pessoal efetivo do Município, conforme resultado final do Concurso Público.

Os convocados deverão comparecer durante o período de 27 de junho a 08 de julho de 2016 das 13:30 horas às 17:00 horas na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, situada na Rua Lumber, s/nº, Centro, Três Barras – SC, para apresentação e entrega dos documentos constantes no item 12.2.1 do Edital do Concurso Público nº 02/2015.

O não comparecimento do candidato no local e data acima designadas acarretará na renúncia tácita ao direito de ingresso no serviço público.

Prefeitura Municipal de Três Barras, 23 de junho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

ANEXO I

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação Candidato

- 14 LETÍCIA CAMARGO DA CRUZ
- 15 MARCOS GONÇALVES DE SOUZA
- 16 JAILSON ALVES RIBEIRO
- 17 ANDRIELI CORDEIRO
- 18 JADERSON FELICIO CASTRO
- 19 MONICA GONÇALVES

PROFESSOR DE ARTES

- 11 ALLAN WILLIAM IANCOSKI
- 12 RENY TEREZINHA NIZER

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2016TR001042

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2016TR001042

Concedente: Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas – CNPJ nº 05.688.796/0001-30.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para execução do objeto: Aquisição de C.B.U.Q, tubos de concreto, meio fio, blocos de cimento, rachão e pedra brita para Pavimentação por administração própria da Rua Licínio L. de Souza com extensão de 93,50 metros e Rua Carlos Cornelsen, numa extensão de 54,50 metros no Bairro João Paulo II em Três Barras – SC.

Vigência: 03/06/2016 até 30/11/2016.

Valor Total: R\$ 123.456,79 (cento e vinte e três mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e nove centavos), sendo R\$ 100.000,00 oriundos do Governo do Estado e R\$ 23.456,79 da Prefeitura Municipal.

Assinatura: 01/06/2016, Pela Prefeitura Municipal: Eloi José Quege, Prefeito Municipal. Pela Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas - SC: Ricardo Pereira Martin, Secretário Executivo.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2016TR001149

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2016TR001149

Concedente: Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas – CNPJ nº 05.688.796/0001-30.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para execução do objeto: Aquisição de C.B.U.Q, tubos de concreto, meio fio, blocos de cimento, rachão e pedra brita para Pavimentação por administração direta da Rua Wladislaw Trela com extensão de 139,00 metros lineares e 973 m² em Três Barras – SC.

Vigência: 15/06/2016 até 30/11/2016.

Valor Total: R\$ 74.996,25 (setenta e quatro mil e novecentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos), sendo R\$ 50.000,00 oriundos do Governo do Estado e R\$ 24.996,25 da Prefeitura Municipal.

Assinatura: 14/06/2016, Pela Prefeitura Municipal: Eloi José Quege, Prefeito Municipal. Pela Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas - SC: Ricardo Pereira Martin, Secretário Executivo.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2016TR001154

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2016TR001154

Concedente: Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas – CNPJ nº 05.688.796/0001-30.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para execução do objeto: Aquisição de C.B.U.Q, tubos de concreto, meio fio, blocos de cimento, rachão e pedra brita para Pavimentação por administração direta da Rua Jorge Pires com extensão de 194,50 metros lineares e 1.361,50 m² em Três Barras – SC.

Vigência: 15/06/2016 até 30/11/2016.

Valor Total: R\$ 114.089,18 (cento e quatorze mil e oitenta e nove reais e dezoito centavos), sendo R\$ 100.000,00 oriundos do Governo do Estado e R\$ 14.089,18 da Prefeitura Municipal.

Assinatura: 14/06/2016, Pela Prefeitura Municipal: Eloi José Quege, Prefeito Municipal. Pela Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas - SC: Ricardo Pereira Martin, Secretário Executivo.

PORTARIA Nº 451 DE 20 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 451 DE 20 DE JUNHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 73 da Lei nº 9.504/1997;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam proibidas quaisquer espécies de transferências ou doações, por parte do Poder Público Municipal e Secretários Municipais, ou de suas respectivas Secretarias, para pessoas físicas ou jurídicas, durante o período eleitoral, mais precisamente entre o dia 02 de julho de 2016 à 02 de outubro de 2016, conforme o art. 73, inciso VI, alínea a da Lei nº 9.504/1997, excetuadas aquelas com previsão expressa na legislação municipal.

Art. 2º. Procedam as Secretarias Municipais a devida divulgação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 20 de junho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº. 452 DE 20 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 452 DE 20 DE JUNHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

PODERES CONTA CORRENTE – Assinatura conjunta SIDILON PAZDA – Diretor Executivo do SAMASA – CPF nº. 623.507.579-00 – RG 1.453.832 – SSP/SC, e LUIS CEZAR LOPES – CPF nº. 004.769.689-33 – RG 4.156.858 – SSP/SC, passa a movimentar as contas correntes mantidas junto ao Banco do Brasil S/A, com poderes para emitir cheques, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, requisitar talões de cheques, requisitar cartão eletrônico, movimentar conta com cartão eletrônico, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates e aplicações em investimentos financeiros, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar transferências/pagamentos, por meio eletrônico, efetuar saques da conta, liberar arquivos de pagamento, solicitar saldos e extratos de investimentos, efetuar o envio e recebimento de arquivos eletrônicos.

Estes poderes referem-se aos CNPJ nº. 11.828.418/0001-08 e nº. 15.251.461/0001-04.

Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), 20 de Junho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2174

DECRETO Nº 2.174/2016 DE 22 DE JUNHO DE 2016
REVOGA SUPLEMENTAÇÃO, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA
PREFEITURA MUNICIPAL, POR SUPERÁVIT, NO VALOR DE R\$
70.362,28 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica revogada a suplementação no valor de R\$70.362,28
(setenta mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos), contido no Decreto Municipal nº 2.119/2016 de 06 de janeiro
de 2016, aplicado na seguinte dotação:

06 – Secretaria de Educação
02 – Ensino Fundamental
Atividade: 2.403 – Construção escola municipal
Suplementa: (116) Modalidade de aplicação:
44.90.00.00.00.00.00.03.0062 R\$ 70.362,28

Artigo 2º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$
70.362,28 (setenta mil, trezentos e sessenta e dois reais, e vinte e
oito centavos), por superávit financeiro do exercício de 2015, para
seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria de Educação
02 – Ensino Fundamental
Atividade: 2.403 – Construção escola municipal
Suplementa:
(129) Modalidade de aplicação: 44.90.00.00.00.00.00.03.0024
..... R\$ 70.362,28

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
22 de junho de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente
Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2175

DECRETO Nº 2.175/2016 DE 22 DE JUNHO DE 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL, POR
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R\$ 66.283,29 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$
66.283,29 (sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e
vinte e nove centavos), por excesso de arrecadação de Convênio
do FNDE, para seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria de Educação
02 – Ensino Fundamental
Atividade: 2.403 – Construção Escola Municipal
Modalidade de aplicação (130): 44.90.00.00.00.00.00.01.0024
..... R\$ 66.283,29

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
22 de junho de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente
Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2176

DECRETO Nº 2.176/2016 de 22 de junho de 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO
VALOR DE R\$ 18.281,78 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$
18.281,78 (dezoito mil, duzentos e oitenta e um reais e setenta e
oito centavos) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria de Cultura e Esportes
01 – Serviços de Cultura
Atividade: 2015 – Despesas com Atividades Culturais
Modalidade de aplicação: (128) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0024
Valor: R\$ 18.281,78

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior,
ficam utilizados os recursos do superávit financeiro do exercício
anterior – Convênio do Estado de Santa Catarina para reforma do
Museu Municipal.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
22 de junho de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente
Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 101

PORTARIA Nº 101/16 DE 16 DE JUNHO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR por motivo de óbito, no dia 16 de junho de 2016, a Sra. ZENIR TEREZINHA RODRIGUES ZANG, CPF nº 693.326.909-44 e identidade nº 11/R-2.419.038, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Portaria de Nomeação nº 014/90 de 04 de janeiro de 1990.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 16 DE JUNHO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

092/2016

PORTARIA 092/2016 DE 20 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

HANELORE HEDLER, Prefeita do Município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas..

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. KATIA DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico emitido em 14 de junho de 2016, apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a 14 de junho de 2016, entrando em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de junho de 2016.

HANELORE HEDLER

Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e do Turismo

093/2016

PORTARIA 093/2016 DE 22 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

HANELORE HEDLER, Prefeita do Município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais), referente á uma meia diária para cada servidor, sendo os servidores Mariane Fernandes da Rosa Boni e Elienai da Silva, que irão ate a Caixa Econômica Federal - GIGOV autenticar documentos de Processo Licitatórios para liberação de Convenio do Estado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de junho de 2016.

HANELORE HEDLER

Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretaria de Administração e Finanças Interina

094/2016

PORTARIA 094/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016.
PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica PRORROGADO O PRAZO para mais 60 dias constante na Portaria 071/2016 que Nomeia Comissão Interna para fins de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças Interina

Tunápolis

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 87/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Peças destinadas na manutenção dos distribuidores de adubo e calcário e dos ônibus do Transporte Escolar, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 15 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 87/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção dos distribuidores de adubo e calcário e dos ônibus do Transporte Escolar, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção dos distribuidores de adubo e calcário e dos ônibus do Transporte Escolar, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 07.625.024/0001-85, com sede na Avenida Cerro Largo,99, Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Bernildo José Bourscheidt, portadora do RG n.º4.219.458 e do CPF n. º039.595.539-45.

Lote I

VEÍCULO ÔNIBUS 29 PASSAGEIROS PLACA MKW 7416, ANO 2013/2013 IVECO/CITY CLASS 70C17. CHASSI 93ZL68C01D8443013

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				P.UNIT.	Global
1	Pivo Inferior Suspensão. Original	unid	02	285,00	570,00
2	Pivo Superior Suspensão.Original		02	285,00	570,00
Total Geral					1.140,00

Lote II

VEÍCULO MICRO ONIBUS, DIESEL, RENAULT/MASTER, ANO DE 2008/2009, BRANCA PLACA MFW 7896.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				P.UNIT.	Global
01	Pivô superior .Viemar	unid	02	115,00	230,00
02	Rolamento cubo dianteiro Ima	unid	01	345,00	345,00
03	Coifa lado Roda .Dana	unid	01	60,00	60,00
04	Amortecedor dianteiro. Kayaba	unid	02	232,00	464,00
Total					1.099,00

Lote III

PEÇAS VEÍCULO ÔNIBUS 48 PASSAGEIROS PLACA MJD 3436, ANO 2011/2011 VW/15.190 EOD E HD ORE. CHASSI 9532882W7BR169203.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				P.UNIT.	Global
1	Grampo Mola 7/8	unid	01	68,00	68,00
2	Porca dupla 7/8	unid	02	6,50	13,00
3	Fusíveis	unid	02	1,00	2,00
4	Interruptor liga/desliga. MARFLEX	unid	01	10,00	10,00
5	Rolamento Cardan . ZM	unid	01	132,00	132,00
	Total Geral				225,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 87/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 69/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotar a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da dos ônibus e dos distribuidores de calcário do MUNICIPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal responsável terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 89/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 15 de junho de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME

Fornecedor Registrado

CONTRATO Nº 18/2016

CONTRATO Nº 18/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 19.338.456/0001-94, estabelecida na Rua Argemiro Pretto, 340, Lajeadozinho, no Município de Encantado/RS, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	UNIT.R\$	VALOR TOTAL
1	CADEIRA MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO / FERRO PINTADO POSSUI BRAÇOS POSSUI REGULAGEM DE ALTURA ASSENTO/ ENCOSTO ESTOFADO COURVIN .MARCA ALF	UNID	2	125,00	250,00
5	MESA GINECOLÓGICA POSIÇÃO DO LEITO MÓVEL MATERIAL DE CONFECÇÃO MADEIRA/ MDF COM GABINETE. MARCA ALF	UNID	3	955,00	2.865,00
20	POLTRONA HOSPITALAR MATERIAL DE CONFECÇÃO ARMAÇÃO BAIXA AÇO / FERRO PINTADO ASSENTO/ ENCOSTO ESTOFADO COURVIN DESCANSO PARA OS PÉS INTEGRADO CAPACIDADE ATÉ 120 KG . MARCA ALF RECLINAÇÃO ACIONAMENTO PISTÃO A GÁS.	UNID	1	1.200,00	1.200,00

22	ESCADA COM 2 DEGRAUS MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO INOXIDÁVEL . MARCA ALF	UNID	6	160,00	960,00
27	CADEIRA EXECUTIVA MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO / FERRO PINTADO POSSUI BRAÇOS COM RODÍZIOS POSSUI REGULAGEM DE ALTURA ASSENTO/ ENCOSTO ESTOFADO COURVIN. MARCA ALF	UNID	8	157,00	1.256,00
32	CARRO DE CURATIVOS MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO INOXIDÁVEL ACESSÓRIO (S) BALDE E BACIA . MARCA ALF	UNID	1	610,00	610,00
TOTAL GERAL					7.141,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará o valor de R\$ 7.141,00 (Sete mil cento e quarenta um reais) ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10

(dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
GESTOR DO FUNDO

ALFRS INDÚS.DE MÓVEIS LTDA EPP
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 19/2016

CONTRATO Nº 19/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa LMV INFORMATICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 18.416.704/0001-05, estabelecida na Rua Santa Cruz, 484, no Município de São João do Oeste /SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

2	ARQUIVO MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO 4 GAVETAS P/ PASTA SUSPensa DESLIZAMENTO DA GAVETA TRILHO TELESCÓPICO. MARCA SÃO MIGUEL	UNID	3	400,00	1.200,00
10	TELEVISOR TAMANHO DA TELA MÍNIMO DE 42" POSSUI CONVERSOR DIGITAL TIPO LED ENTRADA HDMI PORTAS USB FULL HD. MARCA PHILCO	UNID	1	1.669,00	1.669,00
	Total Geral				2.869,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará o valor de R\$ 2.869,00 (Dois mil oitocentos sessenta e nove reais) ao Vencedor o valor cotado

na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10

(dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
GESTOR DO FUNDO

LMV INFORMATICA LTDA ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 20/2016

CONTRATO Nº 20/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa K.C.R.S COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 21.971.041/00001-03, estabelecida na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, n.88 sala A, na cidade de Araçatuba, São Paulo, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

21	BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO CARBONO POSSUI INDICADOR DIGITAL. MARCA LIDER	UNID	1	800,00	800,00
23	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL. MARCA LIDER	UNID	1	980,00	980,00
	TOTAL GERAL				1.780,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará o valor de R\$ 1.780,00 (um mil setecentos e oitenta reais) ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10

(dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
GESTOR DO FUNDO

K.C.R.S COMÉRCIO DE EQUI.EIRELI EPP
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 21/2016

CONTRATO Nº 21/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Altermed Mat. Méd. Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.0002/0001-02, com sede na Estrada Boa Esperança, 2320, Fundo Canoas no Município de Rio do Sul - SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

15	OXÍMETRO DE PULSO TIPO PORTÁTIL (DE MÃO) NÃO POSSUI CURVA PLESTIMOGRÁFICA 01 SENSOR DE SPO2 .MARCA MD	UNID	2	1.861,00	3.722,00
16	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL ILUMINAÇÃO LED HASTE FLEXÍVEL. MARCA VAGALUMI	UNID	4	274,91	1.099,64
30	POLTRONA HOSPITALAR MATERIAL DE CONFECÇÃO ARMAÇÃO BAIXA AÇO / FERRO PINTADO ASSENTO/ ENCOSTO ESTOFADO COURVIN SEM DESCANSO PARA OS PÉS CAPACIDADE ATÉ 120 KG RECLINAÇÃO ACIONAMENTO MECÂNICO. MARCA RENASCER	UNID	4	650,00	650,00
	TOTAL GERAL				5.471,64

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará o valor de R\$ 5.471,64(cinco mil quatrocentos setenta e um reais e sessenta e quatro centavos) ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de

garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

Bruno José Heberle
GESTOR DO FUNDO

Altermed Mat. Med. Hospitalar Ltda
CONTRATADO.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 22/2016

CONTRATO Nº 22/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Telecopy Equipamentos Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.303.600/0001-80, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, 662, Centro, no Município Maravilha/SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

11	CARRO MATERIAL DE LIMPEZA MATERIAL DE CONFECÇÃO POLIPROPILENO POSSUI BALDE ESPREMEDOR POSSUI KIT C/ MOPS LÍQUIDO E PÓ, PLACA SINALIZ. E PÁ POSSUI SACO DE VINIL .MARCA BRALIMPIA	UNID	2	1.080,00	2.160,00
14	LONGARINA NÚMERO DE ASSENTOS 03 LUGARES ASSENTO/ ENCOSTO ESTOFADO . MARCA FRISOKAR	UNID	7	216,00	1.512,00

18	CADEIRA MATERIAL DE CONFEÇÃO AÇO / FERRO PINTADO NÃO POSSUI RODÍZIOS NÃO POSSUI BRAÇOS NÃO POSSUI REGULAGEM DE ALTURA ASSENTO/ ENCOSTO ESTOFADO MARCA FRISOKAR	UNID	70	56,00	3.920,00
24	BALDE A PEDAL/ LIXEIRA MATERIAL DE CONFEÇÃO AÇO INOXIDÁVEL CAPACIDADE MÍNIMO DE 15 À 29LT. MARCA UTILIZA	UNID	15	104,00	1.560,00
	TOTAL GERAL				9.152,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará R\$ 9.152,00(Nove mil cento e cinqüenta dois reais) ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Telecopy Equipamentos Ltda EPP

GESTOR DO FUNDO

CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 23/2016

CONTRATO Nº 23/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial Ltda EPP pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.200.303/0001-22, localizada na Avenida Maurício Cardoso, 706, Centro no município de Erechim/RS, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

17	CARRO MACA SIMPLES MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDÁVEL POSSUI GRADES LATERAIS POSSUI SUPORTE DE SORO ACESSÓRIO (S) COLCHONETE. MARCA RENOVAR	UNID	1	877,50	877,50
26	NEBULIZADOR PORTÁTIL NÚMERO DE SAÍDAS SIMULTÂNEAS - 01; -TIPO – ULTRASSÔNICO / COM-PRESSOR. MARCA MEDICATE	UNID	10	192,00	1.920,00
28	MESA DE MAYO MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDÁVEL. MARCA METALIC	UNID	4	267,00	1.068,00
29	MESA DE EXAMES POSIÇÃO DO LEITO MÓVEL MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO / FERRO PINTADO ACESSÓRIO (S) SUPORTE PARA PAPEL. MARCA METALIC	UNID	1	395,25	395,25
31	BALDE A PEDAL CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO CAPACIDADE DE 50 ATÉ 100L. MARCA PLASÚTIL	UNID	4	71,06	284,24
	TOTAL GERAL				4.544,99

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará o valor de R\$ 4.544,99 (Quatro mil quinhentos quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento

definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma

obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
GESTOR DO FUNDO

Plasmedic Com. de Mat. P/ uso Méd. e Lab.Ltda EPP
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 24/2016

CONTRATO Nº 24/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Potência Som e Informática Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 03.958.284.0001-11, estabelecida na Rua Almirante Tamandaré, 684, Centro, no Município de São Miguel do Oeste-SC considerada doravante CONTRATADA. Representada neste ato pelo Sr. Cleyton Ricardo Lazarotto, Procurador e portador do R.G. nº 5.333.421 e CPF nº 884.567.571-87.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

6	AR CONDICIONADO CLIMATIZAÇÃO QUENTE E FRIO TIPO SPLIT MÍNIMO DE 12000 BTU. MARCA BRISE	UNID	5	1.165,00	5.825,00
---	--	------	---	----------	----------

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará o valor de R\$ 5.825,00(Cinco mil oitocentos vinte cinco centavos) ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento

definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Potência Som e Informática Ltda EPP

GESTOR DO FUNDO

CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieffer

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 25/2016

CONTRATO Nº 25/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Atual Informática e Assistência Técnica Ltda- ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 04.326.894/0001-65, estabelecida na Avenida Araucária, 541, sala 02 centro, no Município de Maravilha/SC, considerado doravante CONTRATADO. Representada neste ato pelo Sr. Giovanni Franken, administrador da empresa e portador do R.G. nº 4.144.137 e CPF nº 004.822.049-31

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

7	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX) PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO MEMÓRIA 64 MB RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 600 X 600 RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO 1200 X 1200 RESOLUÇÃO DE CÓPIA 600 X 600 VELOCIDADE 18 PPM CAPACIDADE 150 PÁGINAS/ BANDEJA CICLO 8.000 PÁGINAS/ MÊS FAX 33,6 KBPS INTERFACE USB E REDE FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO. MARCA HP	UNID	1	1.450,00	1.450,00
8	NOBREAK (PARA COMPUTADOR) POTÊNCIA 1 KVA TENSÃO ENTRADA/ SAÍDA: BIVOLT ALARMES AUDIOVISUAL BATERIA INTERNA 01 SELADA GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES VISOR DIGITAL. MARCA ADFTRONIK	UNID	1	389,50	389,50
9	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX) PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO MEMÓRIA 16 MB RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 600 X 600 RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO 1200 X 1200 RESOLUÇÃO DE CÓPIA 600 X 600 VELOCIDADE 18 PPM CAPACIDADE 100 PÁGINAS/ BANDEJA CICLO 25.000 PÁGINAS/ MÊS FAX 33,6 KBPS INTERFACE USB E REDE FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO. MARCA HP	UNID	2	1.000,00	2.000,00
12	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE I3 OU AMD A10 MEMÓRIA RAM 4GB, DDR3, 1600 MHZ DISCO RÍGIDO MÍNIMO DE 500 GB UNIDADE DE DISCO ÓTICO CD/DVD ROM TECLADO ABNT2 MOUSE TOUCHPAD INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI POSSUI WEBCAM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES BATERIA 6 CÉLULAS TAMANHO DA TELA LCD DE 14" OU 15" INTERFACE USB, HDMI, DISPLAY PORT OU VGA E LEITOR DE CARTÃO SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 8 PRO (64 BITS) . MARCA LENOVO	UNID	1	1.870,00	1.870,00
TOTAL GERAL					5.709,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará o valor de R\$ 5.709,50(Cinco mil setecentos e nove reais e cinquenta centavos) ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento

definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Atual Informática e Assis.Téc. Ltda- ME

GESTOR DO FUNDO

CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 26/2016

CONTRATO Nº 26/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa JP Equipamentos Ltda-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.772.057/0001-50, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 208, Centro, no Município Cunha Porã/SC considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

25	ARMÁRIO DIMENSÕES MIN./ MAT. CONFECÇÃO 1,80 X 0,75 MDF/ MADEIRA . MARCA JP MÓVEIS.	UNID	2	220,00	440,00
----	--	------	---	--------	--------

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará o valor de R\$ 440,00(QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS) ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento

definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma

obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
GESTOR DO FUNDO

JP Equipamentos Ltda-ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 27/2016

CONTRATO Nº 27/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa MB Catarinense LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 16.961.181/0001-52, estabelecida na Rua Madre Julia, 218, Morada do Sol, no Município de Maravilha/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 24/2016 e Pregão Presencial nº 18/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto de aquisição de Equipamentos referente emenda parlamentar 18860012, proposta 12273.2400001/14-001 e propostas 78486.198000/1130-01, 78486.198000/1110-01, 78486.198000/1110-02, e de acordo com a Portaria nº 3.134 de 17 de dezembro de 2013, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

13	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW) TECNOLOGIA: LCD RESOLUÇÃO: MÍNIMA DE 1024 X 768 ENTRADA: DE VGA A FULL HD LUMINOSIDADE: MÍNIMO DE 2500 LUMENS CONECTIVIDADE: ENTRADA/SAÍDA RGB 15 PINOS E HDMI GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES. MARCA OPTAMA	UNID	1	2.130,00	2.130,00
19	APARELHO DE SOM POSSUI ENTRADAS: USB,POSSUI REPRODUÇÃO: CD/MP3 MARCA SATALITTE	UNID	1	240,00	240,00
	TOTAL GERAL				2.370,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pagará o valor de R\$ 2.370,00(Dois mil trezentos e setenta reais) ao Vencedor o valor cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias após entrega dos Equipamentos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos equipamentos conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os equipamentos em até 10(dez dias) após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.1.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, na Rua Albino Frantz, centro devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento

definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma

obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 24/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (61) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
GESTOR DO FUNDO

MB Catarinense LTDA - ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 68/2016

CONTRATO Nº 68/2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.244.199-0001-72, estabelecida na Rodovia BR 282, Linha Limeira, Acesso Paraíso, no Município de São Miguel do Oeste-SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 86/2016 e Pregão presencial nº 68/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO :

1.1 O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E PEÇAS DE PRIMEIRA LINHA DE MONTAGEM PARA A RECUPERAÇÃO DA PARTE HIDRÁULICA DO TRATOR SOBRE ESTEIRAS D-51-E DO DMR.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Anel cod. 0700262434. MARCA NOK	unid	8	12,00	96,00
2	Anel cod. 07000A2105 MARCA NOK	unid	2	10,63	21,26
3	Anel cod. 07000B3028 MARCA NOK	unid	2	2,50	5,00
4	Anel cod. 07000A5170 MARCA NOK	unid	2	225,00	450,00
5	Anel cod. 0700262034 MARCA NOK	unid	1	2,25	2,25
6	Anel cod. 0700261223 MARCA NOK	unid	2	2,20	4,40
7	Anel cod. 0700261623 MARCA NOK	unid	2	1,70	3,40
8	Anel cod. 07000B2012 MARCA NOK	unid	6	15,30	91,80
9	Rolamento cod. 7082L32150. MARCA KFB	unid	2	465,00	930,00
10	Anel de borracha cod. 7082552861 MARCA NOK	unid	1	299,00	299,00
11	Anel cod. 07000A2080 MARCA NOK	unid	1	4,00	4,00
12	Bloco cilíndrico cod. 7202L04330. MARCA KOMATSU	unid	1	708,00	708,00
13	Placa cod. 7202L13230 MARCA KOMATSU	unid	1	405,50	405,50
14	Anel cod. 07000B3032 MARCA NOK	unid	2	40,00	80,00
15	Anel cod. 07000B3024 MARCA NOK	unid	2	14,00	28,00
16	Anel cod. 07000B2010 MARCA NOK	unid	2	9,00	18,00
17	Anel cod. 07000B1010 MARCA NOK	unid	9	2,90	26,10
18	Anel cod. 07000B2080 MARCA NOK	unid	3	4,05	12,15
19	Anel cod. 7082512790 MARCA NOK	unid	1	3,15	3,15
20	Conjunto bloco cod. 7082L04340. MARCA KOMATSU	Unid	1	708,30	708,30

21	Placa cod. 7202L13240 MARCA KOMATSU	unid	1	410,25	410,25
22	Anel cod. 07000A2145 MARCA NOK	unid	1	62,00	62,00
23	Anel de borracha cod. 7234648910 MARCA NOK	unid	1	4,90	4,90
24	Anel cod. 0700261423 MARCA NOK	unid	2	25,00	50,00
25	Anel de borracha cod. 7202M15430 MARCA KOMATSU	unid	1	119,90	119,90
26	Anel de borracha cod. 7202M15440 MARCA KOMATSU	unid	1	375,60	375,60
27	Anel cod. 7068653530 MARCA MARCA KOMATSU KOMATSU	unid	1	84,90	84,00
28	Anel cod. 7022139450 MARCA KOMATSU	unid	1	49,00	49,00
29	Anel cod. 7002211410 MARCA KOMATSU	unid	7	3,75	26,25
30	Anel cod. 0700011009 MARCA NOR	unid	1	1,75	1,75
31	Anel cod. 0700261023 MARCA NOR	unid	2	7,00	14,00
32	Pino cod. 7081S13420 MARCA KOMATSU	unid	2	12,45	24,90
33	Anel cod. 0700011006. MARCA NOR	unid	1	3,00	3,00
34	Anel cod. 0700012125. MARCA NOR	unid	1	7,00	7,00
35	Anel cod. 0700212434. MARCA WYS	unid	22	4,00	88,00
36	Anel cod. 2070911140MARCA JPL	unid	1	9,50	9,50
37	Retentor cod. 7083S12150 MARCA KOMATSU	unid	1	653,00	653,00
38	Placa cod. 7081T13620 MARCA KOMATSU	unid	1	410,00	410,00
39	Pistão cod. 7081S13520 MARCA KOMATSU	unid	10	191,90	1.919,00
40	Anel cod. 0700211223. MARCA NOK	unid	4	4,00	16,00
41	Pistão cod. 7083S14250 MARCA KOMATSU	unid	1	1.970,00	1.970,00
42	Anel cod. 0700211623. MARCA NOK	unid	9	6,40	57,60
43	Anel cod. 7082L25490. MARCA NOK	unid	4	10,35	41,40
44	Anel cod. 0700013040. MARCA NOK	unid	1	3,35	3,35
45	Kit vedação bomba cod. 12Y6011720	unid	1	999,00	999,00
46	Junta cod. 6742015558. MARCA KOMATSU	unid	1	97,00	97,00
47	Kit vedação cod. 12Y6011740 MARCA KOMATSU	unid	1	915,00	915,00
48	Anel cod. 07000B1004 MARCA KOMATSU	unid	1	40,00	40,00
49	Anel cod. 07000A5260. MARCA NOK	unid	1	42,00	42,00
50	Anel cod. 07000B2014 MARCA NOK	unid	4	7,00	28,00

51	Retentor motor tração cod. 70827222811 MARCA NOK	unid	1	439,00	439,00
52	Disco cod. 7068H91120. MARCA OEM	unid	6	350,00	2.100,00
53	Anel cod. 07000B5240 MARCA NOK	unid	2	243,00	486,00
54	Anel cod. 7068690290. MARCA IMPORT	unid	2	97,30	194,60
55	Anel cod. 0700211023. MARCA TW	unid	8	4,00	32,00
56	Anel cod. 0700211423.MARCA NOK	unid	7	4,00	28,00
57	Mola cod. 7087S18120. MARCA KOMATSU	unid	1	51,00	51,00
58	Anel cod. 0700213334. MARCA TW	unid	1	2,30	2,30
59	Mola cod.7087R21120. MARCA KOMATSU	unid	1	63,00	63,00
60	Anel cod. 0700011008. MARCA WG	unid	3	8,00	24,00
61	Anel cod. 7231118430. MARCA PKT	unid	1	18,00	18,00
62	Anel cod. 0700011010. MARCA NOK	unid	2	4,00	8,00
63	Anel cod. 7022155440. MARCA IMPORT	unid	2	7,50	15,00
64	Anel cod. 0700012095. MARCA PKT	unid	1	3,402	3,40
65	Retentor cod. 7087R12240. MARCA KOMATSU	unid	1	1.300,00	1.300,00
66	Placa cod. 7087R13610. MARCA KOMATSU	unid	1	416,00	416,00
67	Anel cod. 7231119130. MARCA WG	unid	12	6,00	72,00
68	Anel cod. 0700012100. MARCA NOK	unid	9	15,00	135,00
69	Anel cod. 7231119110. MARCA ISU	unid	9	44,00	396,00
70	Anel cod. 0700011007. MARCA PKT	unid	9	2,90	26,10
71	Anel cod. 7231119150. MARCA KMATSU	unid	3	68,00	204,00
72	Anel cod. 7008061260. MARCA NOK	unid	1	6,50	6,50
73	Anel cod. 7221219120. MARCA NOK	unid	10	73,00	730,00
74	Anel cod. 7206819760 MARCA NOK	unid	1	85,00	85,00
75	Anel cod. 7231118150 MARCA NOK	unid	1	8,50	8,50
76	Anel cod. 7231118160 MARCA NOK	unid	1	430,00	430,00
77	Anel cod. 0700210823MARCA WYS	unid	5	2,00	10,00
78	Anel cod. 0700011004 MARCA NOK	unid	1	8,00	8,00

79	Anel cod. 0700101004.MARCA KOMATSU	unid	1	50,00	50,00
80	Anel cod. 7022154260 MARCA NOK	unid	4	26,00	104,00
81	Anel cod. 0700013024.MARCA WYS	unid	3	2,00	6,00
82	Anel cod. 7008064220 MARCA NOK	unid	5	7,50	37,50
83	Anel cod. 0700211823 MARCA WG	unid	2	2,00	4,00
84	Duo-cone roda motriz cod. 12Y2711600. MARCA KOMATSU	unid	4	436,85	1.747,40
85	Anel cod. 0700075390.MARCA PKT	unid	1	190,00	190,00
86	Anel cod. 0700012075.MARCA PKT	unid	1	3,00	3,00
87	Anel cod. 2076264740. MARCA IMPORT	unid	4	3,00	12,00
88	Filtro hidráulico cod. 11Y6028710.MARCA KOMATSU	unid	1	600,75	600,75
89	Anel cod. 0289611009.MARCA PKT	unid	5	2,00	10,00
90	Anel cod. 0289611018 MARCA NOK	unid	3	3,00	9,00
91	Anel cod. 0289611008MARCA PKT	unid	2	1,90	3,80
92	Graxa p/rolamento cod. S2V220AD 2. MARCA SHELL	unid	2	38,00	76,00
93	Coolant 50/50 XLC cod. 6004111113. MARCA TUTELA	unid	40	18,15	726,00
94	Acoplamento bomba hidráulica cod. 12Y1211130.MARCA KOMATSU	unid	1	3.100,00	3.100,00
95	Parafuso acoplamento Cod. 11Y1211130. MARCA REX	unid	8	20,00	160,00
96	Cola forma juntas AA 2 cod. 5398. MARCA TREE BOND	unid	3	77,15	231,45
97	Cola trava rosca cod. 4035MARCA WURTH	unid	3	35,00	105,00
98	Limpeza tanque hidráulico. MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	130,00	130,00
99	Serviço efetuar setup MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	211,00	211,00
100	Limpeza radiador MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	158,30	158,30
101	Recuperar eixo bomba 720-2L-12140 MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	216,85	216,85
102	Retificar pistão bomba 720-2L-14110 MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	207,30	207,30
103	Retificar válvulas do servo/pistão bomba MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	188,30	188,30
104	Recuperar eixo bomba 720-2L-12150 MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	236,00	236,00
105	Retificar válvula pressão bomba 720-2M-03591 MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	159,00	159,00
106	Recuperar eixo 708-1T-12160 MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	235,50	235,50

107	Recuperar cilindro bomba 708-1T-13610 MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	235,50	235,50
108	Retificar bloco 708-7R-13130 MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	256,00	256,00
109	Recuperar eixo 708-7R-12210 MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	210,00	210,00
110	Recuperar comando MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	2.036,65	2.036,65
111	Dialize sistema hidráulico MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	1.766,65	1.766,65
112	Serviço substituir peças, montar e ajustar bombas hidráulicas, montar motor de tração, comando hidráulico, cilindros e sistema relacionados MARCA ESPECIALIZADA	unid	1	3.566,65	3.566,65
TOTAL			36.699,61		

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 O Município de Tunápolis pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 36.699,61 (trinta e seis mil seiscentos noventa e nove reais e sessenta e um centavos) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8 (oito) dias, após entrega e perfeito funcionamento do Trator sobre Esteiras, com o devido aval do Secretário Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo.

2.2 As faturas somente serão processadas após o conhecimento e liberação das mesmas pela fiscalização do Contratante.

2.3 Os preços contratados não terão reajuste.

2.4 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 O licitante vencedor deverá executar o conserto do Trator sobre Esteiras em até 20 (vinte) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento, o conserto deverá ocorrer na oficina do CONTRATADO e o traslado da máquina será por conta do mesmo, ficando a Prefeitura Municipal de Tunápolis, isenta sobre qualquer frete ou outros custos adicionais que possam surgir para o transporte da máquina até a oficina do CONTRATADO.

3.2 – O CONTRATADO é obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

3.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

3.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável na pessoa do Secretário Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos serviços e nas peças fornecidas em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

3.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3.6 – O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar as peças e serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se fornecer a peças e os serviços contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 86/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Envidar todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, prestando toda a assistência técnica necessária ao andamento conveniente dos trabalhos, para a perfeita execução e completo andamento dos serviços;

5.3 Compromete-se em fornecer os objetos deste contrato de boa qualidade e dentro do prazo contratado;

5.4 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.5 Fica estabelecido a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

5.6 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGENCIA

6.1 O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2016 iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, 20 de junho de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP
CONTRATADA.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Testemunhas:

DECRETO 1794/2016

DECRETO Nº 1794/2016 de 23 de junho de 2016.

Designa os membros da Comissão para avaliação de Bens Patrimoniais do Município de Tunápolis, objetivando Leilão Público ou dação em pagamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão para avaliação de Bens Patrimoniais do Município de Tunápolis, objetivando posteriormente a realização de Leilão Público ou dação em pagamento, passa a ser integrada pelos seguintes Senhores:

I – ZENO HAMMERSCHMITT

II – BRUNO LENGERT

III – PEDRO BAUMGRATZ

IV – OTÁVIO HERSCHAFT

V – PAULO GROTH

Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo, e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso II.

Art. 2º Os membros nomeados através deste Decreto exercerão suas funções, tendo como vigência a data de 31.12.2016.

Art. 3º As funções dos membros da Comissão serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remuneradas.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 23 de junho de 2016.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
E registrado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

DECRETO 1795/2016

Decreto nº. 1.795/2016, de 23 de Junho de 2016.

Homologa as inscrições dos candidatos aptos a prestarem as provas para o preenchimento de vagas, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 010/2016 e da outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 010/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a inscrição da candidata abaixo relacionada, apta a prestar as prova do Processo Seletivo Simplificado nº. 010/2016 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, o nome está de acordo com o documento de Identidade apresentada no ato de inscrição, conforme segue:

CONTADOR			
INSC	CANDIDATO	IDENTIDADE	ÓRGÃO
001	CRISTIANE GROTH	5.041.117	SSP/SC

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 23 de Junho de 2016.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL PS- 01/2016

ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. Everaldo Luis Casonatto, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, a Ata de Classificação Final do Processo Seletivo n.º 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo a Ata de Classificação Final do Processo Seletivo n.º 001/2016, conforme segue:

CARGO: FISIOTERAPEUTA

Inscrição Nome do candidato(a) Port. Mat. C.Ger C. Esp TOTAL

00014 1º FERNANDO RENATO DIOGO JACINTO DE 1,20 0,80 1,60 4,20 7,80

00026 2º ALESSANDRA PAULA SALERNO 0,80 0,80 1,60 3,60 6,80

00027 3º MARINA DALLA COSTA 0,80 1,20 1,60 3,00 6,60

00003 4º LAIS CASAGRANDE NOGUEIRA 0,80 0,40 0,80 3,60 5,60

00007 5º KATIANE ALBERTI 0,40 0,80 0,80 2,40 4,40

00023 6º DANIELA ALINE VIDORI 0,40 0,80 0,40 2,40 4,00

00008 7º MARLICE SPAGNOLLO 0,40 0,40 1,20 1,80 3,80

TOTAL DE CANDIDATOS 0007

CARGO: PROFESSOR DE ARTES (NÃO HABILITADO)

Inscrição Nome do candidato(a) Port. Mat. C.Ger C. Esp Total N.T. TOTAL

00010 1º CLAUDIA LIANA SOBOLESKI GRANDO 0,30 0,30 0,60 2,50 3,70 0,50 4,20

00017 2º MICHELLE MAGRI MARMENTINI 0,60 0,30 0,60 1,00 2,50 0,00 2,50

00016 3º MARCIA FATIMA ZORZETTO 0,00 0,00 0,60 1,50 2,10 0,00 2,10

TOTAL DE CANDIDATOS 0003

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA)

Inscrição Nome do candidato(a) Port. Mat. C.Ger C. Esp Total N.T. TOTAL

00006 1º NARA LUCIA RACINOSKI ZANATA 0,60 0,60 0,90 3,00 5,10 0,00 5,10

00025 2º CLAUDIA WIDMAR BALEN 0,00 0,60 1,20 2,50 4,30 0,00 4,30

00022 3º CLAUDIA APARECIDA BRUSTOLIN HELLSTROM 0,00 0,30 0,30 1,50 2,10 1,50 3,60

00021 4º SUZANIA MEURER 0,00 0,60 0,60 2,00 3,20 0,00 3,20

TOTAL DE CANDIDATOS 0004

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS 1º A 5º)

Inscrição Nome do candidato(a) Port. Mat. C.Ger C. Esp Total N.T. TOTAL

00019 1º VANDERLEIA TONIAL SIGNOR 0,30 0,60 0,60 2,50 4,00 1,50 5,50

00012 2º ELIETE BONETTI VICARI 0,60 0,30 0,90 0,50 2,30 1,50 3,80

00024 3º DIANA MARINS SKOWRONSKI 0,30 0,30 0,90 2,00 3,50 0,00 3,50

00015 4º KELI PATRICIA DA SILVA 0,00 0,00 0,90 2,00 2,90 0,00 2,90

TOTAL DE CANDIDATOS 0004

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

União do Oeste (SC), 23 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

DECRETO N. 3169/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.169, De 23 de junho de 2016.

Dispõe sobre homologação da Classificação Final do Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário N. 01/2016 e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Edital n.º 01/2016 – Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, o resultado do Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário N.º 01/2016, apresentado pela

empresa ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI - ME, conforme planilha a seguir:

FISIOTERAPEUTA			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL
1º	14	FERNANDO RENATO DIOGO JACINTO DE OLIVEIRA	7,80
2º	26	ALESSANDRA PAULA SALERNO	6,80
3º	27	MARINA DALLA COSTA	6,60
4º	03	LAIS CASAGRANDE NOGUEIRA	5,60
5º	07	KATIANE ALBERTI	4,40
6º	23	DANIELA ALINE VIDORI	4,00
7º	08	MARLICE SPAGNOLLO	3,80

Total de candidatos: 07

PROFESSOR DE ARTES (NÃO HABILITADO)			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL
1º	10	CLAUDIA LIANA SOBOLESKI GRANDO	4,20
2º	17	MICHELLE MAGRI MARMENTINI	2,50
3º	16	MARCIA FATIMA ZORZETTO	2,10

Total de candidatos: 03

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL
1º	06	NARA LUCIA RACINOSKI ZANATA	5,10
2º	25	CLAUDIA WIDMAR BALEN	4,30
3º	22	CLAUDIA APARECIDA BRUSTOLIN HELLSTROM	3,60
4º	21	SUZANA MEURER	3,20

Total de candidatos: 04

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 1º A 5º			
COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1º	19	VANDERLÉIA TONIAL SIGNOR	5,50
2º	12	ELIETE BONETTI VICARI	3,80
3º	24	DIANA MARINS SKOWRONSKI	3,50
4º	15	KELI PATRICIA DA SILVA	2,90

Total de candidatos: 04

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de junho de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PL 56 2016 PMU PR 36 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016/PMU

Objeto: aquisição de peças novas e de boa qualidade, e serviços para manutenção elétrica de máquinas pesadas. Entrega dos envelopes: até as 11h dia 07/07/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 11h dia 07/07/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

EXTRATO DE CONTRATO N. 158/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 158/2016/FMS
Data de assinatura: 22/06/2016
Processo de Licitação: 25/2016/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: JZ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.070.686/0001-50
Objeto: locação de impressoras com manutenção de impressoras.
Valor Global: R\$ 24.500,00

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 24, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições legais e em observância ao que dispõe o inciso II, do art. 38, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 24, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNA SERVIDORAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA PARA COMPOSIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM URUSSANGA.

Art. 1º Ficam designadas as Servidoras Gislaine Dominga Damin Ariati, Oficial Legislativo, e Larissa Xavier Teixeira, Assistente Legislativo, na posição, respectivamente, de Titular e Suplente, como representantes da Câmara Municipal de Urussanga para composição de Comissão de avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação em Urussanga (Lei Municipal nº 2.722, de 17 de julho de 2015).

Art. 2º Os representantes designados conforme art. 1º deste Ato não serão remunerados em razão de suas atuações na Comissão, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Parágrafo único. Poderão ocorrer substituições na representatividade da Câmara Municipal de Urussanga quanto à Comissão, a pedido do membro ou por deliberação da Mesa Diretora do Poder Legislativo.

Art. 3º A vigência da Comissão acompanhará a do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 16 de junho de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori
Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Vice-Presidente

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaurussanga.sc.gov.br, em 16 de junho de 2016.

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.043/2016

DECRETO Nº043/2016, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

“CRIA FARMÁCIA BÁSICA NO POSTO DA SAÚDE DA VILA CAMPINA DA ALEGRIA NO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA”.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a existência de Unidade de Saúde na Vila Campina da Alegria, a necessidade de se implantar física e legalmente a farmácia básica para atendimento da população usuária do sistema único de Saúde,

CONSIDERANDO que a distância entre a Vila Campina da Alegria e sede do Município – cidade de Vargem Bonita – orienta para a instalação do maior número possível de serviços de atendimento a saúde pública e tendo em vista a necessidade do mais amplo cumprimento da legislação aplicada,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado a farmácia básica no posto de saúde da Vila Campina da Alegria para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde deste Município e para todas as finalidades inerentes a dispensação de medicamentos.

Art. 2º. As atividades fim da farmácia devem obedecer às normas legais aplicadas a esta atividade bem como contar com responsável técnico habilitado.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita (SC), 23 de junho de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 24/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO 040/2016 PR 025/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2016
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços, objetivando futura e eventual Aquisição de MERENDA ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Vargem Bonita – SC, durante a vigência da ATA.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 06 de julho 2016 às 14:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 22 de Junho de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2016 - INTERNET

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2016

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de internet para as unidades administrativas da Prefeitura conforme especificações do Termo de Referências.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 53/2016, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14:00 hrs do dia 07 de julho de 2016.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 14:00 hrs do dia 07 de julho de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 23 de junho de 2016.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 066/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 001/2015.

CONVOCADADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. EDUARDO GIACOMINI	MÉDICO PSIQUIATRA	13.039/16, DE 15/06/2016

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 21 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 067/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ROSENEI KRIEGER PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13.034/16, DE 15/06/2016
2. ROSANGELA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13.036/16, DE 15/06/2016
3. ROBSON SCHUNIG	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	13.041/16, DE 15/06/2016
4. SANDRA NATALI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13.042/16, DE 15/06/2016

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 21 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
PrefeitoMunicipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 068/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. SILVANA LINS BERGAMO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS	13.044/16, DE 16/06/2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 21 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0212/2016

Extrato do Contrato n. 0212/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANAIR PELENTIR

CPF: 296.716.479-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – NÃO EXISTE PROCESSO SELETIVO OU CONCURSO PÚBLICO EM ABERTO PARA O REFERIDO CARGO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 01 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0213/2016

Extrato do Contrato n. 0213/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELICA DE MATIA

CPF: 054.09.999-82

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATENDER RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

VIGÊNCIA: de 21 de abril de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0214/2016

Extrato do Contrato n. 0214/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ILIANE FATIMA DE OLIVEIRA

CPF: 028.814.739-11

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATENDER RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AGENTE SOCIAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.360,10 (um mil, trezentos e sessenta reais e dez centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0223/2016

Extrato do Contrato n. 0223/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILENE SGARBI

CPF: 612.758.830-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0067/2016

Extrato do Termo de Rescisão n. 0067/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0223/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILENE SGARBI

CPF: 612.758.830-87

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 02 de junho de 2016.

PORTARIA Nº 0492/16

PORTARIA nº 0492/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 11153/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. 277, 278 e 280 da Lei Complementar nº 130/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, FLADENICE ZULEICA BRUCH e MARISA ROSANE DELANI para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 11153/2016.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Determinar o afastamento preventivo do servidor Enoque da Silva Sobral, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 3º Determinar, dada a natureza dos fatos, o sigilo absoluto na realização de todos os atos referentes à Sindicância.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2016 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2016 – PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam alterados os preços unitários e totais dos itens 3.15 e 14.19 da planilha orçamentária, bem como comunica que foi suprimido o item 1.7 e, em consequência fica alterado o valor máximo constante no item 5.14 do edital de Concorrência nº 02/2016, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA O NOVO TERMINAL URBANO, ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 601,61M² (ÁREA TOTAL DE IMPLANTAÇÃO 1.078,33M²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. Ficam alterados também a data e horário do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, passando a ser o dia 28/07/2016 às 14:00:00, haja vista que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, no horário das 08h00min às 14h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira SC, 23 de Junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO 3º ADITIVO ATA RP Nº 0072/2015

Extrato 3º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0072/2015

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Reunidas Turismo S.A.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Bilhetes de Passagens Rodoviárias, destinadas a Pacientes do Município, funcionários da Prefeitura, Atletas que representam o Município, Cidadãos e Famílias atendidas pelos Programas Sociais. Fica aditado o valor de R\$ 36.405,60 (trinta e seis mil quatrocentos e cinco reais e sessenta centavos) que corresponde em 110 quantidades do item 02 (Passagem XXE a Florianópolis) e 110 quantidades do item 16 (Passagem Florianópolis a XXE).

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2016. Ademir José Gasparini.

EXTRATO CONTRATO 0053/2016

Extrato de Contrato nº 0012/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratados: Favorita Eventos e Turismo Ltda

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a realização da 1º Expo Leite e Beef Show, que se dará de 30 de junho a 03 de julho de 2016, no Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, Valor: R\$ 69.200,00. Prazo: 30/06/2016 a 03/07/2016

Xanxerê-SC, 23 de junho de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH- AJG 166/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 166/2016

ESTABELECE O HORÁRIO DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06 e Lei BLB 3112/09.

Considerando requerimento protocolado sob o número 2158/2016 datado de 07.06.2016 atendendo ao deferimento do coordenador Regional da SIE e do Gerente Regional da Cidasc, determinando o horário de trabalho da Servidora;

RESOLVE

ESTABELECE que a carga horária seja de 36 horas semanais da Servidora Pública Municipal, Sra. MICHELLE LORENZETTO OLTRAMARI, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 3.451.640, e CPF nº 006.302.149-80 e CRMV/SC nº 03389, nomeada conforme Decreto nº AM 342/07, no cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, e Portaria nº RH-BLB nº 208/2011 que coloca a disposição do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento na execução da Inspeção Sanitária Industrial de Produtos de Origem Animal.

As atividades da servidora pública municipal deverão ser distribuídas entre 03 estabelecimentos do Serviço de Inspeção Estadual do Município de Xanxerê da seguinte forma:

· 30 horas semanais – SIE 416 (carnes Arvoredo), a serem cumpridas nos seguintes dias da semana: segunda, quarta, quinta e sexta-feira de acordo com o cronograma elaborado pela empresa em concordância com a veterinária habilitada. Inclui-se nesta carga horária a inspeção higiênico-sanitária, estrutural, dos PACs e

organização documental.

· 3 horas semanais – SIE 859 (Laticínios Santa Catarina), a ser cumprida em todas as terças-feiras de manhã, das 8:00 às 11:00.

· 3 horas semanais – SIE 650 (Granja Avícola Braz Chiamolera), a ser cumprida em todas as terças-feiras à tarde, das 13:30 às 16:30.

Determinar que este horário de trabalho vigore a partir de 07.06.2016 por período indeterminado.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 173/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 20 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 168/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 168/2016

LOTAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRÍNCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 9.,

RESOLVE

LOTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. DILVANE BARBACOVIMOTTER, brasileira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da CI nº 4.849.758-4 e CPF nº 907.290.300-59, nomeada conforme Decreto nº BLB 048/10, no cargo de PROFESSOR MAGISTERIO, com vinte (20) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com lotação na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRÍNCIPE

Esta lotação a pedido atende ao pedido realizado no ofício SME/M165/2016 datado em 08.16.2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 16 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 170/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 170/2016
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA
A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica
Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Artigo
83 Parágrafo 1º e 2º.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, licença por motivo de doença em pessoa da família por um período de 21 (vinte e um) dias a partir de 30.05.2016 a 19.06.2016, a Servidora Pública Municipal a Sra. SIRLEI CECÍLIA PEREIRA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê SC, portador (a) do CI nº 2.878.409 e CPF nº 892.193.849-49, nomeada conforme Decreto nº AJG 251/2014, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com quarenta (40) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação .

O deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002279/2016, datado de 17.06.2016.

Determinar conforme Lei nº HW 1.775/91 Artigo 82 com redução de 50% da remuneração do cargo efetivo até 60 (sessenta) dias de afastamento, e excedendo este prazo, sem remuneração.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença a partir de 30.05.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 20 de junho de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 172/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 172 /2016
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA ATIVIDADE POLITICA AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, em exercício,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 artigo 85.

CONSIDERANDO a Lei nº 1.775/91 artigo 85 em sua redação que o Funcionário público Municipal terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, Licença Sem Vencimentos a partir de 21 de junho 2016, ao Servidor Público Municipal o Sr. DARCI WITTES DA SILVA, nacionalidade brasileiro, Portador da CI nº 4.849.854-8 e CPF nº 554.441.059-34, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - SC. nomeado conforme Decreto nº AM 136/2002, no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Esportes.

O deferimento atende a solicitação datada em 21.06.2016, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 22 de junho de 2016.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PP 034/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 034/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a aquisição de pneus, câmaras e protetores novos para máquinas e veículos da frota de todos os Departamentos, Fundo Municipal de Saúde e demais fundos do Município de Xavantina-SC, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 06/07/2016.

Abertura: dia 06/07/2016, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 24 de junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI,

Prefeito Municipal Interino.

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 246

DECRETO Nº. 0246/2016

“Dispõe Sobre a abertura de crédito especial no orçamento de 2016 e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 4193/2016 de 20 de Junho de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ESPECIAL no valor de R\$ 184.154,00 (Cento e oitenta e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais) destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade	
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos	
Modalidade	Fonte		Valor R\$
3.3.90.00.00	01.64		10.330,00
4.4.90.00.00	01.64		174.824,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela acima, são provenientes do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO, mais especificamente recursos da Fonte: 01.64 – Convênio com Fundo Social, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê, Proposta de Transferência nº 17524/2016

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 22 de Junho de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Consórcios

AGIR

ATA Nº 050 DE 19.05.2016 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGIR

ATA Nº 050/2016, DE 19 DE MAIO DE 2016 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1.989, Página 815, de 05.05.2016, no site e no mural da AGIR, reuniram-se no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às dezesseis horas em primeira convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros para assumir os trabalhos. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhora Maria de Fátima Martins, Assessora Jurídica da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito do Município de Brusque; senhor Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho; senhor Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo; senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial; senhor José Luiz Colombi, Prefeito do Município de Botuverá; senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do Município de Gaspar; senhor Rolf Nicolodelli, Prefeito do Município de Pomerode; senhor Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio; senhor Aires Rogério Dalfovo, Vice-Prefeito do Município de Ascurra, representando o senhor Moacir Polidoro, Prefeito do Município de Ascurra; senhor Paulo Costa, Secretário de Gestão Governamental do Município de Blumenau, representando o senhor Napoleão Bernardes, Prefeito do Município de Blumenau; além de demais interessados. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 – Aprovação da Ata Anterior, 2 – Regulação de Transportes Coletivos de Passageiros, e 3 – Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos o senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros, agradeceu a presença de todos e cumprimentou os presentes. Em continuidade, prosseguiu ao item 1 da pauta (Aprovação da Ata Anterior), a qual teve sua leitura dispensada em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia vinte e seis (26) de abril, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos a respeito do item 2 (Regulação de Transportes Coletivos de Passageiros), o senhor Fernando Tomaselli passou a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR, que registrou a decisão da reunião anterior, de que o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que conduzirá o processo de alteração do Protocolo de Intenções da AGIR seriam eleitos entre os seis municípios interessados na regulação dos transportes públicos, e sugeriu que a indicação recaísse aos prefeitos interessados presentes. Por aclamação, ficou eleito para Presidente o Sr. Rolf Nicolodelli, Prefeito do Município de Pomerode, e para Secretário o Sr. Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito do Município de Brusque. Após o cumprimento aos Prefeitos eleitos, o Diretor Geral informou que no decorrer da próxima semana será dado início aos trabalhos e, em ato contínuo, serão encaminhadas as minutas aos membros da Comissão por e-mail. No próximo item, número 3 (Assuntos Gerais), o senhor Heinrich Luiz Pasold manteve-se com a palavra, informando que foi concedido parecer parcial ao requerimento do servidor Ademir Manoel Gonçalves, Economista da AGIR, acerca da concessão de adicional

por progressão por nova titulação (pós-graduação e mestrado), restando dúvida sobre a concessão desta referente ao curso de mestrado, solicitando assim, autorização da Diretoria para formular consulta jurídica junto a FECAM, o que foi deferido. Em sequência, o senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, cedeu a palavra aos demais consorciados, não havendo manifestação. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente da Diretoria Executiva, senhor Fernando Tomaselli, agradeceu a presença de todos encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, e determinando que eu, Maria de Fátima Martins, secretária “ad hoc”, lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Prefeito de Rio dos Cedros/SC.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Secretária “ad hoc”

Assessora Jurídica da AGIR.

DECRETO Nº 015/2016 - AGIR

DECRETO Nº 015/2016

NOMEIA O ATUAL PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE COMO VICE- PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGIR.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, inciso II do Estatuto do Consórcio Público, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis e

Considerando a realização de eleição indireta pela Câmara de Vereadores de Brusque/SC na data de 05 de junho de 2016, na qual foram eleitos os Exmos Srs. José Luiz Cunha e Rolf Kaestner, respectivamente para o Cargo de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Brusque/SC.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, nos termos do que dispõe o artigo 31 e seus parágrafos do Estatuto do Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, o atual Prefeito do Município de Brusque/SC – Exmo. Sr. José Luiz Cunha – como Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, cujo mandato iniciar-se-á na data de 05 de Junho de 2016 e expirar-se-á em 31 de Dezembro de 2016, nos termos do artigo 32 do Estatuto da AGIR;

Art. 2º - Altera-se, portanto, o artigo 1º, inciso I do Decreto nº 010/2015, relativamente a composição da Diretoria Executiva da AGIR, que em face da publicação deste Decreto, passa a ser a seguinte: Presidente, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Exmo. Sr. Fernando Tomaselli; Vice-Presidente, Prefeito do Município de Brusque, Exmo. Sr. José Luiz Cunha e Tesoureiro, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Exmo. Sr. Hartwig Persuhn;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos retroagem a data da posse do atual Prefeito de Brusque, ou seja: 05 de junho de 2016.

Blumenau (SC), em 21 de junho de 2016.
FERNANDO TOMASELLI
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

DECRETO Nº 016/2016 - AGIR

DECRETO Nº 016/2016

institui a comissão especial para a alteração do protocolo de intenções e DO estatuto dos servidores da agir e dá outras providências

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, inciso XI e observado o que dispõe o artigo 23, § 2º e seguintes do Estatuto do Consórcio Público, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis e

DECRETA:

Art. 1º Fica instalada a Comissão Especial eleita pela Assembleia

Geral Ordinária – AGO de 19.05.2016, tendo como Presidente o Senhor Rolf Nicolodelli, Prefeito do Município de Pomerode, e para Secretário o Sr. Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito do Município de Brusque, que por sua vez e em face da realização de eleição indireta pela Câmara de Vereadores de Brusque/SC na data de 05 de junho de 2016, na qual foram eleitos os Exmos Srs. José Luiz Cunha e Rolf Kaestner, respectivamente para o Cargo de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Brusque/SC; fica então designado como Secretário o Sr. José Luiz Cunha; para enfim promover as alterações estatutárias nos termos do Artigo 23, § 2º do Estatuto Social, de acordo com o texto básico disponibilizado.

Art. 2º Fixar o quórum da maioria simples da Assembleia Geral, para a aprovação das emendas e dos destaques, nos termos do Artigo 23, § 2º, Inciso III do Estatuto Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 22 de junho de 2016.
FERNANDO TOMASELLI
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

ARIS

PREGÃO Nº 06/2016

Aviso de Licitação nº 58/2016

Pregão nº 06/2016

Registro de Preços nº 003/2016

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), torna público que fará realizar no dia 06 de julho de 2016, às 14:30 horas, licitação na modalidade pregão presencial, na sede da ARIS localizada na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis, com a finalidade de selecionar propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS E DE INFORMÁTICA, conforme especificações constantes no Edital, disponível no endereço eletrônico www.aris.sc.gov.br ou disponível pelo e-mail compras@aris.sc.gov.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 14h00min do dia 06/07/2016.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h25min do dia 06/07/2016.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14h30min do dia 06/07/2016.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC.

Florianópolis, 23 de junho de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

PREGÃO Nº 07/2016

Aviso de Licitação nº 59/2016

Pregão nº 07/2016

Registro de Preços nº 004/2016

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), torna público que fará realizar no dia 11 de julho de 2016, às 14:30 horas, licitação na modalidade pregão presencial, na sede da ARIS localizada na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis, com a finalidade de selecionar propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS, MANTIMENTOS E LOUÇAS, conforme especificações constantes no Edital, disponível no endereço eletrônico www.aris.sc.gov.br ou disponível pelo e-mail compras@aris.sc.gov.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 14h00min do dia 11/07/2016.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h25min do dia 11/07/2016.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14h30min do dia 11/07/2016.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC.

Florianópolis, 23 de junho de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 10/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 10/2013

OBJETO: Prestação contínua de serviços de locação de impressoras e multifuncionais, manutenção e suporte on site, material de consumo e peças inclusas.

CONTRATADO: A4 DIGITAL PRINT LTDA. EPP

CNPJ: 09.285.968/0001-86

ALTERAÇÃO:

Cláusula Segunda – Do Valor:

O valor estimado deste contrato é de R\$ 1.244,64 (mil duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais, totalizando a estimativa de R\$ 14.935,68 anuais + R\$ 0,045 centavos a cópia preto e branca e R\$ 0,49 para cópias coloridas excedentes a franquia contratada que é de 7.500 cópias PB mês e 2.000 cópias color mês.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CIGA

EDITAL N.º 01/2016/CIGA - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR

EDITAL N.º 01/2016/CIGA

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que estarão abertas, no período de 24/06 a 29/06/2016, as inscrições para a seleção de estagiários de ensino superior, em conformidade com o que disciplina a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 O processo seletivo será regido por este Edital e executado pela Gerência Administrativa do CIGA.

1.2 O estágio acadêmico desenvolvido no CIGA objetiva proporcionar aos estudantes, respeitada a correlação com a respectiva área de formação: a preparação para o trabalho produtivo, por meio do aprendizado prático, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino; o desenvolvimento de habilidades próprias da atividade profissional e o aperfeiçoamento técnico-cultural e de convívio social.

1.3 Além do preenchimento das vagas previstas, o presente processo seletivo permitirá a formação de cadastro de reserva, composto pelos estudantes selecionados, respeitada a ordem de classificação.

1.4 O cadastro de reserva será formado pelos estudantes selecionados.

1.5 O estágio não gerará vínculo empregatício entre o estagiário e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, nos termos da Lei nº 11.788/2008.

1.6 A duração do estágio não poderá exceder 2 (dois) anos.

1.7 A jornada de trabalho será de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no período matutino ou vespertino, de acordo com o ajustado com a Gerência Administrativa do CIGA.

2. DO CRONOGRAMA DA SELEÇÃO

Período de inscrições	24/06 até às 12:00 horas do dia 29/06/2016
Forma de inscrição	Envio de currículo e histórico escolar do respectivo curso para o e-mail ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone para contato (informações)	(48) 3321-5300
Divulgação dos classificados para a Segunda Etapa – Entrevistas	29/06/2016, a partir das 17:00 horas, no site www.ciga.sc.gov.br
Entrevistas	30/06/2016, das 09:00 horas às 12:00 horas Local: Gerência Administrativa do CIGA

Homologação e publicação do resultado final

1º/07/2016, no site www.ciga.sc.gov.br e na Imprensa Oficial do CIGA (www.dom.sc.gov.br)**3. DOS REQUISITOS**

3.1 Poderão se inscrever no processo seletivo candidatos que preencham os seguintes requisitos:

- a) Estar cursando as áreas de formação e os períodos letivos especificados neste Edital;
- b) Ter disponibilidade de horário para cumprir o estágio.

4. DAS VAGAS

Nº de Vagas	Nível de Ensino	Área de Formação	Fase/Ano
02	Superior	Administração, Contabilidade ou Economia	A partir da 3ª fase

5. DA BOLSA E DO AUXÍLIO TRANSPORTE

O candidato selecionado que celebrar contrato de estágio com o CIGA perceberá Bolsa e Auxílio Transporte, conforme valores abaixo discriminados:

ENSINO SUPERIOR			
Jornada de atividade em estágio	Bolsa	Auxílio Transporte	Valor Total Mensal
4 horas/dia - 20 horas semanais	R\$ 730,00	R\$ 150,00	R\$ 880,00

6. DA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR

6.1 O processo de seleção para alunos de nível superior será executado de acordo com os seguintes critérios:

6.1.1 Primeira Etapa - Avaliação do histórico escolar: apresentação do Índice de Aproveitamento emitido pela Instituição de Ensino, com peso 3, observada a seguinte pontuação:

Histórico Escolar	
Média de notas entre 10 e 9,0	5 pontos
Média de notas entre 8,9 e 8,0	4 pontos
Média de notas entre 7,9 e 7,0	3 pontos
Média de notas abaixo de 7,0	1 ponto

6.1.1.1 Serão classificados e convocados para a realização da Segunda Etapa - Entrevista – apenas os alunos de nível superior que obtiverem as 10 (dez) maiores pontuações na Primeira Etapa.

6.1.1.2 No dia 29/06/2016, a partir das 17:00 horas, será divulgada a lista de alunos de nível superior classificados e convocados para a Segunda Etapa – Entrevistas, no site www.ciga.sc.gov.br.

6.1.2 Segunda Etapa – Entrevista: conduzida pela Gerência Administrativa do CIGA, por ordem alfabética, conforme relação divulgada no site do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com a participação de Diretores e/ou Chefias das Unidades do CIGA, com peso 7, observados os seguintes critérios e pontuações:

Entrevista	
Noções/conhecimento da área que se inscreveu.	1,5 pontos
Habilidade de expressar ideias e informações de maneira clara e inteligível; disponibilidade para atuar no horário previsto para o estágio.	1,5 pontos
Demonstração de experiência no desempenho das funções relativa à vaga a que concorre (apresentar declaração de estágios anteriores relativos à vaga, se houver).	1 ponto
Títulos: cursos de capacitação relacionados com a área de atuação de estágio (apresentar certificados, se houver).	1 ponto

6.1.3 A pontuação final do processo de seleção de estagiários corresponderá à soma das pontuações obtidas na primeira e segunda etapas, considerando os pesos atribuídos a cada uma das etapas.

6.1.4 A classificação final dos alunos de nível superior obedecerá à ordem decrescente da pontuação final obtida no processo de seleção, a qual será considerada para fins de contratação dos alunos candidatos às vagas de estágios.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 Para fins de desempate na classificação serão adotados os seguintes critérios, na ordem definida:

- 7.1.1 estudante na fase/ano mais adiantado do respectivo curso;
- 7.1.2 estudante com a idade mais elevada;
- 7.1.3 sorteio entre os classificados com a mesma média.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, contado da publicação da relação dos selecionados.

8.2 É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanharem todos os Editais Complementares referentes ao Processo de Seleção de Estagiários que sejam publicados no endereço eletrônico www.ciga.sc.gov.br.

8.3 Os estudantes que não participarem de qualquer uma das etapas do processo seletivo estarão desclassificados.

8.4 A qualquer tempo, o CIGA poderá determinar a anulação da inscrição, do resultado das etapas deste processo seletivo, da contratação, desde que verificada qualquer falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidades nos documentos apresentados pelos alunos participantes do processo seletivo.

8.5 A classificação da seleção dos estagiários não assegurará ao candidato o direito de ingresso na vaga, mas apenas a expectativa de celebrar o contrato de estágio, segundo a ordem de classificação. A concretização desse ato ficará condicionada à observância das disposições legais pertinentes e, assim como, ao interesse, juízo e conveniência do CIGA.

8.6 O Cronograma com a previsão das datas das etapas e publicações deste Edital está sujeito a alterações.

8.7 Os casos omissos serão julgados pela Diretoria Executiva do CIGA.
8.8 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 23 de junho de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
DIRETOR EXECUTIVO DO CIGA

CIM-AMAVI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Silvio Venturi, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições, considerando a proclamação do resultado final do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 03/2016, que se constitui na formalização de Registro de Preços visando a aquisição, por municípios consorciados, de placas de identificação das unidades de iluminação pública, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos e considerando ainda o constante no artigo 4º, XXII da Lei 10.520/2002 e no art. 11, X c/c art. 13, XIV da Resolução nº 01/2011 do CIM-AMAVI, HOMOLOGA o resultado da sobredita licitação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2016.
Silvio Venturi
Presidente do CIM-AMAVI

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2016 - CARTUCHOS DE TONER E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0018/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Curitiba, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Itá, Lebon Régis, Macieira, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 18 de julho de 2016 à 31 de dezembro de 2016. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 24/06/2016 até às 09:00 horas do dia 07/07/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 10:00 horas do dia 07/07/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:01 horas do dia 07/07/2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bllcompras.org.br . Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 23 de junho de 2016.
Elói Rönna - Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0023_2016

Resolução n. 023/2016

Dispõe sobre Crédito Adicional Especial Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 032 de 07 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2016, crédito adicional especial suplementar no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação.

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal catarinense – CIMCATARINA		
0015.0452.0001.2.005 – Desenvolvimento e Gestão de Serviços de iluminação Pública		
3.31.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0300 (52)	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta da anulação da seguinte dotação:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal catarinense – CIMCATARINA		
0015.0452.0001.2.005 – Desenvolvimento e Gestão de Serviços de iluminação Pública		
3.33.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0300 (16)	R\$	20.000,00

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2016.
 GILBERTO AMARO COMAZZETTO
 Prefeito de Caçador
 Presidente do CIMCATARINA

CIS NORDESTE

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01, de 10 de junho de 2016, visando à contratação de profissional para preenchimento de vaga junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, por prazo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, torna pública a CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR dos candidatos.

Função: Auxiliar Administrativo

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
Fabiane Albina Tomelin Campão	21	1º
Josi Weber	12	2º
Alessandro Pereira Ramos	12	3º
Amanda Carolina Espindola	11	4º
Jaqueline Varaldo Bonfanti	11	5º
Roseli Pedro de Santana	9	6º
Kelly Cristina Bezerra Nogueira	9	7º
Ana Karla Colombo Donadel	9	8º
Suemari de Souza	8	9º
Elenir Berkenbrock Silveira	8	10º
Francielli Strada	8	11º
Eluana Schmoller Blazios	8	12º
Klaus Edgard Wuttke	6	13º
Rosangela Roseli dos Santos Ramos	6	14º
Talita Daiane Mondstack	6	15º
Sthefania Vailati Gaertner	6	16º
Letícia Luciane Buzzi	6	17º
Joice Wolf	5	18º
Benhur Azolini	5	19º
Patrícia Roseli da Costa	5	20º
Eduardo Henrique Cuareli Bortolassi	5	21º
Mariane Cristina Gonçalves	5	22º
Natalia Breneisen Delfino	5	23º
Camille Tuane Pereira	5	24º
Michele Janaina Ransani	4	25º
André Felipe Baumer	4	26º
Thomas Bolduan Hildebrand	4	27º
Priscilla Carolina Silveira	4	28º
Maria Eliane Francesconi Gutierrez	3	29º

Maycon Patrick Junckes	3	30º
Carla da Rosa Canuto	Desclassificado	Desclassificado
Everton Mello de Matos	Desclassificado	Desclassificado

O prazo para apresentação de recursos quanto à classificação preliminar é de 02 (dois) dias a contar da publicação da lista no Diário Oficial dos Municípios, conforme previsto no item 2.7 do edital.

Joinville, 23 de junho de 2015.
José Chaves
Prefeito de Garuva
Presidente do CISONORDESTE/SC

CPIMMOC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02 JULHO 2016

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO
MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2016

O Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do município de Ouro e Presidente da CPIMMOC – Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, no uso de suas atribuições conferidas pelo Capítulo VII, inciso 1º do Estatuto da entidade.

CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios associados à CPIMMOC para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se conforme segue:

DATA: 07 de Julho de 2016

HORA: 14 horas

LOCAL: Auditório da Ammoc

Rua Roberto Trompowski, 68 – Centro – Joaçaba - SC

ORDEM DO DIA:

- Apresentação dos trabalhos realizados nos primeiros seis meses
- Licenciamento Ambiental;
- Apresentação Planilha Orçamentária do Licenciamento Ambiental, para os próximos seis meses;
- AMMOC; e
- Outros Assuntos.

VITOR JOÃO FACCIN
Presidente do CPIMMOC

CIRSURES

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 002/CIRSURES/2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL

CIRSURES

URUSSANGA - SC

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 002/CIRSURES/2016

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE BRITA COM DIVERSOS TAMANHOS (BRITA Nº 4 E BICA CORRIDA), COM FRETE, POSTO NO ATERRO SANITÁRIO.

Recebimento dos envelopes: até às 14:30 horas do dia 06 de Julho de 2016, na Sede do CIRSURES de Urussanga/SC, sito à Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 – Centro – Urussanga - SC.

Abertura dos envelopes: às 14:30 horas do dia 06 de julho de 2016.

Edital: O edital estará à disposição dos interessados das 08 hs às 12 hs e das 13 hs às 17 hs, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 – Centro – Urussanga - SC. Maiores informações pelo telefone (0**48) 3465-0306 ou pelo e-mail: cirsures@yahoo.com.br

Renata de Brida Rosso
Pregoeira